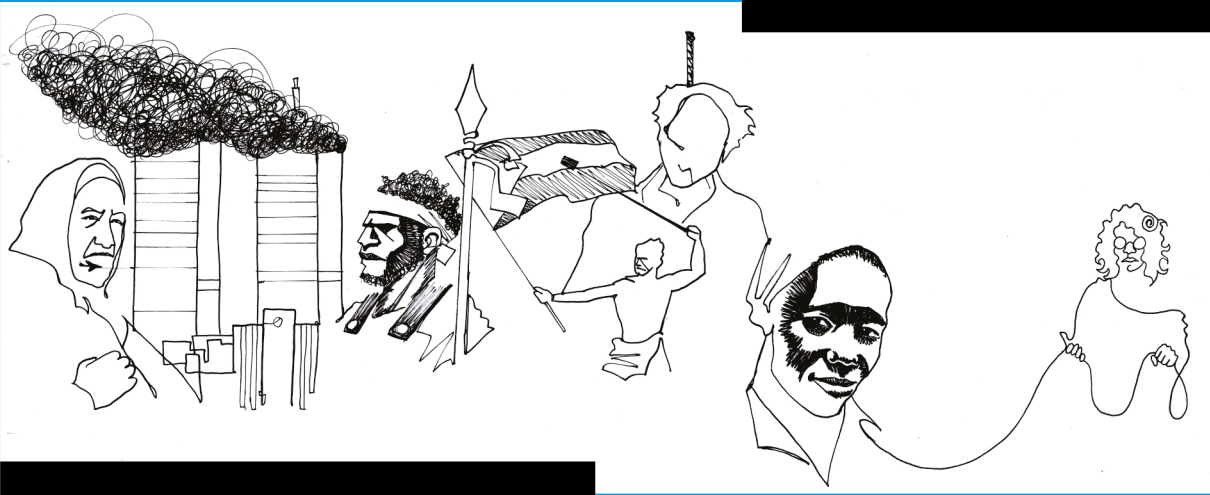
Rosane Marcia Neumann
Aristeu Elisandro Machado Lopes
Charles Sidarta Machado Domingos
Org.



Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es

Sociedade, economia e política: temas, abordagens e fontes

casaletras

Rosane Marcia Neumann
Aristeu Elisandro Machado Lopes
Charles Sidarta Machado Domingos
Org.

Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es

Sociedade, economia e política: temas, abordagens e fontes

casaletras
Porto Alegre
2024

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – SEÇÃO RIO GRANDE DO SUL / ANPUH-RS

Rua Caldas Júnior, 20 – Sala 24 – Centro Histórico - 90010-260
Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil
Site: www.anpuh-rs.org.br
E-mail: anpuhrs@anpuh-rs.org.br

DIRETORIA DA ANPUH-RS (GESTÃO 2022-2024)

Presidenta: Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPLAC)
Vice-Presidenta: Marlise Regina Meyrer (PUCRS)
1.º Secretário: Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPel)
2.º Secretário: Charles Sidarta Machado Domingos (IFSul - Câmpus Charqueadas)
1.ª Tesoureira: Carolina Martins Etcheverry (Colégio La Salle)
2.ª Tesoureira: Andrea Helena Petry Rahmeier (SMED/São Leopoldo/FACCAT)
Conselho Fiscal:
Alexandre Maccari Ferreira (UFSM)
Maíra Inês Vendrame (UNISINOS)
Mônica Karawejczyk (PUCRS)

Copyright ©2024 Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul / ANPUH-RS

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, bem como a adequação técnico-linguística dos textos, são de inteira responsabilidade dos autores.

LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:
Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.
Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.
Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.
Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.
Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.
Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral está disponível em:
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode

EXPEDIENTE:
Projeto gráfico, diagramação e capa:
Editora Casaletras

Ilustração da capa:
Bruno Ortiz Monllor

Editor:
Marcelo França de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL CASALETRAS
Dr. Airton Pollini
Université Haute-Alsace, Mulhouse, França

Dr. Amurabi Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Dr. Aristeu Lopes
Universidade Federal de Pelotas/UFPel

Dr. Elio Flores
Universidade Federal da Paraíba/UFPB

Dr. Francisco das Neves Alves
Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Dr. Fábio Augusto Steyer
Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG

Dr. Giorgio Ferri
Università degli Studi "La Sapienza", Roma, Itália

Drª Isabel Lousada
Universidade Nova de Lisboa

Dr. Jonas Moreira Vargas
Universidade Federal de Pelotas/UFPel

Dr. Luiz Henrique Torres
Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Dr. Manuel Albaladejo Vivero
Universitat de València, Espanha

Dr. Marcelo França de Oliveira
Biblioteca Rio-Grandense

Drª Maria Eunice Moreira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS

Dr. Moacyr Flores
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/IHGRGS

Drª Yarong Chen
Beijing Foreing Studies University, China

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D4509 Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es - Sociedade, economia e política: temas, abordagens e fontes (Vol. 2) / Rosane Marcia Neumann; Aristeu Elisandro Machado Lopes e Charles Sidarta Machado Domingos (Org.). [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Casaletras, 2024.

722 p.
Bibliografia
ISBN: 978-65-5220-020-4

1. História - 2. Ofício do historiador - 3. Ensino de História - 4. Sociedade - 5. Economia - 6. Política- I. Neumann, Rosane Marcia - II. Lopes, Aristeu Elisandro Machado - III. Domingos, Charles Sidarta Machado - IV. Título.

CDU: 01-0834 CDD: 907.2

casaletras

EDITORA CASALETRAS
Intercity Premium Offices - Av. Borges de Medeiros, 2105, sala 906 - Praia de Belas • Porto Alegre, RS CEP 90110-150
contato@casaletras.com
www.casaletras.com

APRESENTAÇÃO

Os textos ora publicados foram apresentados e discutidos no decorrer do **XVII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS** (29 de julho a 1º de agosto/2024, online FURG, Rio Grande), com o tema norteador **Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es**, propondo-se a refletir sobre os diferentes lugares do fazer histórico no século XXI, para além da sala de aula da Educação Básica e da Universidade.

Nas duas últimas décadas, tivemos conquistas e retrocessos na nossa área de atuação. Por um lado, conseguimos a tão almejada regulamentação da profissão de Historiador (Lei 14.038, de 2020), garantindo a esse profissional um espaço no mercado de trabalho; por outro lado, observamos uma acentuada precarização do trabalho do/a professor/a de História, cujo espaço nos currículos escolares está sendo reduzido e, consequentemente, o número de vagas em concursos públicos (quando há concurso, uma vez que prevalecem os contratos temporários no Estado!), além da desvalorização salarial, perseguição política e ideológica, cerceamento de sua liberdade de cátedra, negacionismos, violências, dentre outras contestações.

Simultaneamente, observa-se a ampliação do leque de possibilidades para a atuação profissional do historiador e da historiadora, além da docência escolar e/ou acadêmica. A demanda pelo profissional da História extrapola cada vez mais os tradicionais muros da escola/academia, dos arquivos e museus, para ocupar os espaços sociais públicos, colaborativos e multidisciplinares, no movimento da História Pública.

É fato que a interação, o diálogo e a divulgação histórica para o grande público foram impulsionados pelo avanço e a democratização das novas mídias, em particular, as mídias digitais, tais como podcasts, inserções no TikTok, produção de vídeos, lives, contribuição para jornais e revistas online, buscando, enfim, comunicar-se com o público leigo, alicerçando o fortalecimento da cidadania.

Nesse contexto, nos questionamos sobre os diferentes lugares de atuação do Historiador e da Historiadora, entre o discurso e a práxis, no desempenho do seu ofício, imerso em uma realidade adversa: por um lado, um sistema de ensino-aprendizagem precário, frágil em termos de saberes e fazeres; do outro, o avanço de um mundo interconectado, da inteligência artificial e, por extensão, da história digital. Enfim, como costurar os saberes e fazeres das sociedades, e por que não, o que nos faz humanos, com os desafios do tempo presente, no qual a nossa autodestruição nos espreita?! Que cidadãos somos/estamos formando para essa era do antropoceno ou capitaloceno?

* * *

O presente livro *Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es. Sociedade, economia e política: temas, abordagens e fontes* divide-se em três temáticas abrangentes. A primeira aborda as histórias indígenas na América, do século XVI ao século XXI, nos aspectos da cultura, trabalho, legislação, terras e política. A segunda discute o Brasil escravista na perspectiva da História Social, seguida dos movimentos emancipacionistas e o pós-abolição, com ênfase no Rio Grande do Sul. A terceira concentra-se nas discussões no campo da História Política, trazendo questões teóricas, personalidades, fatos históricos, bem como um estudo sobre as ditaduras militares no Cone Sul.

O leque de temas, abordagens e fontes históricas analisadas pelos/as autores/as dão uma dimensão do potencial da área de História no campo da pesquisa, ensino e extensão, produzindo conhecimento em diálogo com os temas socioculturais emergentes.

Agradecemos ao apoio da FAPERGS para a publicação do livro.

Dra. **Rosane Marcia Neumann**
Presidenta ANPUH-RS – Gestão 2022-2024
Comissão organizadora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

PARTE I
HISTÓRIAS INDÍGENAS
Histórias Indígenas na América (Séculos XVI-XXI)

FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: A IMPORTÂNCIA DO PAPEL INDÍGENAS NA FRONTEIRA FRANCO-PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII 13
Eduarda Mendes Cardoso

ENTRE OS "ÚLTIMOS ALEMÃES" E OS "ÚLTIMOS BRASILEIROS": INDÍGENAS, BUGREIROS E ABERTURA DE ESTRADAS NA SERRA GAÚCHA (1847-1858). 30
Guilherme Maffei Brandalise

OS INVENTÁRIOS DA EXPULSÃO DOS JESUÍTAS NAS REDUÇÕES DO PARAGUAI E OS ESPAÇOS PARA AS MULHERES INDÍGENAS NO SETECENTOS: OS TEARES E O COTIGUAÇU 59
Laura Oeste

MARCO TEMPORAL: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O PROJETO DE LEI 490/2007 QUE ESTABELECE 1988 COMO DATA BASE PARA TERRAS INDÍGENAS 77
Raíssa de Deus Genro

UM ESBOÇO PARA SÃO NICOLAU DA CACHOEIRA – UMA ALDEIA GUARANI-MISSIONEIRA (SÉCULOS XVIII – XIX) 93
Vinicius Silveira Cerentini

PARTE II
ESCRAVIDÃO E PÓS-ABOLIÇÃO
História Social no Brasil Escravista

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NA FREGUESIA BOM JESUS DO TRIUNFO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII 115
Daiana dos Santos Macedo

RAINHA DA FRONTEIRA E A LEI DO VENTRE LIVRE: O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO DE 1871 NAS ALFORRIAS DA CIDADE DE BAGÉ (1865-1875) ... 134
Frantiele Espindola Alvares

"CAPTIVEIRO DISSIMULADO": UMA ANÁLISE DAS TUTELAS DAS TUTELAS DE MENORES EM SANT'ANNA DO LIVRAMENTO (1860-1877) SOB A LUZ DA LEI DO VENTRE LIVRE (1871) 157
Maria Eduarda Albuquerque Mendez

Emancipações e pós-abolição

UM QUILOMBO NO MATÃO: REFLEXÕES SOBRE UMA PESQUISA COM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA SERRANA 177
Acácio Garcez Carneiro

O PÓS-ABOLIÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO: OS CAMINHOS DE PESQUISA ACERCA DA ATUAÇÃO NEGRA NO CAMPO EDUCACIONAL SANTA-MARIENSE (1888-1930) 196
Alícia Quinhones Medeiros

COMPORTAMENTOS DESAFIADORES? UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE RACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS, NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO EM PELOTAS/RS (1888-1900) 214
Alisson Barcellos Balhego

ALMIR SOARES BARBOSA E OLYMPIO JOSENDE DA ROSA: ASSOCIATIVISMO E TRABALHO NA TRAJETÓRIA DE SÓCIOS FUNDADORES DE UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE E APOIO MÚTUO NO SUL DO BRASIL 231
Elaine Smaniotto

ALGUMAS DIMENSÕES CULTURAIS DO ATIVISTA NEGRO ARNALDO DUTRA (PRIMEIRA REPÚBLICA/PORTO ALEGRE) 260
Felipe Rodrigues Bohrer

RACIALIZANDO A CLASSE: DISCUTINDO O MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DA METODOLOGIA DE FONTES 286
Helen da Silva Silveira

A REVISÃO INTERNACIONAL DA REFORMA CONSTITUCIONAL DE 2022308
Janaína Rigo Santin

MANIFESTAÇÕES SONORO-MUSICAIS: UM PANORAMA DE IDENTIDADE, MEMÓRIAS E PERTENCIMENTOS NO VALE DO PARANHANA, A PARTIR DE CANTIGAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS..... 320
Lúcia Jacinta da Silva Backes

OS CAMINHOS PARA A LIBERDADE TRILHADOS PELAS MULHERES ESCRAVIZADAS ALFORRIADAS EM PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, ENTRE 1850 E 1888.....337
Marina Ribeiro Cardoso

PARTE III
HISTÓRIA POLÍTICA
História Política

LYSIAS RODRIGUES E A GEOPOLÍTICA NACIONAL.....367
Adelar Heinsfeld

O "SOPRO DO VENTO CONSERVADOR": A ASCENSÃO DE RONALD REAGAN NAS PÁGINAS DA REVISTA *VEJA* (1980) 389
André Luís Marques de Assis

AS ATUAÇÕES POLÍTICAS DAS PRIMEIRAS-DAMAS ORSINA DA FONSECA E NAIR DE TEFFÉ A PARTIR DE SUAS REDES DE RELAÇÕES EESPAÇOS DE SOCIABILIDADE (1910-1924)..... 411
Bethânia Luisa Lessa Werner

AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO ELEITOR NO BRASIL PÓS-1945 429
Douglas Souza Angeli

A INFLUÊNCIA ZAPATISTA NA POLÍTICA EXTERNA DO MÉXICO (1994-2000)..... 445
Gabriela Oliveira Elesbão

A ORGANIZAÇÃO DO PODER EMPRESARIAL NO RIO GRANDE DO SUL NO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA..... 471
Jéssica Bitencourt Lopes
C
ELSO FURTADO E A CONSTRUÇÃO DA NOVA REPÚBLICA..... 498
Leonardo da Rocha Botega

A FREGUESIA DE SANTA MARIA NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835- 1845): NARRATIVA, HISTÓRIA LOCAL E A TRAJETÓRIA DO TENENTE CORONEL JOSÉ ALVES VALENÇA 521
Maicon Dener da Silva Rodrigues

ENTRE LACERDA E WAINER: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE COMO UM DESAFIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO NAS PÁGINAS DE ÚLTIMA HORA E TRIBUNA DA IMPRENSA (FEV. 1961) 537
Mateus José da Silva Santos

ENTRE TENSÕES POLÍTICAS E DIPLOMACIA: UMA ANÁLISE DA EMBAIXADA ALEMÃ POR MEIO DA COMISIÓN ESPECIAL INVESTIGADORA DE ACTIVIDADES ANTIARGENTINAS (1941-1943) 567
Pietra Elisa Beling

O DIÁRIO DA IMPERATRIZ: REGISTROS POLÍTICOS DE TERESA CRISTINA NO DECORRER DO SEGUNDO REINADO NO BRASIL 587
Mônica Gabriella Secco

O FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL: NORMAS ELEITORAIS E ACONTECIMENTOS POLÍTICOS NOS CONFLITOS DE 1923 E NA SUCESSÃO DE BORGES DE MEDEIROS 611
Wagner Feloniuk

A SEGUNDA FASE DO "ZEITSCHRIFT FÜR DIE ALTERTHUMSWISSENSCHAFT" (1843-1857): ESTUDOS SOBRE A ANTIGUIDADE CLÁSSICA NO PERIODISMO CIENTÍFICO ALEMÃO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX 651
Alfredo de J. Flores
Estéfano Elias Risso

Ditaduras de segurança nacional no Cone-Sul

DE DESTERRADOS À FORÇA ATIVA PARA A RESISTÊNCIA NO BRASIL: O GRUPO BRIZOLA EM SUA FASE INSURRECIONAL (1964-1967) 668
Darlise Gonçalves de Gonçalves

A DITADURA E O MEIO *QUEER* NO ROMANCE *O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL*, DE HELONEIDA STUDART 687
Leandro Rodrigues Vieira

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E A CRIAÇÃO DO CLUBE FARROUPILHA EM SANTA MARIA – RS: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE AINDA EM ABERTO 704
Marcelo Noriega Pires

PARTE I

Histórias Indígenas

Histórias Indígenas na América (Séculos XVI-XXI)

FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: A IMPORTÂNCIA DO PAPEL INDÍGENAS NA FRONTEIRA FRANCO-PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII

Eduarda Mendes Cardoso[1]

Este trabalho como tem como objetivo principal analisar a importância da presença indígena nas expedições de reconhecimento, exploração e mapeamento geográfico realizadas por dois viajantes franceses no interior das Guianas Francesa e Portuguesa do século XVIII. As viagens que compõe esses documentos literários estão inseridas em um espaço fronteiriço em constante litígio entre os impérios francês e lusitano. Consoante a isso, o envio de grupos e tropas expedicionárias refletem os deslocamentos territoriais e marítimos que ocorreram em um ritmo de intenso fluxo de representantes das metrópoles europeias a fins de expansão colonial e exploração econômica da fronteira franco-portuguesa.

As condições sociais do espaço fronteiriço cristalizam complexas redes de sociabilidade que dinamizavam as políticas de proteção das colônias, por meio de alianças e tratados entre as potências. Tendo em vista a presença de diferentes sujeitos no processo de demarcação e manutenção das fronteiras, esses indivíduos não existiam isoladamente,

1 Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Correio eletrônico: eduardamendes5020@gmail.com

suas ações também eram mediadas por estratégias próprias em fazer uso das circunstâncias em que estavam inseridos. Com base nisso, o espaço em questão foi marcado pelo contato de diferentes agentes sociais, cujas práticas, comportamentos e movimentações deram-se por meio de complexas relações, sejam elas amistosas ou hostis, mas que desempenharam papéis importantes nas tentativas de colonização e sobrevivência na dura realidade das expedições exploratórias.

As relações de interdependência entre viajantes franceses e as etnias ameríndias das regiões de fronteira por meio de acordos diplomáticos, relações comerciais e na subordinação de europeus aos conhecimentos indígenas da floresta e dos caminhos fluviais, demonstram o papel ativo das etnias indígenas comumente destacados pela *Nova História Indígena*. Dessa maneira, portanto, para sustentar nossas abordagens e investigações sobre o contexto histórico do espaço referido, serão analisadas as narrativas do sargento francês La Haye (1728-1729) e o engenheiro e geógrafo Simon Mentelle (1767), duas expedições ricas em detalhes geográficos, econômicos, políticos e culturais para a averiguação e controle da colônia francesa. A partir da análise desses elementos, desenvolveremos uma discussão e revisão historiográfica sobre os processos de disputas e territorialização na fronteira entre a Guyane Francaise e Guyane Portugaise (que constitui o atual estado do Amapá) ao decorrer do século XVIII, trazendo o conceito de fronteira para o debate. A partir disso, será evidenciado nesse processo de reconhecimento e mapeamento das fronteiras, o papel indígena no apoio e fornecimento de conhecimento da natureza para os propósitos das expedições.

A colonização sul da Guiana Francesa foi realizada tardiamente, em grande parte devido à distância de Caiena e aos obstáculos de navegação nos rios bloqueados por muitas quedas d'água. Nesse contexto, na costa guianense, somente dois rios permitiram a exploração: Oiapoque e Maroni. As primeiras expedições documentadas datam do século XVIII e utilizaram principalmente o rio Oiapoque, onde foram estabelecidas diversas missões jesuíticas francesas como postos de apoio para os colonizadores, que buscavam informações sobre os povos ameríndios do interior da Guiana Francesa ou guias para suas jornadas.

A primeira exploração nessa região foi realizada pelo sargento La Haye (1728-1729), que subiu o Oiapoque, desembocou no Camopi e cruzou o divisor de águas para chegar à cachoeira Macacoara do Yari/Jari. Apesar do difícil acesso, a região não era inacessível e os franceses acreditavam que ela escondia inúmeros recursos naturais que os poderiam interessar. Diante da grande especulação que ocorria desde o início do setecentos sobre o cacau, várias expedições foram realizadas nessa área sob ordens do governador da colônia Claude d'Orvilliers, ao passo que consolidavam algumas alianças com as nações ameríndias a fins de reagrupá-las ao poder da Coroa, ao mesmo tempo que seus territórios seriam anexados.

A viagem de Simon Mentelle pelo interior da Guiana Francesa em 1767 contribuiu para o aprimoramento do conhecimento cartográfico da região. Por ordem do então governador da colônia francesa do período, o governador Fiedmond, sua expedição foi pensada em uma lógica essencialmente científica: de desenvolver cálculos e medições latitudinais para a elaboração de cartas geográficas. Os dados fornecidos por Mentelle, dado as dificuldades de obter as latitudes mais próximas ao Equador naquele período, compõem uma das bases principais dos atuais mapas e cartas geográficas desse espaço em particular (Depuy, 2012, p. 67). Os resultados obtidos da viagem são favoráveis, levando em consideração que sua realização ocorreu em uma temporada nada propícia para tal investida, na estação de intensas chuvas da região.

A dinâmica das fronteiras em espaços coloniais transcende a lógica empreitada pelas discussões teóricas próprias do domínio político e geográfico. De fato, as políticas e tratados demarcatórios assinalados em prol da expansão e defesa dos limites amazônicos mobilizaram o envio de expedições que contornassem o problema da vasta imensidão territorial ainda pouco conhecida e explorada. Desde as demarcações sinalizadas pelo Tratado de Tordesilhas (1494) entre Portugal e Espanha, não correspondiam as investidas e a ocupação dos dois impérios ultramarinos em suas possessões na América. Essa realidade se intensificava mais ainda nos domínios do sertão amazônico, por sua difícil mobilidade e baixo índice demográfico.

A perspectiva de fronteiras políticas, compreendida como uma linha divisória que separa e define os limites entre nações, está associada às

repartições de territórios, à defesa da propriedade privada e à formação de Estados Nacionais. O conceito de fronteira emerge de um viés particularmente influenciado pela Política e pela Geografia. Sob essa ótica, Benedikt Zientara conceituava a fronteira como constituída pelos vários pontos nos quais "um movimento orgânico é obrigado a parar" (Zientara, 1989, p. 306-307). Esta visão da fronteira como um acordo político-jurídico reflete sua natureza de abstração, que não possui existência real fora dos mapas geográficos. Além disso, Zientara argumenta que a ideia comumente aceita de fronteira como uma linha que separa duas regiões distintas é equivocada. As fronteiras que separam comunidades, por exemplo, podem moldar um gênero particular, uma vez que essas populações em zonas fronteiriças mantêm profundas comunicações. Deste modo, portanto, a fronteira tem pressupostos sociais e não geográficos (Zientara, 1989, p. 310).

Atualmente, muitas reflexões teóricas expandem a definição de fronteira para além de espaço político e físico. Para as relações franco-indígenas analisadas nesta dissertação, convém assinalar o termo *middle ground*[2] desenvolvido por Richard White. Segundo o autor, o middle ground é um local entre culturas, povos e impérios, onde diferentes povos ajustam suas diferenças através de processos criativos, convenientes e, por vezes, mal-entendidos. Dessa forma, sujeitos etnicamente e culturalmente diversos tentam convencer os outros, apelando para ações simbólicas que interpretam como valores daqueles com quem estão lidando. Mesmo em meio a mal-entendidos, surgem novos significados e novas práticas compartilhadas. A análise de White sobre o fenômeno que ocorre no middle ground rejeita o conceito convencional de *aculturação*[3], onde um grupo dominante dita o comportamento considerado adequado para

2 O conceito de middle ground é de difícil tradução literal, podendo ser atribuído tanto à espacialidade, como um local intermediário, quanto a uma condição mais geral, o "meio-termo" entre as partes conflitantes (White, 2021, p. 295). Dessa forma, devido à expressão ser difícil de traduzir por falta de equivalências próximas ao significado do conceito nos demais idiomas, será usado o termo no idioma original.

3 De acordo com Maria Celestino de Almeida, a "aculturação" era compreendida como o esvaziamento progressivo de culturas em sua composição original. Sob uma perspectiva mais tradicional, conforme menciona Almeida, contrária à aculturação estava a resistência, concebida como um ato de extrema bravura e revolta contra a dominação colonial, que, no entanto, uma vez reprimida, reservava aos indígenas o errôneo e triste papel de vencidos, cuja única opção que restava a eles era aceitar passivamente as condições da nova ordem que lhes era imposta. A partir desse filtro, embora fossem percebidos como sujeitos rebeldes contra a situação colonial, continuavam apenas reagindo a estímulos externos (Almeida, 2003, p. 27).

determinado grupo. Ao invés disso, o autor menciona o processo de acomodação, que envolve uma mudança cultural, mas traçada de forma mútua (White, 2021, p. 295).

Nem todas as dinâmicas coloniais entre indígenas e europeus foram marcadas pela violência. Nesse sentido, a atuação dos indígenas no que concerne às relações com os colonizadores não pode ser resumida somente à resistência armada e à submissão passiva. Nos séculos de colonização, houve diversas formas do que Maria Celestino de Almeida uma vez chamou de "resistência adaptativa", por meio das quais os indígenas buscavam várias maneiras de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova realidade em que se encontravam. Essa integração às condições coloniais, em meio a alianças e tentativas de acordos, também pode ser considerada uma forma de resistência (Almeida, 2003, p. 34).

Dessa forma, as complexas relações entre os povos indígenas e viajantes franceses na fronteira entre a Guiana Francesa e a Guiana Portuguesa do setecentos se aproximam do caso apresentado por Richard White, que esclarece o middle ground através do contato entre nativos algonquinos e franceses na região dos Grandes Lagos da América do Norte, de meados do século XVII ao século XVIII, que tentavam buscar nos termos culturais uns dos outros formas de estabelecerem acordos e alianças. A necessidade de abrir formas de comunicação, de acordo com os filtros culturais e sociais do outro, gerava interpretações culturais e criativas de ambos os lados, os quais, mesmo em tentativas malsucedidas, produziam novas convenções e significados entre as partes (White, 2021, p. 555). As ações de sujeitos coloniais em zonas fronteiriças dependiam de encontrar formas de contornar problemas e conflitos sem usar a força ou violência. Nesse caso, era necessário que tanto os indígenas quanto os franceses tentassem entender a realidade e as premissas culturais de seus parceiros para tentar convencê-los a seu favor.

Outro conceito essencial para entender as relações culturais em contextos coloniais, é o conceito de *zona de contato* desenvolvido por Mary Louise Pratt. Definido como "espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em condições extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como no colonialismo, no escravismo ou em seus equivalentes modernos praticados ao redor do mundo" (Pratt, 1999,

p. 27), o termo "é frequentemente utilizado em suas discussões como sinônimo de "fronteira colonial". No entanto, enquanto este último é baseado apenas em uma perspectiva expansionista europeia, o primeiro é uma tentativa de invocar uma presença espacial e temporal conjunta de sujeitos separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias se cruzam (Pratt, 1999, p. 32). Além disso, ao argumentar sobre sua proposta de utilizar o termo "contato", a autora reitera que:

> Ao utilizar o termo "contato", procuro enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação. Uma "perspectiva de contato" põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e "visitados", não em termos de separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radialmente assimétricas de poder (Pratt, 1999, p. 32).

Diante dessas considerações, portanto, tomamos a fronteira amazônica entre as colônias de Portugal e França, segundo os termos de Pratt, como uma zona de contato onde ocorriam intensas redes de interações, disputas e negociações. Os agentes históricos envolvidos (no caso de nossas fontes, viajantes franceses e indígenas) mobilizavam-se conforme suas próprias agências e se relacionavam em parâmetros complexos que iam muito além da simples dicotomia "colonizador" e "colonizado". Tanto os europeus quanto os povos ameríndios utilizavam suas condições particulares para dar sentido às suas trajetórias. Assim, a presença desses sujeitos transformava esses espaços em palcos de produção de alteridades, encontros e práticas. A convivência fazia emergir trocas culturais, as quais eram registradas pelos viajantes e disseminadas por toda a Europa.

Partindo do pressuposto de que as fronteiras não são estabelecidas apenas por papéis ou acordos diplomáticos, mas sim pelas dinâmicas das relações sociais, como afirmou Janaína Camilo (Camilo, 2017, p. 321), ainda assim, os acordos firmados entre as metrópoles criavam uma conjuntura que permitia a projeção de uma fronteira como um espaço de troca e aproximação entre sujeitos sociais historicamente adversos. Ao longo do século XVIII, a Amazônia Portuguesa, administrativamente

ligada ao Estado do Grão-Pará, foi objeto de diversos tratados demarcatórios com seus vizinhos europeus, como os Tratados de Utrecht (1713), Madri (1750) e El Pardo (1761).

A penetração para o extremo norte, ao longo do litoral atlântico, foi impulsionada quando a própria coroa espanhola cedeu às pressões lusitanas, concedendo-lhes o direito de ocupação das terras até então asseguradas pelo Tratado de Tordesilhas, com o objetivo de consolidar os limites da colônia e refrear as investidas francesas. O rio Oiapoque, ou Vicente Pinzón, nasce na vertente setentrional da serra do Tumucumaque, muito próximo à latitude do Cabo do Norte, e flui na direção sul-norte. Na vertente oposta, encontram-se as nascentes do rio Jari, afluente do rio Amazonas, e do Mapari, afluente do Araguari. O limite marítimo pretendido pelos franceses iniciava-se na foz do rio Araguari (Arauari), que desagua ao sul do Cabo do Norte.

Resgatando a metáfora aludida por Flávio dos Santos Gomes, é interessante analisar as primeiras tentativas de ocupação colonial nesta região através da imagem de um tabuleiro de xadrez. Os movimentos de suas peças eram lentos e cuidadosos. Os interesses e objetivos propostos estavam em constante definição e redefinição. No entanto, se a colonização pode ser comparada a um jogo de xadrez, é crucial reconhecer que o tabuleiro não estava completamente estabelecido e que, principalmente, suas peças nem sempre eram conhecidas (Gomes, 1999, p. 12). É mediante as relações e agências dessas peças, frequentemente não vistas e silenciadas, que o posicionamento conceitual da noção de fronteira nesta discussão é adotado. Nesse sentido, o conceito de fronteira, para além de seus pressupostos políticos e geográficos, é indispensável para analisar os aspectos sociais, econômicos e culturais que são moldados pelas mobilizações políticas das colônias ao definir os limites de seus territórios.

As expedições francesas de exploração e reconhecimento em regiões fronteiriças representam alguns dos mecanismos empregados pelos impérios ultramarinos para manter controle sobre suas posses. A relação que os domínios coloniais estabeleciam com diversas etnias variava conforme diferentes interesses. Por um lado, muitos grupos indígenas foram subjugados à escravidão, servindo ao desenvolvimento colonial como uma mão de obra ideal para os colonos franceses. Por outro lado,

era também comum a formação de alianças entre certas etnias e os colonizadores, como no caso dos indígenas que se aliavam aos franceses. Esses aliados atuavam como verdadeiros vigilantes nas áreas entre os rios e no interior das matas, protegendo o território de possíveis invasões de outras potências rivais.

No século XVIII, o percurso dos rios e a vastidão das florestas nas zonas de fronteira não eram mais exclusivamente habitados pelas nações ameríndias. Nessa lógica, além de servirem para a manutenção das fronteiras em defesa das colônias, esses espaços também eram locais onde diversos sujeitos históricos estabeleciam relações sociais e culturais. Como destaca Paulo Marcelo Cambraia da Costa, os processos de ocupação desses territórios envolviam o trânsito de militares desertores, indígenas, religiosos e escravizados fugidos, os quais desenvolviam dinâmicas e redes de sociabilidades que operavam independentemente de acordos diplomáticos e estratégias políticas de Portugal e França (Costa, 2018, p. 30-31). O comércio clandestino entre franceses e indígenas era uma constante preocupação para as autoridades lusitanas, sendo estritamente proibido pelo Conselho Ultramarino. No entanto, com a atuação desses novos atores sociais na hinterlândia, tal atividade se tornava um grande desafio para os representantes coloniais.

A Guiana Portuguesa era a região que mais causava apreensão aos portugueses. Neste cenário, com a ajuda de comerciantes e grupos indígenas, os escravos negros fugidos tanto do lado francês quanto do português migravam e estabeleciam mocambos nas fronteiras entre a Guiana Francesa e a Portuguesa, em busca de liberdade. Segundo Flávio dos Santos Gomes, desde 1732, um tratado internacional assinado pelas duas coroas estipulava a devolução de negros fugitivos. As intensas disputas territoriais tornavam o controle e o policiamento dessas áreas cada vez mais desafiadores, exacerbados pela desconfiança mútua entre França e Portugal (Gomes, 1999, p. 226).

Baseado no que foi exposto, as dimensões de sociabilidade inferem um dos elementos intrínsecos ao conteúdo e discurso das narrativas de viajantes. O choque cultural vivido em situações de contato implica as formas muito complexas das relações sociais e comportamentais. A afirmação identitária de diferentes agrupações culturais pode ser ainda mais clara em suas interações. Por esse cenário, a temática das

fronteiras se relaciona a das identidades por sinalizar até onde elas se estendem e quando começam a conviver com as outras. Dessa forma, é possível afirmar que a História haverá de ter algo intrínseco às fronteiras enquanto razão de ser (Comissoli, 2021, p. 14).

Com base em correspondências dos governadores do Grão-Pará na segunda metade dos setecentos analisadas por Paulo da Costa, existiam pelo menos três camadas que definiam e redefiniam as fronteiras: a primeira se constitui a partir de acordos diplomáticos; a segunda faz menção a atuação de autoridades locais, portuguesas e francesas, na articulação dos acordos; e a última a camada dos sujeitos sociais, que estabeleciam dinâmicas próprias para viver as suas vidas e transitarem entre as fronteiras, subvertendo as tentativas do Estado em controlar essas áreas (Costa, 2018, p. 51). Partindo desse olhar, sobre a última camada, a social, é de grande relevância para a nossa pesquisa, por estar atrelada as redes de sociabilidades que estavam imbricadas a situação política das fronteiras da Guiana Francesa e Grão-Pará.

As relações com as comunidades ameríndias no interior da Guiana Francesa também facilitavam o fluxo de informações, uma vez que essas populações mantinham alianças ou inimizades com outras etnias que podiam ser aliadas de outras colônias europeias, bem como com os inúmeros mocambos espalhados pela fronteira. Nesse sentido, é interessante citar a investigação de Carlos Augusto Bastos, que analisa a circulação de informações entre demarcadores e outros sujeitos nas fronteiras da Capitania do Rio Negro e da Província de Maynas nas décadas finais do século XVIII e início do XIX. Bastos destaca como determinadas informações se propagavam além e através das fronteiras e, principalmente, como eram utilizadas estrategicamente em prol das administrações coloniais, uma vez que 'era igualmente importante colher informações sobre o que ocorria nos territórios coloniais vizinhos, suas mudanças político-administrativas, o estado de sua economia e de sua defesa militar' (Bastos, 2013, p. 205).

Para Bastos, definir a espacialidade dos domínios coloniais americanos dependia de acompanhar as mudanças conjunturais das políticas imperiais, cujas alterações envolviam essencialmente suas metrópoles europeias. A importância de colher informações para os oficiais demarcadores era estratégica, uma vez que dependiam de estar a

par da situação dos territórios vizinhos para pensar e criar planos de defesa militar (Bastos, 2013, p. 205). O acesso a informações em contextos coloniais também se valia de estender relações através de alianças com indivíduos que frequentemente cruzavam as fronteiras. A conquista da lealdade das etnias ameríndias para obter essas informações não era uma tarefa fácil. A recepção e hospitalidade das nações indígenas variava em cada povoado, pois, apesar de haver certas similaridades culturais entre elas, as regras não eram as mesmas para todas.

Nesse sentido, a passagem desses viajantes pelo interior das Guianas e pelos intricados rios amazônicos está inserida em um contexto de exploração e disputa das potências europeias pelos territórios fronteiriços coloniais. Assim, falar de fronteiras amazônicas é evocar suas inúmeras tentativas, mais ou menos sucedidas, de delimitar seus limites por meio de acordos diplomáticos e confrontos diretos. A diversidade social e histórica do espaço amazônico torna suas fronteiras um lugar excepcional, um terreno privilegiado de alteridades. Diferentes agentes sociais se entrecruzam por força das conjunturas históricas. No entanto, por meio das narrativas, essa lógica torna-se ambivalente, onde esses encontros podem se transformar em desencontros quando são deslocados de suas realidades e temporalidades pela perspectiva de seus leitores, resultando na afirmação de estereótipos sobre o Outro.

Durante uma boa parte das produções historiográficas sobre os povos originários, a historiografia limitou-se a enxergar as populações ameríndias como vítimas passivas e alheias as interferências colonizadoras na América Portuguesa. Esses indivíduos eram concebidos como um povo homogêneo e submisso as situações cotidianas e decisões dos colonizadores. Essa conjuntura começou a mudar a partir da emergência de uma nova categoria de análise histórica, que permitiu enxergar para além das entrelinhas do discurso civilizatório europeu, suas vozes e ações silenciadas pela historiografia ou pelos documentos históricos disponíveis. A *"Nova História Indígena"*, como passou a ser chamada, trouxe uma nova forma de interpretar o papel dos ameríndios, recuperando suas escolhas, ações e protagonismos, normalmente apagados pela justificativa opressora da colonização. Na historiografia brasileira, muitos trabalhos surgiram como proposta de contemplar a agência indígena em sua própria trajetória histórica, dando visibilidade

a sua diversidade cultural e étnica, rompendo com a visão tradicional que enfatizava o estado "apático" dos ameríndios, geralmente reduzidos a passividade e mão de obra[4].

Como observam o casal de etnólogos Pierre e Françoise Grenand, a história dos indígenas e franceses na Guiana Francesa foram delineados por uma sucessão de múltiplas iniciativas contraditórias, atreladas as várias correntes filosóficas que permearam a mentalidade das administrações coloniais, principalmente no século XVIII. A França, naquele período, era considerada como um ponto difusor de ideais atrelados a produção cientifica, bem como referência civilizadora em nome de padrões comportamentais e intelectuais da civilização europeia (Grenand; Grenand 1979, p. 361). Essas referências profundamente eram refletidas nas documentações, o olhar civilizatório não escapava da tentativa de domesticar o desconhecido, de reforçar o lugar dos indígenas a uma posição bestial ou muito suspeitas

Sem perder de vista a atuação dos ameríndios nas expedições, em diversos trabalhos como guias, intérpretes, remadores, canoeiros, entre outros ofícios, esses povos foram essenciais no fornecimento de conhecimento sobre a geografia, hidrografia e saberes empíricos da natureza, contribuindo para as viagens exploratórias no interior da Guiana. Considerando que o espaço fronteiriço entre as colônias francesa e portuguesa foi marcado por disputas políticas e acordos diplomáticos, como o Tratado de Utrecht (1713), em prol da expansão e defesa territorial, as alianças com os indígenas eram necessárias para que ambos os lados pudessem manter a ocupação e vigilância do sertão amazônico. A exploração pelas matas e intricados rios amazônicos não era uma tarefa fácil; a sobrevivência e o deslocamento dos viajantes dependiam do suporte das comunidades indígenas, tanto para o fornecimento de alimentos quanto para o acesso a passagens mais seguras.

4 Para mais informações, ver os trabalhos: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos:** colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do séc. XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000. FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** os povos no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da Terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios:** catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

As relações amigáveis, estabelecidas por meio de alianças, trocas de objetos ou mantimentos entre franceses e indígenas na região da Guiana Francesa eram designadas por intermédio do termo *banaré*. Com efeito, conforme Gérald Collomb afirma o "termo "banaré" designava uma forma de troca entre dois parceiros privilegiados, às vezes distantes geograficamente ou culturalmente", sendo a possibilidade dessa palavra ser de origem europeia, usada no período colonial na Guiana Francesa para nominar o parceiro preferido ou escolhido, no entanto os indígenas das regiões guianenses usavam a palavra caribe pawana para referir-se ao banaré (Collomb, 2011, p. 441 *apud* Nascimento; Silva, 2019, p. 371).

Na viagem do sargento a Haye, o banaré foi um recurso extremamente buscado pelo viajante. Na passagem a ser exposta, poderemos observar em detalhes as tentativas frustradas do sargento de se comunicar com os indígenas:

> Vimos um homem correndo aterrorizado; apreendemos arcos e flechas em abundância. Jacques viu um índio; falou alto demais, e o índio fugiu. Léveillé, um Caranne de nossa equipe, correu atrás dele, garantindo que éramos franceses e que queríamos fazer *Banaré* com eles; ele continuou a fugir. Logo depois, duas velhas mulheres do assentamento apareceram e ficaram muito surpresas ao nos ver em seus Tapoux; tentaram fugir, mandei Léveillé detê-las, o que ele fez. Conversamos por meio de nosso Armacoutoü, que entendia um pouco da língua delas, dizendo que queríamos fazer *Banaré* com elas e com seu povo. Elas não queriam ouvir; gritavam terrivelmente e lamentavam, chamando seu povo em socorro. Demos a elas três facas para acalmá-las. Elas as aceitaram e se acalmaram um pouco; começaram a revistar nossos bolsos em busca de mais. Achamos que estavam tranquilas e as deixamos ir. Eu impedi que tocassem em seus pertences, esperando que voltassem no dia seguinte. Voltamos a canoa e dormimos do outro lado do rio, na esperança de fazer Banaré com eles no dia seguinte [..] vimos um índio que falava sozinho em voz alta. Léveillé começou a gritar perto da cabana: "*Banaré! Banaré*! Não tenha medo; somos franceses." Eles começaram a fugir novamente; começamos a correr atrás deles, mas não conseguimos alcançá-los. Eles abandonaram uma criança pequena, que não tinha mais de quatro anos, que gritava pela mãe; nós a levamos para o calbet. A princípio, ela adotou Léveillé como seu pai; ele queria levá-la conosco, mas eu não quis. No entanto, ela o seguia. Quando chegaram perto de outro caminho, ela puxava Léveillé para aquele lado, o que nos fez suspeitar que havia outras cabanas por ali (Dupuy, 2012, p. 20-21).

Diante esse pequeno relato, podemos analisar duas situações muito interessantes que La Haye e seus demais companheiros vivenciam nesses repetidos tentativas em consolidar alianças com esses ameríndios. A primeira é sobre a insistência por parte dos franceses em querer firmar um vínculo amistoso com eles. Neste período em que o sargento La Haye está viajando corresponde entre os meses de dezembro e fevereiro, um período marcado por fortes chuvas na região amazônica. Com base nisso, nessa época os rios estavam mais cheios, pouco aptos a locomoção quando se trata de uma navegação a remo. Por essa ótica, a dificuldade nos rios poderia causar qualquer tipo de acidente, e na pior das situações, até na perda total da embarcação. Assim, a segurança nas trocas com os indígenas era de necessidade extrema, para garantir novas canoas e alimentos, já que a pesca era muito difícil pelas chuvas, e consequentemente, pelo nível elevado dos rios. Portanto, essa urgência tão notória de La Haye poderia seguir essas motivações tão comuns quando se trata de viagens arriscadas pelo interior guianense.

A segunda situação é a presença de armas de fogo com esses indígenas. Na realidade fronteiriça entre a Guiana Francesa e a Guiana Portuguesa, a manutenção e defesa dos limites coloniais recaía na demanda em estabelecer alianças com as populações indígenas que residiam por aqueles territórios. Muitos postos ou fortificações estratégicas nos rios ou em outras áreas existiam com a supervisão indígena para protegerem de possíveis invasões de outros europeus. Nessa lógica, existia uma complexa rede de alianças, onde as rivalidades não se resumiam em apenas nas disputas por território entre diferentes nacionalidades europeias, mas também em desavenças entre etnias indígenas inimigas muito anteriores a chegada dos europeus que aproveitavam a ocasião para se defenderem. Dessa forma, os indígenas mencionados pelo sargento estavam munidos por armas europeias, possivelmente pelo contato com portugueses ou franceses. Essas comunicações, como mostra o exemplo do sargento francês, aconteciam de formas singulares, fugindo de uma perspectiva em que as experiências coloniais das populações indígenas se categorizavam pela passividade e pelo estereótipo de vítimas.

Desse modo, notamos que presença indígena foi essencial para a expedição de La Haye, desde o fornecimento de intérpretes e guias até na força de trabalho que garantia o percurso pelos rios e suas alimentações.

Com efeito, vale ressaltar, que o Banaré, um vínculo amistoso de reciprocidade em trocas de recursos, foi uma parte extremamente buscada por La Haye, e as consequências dessas relações poderia beneficiar tanto os viajantes como os indígenas, já que os objetos negociados tinham significados simbólicos diferentes para cada um deles, com valores que não podem ser medidos pelos mesmos filtros culturais. As estratégias mais ou menos sucedidas em firmar acordos com os indígenas para além das fronteiras, denota as investidas francesas em empurrar esses limites em prol de seus domínios, fomentando cada vez mais fronteiras étnico-sociais que de algum modo faziam parte dos propósitos coloniais.

Diferentemente do relato do sargento La Haye, os registros de Mentelle serão enunciados de forma mais técnica, com poucas passagens em relação às etnias indígenas com as quais teve contato. Isso se deve principalmente pelos objetivos de o geógrafo estarem mais direcionados ao mapeamento da região, com pouco espaço às suas impressões, medos e inseguranças durante a viagem. Essa característica do formato do relato de viagem de Simon Mentelle está diretamente associada com as alterações que ocorreram a partir do final do século XVII, mas principalmente no século XVIII, na forma como as narrativas de viagens eram redigidas. Deste modo, como salienta o historiador Samuel Geraldino, até o século XVII, as viagens eram estimuladas por interesses religiosos como as visitações a lugares sagrados ou motivações políticas em que governos enviavam funcionários de confiança para a administração e expansão de seus territórios (Geraldino, 2015, p. 18). Estas eram viagens que se alinhavam a interesses exclusivos de impérios coloniais europeus, que caminhavam rumo às Américas em uma disputa desenfreada por novas terras e novos domínios. Dessa forma, os parâmetros que definiam os relatos, tiveram mudanças significativas em suas estruturas e objetivos. No entanto, ao contrário de muitos que acreditam em relação as motivações serem apenas de cunho científico, estas oscilavam ainda com os antigos propósitos exploratórios das viagens de séculos anteriores, antes atrelados apenas as questões religiosas, políticas e econômicas de seu país.

Nessa lógica, a estrutura das narrativas de viajantes acompanhou as transformações que a popularização das ciências impactou na mentalidade europeia. A criação de instituições especializadas na escrita

e conteúdo dos relatos propagaram-se por toda Europa, principalmente na França. A profissionalização de tutores que ensinassem um roteiro específico e objetivo foi umas das principais alterações na estruturação dos registros. Nessa lógica, o intelectual deveria ser o mais objetivo possível em suas anotações, não deixando espaço para subjetividades que colocasse em risco a seriedade do seu trabalho. Naquele período, ser um bom cientista significava descrever e registrar suas impressões de maneira técnica e sistemática.

Durante a sua exploração pela Guiana Francesa, Mentelle reconheceu várias localidades e pontos hidrográficos, ocasião que o possibilitou a encontrar muitos espécimes importantes da fauna e flora da região. Até o ano de 1777, os levantamentos, planos e materiais coletados por cientistas-viajantes, agrimensores e entre outros exploradores estavam dispersos, sem um espaço para que pudessem ser guardados. Simon Mentelle então teve a iniciativa de reunir esses materiais em um depósito, do qual se tornou o fundador por volta de novembro de 1777.

A partir dos indígenas que estavam em sua expedição, Mentelle tentara obter algumas informações e conhecimentos que eles podiam oferecer sobre o traçado geral dos rios e a extensão das travessias. Além de registrar em duas vias, o viajante ainda se preocupou em organizar as folhas de seus diários pelo número do mês no verso de cada folha. Essas descobertas só foram possíveis com a supervisão das etnias indígenas nos rios e nas matas. O saber indígena sobre a geografia, hidrografia e outros conhecimentos da floresta os tornava verdadeiros cientistas, onde o território amazônico era o seu grande laboratório.

Muitos mapas geográficos foram desenvolvidos por Mentelle. Estas cartografias fazem parte de uma lógica colonialista singular da presença europeia na Amazônia. O reconhecimento das colônias, e de toda a sua vasta geografia, era um meio de garantir as posses dos impérios europeus. Fazer parte dessa empreitada significava um honroso trabalho à serviço da Coroa, e mais ainda um compromisso ao desenvolvimento científico que acompanhava os propósitos coloniais. A narrativa de Simon Mentelle, portanto, não apenas destaca suas contribuições intelectuais e científicas, mas também retrata um contexto político, econômico e social que caracterizavam as colônias europeias na região amazônica do

século XVIII, onde a preocupação nas delimitações de suas fronteiras fazia parte do centro de disputas coloniais.

O papel desempenhado pelos indígenas na fronteira franco-portuguesa foi fundamental para as expedições. Eram designados a este ofício aqueles indígenas que tivessem um conhecimento apurado dos rios, ilhas e igarapés que configuravam a geografia da região. Desempenhando o que atualmente constitui o trabalho de um prático de navegação. No labirinto dos rios amazônicos que deixavam muitos pilotos europeus desnorteados, os pilotos indígenas eram peritos em encontrar caminhos mais seguros e rápidos. Além do conhecimento empírico de coordenadas geográficas, também indicavam excelentes lugares de pescas e obtenção de água potável, essenciais para a sobrevivência dos europeus nas arriscadas viagens pelos sertões.

A persistência por parte dos governos coloniais francês e português em financiar viagens exploratórias pelos confins das colônias demonstra a dificuldade de ambas as Coroas em administrar essas áreas. Nesse sentido, era indispensável a aliança com as etnias indígenas nativas das regiões fronteiriças, uma vez que era necessário, para garantir as possessões em lugares mais remotos da Amazônia, de barreiras humanas para impedirem o avanço de invasões estrangeiras, dessa forma, portanto, era preciso estabelecer verdadeiras muralhas dos sertões (Farage, 1991, p. 128).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BASTOS, Carlos Augusto de C. **No Limiar dos Impérios**: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820). 2013. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2013.

CAMILO, Janaína. A medida da floresta: as viagens demarcatórias do Tratado de Madri pela Amazônia (1750-1761). **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, vol. 10, n. 2, ago.-dez., 2017.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Em verdes labirintos:** a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803). Tese (doutorado em História Social).

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUCSP. São Paulo, 2018. 272f.

COMISSOLI, Adriano. Reflexões em torno de fronteiras e alteridades voltadas à investigação em história. In: SCHIMITT, Ânderson M; WINTER, Murilo Dias (orgs.). **Fronteiras na História:** atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX). Chapecó, Ed. UFFS, 2021.

DUPUY, Francis (ed.), **Les arpenteurs des confins**: explorateurs de l'interieur de la Guyane (1720-1860), Paris, CTHS, 2012.

FARAGE, Nádia**. As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991

GERALDINO, Samuel Mateu Gerencsez. **Os Relatos de viagem entre a norma e o gosto**-os viajantes franceses e a alimentação no Brasil no século XIX. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GRENAND, Pierre & Françoise GRENAND 1979. "Les amérindiens de guyane aujourd'hui: éléments de compréhension". **Journal de la Société des Américanistes**, p. 361-382, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira". In: GOMES, Flávio dos (organizador). **Nas Terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 225-318.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado; SILVA, Giovani José da. Sobre vivências negociadas: indígenas e jesuítas franceses no Oiapoque setecentista. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 17, n.2, p.357-378, jul./dez, 2019.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império:** Relatos de Viagem e Transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.

WHITE, Richard. Introdução do livro The Middle Ground Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650–1815. **Cadernos do Lepaarq**, v. XVIII, n.35, p. 292-301, Jan-jun. 2021.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: **ENCICLOPÉDIA EINAULDI**: Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. v. 14, p. 306-317.

ENTRE OS "ÚLTIMOS ALEMÃES" E OS "ÚLTIMOS BRASILEIROS": INDÍGENAS, BUGREIROS E ABERTURA DE ESTRADAS NA SERRA GAÚCHA (1847-1858)

Guilherme Maffei Brandalise[1]

Introdução

Este artigo propõe apresentar o resultado da pesquisa feita na documentação administrativa de aberturas de estradas na Serra Gaúcha em meados do século XIX, fruto de um mestrado acadêmico no PPGH/UFRGS, sob orientação do professor Eduardo Neumann. Foram pesquisadas no Fundo de Obras Públicas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul duas localidades: a Estrada do Mundo Novo e a Picada Feliz, ambas atravessam florestas de Araucárias habitadas por indígenas Jê, subindo dos vales dos Rios Sinos e Caí para os Campos de Cima da Serra.

A pesquisa evidencia a presença indígena na região, e os conflitos que decorrem do avanço das frentes de colonização, em especial a abertura de picadas e o estabelecimento de colônias de imigrantes. Analisando as reações dos interlocutores nas fontes à presença dos indígenas nas

1 Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Analista em Assuntos Culturais do Museu de História Julio de Castilhos. Lattes http://lattes.cnpq.br/3359999182571955 ; Orcid https://orcid.org/0000-0003-0092-752X ; Email: guilhebrandalise@gmail.com.

localidades, podemos visualizar a violência sistemática com que as frentes de colonização lidavam com os grupos indígenas, mesmo quando estes se apresentavam pacíficos. Através dos silêncios e do cruzamento de dados, pode-se aferir mais detalhes da demografia e da atuação dos grupos indígenas nesse recorte.

Utilizando-se do olhar etnohistórico, e da escuta de comunidades contemporâneas sobre o passado, percebemos continuidades e rupturas desses grupos indígenas, onde anteriormente era apresentado um "vazio demográfico". O diálogo entre a pesquisa historiográfica e os movimentos de retomada contemporâneos se dão pela atuação do autor em ambos contextos, perseguindo uma forma de etnohistória voltada para a antropologia participativa.

Dessa forma, se pode relacionar narrativas de duas matrizes metodológicas sobre o mesmo tema. Uma extrai dados de documentos administrativos, problematizando as fontes a partir da Nova História Indígena brasileira dos últimos trinta anos. Outra dialoga com sujeitos indígenas contemporâneos e algumas narrativas orais que integram a memória social do povo Kaingang. Complexificando a historiografia com objetivo de aprofundar a possibilidade de interpretação das fontes documentais, e a construção das narrativas históricas sobre os povos indígenas.

Contatos e Conflitos na Fronteira Indígena

O avanço da frente de expansão sobre o planalto meridional levou ao surgimento de diversos pontos de conflito durante o avanço das fronteiras internas da colonização. Esses conflitos ocorreram em locais em que a frente pioneira colidia com grupos indígenas, em especial estradas que estavam sendo abertas ou reformadas em conjunto com as colônias que avançavam sobre espaços indígenas. O primeiro registro de ataque às colônias alemãs no Rio Grande do Sul foi em 1829, na Picada Dois Irmãos (Diehl, 2023 p. 104). No ano de 1830, houve um segundo assalto na Picada dos Dois Irmãos e um ano depois na Picada do Hortêncio, todos estes gerando registros de morte de alemães e sequestro de crianças. Outras correrias são registradas em 1834 e 1835, cessando os registros durante a guerra Farroupilha (Diehl, 2023 p. 105, p. 107; Dornelles, 2011). O que podemos perceber na leitura das

fontes é a predominância de uma narrativa única, ou seja, os escritos dos documento relatam apenas as vítimas entre os não-indígenas, desse modo, devemos olhar os documentos com a crítica historiográfica e nos questionarmos sobre a representação dos indígenas nas fontes e, consequentemente, na narrativa histórica apresentada.

Aqui, nos detemos em analisar os efeitos para os grupos indígenas do avanço das estradas sobre seus territórios, pensando no conceito de frentes pioneiras de José de Souza Martins (2009), assim como de frente de expansão, do mesmo autor, como facetas distintas do mesmo processo. As escarpas do planalto riograndense outrora foram obstáculos para o avanço da economia pecuária e, por conseguinte, para o avanço da colonização portuguesa propriamente dita. Durante a consolidação do Império do Brasil, houve um esforço para unir o Sul, Sudeste e Centro-Oeste com estradas, avançando sobre os espaços não colonizados. É o caso da abertura da Picada do Botucaraí, na Serra de mesmo nome, próximo ao atual município de Soledade, no centro do Estado. Local em que territorialidades de grupos Guarani e Kaingang se atravessavam, a Serra do Botucaraí era parte dos hervais (locais de extração da erva-mate) das reduções habitadas pelos Guarani, assim como ali existiam florestas de pinheiros, território dos povos Jê, em especial Kaingang. A dita estrada foi concluída em 1811, e serviria a três objetivos: "afastar os bugres para o norte da serra; reduzir significativamente o caminho dos tropeiros em direção a São Paulo; tornar possível uma comunicação direta entre Rio Pardo e as missões" (Ortiz, 2022, p. 130).

Quanto a esse recorte, outro trecho da borda do planalto e da fronteira dos territórios Kaingang, nos interessa a ação sobre os indígenas que ali habitavam, chamados nas fontes de "bugres". Rodrigo Venzon, em texto de 1993 aponta relatos da violência existente na abertura da picada do Botucaraí:

> Afirmam os relatos que na oportunidade os indígenas observaram, escondidos no mato, o trabalho de abertura das picadas durante o dia, e atacavam os acampamentos à noite com porretes, abatendo os fugitivos a flechadas, e protegidos pelos "trabalhos" efetuados pelos seus pajés, que adormeciam profundamente os oponentes. Da terceira expedição, relatam que os militares fingiam trabalhar durante o dia e, estando fortemente armados, dizimaram os índios durante o ataque pela madrugada, mesmo assim restando sobreviventes. (Venzon, 1993, p. 157)

Como aponta Venzon, pesquisando a partir de fontes orais e documentos históricos e historiográficos, os relatos que possuímos dão apenas uma vaga ideia do que certamente ocorreu na ocupação deste território indígena, estendendo aqui para outros, como a Serra Gaúcha. Nesses relatos estão presentes também os raptos, especialmente de indígenas pelos brancos, como aponta Sérgio da Costa Franco:

> ali pelas cabeceiras do Rio Botucaraí, onde os expedicionários conquistaram e destruíram um toldo indígena, aprisionando sete crianças de idade de 11 anos para baixo, vieram a manter violentos combates com os índios. Como, nessas refregas, houvesse sofrido algumas baixas e esgotado a munição, o capitão João Machado da Silveira mandou buscar reforços em Rio Pardo... (Franco, 1975 apud Venzon, 1993, p. 157)

Tanto os interlocutores da documentação analisada nesta pesquisa como o capitão Silveira nas matas do Botucaraí, solicitaram reforços militares para seguir a guerra contra os indígenas. Tal qual na picada do Botucaraí, a abertura das picadas do Mundo Novo, Feliz e Dois Irmãos provocaram um encontro violento entre a frente de colonização e indígenas. Importante salientar aqui a diferença entre as frentes pioneiras dos Vales do Caí e Sinos com da Serra do Botucaraí. Além dos 40 anos de diferença, houve o projeto de colonização por imigrantes europeus por parte do Império brasileiro, tanto em iniciativas públicas como privadas, e como consequência, um influxo de milhares de pessoas em questão de décadas. No caso da picada do Botucaraí, no período anterior à declaração de Independência por Dom Pedro I, os principais interessados no avanço da fronteira colonial eram militares portugueses, que viam na posse das terras para criação de gado a principal forma de enriquecer no intervalo entre as incontáveis guerras ocorridas desde o século XVIII até o XX.

A Serra do Botucaraí se localiza numa região limítrofe do planalto, tal qual a Serra Gaúcha, e nesse período era território do cacique Nivö, ou João Grande. Rodrigo Venzon, em seu trabalho de entrevistas com indígenas da TI Borboleta, aponta em genealogias feitas a partir de entrevistas, a relação entre o grupo familiar de João Grande com o grupo familiar de Mello Brabo. Segundo o Mapa Genealógico 08 do autor (Venzon, 2022, p. 35), João Grande e Amália Barbosa (dona Dadá, mulher afro-indígena trazida escravizada pelas tropas brasileiras desde a

Bahia) tiveram filhos, dos quais um neto, Ernesto Padilha, casou-se com Almerinda Mello, neta de Mello Brabo. As relações de parentesco entre portugueses, alemães e indígenas Kaingang e Guarani são descritas nos mapas genealógicos de Rodrigo Venzon (Venzon, 2022) e aqui nos interessam apenas como evidência das diferentes relações que se davam nas zonas de fronteira, não apenas através da violência, mas também do parentesco, e que mesmo as relações desse tipo afetaram a ocupação do território.

A década de 1850, central nesta pesquisa, começa com o acirramento da violência como política indigenista, acentuando a negação de direitos na fronteira (Oliveira, 1998). Em agosto de 1851 João Grande atacou a Fazenda de Mariano Pimentel em Vacaria, sequestrou suas filhas e matou oito pessoas, sendo três daquela casa e cinco ervateiros que ali se encontravam (Diehl, 2023 p. 210). O cacique João Grande (Nicué, Nicuó, Nivö), como já foi mencionado, era o cacique principal da região acossada pela imigração alemã a norte da colônia de São Leopoldo. Segundo tradição oral da comunidade Kógühn Mág[2], o território desse cacique se estenderia desde as bordas do rio Caí, próximo de São Francisco de Paula, até próximo de onde se encontra a cidade de Caxias do Sul, considerada também limite dos territórios de diferentes caciques.

A representação de João Grande nas fontes é tão diversa quanto nas narrativas orais dos próprios Kaingang. Para o engenheiro belga Mabilde, João Grande era Nicuó, um escravo fugido da fazenda do mesmo Mariano Pimentel, e seria inimigo de Braga e conselheiro de Doble (Mabilde, 1983, p. 60-61). Já para a Diretoria Geral dos Índios, havia um negro no grupo de João Grande, mas não era ele, e sim um dos guerreiros, que teria incentivado a atacar a fazenda de Mariano Pimentel, que provavelmente utilizava trabalho escravo. Enquanto isso, a notícia do primeiro ataque promovido por João Grande à fazenda de João Mariano e Fialho, espalhou-se pela região de Vacaria. O comandante José Luís reuniu a Guarda Nacional para perseguir os sequestradores. Mas, a comitiva desviou-se para o aldeamento de Pontão e em retaliação atacou as mulheres e crianças dos grupos de Doble e Braga, aproveitando que os homens estavam ausentes da aldeia. Ali os guardas assassinaram cinquenta e dois indígenas. A esposa do fazendeiro João Mariano, que

2 Retomada Kaingang na cidade de Canela.

tinha testemunhado o ataque a sua fazenda, afirmou que os indígenas de Pontão não tinham relação com o episódio. Diante do massacre aos inocentes, o diretor geral interino instou o governo a repreender os guardas atacantes. (Diehl, 2023, p. 211).

Instaura-se na região um clima de desconfiança e medo, especialmente da parte dos indígenas aldeados, o que mobilizou um esforço do governo para que o massacre não rompesse a relação com os caciques. Para o Diretor José Andrade Neves, o massacre ocorreu para afugentar os indígenas e se apossar de suas terras (Diehl, 2023, p. 212). Apesar da aparente reprovação de algumas autoridades, o crime não foi punido, pelo contrário, os indígenas continuaram a ser perseguidos na região de Vacaria, a partir de 1853, por uma Companhia de Pedestres composta por sessenta homens armados.

Conflitos no Mundo Novo em 1852

O ano de 1852 marca um ponto de mudança na política indigenista na Província do Rio Grande de São Pedro. Desde o fim da guerra Farroupilha, a Diretoria dos Índios da Província vinha trabalhando na proposta dos aldeamentos, incentivando ações pacíficas e confiando nos missionários religiosos para conversão dos indígenas. Alguns marcos para mudanças na dinâmica da fronteira do território Kaingang na Província são a retirada dos Jesuítas das aldeias, a mudança de projeto pela Presidência da Província, para aldear todos os grupos em Nonoai, e também foi o ano em que mais imigrantes alemães ingressaram no Rio Grande do Sul (Diehl, 2023, p. 183 e Machado, 1999, p. 28).

Se o ano anterior havia terminado com conflitos, já no dia 8 de janeiro o grupo de João Grande ataca a colônia do Mundo Novo, como está relatado no jornal Correio da Tarde no dia 11 de fevereiro de 1852. O primeiro jornal a noticiar o "atentado dos bugres" foi o Mercantil de Porto Alegre, reproduzindo texto oficial das autoridades policiais da Província e de São Leopoldo:

> Na quinta-feira, 8 do corrente, em uma das mais remotas colônias do lugar denominado Mundo Novo cahiu um grupo de 40 e tantos índios, e depois de assassinarem o único homem que havia na casa, roubarão duas mulheres, filha e mulher daquele, e bem assim cinco crianças que havia na casa. Somente conseguiu escapar uma menina de 12 a 14 anos que

> estava cortando capim no mato, e que teve tempo de ocultar-se logo que viu os indígenas. Foi essa menina que veio participar o fato aos moradores mais próximos os quais com uma autoridade policial se transportarão ao lugar do crime, e acharão que o salteadores haviam roubado todos os objetos transportáveis, inclusive os instrumentos de lavrança indústria; o que não poderá levar tinha sido completamente inutilizado. (Diário Novo, 1852, grifos meus)

Outra fonte importante para esse evento é Mabilde (Diehl, 2023, p. 211). Segundo carta de 18 de Janeiro de 1852 pela Delegacia de polícia da Vila de São Leopoldo ao chefe de polícia da província, publicado pelo jornal O Mercantil, no dia seguinte, "entrarão no sertão quarenta homens nossos, guiados por hábil vaqueano", mas que pelas copiosas chuvas e falta de recursos não conseguiram encontrar rastro dos "bugres". Apesar de a tropa de bugreiros não conseguir seguir o grupo indígena, ele foi visto passar pelos ranchos de David Pereira Dias – o irmão de Domingos Dias – nos pés do Morro da Canastra, "indo todos com ponchos à bichará atravessados". Também foram vistos no morro do Serro-Braz e Sapiranga (Padre Eterno), áreas de colonização a oeste da Estrada do Mundo Novo.

Sobre os bugreiros, considero que constituíam uma prática, mais do que uma categoria, pois era realizado por diversos grupos, mais ou menos profissionais, com ou sem uma coordenação das autoridades. Porém, se destaca a ação estatal através das Companhias de Pedestres, instaladas nas duas extremidades da Picada Feliz em 1847 (RPPRGSP, 1847, p. 12). A presença dos Pedestres, em relação com os conflitos com indígenas na região de colonização alemã é mencionada nos Relatórios de Presidente da Província também no ano de 1848. Na década que se seguiu, as autoridades buscaram reforçar a presença destes bugreiros profissionais nas áreas de maior presença e atuação indígena, como em Nonoai, Guarita e no Pontão. Percebe-se que esses grupos foram montados para lidar com os conflitos envolvendo a política de aldeamento, em especial para atacar grupos resistentes.

Pelo menos três tropas de bugreiros estavam nos matos, no início de 1852, uma de colonos que o chefe de polícia mandou entrar pelo Padre Eterno e pela Picada Dois Irmãos, sob o comando do capitão Schlabrendorff, e outra que "se prepara" com trinta "homens bons", dois vaqueanos e 500 cartuchos. Podemos adicionar a esses dois grupos de

bugreiros, o outro comentado por Domingos José Dias nas obras da estrada, "gente bem armada, e munida, e quase [...] dobrado salário, que contudo não foi alto considerando-se a circunstância que serão motivo a tal confiança [...]" (Dias, 1852, p. 2). O Relatório do Presidente da Província de 1852 informa que o delegado "mandou 40 homens atrás dos índios sem sucesso" e relata que a Guarda Nacional estaciona ali, na encosta da Serra (RPPRGSP, 1852, p. 5). Desse modo, podemos localizar nas florestas que constituem as Serras a norte do Vale dos Sinos e Caí pelo menos três tropas de bugreiros simultâneas no início de 1852: dos colonos alemães, dos trinta ou quarenta "homens bons" do delegado, e da "gente bem armada" de Domingos José Dias.

Mesmo depois de um ano de esforços, não foram encontrados os indígenas do grupo de João Grande e as vítimas do sequestro. A perseguição apenas teve fim com o anúncio de que o cacique Doble havia encontrado o grupo de João Grande, matado o mesmo e boa parte de seu grupo, e resgatado as crianças sequestradas[3]. Na verdade, como aponta Isadora Diehl, é possível que Doble e Braga estivessem atrás de João Grande, combinando relatos da Diretoria dos Índios e de Mabilde. Como não há detalhes da contratação pela Província ou por colonos de Doble para resgatar a família Wadenphul, Diehl levanta a hipótese de que as mulheres e crianças do grupo de Doble foram assassinadas enquanto este perseguia João Grande. Contudo, como a correria no Pontão em Vacaria ocorreu ainda em 1851 (pois é citado no Relatório dos Aldeamentos de dezembro de 1851). Doble deveria estar caçando João Grande desde então para estar ausente por esse motivo, o que não há fontes que indiquem. Por outro lado, levanto a hipótese de que Doble teria "culpado" João Grande pela represália ao seu ataque que resultou no massacre do grupo de Doble, já que as

3 Os relatos oficiais dão conta que Doble resgatou a família alemã e matou João Grande e seu grupo, inclusive o sujeito negro que o integrava, em março de 1853. Desse fato, recebeu o reconhecimento do governo da província, que forneceu "dádivas" aos indígenas do Campo do Meio e Pontão. Doble foi pessoalmente à Porto Alegre para dar a notícia e receber os louros, onde encontrou seu primo Fongue, e debateram se aldear em Nonoai, proposta do governo provincial de Cansansão de Sinimbú para todos os indígenas do estado. Apesar de terem concordado com os termos do acordo, Doble nunca chegou a ir para Nonoai, provavelmente porque preferia os Campos de Cima da Serra, e também porque em Nonoai moravam seus inimigos. Entre eles o cacique Nicofé que atacou Doble quando este ia para Nonoai, como vingança pela morte de João Grande, sendo possível inferir que Nicofé/Nicafi e João Grande/Nïvo eram aliados e/ou parentes (Laroque, 2000, p. 122; RPPSPRGS, 1854, p. 30).

autoridades negaram terem dado a ordem e Doble foi orientado por pessoas próximas dos aldeamentos a não praticar a vingança sobre os moradores de Vacaria. Nesse caso, podemos observar como a violência extrema dos colonizadores desestrutura e provoca rupturas internas nos grupos indígenas. Outra possibilidade, levantada a partir das narrativas orais dos Kaingang, é que Doble não matou João Grande, que fugiu e faleceu um tempo depois em Nonoai. Quem foi morto em 1853 foi sim José Grande, filho de João Grande e genro de Doble, juntamente com sua filha. Sobre isso, apontam Venzon e Freitas:

> As fontes históricas muitas vezes confundem José Grande com João Grande, o que é um equívoco, e o identificam como sendo um africano vivendo entre os Kaingang. A memória e história oral Kaingang nas terras indígenas Nonoai (especialmente Florentina Dadai) e Borboleta (particularmente Amália Padilha Ribeiro), onde vivem descendentes diretos de João Grande, refere que a esposa de João Grande, Amália Barbosa, era "baiana", uma "mulata de olhos verdes", capturada e incorporada pelos Kaingang, conhecida por Dada, e que falava o idioma Kaingang, conforme atesta o Kaingang Nelson Jacinto Xangre, de Nonoai, seu bisneto. Dadá é a mãe da avó paterna de Nelson Xangre e mãe do cacique José Grande, informação que estabelece coincidência entre a memória Kaingang e as fontes historiográficas relacionadas a Canela. (Freitas e Venzon, 2008, p. 17, grifos dos autores)

E Araujo complementa:

> Independentemente da versão, o fato é que o ataque contra Nivo promoveu a desterritorialização do grupo. Não existem relatos bibliográficos sobre o caminho que cada um seguiu. Mas sabemos que alguns de seus parentes permaneceram no entorno do seu território originário, vivendo escondidos nas matas, procurando os aldeamentos oficiais e as aldeias que surgiram nas proximidades. (Araujo, 2023, p. 162)

De todo modo, a documentação aponta uma sequência de eventos em que a pressão sobre os territórios indígenas leva a conflitos, que vão escalando e envolvendo mais agentes, de modo que um conflito local por um território relativamente pequeno de serra que ia do rio dos Sinos ao Caí, torna a fazer parte de um contexto maior envolvendo o próprio projeto de aldeamento proposto pelo governo provincial. Recordemos que, a partir daquele ano, o projeto de aldeamento perde consideravelmente força e um projeto mais violento de esbulho e

extermínio ganha relevância na província. Não podemos apontar quem provocou a reação em cadeia de violência, de modo que poderíamos voltar aos primeiros ocupantes não indígenas do Brasil, mas é possível perceber como interesses do Estado e de indivíduos são beneficiados por conflitos, o que parece levá-los a incentivar esses de maneira a aproveitar melhor seus resultados. Do mesmo modo dos indígenas que foram massacrados no Pontão e o diretor dos índios José Joaquim de Andrade Neves que apontou que: "[...] só com efeito de por esse modo afugentar os índios, e de se apossar das terras que ocupam, e do pouco proveito que possam ter tirado de seus assíduos trabalhos [...]" (Diehl, 2023, p. 212), os massacres posteriores também teriam o mesmo efeito.

Sobre os ponchos à bichará, é interessante apontar alguns aspectos e hipóteses. Segundo o cronista da época, Antônio Alvares Pereira Coruja, "poncho de bichará é poncho de lã grossa, branca e preta com listras ao comprido: d'estes também se chamam ponchos de Mostardas, por serem feitos em uma povoação deste nome, onde se criam muitas ovelhas" (Coruja, 1856. p. 7). Provavelmente Coruja estivesse se referindo a um tipo de bichará, mas é interessante que mencione Mostardas, pois é um local de quilombos, e como aponta Vargas (2016, p. 43, nota 25): O pala-bichará é uma peça de origem indígena, formada por dois panos de lã com uma abertura ao centro, para passar pela cabeça. Enfim, estas confecções com características rústicas, eram utilizadas por pessoas com menos posses, incluindo aí negros (escravizados ou não) e camponeses – ou, no jargão sulino, peões, que na maioria das vezes eram indígenas que acabavam sendo incorporados na sociedade envolvente através dos trabalhos que sabiam fazer, principalmente a lida do gado. Durante o século XIX, cada vez mais mão de obra indígena edificava a ocupação da província do Rio Grande de São Pedro.

Laroque afirma que Curu é um manto feito das fibras do caule de urtiga brava pelos Kaingang. No Paraná, segundo Ermelino de Leão, até a primeira década do século XX, os mortos também eram envolvidos por ele. (Laroque, 2007, p. 91). O uso de fibra de urtiga também abrangia uma cama, a partir da existência de um vocábulo no dicionário Kaingáng-português, ker, que descreve esse artefato (Wiesemann, 2011, p. 44). Outros vocábulos descrevem a tanga feita do mesmo material, a

fibra de urtiga, o vẽnh pẽfĩ, em um método que é descrito por Mabilde depois de 1866 (Mabilde, 1983, p. 31-32).

Pela grande circulação de diferentes grupos indígenas, "civilizados" ou "não", além dos Kaingang, os Xokleng, os Charrua e os Guarani, não é possível confirmar que David Dias teria observado o grupo do cacique João Grande, ou mesmo que fossem Kaingang. Pela proximidade do local da propriedade do luso-brasileiro com o centro da aldeia indígena, essa é a hipótese mais provável. As implicações de outras hipóteses fornecem uma reflexão interessante. A circulação de outros grupos indígenas demonstra a existência de caminhos compartilhados e de conhecimento de mais de uma coletividade na região, além de que a troca de produtos entre grupos autóctones confirma a circulação de informações e relações. Essa rede de possibilidades se complementa com o relato documental de um indígena com "beiço furado", um Xokleng entre aqueles com cabelo comprido, possivelmente Kaingang aldeados, e com um relato oral que escutei do cacique Maurício Vehn Tain, de que seus antepassados na região entraram em contato com indígenas Charrua que serviam aos brasileiros, e que com eles aprenderam a andar a cavalo (comunicação pessoal, 2023).

Retornando ao Mundo Novo, de onde, no mesmo dia 8 de janeiro de 1852, partiu mato adentro a equipe de picadores para melhoramentos da Estrada (Dias, 1852). Soma-se, a partir desta pesquisa, mais um elemento para entender as dinâmicas e complexas relações de fronteira na Serra Gaúcha durante a década de 1850. Percebemos que a pressão das frentes pioneiras vinha de todos os lados, e as políticas indigenistas estavam abandonando uma abordagem mais "branda" para uma de violência aberta, tendo em vista a expulsão dos indígenas do território, para seu eventual aldeamento em Nonoai, e a liberação das terras para a colonização. Como vimos, apenas no ano de 1852, três bandos armados circulavam pelas florestas ao Norte das colônias alemãs "caçando" o grupo de João Grande, sem sucesso.

Todas essas referências continuam relevantes mesmo após as constatações – a partir da memória oral - de que João Grande sobrevive a esse ataque, mas não seu filho José Grande. A atuação dessas lideranças na defesa de seu território contra o projeto de aldeamentos, tal qual havia sido "adotado" por outras lideranças, afronta as estruturas que

posteriormente iriam resultar na drástica diminuição dos territórios disponíveis aos Kaingang até o fim do século XIX.

Contatos na Linha Olinda em 1858

Ao longo da década de 1850 os trabalhos na Picada Feliz avançaram, com o crescimento do número de imigrantes e estabelecimento de colônias serra adentro. Ainda havia terras a se explorar antes do encontro com os Campos de Cima da Serra, e não eram apenas imigrantes que recebiam as terras. O diretor José Maria Vidal afirma que a colônia Nova Petrópolis se tornou uma base para os "primeiros praças, que [vai] a distribuir cujos terrenos são de superior qualidade." (Vidal, 1854, p. 14). Não há menção sobre a identidade dos praças, mas eles definitivamente têm uma função diferente dos colonos, mais relacionado com a militar, sugerindo que os primeiros, os pioneiros território indígena adentro, atuavam como soldados, para "limpar os matos". Há a descrição de outras funções e cargos na equipe da estrada, como um "prático no manejo da agulha e abertura de picadas", o agrimensor, carpinteiro e inclusive o mesmo autor menciona a falta de mão de obra para construir a estrada.

Sobre a qualidade das terras, são muitos elogios e se vê a terra escolhida com muito bons olhos. Inclusive, há uma certa pressa em realizar a demarcação das colônias. Uma das principais justificativas para a posse da terra no contexto do mundo luso-brasileiro era a sua ocupação efetiva e, a partir da Lei de Terras de 1850, a sua compra. Apesar de ser uma colônia administrada pela província, contava com o apoio da iniciativa privada pertencente à sociedade Montravel. Além disso, conta com apoio de militares, como o Tenente Coronel Antônio Jozé da Silva Guimarães, que traz colonos do porto que fica em suas terras no rio Caí, e o Tenente João Maria de Alcântara, que tinha facões para doar (Guimarães Filho, 1854, p. 26).

Esse território todo, segundo Vidal, tinha o potencial para receber mais de duzentas colônias. No site da prefeitura de Nova Petrópolis, na página "histórico", o texto afirma que "a nova colônia abrangia um vasto território que excedia dos limites dos rios Caí e Cadeia, avançando até os limites presumíveis das primeiras Estâncias dos Campos de Cima da Serra". Também afirma que os lotes mediam aproximadamente 50 hectares. Se os cálculos de Maria Vidal são coerentes com os do site da

Prefeitura, então temos uma área de 10 mil hectares aproximadamente, de "terras vazias" que se estendem além do rio Caí até os Campos de Cima da Serra. Todo esse território havia sido defendido por grupos indígenas desde a década de 1830, e agora era apropriado pelo Império brasileiro, celebrado nas cartas e no nome da colônia, dividido em lotes e distribuído para imigrantes e primeiros praças.

Constantemente eram relatadas preocupação com agilidade na demarcação de colônias e trabalho nas estradas (Vidal, 1852 p. 57), os dois aspectos principais que possibilitam a ocupação da terra pelos não indígenas, ambos elementos que eram atacados pelos grupos resistentes, como de João Grande. Pouco antes da aparição dos indígenas no final de setembro de 1858, os trabalhos em Nova Petrópolis andavam a todo vapor. Contudo, outro problema afetaria os relatórios do administrador: a passagem de uma partida de "selvagens", crise que torna "indispensavel o uso de armas appropriadas" (1858, p. 59).

Entre a primeira menção de avistamento de indígenas na região da Picada Feliz, em 26 de setembro, e o da Linha Olinda, em 28 de novembro de 1858, passaram-se dois meses, nos quais Vidal menciona quatro vezes em seus relatórios a necessidade das armas, a previsão de entrega pelo portador Carlos Jansen até o subdelegado do distrito, até chegarem em mãos da administração da colônia, ponto em que constataram que era de refugo, "inservíveis" para defender dos indígenas que circulavam até então pacificamente na região. Na carta de fins de outubro, Maria Vidal afirma que pôde aproveitar sete pistolas e algumas terçolas, que provavelmente foram utilizadas um mês depois, quando a partida de "Bugres" levou os habitantes da Linha Olinda ao pânico, e Vidal mandou imediatamente uma expedição armada para segurança, "com ordem expressa de não empregar as armas senão no último caso" (1858, p. 74).

A partir de diálogos com o cacique Maurício Vehn Tain Salvador sobre a história dos Kaingang na região de Canela, há a menção de histórias dos antepassados sobre caminhos que faziam da aldeia de Canela para região de Caxias, e dali para o Norte do estado, possivelmente a área de Nonoai e o Passo do Goio-ên para seguir para as aldeias hoje em Santa Catarina, e que desciam até a bacia do Rio Guaíba para pescar. Observando também o isolamento de uma aldeia

localizada em território de pleno avanço de frentes pioneiras, com bugreiros, picadores e colonos, chegar até a região onde se localizava a aldeia de João Grande era uma caminhada cheia de riscos. Até pouco tempo antes, como pudemos observar pela leitura das fontes do Mundo Novo, a Serra era território em guerra, em que o avanço da frente de colonização era respondido com violência pelos indígenas, que sofriam retaliações cada vez mais severas.

A hipótese levantada aqui é a de que o grupo indígena, possivelmente sobreviventes do grupo de João Grande, retorna ao espaço da aldeia tradicional vindo pelas matas de Caxias do Sul à Oeste, talvez desde a região de Nonoai, de Erechim ou do Botucaraí, espaços em que se comprova a presença de indígenas ligados ao grupo de João Grande. Na ida, no final de setembro, são avistados e mencionados no relatório de Vidal, que pede armas. No que podemos considerar como o caminho de volta, em novembro do mesmo ano, causam pânico na comunidade de Linha Olinda, mas sem causar nenhum dano.

O único incidente relatado é o da suposta tentativa de sequestro por indígenas com cabelo comprido e um com o beiço furado[4]. Acredito que esse relato, que chega até nós através de um Termo de Averiguação, relatado pela mãe e filha, ambas chamadas Augusta Tiderichs, traz um detalhe importante, que é a presença do indígena de beiço furado, possivelmente um Xokleng. Os Kaingang e Xokleng/Laklãnõ guerrearam por muito tempo, e até são considerados inimigos em diversas fontes da época, como Mabilde, e ali haviam sido vistos juntos por mulheres alemãs. Se a história do sequestro é contestada pelo administrador, não podemos deixar de levar a sério os detalhes da descrição da mãe e filha alemãs de uma partida multiétnica de indígenas, que transitavam por um território, pouco tempo antes, disputado com violência com a frente de colonização.

Outros aspectos que as fontes podem nos apresentar são detalhes visuais, presentes nas observações dos administradores ou das supostas vítimas, como no caso das Tiderisch. A mãe, Augusta Tiderichs, descreve assim os indígenas que viu:

4 Ver Anexo 3 da dissertação completa para relato completo do incidente (Brandalise, 2023, .p. 164-165).

> E disse, que no dia vinte e seis deste mês, antes do meio dia, estando ella em sua Casa lhe apparecerão quatro Bugres, tendo tres destes cabellos grandes e outro cabellos curtos tendo este o beiço inferior furado em dois lugares, estando nus tendo somente uma pequena tanga na cintura e tendo cada um d'elles nas mãoes um Arco e Flecha. (Termo de Averiguação 28/11/1858 In: Vidal, 1858, p. 78-79 cf. Anexo 3)

Sua filha, também chamada Augusta, não dá mais nenhum detalhe, relatando a mesma cena que a mãe: quatro indígenas se aproximaram de sua casa, e o que tentou raptar a criança, o com furo no beiço, levou uma "machadinha na testa" da mãe e um "estoque no peito que o fez logo morrer", a criança conseguiu fugir pelo mato, montando num cavalo e indo avisar o diretor Maria Vidal na sede de Nova Petrópolis, enquanto a mãe, também fugindo pelo mato, vê outros quatro "bugres" carregando o morto. Então temos uma partida de quatro indígenas, com arcos e flechas em mãos, com cabelos compridos e curtos, e um com beiços furados. Não há descrito um adereço no furo do beiço, mas o simples fato do furo sugere pertencimento a um grupo Xokleng. Como ressaltamos acima, a relação entre grupos Jê diferentes nessa região de fronteira étnica era estabelecido há gerações atrás, promovendo trocas culturais e pessoais. O avanço da fronteira de expansão altera essas dinâmicas, que já eram complexas antes da invasão colonial.

Desse modo, não é possível definir com algum nível de certeza a identificação étnica dos protagonistas indígenas nessa história. Como os estudos sobre etnogênese (Monteiro, 2001) apontam, as identidades étnicas são construídas em contextos históricos, e podem ou não serem incorporadas na auto identificação destes grupos. Assim, podemos relacionar suas histórias com certos troncos-velhos das populações indígenas, cujos descendentes atualmente se identificam como Kaingang, ou Xokleng/Laklãnõ, sem necessariamente definir ou limitar as experiências históricas dos povos originários, que por definição são diversas e vão de encontro ao diferente.

Tampouco os relatos escritos são de todo confiáveis. Apenas no final do século XIX que se começou a usar o termo Kaingang, adotado como etnônimo autodeclarado. No geral, O termo utilizado nas fontes, tanto pelo Mingozé, quanto o argentino Vidal, utilizam outro termo além de bugre. Podemos inferir, pela falta do uso de outro termo, ambos encarregados das obras públicas não conheciam, ou desprezavam

a existência de outros nomes. Para esses homens, e tantos outros documentos da história na região norte do Rio Grande do Sul no século XIX, o bugre era o indígena inimigo, cuja única forma de comunicação oficial era a violência. O contexto abordado nessa pesquisa, e a análise aprofundada das relações sociais ali existentes, mostra que essa percepção se sustenta na documentação. Em ambos os casos, a resposta à mera precipitação de encontro com os indígenas, os "bugres", era necessário estar bem armado, utilizar toda a violência possível na "proteção" do projeto colonial. Tal mentalidade não poderia ter outra consequência do que uma história de massacres e de fugas dos povos para longe de seus territórios originários.

* * *

Por muito tempo, a narrativa histórica focou nos ataques dos indígenas contra as colônias e fazendas, as correrias, destacando as vítimas brancas e escondendo as mortes de indígenas. Como as informações sobre os povos indígenas estão fragmentadas nas fontes, e considerando que essa pesquisa é um fruto dessa dinâmica historiográfica, os conflitos são os momentos em que o contato fica evidente, uma situação limite característica das fronteiras, como aponta Martins (2009), em que se mobiliza o aparato da administração provincial. Desde 1847 estava em vigor o projeto baseado no Regulamento das Missões, a partir da política do Diretor Geral dos Índios, José Joaquim de Andrade Neves, de aliança com as lideranças. Não podemos esquecer que do início do século XIX até a década de 1830 havia uma legitimação legal para atacar e escravizar os indígenas, e as primeiras correrias ocorreram no final dos anos 1820 (Francisco, 2013; Diehl, 2023) Dessa forma, não podemos explicar as ações Kaingang durante esse período de avanço da fronteira colonial por uma suposta "natureza guerreira" a priori, mas sim pelo contexto histórico (Francisco, 2013 p. 332).

José de Souza Martins em "Fronteira" classifica uma prática muito comum nos contextos que analisou, os raptos, tendo em vista a divisão étnica na região, entre grupos tupi, jê, regionais (brasileiros, brancos ou não) e outros grupos. Cruzando dados de suas pesquisas, Martins afirma que o caso mais numeroso é de grupos Jê raptando regionais, sendo

esses grupos Jês basicamente os Kayapós (Martins, 2009, p. 37). O autor busca ressaltar as diferenças entre a prática de rapto entre Jê e Tupi, ressaltando esse acontecimento como processo privilegiado para observar a "situação de contato em sua totalidade", utilizando o termo de Roberto Cardoso de Oliveira (Martins, 2009, p. 33). Ressaltamos a importância do *outro* como fator de construção da identidade individual, a partir dos estudos de perspectivismo de Viveiros de Castro, trazendo as teorias de etnicidade de Frederick Barth e o papel da guerra nas sociedades indígenas, reflexão de Florestan Fernandes sobre os tupinambá no século XVI (Viveiros de Castro, 2014; Barth, 2000; Fernandes, 1952). Martins (2009 p. 41) aponta como a "dimensão ritual da vingança" foi exacerbada pela "extraordinária agressividade e violência dos brancos", relacionando o que podemos pensar como estrutura e processo.

No século XIX, os casos de sequestros ocorridos no vale do Itajaí em Santa Catarina por Luisa Tombini Wittman são emblemáticos das possibilidades de ação de crianças sequestradas por bugreiros, dos traumas dos massacres e dos preconceitos da sociedade regional (Wittmann, 2007). Mais próximo, está o caso do indígena Luis "Bugre", raptado por alemães que responderam a uma correria dos Kaingang. Luis foi criado por um padre português e viveu nesse limiar de fronteira, convivendo ainda com seus familiares indígenas, mas vivendo nas colônias, negociando produtos entre os dois grupos, e se envolvendo em um rapto em 1868, o da família Versteg nos arredores do Forromeco, à oeste da Picada de Feliz. Da família Versteg, foi o menino Jacob que viveu algum tempo entre os Kaingang como cativo, relatando muitas histórias já idoso para o Monsenhor Matias José Gansweidt (Dornelles, 2011, p. 47-58). Assim, percebemos que os raptos faziam parte das dinâmicas de fronteira em diversos locais e, portanto, a narrativa da mãe e filha Tiderisch é plausível, mesmo tendo um desfecho inesperado

Quando o administrador da colônia de Nova Petrópolis afirma que "humanamente não se possa explicar" a presença dos indígenas, ou quando diz que "não existem indícios nem vestígios que possão provar a existência dos Bugres naquelles lugares" (Vidal, 1858), seu discurso carrega a noção de que os indígenas não existem ali. Sua surpresa reflete o próprio processo de apagamento existencial dos povos da região, que se consumou materialmente através da atuação de bugreiros durante

toda a década de 1850, com alguns exemplos mencionados neste trabalho. O administrador confiava, aparentemente, na ação violenta do Estado, na limpeza dos matos, no conceito de "espaços vazios", e sabia muito bem do pânico que gerava nos colonos avistar indígenas naquela região depois dos conflitos ocorridos. Sua meta era o sucesso da colônia de Nova Petrópolis, e não queria quebrar seu otimismo e a sequência de relatórios positivos com esse problema. Os bugreiros forneciam a sensação de segurança para os trabalhos de abertura de estradas e colônias. Mesmo não atuando diretamente no mesmo espaço, as partidas de homens armados afastaram os indígenas das áreas sendo ocupadas, com o uso da violência, incluindo armas de fogo.

> Muito estimaria, que Vossa Excelência providenciasse a respeito da estada de uma pequena polícia composta de pessoas, acostumadas aos serviços de matto para poder algumas vezes fazer as descubertas necessarias e mesmo perseguis os Bugres quando as circunstâncias assim o exigirem. (Vidal, 1852, p. 77)

Um aspecto que podemos diferenciar entre os eventos de 1852 no Mundo Novo e de 1858 na Picada Feliz é a abordagem pacífica dos indígenas nesse último contexto: eles se fazem mostrar sem causar danos aos colonos que, desprevenidos, trabalham. Vidal utiliza o termo "extemporânea aparição", podendo significar o tema do parágrafo anterior (o apagamento físico e discursivo dos indígenas na região), assim como pode ser uma observação de que vinham de fora. Nesse caso, podemos pensar também na dispersão do grupo de João Grande após março de 1853 para outros territórios de seus aliados e parentes, entre os quais estavam os aldeamentos de Nonoai e de Campo do Meio/Vacaria. Esses caminhos ancestrais eram percorridos por meses, ao longo dos quais eram enterrados os umbigos dos recém nascidos e o corpo dos mortos. Todos os relatórios da província sobre o fracasso dos aldeamentos nesse período comentam a dificuldade de manter os indígenas no mesmo local, pois são afeitos a circular entre seus territórios, como tem feito seus antepassados há milhares de anos. As ideologias da época não compreendiam os aspectos fundamentais do modo de vida Kaingang, ou nem mesmo o respeitavam enquanto tal, pois seu objetivo era assentá-los em poucas terras, liberando o resto para colonização.

A circulação de Kaingang e Xokleng pela Serra durante o avanço da ocupação de terras pelas colônias mostra uma continuidade de ocupação que não se encerra abruptamente com massacres, guerras e expulsão. São processos em que a fronteira permanece porosa, até que se torna cada vez menos possível a circulação dos indígenas por seus territórios, pois, ao menor sinal de sua presença, aparatos repressivos eram articulados imediatamente. Poucos anos antes, os Kaingang realizavam correrias, que demonstravam que a presença do não indígena não era bem vinda em seus territórios, e agora apenas passavam pelas colônias sem demonstrar sinais de violência. Aqui podemos especular também sobre o pequeno grupo que realizou a suposta tentativa de sequestro, se foi o caso de terem se dispersado do grupo original tomado atitudes sem o consentimento dos demais, que aceitavam o aldeamento e o acordo de não mais atacar colônias e estradas.

Fica mais interessante a participação do indígena possivelmente Xokleng no assalto quando analisamos as relações entre Kaingang e Xokleng, pelo menos desde o final do século XVIII, momento em que ocorreu o último grande conflito entre os Coroados e Botocudos, conforme o agrimensor belga (Mabilde, 1983). Nesses conflitos, como era comum nas guerras Kaingang, o vencedor se apropriava de familiares do perdedor, compondo assim linhagens misturadas entre vencedores e perdedores, mantendo algum vínculo familiar, de memória e linguagem, fazendo com que a conexão dos raptados não se perdesse totalmente com seu grupo de parentesco e unindo linhagens dos dois povos (Francisco, 2013).

O encontro de 1858 na Linha Olinda chega até nós como o relato de um administrador de colônia que escrevia todos os meses um relatório, e que passou por uma situação que considerou muito incomum: indígenas atravessando a colônia. Já os indígenas viram o seu caminho ancestral cada vez mais modificado pela instalação de colonos e pela abertura de estradas. Esses caminhos antigos ligavam a região de Canela com Caxias, e depois com o Norte do estado, em direção aos grandes aldeamentos que vão permanecer ocupados pelos Kaingang. Por esses caminhos, os sobreviventes dos ataques ao grupo de João Grande na década de 1850 buscaram refúgio em outros aldeamentos, como na Serra Grande

e Borboleta, Campo do Meio, Caseiros e Nonoai (Freitas e Venzon, 2008; Araujo, 2023).

Conclusão

O conjunto de documentos analisados nesta pesquisa, apesar de abrangerem um recorte espacial e temporal pequeno, trazem situações limites em contexto de avanço da fronteira colonial. São fontes que trazem a perspectiva do encontro humano dos não-indígenas, todos homens, havendo luso-brasileiros, alemães e um argentino, que estão ali por um objetivo compartilhado a partir do trabalho para as obras públicas do governo provincial. A partir do termo de averiguação, temos um vislumbre, ainda que indireto, da visão de mãe e filha alemãs sobre um encontro com indígenas.

Temos aqui, narrativas da parte de pessoas que constituíam o avanço da frente de expansão colonial, tanto que foram transmitidas para autoridades de alto escalão, como o próprio Presidente da Província, diretamente envolvido com os agentes na "ponta" dos trabalhos, como é o caso de David Pereira Dias e Maria Vidal. Quanto ao primeiro, era uma das lideranças do povoado do Pinhal e estava interessado diretamente na expansão das colônias, pois seu irmão possuía terras Serra acima, que valorizariam com o estabelecimento da estrada. Por isso, podemos conferir uma suspeição na narrativa do "Mingozé", concluindo apenas que sua carta relata uma justificativa para adentrar nos matos fortemente armados. Interessante perceber que Dias não pede por armas, apenas informa que seus homens entraram armados no dia 24 de janeiro de 1852. Não fica explícito se seu grupo ficou sabendo da correria na casa do colono Pedro Wadenphul, no dia 8, ou se os acontecimentos que ele descreve no dia 14 e esses têm alguma relação.

Ao fazer sua vistoria para decidir sobre a estrada nova ou velha do Mundo Novo, Antônio Leite de Oliveira afirma que só por um incidente "não se possa num só dia" fazer a jornada "das velhas terras do Mundo Novo, no arroio Taquaral" até os Campos de Cima da Serra (Oliveira, 1852). A distância, então, da provável localização do rancho de Pedro Wadenpuhl até o acampamento dos piqueiros, que devia ser avançando às terras de David Pereira Dias, é muito pequena. Pode-se observar no Mapa 8 a proximidade entre esses dois locais. Assim, o

relato de Domingos José Dias não pode ser lido com a mesma segurança dos relatos sobre a correria feitos por autoridades policiais.

Quanto a Maria Vidal, tinha sua função bem mais definida, era administrador da colônia. Seu ofício era de agrimensor, que pode ser entendido como um "cargo técnico" da equipe de piqueiros. Seus relatórios prestam conta de forma detalhada, e ainda há o caso das comemorações em honra ao Imperador, que demonstram sua fidelidade ao regime vigente e, por conseguinte, ao projeto de colonização. Nesse sentido, podemos dizer que Vidal tem "fé" no projeto em que está trabalhando, e seu texto descreve sua confiança e dedicação à colonização do Império. Ao se surpreender com a aparição de indígenas, apresenta um vislumbre de sua crença na existência de "terras vazias" que deveriam virar devolutas ou colônias e colaborar para a "futura prosperidade". Podemos dizer que sua atuação foi sistemática na execução dos trabalhos da picada, além de estar continuamente preocupado com o encontro com indígenas e como isso afetava os trabalhos da colônia.

Observando os relatos de Dias e Vidal, entendemos a diferença de seus posicionamentos em relação ao conflito potencial que representa a experiência da fronteira nesse contexto. Enquanto Dias apenas relata que mandou homens armados entrarem nas matas, Vidal solicita armamentos e pessoal repetidas vezes. Isso significa que Vidal estava mais subordinado às autoridades provinciais, mas também aponta que Dias já tinha pessoas e a experiência suficiente para atuar sem autorização ou reforço das autoridades, o que demonstra que era uma prática recorrente para aquelas pessoas e, observando a história do Brasil, podemos afirmar que isso não era exceção. Dias seguia uma tradição secular de confronto com indígenas, que sobreviveu mesmo ao fim do governo português.

Assim, temos relatos comprometidos com o avanço da colonização. Por um lado, é ali que vamos ler sobre os encontros, no limite da fronteira, o limite do humano. Oos relatos desses sujeitos são a afirmação da violência e da exclusão. Dessa forma, um trabalho que busca apreciar as atuações e vozes indígenas na história, valorizando a presença e a diferença, como pode retirar informações dos indígenas nesse tipo de documentação? Aqui trago os problemas apresentados por Spivak, sobre as apresentações e reapresentações dos subalternos na narrativa histórica dos colonizadores. São versões domesticadas dos sujeitos que integram

as narrativas da colonização, sujeitos que não estão atuando segundo suas próprias lógicas, e sim segundo lógicas impostas por aqueles que escrevem a documentação, como observamos ao analisar os Relatórios de Presidente da Província. A atuação que buscamos na documentação vai inevitavelmente ser canalizada por um prisma colonial, em que a história se encaixa no projeto de mundo imposto, incutindo a colonialidade no projeto de nação que se constituía naquele momento (Spivak, 2010; Quijano, 2004).

Portanto, é necessário escutar as vozes indígenas onde elas estiverem, vivas, no presente mesmo que esta pesquisa é escrita. É o caso dos relatos do Maurício Vehn Tain, que apresentam agências a partir da sua cultura e cosmologia, onde na documentação apenas lemos reações, não ações. Como, por exemplo, as datas da circulação dos Kaingang pela Picada Feliz descrita por Vidal, a diferença de dois meses entre dois encontros, um trajeto Leste-Oeste pela serra, ganham sentido quando Venh Tain apresenta as rotas da aldeia de Canela para a região de Caxias, e daí para Nonoai. Esse relato ainda é, caso fosse necessário, respaldado pelo próprio Vidal, que comenta a possibilidade de conectar a picada Feliz com a estrada que vai para o aldeamento de Nonohay, mesmo trajeto, segundo a relação entre a narrativa oral Kaingang e a documentação (Vidal, 1858, p. 110).

Tratando as narrativas através do conceito de regimes de memória (Oliveira, 2022; Fabian, 2010), percebemos que as fontes documentais têm seus próprios interesses em retratar os indígenas na Serra Gaúcha no século XIX. Por um lado, retratá-los como "facínoras" justificava a violência utilizada pelos bugreiros, por outro lado, a comparação dos mesmos com as "feras selvagens" reproduz uma visão desumanizante dos indígenas, reforçando a versão anterior e ainda eximindo os colonos do esbulho, pois não sendo cristãos ou civilizados, não teriam direito às terras. Sobre a história dos grupos indígenas ligados ao território da Serra Gaúcha, temos as narrativas de descendentes do grupo de João Grande e temos a documentação do Fundo de Obras Públicas, duas narrativas conflitantes e quase opostas, mas que podem, com a devida crítica historiográfica e etnográfica, ajudar a recontar a história indígena e da colonização do Rio Grande do Sul. Contudo, é importante perceber

o abismo entre as formas de narrar o passado, e as consequências políticas e temporais de cada regime de memória.

Outra fonte através da qual podemos escutar as vozes indígenas é a do historiador Kaingang Danilo Braga. Ao final de sua dissertação, há a transcrição de uma entrevista feita por seu orientador. Nesse relato, o historiador indígena apresenta uma forma de narrativa mais próxima de como é a de seu povo, em forma de relato oral. Nesse material, Braga faz o processo inverso do descrito acima e utiliza fontes historiográficas como respaldo nas lacunas das narrativas orais, tendo estas, preeminência sobre a narrativa escrita. Neste trabalho, é importante reconhecer que as narrativas escritas têm maior destaque, pois é sobre elas que a análise historiográfica é feita. Porém, é ainda inconcebível a escrita deste trabalho sem a consulta dos indígenas sobre tais narrativas. Assim, utilizando seu método próprio, que poderia se encaixar mais na descrição de etnohistória de Sider (1994), Braga descreve o período do século XIX como um período de guerras, cujo resultado foi a diminuição catastrófica do território acessado pelos Kaingang e Xokleng:

O Brasil hoje declara ter a maior fronteira agrícola do mundo, espaços estes nos quais ocorrem encontros entre indígenas, fazendeiros, camponeses, e até os dias de hoje permanece como um lócus de negação de direitos (Oliveira, 1998, Martins, 2009). O que observamos ao nos debruçarmos com uma lupa sobre a história de uma região colonizada em meados do século XIX são processos que se repetem, com a especificidade de cada lugar, mas que resultam na expulsão dos indígenas de seus territórios e na total degradação ambiental. Podemos afirmar também que a dinâmica do avanço da frente de expansão é parte desse processo histórico de colonização que ocorre há mais de cinco séculos.

Durante a história recente do Brasil, há muitos casos de povos indígenas que perderam seus territórios e mesmo suas línguas e ainda assim acham formas de retornar, como é o caso de muitos grupos do Nordeste. Ao estudar esses casos, o antropólogo João Pacheco de Oliveira cunhou o conceito de territorialização, que o autor define como um "processo de reorganização social" que implica em: 1) nova unidade sociocultural, ou identidade étnica diferenciadora; 2) a criação de mecanismos políticos especializados; 3) redefinição do controle social sobre recursos ambientais; 4) reelaboração da cultura e da relação com

o passado (Oliveira, 1998, p. 22). De modo genérico, podemos dizer que os Kaingang nunca desapareceram: mesmo após as guerras no século XIX e o XX marcado pelo duro período do SPI – o período "dos panelões" (Braga, 2015) – no final dos anos 1970 já haviam organizações indígenas retomando territórios no Paraná e no Rio Grande do Sul (Marechal, 2021).

Atualmente, existem quatro retomadas indígenas nos municípios de Canela e São Francisco de Paula, de três etnias: Kaingang, Xokleng e Mbyá-Guarani. Tanto a retomada Kógühn Mág quanto a Xokleng Konglui ocorrem no terreno de duas Florestas Nacionais administradas pelo ICMBio, e traçam seus antepassados até os conflitos e perseguições nos séculos XIX e XX, mas também identificam limites entre os territórios dos antepassados dos dois grupos fronteiriços, e reconhecem entre si alguma descendência em comum.

O cacique Maurício me relatou durante a gravação de documentário, que quando a cacica Xokleng, Cullung, visitou o território da retomada Kógühn Mág, em uma caverna que serviu de refúgio durante as perseguições do século XIX e XX (Freitas et al., 2020), não identificou espíritos dos seus ancestrais, portanto, confirmando a fronteira entre Kaingang e Xokleng como o rio Caí, com base na conexão com os espíritos dos ancestrais. O modo de acessar o passado, através de elementos espirituais e dos sonhos, consiste em uma "parte essencial das técnicas empregadas pelos kujà nos processos de retomada, uma vez que estes são canais de acesso favoráveis ao trânsito entre as fronteiras do mundo-outro, sendo este um lugar habitado por seres e forças que operam em temporalidades não ordinárias" (Fontes e Salvador, 2023, p. 85)

Outro aspecto que fazia com que os Kaingang circulassem pelo seu território são os motivos religiosos no âmbito de rituais de matriz xamânica, com a figura do kujá como uma referência de saberes e conhecimentos ancestrais, além da relação com a floresta, com os mundos dos sonhos *vẽnh-pét* e com o mundo subterrâneo dos mortos *nũgme*. Uma das maneiras de interação entre esses mundos, que tem fronteiras permeáveis, é através do contato com elementos da natureza, como remédios do mato *vẽnh-kagtã*, também com o animal espírito guia *jagré*, ou mesmo com a festa dos mortos, o *kiki-koi*. Junto com os

kujá, os *kofá*, "pessoa maior, anciã e sábio", detêm a sabedoria dos antigos *kinhróg*; são os guardiões do *kanhgág jÿkre*, o pensamento coletivo, além da história dos Kaingang, que se inscreve em uma temporalidade que transita entre o *vãsy*/tempo dos antigos, *gufã*/tempo ancestral ou mítico e *uri*/tempo atual. (Rosa, 2005; Marechal, 2021; Fontes e Salvador, 2023).

Como aponta Diehl, "a presença dos restos mortais dos ancestrais foi para vários grupos de Kaingang um elemento central no sentimento de pertencimento e territorialização durante todo o século XIX" (Diehl, 2023, p. 180). Volta-se para onde estão enterrados os umbigos seus, dos antepassados e dos filhos e netos. A guerra para os Jê não significava a ruptura com o território, mas sim uma incorporação do outro grupo, muitas vezes através do rapto (Martins, 2009). Essa dinâmica pode ser vista na presença de um Xokleng em um grupo com três outros Kaingang, como no relato da mãe e filha Tiderisch. Dois povos que os cronistas insistiam em enfatizar as guerras mortais uns contra os outros, mas que ocultavam aspectos de convivência, aliança e misturas desde tempos antigos.

Analisando duas retomadas contemporâneas Kaingang, Cleméntine Maréchal aponta o apoio fundamental dos kujá nas retomadas territoriais, e faz apontamentos que nos são pertinentes ao nos aproximarmos da temporalidade Kaingang:

> Longe, porém, de serem apenas a expressão de uma volta ao passado, as retomadas surgem em resposta às assimetrias e desigualdades sociais e de poder que são o resultado da reprodução da matriz de dominação colonial. Tais iniciativas, como já abordamos de forma breve anteriormente, são realizações criativas que se enraízam tanto na memória dos antepassados quanto nas lembranças do esbulho, do despojo e da violência colonial. (Maréchal, 2021, p. 475).

A presença do território, das matas de Araucária, e demais marcas do espaço na cosmologia, faz com que os eventos narrados pelos interlocutores nas fontes pesquisadas se tornem narrativas que também pertencem à cosmologia Kaingang. Unindo o passado mítico, o passado histórico e o presente da luta dos movimentos indígenas, é possível pensar em uma etnohistória que considere tanto o fazer historiográfico, antropológico e cosmopolítico na criação e no pensamento do passado.

Para muitos Kaingang, as retomadas são consideradas como o retorno do modo de vida dos antigos, enquanto esse processo é chamado por alguns intelectuais Kaingang de *kanhgag êg my há*, literalmente "o que faz bem pra nós, Kaingang" (Marechal, 2021 p. 475). Dessa forma, não se trata de um retorno ao passado, mas sim da construção de novas relações com a terra e com as demandas territoriais, em processos que se reelaboram de acordo a formação de alianças, em situações territoriais complexas, impasses jurídicos e assimetria de relação de forças entre os Kaingang e os colonos e fazendeiros (Marechal, 2021, p. 521). Mais do que ser consequência de demandas por terra e dignidade das comunidades Kaingang, as retomadas são uma forma também de proteger o passado do esquecimento, ressaltando aqui o vínculo intrínseco entre os territórios de memória e as narrativas sobre o passado.

Para finalizar, é importante retornar à ideia de etnohistória como a história dos povos indígenas trazida por Gerald Sider (1994). Ao abordar os personagens históricos escondidos pelas brumas da documentação lida, estamos observando os antepassados de muitos indígenas atualmente. Sabemos que o grupo de João Grande deixou numerosa descendência espalhada pelas terras indígenas do estado, e que muitas histórias sobre o período abordado aqui, através da visão do não-indígena na frente de colonização, coincidem com histórias da tradição oral do povo Kaingang e Xokleng. Tais narrativas permanecem por muitas gerações com os sábios indígenas, fazendo com que este trabalho dialogue com as mesmas, no presente, através das minhas vivências com os Kaingang, manifesto aqui o profundo respeito por essas narrativas e pelas pessoas que as portam.

Fontes Pesquisadas

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Obras Públicas, Caixa 4, Maço 9. GUIMARÃES FILHO, Antônio José da Silva - Administrador da Obra. Ofício: Ofício tratando da estrada do Passo da Esperança na Picada Feliz. 1854

AHRS, FOP. C 8, M 14. CAMPOS, José Maria Pereira de - Major de Engenheiros e Inspetor das Obras Públicas. Ofícios tratando da Picada de Dois Irmãos. 1858

AHRS, FOP. C4, M7. DIAS, Domingos José (encarregado) Ofício, relatório e minuta (anexa) sobre a Picada do Mundo Novo até os Campos de Cima da Serra. 16/03/1852.

Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Legislativa Provincial, 05/10/1847.

BND. HD. RPPSPRG. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852.

BND, HD, RPPSPRG. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 02/10/1854

Referências bibliográficas

ARAUJO, Rodrigo Wienskoski. **O Povo Kaingang E O Processo De Demarcação De Terras Indígenas No Brasil:** A Expropriação Territorial E A Retomada Kaingang Kógũnh Mág. Tese - Ppgg/Ufrgs. Porto Alegre, 2023.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: Barth, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-68.

BRAGA, Danilo. **A História Dos Kaingang Na Luta Pela Terra No Rio Grande Do Sul:** Do Silêncio, À Reação, A Reconquista E A Volta Para Casa (1940-2002). Dissertação De Mestrado. Programa De Pós-Graduação Em História. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2015.

CORUJA, Antônio Alvares Pereira. **Colleção De Vocabulos E Frases Usados Na Província De São Pedro Do Rio Grande Do Sul No Brazil.** Londres, Trubner E Comp. 1856.

DIEHL, Isadora Lunardi. **Criando fronteiras:** Guaranis e Kaingangs diante dos processos de invisibilização pelo Estado (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese defendida no PPGH/UFRGS. Porto Alegre, 2023

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados A Kaingang:** As Experiências Vividas Pelos Indígenas No Contexto De Imigração Alemã E Italiana No Rio Grande Do Sul Do Século Xix E Início Do XX. Dissertação De Mestrado. Ufrgs – Ppghist: 2011

FABIAN, Johannes. Memórias Da Memória: Uma História Antropológica. In: Reis, Daniel Aarão (Org.). **Tradições E Modernidades**. Editora Fgv, Rio De Janeiro. 2010.

FERNANDES, Florestan. A **função social da guerra na sociedade tupinambá.** São Paulo: s.e., 1952.

FONTES, Iury; Salvador, Maurício Vehn Tain. **Movimentos De Retomada E Passados Plurais:** A Experiência De Tempo Kaingang Através Do Relato Do Cacique Maurício Ven Táinh Salvador. Monografia. Ufrgs, Porto Alegre, 2022.

FRANCISCO, Aline Ramos. Kaingáng: **Uma História Das Interações Entre Nativos E Ocidentais Durante A Conquista E A Colonização No Sul Do Planalto Meridional**. Tese, Pucrs, 2013

FREITAS, Ana Elisa De Castro; VENZON, Rodrigo Allegretti. **Informação Sobre A Historicidade E Tradicionalidade Da Ocupação Kaingang (Jê Meridional) Na Bacia Hidrográfica Do Lago Guaíba E Formadores:** Territorialidades Associadas Às Micro-Bacias Hidrográficas Dos Arroios Tiririca, Caçador E Saiqui, Tributários Da Margem Esquerda Do Curso Médio Do rio Caí - Município De Canela/Rs. Porto Alegre: 2008. Documento Entregue Para A Procuradoria Do Mpf/Rs.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). **Pesquisas**. Antropologia 56. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/ UNISINOS, 2000.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Fronteiras Geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang no sul do Brasil (1889-1930).** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2006.

MABILDE, Coronel Affonso P. T. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul (1836-1866)**. São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1983

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A Política De Colonização Do Império.** Porto Alegre: Editora Da Universidade /Ufrgs, 1999

MARTINS, José De Souza. Fronteira: **A Degradação Do Outro Nos Confins Do Humano.** 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 2022 [2009].

MARÉCHAL, Clementine. **Ẽg Ga Ẽg Kófa Tú (A Nossa Terra É A Nossa História):** Território, Trabalho, Xamanismo E História Em Retomadas Kaingang. Tese De Doutorado. Programa De Pós-Graduação Em Antropologia Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2021.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias E Historiadores: Estudos De História Indígena E Do Indigenismo**. Tese De Livre Docência, Unicamp, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco De. **Catarina Paraguaçú E A Disputa Pelas Alegorias Do Nascimento Do Brasil.** Memórias Insurgentes, 1(1) 2022 Recuperado de https://revistas.ufrj.br/index.php/mi/article/view/50993

OLIVEIRA, João Pacheco De. **Uma Etnologia Dos" Índios Misturados"?** Situação Colonial, Territorialização E Fluxos Culturais. Mana, Rio De Janeiro, V. 4, N. 1, P. 47-77, 1998.

ORTIZ, Helen Sorsatto. Apropriação E Expropriação Da Terra Em Soledade: Norte Do Rio Grande Do Sul, Século XIX. In: TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio (Orgs.) **A Terra Indígena Borboleta:** Múltiplas Dimensões De Um Conflito Agrário No Sul Do Brasil. Passo Fundo: Editora Acervus, 2022.

QUIJANO, Aníbal. **O movimento indígena e as questões pendentes na América Latina.** Política Externa, 12 (4), São Paulo, 2004.

ROSA, Rogério. **"Os Kujà São Diferentes":** Um Estudo Etnológico Do Complexo Xamânico Dos Kaingang Da Terra Indígena Votouro. Tese De Doutorado, Ppgas. Ufrgs, Porto Alegre, 2005.

SIDER, Gerald. **Identity As History: Ethnohistory, Cultural Differentiation, And The Politics Of Native American Identity In The Southeastern United States**. In: Identities: Global Studies In Culture And Power, V. 1 N O .1, Spr. 1994.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode O Subalterno Falar?** 1. Ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora Da Ufmg, 2010.

VARGAS, Daiane Loreto. **Tecendo Tradição: Artesanato E Mercado Simbólico Em Uma Comunidade Rural Do Pampa Gaúcho.** Pger/Ufsm - Tese. Santa Maria, 2016.

VENZON, Rodrigo Alegrete. Sobrevivência Indígena Frente Ao Latifúndio. In: **Expropriação E Luta: As Terras Indígenas No Rio Grande Do Sul.** Petí/ Anaí-Rs:1990-1993

VENZON, Rodrigo Alegrete. Almerinda de Mello: a Tecelã da Borboleta. In: TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio (Orgs.) **A Terra Indígena Borboleta:** Múltiplas Dimensões De Um Conflito Agrário No Sul Do Brasil. Passo Fundo: Editora Acervus, 2022

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem.** Rio de Janeiro: Ubu editora, 2014.

WITTMAN, Luisa Tombini. **O Vapor E O Botoque:** Imigrantes Alemães E Índios Xokleng No Vale Do Itajaí/Sc (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

OS INVENTÁRIOS DA EXPULSÃO DOS JESUÍTAS NAS REDUÇÕES DO PARAGUAI E OS ESPAÇOS PARA AS MULHERES INDÍGENAS NO SETECENTOS: OS TEARES E O COTIGUAÇU

Laura Oeste[1]

O texto aborda informações encontradas acerca das mulheres indígenas na documentação produzida durante a expulsão dos inacianos da América hispânica, em 1767, para a região das reduções do Paraguai. O objetivo é mostrar alguns dos espaços físicos considerados como femininos dentro das reduções, nos quais elas trabalhavam ou viviam: como foi o caso dos labores que envolviam o fiar e tecer e a casa de recolhidas (ou *cotiguaçu*). O recorte temporal escolhido é interessante para análise devido as diversas tentativas de transformações administrativas que geravam uma necessidade de instrução e discussão sobre os mais variados assuntos entre os sujeitos envolvidos, e, nesses contextos, as mulheres indígenas geralmente pouco presentes nas fontes aparecem com mais frequência.

A documentação é formada pelos inventários dos bens materiais escritos por funcionários da coroa espanhola sobre cada *Pueblo*

1 Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4496478667947463 Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9249-5690 Email: lauraoeste@gmail.com. Este material é parte da pesquisa de doutorado em andamento.

visitado, entre os anos de 1767 e 1768, durante a aplicação da expulsão dos inacianos.[2] A partir dessas fontes, mapeamos as informações apresentadas sobre as mulheres durante as tentativas de organização da nova administração que assumia os locais. Esses dados fornecem um panorama da década de 1760 sobre a situação social das indígenas dentro das reduções e uma noção mais quantitativa do seu trabalho nos processos envolvidos na tecelagem, que foi essencial para as reduções e envolvia uma rede de trocas e comércio. No caso do *cotiguaçu* encontramos uma variedade de termos que se referiam ao espaço, que geralmente ficava na área externa do complexo principal, recebendo viúvas e órfãos e sendo cuidado por mulheres e homens anciãos. A escrita segue essa organização: uma primeira parte acerca do trabalho feminino no fiar e tecer, em seguida, a Casa de Recolhidas.

O fiar e tecer nas reduções

O jesuíta Joseph Cardiel (1766, p. 49-50), a partir do *pueblo* de Concepción, apresenta em uma carta algumas informações interessantes sobre as atividades realizadas pelas mulheres nas reduções. Como o caso do trabalho de fiar, no qual elas se dedicavam duas vezes na semana para a produção de uso comum, além do necessário a ela e seu marido, tendo ainda tecelões à parte para as vestimentas ofertadas aos jovens da redução. Logo adiante no material, o inaciano explica que tanto os índios como as índias não deveriam ser sobrecarregados nos trabalhos de fiar e tecer, especialmente as mulheres que ficariam doentes devido à sua fragilidade, mostrando uma visão estereotipada do feminino. Ao longo da sua escrita, Cardiel (1766, p. 41) fornece informações sobre as vestimentas e seus usos e as práticas comerciais em que os tecidos de algodão eram trocados por gado com os *pueblos* vizinhos e outras localidades para além das reduções.

Cardiel (1766) ainda explica como os materiais eram essenciais na vida pessoal dos moradores locais, sendo idealizadas duas vestimentas por indivíduo, uma de tecido de algodão para o verão e outra de lã para o

2 Consultamos um compilado dos inventários produzidos pelos funcionários responsáveis pelo mapeamento dos bens dos inacianos e das reduções, o *Inventario de los bienes hallados a la expulsión de los jesuitas y ocupación de sus temporalidades por decreto de Carlos III*. Organizado em 1872 por Francisco Javier Brabo, responsável por selecionar, transcrever e "atualizar" a escrita para o vocabulário de sua época, século XIX, segundo ele apenas quando necessário.

inverno. A vestimenta masculina era formada por um poncho ou camisa sem gola que serviam de capa e eram feitos de lã, uma camisa comum, calções e gibão de lã (um tipo de colete ajustado ao corpo) e gorro. Para as mulheres eram apenas duas peças: uma camisa até os pés e sem mangas e outra mais larga e de mesmo comprimento que era colocada por cima a partir do pescoço (p. 41-42). Em geral, nas reduções as roupas eram feitas a partir de algodão, com exceção das localidades onde eram criadas ovelhas (p. 42), existindo, segundo o padre, em casos de escassez de lã, uma preferência em vestir os casados e as "pobres" viúvas (apesar de o objetivo ser atender todas as idades e sexos) (p. 49). No fim de sua listagem, Cardiel (1766) explica que alguns itens são abundantes em vários *pueblos,* sendo estes passíveis de serem doados, entre eles os tecidos de algodão, além da erva-mate e tabaco (p. 46).

Em linhas gerais, de acordo com o depoimento do inaciano, podemos dizer que as mulheres se envolviam principalmente em duas tarefas relacionadas a essa produção: o fiar e tecer (Cardiel, 1766, p. 50), sendo estes importantes para vestir os habitantes do próprio *pueblo* e participar da dinâmica de trocas comerciais necessárias para a sobrevivência do lugar. Os homens também fazem parte desta produção trabalhando nas oficinas.

O trabalho das mulheres com a confecção de tecidos nas reduções está presente em algumas análises, como a de Beatriz Vitar (2015; 2022), em que analisou a participação das indígenas nos labores de fiar, tingir e tecer na região do Chaco do século XVIII. A historiadora explica que uma das motivações apresentadas pelos inacianos para justificar o regime de produção têxtil foi o repetitivo argumento da nudez, principalmente das jovens e suas roupas, existindo a busca por vestimentas adequadas ao recato feminino esperado, realizadas a partir de materiais como algodão e lã. Essa também era uma forma de manter as indígenas ocupadas com esses labores. Vitar comenta ainda que os tecidos elaborados a partir da lã possuíam uma importância simbólica no pensamento cristão, que tinha uma ideia de mulher virtuosa, do lar e tecelã. Também existia uma carga simbólica no próprio animal que fornecia o material, em que a ovelha se encaixa como um ser virtuoso, puro e seguidor do "bom" pastor. Outra questão pertinente levantada pela autora é de perspectiva, já que dentro da visão dos inacianos mesmo a vestimenta nativa cobrindo a nudez,

ela não seria adequada por ser elaborada pelos indígenas *chaqueños* com materiais oriundos da caça e fibras vegetais coletadas de espécies da região, aspectos ligados ao modo de vida com base na caça e coleta (2022, p. 95-97).

Para as reduções do Uruguai e Paraná, Maria Imolesi (2011, p. 146-147) também menciona o tecer como uma atividade feminina e relacionado com o contexto da casa de recolhidas, que também aparece nos inventários consultados e será objeto de análise na segunda parte deste texto. Em outras partes da América hispânica colonial, como no México, as atividades relacionadas com a confecção de tecidos também eram relacionadas com o trabalho feminino, encontrando diálogos com os trabalhos de fiar e tecer elaborados pelas mulheres indígenas ainda no período pré-colonial e fazendo parte da identidade feminina. Para o caso dos astecas os tecidos eram produzidos para o contexto familiar e para tributos ofertados à classe governante (Escadón, 2000, p. 250-251).

Ou seja, em linhas gerais, podemos dizer que existe um consenso sobre a produção relacionada aos têxteis como um trabalho feminino, aspecto que utilizamos como ponto de partida para a leitura de nossas fontes, já que elas quase sempre não identificam quem eram as pessoas envolvidas na produção dos fios e tecidos, com exceções das produzidas pelos inacianos como a de Cardiel (1766) citada na abertura desta escrita.

No entanto, mesmo que o trabalho feminino fosse relacionado ao labor com a produção têxtil em outras localidades da América hispânica, nas reduções do Paraguai existiam divisões a partir do gênero dentro dos espaços reducionais relacionados aos processos de fabricação de tecidos. Como analisou Antonio Ramos (2016), que ao investigar as relações de gênero dentro do complexo missioneiro, explica que a rotina de trabalho foi organizada com base em uma divisão de gênero que fazia parte de todas as atividades do cotidiano. Nessa organização binária, para a indígena couberam as tarefas de colher e fiar o algodão, o espaço doméstico e a roça familiar. Alguns jesuítas consideravam o trabalho com a colheita leve e mantinham vigilância para que as mulheres colhessem excedentes, já pensando na produção de tecidos para serem comercializados. O mesmo acontecia com as fiandeiras, que produziam tanto para o consumo interno como externo, comercial. Após essas etapas a tecelagem seria realizada pelos homens nas oficinas,

tanto os materiais de uso coletivo como particular. Sobre essas divisões, o pesquisador apresenta o relato do jesuíta Antonio Sepp sobre como as indígenas aprendiam rapidamente a tramar, pegando uma toalha pronta, desfazendo para compreender como era tecida e produzindo outra; o que Ramos comenta ser na verdade a atividade de crochê não relacionada com os teares. Em um escrito posterior de Felix de Azara, são mencionadas as mulheres fiando o algodão e os homens os tecidos do vestuário, que seriam vendidos nas cidades espanholas do entorno (2016, p. 152-155). Partindo das informações organizadas por este autor ao longo do período reducional, as mulheres eram fiandeiras e os homens tecelões nas oficinas, mas elas também teciam outros materiais para usos não específicos.

Retomando nossa documentação principal: a aplicação das reformas bourbônicas no território da América espanhola foi diversa. Nesse contexto, um dos aspectos mais destacados da reforma foi a expulsão dos jesuítas em 1767, que resultou na retirada de 220 inacianos do território americano. Estes em sua maioria *criollos* (filhos de espanhóis nascidos na América) que viviam em reduções de indígenas, resultando em posicionamentos ambíguos tanto em apoio como contrários, trazendo mudanças em aspectos pastorais, educativo e econômico, já que a retirada dos religiosos previu a transferência de seus bens para a Coroa sendo posteriormente repassados a compradores particulares (Cortezo, 2018, p. 177). Nessa movimentação foram produzidos inventários com listagens detalhadas dos materiais e espaços encontrados dentro das reduções que nos são úteis para encontrar informações sobre a fabricação de tecidos e informações sobre as indígenas envolvidas no processo. Sendo assim, partiremos de alguns questionamentos: como funcionavam esses labores que envolviam o fiar e tecer? Existiram grandes diferenças entre as peças fabricadas por mulheres e homens, considerando que as indígenas produziam para familiares e o comum, o que incluiria a produção para pagamentos nas trocas comerciais da redução e os homens apenas nas oficinas.

Na organização do inventário os documentos foram divididos por região: Uruguai, Paraná e *Gran* Chaco. [3] Nesses escritos são fornecidas

3 Em comparação com os inventários do Paraná e Uruguai, os inventários da região do Chaco são menores, apresentando ao todo sete *pueblos* com descrições bastante sucintas em informações,

inúmeras informações sobre objetos, roupas e ornamentos, livros, animais, itens das estâncias, mantimentos dos armazéns, entre várias coisas. Neles buscamos todas as menções aos processos que envolviam os teares, desde a quantidade de peças de tecido ou fio, matérias-primas, produtos e objetos relacionados e outros comentários que apareceram as mulheres indígenas. No geral, são dados quantitativos e poucos comentários explicativos, mas, mesmo assim, é possível estabelecer um panorama das atividades dessas indígenas que se envolviam em alguma parte ou em todo o processo de confecção de tecidos.

Antes de seguir, convém algumas explicações sobre como funcionavam as atividades nos teares. Pelos inventários que consultamos percebemos como produção mais relevante dois tipos de itens: a peça de tecido "bruto", geralmente algodão e ocasionalmente lã, e a confecção do fio da fibra vegetal, os materiais eram medidos em varas e arrobas. Esses são os dois principais produtos que participam do comércio de trocas, como já observado no depoimento de Cardiel (1766), esses dois tipos de materiais além de utilizados localmente, poderiam ser permutados por coisas diversas, como gado e alimentos, entre os vários *pueblos* e colégios jesuítas do Prata ou vendidos para além das missões.

Outro ponto importante é quem realizava as etapas que envolviam a produção têxtil. Pela documentação, como por exemplo Cardiel (1766) e outros pesquisadores (Furlong, 1936; Imolesi, 2011; Vitar, 2015; 2022), indiscutivelmente, eram as indígenas que trabalhavam nos processos de confecção do fio, sendo treinadas desde jovens. Esse processo incluiria provavelmente a limpeza e preparo da fibra e o manuseio da roca (ver imagem) e, por fim, a transformação desse material em tecido, sendo que esta última etapa poderia ser realizada pelos homens nas oficinas de tecelagem. Aparentemente apenas a mulher produzia as roupas para seus familiares, além da produção de fio para uso comum da própria redução e para o comércio.

apesar de percebermos uma tentativa de manter a estrutura anterior. No geral para essa região, não encontramos nenhum tipo de referência aos tecidos ou trabalho nos teares ou de fiar, nem nas dívidas e trocas com as outras reduções. Algumas reduções tinham referências de telas específicas para confecção de tecidos e lã dentro de um quarto com outros objetos cotidianos como mesas, assentos, entre outros, além de uma das reduções apresentar um espaço para "tener la ropa que se va gastando", sem mais especificações (Brabo, 1872, p. 449). Devido a esses aspectos, as reduções dessa localidade não entraram nas comparações e reflexões sobre a produção de tecidos.

Imagem I

Fonte: Na direita: mulher guarani trabalhando em uma roca, à esquerda, uma carda, utensílio usado para processar o algodão e um urdidor, desenhos de Sánchez Labrador (Furlong, 1962, p. 450).

Para nossa organização, consideramos as informações dos materiais citados diretamente relacionados com os teares e comércio, já que são listados vários tipos de tecidos e matérias-primas, que provavelmente eram também trabalhados por essas mulheres e homens nas oficinas, mas não temos como mensurá-los.

Apresentando algumas características gerais dos inventários consultados, podemos dizer que existiu uma tentativa de padronização na coleta dos dados, Bucareli chegou a encaminhar instruções de como deveriam ser elaborados, no documento *Diligencias que preceden à los inventarios* (Brabo, 1872, p. 1-2), porém as singularidades locais e dos próprios escribas prevaleceu. Todas as listagens seguem uma ordem: começando pelos objetos de valor encontrados na Igreja, especificando itens de prata e ornamentos diversos; seguido pelas peças de vestuário das festividades, dos cabildantes e litúrgicas, entre outras; os gêneros encontrados nos armazéns, como tecidos e fios, objetos cotidianos diversos, erva mate, alimentos, grãos, entre várias coisas; foram ainda organizadas seções pelos espaços e oficinas, como a cozinha, refeitório, a ferragem, de ourives, os teares, *rosarieros* (rosários), curtidores,

padeiros, pintores, horticultores; instrumentos musicais; descrição das estâncias, ervais e algodoais pertencentes ao *pueblo;* seus animais por espécie; dívidas e devedores; por fim uma série de perguntas realizadas ao jesuíta responsável pelo lugar, que abordavam possíveis divergências entre o inventário e o observado pela pessoa que o assinava. Essas descrições variavam muito entre as reduções, podendo ter vários itens ignorados, sendo as reduções do Chaco as que menos incluíram esses itens, provavelmente por não terem todas as estruturas encontradas no Uruguai e Paraná devido a seu tempo de existência.

Organizando as informações dos inventários, encontramos os seguintes aspectos:

Realizando um panorama dos *pueblos* do Paraná, em um total de treze reduções, elas parecem ter tido um envolvimento menor com a fabricação dos tecidos, quando comparado ao Uruguai, com exceção de duas reduções, *Santa Rosa,* que contava com vinte peças em produção nos teares (Brabo, 1872, p. 374-386) e *Santiago* com dezenove peças sendo produzidas além de uma boa quantidade nos armazéns (Brabo, 1872, p. 404-411). Pontuamos que talvez, por serem mais sucintos os inventários, não são mencionadas as pessoas envolvidas em nenhuma das atividades.

Nos povoados do Uruguai as informações são mais detalhadas e o material mais longo, totalizando dezessete reduções. De fato, nesta parte, o trabalho com o fiar e tecer é o único que aparece nos inventários como sendo elaborado por mulheres, além de uma redução que descreve os homens trabalhando na oficina de tecelagem[4]. Os inventários que apresentaram teares em unidades contadas foram: Santos Apostoles com doze, *San Borja* também com doze, *San Luis* com vinte e dois, *San Nicolas* com vinte e quatro, Jesus com doze e Santiago com dezenove.

4 No *pueblo* de *San Nicolas* encontramos informações interessantes sobre quem trabalhava nas oficinas de tecelagem. Elas estavam situadas nos aposentos de um dos pátios como de costume, sendo vinte e quatro teares, onde trabalhavam doze homens e doze jovens. São mencionadas as quantidades, em que dezoito deles trabalham com cinco arrobas de fio e outros seis com quatro onças e meia; sendo pontuados no local outros utensílios necessários para tear (Brabo, 1872, p. 207). É a única fonte que menciona diretamente homens nos teares, sem mulheres. Cabe pontuar, que em todas as atividades, o escriba utilizou o masculino, como o caso "do cozinheiro", entre vários outras. Ao que parece foi um lugar em que apenas os homens trabalhavam, como usualmente seria para as oficinas segundo as narrações/orientações de alguns padres desde as primeiras reduções (Baptista, 2015, p. 58-63; Furlong, 1936, 156).

A maioria apresentou apenas peças em andamento no momento da visitação, seguindo com um número semelhante ao apresentado nas oficinas em que os teares foram contados, entre doze e vinte e dois teares em funcionamento.

Parece existir uma certa padronização na quantidade de teares, que variou em média entre doze e vinte e duas unidades, o que indica que a atividade envolveu um número considerável de pessoas, já que vários mencionaram que eles estavam em funcionamento no momento da visita. Os inventários possuem peças avulsas em um número considerável, sem muitas informações de seu uso ou destino. Lembrando que Cardiel (1766) mencionou a confecção de tecidos para pagamento de dívidas, mas que as mesmas mulheres também eram responsáveis pela confecção das peças utilizadas para vestir a sua própria família e de outras também, não ficando evidente onde esta última atividade acontecia, se nas oficinas, no espaço doméstico ou em algum outro. Observamos que é comum na documentação encontrar informações sobre as mulheres envolvidas no fiar e tecer, mas raramente onde elas executavam esse trabalho.

Consideramos todas as peças citadas como relacionadas aos teares, ignorando as que apareciam avulsas, o que fez alguns *pueblos* ficarem "sem produção", como os de *Yapejú* e *Santo Ángel.* Isso não significa que estas reduções não participavam das trocas ou comércio. Talvez eles desempenhassem outra parte na produção relacionada aos teares ou confecção de tecidos, que envolvia outras etapas.

Pensando nas matérias-primas, por exemplo, no caso de *Yapejú*; no final dos inventários foram organizadas tabelas com os números de cada tipo de animal presente em todas as reduções e para este Pueblo, se destaca o tamanho do rebanho de ovelhas com 46.118 cabeças. Para comparação, *La Cruz*, o segundo maior, possuía 27.000 cabeças. *Santo Ángel* figura com apenas 440 animais (Brabo, 1872, p. 662-663), indicando que a especialidade da redução poderia ser o fornecimento de um dos tipos de matéria-prima, nesse caso a lã.

No geral dos inventários, as oficinas aparecem com informações pormenorizadas, em listas próprias dentro do inventário. Os instrumentos, materiais e produtos de carpintaria, dos ferreiros, manufatura de telhas, dos ervais são todos contados e bem detalhados. Nisto fica o questionamento: por que os teares (e os objetos relacionados) não são

contados e descritos como os demais itens das outras oficinas? Em alguns inventários eles nem aparecem. No caso da oficina formada apenas por homens e jovens em *San Nicolas*, ela foi listada com mais cuidado, explicando quem eram os trabalhadores com seus aprendizes, com qual quantidade de materiais operavam cada grupo, e outros itens. Será que existe alguma limitação da descrição desses espaços por alguns deles talvez serem femininos e existindo a possibilidade desses lugares estarem externos aos pátios principais das oficinas, como cogitou Furlong (1936) sobre algumas delas que funcionaram nas casas indígenas desocupadas, a princípio por falta de espaço.

Aprofundando a questão da localização no *pueblo*, uma parte dos aposentos das oficinas de tecelagem são descritos no mesmo pátio das demais. Existem exceções quanto a descrição, alguns como e de *Santos Apostoles* e o já mencionado *San Nicolas* dedicaram seções específicas a estes locais, mas a maioria das informações do produzido nos teares só foi possível acompanhar devido as anotações de dívidas e credores e por outros detalhes pontuais fornecidos ao longo da escrita, indicando a possibilidade de elas não funcionassem junto das outras oficinas. Mesmo que consideremos que a tecelagem produzida para o comércio era uma mão de obra masculina, a atividade de base que fabricava o fio para ser usado era feminina, além da colheita do algodão. Não existe menção a materiais usados para fiar e as quantidades do produto em fio aparecem apenas nos armazéns ou quando existia uma peça de tecido em processamento, o que corrobora que esta atividade acontecia em espaço doméstico ou externo aos pátios principais.

A intenção de comerciar/trocar os materiais produzidos nos teares fica evidente em vários *pueblos*, apesar de parecer que nem todos produziam em quantidades para isso, sendo destoante as quantidades de peças quando buscamos os dados na terceira coluna da tabela. Por exemplo, *Yapejú* parecia apenas comprar das outras reduções. Esses usos e trocas ficam observáveis neste trecho do padre Rafael Campamar, de *Santa Maria la Mayor*, no fim do inventário "Preguntado que orden ó método tenían establecido de comerciar unos pueblos con otros […] ó método que se seguia era con géneros, como lienzo, yerba ó animales, segun se juzgaba em bien y provecho del pueblo [...] (Brabo, 1872, p. 161). Essa pergunta sobre como eram sanadas as dívidas foi colocada

no final de todos os inventários, e suas respostas foram parecidas com a transcrita acima, indicando a importância das atividades envolvidas na fabricação de tecidos para a vida econômica do *pueblo*. Outra questão, é que levando em consideração as produções por ano e comentários do final do inventário, nos parece que a manufatura dos materiais trabalhava segundo uma lógica de demanda, tanto no pagamento de dívidas como na compra e venda direta.

Cotiguaçu ou Casa de Recolhidas

Encontramos nos inventários descrições de lugares voltados apenas para as mulheres indígenas, chamados em nossas fontes de casa de recolhidas ou de mulheres e órfãs.[5] A partir disso, constatamos que existe a necessidade de pontuar algumas questões sobre esse lugar chamado nas fontes de casa de recolhidas e outros espaços femininos específicos com uso semelhante que aparecem na documentação, procurando abordar quem eram as mulheres que ali viviam, quais as motivações envolvidas para elas estarem naquele espaço e suas funções dentro da redução e quais eram as relações delas com o trabalho nos teares e o que teria acontecido com o lugar após a expulsão dos inacianos.

Nossa intenção é ampliar algumas colocações apresentadas na bibliografia consultada sobre o tema, que são bastante pontuais devido a pouca menção do espaço nas fontes. Esse aspecto muda, segundo Maria Imolesi (2011), na correspondência reservada dos inacianos, na qual são descritas questões mais pormenorizadas, como a relação do lugar com castigos ou cárcere para mulheres praticantes de algum delito e proteção para as indígenas desamparadas pelos motivos de viuvez, orfandade, abandono dos companheiros envolvidos em serviços militares ou labores fora dos espaços reducionais. Em trabalhos mais recentes, como o de Mercedes Avellaneda e Lía Quarleri (2020), foi problematizada a categoria de mulheres denominadas como viúvas que apareciam em grandes números nos censos e cartas ânuas do século XVIII e sua relação com o recolhimento feminino. Para as autoras, a desproporção entre mulheres e homens viúvos coincide com as preocupações apresentadas

5 O termo *cotiguaçu* não foi encontrado nos inventários, mas é utilizado com frequência em outras fontes e bibliografia. É uma palavra em guarani, que pode ser traduzida como casa ou habitação grande (Imolesi, 2011).

pelas ordenanças dos provinciais e do superior da Ordem na criação e manutenção dentro das reduções de recintos voltados à reclusão feminina, como uma tentativa de controle sobre as mulheres "soltas", ou seja, as que não estavam dentro de uma união matrimonial.

Organizando as informações encontradas nos inventários temos três reduções com referências ao espaço:

Em *San Carlos*, a casa das mulheres recolhidas é mencionada por esta denominação e foi descrita como um pátio com aposentos para essas mulheres. Ao que indica, ficava próximo das fileiras de casas do *Pueblo* e outras construções externas para o abrigo de víveres diversos como milho e trigo e os fornos para telhas (Brabo, 1872, p. 57).

Para o caso de Santa Maria a casa também foi situada fora do espaço reducional, com as casas dos índios e outras estruturas externas como o cárcere, capelas, cemitério e a horta (Brabo, 1872, p. 158).

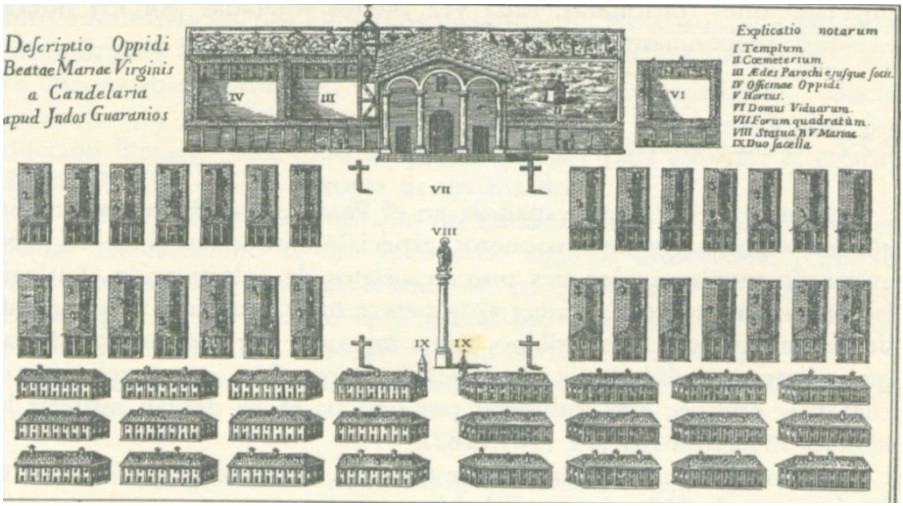
Em *Itapúa* nos deparamos com uma referência um tanto diferente das demais sobre um espaço apenas para mulheres. Na longa seção de "o que há no corpo da Igreja e sacristia", que listou praticamente todas as construções da redução, foi apresentado um lugar apenas para jovens órfãs, sem uma denominação específica, sendo descrito a partir de uma casa murada com porta e quinze aposentos, em que as jovens são cuidadas por dois homens e várias mulheres, todos anciãos (Brabo, 1872, p. 327-328).

Nos trabalhos do jesuíta Guillermo Furlong, existem algumas referências ao espaço, porém sem grandes aprofundamentos. Em desenhos e reproduções levantados pelo autor, tanto do século XVIII como posteriores (ver imagem II), inclusive em plantas baixas montadas a partir das ruínas, a casa das recolhidas está na mesma posição em diferentes *pueblos*, alinhado ao lado do cemitério; no geral os materiais são muito parecidos (1936, pp. 190-192; 195-196). Já na documentação compilada pelo inaciano existem passagens conhecidas e reproduzidas acerca do lugar, como as orientações dos provinciais para a construção de alguns edifícios em *San Ignacio,* em 1714, que diziam para construir um espaço bom e forte para as viúvas e casadas cujos maridos fugiram, para as solteiras e órfãos. Ainda segundo o padre, o lugar deveria ter duas divisões: uma para as viúvas e mulheres com maridos e a outra para as demais indígenas. O espaço contaria com pátio, porta comum,

porteiro com chaves diferentes para dentro e fora, e ainda uma anciã de confiança que cuidaria da entrada (Furlong, 1936, p. 167).

Em cada redução deveria existir uma casa de refúgio com essas características, aspecto que Furlong argumenta que nem todos as reduções possuíram o espaço, provavelmente por não acharem ser necessário, citando o exemplo que *San Ignacio Miri*, que aparentemente não seguiu as orientações de construir o lugar.

Imagem II



Fonte: Recorte realizado a partir do desenho de Candelária, de 1791, de autoria do Pe. José Manuel Peramás. No plano é identificado o I como a Igreja, II cemitério, III moradia do padre, IV oficinas do *pueblo*, V horta, VI Casa das viúvas, VII a praça (Furlong, 1936, p. 187).

Para compreendermos um pouco mais acerca desse espaço após a saída dos jesuítas, encontramos uma diversidade de localizações e denominações de uso sobre no *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes. Argentina, Paraguay y Brasil* organizado por Ernesto Maeder e Ramón Gutiérrez (2009, p. 39-111), o espaço aparece em localizações semelhantes as apresentadas, porém com algumas particularidades para as reduções do Uruguai durante a presença de portugueses e espanhóis para as demarcações decorrentes do Tratado

de Madri (1750). Observando as plantas baixas e croquis das reduções elaboradas pelos jesuítas, cartógrafos das Partidas Demarcadoras de Limites e arqueólogos selecionadas pelos autores, em um total de 53 imagens, organizamos as seguintes informações acerca da casa de recolhidas.

Há informações interessantes nos planos do Engenheiro José Maria Cabrer das partidas demarcadoras de limites no final do século XVIII, em que escreveu na legenda o espaço como estabelecimento para órfãs. Em um plano "modelo de redução" elaborado provavelmente também do Setecentos, além de ter moradias próximas, foram desenhadas moradias atrás ou anexas ao *cotiguaçu*, na altura das hortas dos inacianos, porém, como pontuam os autores, essa disposição não foi encontrada em outros materiais e nem nas escavações arqueológicas (Maeder; Gutiérrez. 2009, p. 45-48).

Em outros planos de Cabrer, como o da redução de *Santo Angel*, o *cotiguaçu*, citado como edifício de viúvas e órfãos, está na entrada da redução, do lado oposto ao complexo da Igreja e dos quartéis das tropas portuguesas e espanholas. O mesmo acontece com *San Lorenzo*, descrito como casa de órfãos, situado na borda direita da redução, surgindo um estabelecimento para inválidos ao lado. Em *San Luis* a legenda já resume em um item os dois usos: casa de órfãos e impedidos, localizado na periferia do povoado. Um desenho desta mesma redução colocado na coleção dos autores, datado de 1831, não faz nenhuma referência ao espaço. Seguindo os planos de Cabrer, em *San Nicolás* temos na periferia uma casa para órfãos de ambos os sexos (Maeder; Gutiérrez, 2009, p. 51;56-58; 61). Essa localização da casa de recolhidas ou de órfãos é bastante diferente da tradicional e parece ter somado outros tipos de moradores/usos ao espaço originalmente pensando apenas para mulheres e meninas, o que indicaria uma mudança de utilização no final do século XVIII.

Veremos adiante que o edifício do *cotiguaçu* é uma construção sólida e relativamente grande. As mulheres e órfãos de algumas reduções do Uruguai podem ter trocado de lugar durante as ocupações portuguesas e espanholas, o que parece sensato para o momento devido ao objetivo do lugar de isolar/proteger mulheres adultas ou meninas "sozinhas"; mas fica a dúvida do que aconteceu com o espaço antigo, já que o lugar ao

lado do cemitério aparece vazio ou sem identificação nos planos em que foi colocado na periferia da redução. Existe ainda a possibilidade de nessas localidades o *cotiguaçu* ter uma localização diferente da idealizada desde o início, se adaptando a realidade de cada localidade.

Nas reduções de *San Miguel, Concepción, Martires, Apóstoles* e *San Ignacio Miri* a casa de recolhidas está em uma posição parecida com a de Candelária (imagem II), próxima do cemitério e da Igreja e de frente para as moradias e praça central. Os planos de Candelária apresentados por Furlong (1936) e Maeder e Gutiérrez (2009) também não mostraram nenhuma alteração de lugar ao longo do século XVIII. Para a redução de Loreto foi apresentado um material com base em prospecções arqueológicas que apresentam o lugar em um ponto semelhante ao de *San Juan Bautista*, apesar de não terem nominado o espaço. Em um plano elaborado por Felix de Azara em finais do Setecentos, para *San Ignacio Guazú*, a estrutura tradicional do *cotiguaçu* ao lado do cemitério é chamada de casa de pousada, indicando talvez um novo uso (Maeder; Gutiérrez, 2009, p. 64-67;78;83;88;98). [6]

O padrão do lugar nos desenhos ao lado do cemitério é semelhante ao encontrado em escavações realizadas com a intenção de abordar o espaço a partir da redução de Santa Ana, em comparação com a descrição realizada nos inventários da expulsão, como foi o caso dos trabalhos de Ana María Rocchietti e Ruth Poujade (2013; 2014). Descrevendo sobre suas características físicas: era um edifício monolítico, uma casa forte, galerias internas e externas e com pátio interno. Além das divisões em cômodos, existia uma divisão interna entre as partes frequentadas pelas mulheres adultas (viúvas ou casadas) e a menina órfãs e solteiras. Todas as habitações possuíam piso de pedra, com exceção de um; como comparação podemos recorrer as casas comuns dos indígenas que eram de chão batido.

6 Ao situar os espaços comuns em várias reduções, Furlong menciona um espaço voltado para hospedagem no início do Setecentos, chamado de *tambo*, uma palavra em quéchua (1936, p. 199). Não encontramos nenhum vocábulo semelhante nos inventários ou outras fontes consultadas. Em dicionários do Setecentos, o termo aparece com o mesmo uso de casa que se dá pousada ou albergue (Terreros y Pando, 1786, p. 579). Furlong (1936, p. 258), em outro momento, traduz a partir das colocações de Cardiel, *cotiguaçu* como albergue grande, mas diferencia do *tambo* que eram hospedagens para espanhóis e ficava na parte externa, podendo indicar que Felix Azara se confundiu nas nomenclaturas ao realizar o desenho.

Em termos de arqueologia da arquitetura, está dentro dos padrões dos séculos XVII e XVIII, em que os projetos, planos e desenhos da Igreja deveriam ter aprovação e inspiração nas construções de Roma, com adaptações à realidade do local. O *cotiguaçu* fazia parte do bloco Igreja-Colégio-oficinas-cemitério, que eram o núcleo da redução, se localizando de maneira destacada, aspecto que contrastava com sua função de isolamento feminino. Ficava situada na lateral esquerda da Igreja e seu átrio com uma ampliação posterior do cemitério entre os dois edifícios; à direita encontramos a floresta, na parte posterior os cultivos e um lugar para recolher água, e de frente para um dos conjuntos de moradias dos índios e a praça principal (Rocchietti; Poujade, 2013; Rocchietti, 2014).

De maneira geral, pelos documentos dos inventários, o espaço não parece ter necessariamente relação com a tecelagem ou qualquer outro tipo de labor, apesar de existirem indicações em outras fontes de que essas mulheres se envolviam nessas atividades (Imolesi, 2011). Comparando com os desenhos de plantas baixas apresentados anteriormente por Maeder e Gutiérrez (2009) com os inventários da expulsão (Brabo, 1872), as três reduções que mencionam a Casa de Recolhidas não aparecem nos materiais elaborados a partir dos seus espaços físicos referências ao *cotiguaçu*, divergência que parece comum, já que Santa Ana que teve seu espaço físico escavado também não possuía nenhuma menção no inventário (Rocchietti; Poujade, 2013), e podemos dizer nos desenhos e plantas consultados do Setecentos também não.

Considerações Finais

Os processos envolvidos na tecelagem, desde a colheita do algodão, ao seu processamento, transformação em fio e a fabricação de tecidos foi essencial para as reduções como vestimenta para seus moradores e envolvia uma ampla rede de trocas e comércio, dentro e fora das reduções. Nesse contexto, o trabalho feminino foi a base de sustentação dessas atividades, das quais as indígenas se envolviam em todos os processos. Os homens exerciam a atividade de tecelões nas oficinas, existindo a possibilidade de as indígenas ocuparem também essa função em algumas circunstâncias.

Para a Casa de Recolhidas encontramos uma variedade de termos que se referiam ao espaço, que geralmente ficava na área externa do complexo principal, recebendo viúvas e órfãos e sendo cuidado por mulheres e homens anciãos. Observamos uma mudança em sua localização e utilização nos anos finais do século XVIII, durante a ocupação das tropas portuguesas.

Referências

AVELLANEDA, Mercedes. QUARLERI, Lia. Mujeres guaraníes en las misiones jesuíticas: categorías en tensión, reordenamiento social y resistencias. **História Unisinos**. Set. Dez. 2020. p. 365-378.

BAPTISTA, Jean. **O temporal**: sociedades e espaços missionais. Dossiê Missões, vol. 1. Brasília: IBRAM, 2015.

BRABO, Francisco Javier. (org.). **Inventario de los bienes hallados a la expulsión de los jesuitas y ocupación de sus temporalidades por decreto de Carlos III**, em los pueblos de misiones, fundados em las márgenes del Uruguay y Paraná, em el Gran Chaco, em el país de Chiquitos y em el de Mojos, cuyos territorios pertenecieron luego al virreinato de Buenos Aires. 1768. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra. 1872.

CARDIEL, Joseph. Depoimento do padre Joseph Cardiel sobre as riquezas e poderio econômico das missões do Paraná e Uruguai e as possibilidades de darem esmolas. 1766. *In*: **Manuscrito da Coleção de Angelis:** do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos: (1750-1802). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969. p. 39-51.

CORTEZO, Maria Vitória López-Cordón. Prácticas de gobierno: instituciones, territorios y flujos de comunicación em la monarquía hispánica. In: XAVIER, Ângela; PALOMO, Frederico; STUMPF, Roberta (Org.). **Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada:** Dinâmicas Imperiais e Circulação de Modelos Administrativos. Lisboa: ICS, 2018. p. 163-209.

ESCADÓN, Carmen Ramos. **La diferenciación de género en el trabajo textil mexicano en la época colonial**. Universidad de Barcelona. Facultad de Geografía e Historia. Sección de Historia de América. 2000, p. 243-265.

FURLONG, Guillermo. **Cartografía jesuítica el Rio de La Plata**. Buenos Aires: Publicaciones del Instituto de investigaciones históricas, 1936.

FURLONG, Guillermo. **Misiones e sus pueblos de Guaraníes**. Buenos Aires: Imprenta Balmes, 1962.

IMOLESI, María E. El sistema misional en jaque: la reclusión femenina en las reducciones jesuíticas de guaraníes. **Anos 90.** Porto Alegre, v.18.nº 34 dez. 2011. p.139-158.

MAEDER, Ernesto. GUTIÉRREZ, Ramón. **Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes**: Argentina, Paraguay y Brasil. Sevilla: Consejería de Cultura, 2009.

RAMOS, Antonio Dari. **Tribunal de gênero**: mulheres e homens indígenas e cativos na antiga Província Jesuítica do Paraguai. São Leopoldo: Oikos, 2016.

ROCCHIETTI, Ana María; POUJADE, Ruth. Problemas metodológicos em la arqueología del Coty Guazú de la misión de Santa Ana (Misiones, Argentina): una aproximación al modelo esperado. **Revista teoría y práctica de la arqueología histórica latinoamericana**. Vol. 2, 2013. p. 101-128.

ROCCHIETTI, Ana María. Santa Ana: arqueología de su Cotiguazú. **Revista teoría y práctica de la arqueología histórica latinoamericana**. Vol. 3. 2014. p. 85-98.

TERREROS Y PANDO, Esteban de. **Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes em las tres lenguas francesa, latina e italiana.** Tomo I (A a D), Tomo II (E-O), Tomo III (P-Z). Madrid: Imprenta de la Viuda de Ibarra, hijos y Compañía, 1786.

VITAR, Beatriz. **Cuerpos bajo vigilancia:** las mujeres en las misiones jesuíticas del Chaco. Buenos Aires: SB, 2022.

VITAR, Beatriz. Hilar, teñir y tejer. El trabajo femenino en las misiones jesuíticas del Chaco (siglo XVIII). **Anuario de Estudios Americanos,** 72,2 Sevilla, Jul-dez. 2015.

MARCO TEMPORAL: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O PROJETO DE LEI 490/2007 QUE ESTABELECE 1988 COMO DATA BASE PARA TERRAS INDÍGENAS

Raíssa de Deus Genro[1]

Introdução

Este estudo busca analisar parte da produção acadêmica - artigos, teses e dissertações - nos últimos 10 anos a respeito do Marco Temporal Indígena, trazendo um resgate dos acontecimentos históricos que culminaram neste debate no Supremo Tribunal Federal (STF). Esta tese jurídica define que os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras em que estavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição, seguindo a Teoria do Fato Indígena. Para esta análise foram feitas buscas nos repositórios digitais Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações Capes além de *Scielo* e *Google* Acadêmico. A palavra-chave inicialmente definida no levantamento feito no mês de abril de 2024 foi [Marco Temporal], filtrando apenas trabalhos em português e escritos no período dos últimos dez anos. Considerando a polissemia da palavra, que identifica muitas vezes o período de tempo utilizado para as pesquisas, optou-se por um

1 Mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS. Link: https://lattes.cnpq.br/7464552551100089. E-mail: raissadedeus@gmail.com

refinamento maior, buscando por [marco temporal indígena], também focando em português e últimos dez anos. Percebendo que muitos dos artigos se referem ao número do projeto de lei que legisla sobre o tema, o Projeto de Lei 490/2007[2], optou-se por realizar nova busca, desta vez por [PL 490] mantendo foco na língua portuguesa e mesmo período de tempo. Este cenário apresentou um grande percentual dos artigos, 18 deles, dedicado a olhar o tema a partir da perspectiva do direito, analisando ganhos e avanços legais; os diversos processos - envolvendo desde um dos casos mais emblemáticos, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, uma das situações originárias a discussão do Marco Temporal - entre outros casos de aplicação e mudanças da lei. Dessa maneira, percebe-se um olhar focado na jurisdição e no estado que governa. Partindo de Foucault (2009), isto marca a governamentalidade.

Tabela 1 – Estudos sobre Marco Temporal Indígena

Título	Autor	Área
Artigo: "Terra indígena": aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico https://www.scielo.br/j/his/a/XRTp9SKrKRwMV6D 4MjHPMsp/?lang=pt	Thiago Leandro Vieira Cavalcante	história
Tese: Notícias do movimento indígena brasileiro: análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da Covid-19 https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25 3081/001156105.pdf?sequence=1&isAllowed=y	Patricia Kolling	comunicação
Artigo: Marco temporal, Supremo Tribunal Federal e direitos dos povos indígenas: um retrocesso anunciado https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/arti cle/view/19147/13536	Rachel Dantas Libois e Robson José da Silva	direito

2 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=444088&filename=PL%20490/2007 consultado em 27 de jun. de 2024

Artigo: A inconstitucionalidade do marco temporal: riscos e ameaças à tutela dos povos indígenas originários do Brasil https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1349	Antônio Leal de Oliveira, Júlia Ruy Bragatto e Mariana Montenegro de Souza Lima	direito
Artigo: Mobilizações do "junho indígena" de 2021 contra o PL 490 e o marco temporal no Brasil https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/vi ew/55362/34918	Marcos Leandro Mondardo e Roberto Lopes Chaparro	geografia
Artigo: A tese marco temporal e o direito fundamental ao território indígena uma visão do constitucionalismo garantista https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/32587/17320	Sergio Cademartori e Lucas Kuhn	direito
Os Povos Originários No Brasil e o Marco para Demarcação de Terras como Retrocesso https://revistas.unicartagena.edu.co/index.php/marioalariodfilippo/article/view/3807/3124	Sérgio Tibiriçá Amaral , Maria Fernanda de Toledo Pennacchi e Tibiriçá Amaral	direito
Artigo: Contribuições do novo constitucionalismo latino-americano para o debate do Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas no Brasil https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/194344/182544	Paloma Gerzeli Pitre e Andrea Rosendo da Silva	direito
Artigo: Práticas espaciais insurgentes do movimento indígena no Brasil diante da ofensiva jurídico-legal contemporânea https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/73672/3 9184	Rafael Zilio	geografia
Artigo: Repensando a resistência indígena: reflexões sobre a tese do marco temporal a partir do caso da Terra indígena de Palmas/PR https://indexlaw.org/index.php/revistateoriasdem ocracia/article/view/8288/pdf	Ricardo Silveira Castro	direito
Artigo: A tese do marco temporal nas decisões do Supremo Tribunal Federal e a controvérsia possessória acerca dos direitos territoriais indígenas https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/25496/21533	Vivian Lara Caceres Dan e Flavia Benedita Sousa de Assis	direito

Artigo: Instituto do Indigenato e o Artigo 231 da Constituição Federal: considerações sobre o Marco Temporal no julgamento do recurso extraordinário nº 1017365 (repercussão geral, tema 1031) no Supremo Tribunal Federal https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ACA DEMICA/article/view/254886/42857	João Batista Inácio Leão e José do Carmo Alves Siqueira	direito
Artigo: Análise empírico-retórica do discurso (AERD) da sentença do caso terra indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/art icle/view/66717/51202	Antonio Armando Ulian do Lago Albuquerque	direito
Artigo: A contribuição da pesquisa sobre povos indígenas https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/7185 8/pdf	Manuela Carneiro da Cunha	antropologia
Dissertação: A Tese do marco temporal e o protagonismo de mulheres indígenas: territorialidade em debate pelo Supremo Tribunal Federal. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11741312	Larissa Carvalho Furtado Braga Silva	direito
Dissertação: "Nossa história não começa em 1988" O direito dos povos indígenas à luz da justiça de transição https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/con sultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoCon clusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13787208	Maíra Pankararu	direito
Dissertação: Direitos Indígenas e jurisdição constitucional: uma análise crítica do caso Raposa Serra do Sol https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7871235	Thiago Rafael Burckhart	direito
Artigo: Terras indígenas e o STF: análise da tese do "Marco Temporal" da ocupação sob a perspectiva da colonialidade https://periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/article/view/6005/4830	Dailor Sartori Junior	direito

Dissertação: A demarcação de terras indígenas no Brasil e o marco temporal de ocupação: a reafirmação histórica da negação da alteridade https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9073965	Fagundes Rodrigues de Melo	direito
Artigo: O marco temporal e a judicialização da demarcação de terras indígenas no Brasil https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/8771/6951	Julliana Correia	direito
Artigo: Desafios para a preservação dos direitos dos povos indígenas e originários frente a uma sociedade em rede: reflexões acerca da tese do marco temporal https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/8771/6951	Isabela Quartieri da Ros e Ana Carolina Sassi	direitos humanos
Cap.livro: Direito ao território indígena no regime democrático: marco temporal como projeto neocolonialista http://editoralicuri.com.br/index.php/ojs/article/view/219/137	Emanuelle Cristina da Silva Fernandes , Niedson do Nascimento Amaral , Norma Benícia Pereira de Sousa	ciências ambientais

Fonte: a autora

Nesta revisão de literatura não foi localizado estudo com maior enfoque sobre a história indígena, nem sobre a perspectiva do movimento indígena. Dessa maneira busca- se discutir como a história indígena é pautada por leis feitas e aplicadas por não indígenas, sem considerar seus aspectos e modos de vida, além de avaliar a falta de interdisciplinaridade sobre a temática na universidade.

Entre os estudos levantados, Kolling (2022) diferencia-se por trazer um olhar para a mídia e para duas organizações indígenas: a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). A tese de Kolling se debruça sobre os conteúdos produzidos por elas, buscando analisar, conforme define a própria autora "a importância da comunicação do e para o movimento indígena" (Kolling, 2022, p.8). Já Rosa e Sassi (2023) trazem uma perspectiva indígena sobre a questão, procurando responder

se a tese do Marco Temporal representa um avanço ou retrocesso no que tange aos direitos dos povos indígenas no contexto da "globalização e da formação da sociedade em rede para a construção de um pensamento ambiental e sustentável." (Rosa e Sassi, 2023, p.1). Carneiro da Cunha (2019), reconhecida antropóloga na área dos estudos indígenas, traz a perspectiva das pesquisas feitas sobre povos indígenas, ampliando a questão jurídica através da revisão histórica.

Contextualização

O Brasil tem uma extensão territorial de cerca de 851 milhões de hectares, 8.547.403 quilômetros quadrados. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), as terras indígenas brasileira ocupam uma área de 991.498 quilômetros de extensão, maior que o território da França e da Inglaterra juntos. Nos termos da legislação vigente (Constituição de 88, Lei 6001/73 - Estatuto do Índio[3], Decreto n.º 1775/96[4]), as terras indígenas podem ser classificadas em quatro modalidades: 1) Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, 2) Reservas Indígenas, 3) Terras Dominiais e 4) Interditadas.

Atualmente, segundo dados do Instituto Socioambiental (Isa)[5] a partir de informações de publicações de atos oficiais no Diário Oficial da União, existem 798 terras indígenas em diferentes fases do procedimento demarcatório. Destas, 155 estão em identificação, ou seja, estão em estudo por grupo de trabalho nomeado pela Funai (Fundação Nacional do Índio), incluindo 6 que são interditadas para grupos em isolamento voluntário. As terras identificadas, com relatório de estudo aprovado pela presidência da Funai, são 44. O Brasil possui 65 Terras indígenas declaradas pelo Ministério da Justiça e 534 homologadas e reservadas. As terras indígenas ocupam 13,9% do território brasileiro e contêm 109,7 milhões de hectares de vegetação nativa, que correspondem a 19,5% da vegetação nativa no Brasil em 2020.

3 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm consultado em 22 de setembro de 2024

4 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm consultado em 22 de setembro de 2024

5 https://terrasindigenas.org.br/ consultado em 22 de setembro de 2024

O território indígena, porém, vai muito além de simples espaço ocupado: ele compõe a identidade e o ser indígena, marcando seus modos de vida, sua religiosidade e forma de vida.

> Pode-se entender que o território indígena, espaço de experiência do ser e da vida para estas coletividades, torna-se estopim das violências na medida em que vai sendo convertido em recurso, em espaço a ser conquistado e incorporado à ordem produtivista e, por fim, à lógica voraz e predatória do capital transnacional. (Bonin; Liebgott, 2022, p. 47).

Isto posto, como explicam Bonin e Liebgott (2022), mais do que demarcar ou definir fronteiras, garantir os territórios de ocupação indígena é garantir a sobrevivência dos povos indígenas.

Dados do MapBiomas[6] mostram que, entre 1990 e 2020, foram 47,2 milhões de hectares devastados em áreas privadas, frente a 1,1 milhão em terras indígenas, marcando o caráter de barreira contra desmatamento e degradação ambiental que os povos indígenas exercem, outra grande razão para a importância da existência indígena: sua forma de ocupação do território contribui para a de todos os outros povos. Outro dado da mesma organização destaca que, nos últimos 30 anos, as terras indígenas perderam apenas 1% de sua área de vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas a perda foi de 20,6%.

Políticas indigenistas e a Lei de Terras

Resgatar a história agrária é enveredar pelas origens do país e de seus conflitos. Partimos de um país colonizado, com vistas à exploração de riquezas e aqueles que aqui já estavam sendo percebidos como itens a serem domados e possuídos. Motta (2012) em *Direito* à *Terra no Brasil* destaca as sesmarias como sendo o ponto de partida de diversos conflitos: seja por não terem sido seguidas de procedimentos para sua regularização; nem dado o devido valor a esta regulamentação, seja por envolverem diversas interpretações sobre quem originalmente possuía a terra. Estas situações justificam o uso do documento de sesmarias inclusive após o regulamento da Lei de Terras, que ocorre em 1854, conforme Motta (2012).

6 https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/MapBiomas_Terras_Indigenas_28.04_OK.pdf consultado em 22 de setembro de 2024.

> em muitos casos, os fazendeiros utilizaram-se das cartas de sesmarias, ignorando inclusive a obrigatoriedade do Registro Paroquial de 1854/56, este último documento criado pelo citado regulamento. A utilização reiterada da carta como prova documental da "verdadeira" história – expressão de uma ocupação imemorial – é por si só emblemática (Motta, 2012, p. 264–265).

A Lei de Terras de 1850, promulgada em 18 de setembro, estabeleceu as bases para a regulamentação da posse e da venda de terras no Brasil. Diehl (2023) analisa o processo de retirada do direto à terra pelos povos indígenas, relacionado a Lei de Terras "A privação das terras constituiu um ponto fulcral da invisibilização e "mistura" dos índios à população brasileira, já que ao destituí-los de seus territórios removiam-se as bases materiais da existência destes grupos." (Diehl, 2023, p. 250). A retirada deste direito também tinha outro objetivo: ter mão-de-obra. "Os defensores do projeto na Câmara de Deputados argumentavam que só dificultando o acesso à terra seria possível obter trabalhadores" (Diehl, 2023, p. 253).

No Império, a Lei de Terras de 1850, como mencionado anteriormente, consolidou a visão eurocêntrica sobre a propriedade e a posse de terras. A legislação não reconheceu as formas tradicionais de ocupação e uso da terra pelos povos indígenas, o que levou à perda de vastas áreas territoriais e ao avanço das frentes de colonização. Diehl (2023) assim exemplifica:

> A busca por suprimir os aldeamentos da província, parte importante da política de inviabilização, seria intensificada no período posterior, quando, a partir da regulamentação da Lei de Terras, houve uma ofensiva sobre os territórios indígenas (Diehl, 2023, p. 115).

Durante a República Velha, as políticas indigenistas continuaram a priorizar a assimilação dos povos indígenas. Em 1910, foi criada a Comissão Rondon, que buscava integrar os indígenas ao mundo moderno através de campanhas de pacificação e catequização. A ideia era transformar os indígenas em trabalhadores assalariados e cidadãos "civilizados", seguindo o modelo da época que via a integração como uma forma de progresso.

Constituição cidadã também para os indígenas

No início do século XX, a situação das terras indígenas não sofreu grandes mudanças, e a Lei de Terras continuou a ser um instrumento de expansão e de ocupação. A Constituição de 1934, apesar de reconhecer os direitos dos indígenas, manteve a tendência de subordinar suas terras à legislação fundiária nacional. Cavalcante (2016) explica que a garantia, porém focava apenas na permanência do espaço para moradia.

> As Constituições de 1934, 1937 e 1946 garantiam aos indígenas apenas a posse das terras em que se encontravam permanentemente localizados. Portanto, a ênfase estava na habitação permanente; não se pensava em outras áreas necessárias para a sobrevivência e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas. (Cavalcante, 2016, p. 3)

Em 1967 foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), período em que o foco internacional no Brasil eram exatamente as políticas indigenistas, conforme relembra Pankararu (2023). Este trabalho, uma dissertação de mestrado na área do direito, ainda que focado na legislação, traz aspectos críticos em relação a forma da abordagem das populações indígenas, especialmente ao demonstrar que todo arcabouço jurídico no período buscava aos poucos integrar o modo de vida indígena ao não indígena, ao invés de respeitar seu formato originário. A lei que funda a Funai, conforme Pankararu,

> propõe como objetivos "o resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas" (art. 1°, I, d) e "promover a educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional" (art. 1°, V), deixando claro que a tônica integracionista seria a base da política indigenista do governo militar (Pankararu, 2023, p. 23).

É no mesmo ano que a legislação garante, além da posse, o uso exclusivo das riquezas, fornecendo elementos para a construção do conceito jurídico de "terra indígena". Cavalcante (2016) assim delimita:

> De fato, essa noção entrou no ordenamento jurídico nacional por meio da Lei 6.001 de 1973, o Estatuto do Índio, que regulamentou a matéria territorial indígena, conforme previsto na Emenda Constitucional n°1 de

> 1969. Foi no Estatuto do Índio que o conceito "terra indígena" apareceu pela primeira vez nas leis nacionais (Cavalcante, 2016, p. 4).

Anos mais tarde, em 1973, é criado o Estatuto do Índio, que, conforme Pankararu (2023) "veio confirmar a condição de "relativamente incapazes" dos indígenas e (...) colocava o órgão indigenista como responsável legal por todos os atos envolvendo indígenas." (Pankararu, 2023, p. 32).

A ditadura militar brasileira (1964-1985) criou ou intensificou conflitos fundiários com indígenas, como lista o relatório da Comissão Nacional da Verdade[7] de 2014. Na mesma época da Lei de Anistia[8], promulgada em 28 de agosto de 1979, os povos indígenas, em assembleias regionais, criaram a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980. A redemocratização do Brasil trouxe mudanças significativas na abordagem das políticas indigenistas. A Constituição de 1988 marcou um avanço significativo ao reconhecer e garantir os direitos territoriais dos povos indígenas. O Artigo 231 da Constituição assegura o direito dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam, além de garantir sua autonomia e o respeito às suas formas de organização social. A partir da Constituição de 1988[9], o Estado passou a adotar uma postura mais respeitosa em relação aos direitos dos povos indígenas, promovendo a demarcação de terras e o fortalecimento das instituições voltadas para a proteção dos direitos indígenas. A Funai passou a ter um papel mais voltado à defesa e promoção dos direitos indígenas, e novas leis e políticas foram implementadas para assegurar a proteção e a autonomia dos povos indígenas. A constituição garantiu aos povos indígenas o direito sobre suas terras e reconheceu a função social das terras, incluindo as tradicionalmente ocupadas por esses grupos. "Os direitos ali assinalados significaram uma quebra de paradigma na relação entre o Estado e os indígenas." (Libois; Silva, 2021, p. 408). Na chamada Carta Magna, consta a promessa da demarcação de todas as terras indígenas, por todas as mazelas sofridas: "Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da

7 https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf consultado em 22 de setembro de 2024 consultado em 22 de setembro de 2024.

8 http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6683.htm

9 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm consultado em 22 de setembro de 2024

promulgação da Constituição." Nela, "os povos indígenas passaram a ser reconhecidos como "sujeitos políticos" e "sujeitos de direitos" a partir da reafirmação de sua etnicidade enquanto componente político-cultural central" (Burckhart, 2019).

A Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo na proteção dos direitos dos povos indígenas, garantindo a eles a posse e o usufruto das terras que tradicionalmente ocupam (Da Cunha, 2020). O Artigo 231 da Constituição assegura o direito dos povos indígenas às suas terras e reconhece sua organização social, cultural e política, além de exigir que o Estado promova políticas de proteção e demarcação das terras (Carvalho, 2015).

O histórico da Lei de Terras e a discussão em torno do Marco Temporal revelam a complexidade das relações entre o Estado e os povos indígenas no Brasil. Na medida em que o estado brasileiro busca regulamentar e estabelecer normas para a ocupação de seu território, populações que ali estavam antes do advento da instituição estado acabam prejudicadas e tendo direitos retirados.

Enquanto a Lei de Terras de 1850 estabeleceu uma base para a apropriação privada e a marginalização indígena, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo na garantia dos direitos territoriais indígenas. Contudo, o debate sobre o Marco Temporal continua a ser um ponto de tensão, refletindo o desafio contínuo de reconhecer e proteger os direitos dos povos indígenas em face das pressões políticas e econômicas.

Raposa Serra do Sol e além

Em 2009 foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a Petição 3.388[10], que versa sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Este julgamento é considerado um marco recente para os direitos indígenas desde a Constituição Federal de 1988. Porém, nele, os Ministros consolidaram a ideia do "marco temporal da ocupação" - a tese afirma que o direito a uma terra indígena só deve ser reconhecido nos casos em que a área se encontrava tradicionalmente ocupada na data

10 https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5214423 acessado em 22 de setembro de 2024.

da promulgação da Constituição de 1988. Conforme explica Sartori Junior (2018)

> O Min. Ricardo Lewandowski afirmou que a data representaria uma espécie de "fotografia" do momento, enquanto que o relator, Min. Carlos Ayres Britto, chamou-a de "chapa radiográfica" da situação de ocupação. Assim, a teoria do indigenato, há décadas seguida pelo STF como paradigma do reconhecimento dos direitos originários indígenas, parecia estar sendo relativizada para a adoção de uma "teoria do fato indígena" (Sartori Junior, 2018, p. 92).

Porém, o próprio STF afirmou que injustiças históricas não seriam aceitas, porque a ausência física em outubro de 1988 poderia ser explicada pela expulsão do local. Depois do recurso julgado em 2013 o Marco Temporal passou a ser aplicado pelo Judiciário em outras ações movidas por proprietários de terras que questionam processos de demarcação. Sartori Junior, (2018) lista algumas:

> O primeiro caso é da Terra Indígena Guyraroká, no Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, território e 11 mil hectares declarado em 2009 para posse de 525 Guaranis Kaiowá, cuja anulação ocorreu em 2014. Após, em 2015, veio a anulação da Terra Indígena Limão Verde, de 1.335 índios Terena, localizada no Município de Aquidauana, também no Mato Grosso do Sul. (Sartori Junior, 2018, p. 93)

Para Cademartori e Kuhn (2022) neste contexto de definição do Marco Temporal, restava aos indígenas poucas alternativas: "resistiriam ao avanço da agropecuária, do extrativismo e do garimpo sob uma ditadura civil-militar até o dia da promulgação da Constituição, ou então rapidamente constituiriam representação para postular em juízo a retomada das posses (Cademartori; Kuhn, 2022, p. 101).

Outro caso emblemático é do povo Xokleng, de Santa Catarina: o Recurso Extraordinário 1.017.365/SC[11], de autoria da Funai, foi contra a reintegração de posse de uma área ocupada por indígenas desta etnia. A decisão em relação ao caso determinou a suspensão de todos os processos sobre conflitos possessórios de terras indígenas após

11 https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749577852 consultado em 22 de setembro de 2024.

o reconhecimento de repercussão geral, passando a envolver sobre o estatuto jurídico das terras indígenas.

Considerações finais

Como exemplificado pelos trabalhos citados grande parte do que foi encontrado nesta breve revisão bibliográfica não relaciona nitidamente a forma diferenciada como os indígenas se relacionam com seus territórios. Percebe-se, portanto, que há uma presença maior de reflexões sobre o povo indígena como algo a ser integrado ou algo a ser adaptado a forma de entendimento de Estado dos não indígenas, ainda que, a partir da Constituição de 1988 tenha sido abandonado o caráter integracionista do estado brasileiro, presente anteriormente.

A perspectiva indígena de se relacionar com a terra e o território é, dessa maneira, pouco trazida para o debate nos trabalhos encontrados. Ailton Krenak oferece uma perspectiva indígena sobre a relação com a terra e a cultura, afirmando que "nossos territórios são mais do que espaços físicos; eles são entidades vivas que sustentam nossa cultura e nossa identidade" (Krenak, 2019, p. 20). Ele critica as abordagens legais que ignoram a relação espiritual e cultural dos povos indígenas com suas terras, afirmando que "a concepção ocidental de propriedade não captura a profundidade da nossa conexão com o território" (Krenak, 2019, p. 35). Essa visão é particularmente relevante no contexto do Marco Temporal Indígena, ao definir limites temporais para a reivindicação de terras indígenas com base na ocupação contínua desde a Constituição de 1988, ignorando uma série de deslocamentos, seja pelo caráter nômade/migratório dos povos seja pelas expulsões e violências sofridas que ocasionaram em sua mudança de local de ocupação.

Em relação a predominância de trabalhos com enfoque jurídico, denotando uma autorização maior a ter voz sobre o tema, percebe-se uma forte presença da governamentalidade, discutida por Foucault (2009). Veiga-Neto (2004), um dos autores com grande produção dedicada aos estudos foucaultianos, assim define o conceito: "práticas para designar as práticas de governamento ou da gestão governamental que tem na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos" (Veiga-Neto, 2004, p. 86). O estado brasileiro se apresenta, pode-se dizer, de maneira

muito nítida no resultado desta revisão de literatura, pois ainda que a temática do Marco Temporal seja da ordem jurídica e grande parte das abordagens encontradas venham desta grande área, envolve diversas e complexas teias de enfoques, não se situando apenas no campo jurídico. Olhar para a questão do Marco Temporal apenas do ponto de vista da governamentalidade é reduzir, é diminuir toda a história, todo o processo de ocupação e modo de vida de povos originários, que aqui já habitavam antes mesmo que as discussões sobre governo, que a existência do chamado Estado, tenha sido criado. O mote utilizado pelo movimento indígena nas ações contra o Marco Temporal exemplifica bem: "nossa história não começa em 1988"

Manuela Carneiro da Cunha (2015) traz o olhar para a relação entre direitos culturais e territoriais dos povos indígenas, argumentando que o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas é fundamental para a preservação de suas culturas e modos de vida. Ela observa que "a legislação deve respeitar a integridade cultural e a conexão dos povos indígenas com seus territórios" (Carneiro da Cunha, 2015, p. 25). A autora, reconhecida no amplo campo dos estudos indígenas, reconhece que a questão perpassa muito além do olhar a partir do Estado e da governamentalidade, pois outras lógicas operam quando se trata da forma organizativa dos povos indígenas:

> O que assim se transmite - e isso chamou muito a atenção, já que são povos que não praticam a propriedade da terra nem a herança de bens materiais endógenos são essencialmente bens que chamamos imateriais: coisas como conhecimentos, técnicas, narrativas, nomes, cantos, rituais, padrões gráficos, direitos complexos sobre adornos (Carneiro da Cunha, 2015, p. 15).

A importância da existência dos povos indígenas e preservação de seus modos de vida, que se relaciona intimamente com seu território como visto anteriormente e envolve, reforça-se na conclusão desta revisão de literatura, pela sua importância enquanto atores fundamentais na preservação ambiental. 20,4 da vegetação nativa no país, em 2021, estava nos 13,9% do território brasileiro ocupado por terras indígenas (TIs). Entre as diversas categorias fundiárias existentes no país, as TIs estão as mais protegidas: apenas 0,6 milhão de hectares desmatados está nestas áreas, o equivalente a 0,9% de toda a perda de vegetação nativa nos

últimos 30 anos.[12] Alkmin (2023) assim avalia a questão "Sugiro que o fortalecimento de mecanismos de autonomia e governança territorial, controlados diretamente pelas comunidades indígenas, seja crucial para enfrentarmos eficazmente a crise climática.

Assim sendo, pode-se dizer que há carências de produções acadêmicas interdisciplinares sobre a temática do Marco Temporal Indígena, relacionando a estreita relação territorial destes povos originários com sua existência, bem como importantes vetores de aplacamento e enfrentamento a crise climática enfrentada no século atual.

Referências

ALKMIN, Fábio Márcio. "Colonialismo climático e financeirização do carbono: Reflexões sobre o REDD+ e a autonomia socioterritorial dos povos indígenas na Amazônia". **AMBIENTES**: *Revista de Geografia e Ecologia Política* 5, nº 2 (20 de dezembro de 2023). https://doi.org/10.48075/amb.v5i2.31885.

BONIN, Iara Tatiana, e Roberto Antonio Liebgott. "Necropolítica e violências contra os povos indígenas no Brasil". **Caminhos de Diálogo** 10, nº 16 (30 de junho de 2022): 46–63. https://doi.org/10.7213/cd.a10n16p46-63.

BURCKHART, Thiago Rafael. **Direitos indígenas e jurisdição constitucional**. [*s. l.*], p. 222, 2019.

CADEMARTORI, Sergio; KUHN, Lucas. A tese marco temporal e o direito fundamental ao território indígena: uma visão a partir do constitucionalismo garantista. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, [*s. l.*], v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/32587. Acesso em: 24 set. 2024.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. "'Terra indígena': aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico". **História** (São Paulo) 35 (2016). https://doi.org/10.1590/1980-436920160000000075.

CARVALHO FURTADO BRAGA SILVA, Larissa. **"A Tese do Marco Temporal e o Protagonismo Indígena de Mulheres**: territorialidade em debate pelo Supremo Tribunal Federal". Dissertação (Mestrado em Direito), Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2022.

12 https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/MapBiomas_Terras_Indigenas_28.04_OK.pdf consultado em 22 de setembro de 2024.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro de Niemeyer (orgs). **Políticas culturais e povos indígenas.** Editora Unesp, 2015.

DIEHL, Isadora Talita Lunardi. "**Criando fronteiras** : Guaranis e Kaingangs diante dos processos de invisibilização pelo Estado (Rio Grande do Sul, século XIX)", 2023. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/265452.

FOUCAULT, Michel. "O Sujeito & O Poder". Em **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica, organizado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, 2º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Nacimiento de la Biopolítica**. Curso em el Collège de France: 1978-1979. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2007c.

KOLLING, Patrícia. "**Notícias do Movimento Indígena Brasileiro**: análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da Covid-19". Tese (Doutorado em Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

LIBOIS, Rachel Dantas; SILVA, Robson José Da. Marco temporal, Supremo Tribunal Federal e direitos dos povos indígenas: um retrocesso anunciado. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 399–429, 2021. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/19147. Acesso em: 25 jul. 2024.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito 1795-1824. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2012.

PANKARARU, Maíra. **"Nossa História não Começa em 1988**": o direito dos povos indígenas à luz da justiça de transição. 2023. 84 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

ROSA, Isabela Quartieri da; SASSI, Ana Carolina. "Desafios para a Preservação dos Direitos dos Povos Indígenas e Originários frente a uma Sociedade em Rede: reflexões acerca da tese do marco temporal". Em **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, 5:1–17. Criciúma: PPGD-UNESC, 2023. https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/8771.

SATORI JUNIOR, Dailor. Colonialidade e o marco temporal da ocupação de terras indígenas: uma crítica à posição do Supremo Tribunal Federal. **Hendu** – Revista Latino-Americana de Direitos Humanos, [*s. l.*], v. 7, n. 1, p. 88–100, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/article/view/6005. Acesso em: 25 jul. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

UM ESBOÇO PARA SÃO NICOLAU DA CACHOEIRA – UMA ALDEIA GUARANI-MISSIONEIRA (SÉCULOS XVIII – XIX)

Vinicius Silveira Cerentini[1]

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo trazer algumas das conclusões parciais e investigações acerca da aldeia guarani-missioneira da atual cidade de Cachoeira do Sul, localizada às margens do rio Jacuí, no centro do Estado do Rio Grande do Sul. O mencionado assentamento foi um dos três constituídos nesse território luso a partir de ordens de agentes da Coroa portuguesa (Langer, 1997, p. 28-29). No entanto, como se verá mais adiante, esse aldeamento parece nunca ter sido de fato delimitado, suas confrontações parecem que nunca foram especificadas legalmente, ficando pendente de maiores detalhamentos até a sua extinção, em meados do século XIX, situação que pode levantar questionamentos acerca da sua "oficialidade".

Dessa forma, um dos focos dessa pesquisa é trazer à tona histórias de outros sujeitos que não sejam as "oficiais", aquelas em que não estão presentes explicitamente. O interesse primordial é, portanto, investigar

1 Doutorando em História (Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Lattes: http://lattes.cnpq.br/8033094148985484, ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1482-517X, vinicerentini@gmail.com.

a história de indígenas que até o momento não tiveram um estudo mais detalhado, mas que estiveram presentes naquele passado e que foram invisibilizados pelos historiadores que até então construíram suas versões sob a ótica dos colonizadores ou das elites, ecoando um discurso de "assimilação" e "ressocialização", conforme a pesquisadora Vânia Moreira (2010, p. 128).

Esse foco também está ajustado, para além dos sujeitos nativos, também para a temporalidade – 1750 até fins do século XIX. O recorte é assim apresentado porque em um primeiro momento, a Coroa portuguesa vai agir a fim de incorporar as populações nativas ao quadro colonial por meio do Diretório dos Índios, que previa uma política agressiva contra a cultura dos povos nativos (Garcia, 2007, p. 29). Após a independência brasileira, em um segundo momento, haverá esforços para a construção de uma ordem nacional e de uma identidade brasileira que desejava a "civilização" e a incorporação dos nativos como cidadãos brasileiros (Moreira, 2010, p. 130-131). Como os guarani-missioneiros se comportaram frente a essas situações? E mais especificamente como agiram os aldeados de São Nicolau da Cachoeira?

Para "contar" essa história, que está composta mais de silêncios do que de falas, ressaltamos que os guarani da aldeia de São Nicolau da Cachoeira não deixaram registros escritos de próprio punho, não nos legaram relatos do cotidiano, testamentos ou diários, situação similar à de outras pesquisas na área (Diehl, 2023; Ribeiro, 2017; Melo, 2017). Dessa forma, esse estudo, assim como outros tantos sobre povos nativos americanos, se compõe a partir de fontes documentais multiformes: registros de batismo, documentos oficiais do governo, processos judiciais, atas da Câmara, mapas e uma planta urbana da cidade de Cachoeira do Sul. Ou seja, talvez num exercício de ler os documentos "contra as intenções de quem o produziu", como aponta Carlo Ginzburg, seja mais profícuo, senão o único, nesse caso (Ginzburg, 2007, p. 11).

É provável que esse exercício de leitura ao revés nos ajude a entender os silêncios há pouco referidos e a compreender a produção de sujeitos à margem da sociedade primeiro colonial e depois nacional. Nesse ponto, é importante considerar o que assinala Lewis Gordon, intelectual jamaicano, a respeito da construção dos sujeitos-problema pelos Estados que se formavam no decorrer dos séculos XVIII e XIX:

uma primeira inclusão dentro da ordem social por meio da "produção de novas formas de vida", para em um segundo momento, sofrer uma exclusão e "ocultamento" (Gordon, 2017, p. 115).

Em uma curva do rio Jacuí, uma capela chamada São Nicolau

São Nicolau foi um dos quatro principais povos missioneiros a se levantarem contra as ordens do Tratado de Madri, de 1750 (Neumann e Barcelos, 2022, p. 66; Melo, 2011, p. 35). Conforme a historiografia tradicional, foi a mando de Gomes Freire de Andrada que alguns guaranis daquela redução se estabeleceram, por volta de 1752 (em algumas versões 1754 ou 1756) no bairro hoje chamado Aldeia, atualmente parte do perímetro urbano de Cachoeira do Sul. No local construíram uma capela sob invocação do antigo orago da povoação de sua procedência.

A versão apresentada, muito bem acaba e lapidada trazia um quê de certeza e era repetida acriticamente em alguns livros sobre a cidade e a sua fundação. Com novos trabalhos na área da história guarani pós-expulsão jesuítica do espaço missioneiro, começaram a surgir outras hipóteses. Compulsando documentos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, localizamos uma ordem de José Marcelino de Figueiredo, de 1779, cujo teor poderia ajudar a compreender a formação inicial da aldeia – que para além de datas, traz informações acerca dos objetivos do deslocamento dos indígenas para aquela região, forma de tratamento dessa população e outros dados importantes para compreensão das relações da Coroa com os guarani em fins do século XVIII.[2] A ordem de José Marcelino tem o seguinte conteúdo:

> [...] achando-se ao mesmo tempo em distância de menos de uma légua do dito Rio Pardo **outra freguesia de índios de São Nicolau sem mais distrito que podia mudar-se para o sítio além de Botucaraí** com seu pároco, que é congruado, me parece assim muito conveniente a representa-la a Vossa Mercê para que haja de escrever àquele dito Vigário para se efetuar dita mudança para o sítio, **que com ele tenho conferido para se erigir nova Matriz** e me parece muito útil que no que se separa de Botucaraí fique pároco o pároco atual do Rio Pardo, José Antônio de Mesquita e na do Rio Pardo pode ficar interinamente o Padre Bernardo Lopes, que lá está

2 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Fundo Assuntos Religiosos, caixa 8, maço 17, Clero Católico – Paróquias, 1.6 – Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (Cachoeira do Sul), 1832, Cachoeira, Nossa Senhora da Conceição, Vigário Colado Inácio Francisco Xavier dos Santos, Correspondência.

> residindo, pois que o atual de São Nicolau, Frei Valério do Sacramento não está capaz pelos seus anos e achaques. **Aqueles índios devem ficar pertencendo à freguesia cujos territórios se acharem enquanto com respeito não dou outras providências.** [...] (grifamos)[3]

Dessa forma, é importante entender que o próprio governo, em 1779, mandou aldear os indígenas às margens do rio Jacuí, em local previamente sondado pelo próprio brigadeiro e pelo pároco de Rio Pardo (com provável auxílio de aldeados dessa vila), portanto, foi planejado. Ainda podemos perceber pelo excerto que a finalidade era "erigir nova Matriz" e para isso a Administração contaria com o trabalho desses indígenas que acompanhariam o padre, como atestam duas listas de trabalhadores da olaria da igreja: todos eles índios.[4] Por fim, o trecho encerra com a não delimitação territorial do novo assentamento, preferindo José Marcelino deixar para outro momento as demais providências. Essas ações futuras poderiam indicar a instalação de uma administração aos moldes da que existia na Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, próxima a Viamão, e tão prezada pelo brigadeiro, conforme Protásio Paulo Langer. Contudo, José Marcelino se retirou do governo em 1780 e a sua política de aplicação do Diretório foi gradualmente abandonada pelos seguintes que reputavam os indígenas preguiçosos e insustentáveis (Langer, 1997, p. 96).

Entretanto, é importante ressaltar que do ponto de vista indígena esse deslocamento, apesar de ordenado, talvez não fosse mal visto. Isso porque as terras onde hoje está o já referido bairro fazia parte do Tape, antigo território nativo (Ribeiro, 2017, p. 74). Posteriormente, com o restabelecimento das missões orientais, a margem esquerda do rio Jacuí, onde está a atual sede do município, fazia parte da estância da redução de São Luís e a outra margem era ocupada pela estância de São Lourenço (Maeder e Gutierrez, p. 26, apud Neumann e Barcelos, 2022, p. 48).

---

3 AHRS. Fundo Assuntos Religiosos, caixa 8, maço 17, Clero Católico – Paróquias, 1.6 – Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (Cachoeira do Sul), 1832, Cachoeira, Nossa Senhora da Conceição, Vigário Colado Inácio Francisco Xavier dos Santos, Correspondência.

4 Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS). Fundo das Irmandades, maço 01. Feria da despesa [...] até 16 de ma[...] de 1812 dos Índios que trabalham na Olaria de Nossa Senhora. AHCS. Fundo das Irmandades, maço 01. Feria dos Índios que andam trabalhando na retificação da olaria de Nossa Senhora. Transcrição (em máquina de escrever) sem autor e data de um original de 1811.

Figura 1. Detalhe do mapa Terrarum S: Michaelis

Fonte: Detalhe do mapa Terrarum S: Michaelis oppidi Americae meridionalis in provincia olim Tape dicta, trans Flumen Vruguai siti, cum adjacenteibus simul aliorum oppidorum terris & vicinia Lusitanorum.

Além dessa propriedade ter sido recente quando do estabelecimento da Aldeia de São Nicolau, existia um histórico de ocupação mais antigo, atestado em mapas anteriores, como aquele intitulado "Terrarum S: Michaelis oppidi Americae meridionalis in provincia olim Tape", provavelmente elaborado entre 1755 ou 1756.

Essa carta mostra vários locais de batalha, povoados indígenas, ervais, caminhos dentre outros pontos de referência. Para nosso estudo, chama a atenção que ao longo do rio Jacuí estão assinalados vários passos e, entre os rios Irapuá e Ipané (atual Capané), está assinalado um passo sem nome que, pela localização, pode ser aquele em que no futuro se instalaria a Aldeia de São Nicolau (Passo do Fandango). Próximo a esse vau do Jacuí está escrito no mapa "S Anna tetangüe" (a leste) e, às margens do rio Curutui (atual Botucaraí), "San Cristóbal tetangüe" (a oeste, aos pés do Cerro de São Miguel ou Ybiti Carai). Essas são referências às antigas reduções do século XVII e as suas terras, ou seja, existia uma memória que ligava os guarani àquele território ao redor do novo povoamento que se iniciava, não era um espaço desconhecido,

desabitado, sem história. Nesse sentido, podemos afirmar que essa ocupação corrobora o que Max Ribeiro assevera:

> A divisão colonial das terras entre Portugal e Espanha e a consequente construção de uma fronteira "imperial", um limite de jurisdição entre aqueles países, só fazia sentido aos governos ibéricos. Para os indígenas, no entanto, **aquelas fronteiras não serviam de limites devido à ligação ancestral com aqueles espaços e suas adjacências, preservadas pelo trabalho de rememoração** (2017, p. 74).

Ou seja, ainda que o estabelecimento da aldeia tenha sido ordenado pela Administração colonial, os indígenas estavam se estabelecendo dentro de um território que sempre lhes pertenceu. Desse modo, ainda que os portugueses não percebessem essa situação e pudessem crer que, com isso, estivessem submetendo aquela população às leis imperiais, os guarani estavam circulando em território próprio, se estabelecendo em uma região já marcada pela história de seus ancestrais – quiçá houvesse até mesmo um sentido de continuidade e não de ruptura com o passado.

Essa memória poderia estar bastante presente nos primeiros indígenas que chegaram ao sítio da nova povoação, já que do ano de elaboração do mapa (para cálculo tomamos 1756), que segundo Artur Barcelos, contou com a participação dos próprios indígenas para a sua elaboração, até o ano de 1779, transcorreram-se apenas vinte e três anos Barcelos e Furtado, 2024, *online*). Essa ligação ancestral com o território poderia ser reforçada com uma ritualística cristã importante na vida de todo o crente: o batismo.

Índias, índios, chinas e chinos: os registros de batismo da igreja matriz São Nicolau/Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira

São Nicolau da Cachoeira: sob essa invocação os índios da aldeia de Rio Pardo erigiram a nova matriz. Esse nome consta do primeiro livro de batismo do novo santuário que, em pouco tempo perdeu sua preferência para Nossa Senhora da Conceição. Analisando os registros de novembro de 1779 a setembro de 1780 vemos que consta o nome do santo; a partir de abril de 1781 começou a ser invocada a santa.[5] E

5 AHCS, Livro 1 de batismos (1779-1793). Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira.

o que isso pode apontar? São Nicolau poderia lembrar a Redução de mesmo nome, invocando a memória guarani e os rebelados, enquanto "Conceição" não possui ligação tão direta com as reduções sublevadas. Assim, é possível apontar nessa mudança um primeiro apagamento da memória guarani-missioneira, que pela nomeação poderia continuar sendo lembrada.

Outra análise interessante é a dos registros de batismo. Entre os anos de 1779 e 1810 há um total de 218 registros de batismos de indígenas do total de 1.948 assentos. Ao longo das décadas percebemos a chegada de cada vez mais indígenas à vila de Cachoeira. No registro consta o local de proveniência e, em muitos casos, a etnia ("guarani") dos pais da criança. No registro da criança propriamente dito, ao lado do nome e depois no texto, consta na maior parte dos casos, sua cor ou "etnia". Contudo, para os padres as crianças eram apenas da "etnia" "índia" ou "índio", "china" ou "chino" e não "guarani", caso semelhante ao de um estudo feito por Luis Augusto Farinatti para a cidade de Alegrete. Aí 41% dos batizandos livres (entre 1816-1835) tinham as palavras índia, índio, china ou chino como qualificativo (Farinatti, 2016, p. 124). Contudo, nessa capela haviam assentos em que a criança foi identificada como "de nação guarani", diversamente de Cachoeira do Sul, onde não se verifica essa terminologia.

Se entendermos que a nomeação é um ato mágico, segundo Pierre Bourdieu, que traz para a realidade o que era até então impensado, com força de fazer com que um grupo antes ignorado ganhe visibilidade para outros e para ele próprio, o que ocorre no que foi até aqui foi apontado é justamente a gradual dissolução, por meio do discurso oficial, de agrupamentos antes particularizados por meio da nomeação, portanto, existentes, e a substituição desses por um novo marcador genérico ("índio") (Bourdieu, 1989, p. 117-118). Notamos assim, que em um primeiro momento, o apagamento do nome da nova matriz, São Nicolau, impediria a rememoração de um capítulo crucial da história missioneira (a Guerra Guaranítica) e, em um segundo momento, o registro de filhos e filhas de casais declaradamente da etnia "guarani" somente como "índias" e "índios"/"chinas" e "chinos" poderia ceifar a ligação desses sujeitos com a sua cultura – não havia um marcador

Transcrição. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS).

"guarani" para as crianças, mas apenas um marcador homogeneizante/genérico disponível.

Seguramente, o gradual apagamento dos sujeitos guaranis pode ser rastreado até esse momento em que, aos poucos, os nomes vão sendo borrados e as fronteiras entre colonos/brasileiros e índios já não sofre mais a interferência de "ruídos": memórias de segregações baseadas no grupo étnico e não no grupo socioeconômico (como desejava o estado liberal que se formava). Vânia Moreira, em artigo afirma que:

> A superação do modelo civilizacional jesuítico deu-se com a política indigenista de D. José I e Pombal que, por meio de um conjunto de leis, não apenas expulsou os jesuítas do Brasil, mas criticou severamente a **segregação dos índios em aldeias**, **mandando criar vilas ou povoados** nesses estabelecimentos. O objetivo central do indigenismo ilustrado de Pombal era viabilizar, dentre outras medidas, os casamentos mistos entre índios e portugueses (**miscigenação**) e a equiparação política e jurídica dos índios e seus descendentes aos demais vassalos do rei ("**nacionalização**") (2010, p. 129).

Dessa forma, o excerto é cristalino em revelar o processo que orientou o apagamento dos traços guarani-missioneiros da aldeia de Cachoeira do Sul. O fim da segregação dos indígenas e o incentivo à miscigenação e à "nacionalização" moveram os agentes da Coroa lusa em direção à troca ou ocultação de nomes que lembrassem o passado guarani-missioneiro após o translado deles para um local onde ficariam próximos a um núcleo colonial. Assim, ainda como Moreira refere, esse processo foi "brando", como recomendavam as leis: não houve confronto direto e físico, mas uma construção do "índio" a partir do discurso sobre sujeitos indígenas (Moreira, 2010, p. 135). Contudo, podemos questionar a "brandura" desse processo visto que esse apagamento pode ser encarado como uma agressão às identidades guaranis, cujos sujeitos eram compelidos a adotar novas formas de vida.

Porém, cabe apontar um foco de resistência dentro desse processo: os sobrenomes. Muitos dos pais das crianças que eram batizadas na nova povoação portavam um sobrenome indígena e sabiam, como já referido, a sua proveniência. Não conseguimos (ainda) localizar qualquer dessas crianças em outros documentos para saber se o sobrenome foi perpetuado na geração que estava nascendo; todavia podemos afirmar

que a declaração do sobrenome nativo pelos pais já agia sobre a memória e auxiliava na composição identitária e na resistência frente ao apagamento perpetrado pela Coroa portuguesa e pelo Império do Brasil. Entre 1784 e 1810 localizamos 47 pais ou padrinhos com sobrenomes claramente indígenas e, no mesmo período, encontramos 35 mães ou madrinhas com sobrenomes nativos. Esses sujeitos (82, ao total) não são a maioria, mas estão presentes e declararam o seu nome, o que é bastante relevante para esse estudo. Com esses dados, elaboramos as seguintes tabelas:

Tabela 1. Sobrenomes femininos

Ano	Origem	Condição	Sobrenomes femininos
1784	Aldeia de S. Nicolau da Cachoeira	mãe	Marandi
1788	São Nicolau das Missões	mãe	Arajeré
1789	Sem informação	madrinha	Guatim
1792	Aldeia de S. Nicolau da Cachoeira	mãe	Guasaju
1792	Missões	mãe	Guaicuru
1792	Não informado	madrinha	Pajê
1802	Sem informação	mãe	Brasú
1802	São Miguel das Missões	mãe	Tambahé
1804	São Lourenço das Missões	mãe	Paravera
1804	Santo Angelo das Missões	mãe	Cajé
1805	São Miguel das Missões	mãe	Cujarui
1805	São Miguel das Missões	mãe	Irati
1806	São Miguel das Missões	mãe	Charihu
1807	São Lourenço das Missões	mãe	Acuahy
1807	São Nicolau das Missões	mãe	Barigu
1807	São Miguel das Missões	mãe	Guatim
1807	São Luís das Missões	mãe	Murapecan
1807	Rio Pardo	mãe	Caihu
1808	São Lourenço das Missões	mãe	Bunharaty
1808	São Lourenço das Missões	mãe	Candapai
1808	São Nicolau das Missões	mãe	Irassajú
1808	São Miguel das Missões	mãe	Arassage

1808	São Luís das Missões	mãe	Chepá
1809	Guarani	mãe	Parantim
1809	São Lourenço das Missões	mãe	Guarambaré
1809	São Lourenço das Missões	mãe	Quiruhi
1809	São Miguel das Missões	mãe	Buarã
1810	São Borja das Missões	mãe	Manderu
1810	São Nicolau das Missões	mãe	Chayrú
1810	São Miguel das Missões	mãe	Parabahy
1811	São Nicolau das Missões	mãe	Equery
1812	São Borja das Missões	mãe	Jaterão
1814	São Miguel das Missões	mãe	Paraguaju
1790	Aldeia de S. Nicolau da Cachoeira	mãe	Camburí
1813	São João de Missões	mãe	Pajú

Fonte: Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS). *Livro 1 de batismos (1779-1793)*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Transcrição. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS). *Livro 2 de batismos*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Transcrição. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS). *Livro 3 de batismos*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Transcrição. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul

Tabela 2. Sobrenomes masculinos.

Ano	Origem	Condição	Sobrenomes masculinos
1784	Aldeia de S. Nicolau da Cachoeira	pai	Japurí
1788	Aldeia de S. Nicolau do Rio Pardo	pai	Caberaju
1788	São Lourenço das Missões	pai	Guacê
1789	"índio"	padrinho	Anquê
1791	Povo de Conceição das Missões	pai	Sateí
1791	São Nicolau das Missões	pai	Aripeu
1792	Missões	pai	Aramenã
1792	Não informado	padrinho	Garaceca
1800	Nação Guarani	pai	Manhoé
1801	Nação Guarani	pai	Arariju
1801	Nação Guarani	pai	Paju

1802	Guarani	pai	Parapis
1802	São Miguel das Missões	pai	Boicó
1803	Santo Angelo das Missões	pai	Bareitu
1804	Santo Angelo das Missões	pai	Quirabé
1804	São Lourenço das Missões	pai	Papair
1804	São Miguel das Missões	pai	Capatui
1805	São Lourenço das Missões	pai	Araquahy
1805	São Lourenço das Missões	pai	Carujú
1805	São Miguel das Missões	pai	Baruari
1805	São Miguel das Missões	pai	Izu
1805	São Miguel das Missões	pai	Peregú
1806	Guarani	pai	Canhoy
1806	Guarani	pai	Juca
1806	São João das Missões	pai	Quiu
1806	São Luís das Missões	pai	Chore
1806	São Miguel das Missões	pai	Barbaré
1806	São Nicolau das Missões	pai	Diri
1807	Guarani	pai	Chapui
1807	São Borja das Missões	pai	Saturu
1807	São Lourenço das Missões	pai	Pachecú
1807	São Luís das Missões	pai	Parapy
1807	São Miguel das Missões	pai	Elajú
1807	São Nicolau das Missões	pai	Babé
1808	Não informado	pai	Arapijú
1808	Santo Angelo das Missões	pai	Poti
1808	São Borja das Missões	pai	Abajã
1808	São Lourenço das Missões	pai	Baraby
1808	São Lourenço das Missões	pai	Requi
1809	Guarani	pai	Barÿ
1809	São Lourenço das Missões	pai	Ahiruicá
1809	São Lourenço das Missões	pai	Borapÿ
1809	São Lourenço das Missões	pai	Guarambaré
1810	São Miguel das Missões	pai	Arabahy
1811	São Luís das Missões	pai	Guareco
1812	São Borja das Missões	pai	Jarepy

1814	Santo Angelo das Missões	pai	Taropi
1814	São Miguel das Missões	pai	Barbari

Fonte: Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS). *Livro 1 de batismos (1779-1793)*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Transcrição. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS). *Livro 2 de batismos*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Transcrição. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS). *Livro 3 de batismos*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Transcrição. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul

As listas acima foram elaboradas pela tabulação dos dados dos registros de batismo. Esses sobrenomes obtidos não se repetem entre os pais, mães, padrinhos ou madrinhas (com exceção de uma mãe e uma madrinha com o mesmo sobrenome: "Guatim", mas prenomes diferentes). Além disso, devemos atentar para o fato de que a partir do livro 3, na transcrição utilizada os registros dos padrinhos não foram copiados. Apesar disso, conseguimos perceber que o uso de nomes guaranis continuou sendo utilizado ainda no início do século XIX – 16% das mães/madrinhas declararam um nome indígena e 21% dos pais/padrinhos. Alguns sobrenomes (Marandi, Taropi, Guarambaré/Arambaré, Parapy/Parapi, Guareco/Guarecu), inclusive podem ser vistos nos chamados "padrones de indios", listas nominativas para a inspeção tributária da Coroa espanhola elaboradas entre 1656-1801, que Kazuhisa Takeda estudou em artigo publicado em 2016 (Takeda, 2016, *passim*).

Obviamente, tão-só a presença desses sobrenomes em aldeados de Cachoeira não indica uma ligação direta com aqueles estudados por Takeda, mas aponta, ao menos, para uma relação com o espaço missioneiro: o interessante seria localizar listas como as estudadas referentes às missões de proveniência dos declarantes dos registros de batismo, dado que permitiria elaborar até mesmo uma genealogia das famílias locais para entender se a manutenção dos ditos sobrenomes poderia ser prestigioso devido ao passado, à posição que a família ocupava dentro da redução a que pertencia no período jesuítico. Considerando que Elisa Garcia sublinha a política adotada pelo Marquês do Lavradio (1768-1779) como preocupada com a valorização e a reprodução das

elites nativas, não é de se excluir a hipótese de que a manutenção dos sobrenomes guarani fosse uma estratégia para a manutenção do *status* e da memória familiar nesse contexto analisado (Garcia, 2007, p. 31-32).

Por fim, o trabalho a ser feito a partir dos registros de batismo ainda pode ser refinado. Outro ponto a ser analisado é o aparente alto índice de casais cujos cônjuges eram ambos do mesmo povo: no decorrer do estudo elaboraremos tabelas e gráficos, mas por ora cabe ressaltar que é perceptível a não desagregação imediata da organização comunitária anterior. Farinatti, em estudo já citado, também aponta para situação similar na cidade de Alegrete, onde 80% dos casais analisados pelo pesquisador provinham do mesmo Povo, indicando a manutenção de vínculos pré-existentes à migração para terras lusas (Farinatti, 2016, p. 139).

Terras da aldeia ou terras devolutas? Um mapa pode ajudar a entender a política fundiária urbana?

Conforme relato do padre Vicente Zeferino Dias Lopes, do ano de 1891, os indígenas "foragidos das Missões do Uruguai" foram assentados em uma curva do rio Jacuí no ano de 1770. Segundo o religioso, esse aldeamento estava localizado onde, em 1751, os portugueses haviam construído um forte.[6] Desconsiderando as datas propostas pelo clérigo, que estão em desconformidade com documentos levantados até o momento, o que resta é a localização. Isso porque existe um plano urbano da cidade de Cachoeira do Sul, datado do ano de 1850. A data a que o desenho se refere é explicitamente essa, mas os dados foram coletados com base em registros de 1830, conforme cadastro que o acompanha.[7]

No referido cadastro existem terrenos "ocupados por índios" justamente próximo a um local em que o rio faz uma curva mais acentuada. Ali os terrenos são maiores que os restantes da malha urbana. Ao redor desses terrenos existem outros que parecem ter pertencido a indígenas pela omissão de possuidor no cadastro ou por referência a ocupação por herdeiros de "índios". Além disso, verificando livros da Câmara, sabe-se

6 LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737*. Cachoeira: 1891. Em cópia *pdf* cedida gentilmente pelo prof. Fábio Kühn.

7 BUFF, João Martinho. *Planta da cidade de Cachoeira executada em 1850 pelo agrimensor J.M. Buff*. AHCS, cópia.

que o terreno do Cemitério das Irmandades anteriormente era chamado "Cemitério da Aldeia".

A ordem era que utilizassem esse local de sepultamento para todos os falecidos da vila, a partir da década de 1820, o que pressupõe que antes disso era reservado apenas para os aldeados. Conforme a Câmara, o terreno escolhido era "adjacente" à vila, fora do recinto urbano – o que indica que a área era de fato ocupado por chácaras e pequenas propriedades onde possivelmente os guarani tinham suas roças e criações (Delonghi, 2021, p. 20).

Figura 2. Detalhe da planta de 1850

Fonte: Detalhe da planta de 1850 com a marcação dos terrenos de números 51 a 55 e de 409 a 422. As linhas indicam um possível limite para a aldeia.

Em um detalhe do mapa abaixo, podemos ver uma projeção do espaço provavelmente ocupado pelos guarani e seus descendentes até pelo menos metade do século XIX com base no cadastro e outros documentos camarários.

O traçado em vermelho indicaria limites aproximados, que vão do terreno número 415 até o de número 418, mais ao sul. À leste, tomamos a Sanga da Inês como limite territorial já que Buff assinala que este córrego era o marco perimetral da Vila. Com essas confrontações, tem-se um território com 201.308,16m², ou seja, aproximadamente 20,130 hectares. Não é uma área tão vasta, mas devemos lembrar que provavelmente a área utilizada era maior, já que esse plano urbano tinha por finalidade demarcar exatamente os limites dos lotes e do recinto da Vila.

Percebemos que, gradualmente, a Administração da vila vai engolindo a aldeia seja por meio da abertura de espaços públicos – Cemitério, por exemplo – seja por meio da integração à malha urbana de forma visual – por intermédio de um plano urbano. Conforme John Bryan Harley,

> Todos los mapas estan relacionados con el orden social de un periodo y un lugar especificos. Todos los mapas son culturales porque manifiestan procesos intelectuales definidos como artisticos o cientificos en la medida en que trabajan para producir un tipo caracteristico de conocimiento. No existe una flecha causal clara que vaya de la sociedad al mapa, sino flechas causales que viajan en ambas direcciones. **Los mapas no son la sociedad exterior, son parte de ella, son elementos constitutivos dentro del mundo en general** (Harley, 2005, p. 72).

Dessa forma, acreditamos que esse plano urbano teria o poder de representar a sociedade que o desenvolveu. No caso de Cachoeira, mostrar os indígenas como confinados a um espaço minúsculo, quase totalmente apagados, é a manifestação da ideologia que visava "nacionalizar" os indígenas. Um discurso cartográfico em que não existe a aldeia legitima que o espaço real, físico, do assentamento seja desconsiderado enquanto tal – seriam as "flechas causais" citadas por Harley em ação.

Esse apagamento vai se completar ainda na década de elaboração do plano. Em 1856, a Câmara responde a um ofício do governo imperial da seguinte forma:

> [...] Esta Câmara em cumprimento desta ordem, tem a honra de declarar a Vossa Excelência, que as antigas Aldeias que houveram nas duas Povoações do Município foram estabelecidas dentro do recinto que por Lei foi marcado para as mesmas, por conseguinte **não há neste Município nem umas terras pertencentes aos Índios, achando-se desde muitos**

> **anos extintos esses aldeamentos, em cujos terrenos existem casas das Freguesias respectivas**. [...][8] (grifamos)

O excerto nega definitivamente a existência do aldeamento, apontando que este encontrava-se há muito extinto. Esse expediente foi comum em outros locais do Brasil, como exemplifica Manuela Carneiro da Cunha para estados do Nordeste. A pesquisadora afirma que em 1854, quando o governo central pede um arrolamento patrimonial, das aldeias e dos índios, já está em pleno curso a extinção desses locais (Cunha, 1992, p. 21). Contudo, o fim "oficial" da localidade cachoeirense não impede que pessoas ainda se autonomeiem como "índias" e que sujeitos indígenas ainda requeiram títulos de propriedade em fins do século XIX, como atestam alguns documentos presentes no Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul.

Conclusões parciais

Esse estudo, que é parte de uma pesquisa em andamento, quer evidenciar as relações que existiram entre os sujeitos nativos que foram enviados à localidade que se tornaria a sede do município de Cachoeira do Sul e a sociedade colonial de seu entorno.

Com essa comunicação mostramos uma dada resistência por parte de alguns casais que ainda se mantinham fiéis a seus apelativos guarani. A manutenção desses sobrenomes poderia indicar uma posição de destaque nos antigos povoados missioneiros, hipótese que merece mais estudo. Paralelamente a essa continuidade, temos o apagamento de marcadores étnicos, como o nominativo "guarani". Percebemos pela análise dos livros de batismo que a Administração, por meio da Igreja Católica da época, registrava a população da aldeia somente como "índio", "índia", "chino" ou "china", sem especificação étnica, situação que silenciaria a cultura nativa e seus sujeitos. Ao mesmo tempo em que borrava a identidade étnica, criava novos sujeitos "índios" desenraizados de seu passado (nesse caso, guarani-missioneiro), como asseverado por Vânia Moreira (2010, p. 135).

Outra situação relativa à nomeação e à memória é aquela que diz respeito ao padroeiro/padroeira do novo templo e à nova freguesia.

8 AHCS. Fundo Câmara. Lº n.º 1. Lançamento da receita - Despesa. P. 178r.

Inicialmente, a nova matriz era chamada de São Nicolau; após mais ou menos um ano, é renomeada para Nossa Senhora da Conceição. Defendemos que o primeiro nome evocava muito mais o passado rebelde, no qual o Povo de São Nicolau, juntamente com mais três, se levantou contra lusos e espanhóis, do que Conceição – santa presente em inúmeras freguesias no Continente de São Pedro. Essa alteração impediria, dessa forma, a rememoração do passado rebelde e pintaria a nova freguesia com ares mais portugueses: era mais uma povoação lusa dedicada à essa santa, como outras tantas da região.

Por fim, analisamos uma planta da cidade, datada de 1850. Em posse dessa carta conseguimos esboçar o provável espaço que a aldeia de São Nicolau ocupava, próximo a uma curva do rio Jacuí. Apontamos que esse aldeamento provavelmente não tinha sido "institucionalizado", já que o brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, deixou para depois maior detalhamento acerca do lugar. O militar acabou por sair do governo da capitania no ano de 1780, não tendo tido tempo para regular o novo assentamento.

Esse vazio legal permitiu que a Administração local e particulares avançassem sobre as terras indígenas sem maiores preocupações, já que não estavam destinadas legalmente aos nativos. Assim, conforme Harley, o mapa do engenheiro Martinho Buff poderia refletir a ideologia predominante na época, que visava nacionalizar os nativos, além de "legalizar" o avanço sobre as terras guarani.

Essas situações, com a avanço do tempo, transformaram os guarani em "índios" genéricos, sem profundidade e, em um segundo momento, em brasileiros. O pouco espaço destinado a esses sujeitos na historiografia é índice dessa nacionalização que corroeu o passado de grande parte da população e que ainda hoje desconsidera sua participação ativa na história brasileira.

Fontes

Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS), Livro 1 de batismos (1779-1793). Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Transcrição. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS).

Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS), Livro 2 de batismos. Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Transcrição. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS).

Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS), Livro 3 de batismos. Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Transcrição. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS).

Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS). Fundo Câmara. Lº n.º 1. Lançamento da receita - Despesa. P. 178r.

Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (AHCS). Fundo das Irmandades, maço 01. Feria da despesa [...] até 16 de ma[...] de 1812 dos Índios que trabalham na Olaria de Nossa Senhora. AHCS. Fundo das Irmandades, maço 01. Feria dos Índios que andam trabalhando na retificação da olaria de Nossa Senhora. Transcrição (em máquina de escrever) sem autor e data de um original de 1811.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Fundo Assuntos Religiosos, caixa 8, maço 17, Clero Católico – Paróquias, 1.6 – Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (Cachoeira do Sul), 1832, Cachoeira, Nossa Senhora da Conceição, Vigário Colado Inácio Francisco Xavier dos Santos, Correspondência.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Fundo Assuntos Religiosos, caixa 8, maço 17, Clero Católico – Paróquias, 1.6 – Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (Cachoeira do Sul), 1832, Cachoeira, Nossa Senhora da Conceição, Vigário Colado Inácio Francisco Xavier dos Santos, Correspondência.

BUFF, João Martinho. Planta da cidade de Cachoeira executada em 1850 pelo agrimensor J.M. Buff. AHCS, cópia.

LOPES, Vicente Zeferino Dias. Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737. Cachoeira: 1891. Em cópia pdf cedida gentilmente pelo prof. Fábio Kühn.

TERRARUM S: Michaelis oppidi Americae meridionalis in provincia olim Tape dicta, trans Flumen Vruguai siti, cum adjacenteibus simul aliorum oppidorum terris & vicinia Lusitanorum. Mapa disponível em: <https://archive.org/details/terrarumsmichael00unse/mode/2up> Consultado em 01 jul 2024.

Referências bibliográficas

BARCELOS, Artur F, FURTADO, Junia Ferreira. O retorno de um revelador mapa do RS do século 18 que era dado como perdido. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 jan 2024. Comportamento. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2024/01/o-retorno-de-um-revelador-mapa-do-rs-do-seculo-18-que-era-dado-como-perdido-clrthvp85002l016w03o8v9on.html> Consultado em 02 jul 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Legislação indigenista no século XIX**: Uma compilação (1808-1889). São Paulo: Edusp, 1992.

DELONGHI, Luiza Segabinazzi Pacheco. **Atualização das fichas do Inventário do Patrimônio Cultura de Cachoeira do Sul**. Cachoeira do Sul: UFSM Campus Cachoeira do Sul, 2021.

DIEHL, Isadora Talita Lunardi. **Criando fronteiras***:* Guaranis e Kaigangs diante dos processos de invisibilização pelo Estado (Rio Grande do Sul, século XIX). Orientadora: Helen Osório. 415f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em < https://lume.ufrgs.br/handle/10183/265452> Consultado em 18 jan 2024.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Padrinhos preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil. In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História Social em registros paroquiais***:* Sul-Sudeste do Brasil, século XVIII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 12, núm. 23, julho 2007, pp. 23-38.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros***:* Verdadeiro, falso, fictício. Tradutor: Angélica Chiappetta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GORDON, Lewis R. Decadência disciplinar e a de(s)colonização do conhecimento. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, p. 110-126, 2017.

HARLEY, John Bryan. **La nueva naturaliza de los mapas***:* Ensayos sobre la historia de la cartografía. Comp. de Paul Laxton; Introd. de J. II. Andrews; Trad. de Leticia Garcia Cortes, Juan Carlos Rodríguez. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LANGER, Protásio Paulo. **A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos***:* A resistência do guarani-missioneiro ao processo de dominação do sistema luso. Porto Alegre: EST, 1997.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. **Histórias indígenas em contextos de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio***:* charruas, guaranis e minuanos em

fronteiras platinas (1801-1818). Orientador: Sidney Chalhoub. 352f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/991066> Acesso em 01 jul 2024.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. **A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo**: Histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII – XIX). Orientador: Eduardo Santos Neumann. 167fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56071>Acesso em 01 jul 2024.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. **De índio a guarda nacional***:* cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). In: Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 127-142.

NEUMANN, Eduardo S.; BARCELOS, Artur H. **A razão gráfica missioneira***:* Escrita e cartografia indígena nas Reduções da América colonial. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2022.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. "**A Terra natural desta Nação Guarani**": Identidade, memória e reprodução social indígena no Vale do Jacuí (1750-1801). 2017. 266fls. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS): São Leopoldo, 2017. Disponível em < http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6762?show=full> Consultada em 12 dez 2021.

SCHUH, Angela Schumacher. CARLOS, Ione Maria Sanmartin. **Cachoeira do Sul em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1991.

TAKEDA, Kazuhisa. Los padrones de indios guaraníes de las misiones jesuíticas (1656-1801): análisis dinámico y comparativo desde la óptica de los cacicazgos. **Surandino Monográfico**, Buenos Aires, núm. 1, 2016, p. 66-105.

PARTE II

Escravidão e pós-abolição

História Social no Brasil Escravista

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NA FREGUESIA BOM JESUS DO TRIUNFO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Daiana dos Santos Macedo[1]

População escravizada de Bom Jesus do Triunfo (1757-1799)

Este trabalho faz parte da minha pesquisa de dissertação de mestrado que tem como objeto de estudo a população escravizada da Freguesia de Bom Jesus do Triunfo durante a segunda metade do século XVIII. Nesta apresentação iremos analisar as características dessa população através dos registros paroquiais- batismo, casamentos, óbitos entre os anos de 1757 a 1799, os róis dos confessados do ano de 1758, os mapas geográficos[2] de 1780 e 1798, além de uma matrícula[3]

1 Mestranda em História no Programa de Pós Graduação da UFRGS. E-mail de contato: daianasm2000@yahoo.com.br.

2 Para Scott (2017) os mapas geográficos seriam fontes extremamente ricas de informações por conta das biodiversidades dos dados que reúne e pela cobertura e abrangência no interior do império colonial luso, pois esses mapas não se limitavam apenas a coletar dados relativos apenas ao território sob o domínio de Portugal na América, criando a possibilidade de uma infinidade de análises comparativas, que podem se expandir no âmbito de todo o império colonial luso.

3 Essa relação de matrículas é uma fonte recém descoberta pelo pesquisador Marcelo Santos Matheus que está disponível no Arquivo Nacional. Essa fonte permite para essa pesquisa, ainda que seja informações de apenas de um ano especifico, saber as dimensões dos plantéis, a média de quantidade de escravizados por plantéis, a estrutura de posse, a questão da africanidade já que

de escravizados que possui os registros entre 1788 da população cativa da região, com o intuito de traçar um perfil demográfico mais preciso dessa população.

Situada em uma região de fronteira[4], como era considerado o Rio Grande de São Pedro para a Coroa Portuguesa, Triunfo surgiu como o primeiro avanço demográfico para o oeste desde dos campos de Viamão (Osório, 2021; Martirén, 2021). De acordo com Volkweis (2011) a localização do núcleo urbano de Triunfo foi determinada pela posição estratégica junto a confluência dos rios Jacuí e Taquari. A freguesia encontrava-se a cerca de 10 léguas a lés nordeste da Fortaleza Jesus, Maria, José do Rio Pardo, sendo um importante local de passagem das tropas e funcionários da Coroa Lusa envolvidos na demarcação de terras decorrentes dos Tratados de Limites (Aquino, 2019, p. 01). A criação da Freguesia de Bom Jesus do Triunfo, assim como as demais, emergiu em um contexto de conflitos entre as coroas da Espanha e de Portugal.

No ano de 1756, mais especificamente no dia 04 de setembro, foi instalado a matriz da Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo pela determinação da portaria do bispo do Rio de Janeiro, Dom Francisco Antônio do Desterro (Rubert, 1994, p.76). O padre português, Thomas Clarque, foi o primeiro paroquio da freguesia e foi responsável por sua organização. Foi também da sua autoria o primeiro mapa da região, onde se percebe a demarcação das fazendas que faziam parte dessa freguesia, juntamente com um esboço da Igreja Matriz, do núcleo de Santo Amaro, do Forte Jesus Maria, José em Rio Pardo e de Viamão (Volkweis, 2011, p. 84).

Já nos primeiros anos da Freguesia o fluxo de pessoas que acabavam por se instalar na região aumentou consideravelmente, a população saiu de um número de "1.997 habitantes em 1782 para 4.798 em 1802" (Osório, 2021; Martirén, 2021, p. 415), o que representa um aumento populacional de 140% em 22 anos. Esse aumento populacional não se deu apenas entre a parcela livre da população, mas também entre a

nessa fonte consta a região ou etnia dos cativos de Triunfo.

4 Bocarra (2005) caracteriza uma fronteira não como um lugar onde está marcado o limite entre a civilização e a barbárie, mas como um território imaginado, um espaço instável, de circulação, de lutas de índoles distintas, de indivíduos e grupos de diferentes origens.

população cativa, que era a principal mão de obra usada numa região em que a economia girava em torno da agricultura e pecuária. Já no Rol dos Confessados produzido pelo padre Clarque em 1758, a presença dos escravizados já era significativa na região.

Dos 507 indivíduos que ali estavam registrados cerca de 31,45% eram escravizados. (Kühn,2023; Cabreira, 2023, p. 295). Através da Razão de Sexo é notamos um desequilíbrio entre os sexos, havendo um percentual levemente maior de homens, sejam eles, homens livres ou escravizados.

Tabela 01: Distribuição populacional na Freguesia de Triunfo em 1758

	Livres	Escravizados	Totais
Homens	188	96	284
Mulheres	117	49	166
Razão de Sexo	160	190	170

Fonte: Kühn, 2023; Cabreira, 2023, p. 295

O número de escravizados na freguesia de Triunfo era bem significativa, no mapa geográfico[5] do Rio Grande de São Pedro e suas Freguesias feito em 1780, é apontado que na Freguesia Sr. Bom Jesus do Triunfo a população escravizada residente na região correspondia a 50,11% do total. Neste censo consta o total de 5.095 indivíduos escravizados espalhados pela Capitania, sendo que na Freguesia de Triunfo se encontrava 640 indivíduos escravizados o que representava cerca de 12,6% do total dessa população, um número bastante significativo, ficando atrás somente da freguesia N. Sra. da Conceição de Viamão que tem 14,7% da população cativa da capitania.

5 Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro, suas Freguesias, e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições, cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780. Anexo à carta do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara ao vice-rei dom Luiz de Vasconcelos e Souza de 11/08/1780. Cód.104. vol.02. n104. Disponível no Arquivo Nacional

Gráfico 01: Distribuição da população escravizada na Capitania Rio Grande do Sul de São Pedro em 1780

Fonte: Mapa Geográfico de Rio Grande de São Pedro de 1780

O aumento da mão de obra escravizada continua ao longo do século XVIII, no mapa geográfico produzido no ano de 1798 é possível ver esse aumento populacional passando de 640 em 1780 para 1.101 escravizados, um aumento de 72% em 18 anos. Através das fontes dessa pesquisa foi constatado que a taxa de crescimento da população escravizada entre o período de 1758 a 1780 foi 6,9% a.a, uma taxa considerada elevada[6], já entre o período de 1780 a 1788 há uma desaceleração no crescimento populacional da população escravizada da região com uma taxa de 3,6% a.a, ainda que haja uma diminuição pode-se considerar um índice alto de crescimento para região e entre o período 1788 a 1798 um índice de 2,6%, essa taxa um pouco menor que a de períodos anteriores o que pode indicar uma desaceleração no crescimento da população escravizada na Freguesia.

6 Eduardo Wrigley (1994) observou que uma taxa de crescimento populacional acima de 3% resultado de uma dinâmica demográfica rápida, sendo que uma taxa de crescimento um índice de 4% é rara. In: WRIGLEY, E. **Historia y población**. Barcelona: Critica, 1994. p. 56.

Características da população escravizada de Triunfo

Em geral, as fontes quando se referem aos escravizados acabam dividindo-os em dois grandes grupos: crioulos e pretos. No primeiro grupo fazem parte os pardos, crioulos, cabras e mulatos e o segundo grupo sempre se referem como pretos e a localidade da qual, a princípio, eles vieram (Petiz, 2009, p. 97). Na Relação dos escravos da Freguesia Triunfo produzida no ano de 1788, consta uma população de 851 indivíduos escravizados, 450 são crioulos o que representa 52,9%, 394 africanos 46,3 % e 07 indivíduos sem identificação que representa 0,8 %. Através dessas informações é possível notar um certo equilíbrio entre os dois grupos, sendo que os crioulos possuem uma leve diferença para mais que em relação aos africanos.

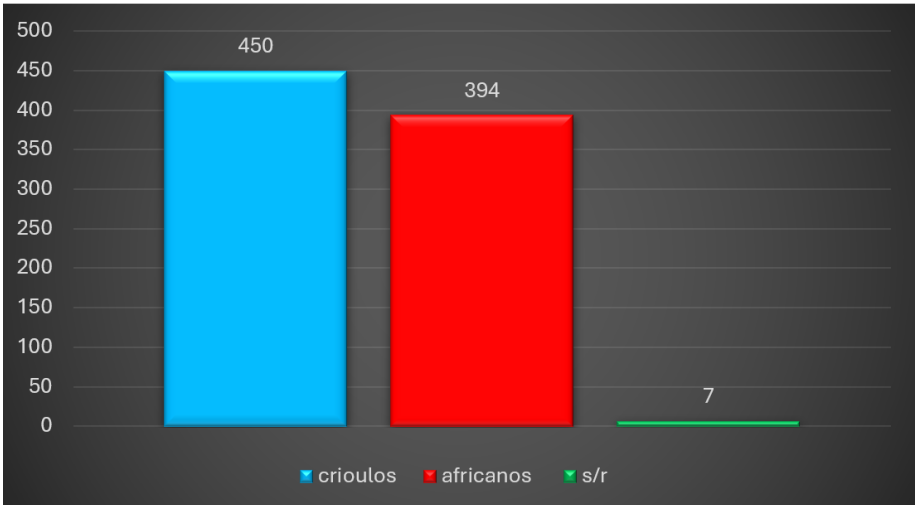
Esses dados vão de encontro com os resultados da pesquisa de Helen Osório (2007), onde através de um levantamento feito pela pesquisadora nos inventários post mortem na Capitania do Rio Grande de São Pedro, foi encontrado esse equilíbrio entre os dois grupos. A autora atribui isso como um resultado da importação de adultos nascidos em outras regiões brasileiras e não a uma reprodução endógena.

O pesquisador Silmei Petiz (2009) ao examinar os inventários da região da Fronteira Oeste do Rio Pardo entre aos de 1784-1835 encontrou pouca diferença entre os grupos dos 3.504 cativos encontrados na região, 2.448 foi identificado como crioulos enquanto que de 1.056 foram identificados como africanos, uma diferença em torno de 26%. Outro pesquisador que trabalhou a demografia da população escravizada foi Luis Augusto Farinatti (2007), que pesquisou sobre essa população entre 1831-1870 e, apesar de ser um período posterior ao que está sendo estudado, verificou em seu estudo um predomínio de crioulos em relação aos africanos, sendo o primeiro grupo com 60% e os africanos com 40%, ainda que uma parte considerável é oriunda do comércio interprovincial, o autor ressalta que não se deve minimizar a presença da reprodução endógena.

Berute (2006) ao investigar a entrada de escravizados no Rio Grande via comércio atlântico afirma que dentre os 3.294 escravizados que entraram no período de 1788 e 1802 e 6.984 entre 1809 a 1824, 95% eram africanos e apenas 5% crioulos. Para Petiz (2009) isso indicaria que seria pouco provável que a crioulização dos plantéis do Rio Grande

de São Pedro se devesse exclusivamente ao comércio interno, existindo a possibilidade da reprodução endógena como uma alternativa para manutenção da escravidão.

Gráfico 02- Quantidade de africanos e crioulos na Freguesia de Triunfo entre os anos 1786 a 1789



Fonte: Matrículas de escravizados da Freguesia de Bom Jesus do Triunfo 1786-1789

Ainda no valendo dessa relação de 1788, quando analisamos a repartição por sexo dessa população foi observado um certo desequilíbrio entre a população feminina e masculina, principalmente entre africanos e africanas. Os escravizados africanos totalizavam 68,7% do seu grupo, enquanto que as africanas representavam apenas 31,3%. Esse desequilíbrio também aparece no grupo de crioulos, no entanto, a diferença é um pouco menor, de 12,3%, enquanto os homens representam 56,1% e as mulheres 43,9%. Ao utilizar os indicadores da razão de sexo na população escravizada verifica-se que a razão de sexo é maior entre os africanos, sendo 219 homens para cada 100 mulheres enquanto que o segundo grupo seria 128.

Ressaltando que esse desequilíbrio entre os sexos aparece em um número maior entre os homens e as mulheres africanas. Petiz encontrou

números muito semelhantes ao de Triunfo, na fronteira do Rio Pardo entre 1764-1809, sendo o grupo de africanos com 244 homens para cada mulher e o segundo com 119 (2009, p.101). O maior número de homens africanos talvez se deva ao fato que havia uma preferência maior pela mão de obra masculina para o trabalho na pecuária e na agricultura e também o motivo de haver um número menor de mulheres escravizadas de acordo com Petiz (2009) talvez se deva ao fato, desse grupo ter uma maior mobilidade social e ter um maior alcance a alforrias.

Tabela 02: Razão de sexo na população escravizada de Triunfo

Ano 1788	Crioulos	Africanos	Totais
Homens	251	270	521
Mulheres	196	123	319
Razão de sexo	128	219	163

Fonte: Matrículas de escravizados de Triunfo entre 1786 a 1789

Grupos etários dos escravizados de Triunfo

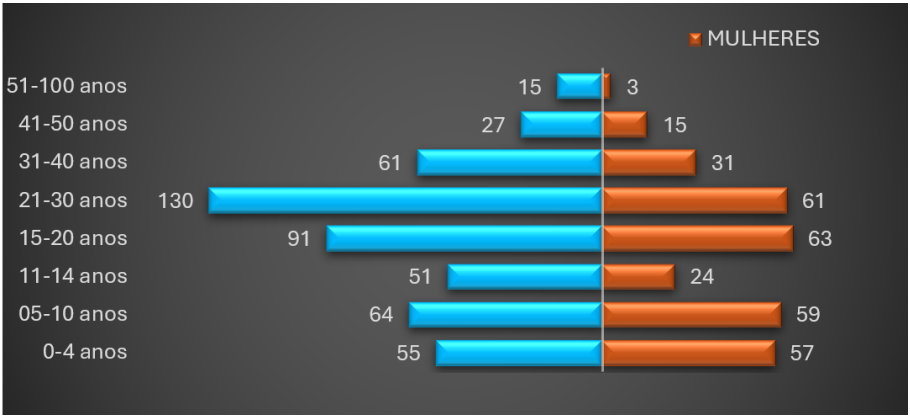
Em relação a faixa etária da população escravizada da região[7] no ano de 1788 foi encontrada uma população relativamente jovem, apta para trabalhar. Dos 806 cativos que tem a sua idade registrada nesta relação de 1788, 59,4 % se encontravam na faixa etária de 15 a 50 anos, 38,5% entre 0 até 14 anos, 2,1 % se encontravam em uma faixa etária acima dos 50 anos de idade. Entre os escravizados crioulos há um número significativo de cativos entre a faixa etária de 0 até 14 anos que representa quase 64,7%, no entanto, número cai quando se chega na idade adulta, uma diminuição de 47,3%, essa queda pode estar ligada com a alta taxa de mortalidade infantil muito comum nas sociedades do Antigo Regime, já que a região assim como outras apresentava uma alta taxa de mortalidade infantil, principalmente no período que vai até os 10 anos de idade, o que será examinado posteriormente. Ainda que exista essa queda na população crioula, pode se constatar um número considerável

7 Para o levantamento foi usado somente as matrículas de escravizados, visto que as demais fontes não possuíam informações em relação a idade dos indivíduos

de crianças com menos de 10 anos na região, o que pode apontar para um certo nível de reprodução endógena, ainda que somente ela não seja capaz de sustentar a manutenção do cativeiro, precisando importar mão de obra escrava de outras regiões.

Na Fronteira Oeste de Rio Pardo também foi encontrado dados semelhantes, 61,18% dos indivíduos inventariados entre 1764 e 1835 tinham de 15 até 49 anos, outros 7,32% possuíam entre 50 anos ou mais 80 e uma proporção significativa de 31,50% era de crianças com até 14 anos de idade. Essa taxa significativa de crianças, seria uma característica de uma região com uma economia predominante voltada para o abastecimento interno e com uma "menor capacidade de compra de novos escravos adultos, em idade produtiva, servindo-se, provavelmente, de uma parcela significativa de cativos nascidos na própria região" (Petiz, 2009, p. 105).

Gráfico 03: Grupo etário dos escravizados na Freguesia de Triunfo 1786-1789



Fonte: Matrículas de escravizados de Triunfo entre 1786 a 1789

Nessa pirâmide é evidente a desproporcionalidade entre as barras etárias nas idades produtivas, com destaque para o grupo de homens entre os 21 a 30 anos que aparecem em maior número, deste grupo os africanos que compõem 76,1% do total. Já na população feminina, é possível ver que existe um equilíbrio entre as faixas etárias que vai dos

05 até os 10 anos e entre os 15 até os 20 anos. O grande número de cativos do sexo masculino entre 20 a 30 anos provavelmente tem como razão o fato que era um grupo que chegava à região ou proveniente do comércio atlântico ou através de aquisição realizada junto a outras áreas escravistas do Brasil colonial, que também tinham como preferência indivíduos do sexo masculino (Petiz, 2009. p. 105). Também é evidente a diminuição da base da pirâmide em comparação as próximas faixas etárias, o que pode indicar altas taxas de natalidade, mas também altas taxas de mortalidade.

Ao pesquisar sobre a população escrava de Porto Alegre na década de 1780, Luciano Gomes (2012) encontrou uma maior concentração populacional na faixa etária dos 20 a 29 anos, o que indicaria de acordo com o autor o predomínio do tráfico negreiro como forma de reprodução de cativeiro. Assim como Petiz, Gomes também encontrou um índice mais baixo de escravizados idosos em Porto Alegre apenas 7% dos 569 indivíduos ultrapassaram os 50 anos de idade, essa baixa presença de idosos poderia ser o resultado de dois fatores sobrepostos: a manumissão de escravos idosos inaptos para o trabalho e as altas taxas de mortalidade entre adultos. (Gomes, 2012, p. 3).

Essa menor expectativa de vida também foi encontrada por Danilevicz (2009) na sua pesquisa sobre os escravizados nos Campos de Viamão entre os anos 1776-1784, que encontrou uma diminuição na população a partir dos 50 anos de idade. Utilizando o indicador Swaroop-Uemura[8] para verificar a mortalidade de livres e escravos em Viamão, localidade vizinha de Porto Alegre, entre os anos de 1776 e 1782, foi obtido o resultado de que apenas 9% dos escravos possuíam 50 anos ou mais quando faleceram. Em Triunfo esse foi encontrado uma taxa de mortalidade entre os idosos de 4,8%, um percentual mais baixo quando comparado a outras regiões da Capitania no mesmo período.

8 É uma razão demográfica utilizada para avaliar a proporção de óbitos dos idosos em relação ao total de mortos.

Tabela 03: Faixa etária dos escravizados de Triunfo entre 1786 a 1789

Faixa etária	Homens Crioulos	Homens Africanos	Mulheres Crioulas	Mulheres Africanas
0-4 anos	55	--	57	--
05-10 anos	60	4	57	2
11-14 anos	39	12	14	10
15-20 anos	29	62	27	36
21-30 anos	31	99	17	44
31-40 anos	13	48	11	20
41-50 anos	9	18	8	7
51-100 anos	1	13	1	2
Total	237	256	192	121

Fonte: Matrículas de escravizados de Triunfo entre 1786 a 1789

Dentre a população feminina, as crioulas apresentam uma taxa maior na infância. Na pirâmide, no entanto, ao atingir a faixa etária entre 11 até 14 anos e depois na idade adulta, esse número muda e há uma diminuição de mulheres escravizadas crioulas e um aumento de africanas, nas faixas etárias dos 15 a 20 anos e 21 a 30 anos. Como dito anteriormente, essa diferença pode também estar relacionada com o fato que essas mulheres possuíam uma maior mobilidade social e tinham um alcance maior a alforrias.

As diferentes etnias da população africana

Em uma pesquisa feita por Osório (2007) sobre os grupos étnicos que habitavam a Capitania no período de 1765 a 1822, 71% dos africanos inventariados eram da África Central Atlântica, 26% da África Ocidental Ocidental e apenas 3% procedentes da África Oriental. Em razão dos dados levantados na sua pesquisa, a autora argumenta que além dos vínculos existente entre o Rio Grande de São Pedro e o Porto do Rio de Janeiro na comercialização de escravizados, a presença de cativos provenientes de regiões como Guiné, São Tomé e Cabo Verde indicariam que foram estabelecidas rotas comercias entre o Rio Grande

e a Bahia, em razão que grupos que vinham dessas regiões eram mais presentes no porto da Bahia e Pernambuco do que do Rio Janeiro.

Através dos registros paroquiais de batismo produzidos entre os anos de 1757-1799 encontramos africanos provenientes de duas regiões: da África Ocidental com 17 indivíduos representando um percentual de 2,6% e da África Central Ocidental- que possui a maior parte dos indivíduos registrados- com 634 africanos, representando 97,4%, diferentemente da pesquisadora Osório, não foi encontrado nos registros paroquiais de Triunfo africanos que viessem da região da África Oriental. Os grupos étnicos que se encontram em maior número são da região da África Central Ocidental, com os Angolas com 338 indivíduos ou 53,3% e os Benguelas com 288 representando 45,4% .

Números semelhantes foram encontrados por Petiz (2009) ao examinar os inventariados post-mortem da Fronteira Oeste do Rio Grande entre os anos de 1764 a 1809, entre os grupos predominantes majoritariamente estavam aqueles que pertenciam a África Central Ocidental, compondo 70% dos escravizados. Predominando os benguelas, angolas e congos sendo seguidos pelos cativos originários da África Ocidental. Já nos registros de batismo, dentre 83 escravizados que foram batizados nesse período, 50% eram provenientes da África Central se destacando os da Angola, com 21,69%, 12,04% eram da África Ocidental (Costa da Mina) e tão somente 3,61% da África Oriental (Moçambique) (Petiz, 2009, p. 120).

De acordo com Berute (2006) as regiões do Congo-Angolana-África Ocidental eram as regiões que mais exportavam escravizados para o porto do Rio de Janeiro, que por sua vez era um dos portos de origem de onde a grande maioria dos cativos que acabavam no Rio Grande de São Pedro vinham. Entre 1788 a 1802 cerca de 97% dos cativos que desembarcavam na região eram da África Central Atlântica, como predomínio de escravizados identificados como Angola e Benguela, representando 45% e respectivamente 35%. Em menor escala estavam aqueles oriundos da costa ocidental (com o predomínio por aqueles chamados de minas, seguidos pelos gegês e nagôs), estes representavam menos de 4 % (Berute, 2006, p. 73).

Quando são analisadas as regiões das quais os crioulos da freguesia de Triunfo eram oriundos, dos 420 registros que constam a região

desses cativos, 313 são naturais da própria freguesia, o que representa um percentual de 74,5%, seguido do Rio de Janeiro 33 indivíduos o que representa 7,9% e Viamão com 26 indivíduos um percentual de 6,2%, também aparece outras regiões como São Paulo, Curitiba, Minas Gerais, dentre outras. Importante destacar que esse número de crioulos que são da própria freguesia de Triunfo, juntamente com o índice de crianças crioulas de 0 até 10 anos, podem indicar um certo nível de reprodução endógena.

Tabela 04: Principais grupos étnicos de escravizados africanos da Freguesia de Triunfo 1757-1799

		1757-1799
Região	Origem	
África Ocidental	Guiné	#
	Mina	17
	Subtotal	17
África Central Ocidental	Angola	338
	Benguela	288
	Cabunda	1
	Cassange	1
	Congo	4
	Guanguela	2
	Manjolo	#
	Magumbe	#
	Rebolo	11
	Subtotal	634
	Total	651

Fonte: Registros de batismo de Triunfo livro 01 e livro 02 de 1757 a 1799.

Tabela 05: Regiões que os escravizados crioulos de Triunfo eram oriundos.

REGIÃO	QUANTIDADE
TRIUNFO	313
RIO DE JANEIRO	33
VIAMÃO	26
SÃO PAULO	23
CURITIBA	10
TAQUARI	9
MINAS GERAIS	6
TOTAL	420

Fonte: Matrículas de escravizados de Triunfo entre 1786 a 1789

Legitimidade de batismo entre os escravizados

Através dos registros de batismo é possível verificar o nível de legitimidade entre os escravizados da Freguesia de Triunfo. Através dos dados levantados nota-se a alta taxa do índice de legitimidade em todos os segmentos da sociedade e entre os escravizados essa taxa é bem alta, 54% das crianças escravizadas batizadas na freguesia eram oriundas de uniões sacramentadas na Igreja.

Quando comparada a outras freguesias e paróquias da capitania o nível de legitimidade entre os escravizados de Triunfo é relativamente maior. Na Fronteira Oeste o percentual de legitimidade entre os escravizados no período de 1755 a 1809 corresponde a 33,8%, Na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 30,9% das crianças eram fruto de uniões legitimas já em Cachoeira, Encruzilhada e Caçapava o percentual de legitimidade entre os filhos dos cativos ficou na faixa dos 35 a 40%.

Em outras regiões da América Portuguesa os índices de legitimidade também eram mais baixos, em Minas Gerais nos estudos feitos por Libby e Botelho (2004) ou de Donald Ramos (1990) encontraram taxas que variavam entre 10% a 15%, já Schwartz encontrou no Recôncavo Baiano um índice de 22,3%. Em Porto Alegre o índice de legitimidade entre os cativos não chegou a 30% permanecendo em 27,1% (Scott; 2021). É importante ressaltar que na população escravizada esses índices

poderiam sofrer variações que eram influenciados por diferentes fatores como a atividade econômica, o tamanho das escravarias, urbanização, dentre outros fatores. (Kuhn, 2023; Cabreira,2023)

Dentre os dois grupos de cativos que se encontravam na Freguesia foi encontrado, um índice um pouco maior de legitimidade em casais que ambos eram africanos, 9,33% enquanto que casais em que ambos eram crioulos o percentual foi de 1,2% dentre os 932 registros de batismo. Ainda que esses índices sejam baixos, esse dado pode indicar que talvez houvesse uma procura maior por parte dos africanos por legitimar a sua união dentro dessa sociedade, como uma estratégia de estabelecer vínculos em um novo território, enquanto que os crioulos já possuíram uma maior rede de sociabilidades.

Tabela 06: Índice de endogamia e legitimidade por condição sociojurídica na Freguesia de Triunfo 1757-1800

		Participação nos batismos	Endogamia	Legitimidade
Condição jurídica	Livres	63,1	83,9	87,3
	Escravizados	28,8	46,6	54
	Forros	7,4	32,6	84,5
Designação de "cor"	Crioulos	2,9	14	52
	Indígenas	14,1	57,3	83,7
	Negros	14,1	53,7	58,9
	Pardos	10,3	30,6	70
	Não consta	58,7	82,6	90

Fonte: Kühn,2023; Cabreira, 2023, p. 295

A mortalidade entre os escravizados

Através da variável demográfica da mortalidade apresentada pelos dados contidos nos registros de óbitos é possível ter mais informações sobre o grupo estudado. De um total de 1.276 registros de óbitos entre os de 1757 a 1799, os assentos de Triunfo revelam 393 indivíduos, ou 30,8%, deve-se levar em conta que a subnotificação, pois nem todo cativo que morria tinha a sua morte registrada na paróquia.

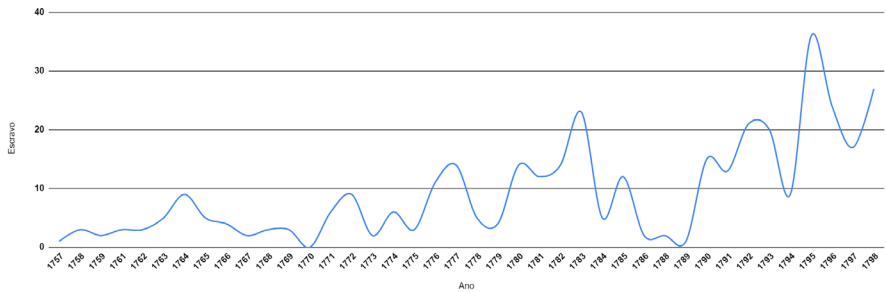
As crianças até 04 anos de idade são maioria nos registros, representando 33,3% do total de escravizados que vieram a óbitos nesse período. A alta taxa de mortalidade infantil era comum nesse período, conforme Nadalin destaca "o desconhecimento completo de preceitos de higiene, (..) contribuía para ceifar de maneira contínua parte substantiva das crianças, antes que completassem o primeiro aniversário" (2003, p.246). Na década de 1790 se tem registrado 41 mortes de crianças escravizadas com menos 1 ano para um total de 70 nascimentos, o que equivale a TMI[9] extremamente alto de 585 mortes por mil, vale ressaltar que nesse período houve uma elevação de taxa de mortes tanto na comunidade escravizada quanto na livre em Triunfo, havendo um pico de mortes no ano de 1795.

Esse pico de mortalidade em 1795 pode estar ligado a um surto epidêmico. A mais importante crise de mortalidade no Rio Grande de São Pedro no final do século XVIII está associada a uma nova epidemia de varíola. Em Porto Alegre, o ano de 1795 como tendo uma forte crise, atingindo o índice 5,0 pelo método Dupâquier. Essa crise sanitária não ficou restrita apenas a Porto Alegre, mas também foi sentida em Rio Grande tendo vindo a óbito de 5 a 6% do total da sua população, Viamão também foi afetada por esse surto de varíola tendo os seus índices de mortes disparando neste ano quando em comparação a anos anteriores. (Kuhn, 2023; Cabreira, 2023 p. 306).

A gravidade desse surto, pode estar ligada a um recrudescimento da disseminação da varíola no extremo sul da América portuguesa, decorrente provavelmente dos efeitos do crescente tráfico negreiro na região do extremo sul. (Kuhn, 2023; Cabreira, 2023 p. 306).

9 TMI- Taxa de Mortalidade Infantil é um dos indicadores mais importantes de saúde de uma determinada população, é definida como uma taxa específica de mortalidade no que se refere aos óbitos ocorridos durante o primeiro ano de vida (SCOTT, 2022, p.205)

Gráfico 04: Número de óbitos na população escravizada na Freguesia de Triunfo entre 1757-1798



Fonte: Registro de óbitos de Triunfo livros 01 e 02.

Tabela 07: Número de obtidos por faixa etária na população escravizada

Óbitos entre 1757-1799	Nº
0-04 anos	131
05-10 anos	13
11-15 anos	10
15-30	64
30-50	43
50+	19
Sem registro de idade	113
Total	**393**

Fonte: Registo de óbitos livros 1 e 2 de Triunfo.

Considerações Finais

Através das análises feitas a partir dos registros paroquiais e das matrículas dos escravizados, foi possível verificar que a Freguesia de Bom Jesus do Triunfo durante a segunda metade do século XVIII possuía um grande contingente de escravizados, sendo uma presença

significativa dentro da freguesia. Assim como outras freguesias da região contava com um número levemente superior de crioulos em relação aos africanos, com desequilíbrio de sexo entre homens e mulheres, onde o primeiro se encontrava em maior número do que as mulheres, esse desequilíbrio era uma característica das sociedades do Antigo Regime.

Pelas fontes foi possível constatar que um parcela relevante da população crioula era natural de Triunfo, ainda que exista muita subnotificação, esse dado juntamente com a informação que a faixa etária desse grupo que tem o maior número de registro é de 0 a 04 anos podem apontar para um certo nível de reprodução endógena. Quando analisado os registros de óbitos, verifica-se uma alta taxa de mortalidade infantil, principal em períodos que houve surto da epidemia da varíola no Rio Grande de São Pedro, ainda que nos registros não conste a informação do que levou o indivíduo ao óbito, já a taxa de morte de idosos era um pouco mais baixa quando comparada a sua vizinha Viamão.

Um ponto que se destaca da população cativa de Triunfo é o alto número de legitimidade, o que pode indicar que para esses escravizados ter uma união legitima era uma importante estratégia dentro de uma sociedade regida pelas normas da Igreja Católica. Com as informações retiradas desses registros foi possível ter um melhor retrato dessa população.

Referências bibliográficas

AQUINO, Israel da Silva. **Redes de compadrio, hierarquia e interdependência social (Viamão, 1747 - 1773)**. Porto Alegre: UFRGS - PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2019

AQUINO, Israel da Silva. **Redes sociais e a formação do espaço colonial no extremo sul da América Portuguesa (Triunfo, 1754-1808)**. Porto Alegre: UFRGS - PPG em História (Tese de Doutorado), 2019 (no prelo).

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: Características do Tráfico Negreiro do Rio Grande do Sul de São Pedro do Sul, c.1790-c. 1825. UFRGS. PPG em História- Dissertação de Mestrado, 2006

DANILEVICZ, Ian. **Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776– 1784)**. Porto Alegre: Dept. História, UFRGS, 2009. Trabalho de conclusão de curso

FARINATTI, Luís Augusto E. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). PPG História/UFRJ, Tese de Doutorado, 2007.

GOMES, Luciano Costa. A reprodução da população escrava em Porto Alegre, na década de 1780. In: **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012

KUNH, Fábio. O Sul da América Portuguesa (uma história conectada). In: KUHN, Fábio; NEUMANN, Eduardo (orgs). **História do Extremo sul**: A formação da fronteira Meridional da América. 1 ed.- Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

KUHN, Fabio; CABREIRA, Israel Aquino. Regimes demográficos e sistemas familiares nas franjas do Império: uma paróquia rural nos confins da América Portuguesa (Triunfo, 1757-1799) In.: SCOTT, Ana Silvia Volpi; NAFALIN, Sergio Odilon (orgs). **História Social das Populações no Brasil Escravista**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2023.

LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Filhos de Deus: batismo de crianças legítimas e naturais na paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. **Varia Historia**, Belo Horizonte, MG. N.31, p, 69-96.2004.

MATHEUS, Santos Marcelo. **A produção da diferença**: Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro- (c.1820-1870). 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2021

MATHEUS, Santos Marcelo; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. As matrículas dos escravos da capitania de São Pedro: Análise dos plantéis de cativos das freguesias de Mostardas, Cachoeira e Triunfo- Década de 1780. In: **6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Universidade Federal de Santa Catarina. 2013

NADALIN, Sergio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. **Topoi**, Rio de Janeiro, RJ v.4, n.7. p. 222-275,2003.

NADALIN, Sergio Odilon. Reconstituição de famílias e estudos por geração: linhagens fundadas por imigrantes alemães em Curitiba, século XIX e XX. **Resgate-** Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v.25, n.2, p.191-208,2017.

OSÓRIO, Helen y MARTIRÉN, Juan Luis, "¿Un espacio rioplatense ampliado? Análisis de una economía agraria en el sur de Brasil (Triunfo y Santo Amaro, 1784-1849)". **Revista de Indias**, LXXXI/282 (Madrid, 2021): 407-440.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. In: **Simpósio Segundas Jornadas de história comparada**, 2005, p. 1-16.

OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XVIII.). In: **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007

RAMOS, Donald. União consensual e a família no século XIX- Minas Gerais, Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, SP, v.20, n.3, p 381-405,1990

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005

SCOTT, Ana Silva V.; SCOTT, Dario. Mulheres e vida familiar na Porto Alegre oitocentista. In: SCOTT, Ana Silva. Et al. (org). **História das Mulheres no Brasil Meridional**. São Leopoldo, RS. Oikos/ Ed. Unisinos, 2022, p.21-66

SCOTT, Dario. **Livres e escravizados:** população e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1872). São Leopoldo, RS: Oikos,2021.

PETIZ, Silmei de Sant'ana. **Caminhos Cruzados**: Famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1720-1835). Porto Alegre. UFRGS. PPG em História- Tese de Doutorado, 2009

VOLKWEIS. Roberta Silveira. **A presença portuguesa no processo de formação das cidades do Brasil Meridional**: Questão da Origem Açoriana. Porto Alegre. UFRGS. PPG em Arquitetura- Dissertação de Mestrado, 2011

Fontes

Arquivo Moacyr Domingues- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Livro de Óbitos da Freguesia de Triunfo vol.01 e vol.02- 1757-1799;

Livro de Casamentos da Freguesia de Triunfo. 2ª Parte: Índios, Pardos e Pretos- 1757-1777;

Livro de Batismo dos escravizados da Freguesia de Triunfo 1B (1757-1782)

Arquivo da Arquidiocese de Porto Alegre

Livro de Batismo dos escravizados da Freguesia de Bom Jesus do Trinfo 2B (1780-1819) disponível: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HKSR-7V

Arquivo Nacional

Relação de Matrículas de escravizados de Bom Jesus de Triunfo de 1787 a 1789.

RAINHA DA FRONTEIRA E A LEI DO VENTRE LIVRE: O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO DE 1871 NAS ALFORRIAS DA CIDADE DE BAGÉ (1865-1875)

Frantiele Espindola Alvares[1]

Introdução

> Digo eu, abaixo assinada, que entre os bens que possuo e bem assim, sou senhora de uma pardinha de nome Inácia, de idade três anos incompletos, filha natural de Justina, parda, escrava de minha propriedade. A qual dita Inácia dou plena e geral liberdade, pela quantia de sessenta e quatro mil reis, que nesta data recebi em moeda corrente, ficando a mencionada pardinha Inácia livre, como se nascesse de ventre livre.[2]

Em setembro de 1867, a senhora Januária Fernandes Lemos concedia liberdade à pequena Inácia, de menos de três anos de idade, nascida como escrava. Inácia era filha de Justina, também escrava da mesma senhora. Esse cenário nos demonstra, embora de forma fragmentada, a luta e as manobras desenvolvidas pelos escravizados e suas redes de apoio em busca da liberdade. Como a própria passagem sugere, por via de regra, após a alforria o escravizado ou escravizada ficava livre, como se houvesse nascido de um ventre também livre.

1 Mestranda em História Social pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista Programa de Excelência Acadêmica (Proex) — CAPES.

2 Carta de liberdade pertencente à forra Inácia, 1867. Fundo: tabelionato do município de Bagé. Subfundo: 1º tabelionato. Espécie: livros notariais de transmissões e notas. Livro 5 - 1865 a 1870. Preservada e disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Antes da legislação de 1871, a indicação para determinar um indivíduo enquanto livre ou escravizado, era a sua consanguinidade - mais especificamente - o ventre. Em outras palavras, segundo Caroline Passarini Sousa (2023, p.1), em grande parte das sociedades escravistas da América era seguido o princípio romano de *partus sequitur ventrem*, no qual "o status legal do indivíduo seguia o ventre e estabelecia a hereditariedade da condição escrava, uma vez que a condição da mãe era passada aos filhos" . Com a Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, número 2.040, promulgada em setembro de 1871, o artigo primeiro da legislação impacta diretamente esse princípio. A partir de então os filhos e filhas das escravizadas nasciam livres, porém, a legislação ambígua decretava que os chamados *ingênuos* continuassem sob guarda dos senhores até os 8 anos de idade, nesse momento o senhor optava se continuaria com a guarda até os 21 anos de idade ou se a tutela dessa criança seria transferida ao Estado. A opção do senhor poder fazer uso dos serviços do ingênuo até os 21 anos era entendido como um tempo deliberado para que o jovem pagasse, através da prestação de serviço, pelos cuidados que o senhor tivera com ele até seus 8 anos. Caso a escolha do senhor fosse entregar o menor de idade ao Estado, receberia uma indenização.

Como consta o artigo primeiro, inciso um:

> os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor (Brasil, 1871).

Dessa forma, compreende-se que após a lei Eusébio de Queirós, promulgada em 1850, que proibiu o tráfico transatlântico de escravizados, os novos meios de manter o sistema escravocrata em vigor foram o

tráfico inter e intraprovincial e, em maior escala, a reprodução natural dos cativos já estabelecidos e nascidos no território do Império. Por consequência, as medidas emancipacionistas colocaram no centro da discussão a mulher cativa e sua capacidade reprodutiva.

A carta de liberdade da menor Inácia, exposta acima, data 1867 e evidencia tamanha preocupação das famílias escravizadas em alcançar a manumissão para as crianças nascidas antes de 1871. Como no exemplo, Justina, mãe de Inácia, continuou como escrava dos mesmos senhores, mas priorizou o pagamento da emancipação de sua filha. Embora o valor seja relativamente menor se compararmos ao valor de uma escrava em plena idade reprodutiva, qualquer pecúlio era importante para acúmulo de uma alforria, independente do valor final. A liberdade de Inácia, antes de completar seus três anos de idade, nos demonstra a mobilização da mãe e/ou da família escravizada e de suas redes de apoio para com a prole. Segundo Marília Ariza (2021, p. 26-27), ao analisar os debates políticos em torno das leis abolicionistas nos anos oitocentos:

> disputado entre opositores e apoiadores da lei, o signo do amor materno seria, segundos esses últimos, conducente não à inveja e à dissolução da ordem social, mas ao bom e seguro encaminhamento de um processo de abolição apaziguado pelo coração grato e aquecido das mães felizes.

Consequentemente, a mobilização entre as famílias escravizadas, mais especificamente nas relações entre mãe e filhos(as), tornou-se pauta nos debates políticos, culminando na Lei de 1871. Para além de qualquer fator, como vimos na passagem de Marília Ariza, a maior preocupação era em apaziguar os vínculos entre escravizados e seus senhores, pois libertar a prole e ainda assim mantê-la sob o domínio senhorial através da mãe escrava, demonstra o uso de manobras por parte dos escravocratas como forma de fidelizar os cativos em troca de uma sensação de liberdade tensionada.

Partindo do que foi até aqui exposto, o objetivo do trabalho é compreender de que forma a Lei do Ventre Livre impactou - se impactou - as alforrias no município de Bagé. Para tanto, o recorte cronológico determinado foi os anos entre 1865 a 1875, tendo em vista realizar uma comparação entre o período anterior à promulgação da Lei e posteriormente a sua implementação e quais seriam as possíveis

consequências diante da nova legislação. Embora seja um estreito recorte temporal, se considerado a longevidade da escravização no Brasil, a opção por trabalhar com o período de dez anos tem a ver com as possibilidades definidas pelo prazo de pesquisa e, também, pela tentativa de visualizar as mudanças sociais em curto espaço de tempo na região e compreender suas consequências diretas.

O período selecionado conta com 268 cartas de liberdades, onde 276 pessoas escravizadas foram alforriadas. Essa diferença entre o número de liberdades e libertos justifica-se pelas exceções: quase em sua totalidade, as alforrias foram concedidas individualmente, salvo em casos onde mais de um cativo pertencente à mesma família alcançou a manumissão na mesma data, geralmente, mães e filhos que foram libertos pelos mesmos senhores. Outra exceção foi a determinação judicial, onde mais de um escravo entrou com ação contrária a seus senhores e a liberdade foi determinada pelo juiz, normalmente, em decorrência de alguma conduta ilegal do senhor. As fontes analisadas encontram-se preservadas e disponíveis para consulta no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Esses documentos são constituídos pelos livros notariais de transmissões e notas do 1º tabelionato do município de Bagé[3].

Naturalmente, a totalidade de 276 liberdades entre o período de 1865 a 1875 tende a ser uma contagem subnotificada, tendo em vista que esses são apenas os registros autenticados em cartório. É necessário lembrar que havia as alforrias concedidas em pia batismal, em testamento, inventários *post-mortem* e, também, de maneira informal, dos senhores para com seus cativos. Entre as cartas analisadas nesta pesquisa, foram encontradas alforrias concedidas em todas essas modalidades e que posteriormente foram registradas no cartório de Bagé. Como por exemplo, o caso da menor Inácia, descrito no início deste trabalho: a concessão da liberdade ocorreu em Santa Maria e foi registrada em Bagé depois de alguns dias. Nesse documento o tabelião não assinalou quem foi o apresentante[4] da alforria no cartório, mas é provável que

3 Seleção das cartas realizada a partir da catalogação dirigida por Jovani de Souza Scherer e Marcia Medeiros da Rocha. Para mais, verificar: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. 1234 p.

4 Nos documentos analisados, os tabeliães denominavam a pessoa que levava a carta de liberdade

tenha sido registrada por algum familiar da criança ou até mesmo pela sua própria mãe - escrava do mesmo senhor - como meio de assegurar a legitimidade da carta.

Lizandra Meyer Ferraz (2010, p. 93) ao analisar as liberdades em Campinas do século XIX explícita sobre a importância das liberdades serem registradas em cartório. A referida autora faz um balanço bibliográfico que inclui Katia Mattoso, Maria Cortês, Inês de Oliveira, Andréa Lisly Gonçalves e Peter Eisenberg, chegando todos os autores à mesma conclusão: a necessidade comprobatória que uma alforria carregava. Mesmo após alcançar a manumissão, o forro tinha a obrigação de comprová-la, podendo este mesmo indivíduo ficar sujeito à reescravização, tanto por herdeiros, testamenteiros ou até mesmo os próprios senhores. No caso de Bagé, quase em sua totalidade, as cartas são emitidas em um contexto fora do cartório e posteriormente levadas para registro legal. Segundo Peter Eisenberg (1989, p. 248), somente em 1860 passou a ocorrer a obrigatoriedade de registro de compra e venda de escravos em escritura pública, em caso que o valor excedesse 200$, porém, ao tratarmos de alforrias, nada indicava a imposição de registro legal, entretanto, "o alforriado se interessava em escritura pública, para defender sua condição legal".

Rafael Scheffer desenvolve uma análise acerca do fluxo comercial de escravos em cinco regiões da província do Rio Grande do Sul: Alegrete, Cruz Alta, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, no período entre 1850 a 1885. O autor totaliza que entre a população cativa que existia neste período nas regiões selecionadas, soma-se o total de 28.760 escravos, segundo a matrícula de 1874. Partindo desse dado, o autor destacou o número de 3.164 que foram negociados. Dessa forma, Scheffer (2011, p. 18) conclui que:

> a venda não deve ser vista como uma ocasião marginal na vida dos cativos; podemos entendê-la como um fenômeno relativamente corriqueiro em suas vidas, como um problema recorrente, que quando não os atingiu diretamente, afetou, provavelmente, seus familiares, amigos ou mesmo conhecidos.

para registrar uma cópia autenticada como "apresentante".

Isto posto, é necessário ressaltar com mais ênfase a importância do registro das cartas de alforrias no contexto dessa população escravizada. Embora o autor não trabalhe diretamente no contexto de Bagé, o conjunto de circunstâncias presentes na província - como a grande produção de charque em Pelotas e Rio Grande e a transferência de mão de obra escrava para a região cafeeira no sudeste - nos faz supor que a comercialização dos cativos intra e interprovincial tenha sido algo predominante nos municípios. Além do mais, devemos salientar a cidade de Bagé justamente por sua fama de *Rainha da Fronteira*, pelo contexto de delimitação entre o Império e o seu vizinho, Uruguai.

A escolha em trabalhar com Bagé não é uma opção aleatória. Muito pelo contrário, além da ligação pessoal com meus antepassados, negros e advindos desse território, há a importância histórica pouco discutida na historiografia, principalmente ao que tange à mão de obra utilizada nessa região - amplamente conhecida pela pecuária, mas pouco mencionada em relação ao uso do trabalho escravizado - sendo esse trabalho utilizado tanto pelos grandes estancieiros, quanto pelos pequenos proprietários e produtores. O município de Bagé está localizado na região sul do estado sul-rio-grandense. Encontra-se a 60 km do Uruguai e compõe o caminho mais curto entre Porto Alegre e Montevidéu[5]. Tarcísio Taborda (1996, p. 11) define o nascimento de Bagé a partir do momento em que o *Exército Pacificador* constituiu acampamento militar na região, em 17 de julho de 1811. Para o autor, "diversos sesmeiros tinham já, suas estâncias nessa região, assim como muitos intrusos". Essa ocasião tornou-se um dos marcos na disputa territorial entre Portugal e Espanha, onde São Sebastião de Bagé, que posteriormente tornou-se Bagé, foi palco dos acampamentos portugueses para resguardar o território ocupado, que também serviu como base militar para a disputa pela *Banda Oriental*, atual Uruguai.

Em junho de 1832, foi instalado o município de Piratini onde atualmente situa-se o território de Bagé, ficando este último quase em sua totalidade pertencendo à nova unidade político-administrativa. Mas logo em seguida, em maio de 1833, Piratini foi dividida territorialmente

5 PORTO, Rafael Gastal. *Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé-RS*. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal de Pelotas, 2008, p. 28.

pela Câmara Municipal em onze distritos, "sendo Bagé composto de dois, que seriam o 1º Distrito de Bagé e o 2º Distrito de Bagé, cujas divisas nunca ficaram bem definidas, sendo afinal unificado" (Taborda, 1966, p. 21). Segundo Taborda, em junho de 1846 a Capela de São Sebastião de Bagé foi elevada à categoria de Vila, constituindo-se como um município e a partir de 1859 se compôs enquanto cidade.

Cláudio Lemieszek (1997, p. 115) evidencia o papel da religiosidade bageense desde então, partindo da construção da primeira capela, levantada em 1820 com o intuito de depositar a imagem de São Sebastião. Conforme Matheus (2021, p. 81), com a consolidação do território, "muitos lusos-brasileiros migraram para a localidade ao longo da primeira metade do oitocentos, levando junto a si seus escravos".

Em relação à bibliografia direcionada à Bagé até este momento, tanto Taborda, Lemieszek, quanto Matheus concordam com a ideia de nascimento do município a partir da chegada/invasão dos portugueses e luso-brasileiros na região. Nas obras trabalhadas até aqui, não foram encontradas nesta historiografia a possibilidade da existência de povos indígenas no território anterior à invasão lusa. Em relação aos escravizados, entende-se que a chegada destes ocorreu em adjacência ao estabelecimento dos acampamentos militares e a utilização de sua mão de obra nas estâncias e propriedades que foram instituídas a partir da doação de sesmarias do Império para os portugueses e lusos-brasileiros se instalarem na região.

Segundo Marcelo Matheus e Farinatti (2021, p. 348), o município de Bagé foi composto por uma localidade substancialmente pecuarista. Para os referidos autores, "ao longo de quase todo século XIX, a pecuária, principal atividade econômica da região, caracterizou-se por uma produção extensiva, com baixo aporte tecnológico, incorporação reiterada de terras e grande apropriação de gado vacum". Em contrapartida, Matheus e Farinatti apontam que a região do extremo sul do Império, especificamente Bagé, vai além da pecuária bovina e destacam a existência da pequena e média produção agrária, inclusive, a combinação entre as diferentes atividades de produção. Embora assumam que Bagé e Alegrete, situadas em regiões próximas, tenham sido os principais pólos pecuários no Rio Grande do Sul durante o século

XIX, em sua pesquisa os autores desmistificam a ideia da pecuária como única atividade econômica na localidade.

> Nas três últimas décadas, novas pesquisas vêm desfazendo uma ideia-força sobre a estrutura social e econômica da Campanha ao longo do século XIX: a de que aquele espaço geográfico era formado exclusivamente por grandes estâncias, geralmente propriedades de milicianos que se tornaram fazendeiros, onde praticava-se apenas a pecuária extensiva. (Matheus; Farinatti, 2021, p. 352)

A criação de gado vacum relacionava-se com as charqueadas que se desenvolviam em Pelotas, local destino da mercadoria de Bagé. A grande produção de charque abastecia o mercado interno, destinado para o consumo dos escravizados e população mais pobre da região litorânea do Brasil. Ao analisar 355 inventários *post mortem* abertos em Bagé, entre aproximadamente 1820 e 1870, Matheus e Farinatti confirmam que a "agricultura de alimentos e, em algumas regiões do norte da província, também a coleta de erva mate e exploração da madeira costumavam dividir espaço com a produção pecuária". Dessa forma, foi concluído que em pelo menos 43% dos estabelecimentos mencionados nos inventários analisados, a agricultura era praticada. Do mesmo modo, em 13% dos documentos os escravizados eram mencionados como roceiros/lavradores, sendo todos eles do sexo masculino. Além do mais, os referidos autores constataram que no recorte entre "1861 a 1870, 29% dos proprietários legaram dois ou mais imóveis rurais. Por vezes, uma destas ficava no Estado Oriental, como então era chamada a República do Uruguai, por vezes em uma região próxima a Bagé", constatando que mesmo os senhores sendo moradores de Bagé, eram possuidores de estâncias ou pequenas propriedades em regiões próximas. Essa afirmação tem importância para pensarmos a movimentação dos trabalhadores escravizados de forma interprovincial a partir de Bagé e as consequências geradas em decorrência da localização fronteiriça da cidade, que segundo Rafael Porto (2008, p. 32), ganhou o apelido de *Rainha da Fronteiro* em decorrência de sua localização e relevante importância para as charqueadas e economia da região.

Em suma, temos como propósito compreender - a partir da Lei do Ventre Livre - se houve ou não impacto da legislação na região de Bagé entre os anos de 1865 a 1875. Quais as particularidades presentes na

cidade e as múltiplas circunstâncias em que ocorreram as relações sociais entre senhores e seus escravizados. Para tanto, a metodologia estabelecida foi análise de todas as cartas de alforrias presentes nos registros cartoriais do período. Por conseguinte, realizaremos uma análise quantitativa com base nos dados extraídos dos documentos e o estudo qualitativo das singularidades de casos específicos.

Bagé nos Oitocentos

Inicialmente, para que possamos trabalhar com o panorama de Bagé, foi preciso identificar o perfil que compunha aquela população. O primeiro censo oficial realizado no Brasil foi em 1872, porém, contamos com a colaboração da *listas de família,* documento apurado pela província em 1858, a partir da catalogação de dados que ocorria da seguinte forma: o inspetor do quarteirão (este representava a primeira instância do policiamento) distribuía fichas para cada família, que preenchia com alguns dados, como o nome e número de pessoas que vivam em cada casa, quais eram livres, escravos ou libertos e em seguida essa ficha era devolvida ao inspetor do quarteirão. As listas de família eram menos detalhadas que o censo conhecido atualmente, mas nos auxilia na compreensão do cenário de Bagé nos oitocentos. Dessa forma, como mostra a tabela 1, se constatou os seguintes números.

Tabela 1 - População (Bagé, 1858)

-	População	%
Lives	7.982	64,67%
Libertos	344	2,79%
Escravos	4.016	32,54%
Total	12.342	100%

Fonte: Federação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS, 1803-1850. Porto Alegre: Federação de Economia e Estatística, 1981. p.66

Já o primeiro censo demográfico, de 1872, conforme tabela 2.

Tabela 2 - População (Bagé, 1872)

-	População	%
Livres	12.327	78,36%
Libertos	-	-
Escravos	3.405	21,64%
Total	15.732	100%

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia. Censo demográfico, 1872. Disponível em <IBGE | Biblioteca | Detalhes | Recenseamento do Brazil em 1872. Consulta em 27 de agosto de 2023.

Portanto, compreendemos que no período analisado esses são os referenciais demográficos que mais se adaptam à nossa pesquisa. Em relação à população total contabilizada, não há grandes saltos na demografia bageense. A população total em 1858 soma 12.342, enquanto em 1871 é contabilizado 15.732 pessoas. Observamos também, que a população escravizada de 1858 é de 32,54% e que diminuiu para 21,64% em 1872. Uma redução bastante significativa em relação à população total de Bagé nos oitocentos e pode demonstrar o impacto da legislação abolicionista em vigor, como a proibição do tráfico transatlântico pela Lei Eusébio de Queirós de 1850 e Lei do Ventre Livre, em 1871. Já em relação aos libertos, o censo de 1872 não nos traz informações sobre essa categoria.

Após essas considerações, partimos de um cenário identificado pela diminuição da população escravizada, podendo essa redução ter sido causada por vias naturais, ou seja, pelo óbito dos escravizados, por impacto causado pela lei de 1850 - tendo em vista a proibição de entrada de novos escravizados africanos no Império - instabilidade do tráfico interno, que não parece ter sido capaz de manter índices de crescimento ou de impedir a venda dos cativos para fora da localidade e, por último, pelo aumento nas liberdades concedidas, podendo essas hipóteses somarem-se no montante final.

Como referido a princípio, as cartas de manumissão podem representar um número ínfero do total das concessões para o período, pois não podemos deixar de mencionar a possibilidade de outorga das liberdades em batismo, inventário, testamento e/ou outras possibilidades menos remotas. Lizandra Meyer Ferraz (2010, p. 96) desenvolve um excelente exemplo no seu trabalho sobre Campinas nos decênios 1836-1845 e 1860-1871. A referida autora utiliza quatro fontes principais: testamentos, inventários *post-mortem*, autos de prestação de contas testamentárias, além das próprias escrituras notariais. Seu trabalho conclui que:

> 108 escravos foram alforriados no decênio 1836-1845 sendo 86 deles a partir dos testamentos e 22 no interior do inventário. Apenas quatorze (13%) deles registraram suas liberdades nos cartórios de Campinas. Da mesma maneira, para o período de 1860-1871, embora o índice tenha crescido em relação ao período anterior, ele permaneceu baixo. Dos 247 libertos (194 no testamento e 53 no interior do inventário), somente 39 (cerca de 16%) deles oficializaram o registro.

Dito isto, confirma-se a possibilidade de sub-registro se averiguarmos somente as cartas de alforria. Por outro lado, Marcelo Santos Matheus (2021, p. 301), um dos principais nomes referência para o estudo de liberdades em Bagé nos oitocentos, confirma que também optou pela utilização da escritura notarial para desenvolver uma pesquisa quantitativa dos dados dos escravizados forros, porque:

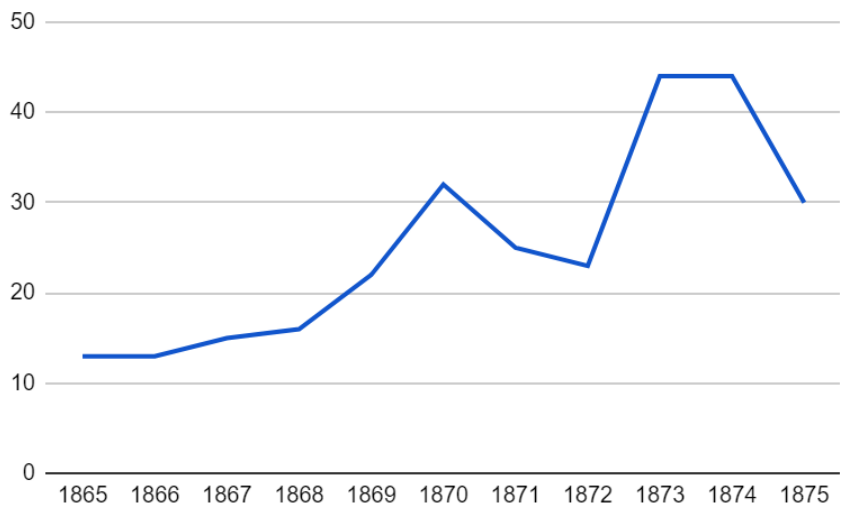
> um número incerto de manumissões passadas em verbas testamentárias podem não ter se confirmado (por exemplo, em razão do cativo morrer antes do senhor, já que praticamente todas elas eram concedidas com a condição do escravo permanecer no cativeiro até o falecimento do senhor ou mesmo do casal de proprietários, isto é, até a abertura do testamento), enquanto as cartoriais, ao menos as gratuitas e pagas, com certeza se efetivaram – inclusive algumas testamentárias (assim como outras concedidas na pia batismal) foram depois confirmadas frente a um tabelião.

Em suma, compreende-se que para um panorama geral das liberdades, a melhor das alternativas seria trabalhar de forma dinâmica entre as diversas fontes que existem disponíveis e combinar seus dados para identificar se as liberdades em testamento se concretizaram. Para

tanto, seria necessário ir além das cartas registradas em cartórios - que representam a materialização da concessão - e somá-las a outros registros. Porém a delimitação de pesquisa não nos permite trabalhar com essa metodologia no presente trabalho. Com isso, escolhemos os registros cartoriais para partirmos dos resultados mais factuais possíveis, mas sem esquecer a possibilidade de ampliação que a investigação possui.

Como posto anteriormente, no período entre 1865 a 1875, 268 cartas de liberdades foram registradas no cartório de Bagé, abrangendo 276 pessoas alforriadas. Esse número corresponde à média de 25 concessões ao ano.

Gráfico 1 - Frequência das alforrias (Bagé, 1865-1875)



Fonte: livros notariais (1,4,5,6,7) do tabelionato do município de Bagé. APERS

O gráfico 1 demonstra a frequência em que ocorreram essas liberdades. Entre 1865 até 1870 o aumento é progressivo. Enquanto que o quinquênio de 1871 a 1875 é composto por números instáveis. Se compararmos os três anos: 1870, 1871, 1872, verificamos o declínio de 32 alforrias para 25 e 23 alforrias, respectivamente. Já os anos de

1873 e 1874 representam o período com mais liberdades registradas, sendo 44 o número em ambos os anos. Ou seja, 1873 e 1874 compõem 31,77% do total de alforrias analisadas. Enquanto o ano de 1875 consta novo decréscimo, registrando 30 liberdades. Dessa forma, mesmo com a instabilidade no quinquênio pós promulgação da Lei do Ventre Livre, os números representam aumento de 19,86% se compararmos ao período anterior à legislação. Se considerarmos as médias anuais, sobem de 18,5 (em 1865-1870) para 33,2 (em 1871-1875).

Posto isto, é apropriado lembrarmos que a Lei de 1871, além de libertar o ventre das mulheres escravizadas, também garantiu novas medidas nas relações entre os senhores e escravizados. A legislação garante que a partir de sua promulgação, o escravizado tenha direito de acumular pecúlio em troca de sua alforria. Como podemos verificar no artigo quarto:

> Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.
> § 2º O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indemnização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indemnização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação. (Brasil, 1871)

Compreendemos então que a legislação condiciona a obrigatoriedade da alforria mediante a oferta de pagamento oferecida pelo escravizado - mas sempre privilegiando a classe senhorial - de forma que há a determinação de um acordo entre as partes e o senhor tem o direito de negar o valor a ele oferecido. Caso não houvesse acordo entre as partes, o escravizado poderia iniciar uma ação judicial para futura avaliação do preço a ele correspondido. Isso pode ter gerado maior burocratização do processo de liberdade, mas, em contrapartida, legalizou a compra da alforria - que anteriormente acontecia como uma prática rotineira, mas sem obrigatoriedade de concessão.

A exemplo da aplicabilidade da Lei, temos o caso da escravizada Bibiana, que em maio de 1873 entrou com uma ação contrária à viúva e herdeiros do seu falecido senhor, Semião Fagundes de Oliveira, para solicitar uma avaliação do valor da própria alforria. Neste caso, o

juiz municipal de Bagé, Michael da Silveira Amaral, estabeleceu que, mediante "uma ação para a avaliação de sua pessoa, a fim de ser declarada liberta, e tendo a ação corrido seus devidos termos, foi a mesma preta Bibiana avaliada em quatrocentos mil réis, pelo que me sentença desta data lhe mandei passar carta de liberdade"[6]. O mesmo ocorreu com Marcelina, que em novembro do mesmo ano entrou com uma ação para avaliar o preço de sua liberdade. A escravizada, declarada como preta, pertencia ao major José Francisco Vaz, também falecido no período que transcorreu o processo. O mesmo juiz concedeu sua carta de liberdade, declarando que Marcelina solicitou "uma ação para avaliação de sua pessoa, a fim de ser declarada liberta"[7] e no ato pagou o valor de 320$, preço em que foi avaliada.

Dessa forma, observamos que em ambos os casos as forras entraram com o processo posterior ao falecimento de seus senhores. Isso pode demonstrar que elas tinham acordo, relação de afinidade com os senhores ou, simplesmente, que viram na morte dos seus possuidores uma brecha para solicitar a aplicabilidade da lei, tendo em vista que ficariam dispostas aos herdeiros dos mesmos. Estes casos validam a forma que a população cativa fez uso dessa legislação como um recurso contra o sistema escravagista, sempre em busca de suas liberdades. Mas é importante pensarmos que essa burocratização não facilitava o acesso a esse direito, mas de qualquer forma, demonstra a resistência que esses indivíduos tiveram às adversidades impostas pela classe senhorial.

A nova legislação nas relações senhoriais

Como posto anteriormente, uma das informações que chama atenção nos registros de liberdade são as redes de apoio que se firmavam entre os cativos em busca das alforrias. Não raramente, as mães, fossem elas forras ou escravas, lutavam pela libertação da sua prole. Esse cenário exemplifica o caso de Helena, forra, que em 1875 pagou 300$ pela liberdade de sua filha Inácia, de 6 anos. Josefa, de 2 anos de idade, também

6 Carta de liberdade pertencente à forra Bibiana, 1873. Fundo: tabelionato do município de Bagé. Subfundo: 1º tabelionato. Espécie: livros notariais de transmissões e notas. Livro 6 - 1870 a 1873. Preservada e disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

7 Carta de liberdade pertencente à forra Marcelina, 1873. Fundo: tabelionato do município de Bagé. Subfundo: 1º tabelionato. Espécie: livros notariais de transmissões e notas. Livro 7 - 1873 a 1879. Preservada e disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

foi alforriada, em 1873, após o pagamento de 600$, provavelmente por sua mãe Rafaela, que também era escrava da mesma senhora. Em 1874, a preta Frutuosa pagou 12 onças de ouro para libertar seu filho, Vitorino. Em 1868, André, de 1 ano de idade e filho da escrava Flora, foi alforriado por sua senhora "em atenção aos bons serviços que me tem prestado a mãe do mesmo", demonstrando acordo entre a mãe do forro e senhora. Enfim, a partir das cartas trabalhadas foram encontrados diversos casos onde as mães recorreram às diferentes manobras a fim de angariar liberdade para seus filhos e filhas.

Caroline Sousa (2019, p.4) afirma que, a partir da Lei do Ventre Livre, há uma mudança de perspectiva em relação à imagem da mulher cativa. Para a autora:

> Até então sua maternidade havia sido explorada de outras formas, sobretudo na figura da ama de leite, que servindo aos filhos dos proprietários ou alugada para terceiros, servia a uma criança que não seu filho. Sem deixar de lado os interesses políticos e econômicos, é em meio a essa discussão, então, que a mulher escravizada começa a ser reconhecida como mãe de sua própria prole.

Embora haja mudanças em decorrência da promulgação da Lei de 1871, diferimos de Sousa quando afirma o reconhecimento da escravizada enquanto mãe de sua prole. A referida autora postula que, identificar a escravizada como mãe foi um meio recorrido pelos emancipacionistas para findar a escravidão. Em contrapartida, Sousa reconhece a existência de interesses políticos e econômicos na ação, do mesmo modo, é perigoso dizer que a emancipação do ventre sugere a designação das mulheres cativas enquanto mães de seus filhos e filhas.

Não obstante à Lei do Ventre Livre e o decreto do Império brasileiro, os ingênuos continuaram sob tutela dos senhores até os 8 anos de idade, em diversos casos, até os 21 anos. Embora sua condição legal fosse de liberto, o jovem continuava no âmbito escravocrata. Além disso, a possibilidade indenizatória por parte do Estado corrobora para a ideia de objetificação do menor enquanto mão de obra. Mediante esse novo cenário, podemos supor que a promulgação da Lei tratou mais sobre o apaziguamento das relações entre senhores e escravizados do que sobre a visualização das mulheres cativas enquanto mães.

Para além disso, o século XIX foi composto pela transitoriedade nas relações de escravidão e liberdade, onde os discursos em pauta, principalmente advindos das elites senhoriais, faziam-se valer das manifestações morais para jusficar a manutenção da escravidão e a negar a implementação da nova legislação, que pudesse configurar alternativas para os cativos tornarem-se libertos. Maria Aparecida Papali (2003) afirma que a Lei Rio Branco, que ficou popularmente conhecida como Lei do Ventre Livre, após promulgação, continuou a regular o acesso à liberdade sobre as mãos dos escravocratas e assegurou a legitimidade da propriedade privada, que era validada através das indenizações pagas, pois o pagamento contemplava a ideia de reembolso, onde um objeto era descartado, em troca de uma recompensa indenizatória. Enquanto isso, Silvana Dias (2010, p.9) ao analisar o município de Mariana, conclui que os escravizados recorreram à justiça para reivindicar seus direitos desde o século XVIII, porém, que essas ocorrências demonstram aumento significativo desde a promulgação da Lei do Ventre Livre.

> Submetido ao poder e ao domínio de outros, o escravo era uma propriedade legal que não dispunha de direitos civis, entretanto, seus pedidos de liberdade aparecem com certa frequência nos tribunais de justiça e, em muitos casos, observa-se um veredicto favorável às pretensões de alforrias suscitadas pelos cativos. Quando as tentativas de negociações no âmbito privado fracassavam, restava aos escravos buscar amparo na justiça, e essa alternativa foi o caminho percorrido por alguns homens e mulheres que viviam em cativeiro, mas que acreditavam possuir direito legítimo à liberdade.

O trabalho da referida autora confirma que, a partir da incapacidade da resolução de conflitos do âmbito privado, os escravizados procuravam a justiça no âmbito público. Em Bagé, temos como exemplo o caso da até então escrava Malaquias, que em 1875 entrou com ação judicial contrária à sua senhora, Felicidade Vieira do Prado, por não a ter registrado - medida que se tornou obrigatória após a Lei. Mediante isto, o juiz municipal de Bagé concedeu sua alforria em conferência ao "art. 8º § 2º da Lei nº 2040 de 28-10-71 e de nenhuma alegação em juízo de D. Felicidade Vieira do Prado, nas 24 horas que lhe foram asseguradas, para dar a razão porque deixou de matricular a mesma preta"[8]. Posteriormente

8 Carta de liberdade pertencente à forra Malaquias, 1875. Fundo: tabelionato do município de

à decisão judicial, a carta foi registrada no cartório de Bagé. No mesmo ano, Basílio também foi alforriado judicialmente mediante as mesmas condições de falta de registro.

Mediante os fatos expostos, compreende-se que a lei número 2.040 de 1871, embora ambígua e favorável aos senhores escravocratas, possibilitou aos escravizados contestações legais a partir de sua postulação, sendo utilizada como uma ferramenta em busca de suas liberdades. Embora nosso trabalho não tivesse como objetivo desenvolver acerca de processos judiciais, os registros das cartas de alforrias nos propiciaram alguns exemplos das medidas empregadas por estes cativos.

Alguns dados apurados

Baseada na pesquisa apurada a partir das cartas de alforrias, foi possível compreender alguns aspectos que se caracterizam na cidade de Bagé a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871. Em primeiro lugar, o considerável aumento de 19,86% nas alforrias posteriormente à Lei, tendo em vista que a média anual de liberdades se elevou de 18,5 entre os anos de 1865 a 1870, para 33,2 entre os anos de 1871 a 1875. Em segundo lugar, que além de alforriar o ventre das escravizadas, a lei 2.040 possibilitou aos cativos o acúmulo de pecúlio para a compra de suas liberdades, sendo esse um dos possíveis fatores para o aumento das manumissões na cidade. Ao decorrer do trabalho foram exemplificados os casos de Bibiana e Marcelina, que entraram com ações judiciais contra os seus senhores para que este artigo da legislação se fizesse valer.

Além do mais, o primeiro censo demográfico brasileiro, de 1872, nos apresenta que a população cativa de Bagé pouco se difere em relação ao gênero, tendo em vista que os homens compunham 10,94% dos escravizados e as mulheres 10,74%. Dessa forma, revelando que as mulheres tinham maior sucesso em obter suas alforrias, considerando que entre as liberdades analisadas, 62,32% foram concedidas às mulheres, enquanto que 37,68% aos homens.

Paralelamente a isso, foi possível observar que, embora as mulheres tivessem predomínio na obtenção das liberdades, foi constatado que a

Bagé. Subfundo: 1º tabelionato. Espécie: livros notariais de transmissões e notas. Livro 7 - 1873 a 1879. Preservada e disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

partir da promulgação da Lei do Ventre Livre os homens aumentaram sua porcentagem na obtenção das manumissões. Enquanto que em 1871 os números de alforrias concedidas entre os homens e mulheres quase convergem, logo em seguida, em 1872 os escravizados do sexo masculinos registram mais cartas de liberdade do que as mulheres cativas. Esse dado nos faz supor que, a partir da libertação do ventre das mulheres escravizadas, os esforços das famílias e redes de parentescos deixaram de privilegiar as escravas na busca da liberdade, tendo em vista que - via de regra - a prole não iria herdar o status escravo da mãe, podendo então, os homens cativos preocuparem-se na obtenção de pecúlio e acordos com os senhores para a própria liberdade.

Em relação à cor dos libertos, constatamos que não há uma padronização entre as alforrias concedidas nas diferentes regiões do Império. Com a bibliografia analisada podemos conferir que os dados diferem de acordo ao contexto e período de cada região estudada. Em Bagé, a predominância entre os forros se deu entre os pretos, que compunham 32,9% dos libertos e, em seguida, pelos pardos, que representavam 26,7%.

Ao que tange a procedência, 38,3% dos alforriados eram crioulos (nascidos no Brasil) e em 14,1% dos casos, eram advindos do continente africano. Foi possível observar também, que entre os escravos descritos como estrangeiros - que nesta pesquisa consideramos enquanto africanos - 55,86% eram homens, enquanto 44,14% representavam as mulheres. O que nos sugere que enquanto os senhores puderam realizar uma seleção dos cativos trazidos através do tráfico transatlântico, tiveram a preferência pelos homens africanos, tendo em vista a utilização de sua força nas atividades braçais, predominante na região pecuarista. A grande presença das mulheres no período analisado nos faz inferir que eram decorrentes da utilização da reprodução natural após fim do tráfico africano. Tanto Eisenberg para Campinas, quanto para Aladrén e Araújo na escala provincial foi possível observar a primazia das mulheres crioulas em se alforriar, entretanto, em nossa análise compreendemos que entre os africanos libertos, a maioria era composta pelos homens.

Entre as alforrias abordadas para esse trabalho, concluímos que 46,74% foram gratuitas, 19,57% condicionais e 33,33% foram pagas. Compreendemos também, que os homens foram os que mais receberam

liberdades de forma gratuita, enquanto que as mulheres foram as que mais pagaram. Já ao que diz respeito as liberdade condicionais, houve pouca diferença entre o sexo, todavia, os homens tiveram alforrias condicionais mais vezes. Esse último dado nos faz sugerir que a região fronteiriça e a predominância de homens na lida com o gado - e fácil acesso aos cavalos - corroboraram para fugas. Dessa forma, os senhores utilizavam as cartas condicionais como manobra de aproximação aos cativos, seguro contra fugas e liberdade em troca de acordos.

Entretanto, as mulheres pagaram por suas liberdades com maior recorrência do que os homens. Esse dado pode estar atrelado a alguns fatores, como por exemplo, a maior oportunidade em adquirir pecúlio - dispostas pelas profissões desenvolvidas por elas - e a mobilização em torno da família escrava em redirecionar a liberdade para as mulheres, em decorrência do ventre e futuro da prole. Como posto anteriormente, o cenário se modificou após a Lei do Ventre Livre, pois os homens aparecem com aumento nas liberdades após 1871.

Além do mais, entre as cartas de liberdade analisadas, 49,5% foram outorgadas por senhores homens, enquanto que 32,1% pelas senhoras. Ao decorrer do trabalho foi possível abordar como a falta de letramento afetou as mulheres possuidoras de escravarias, que em 50,56% dos casos, dependeram de uma rede de apoio para escrever e assinar um único documento, geralmente, recorrendo aos filhos, sobrinhos, cunhados ou parentes mais próximos - sempre homens.

Nessa perspectiva, também foi possível verificar que os nomes dos senhores e senhoras pouco se repetiam nas cartas de liberdades, o que nos faz sugerir que, em Bagé, houve uma disseminação da posse escrava, os senhores estancieiros com grande propriedade pouco alforriaram seus escravos e, também, que houve maior tendência de liberdade entre os pequenos possuidores, fosse por condições econômicas ou pela criação de laço para com os cativos.

Por último, analisamos que a promulgação da Lei do Ventre Livre possibilitou aos escravizados a ampliação da contestação legal por vias judiciais, para que dessa forma, os senhores cumprissem a nova legislação vigente. Ao transcorrer do trabalho elucidamos casos em que escravas entraram com ações para definir o valor da sua liberdade e, também,

casos em que os escravos reivindicaram a falta de suas matrículas prevista em lei.

Considerações finais

Em suma, a região de Bagé demonstrou diversas possibilidades para compreendermos as dinâmicas entre as relações de escravizados e seus senhores. Foi possível verificar que a cidade caracterizada pela pecuária e pouco referenciada pelo uso de mão de obra escrava, também se fez valer do sistema escravocrata em suas instâncias fronteiriças. De modo geral, apesar da legislação vigente no período analisado ainda ser favorável às elites e classes senhoriais, os escravizados sempre encontraram brechas e manobras na luta em busca da liberdade.

Embora a região tenha sido trabalhada em pesquisas bastante acertadas, como é o exemplo de Marcelo Santos Matheus e Luis Augusto Farinatti, ainda há diversos fatores que podem ser discutidos e devem contribuir para a historiografia local. Esta pesquisa, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), simboliza o meu nascimento enquanto pesquisadora, onde iniciei a trajetória a partir da região dos pampas e pretendo dar continuidade na minha dissertação de mestrado, onde irei trabalhar com processos criminais. É bem verdade que após um tempo, lendo e analisando os frutos de um TCC, notamos as diversas possibilidades onde a pesquisa pode ser ampliada e, principalmente, melhorada. Mas não pretendo aqui menosprezar este trabalho, que foi árduo, como todo início, mas me apresentou a inserção aos arquivos, o conhecimento dos documentos manuscritos (e a dificuldade em lê-los) e de realizar uma contribuição - embora muito embrionária - sobre a região e a desmistificação de um Rio Grande, onde identificamos sua construção a partir da mão de obra escravizada - assim como as demais regiões brasileiras - , onde nossos ancestrais foram sobreviventes e resilientes dentro desse sistema pautado pela violência.[9]

9 Para o trabalho completo, acesse: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266961

Referências

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Niterói: Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2008. (Dissertação de mestrado)

ALMEIDA, Kátia. Considerações sobre o perfil do alforriado em Rio de Contas, Bahia (século XIX). ***Topoi,*** v. 10, n. 19, jul-dez. 2009, p. 31-51.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade**: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

BRASIL. Lei número 2.040, de 28 de setembro de 1871**.** Disponível em: <LIM2040> . Acesso em 22 de agosto de 2023.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Silvana. **As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1989.

FEDERAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS, 1803-1850**. Porto Alegre: Federação de Economia e Estatística, 1981.

FERRAZ, Lizandra Meyer. **Entradas para a liberdade**: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX. Dissertação mestrado, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo demográfico, 1872**. Disponível em <IBGE | Biblioteca | Detalhes | Recenseamento do Brazil em 1872>. Consulta em 27 de agosto de 2023.

LEMIESZEK, Cláudio. **Bagé:** novos relatos de sua história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

MACHADO, M. H; BRITO, L. C; VIANA, I. S; GOMES, F.S. (Org.). **Ventres livres?** *Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Unesp, 2021.

MATHEUS, Marcelo Santos. **A produção da diferença**: Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021.

MATHEUS, Marcelo Santos; FARINATTI, Luis Augusto. Paisagem agrária ao sul do Império do Brasil: pecuária, pequena agricultura e diversificação produtiva (Bagé, c.1820-1870). **Revista de História Regional**, 26 (1), 2021, p. 347-376. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 22 agosto de 2023.

MOREIRA, Paulo. Estudo introdutório. In: MOREIRA, Paulo; TASSONI, Tatiani. **Que com seu trabalho nos sustenta**: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST, 2007.

NOGUERÓL, Luiz Paulo et al. Elementos da escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o "seguro" contra a fuga na fronteira com o Uruguai. **35º Encontro Nacional De Economia**, 2007. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A025.pdf> Consulta em 29 de agosto de 2023.

PAPALI, Maria Aparecida. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da liberdade em Taubaté 1871-1895. São Paulo: Annablume, 2003.

PORTO, Rafael Gastal. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional**: estudo de caso no município de Bagé-RS. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2008.

REZENDE, Rodrigo Castro. Etnicidades, liberdades, e paternalismo: notas introdutórias sobre o caso da cidade de Montes Claros Oitocentista. **XIV Seminário sobre a Economia Mineira**, 2010. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/publicacoes/diamantina-2010/>

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006.

SCHEFFER, Rafael. Comércio de escravos no rio grande do sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais, perfis de cativos negociados e comerciantes em cinco municípios gaúchos. **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. Acesso em 04 de set. de 2023.

SCHERER, Jovani. **Experiências de busca da liberdade**: alforria e comunidade africana em Rio Grande. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: PPG/UNISSINOS, 2008.

SOUSA, Caroline. A libertação do ventre escravo no Brasil: legislatura, gênero e maternidade no declínio da escravidão. **9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil**

Meridional, 2019. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. Acesso em 04 de set. de 2023.

TABORDA, Tarcísio. **Govêrnos e Governantes de Bajé**: esbôço de história política municipal. Informações, documentos e legislação. Bagé: Museu Dom Diogo de Souza, 1966.

“CAPTIVEIRO DISSIMULADO”: UMA ANÁLISE DAS TUTELAS DAS TUTELAS DE MENORES EM SANT’ANNA DO LIVRAMENTO (1860-1877) SOB A LUZ DA LEI DO VENTRE LIVRE (1871)

Maria Eduarda Albuquerque Mendez[1]

O presente artigo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa ainda em desenvolvimento e novos dados poderão trazer *insights* adicionais a respeito das dinâmicas das tutelas e suas implicações na perpetuação da escravidão durante o século XIX. A continuidade da pesquisa, tanto no que se refere à análise das tutelas quanto o debate com a historiografia pertinente sobre a temática, permitirá uma compreensão mais abrangente acerca do funcionamento e uso do recurso das tutelas em uma região fronteiriça e em um contexto em que a abolição da escravidão no Império Brasileiro se aproximava.

O objetivo principal deste artigo é investigar os processos de tutela envolvendo menores filhos de mulheres forras e escravizadas no contexto da Lei do Ventre Livre na localidade de Sant’Anna do Livramento, no sul do Império Brasileiro, fronteira com a região platina. Além disso, será apontado o uso das tutelas como um mecanismo de manutenção da posse de escravizados, explorando como essa prática era utilizada

1 Bacharela em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e licencianda em História pela mesma instituição (UFSM). Integrante do Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA). Lattes: http://lattes.cnpq.br/9201445867057628, OrcID: https://orcid.org/0000-0001-6700-4100, Contato: eduarda04.mendez@gmail.com

para contornar as restrições legais e perpetuar a escravidão no Brasil do século XIX.

As tutelas são documentos que contém ricas informações a respeito das relações cotidianas dos menores órfãos (Dos Santos; Urruzola, 2017, p. 270), ou entendidos como tal pelos juízes. Em primeiro momento, tinham como alvo crianças com posses, de modo a garantir a melhor administração de seus bens em caso da morte do pai. Quando o pai não indicava um tutor em seu testamento, a preferência recaía sobre a mãe ou os avós para assumir a tutela (Zero, 2003, p. 2). Entretanto, após o ano de 1871, os filhos das escravizadas foram inseridos ao recurso das tutelas, tendo sua força de trabalho explorada pelos senhores que, privados da posse dos nascidos após a lei, fizeram das tutelas um instrumento de coerção sobre a mão de obra (Zero, 2003, p. 2).

Na presente investigação foram utilizados 36 registros de tutela correspondentes ao intervalo entre 1860 e 1877, que compõem o acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)[2]. Esses documentos compreendem um período que vai de 1859 a 1916. Inicialmente foi realizado um fichamento geral da fonte para melhor compreender os elementos presentes nos registros, o padrão de escrita dos escrivães e as informações disponíveis sobre os envolvidos. Em geral, os registros incluem os nomes dos tutelados e tutores, a idade do menor (embora em alguns casos a idade não tenha sido mencionada), os motivos para a tutela, o juramento do tutor e uma nota do juiz ou o valor a ser pago pelo processo. Também foram encontrados casos excepcionais, como a transferência de tutores, seja por solicitação do tutor atual, seja por ordem do juiz. A partir de tal levantamento, os dados foram tabelados de modo a se ter uma melhor visão sobre a incidência das tutelas, tanto no que se refere ao período, que foi dividido em dois momentos, quanto com relação ao sexo dos menores tutelados.

Os documentos aqui analisados apresentam uma determinada estrutura, seguindo um padrão composto por capa, autuação, nota do juiz e juramento do tutor. Além disso, são anexadas as transferências de tutelas de um curador para outro. A análise da estrutura desses documentos revela uma distinção no padrão de escrita do sul do Império Brasileiro

2 APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Prestação de contas tutelares, anos 1859-1916, Maço 50, Estante 13.

em comparação com outras regiões do império, como evidenciado nos registros do Arquivo Nacional, analisados por Cláudia Regina Andrade dos Santos e Patricia Urruzola. Nestes, pode-se encontrar a assinatura do termo de tutela por parte do ingênuo, solicitação do suplicante, auto de perguntas feito a este e ao menor a ser tutelado (as mães dos ingênuos também prestavam depoimentos), sentença do juiz e termo de responsabilidade (Dos Santos; Urruzola, 2017, p. 272-273). Apesar das diferenças existentes quanto ao número de informações disponíveis, é comum em ambos a presença de argumentos para que fosse possível legitimar a requisição da tutela pelos senhores, como por exemplo a solteirice materna, declarações de pobreza e incapacidade de sustentar o menor, falecimento dos pais e mudança do estado civil da mãe.

Como aponta José do Patrocínio em seu jornal "Cidade do Rio", em edição de 23 de maio de 1888[3] intitulada "Captiveiro dissimulado", apesar de a liberdade de ventres ter sido promulgada, os senhores dos escravizados deram continuidade à prática das tutelas dos rebentos, em uma tentativa de manter o trabalho forçado dessas crianças e, em alguns casos, manter a proximidade das mães quando estas já haviam conquistado sua liberdade. As práticas das tutelas podem ser verificadas mesmo antes da Lei do Ventre Livre, sendo um dispositivo jurídico que era acionado nos casos em que, supostamente, a mãe ou o responsável pelo menor em questão, não tinha condições econômicas de garantir o sustento da criança, ao que o juiz de órfãos definia um tutor para que a criança fosse então confiada ao seu novo responsável.

No ano de 1850 o tráfico de escravizados foi mais uma vez proibido, seguido por outras importantes mudanças legislativas. A Lei do Ventre Livre, por exemplo, de 28 de setembro de 1871, causou descontentamento entre senhores de escravizados e abolicionistas, pois, embora os filhos de mulheres escravizadas não fossem mais propriedade dos senhores, eles deveriam permanecer sob tutela até os oito anos. Após isso, os senhores poderiam optar por receber indenização do Estado pela liberdade das crianças ou mantê-las até os 21 anos. Por essa razão, a Lei do Ventre

3 PATROCÍNIO, José do. Cativeiro dissimulado. Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1888, nº117, p. 1. Disponível em: < Cidade do Rio (RJ) - 1887 a 1902 - DocReader Web (bn.br)>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

Livre[4] foi alvo de críticas por parte de seus contemporâneos devido à ausência de garantia de libertação imediata para as crianças nascidas de mães escravizadas, à previsão de indenizações aos senhores e à continuidade da escravização, já que ao definir uma indenização com valor fixo de 600$000, fica evidente que a liberdade pretendida com tal legislação era precária visto que os ingênuos ainda eram precificados.

Entre Tutelas e Liberdades Ilusórias: A Lei do Ventre Livre e as estratégias senhoriais na manutenção do controle sobre a mão de obra no Império Brasileiro

> Tinhamos certesa de que, apesar da positiva declaração da lei, o cativeiro extincto de direito, não desappareceria de facto.
> Era natural que, a pretexto de caridade, os exploradores do trabalho alheio continuassem a practicar o hediondo crime contra o direito natural de homem: a posse de si mesmo (Jornal Cidade do Rio, 23 de maio de 1888, José do Patrocínio).

A Lei do Ventre Livre, idealizada dentro de um contexto em que as pressões internas e externas para a abolição da escravidão no Império Brasileiro eram constantes, foi pensada como uma ferramenta de controle da intensidade da abolição no império, pois, sendo a escravidão entendida por políticos e proprietários como um dos pilares de sustentação econômica do território, não poderia acabar de forma abrupta (Miranda, 2023, p. 4). Dessa maneira, a solução encontrada por parlamentares e políticos foi a libertação do ventre das escravizadas, o que colocaria o Império Brasileiro dentro do jogo político mundial, além de garantir a continuidade da escravização, visto que aqueles que não fossem beneficiados por tal legislação, permaneceriam sob o jugo senhorial e, no caso dos libertos pela lei, ao conservarem-se em companhia de suas mães, poderiam ter sua mão de obra usufruída pelos senhores.

Como apontado anteriormente, o medo de que o fim da escravidão no Império Brasileiro pudesse causar abalos econômicos irreversíveis era expressado pelos grandes proprietários, e tinha como um de seus representantes no parlamento o político Perdigão Malheiro, que apontava que a reforma do elemento servil resultaria em mudanças nas

4 LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871 - LIM2040 (planalto.gov.br)

relações entre senhores e escravizados, podendo levar a insurreições e a total abolição da escravatura em um momento muito próximo. Por outro lado, os apoiadores da lei afirmavam que sua promulgação seria a solução para que a abolição fosse totalmente controlada e gradual, visto que a situação interna do Império e o cenário internacional tornavam urgente a resolução da questão escrava. O chefe do Gabinete de 7 de março, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, argumentava que a aprovação da lei seria a melhor maneira de se lidar com a questão dos escravizados, visto que garantiria a manutenção da escravidão e uma abolição controlada e paulatina, ao contrário do que pontuavam os opositores (Miranda, 2023, p. 9).

Uma análise mais detida da Lei do Ventre Livre permite inferir que não se tratava de uma liberdade imediata aquela que se propunha, sendo evidentes os motivos pelos quais Paranhos alegava a possibilidade de manutenção da escravidão. Já no primeiro parágrafo do Art. 1˚ fica explícito que os nascidos de ventre livre ficariam sob tutela dos senhores até que completassem oito anos. Completos os oito anos, o menor poderia ser entregue ao Estado, que indenizaria o senhor em 600$000, ou o proprietário poderia utilizar-se dos serviços do menor até que este chegasse a idade de 21 anos.

> LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871
> [...]
> § 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de crial-os e tratal-os até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãi terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600$000, ou de utilisar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

Considerando que um filho nascido ventre livre acompanhasse sua mãe escravizada, é plausível supor que este menor prestasse auxílio em pequenas tarefas domésticas ou agrícolas, contribuindo assim com sua

força de trabalho. Quanto à possibilidade de o proprietário escolher ser indenizado pelo Estado, isso indica a transferência do menor de um domínio privado para um público, simbolizado pelo próprio Estado. Nesse contexto, o valor estipulado pela lei visava cobrir os custos que o proprietário tivera com os cuidados do menor. Por outro lado, se o proprietário optasse por manter o indivíduo até os 21 anos, ele estaria se beneficiando de sua força de trabalho, que em teoria era livre, mas na prática estaria sendo submetido a condições de escravização, revelando uma fragilidade na liberdade proporcionada pela legislação.

Ao analisarmos outro aspecto desta legislação, especificamente o parágrafo 5 do Artigo 1º, observamos que não era permitido separar menores de 12 anos de seus pais no caso de estes serem vendidos, atribuindo ao novo proprietário a responsabilidade de cumprir com as obrigações em relação aos cuidados destinados ao menor. No Artigo 2º, a lei estipula que o governo poderia encaminhar esses menores para instituições[5] aprovadas por ele nos casos em que os proprietários os abandonassem ou aplicassem castigos excessivos.

> LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871
> [...]
> § 6º Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1º, se, por sentença do juizo criminal, reconhecer-se que os senhores das mãis os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.
> [...]
> Art. 2º O Governo poderá entregar a associações por elle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores dellas, ou tirados do poder destes em virtude do art. 1º § 6º.
> § 1º As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 annos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas: [...]

Considerando a proibição de separar menores de 12 anos de seus pais durante transações de compra e venda de escravizados, surge a indagação sobre a evocação das tutelas nesse contexto. Partindo do ponto de que a Lei do Ventre Livre determinava que o menor permanecesse

5 Isso levanta preocupações sobre possíveis situações de escravização ilegal ao explorar sua mão de obra de forma abusiva, em desrespeito à legislação que assegura a liberdade e proteção dos menores tutelados.

sob tutela até os oito anos, caso sua mãe fosse vendida antes dos 12 anos completos da criança, o senhor perderia não só a posse da mãe, mas também do menor. Assim, as tutelas podem ser compreendidas como uma forma de os senhores contornarem as disposições da Lei do Ventre Livre, mantendo os menores sob tutela mesmo que suas mães fossem vendidas, transferidas ou libertas.

Tal situação pode ser exemplificada a partir de um dos documentos aqui analisados datado de 27 de junho de 1874, mais especificamente no juramento prestado pelo curador em que fica bastante evidente que a menor Maria José, de quatro anos de idade, filha da ex-escravizada Remualda, estaria sob a proteção de um tutor até que chegasse à maioridade.

> Termo de Curadoria
> Aos vinte e sete dias do mes de Junho de mil oitocentos e setenta e quatro, nesta Villa e Comarca de Sant'Anna do Livramento, em casa da residencia do Meritissimo Juiz de Orphãos primeiro suplente em exercício, Cidadão João Antonio Ramos, aonde eu Escrivão vim, e sendo ahi presente o Senhor Francisco Carrier Perez, a este elle Juiz deferio o juramento do [?] e encarregou-lhe que fosse Curador da menor Maria José, de quatro annos de idade, parda, filha da sua escrava Remualda, e que por acto de Caridade e philantropia a libertou, - continuando a prestar-lhe todos os socorros que sejão necessarios, até que a mesma chegue a emancipar-se; defendendo-a, tanto em juizo como fora delle, e [?] assim que sua curatelada sofra algum mal, ou trabalhos. E recebido por elle o juramento, assim o prometteo a cumprir e assinou com o Juiz. Eu Antonio Moreira Cocuruto, Escrivão o escrevi.
> Ramos[6]

A partir da leitura do excerto acima, pode-se perceber que o curador, de nome Francisco Xavier Perez, apesar de ter em "consideração ao solemne acto da Regularização da Loja-Caridade Santanense do G. O. Unido do Brasil"[7] libertado sua escravizada Remualda, solicitou a tutela da menor Maria José, em uma possível tentativa de manter os serviços de Remualda, já que sua filha estaria sob tutela.

6 APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Tutela da menor Maria José, Maço 50, Estante 13, junho de 1874.

7 *Idem.*

A prática de tutelar os menores até que atingissem a maioridade foi bastante difundida no Império, como pode ser exemplificado pelo caso analisado por Ana Paula Pruner de Siqueira para Campos de Palmas-PR, em que Henrique, de 12 anos, filho de uma escravizada de nome Luiza, fora tutelado por Domingos Antonio Soares em 1888. Em um primeiro momento não é mencionado o *status* jurídico do menor, mas a autora aponta que, encontrado seu registro de batismo, sabe-se que sua mãe havia sido escravizada de Anna Ferreira de Jesus, viúva de Francisco Antonio de Araújo. Não é mencionado se Luiza havia falecido na época em que Henrique fora tutelado, visto ser denominado "órfão", mas fato é que o menor passou a ser responsabilidade de Domingos Antonio Soares no ano em que a abolição da escravidão fora promulgada, sendo emancipado no ano de 1896 por ter atingido a maioridade, recebendo valor em dinheiro referente a soldada paga por seu tutor, bem como alguns animais que completaram o valor estipulado pelo Juiz. Mesmo que o tutor tenha cumprido parte de sua obrigação, o menor não recebeu a instrução escolar devida, sendo possível que tenha exercido algum ofício durante o período em que esteve sob tutela (Siqueira, 2013, p. 14).

Outra situação encontrada nas tutelas analisadas foi a do menor Januario, de 9 anos, envolvendo o estado civil da mãe do menor e a situação de pobreza em que se encontrava.

> Juizo de Orphãos da Cidade de Sant'Anna do Livramento 6 de Setembro de 1876
> Chegou ao conhecimento desse Juiz por intermedio do subdelegado do 2° Distrito José Candido Cavalheiro que em favor de João José Fernandes, existe um menor de nome Januario de nova [?] ou menor. Filho da china Jacintha, que em segundas nupcias consta tem casado Miguel Machado, homem de maus costumes Ebrio e não tendo meios que dar educação a seu entiado, apontou de ajustar para usufruir seu trabalho. por tanto nomeio ao dito Fernandes Curador desse menor aqual sera notificado para prestar juramento, sob a responsabilidade de educalo alimentalo e vestilo na forma da Lei.
> Boaventura G[?]
> Juiz de Orphãos Suplente[8]

8 APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Prestação de contas tutelares, Maço 50, Estante 13, 1876.

No caso mencionado, a tutela do menor foi justificada em razão de sua mãe ter se casado novamente com um homem de má reputação e que não se comprometia com a educação e sustento da criança. Além disso, a mãe do menor, Jacintha, foi descrita como sendo uma "china sumamente pobre". O caso teria chegado ao conhecimento do juiz de órfãos através do 2° subdelegado José Cândido Cavalheiro que, segundo consta, teria indicado João José Fernandes para o encargo de curador do menor Januario.

Entre as 36 tutelas analisadas, apenas uma mencionava uma mãe escravizada, chamada Balduina, em um registro datado de 18 de outubro de 1866. Não foi possível confirmar se Balduina era escravizada de José Lupi, o tutor, ou se ele foi apenas nomeado pelo Juiz de Órfãos. O registro de tutela menciona apenas o nome da menor, Amelia Damasia, sem fornecer informações sobre sua idade ou os motivos para sua tutela. No entanto, é possível supor que a tutela ocorreu devido à situação jurídica da mãe e sua provável condição de pobreza.

Assim, pode-se entender a prática das tutelas de menores como um dos vários métodos utilizados pelos senhores para garantir o prolongamento do controle sobre o trabalho de pessoas livres, que poderiam ser submetidas à escravização tanto no âmbito privado, em uma situação tutor-tutelado, quanto público, nas instituições do próprio governo, sob o véu da proteção estatal. Na região de Piraí, na década de 1880, as tutelas também foram utilizadas como forma de prolongar a escravização de rebentos nascidos livres segundo a Lei de 1871. Conforme Maria Eloah Bernardo (2022, p. 7), as tutelas encontradas para essa localidade não dependiam apenas da orfandade, podendo ser evocadas como meio de controlar as formas de trabalho livre exercido pelos egressos da escravidão.

> Em uma sociedade marcada pelo grande número de escravizados até em período próximo às vésperas da abolição, aqueles que nascessem livres ou que por ventura conseguissem alcançar a liberdade deveriam ser mantidos na sociedade como subordinados. [...] A particularidade dos menores fazia com que estes pudessem ser tutelados até a maioridade, e assim crescessem sob o cuidado paternalista da elite que lhes garantiria a criação de uma força de trabalho obediente aos interesses da sociedade (Chalhoub, 2012, p. 42-54; Cowling, 2018, p. 280). (Bernardo, 2022, p. 4).

Caso semelhante pode ser verificado novamente nas tutelas da região de Campos de Palmas-PR entre 1881 e 1899, analisadas por Ana Paula Pruner de Siqueira. A partir de sua análise, a autora aponta que o auge das tutelas nessa localidade se deu entre 1888 e 1889, sendo "significativo que em 1888 um número 4 vezes maior de ingênuos do que de crianças de outros estatutos teve sua guarda requerida" (Siqueira, 2013, p. 8), situação que se repete em Itu e Campinas no mesmo recorte temporal. Como forma de compreender tal situação, a autora expõe que o aumento no número de crianças tuteladas após 1888 tenha como possível significado a tentativa dos antigos senhores de escravizados em perpetuar seu controle sobre esses sujeitos, que mesmo com a liberdade das mães ex-cativas, os rebentos continuariam sob as ordens dos senhores de escravizados (Siqueira, 2013, p. 7).

Estratégias de Tutela e Controle Social: Uma análise dos processos entre 1860 e 1877 a partir da Lei do Ventre Livre em Sant'Anna do Livramento

No âmbito jurídico, as tutelas podem ser compreendidas como procedimentos de defesa de menores considerados incapazes de sua própria proteção em casos de morte dos pais ou perda do poder parental, o que podia ocorrer devido a diversas motivações, denotando, em teoria, a preocupação do Estado em garantir a proteção desses menores. Tal dispositivo jurídico teria como validade a maioridade do tutelado, ou a emancipação deste. No século XIX, o entendimento de tutela e curatela não era bem definido, sendo então referidos a indistintas pessoas (Rangel, 2022, p. 152). De acordo com Alan W. Rangel (2022, p. 152), as tutelas tinham mais comum aplicação aos indígenas e africanos livres, e a curatela referia-se aos libertos. Os escravizados, por sua vez, não eram contemplados por tal sistema.

As tutelas podem ser verificadas ao longo do século XIX, tendo maior difusão a partir da década de 1850 e, como anteriormente mencionado, podem ser compreendidas como um recurso utilizado pelos senhores de escravizados para garantir a manutenção do sistema escravista, principalmente após 1871. Partindo de tal estratégia, ao tutelar um menor o senhor acabaria por manter a proximidade da mãe da criança mesmo que esta estivesse em posse de sua liberdade, já que seu filho

ainda estaria sob o poder do ex-senhor. Dessa forma, fica evidente que as tutelas após a lei de 1871 foram utilizadas como um recurso de coerção sobre a mão de obra (Zero, 2003, p. 2) tanto livre e liberta, quanto escravizada.

De modo a melhor compreender a dinâmica dos registros de tutela dos menores em Sant'Anna do Livramento na segunda metade do século XIX, no que se refere ao sexo dos tutelados, os registros a que tivemos acesso foram divididos em dois momentos, o primeiro indo do ano de 1860 até 1969 e o segundo de 1871 até 1877. Interessante notar que na amostra documental utilizada para a presente pesquisa não foram encontradas tutelas datadas do ano de 1870, o que não significa que menores não foram tutelados nesse período em Sant'Anna do Livramento. A partir da tabela abaixo pode-se perceber que para ambos os recortes analisados há uma certa equivalência entre o número de meninas e de meninos tutelados. É preciso ressaltar que, entre as 36 tutelas utilizadas, foi verificado que em algumas delas mais de uma criança fora tutelada e, para melhor visualização e compreensão do perfil dos tutelados e tuteladas nesses casos, optou-se pela contagem individual dos menores.

Tabela 1 - Relação entre período e sexo dos tutelados (1860-1877)

Período	Homens	%	Mulheres	%
1860-1869	7	41	10	59
1871-1877	15	54	13	46

Fonte: APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Prestação de contas tutelares, anos 1859-1916, Maço 50, Estante 13.

Ainda na lógica de contagem individual dos menores, verificou-se que a maioria das tutelas foram registradas entre 1871 e 1877 conforme o recorte temporal aqui estipulado, com um total de 28 crianças. Além disso, podemos considerar que não havia preferência entre aqueles que exerceriam funções de tutor, visto a equivalência entre os tutelados no que se refere ao sexo.

Para além de tais ponderações, é necessário que nos debrucemos sobre os motivos pelos quais esses menores foram tutelados e apartados de seus laços familiares nos casos em que essas crianças não eram órfãs. De modo a melhor compreender o conjunto de argumentos utilizados pelas autoridades e pelos tutores para legitimar a necessidade da tutela, as justificativas encontradas nos documentos aqui analisados foram agrupadas de acordo com suas similaridades.

Tabela 2 - Motivações para as tutelas (1860-1877)

Motivação	N° de tutelados
Pobreza/Falecimento	18
Maus costumes/Abandono	2
Perfilhação	2
Carta de liberdade	2
Estadia no Estado Oriental	1
Não consta	11
Total	36

Fonte: APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Prestação de contas tutelares, anos 1859-1916, Maço 50, Estante 13.

É importante notar que as motivações para as tutelas aparecem, por vezes, relacionadas, como é o caso do argumento "pobreza" e "falecimento", e "maus costumes" e "abandono", ao que se optou por mantê-las relacionadas na tabela apesar de também ser possível encontrá-las de forma isolada.

Partindo para um caso em que as justificativas "pobreza" e "falecimento" estão relacionadas, em 3 de fevereiro de 1874[9], o menor Pedro, órfão de pai e mãe, e neto do índio Candido Ayres Jardim, foi levado a juízo de órfãos após ser raptado da residência de seu avô por Demetrio que, segundo consta no documento, era escravizado de José

9 APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Prestação de contas tutelares, Maço 50, Estante 13, 1874, tutela número 59.

Antonio Padilha, e depositado na casa do Capitão Alexandre Joaquim Ribeiro no 4° Distrito. O caso acaba por chegar ao conhecimento do Juiz de Órfãos João Antonio Ramos, que solicita que o menor seja levado a sua presença a fim de que lhe seja dado um tutor:

> Juizo de Orfãos da Villa de Sant'Anna do Livramento
> Chegando ao meo conhecimento que um iscravo de José Antonio Padilha rapictara o menor Pedro Orfão de Pai e Mai, da caza de seu Avo, Candido Ayres e constando que o dito rapictor depozitara o ditto menor em caza do Capitão Alexandre Joaquim Ribeiro no 4° Distrito, Ordeno ao Escrivão deste juizo que autuando esta passe Mandado para ser executado pelo Official de justiça que for encarregado desta delegacia, a fim de traser o menor a minha presença e dar-se lhe curador que tratara de sua educação, visto ser Orfão summamente pobre.
> O que cumpra.
> Livramento 7 de janeiro de 1874
> A[?] notifique a João Baptista Ribeiro que prestara juramento
> João Antonio Ramos 1° supp.e do Juiz Municipal
>
> Passei Mandado.
> Livramento 9 de Janeiro de 1874
> O Escrivão Cocuruto"[10]

Passado quase um mês da ordem do Juiz de Órfãos e da notificação feita pelo escrivão, João Ribeiro Baptista fora chamado em 3 de fevereiro de 1874 para comparecer ao meio dia em juízo a fim de prestar juramento de tutor do menor Pedro, visto ser apontado que o avô do menor não teria condições de sustentá-lo.

> Termo de tutela
> Aos tres dias do mez de Fevereiro de mil oitocentos setenta e quatro nesta Villa de Sant'Anna do Livramento, em a Caza de morada do Senhor Juiz de Orphãos primeiro Supplente em exercicio, Cidadão João Antonio Ramos, onde eu Escrivão vim, e sendo ahi presente o Cidadão João Ribeiro Baptista, pelo dito Juiz lhe foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos e lhe encarregou que servisse de tutor do menor Pedro, Orphão de Pai e Mai, o qual seu Avô Candido Ayres Jardim, summamente pobre e que por isso [?] o para sua companhia, com a obrigação de alimental-o, e dar a educação e vestuário, conforme sua qualidade e condição; defendendo-o tanto em Juizo como fóra delle.

10 *Idem*.

> E sendo por elle acceito o juramento, assim o prometteo cumprir; de que fiz este termo, que com o juiz assignou.
> Eu Antonio Moreira Cocuruto, Escrivão o escrevi
> Ramos
> João Baptista Ribeiro"[11]

Vale frisar que a partir da tutela do menor Pedro não se sabe se este manteve contato com seu avô Candido, que não foi convocado para prestar depoimento. Da mesma forma, não é possível obter maiores informações sobre o escravizado Demetrio, sabe-se apenas que o proprietário da fazenda em que o menor foi depositado, Capitão Alexandre Joaquim Ribeiro, fora notificado pelo Juiz de Órfãos para entregar o menor.

No que se refere aos argumentos de "maus costumes" e "abandono", foram verificados dois exemplos. Em nota do Juiz de Órfãos datada de 20 de outubro de 1871[12], este aponta que teria chegado a seu conhecimento que Escolastica estaria em companhia de sua filha Jovita, de três anos de idade, sendo então necessário que a menor passasse para a responsabilidade de um curador. No mesmo dia, João Bassú fora notificado para comparecer em juízo às duas horas da tarde a fim de assinar o termo de tutela e responsabilidade sobre a menor. No processo de tomada de decisão por parte do juiz, a alegação de maus costumes por parte da mãe pode ser compreendida como uma estratégia de controle social e moral. Em caso datado de 21 de novembro de 1871[13], o juiz João Antonio Ramos notifica o escrivão Antonio Moreira Cocuruto para que envie um chamado a Felizardo José dos Santos, padrinho do menor Mathias, que contava com sete anos, visto que a mãe do menor, Rita Moreira, teria se entregado à prostituição e abandonado o menor. No documento não é possível encontrar maiores informações sobre o paradeiro de Rita, sendo apenas alegado que ela teria abandonado a localidade.

11 *Idem.*

12 APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Prestação de contas tutelares, Maço 50, Estante 13, outubro de 1871.

13 APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Prestação de contas tutelares, Maço 50, Estante 13, novembro de 1871.

Um exemplo de caso cuja argumentação para a tutela é "perfilhação" data de 2 de abril de 1872[14]. Joaquim Antonio Pereira solicita a tutela do menor Barnabé, de um ano de idade, filho natural de Joanna Gomes, visto se dizer pai do menor. Joaquim Antonio aponta que Barnabé teria nascido de um breve relacionamento que tivera com Joanna, e por ser solteiro e sem herdeiros além de Barnabé, pretendia obter a tutela do menor para que este herdasse seus bens. No documento referente a este caso é possível somente verificar o *status* civil da mãe do menor, sendo dito que Joanna era solteira.

Entre as duas situações em que a justificativa da tutela foi a libertação do menor através de uma carta de liberdade, o caso do menor Faustino revela uma estratégia senhorial de manutenção da mão de obra escravizada, similar ao caso da menor Maria José. O documento data de 27 de junho de 1874[15], em que Luiz Rodrigues da Silva e sua esposa, que não fora nomeada, passaram carta de liberdade ao menor Faustino de seis anos, filho da liberta Margarida, que aparentemente também era escravizada do casal. Não é dito de que maneira Margarida teria obtido sua liberdade, se através da compra ou se teria sido alforriada por seus senhores. No documento, Luiz Rodrigues da Silva aponta que a liberdade concedida ao menor seria um regozijo à Loja de Caridade do município, mas que ao ser liberto, o menor necessitava de um tutor que zelasse por sua educação e alimentação, ao que prontamente se pronunciaram. Ao libertar Faustino é possível que o casal tenha se utilizado da estratégia da tutela para garantir a manutenção dos serviços de Margarida. Vale salientar que quando a criança atingisse a idade de oito anos, era possível ao senhor avaliar suas habilidades para o trabalho, como apontado pela Lei do Ventre Livre, momento em que o senhor decidia se manteria o menor consigo ou se o encaminharia para instituições do governo mediante indenização. Faustino foi libertado aos seis anos e tutelado pelos senhores, ao que se pode especular que Faustino apresentasse alguma habilidade para o trabalho que o casal julgava interessante, optando pela sua libertação e tutela.

14 APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Prestação de contas tutelares, Maço 50, Estante 13, tutela número 55.

15 APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Prestação de contas tutelares, Maço 50, Estante 13, junho de 1874.

Afora a região sul, Maria Eloah Bernardo aponta que as tutelas de menores na localidade de Piraí, na década de 1880, também foram utilizadas como "meio de manter a família dos egressos do cativeiro por perto sem maiores abalos na ordem social" (2022, p. 4), pois mulheres cujos filhos fossem tutelados por seus antigos senhores, mesmo que libertas, não se manteriam afastadas dos antigos senhores, o que conferia às tutelas um caráter de coerção sobre a mão de obra livre. Nos Campos de Palmas-PR, a prática das tutelas como meio de coagir a mãe dos menores a permanecer próximo de seus antigos senhores também fora uma realidade, como pode ser visto no caso trabalhado por Ana Paula Pruner de Siqueira (2013, p. 11):

> Tutelar uma criança pequena seria uma forma de trazer para junto do tutor a mãe do infante ou forçar a permanência da mesma nas proximidades. Talvez esse fosse o caso da ação de tutela dos menores Henrique e Ismael. Eles eram filhos da liberta Eva Ferreira, ex-escrava do Major João Ferreira de Araújo. Era ele quem tinha requisitado a guarda dos meninos, que já viviam em sua companhia, com o argumento de que a mãe era paupérrima. Henrique tinha 5 anos e Ismael 1. Eva era agregada do mesmo major quando este tutelou seus meninos. Assim, com a liberdade, Eva decidiu continuar na mesma propriedade onde tinha vivido como escrava. Só encontramos o registro de batismo de Henrique, não podendo afirmar que ambos menores eram ingênuos. Talvez Eva tenha conseguido a alforria antes da abolição, e seu filho caçula não tenha nascido como ingênuo. Apesar disso, Eva permaneceu com seu ex-senhor como agregada. Seus filhos também continuaram com laços de dependência com o ex-senhor da mãe (Siqueira, 2013, p. 11-12).

No documento em que o ato de cruzar a fronteira rumo ao Estado Oriental do Uruguai foi utilizado como argumento para a tutela, temos o caso de 5 de janeiro de 1867, do menor José, que era escravizado de Libiano Teixeira, mas que encontrava-se em liberdade por ter residido no Estado Oriental com seu antigo senhor. Raymundo Antonio da Costa, também antigo morador do Estado vizinho, estabelece residência no Império, ao que o menor José solicita permissão ao juiz para continuar em companhia de sua família por ter sido criado em casa de Raymundo antes que esse tivesse estabelecido moradia no outro lado da fronteira, ao que este concorda. Levando em consideração o fato de ambos os senhores de José possuírem fazendas em ambos os lados da fronteira, é plausível que o menor exercesse atividades rurais.

A análise das tutelas revelou apenas um caso em que a mãe do menor foi mencionada como escravizada. No entanto, foram encontradas referências a mães classificadas como "china", libertas, forras e pretas, indicando a possibilidade de que, na ausência de esclarecimento sobre o *status* jurídico dessas mulheres, elas poderiam ser escravizadas. Isso sugere que as tutelas dos menores, especialmente aquelas registradas após 1871, poderiam ter sido usadas pelos tutores para garantir a continuidade do uso da mão de obra dessas mães, mesmo em um contexto em que a escravidão estava em declínio gradual.

Considerações finais

Considerando o contexto em que o Império Brasileiro estava inserido na segunda metade do século XIX, marcado por transformações políticas, sociais e econômicas, a Lei do Ventre Livre emerge como um ponto crucial nas discussões sobre a abolição da escravidão. A proibição do tráfico atlântico de escravizados, juntamente com decretos e leis regulatórias, delinearam um cenário de transição em que as tensões entre diferentes visões políticas e sociais moldaram o destino da escravidão. A Lei do Ventre Livre, objeto de intensos debates entre políticos e abolicionistas, revelou divergências quanto às suas implicações. Enquanto Perdigão Malheiro expressava receios sobre insurreições e mudanças nas relações sociais, o Barão do Rio Branco defendia-a como um meio eficaz de solucionar a questão dos escravizados. Essa legislação, ao mesmo tempo em que apontava para o fim gradativo da escravidão, também levantava questionamentos sobre a liberdade dos indivíduos impactados por suas disposições.

As tutelas, inicialmente concebidas para administrar os bens de crianças até a maioridade, adquiriu uma nova dimensão ao abranger filhos de escravizadas. A análise das fontes revela que, mesmo após a Lei do Ventre Livre, as tutelas persistiram como um instrumento de controle social. Os motivos que levavam à tutela eram variados, evidenciando a complexidade dessas relações. Dessa maneira, a análise das tutelas em Sant'Anna do Livramento na segunda metade do século XIX aponta para estratégias senhoriais que visavam não apenas à manutenção do controle sobre a mão de obra, mas também à preservação de relações de poder e econômicas estabelecidas ao longo do século XIX.

Fontes

Fontes Impressas

APERS, Vara da Família, Sant'Anna do Livramento, Curatelas, Prestação de contas tutelares, anos 1859-1916, Maço 50, Estante 13.

Lei de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <LIM2040 (planalto.gov.br)>

PATROCÍNIO, José do. Cativeiro dissimulado. Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1888, n°117, p. 1. Disponível em: < Cidade do Rio (RJ) - 1887 a 1902 - DocReader Web (bn.br)>. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

Referências

BERNARDO, Maria Eloah. Tutela para órfãos? O papel da tutela como meio de garantir controle sobre a mão de obra dos ingênuos - Piraí 1880. **Anais do 20° Encontro de História da ANPUH-Rio**, Rio de Janeiro, 2022, p. 1-9.

CARDOZO, José Carlos da Silva. A tutela dos filhos de escravas em Porto Alegre. **Revista Latino-Americana de História**, Vol. 1, n°. 3 – Março de 2012 Edição Especial – Lugares da História do Trabalho, p. 1-11.

CARDOZO, José Carlos da Silva. O juízo dos órfãos e a tutela de menores. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol 15, n° 395, 15 de março de 2012.

DE SIQUEIRA, Ana Paula Pruner. Tutela: solidariedade aos menores ou mão de obra alternativa?. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal-RN, julho de 2013, p. 1-17.

DOS SANTOS, Cláudia Regina Andrade; URRUZOLA, Patricia. Processos de tutela e suas possibilidades de estudo sobre a família ex-escrava. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 269-289, jan./jun. 2017 – p. 269.

MIRANDA, Bruno da Fonseca. **O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871**. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 172-180.

MIRANDA, Bruno. A Lei do Ventre Livre e a administração do tempo histórico no Império do Brasil. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, vol. 31, 2023, p. 1-31.

OLIVEIRA, Daniel de. "Torna-se um cativeiro forçado": Relações de trabalho e experiência cativa antes e depois de 13 de maio de 1888 (Bananeiras 1871-1888). v. 17, n. 1, 2016. **XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**.

RANGEL, Alan Wruck. Tutela e Trabalho de Menores Libertos em Período de Transição (1871-1886). **Dossiê História e Cultura Jurídica nos Oitocentos e Pós-Abolição, RDP**, Brasília, Vol. 19, n° 101, p.151-176, jan-mar. 2022.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. A legislação de 1871, o judiciário e a tutela de ingênuos na cidade de Taubaté. **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2002.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Crias de ventre livre: tutelas de ingênuos em um município sul-rio-grandense na última década do escravismo. **X Encontro Estadual de História - ANPUH-RS**, Santa Maria-RS, julho de 2010.

ZERO, Arethuza Helena. "Ingênuos, libertos, órfãos e a Lei do Ventre Livre". **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas** [Proceedings of the 5th Brazilian Congress of Economic History and the 6th International Co 076, ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (Brazilian Economic History Society).

Emancipações e pós-abolição

UM QUILOMBO NO MATÃO: REFLEXÕES SOBRE UMA PESQUISA COM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA SERRANA

Acácio Garcez Carneiro[1]

> Sobrevindo a abolição da escravatura, muitos negros, sobretudo de certa idade, continuaram na fazenda como peães. Muitos tornaram-se independentes, constituindo família, passando a morar nas terras de posses dos fazendeiros na serra. Poucos conseguiram firmar-se economicamente. A maioria caiu na marginalização, emigrando para as cidades (Barbosa, 1978, p. 121).

O trecho acima é parte da obra *Vacaria dos Pinhais*, livro sobre a história de Vacaria escrito por Fidélis Barbosa, importante memorialista da região. A obra, apesar de datada, segue sendo uma das mais importantes referências sobre a história de Vacaria e dos Campos de Cima da Serra.[2]

A citação é parte do capítulo "Os Escravos", aonde Barbosa fala sobre a escravidão na cidade. Uma página foi suficiente para o autor, que finaliza com o trecho citado, onde afirma que após a abolição, as pessoas

1 Mestrando em História pela UFRGS, com orientação da Profª Drª Melina Kleinert Perussatto. Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/9811811216468406. E-mail: acaciogarcezc@outlook.com.br

2 Entende-se os Campos de Cima da Serra como a região de campos com araucárias situada nas áreas de altitude do nordeste do Rio Grande do Sul. Consiste nos municípios de Lagoa Vermelha, Capão Bonito do Sul, Pinhal da Serra, Esmeralda, Muitos Capões, André da Rocha, Vacaria, Campestre da Serra, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Bom Jesus, São José dos Ausentes, Cambará do Sul, Jaquirana e São Francisco de Paula.

libertas foram fadadas a uma vida de dependência ou de privações. Seja como dependentes de fazendeiros, seja como marginais da cidade, essas pessoas acabaram em situações de vulnerabilidade social, com poucos tendo alguma estabilidade econômica.

Apesar de não haver referências na obra, é perceptível que a análise de Barbosa é baseada na clássica interpretação de Fernando Henrique Cardoso (2003, p.323), o qual analisa o Rio Grande do Sul e afirma que, devido à brutalidade da escravidão, as pessoas negras teriam adquirido e vivido em uma "anomia social", ou seja, sem expectativas, sem agência individual e quase que eternas dependentes de algum senhor.

Por mais que a tese de Cardoso[3] tenha sido durante muito tempo considerada uma máxima absoluta, os estudos sobre o Pós-Abolição como problema histórico desde os anos 1990 (Rios; Mattos, 2004, p.170), têm mostrado que a situação foi muito diferente. Passou-se a entender que as comunidades negras tinham diferentes formas de "construir", "vivenciar", "enxergar" a liberdade que fora conquistada, fazendo com que a anomia fosse deixada de lado em prol da efetiva agência histórica. Donos e donas de seus próprios destinos, a população liberta desenvolveu diferentes estratégias para a construção da cidadania e da vida em liberdade na nascente República do Brasil (Rios; Mattos, 2004, p. 192).

O presente trabalho consiste em uma apresentação e algumas reflexões sobre a pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, com o título provisório de "Um Quilombo no Matão: historicidade de uma comunidade remanescente de quilombo na Serra Gaúcha (Muitos Capões/RS)".

Dentre os objetivos, busca-se por meio da análise histórica desta comunidade, romper com o senso comum que ainda prevalece na história local[4] sobre uma suposta anomia da população negra. Exemplo disso se encontra no livro de Cláudio Damin (2023), doutor em ciência política

3 Apesar de a ideia da anomia negra ter sido desenvolvida por Florestan Fernandes, referenciamos Fernando Henrique Cardoso por seu estudo focado no Rio Grande do Sul.

4 Tomamos como base diversas obras produzidas por memorialistas da região dos Campos de Cima da Serra desde os anos 1950, além dos anais dos encontros Raízes.

pela UFRGS mas que em obra recente acaba dando continuidade às afirmações de Fidélis Barbosa, como se percebe no seguinte trecho:

> Os Negros do Pinheiro Grosso, nesse contexto, eram um grupo de ex-escravizados que atuaram na guerra sob o comando de um dos principais federalistas de Vacaria. Eram, pois, indivíduos subalternos a um membro da elite vacariana, o que demonstra que a Lei Áurea não produziu seus efeitos esperados, já que os libertos não se tornaram efetivamente assalariados. Eles foram incorporados ao trabalho nas mesmas fazendas da região, vivendo como peões ou, ainda, agregados e quase que completamente dependentes de seus ex-donos (Damin, 2023, p. 254).

A obra de Damin discorre sobre a Revolução Federalista e seus desdobramentos nos Campos de Cima da Serra, em especial ao redor de Vacaria e Lagoa Vermelha. Analisando um suposto piquete formado por soldados negros durante a revolta, o autor conclui que estes homens eram "quase que completamente dependentes de seus ex- donos", caminhando assim em direção à ideia de dependência e anomia.

Todavia, ainda em 2008 Rodrigo Weimer, na sua dissertação, analisou as relações raciais na Federalista em São Francisco de Paula e entendeu que, mesmo quando um liberto voltava e lutava pelo seu senhor, isso era decorrente de uma decisão sua (2008, p. 231). Decisão que poderia ter vários fatores, desde um real sentimento de gratidão, até o entendimento de que tal serviço poderia lhe trazer benefícios futuros. Isso sem falar é claro, de inúmeros casos de pessoas negras que preferiram se abster do conflito, ou de explorar as vantagens dos dois lados (Weimer, 2008, p. 235-236).

De qualquer forma, mesmo com 15 anos separando a dissertação de Rodrigo Weimer e o livro de Cláudio Damin, percebe-se que a anomia segue prevalecendo na história local dos Campos de Cima da Serra. Para citar mais dois exemplos, temos o livro de memórias de José Antônio de Andrade[5] (2023), aonde o autor conta a história da "Negra da bisavó", mulher negra que foi acolhida por sua bisavó quando era criança e cresceu com a família, ocupando espaços subalternizados e de serviços domésticos (Andrade, 2023, p. 61-67). O autor chega a escrever aberrações como a do seguinte trecho:

5 José Andrade é um jornalista e escritor de Lagoa Vermelha.

> **Nossa Negra** era uma pessoa de alma nobre, bom coração e muita coragem e trabalho. A vida a ensinou desde cedo que, para viver e retribuir o bem que recebeu, precisaria trabalhar muito, do nascer ao pôr do sol, durante toda a sua vida. (Andrade, 2023, p.66. Grifos nossos)

Faltam palavras que possam explicar os significados dessas linhas. O uso por Andrade da expressão grifada "nossa negra", tem, para o autor, a intenção de indicar "afeto". Tratar a Negra como uma pessoa da família. E por tal honra, ela deveria trabalhar todos os dias, de sol a sol. Isso foi escrito em 2023. Um texto extremamente paternalista, inclusive legitimando um trabalho análogo à escravidão.

Da mesma forma, no evento Raízes[6] de André da Rocha, organizado por Vera Maciel Barroso e cujos anais foram publicados em 2020, temos uma comunicação do senhor Airo Ávila Jacques (2020, p. 244-245), relatando a história de João Justino dos Santos, ou "Pae João". Esse homem era um negro que chegou em André da Rocha por volta de 1936. Ele é retratado como uma pessoa sem instrução e que estava sempre trabalhando para alguém mesmo que em condições insalubres, como no caso aonde João se encontrava com os pés descalços sobre o campo com geada. Em nenhum momento o autor pensa no sofrimento de João, muito pelo contrário: exalta-o como uma pessoa "extraordinária", justamente por ser um trabalhador fiel e dedicado. Situação semelhante à da Negra da Bisavó de José Andrade. Esse entendimento se assemelha àquilo que os governantes rio-grandenses pensaram nos anos de 1880, onde a mobilidade espacial e social dos libertos poderia ser um problema porque poderia romper a estrutura de exploração do trabalho e a ordem social dominada pelos brancos (Rosa, 2014, p. 81). Pae João era "extraordinário", porque não ameaçava a ordem de André da Rocha. Ou ao menos é isso que a história local tenta inscrever na Memória.

Esses três exemplos de história local, produzidos nos últimos quatro anos, deixam claro que os Campos de Cima da Serra ainda estão presos à ideia de que a população negra no pós-abolição seguiu dependente de algum senhor branco. Nos casos "extraordinários" como o de Pae João, ou nas demonstrações de "afeto" como as da Negra, vê-se que o

6 O evento *Raízes* consiste em uma reunião dos "municípios originários de Santo Antônio da Patrulha". Realizado anualmente em alguma cidade da região nordeste do Rio Grande do Sul, traz a participação das mais diversas pessoas, apresentando trabalhos, estudos e falas sobre a história da cidade e as tradições culturais do local.

racismo segue vivo. Como Clóvis Moura (2021, p. 64) destacou, o negro foi representado como um "mau-cidadão" sempre que buscava fugir da subalternidade. Pessoas que foram de encontro às estruturas de exclusão e de dominação, ameaçando os poderes da elite branca, rapidamente foram punidas e marginalizadas. Pae João e a Negra representam a imagem dessas pessoas subservientes, que trabalhavam sem reclamar, sem pestanejar.

Por mais que a história local siga tentando construir uma Memória de que a escravidão possa ter sido branda, ou de que as pessoas libertas tenham sido anômicas, a existência da comunidade quilombola Mato Grande, no município de Muitos Capões, defronta essas ideias. Afinal, como uma comunidade assim pode surgir, se todos estavam "dependentes" de algum senhor? Não é possível que essas pessoas tenham buscado construir sua liberdade, livres de tal pressão? Esse é o cerne do problema histórico que a pesquisa busca discutir.

O Matão

A comunidade remanescente de quilombo Mato Grande, chamada pelos moradores de Matão, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2016 (Diário Oficial da União, 2016, s/p). Desde então, a única referência disponível sobre a comunidade consiste em uma matéria do jornal *O Pioneiro*, de Caxias do Sul (Andrade, 2019), onde é relatado que as terras do quilombo foram doadas pelos fazendeiros da região para os seus libertos.

A pesquisa almeja trabalhar com processos judiciais, documentos eclesiásticos e, principalmente, a história oral, para refazer os rastros inscritos no passado da comunidade (Ricoeur, 2007, p. 156) e assim, reconstituir a historicidade do local.

Alguns importantes trabalhos com comunidades quilombolas atuam como referências e como fontes de diálogo histórico. A tese de Rodrigo Weimer (2013) tem um lugar central. Trabalhando com a comunidade de Morro Alto, no litoral norte[7] gaúcho, Weimer reconstitui a trajetória familiar da "gente de Felisberta", desde meados de 1800 até o presente. Mais do que isso, o autor refletiu sobre como a memória

7 Municípios de Maquiné e Osório.

da comunidade constitui sua consciência histórica, principalmente pela transmissão familiar e geracional num sentimento de "herança" (2013, p.423). Dialogando com entrevistas e documentos, Weimer identificou dissonâncias e conflitos entre a história e a memória, mas foi justamente nesses espaços que ele identificou as relações de dominação e resistência que dão sentido ao passado da comunidade (2013, p. 81).

A dissertação de Maria do Carmo Aguilar (2010) também contribui enormemente para a discussão. Trabalhando com a comunidade de Rincão dos Caixões no município de Jacuizinho, região centro-norte do Rio Grande do Sul, a autora identificou a existência de relações diversas entre as pessoas negras e os fazendeiros da região. Casos de itinerância (Aguilar, 2010, p. 171), de trabalho como agregados (Aguilar, 2010, p. 155) e até de estabilidade familiar (Aguilar, 2010, p. 173) foram identificados por todo o território, evidenciando a heterogeneidade de caminhos, experiências e relações existentes entre a comunidade negra e os vizinhos.

Mais próximo geograficamente do Mato Grande, situam-se as comunidades de Arvinha e Mormaça, ambas localizadas em Sertão - região norte do Rio Grande do Sul. Em uma região de intensa imigração europeia no início dos 1900, as comunidades surgiram porque nesse espaço vivia uma família alforriada, cuja propriedade passou a ser uma espécie de abrigo para as pessoas negras da região após a abolição (Santos, 2009, p.137). As terras foram passando pelas gerações das famílias, sofrendo constante pressão e disputa com os colonos da região. Atualmente, ambas se encontram com processos no INCRA, de modo a consolidar a posse da terra e ter a garantia da proteção de seus direitos contra a expansão fundiária (Oliveira, 2019, p. 87). Essas duas comunidades servem como uma referência para o Matão, pois a comunidade também pode ter tido um papel chave como um espaço de abrigo e refúgio de pessoas negras, marginalizadas e racializadas[8] (como a Negra e o Pae João).

8 Existe um vídeo popular em Lagoa Vermelha aonde um senhor de 80 anos, Adelchi Bossardi, fala sobre os tempos de outrora no distrito de Clemente Argolo. No vídeo, ele afirma que eram proibidos negros na cidade, os quais iam morar em uma "vila dos negros". Não podemos fazer afirmações agora, mas pode indicar se tratar do Mato Grande, considerando a proximidade de Lagoa Vermelha e Muitos Capões. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sxyQaWJ0L8s. Acesso em 28 de setembro de 2024. Fala sobre a segregação a partir do minuto 14:12.

Saindo um pouco do Rio Grande do Sul, encontramos a comunidade quilombola de Invernada dos Negros, situada entre os municípios de Campos Novos e Abdon Batista, Santa Catarina. A geografia e o contexto econômico-social é o que mais se aproxima de Muitos Capões e do Matão, sendo uma região forrada por coxilhas, matas de araucária e estâncias pecuaristas (Mombelli; Bento, 2006, p. 108-115). O relatório antropológico servirá como uma excelente referência e um embasamento para se pensar as relações sociais nos campos sulinos.

Por fim, a tese de Carolina Pazos Pereira (2022) com as comunidades quilombolas de Morro do Chapéu, no sertão da Bahia, contribui como um excelente trabalho de história oral e reconstituição da historicidade quilombola, através da leitura e análise das relações raciais e de trabalho que constituem a identidade dos moradores (Pereira, 2022, p. 258). O espaço agrário e racializado também compartilha semelhanças com Muitos Capões, o que indubitavelmente contribuirá para refletir sobre as experiências negras nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul.

Além do diálogo com essas cinco pesquisas históricas, convém também elucidar alguns dos principais conceitos utilizados no trabalho com comunidades quilombolas.

Experiência é talvez o conceito central. Utilizado conforme Edward P. Thompson (1981, p. 16), a experiência thompsoniana permite que se reflita sobre os processos vivenciados pelas pessoas e que orientaram as suas decisões. Pela perspectiva social, as estruturas são vivenciadas pelas pessoas e contribuem para a formação de sua identidade e para as suas perspectivas. Mais importante, contribui para que nós, como historiadores e historiadoras, analisemos a agência histórica das pessoas que estudamos e como a sua cidadania foi construída e vislumbrada, princípio tão caro aos estudos do Pós-Abolição (Perussatto, 2018, p. 25).

Identidade e raça, por sua vez, são dois conceitos que constantemente interagem quando se estuda com quilombos. Isso porque a identidade quilombola é algo particular e que ainda está em construção no Matão.[9]

Nos anos 1970 e 1980, a ideia de uma identidade quilombola começa a ser gestada por intelectuais como Abdias do Nascimento (2019) e Beatriz

9 Foi-nos dito por Janaína Silva, uma das lideranças da comunidade, que o Mato Grande ainda não está com a Associação formalmente constituída devido a divergências internas.

Nascimento (2018), ambos utilizando a ideia do quilombo histórico (Yabeta; Gomes, 2013, p. 102) como um elemento de construção da identidade negra que desse força para as lutas sociais e raciais do período.

Com a Constituição Federal de 1988, os quilombos passaram a ser ressignificados, uma vez que a Carta passa a ter um dispositivo que discorre sobre as terras quilombolas e sua titulação (Oliveira, 2019, p. 42). Sai-se assim da ideia do quilombo histórico e passando a se tratar de qualquer espaço ocupado por pessoas negras, escravizadas ou libertas (O'Dwyer, 2002, p. 18). Com isso, houve um importante movimento de identificação de terras quilombolas e de pessoas como quilombolas. Um termo durante tanto tempo estigmatizado, passa a significar um pertencimento, o orgulho por uma luta (Arruti, 2008, p. 340). O quilombismo de Abdias e Beatriz passa a dar os seus frutos.

A identidade é formada nas fronteiras étnicas, quando um grupo se confronta com o Outro, existindo elementos de diferenciação que provocam a necessidade de se identificar como diferente (Barth, 2000, p. 26). Nas comunidades quilombolas, além da questão da terra, há a questão da raça. No final do século XIX e início do XX, a raça era entendida por uma perspectiva biológica, onde se atribuiu essencialismos a um grupo populacional por conta da sua genética racial (Monsma, 2016, p. 45). Essa perspectiva não é mais utilizada, mas as humanidades seguem com o conceito de raça por um olhar social, de construção de identidades e de espacialidades.

É a questão do racismo e dos processos de racialização. O artigo de Thomas Holt (1995, p. 8) sobre *marking* traz algumas reflexões sobre como a raça é vivenciada, como a experiência do *everyday* marcada no corpo é o que faz com que a pessoa se perceba como negra. Em consonância se tem os processos de racialização, onde a estrutura racista não apenas busca inferiorizar um grupo racial por meio de alegações essencialistas, mas também se usa de violências simbólicas e dos poderes político-sociais para se tentar marginalizar e tentar manter uma subserviência do grupo (Monsma, 2016, p. 49-50).

A identidade quilombola é, então, uma identidade racializada. Mas diferente da racialização que oprime, é a racialização da resistência. Analisar a historicidade do Mato Grande e os processos de formação da identidade quilombola irão permitir reflexões sobre os processos de

racialização nos Campos de Cima da Serra. Para além da figura do negro extraordinário de Pae João, ou da Negra da Bisavó, quais processos de resistência a essa racialização opressora foram experienciados e vivenciados pelo Matão?

As respostas a tais questionamentos serão buscadas nas fontes. O uso de documentos eclesiásticos e cartorários é fundamental para traçar as trajetórias individuais e familiares dos moradores do Matão. A microhistória é importante para essa investigação, uma vez que o método onomástico (Ginzburg, 1989, p. 173) nos leva aos caminhos trilhados pelas pessoas. Nascimentos, casamentos, óbitos, batismos, toda a articulação dessa papelada burocrática é fundamental para que nossa análise seja centrada na pessoa, no agente histórico (Karsburg, 2015, p. 42).

De modo a garantir a objetividade da pesquisa, optou-se por seguir a trajetória de uma família específica: a família Guilherme da Silva.[10] Com o casal Virgínia e José, nascidos provavelmente na década de 1840, até Juventina e Terezinha, com seus 60 e 70 anos de idade, será possível realizar uma análise microhistórica de longa duração e transgeracional, criando um cenário rico para se pensar permanências, rupturas, experiências e expectativas (Weimer, 2013, p. 29). A imagem 1 nos mostra a linhagem genealógica até meados dos 1940, quando nasce a geração anterior a de Juventina e Terezinha.

10 As entrevistas com a comunidade levaram à informação de que tudo aquilo era "terra do Maximiano". A partir daí buscamos registros de Maximiano e de sua parentela.

Figura 1: descendentes de Maximiano Guilherme da Silva.

Fonte: acervo do autor, a partir de documentos civis encontrados no site *Family Search*.

Pelo que foi pesquisado até o momento, o Mato Grande deve sua existência a Maximiano Guilherme da Silva, filhos do casal José e Virgínia. A sua figura é por si só bastante intrigante, pois os moradores recordam que as terras eram dele, ao passo em as fontes consultadas mostram divergências sobre sua cor. Em 1933, quando processado por um crime ocorrido na comunidade, Maximiano é tratado pelos agentes judiciais como "preto" (APERS, 1933, p. 12 e p. 53), sendo inclusive chamado pelo sub-intendente do distrito como "negro velho" (APERS, 1933, p. 21). Todavia, na sua certidão de óbito, seu sobrinho teria comunicado ao escrivão do cartório que Maximiano tinha a cor branca (s/d, p. 69). Evidencia-se aqui a existência de uma tensão racial e da tentativa de atribuir significados e marcações a Maximiano, tendo a cor da pele como elemento central.

Além do método onomástico, a microhistória utiliza o método do jogo de escalas (Revel, 1998) como uma forma de fazer o diálogo entre o contexto micro, das pessoas estudadas, com o contexto macro, das estruturas e da sociedade em que elas estão inseridas. Esse jogo permite com que seja possível pensar nas estratégias utilizadas pelas pessoas e

como isso foi manejado em meio a situações do período. Identificar esse "excepcional normal" (Ginzburg, 1989) é mais uma forma de romper o senso comum da anomia, uma vez que Maximiano e seus parentes eram pessoas comuns. Fugindo da ideia de "dependência dos senhores" (Barbosa, 1978, p. 121), esse caso "excepcional" pode mostrar o quão comum deve ter sido a construção da vida livre da subserviência, ou ao menos com a existência de interesses e objetivos pessoais por trás dessa relação.

Por fim, destacamos a existência de processos judiciais de medição (APERS, 1925) e de partilha (APERS, 1882) envolvendo os Guilherme da Silva. Como apontado por Arlene Foletto (2012, p. 46), esses são processos muito ricos para se pensar nas disputas, conflitos e alianças entre as pessoas. A leitura das medições e a participação de Maximiano nesse processo, podem elucidar não apenas como a comunidade adquiriu a posse da terra, mas também como se inseriram nas malhas judiciais e da sociedade capoense do início do século XX.

A Memória

A discussão e os estudos sobre memória têm lugar privilegiado na pesquisa, razão pela qual se digna dedicar uma sessão apenas para essa temática. Principalmente porque utilizamos a história oral como uma das metodologias de análise e produção de fontes.

Como dito por Marieta Ferreira e Janaína Amado (2006, p. XIV), a história oral permite que pessoas de grupos marginalizados que via de regra não podem registrar em documentos suas memórias e sua história, podem ser ouvidas e contribuir para um olhar mais amplo acerca dos eventos e das conjunturas históricas. Muito da anomia e da invisibilização da presença negra nos Campos de Cima da Serra decorre do fato de que a escrita da história tem sido feita por pessoas da elite, normalmente branca.[11] Ainda que o encontro *Raízes* seja um pouco mais democrático, ainda se vê que esse espaço é ocupado majoritariamente pelos mesmos homens brancos de sempre (Trapp, 2021, p. 3).

Trabalhar com a história oral permite trabalhar com uma outra história. Com outras histórias. Com outras formas de ver o passado e de

11 Os já citados Cláudio Damin, José Andrade e Fidélis Barbosa – todos de Lagoa Vermelha – por exemplo, são homens brancos.

representa-lo no presente. Com outras Memórias (Benedetti, 2022, p. 96). Porque esse é justamente o grande destaque, a grande diferença da história oral e da memória: elas

> [...] contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos [...] mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos (Portelli, 1997b, p. 31).

A memória está sempre presentificada, porque ela traz um passado compreendido pelas demandas do agora (Ricoeur, 2007, p. 502). Com comunidades quilombolas, a memória é efetivamente aquilo que constrói a consciência histórica (Weimer, 2013, p. 424), é aquilo que cria a identidade e orienta as lutas do hoje e do amanhã. A Memória chega aonde a História acadêmica receia tatear, que são as lutas sociais, os direitos políticos, as utopias. E mais ainda, o quilombo é puramente memória coletiva, como a memória que é vivida e construída coletivamente, mas que só possui significado quando compartilhada com os outros (Halbwachs, 2006, p. 39-41).

Através da história oral, podemos visitar esse mundo da memória, devendo sempre ter a humildade e a capacidade de entender que se trata da representação de uma comunidade que não a nossa. Entender que o Outro é diferente e essas particularidades devem ser respeitadas (Rodeghero, 2024, p. 34-37).

Com o Matão, temos a figura central de Janaína, moradora da comunidade e uma das pessoas à frente da Associação Quilombola. É pela sua mediação que as entrevistas estão sendo realizadas no quilombo, sempre com a sua presença, que participa ativamente com suas próprias perguntas e questionamentos. Afinal, ela também está participando e realizando uma visita à memória de sua gente.

Temos a pretensão de reunir ao menos dez entrevistas, todas pela ideia de entrevistas de histórias de vida (Meihy, 2020, p. 36-38). Com um questionário comum formulado para se ter uma base de perguntas, as entrevistas são conduzidas como uma conversa, aonde os moradores relatam suas experiências na comunidade, suas trajetórias, suas percepções sobre as mudanças, sobre o ontem e o amanhã. A partir da conversa, novos assuntos podem ir surgindo. Temas sensíveis, como casos de

racismo vivenciados, não são levantados pelo entrevistador, ainda que já tenham aparecido de forma espontânea em alguns casos.

Memória e história não são rivais, nem uma submissa a outra, como foi entendido por Le Goff (1990, p. 43). São irmãs que se complementam, com suas esferas de atuação e de análise. As entrevistas utilizadas na dissertação deverão ajudar a montar um mosaico da memória, de modo a entender como a comunidade quilombola é parte da história dos Campos de Cima da Serra. Como ela é capaz de disputar a memória hegemônica (Traverso, 2007, p. 48) e mostrar a presença e a importância das pessoas negras, das suas agências históricas, na construção dessa região.

Um dos trabalhos pilares na relação de memória e quilombos, é *Memórias do Cativeiro*, de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005). Já nas primeiras páginas há a reflexão – e a indignação – sobre como a memória dos últimos libertos foi ignorada. Foi deixada de ser registrada em entrevistas, em falas. Sobre como a Academia errou em ignorar e esquecer as vozes dessas pessoas (Rios; Mattos, 2005, p. 30). De todo modo, as autoras reuniram dezenas de entrevistas sobre a experiência e a construção da liberdade no pós-abolição, sobre como esses dois elementos eram compreendidos, representados e vivenciados pelas pessoas, por meio da sua memória.

Pelas entrevistas também é possível pensar sobre as representações e relações com o ambiente, com a paisagem. A história ambiental se faz presente, ao buscar pensar nas interações da comunidade com o espaço em que vivem (Worster, 1991, p. 10). Como pontuado por José Pádua e Alessandra Carvalho (2020, p. 1335), há uma necessidade de estudos com comunidades quilombolas que tenham uma perspectiva ambiental. Isso é intrigante, pois o conceito de territorialidade (O'Dwyer, 2002, p. 24) é central para o estudo dos quilombos, mas as análises normalmente acabam com perspectivas da antropologia.

Nossa pesquisa se propõe a pensar também na relação ambiental, principalmente nos usos e interações produtivas com o solo. Como muitas comunidades rurais, o Matão é um espaço camponês. De um campesinato negro mais especificamente (Rios; Mattos, 2005, p. 221). As entrevistas realizadas até o momento nos falam sobre como a vida era baseada na subsistência, no trabalho familiar nas lavouras da comunidade, com esporádicos trabalhos como "serviços gerais"

para os fazendeiros da região. Na contemporaneidade, muitos dos moradores trabalham nas firmas de Muitos Capões, principalmente de maçã[12], também como serviços gerais.

Essas mudanças produtivas também impactam a forma de pensar e enxergar o meio-ambiente. Mais do que um território ancestral, a terra tem também significados afetivos quando se trabalha nela. Mais ainda quando se vive nela e se experiência mudanças na paisagem (Thomas, 2010, p.309). Por meio das entrevistas e da memória coletiva, pode se analisar o quanto os processos econômicos e produtivos de exploração foram transformados, justificados, resistidos e adaptados pela comunidade. E como que o ambiente natural se localiza em todo esse contexto.

Como foi tantas vezes dito por Antônio Bispo dos Santos (2023), quilombos possuem uma forma diferente de se relacionar com a terra. Não apenas ancestral, mas de harmonia. De confluências. De (des) aprendizados. A memória do Mato Grande, como a única comunidade quilombola da serra, além de mostrar sobre como a liberdade foi construída, talvez possa mostrar uma outra forma de se viver com o ambiente.

O Presente

Por fim, este texto se destinou a fazer algumas reflexões e apontamentos sobre a pesquisa de mestrado apresentada em comunicação oral no XVII Encontro Estadual da ANPUH-RS.

Mais do que uma simples pesquisa para obter uma titulação, o trabalho tem um viés político-social. O Mato Grande, apesar de ter seu reconhecimento em 2016, não possui processos no INCRA e sequer possui uma associação quilombola reconhecida e legalizada. Algumas questões surgiram entre a comunidade e com os vizinhos, dificultando o processo.

Por mais que a memória da comunidade seja o suficiente para construir a sua consciência histórica, a divisão e as disputas existentes no Mato Grande tem provocado rupturas e conflitos. Mais ainda, o

12 Vacaria e Muitos Capões contam com alguns dos maiores pomares de maçã do Brasil, sendo a região grande fornecedora desse alimento.

aumento nos casos de câncer[13] também é alarmante, tendo inclusive algumas pessoas que participaram na elaboração da pesquisa falecido durante os trabalhos em decorrência da doença.

Memória e história não devem conflitar, mas sim se mesclar, se transformar, se auxiliar. A construção narrativa da historicidade da comunidade não se propõe a tornar "verdadeira" a memória ou querer se legitimar sobre essa. Pelo contrário, o exercício de pesquisa em conjunto com a comunidade pode – e já tem se demonstrado – ser uma forma de unir as lembranças diversas em prol da memória coletiva do matão. Em prol da construção da identidade quilombola do Mato Grande.

O resultado pode não ser utilizado como argumento em um possível futuro relatório antropológico para a titulação das terras, mas se permitir que a comunidade, junto do pesquisador e da Universidade, trabalhe em conjunto para consolidar uma memória que enfrente a Memória Oficial – que lembra apenas da anomia de Negras da Bisavó ou de Paes João – então terá cumprido o seu papel.

Referências

AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. **Famílias negras no Planalto Médio do Rio Grande do Sul (1940-1960)**: terra, migração e relações familiares. Dissertação (Mestre em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012, 202p.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Maria Antonieta. Apresentação. In: **Usos e abusos da História Oral**. 8a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.VII-XXV.

ANDRADE, Andrei. **Viver e morrer no "Matão":** Heranças da escravidão em uma comunidade quilombola na Serra. Portal GZH, 2019. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/noticia/2019/08/viver-e-morrer- no-matao-herancas-da-escravidao-em-uma-comunidade-quilombola-na-serra- 11102074.html. Acesso em 29 de setembro de 2024.

ANDRADE, José Antônio de. **O Tesouro da Lagoa e outros contos**. Volume II. Porto Alegre: Alternativa, 2023.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. (Org.). **Raça**: perspectivas antropológicas. Salvador: Edufba, 2008, p.315-350.

13 As macieiras da região utilizam intensas quantidades de agrotóxicos. Não existe comprovação da ligação direta entre isso e os casos de câncer, mas é interessante observar a coincidência.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Vacaria dos Pinhais**. Caxias do Sul: Editora da UCS, 1978.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BENEDETTI, Adriane Cristina. Narrativas insurgentes: a história sob o ponto de vista quilombola. **História Oral**, v.25, n.2, p.85-102, jul/dez 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTIDÃO DE ÓBITO DE MAXIMIANO. **Registros de** óbitos **do 7º Distrito de Vacaria.** Talão de Óbitos nº2, s/d. P.65. Disponível em: https://www.familysearch.org/search/ark:/61903/3:1:33S7-81RT- SR87?view=index&action=view. Acesso em 29 de setembro de 2024.

DAMIN, Cláudio Júnior. **1893:** sangue na Lagoa Vermelha. 2ª edição. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2023.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 20 de maio de 2016. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/116274154/dou-secao-1-20-05-2016-pg- 9/pdfView. Acesso em 29 de setembro de 2024.

FOLETTO, Arlene Guimarães. **No rodeio das relações**: três trajetórias de famílias abastadas no Oeste da província do Rio Grande de São Pedro (segunda metade dos oitocentos). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012, 420p.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertand, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLT, Thomas. Marking: Race, Race-making, and the Writing of History. **The American Historical Review**, v. 100, n. 1, fev. 1995, p 1-20.

JACQUES, Airo Ávila. Síntese biográfica de João Justino dos Santos: vulgo "Pae João". In: BARROSO, Vera Lúcia (org). **Raízes de André da Rocha**. Porto Alegre: Evangrag, 2020.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre De Oliveira; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luís Augusto Ebling (orgs). **Micro-história, trajetórias e imigração.** São Leopoldo: Óikos, 2015, p.32-52.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MEIHY, José Carlos S.B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

MOMBELLI, Raquel; BENTO, José. Invernada dos Negros. **Boletim Informativo NUER/ Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas**. v.3, n.3- Florianópolis, 2006, p.19-130.

MONSMA, Karl. **A Reprodução do Racismo:** fazendeiros, negros e imigrantes no Oeste Paulista, 1880-1914. São Carlos: EDUFSCar, 2016.

MOURA, Clóvis. Cidadão repelido. In: **O Negro:** de bom-escravo a mau-cidadão. São Paulo: Dandara, 2021, p.45-74.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: Documentos de uma militância Pan-Africanista. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual:** possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Áxsel Batistella. **"Terras de negro":** caminho entre o Direito consuetudinário e o Direito Constitucional sobre a propriedade. Dissertação (Mestre em História). Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2019, 111p.

PÁDUA José A.; CARVALHO, Alessandra. I. de. A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **Hist. cienc. saúde- Manguinhos**, vol.27, n.4, pp.1311-1340, 2020.

PEREIRA, Carolina Pazos. **Coração de Negro**: história oral e etnografia afro-sertaneja na Chapada Diamantina. Morro do Chapéu, Bahia. Tese (Doutorado em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2022, 291p.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da Liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892– c.1911). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, 343p.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Proj. História**, São Paulo, n.14, fev. 1997a, p. 7-24.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n.14, fev. 1997b, p.25-39.

PROCESSO DE ARROLAMENTO nº 201. Comarca de Vacaria 1878 – 1892. Maço 6. Abrangência: 28/06/1922. Dimensão: 70 P. Inventariada: Virgínia Maria Gertrudes. **APERS**. 11/08/1882.

PROCESSO CRIME Nº2934. Comarca de Vacaria 1898 – 1967. Abrangência: 11/12/1943. Dimensão: 140p. Réu: Maximiano Guilherme da Silva. **APERS.** 05/05/1933.

PROCESSO DE MEDIÇÃO nº 3805. Comarca de Vacaria 1898 – 1967. Maço 114. Abrangência: 10/10/1937. Dimensão: 236p. Requerente: Maria Teodora Cabral. **APERS.** 18/06/1925.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org). **Jogos de Escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.15-38.

RICOEUR, Paul. **A História, a Memória, o Esquecimento.** Campinas: UNICAMP, 2007.

RIOS, Ana Lugão; Hebe MATTOS. **Memórias do cativeiro**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectiva. **Topoi**, v.5, n.8, p.170-198, jan/jun 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. História oral e ética: comunidades de prática e de escuta. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; SANTHIAGO, Ricardo (org). **O Desafio do Diálogo:** reflexões sobre história oral nos 30 anos da ABHO. Rio de Janeiro: FGV, 2024.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição (1884-1918). Tese (Doutor em História).

Campinas, UNICAMP, 2014, 312p.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A Terra Dá, a Terra Quer.** São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Sherol dos. Territórios étnicos no Pós-Abolição: o caso do quilombo da Mormaça (RS). **Fronteiras**: Revista de História, vol. 11, núm. 19, 2009, pp. 127-141.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural.** Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSOM, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRAPP, Rafael Petry. Mãos negras: Beatriz Nascimento, teoria da história e historiografia brasileira. **Oficina do Historiador**, v. 14, n. 1, p. 1-14, 2021.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado, instrucciones de uso**: historia, memoria, política. Madrid: Marcial Pons, 2007.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847-tempo presente). Tese (Doutor em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2013, 497p.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da Liberdade**. Ex–escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental**. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991, p.198-215.

YABETA, Daniela; GOMES, Flávio. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). **Afro-ásia**, v.47, 79–117, 2013.

O PÓS-ABOLIÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO: OS CAMINHOS DE PESQUISA ACERCA DA ATUAÇÃO NEGRA NO CAMPO EDUCACIONAL SANTA-MARIENSE (1888-1930)

Alícia Quinhones Medeiros[1]

Este capítulo apresenta resultados da pesquisa realizada sobre as presenças e trajetórias negras no campo educacional durante as primeiras décadas do pós-Abolição, com base em estudos de casos que partem da Escola Elementar do município de Santa Maria, ao centro do estado do Rio Grande do Sul. O estudo destas trajetórias observou a importância das relações entre família, associativismo e mundos do trabalho com o campo da educação, a partir da microanálise de diversos indivíduos localizados através do método onomástico. A partir de uma variedade de fontes - tais como matrículas escolares, fotografias, testemunhos orais, registros civis-cartoriais e jornais - e de seu cruzamento, observou-se as experiências destes sujeitos para além do espaço escolar, sobretudo, através de suas famílias. Este exercício de análise destacou a importância de ampliar o estudo dos contextos em que os indivíduos protagonistas de nosso estudo circulavam e relacioná-los com sua inserção e permanência no espaço escolar.

1 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA/UFSM). Bolsista CAPES. Endereço do Currículo Lattes: < https://lattes.cnpq.br/6610037530582013 >. Orcid: < https://orcid.org/0000-0001-9249-0606 >. E-mail: aliciaquinhones@gmail.com.

Considerando isso, podemos afirmar que o indivíduo localizado por nós primeiramente no contexto escolar, possuía relações sociais e conexões complexas para além do espaço escolar, como, por exemplo, através de suas experiências em espaços de lazer, sociabilidades e nos arranjos familiares. Assim, buscaremos mostrar ao longo do texto como essas vivências podem ter influenciado as suas experiências escolares. Esta pesquisa buscou se inserir nos debates do campo de estudos sobre o pós-Abolição, sobretudo na compreensão sobre as noções de cidadania e de afirmação e conquista da liberdade em processos de emancipação e após o 13 de maio de 1888 (Mattos; Rios, 2004). Alinhado aos debates da história social da educação e dos escritos de pensadoras negras, compreendemos a sociedade em que o espaço escolar compõe, tanto como um espaço de reprodução de violências, como o sexismo e o racismo (Gonzales, 1984; Perussatto, 2021) quanto um meio possível de emancipação e de formação de solidariedades (Davis, 2016; hooks, 2017).

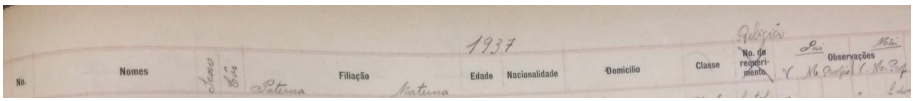
Desse modo, as trajetórias pesquisadas partiram do nome de alunas e alunos, negras e negros, matriculados (as) em diferentes níveis de ensino na Escola Elementar[2] ao longo da década de 1930. A escolha deste estabelecimento de ensino não foi aleatória. Esta escola é um dos espaços mais antigos de ensino público na região do município santa-mariense, em funcionamento na atualidade e nas mesmas dependências. Digo isto, pois a partir do trabalho da professora de História da instituição e do apoio coletivo do IEEOB, foi organizado e coordenado por esta docente, em fins dos anos 1990 e início dos 2000, um museu e um arquivo cujo objetivo foi preservar a memória e história desta instituição e de daqueles (as) que fizeram parte do "Bilac" (popularmente conhecido pela comunidade escolar), seja como funcionários (as), alunos (as), professores (as) e familiares[3]. Isto é fundamental para nossa pesquisa, pois foi a partir desta preservação documental que tivemos

2 Este estabelecimento de ensino centenário foi inaugurado em 1901 como Colégio Distrital, sito às ruas Coronel Niederauer e Conde de Porto Alegre em Santa Maria/RS. Ao longo das primeiras décadas sofreu mudanças na sua nomenclatura, passando pelos nomes, por exemplo, "Escola Complementar", "Escola Elementar", "Escola Complementar Olavo Bilac", "Escola Normal Olavo Bilac". Atualmente seu nome corresponde à "Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac".

3 Para conhecer mais sobre esta iniciativa, idealizada pela Profª Jane Becker, e suas ações, acesse o blog do Acervo Histórico do I.E.E. Olavo Bilac. Disponível em: < https://acervohstolavobilac.blogspot.com/ >. Acesso em: 29 set. de 2024.

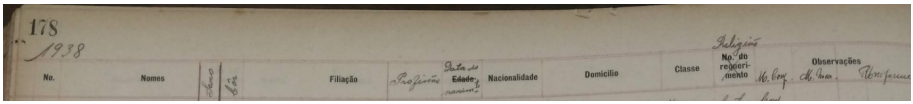
acesso à principal fonte consultada por nós. Localizamos no acervo da instituição diversos livros de matrículas de meados do século XX. Em dois livros observamos que junto às informações sobre o nome, idade, filiação e série, encontrava-se também, a designação de cor do alunado.

Imagem 1 – Fotografia ampliada da primeira página do livro de matrículas da Escola Elementar de 1937



Fonte: *Livro de Matrículas Collegio Elementar Santa Maria 1932 a 1938*. Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (AHIEEOB). Fotografia da autora.

Imagem 2 – Fotografia ampliada da primeira página do livro de matrículas da Escola Elementar de 1938



Fonte: *Livro de Matrículas Collegio Elementar Santa Maria 1932 a 1938*. Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (AHIEEOB). Fotografia da autora.

Conforme podemos observar nas duas imagens acima, haviam àquelas informações que já constavam datilografadas no livro e outras que foram adicionadas posteriormente, as quais variaram de 1937 a 1938. Na Imagem 1 as categorias escritas à mão foram: "Sexo", "Côr", Filiação "Paterna" e Filiação "Materna", "Religião", "Pai V." [Vivo] "M." [Morto] "Profis." [Profissão], "Mãe V." [Viva] "M." [Morta] "Prof." [Profissão]. Já na Imagem 2, referente à 1938, ocorreram algumas alterações - "Sexo", "Côr" e "Religião" foram mantidas -, e "Profissão" passou a referir-se a uma filiação somente, sobretudo à filiação paterna que era a mais recorrente entre os registros. As colunas sobre "Data de nascimento", "M. Confi." [Matrícula Confirmada], "M. Nova" e "Uniforme" foram adicionadas. Não localizamos nenhum registro que sinalize os motivos destas alterações. A mudança que mais nos chama a atenção é justamente o acréscimo da categoria "Côr" nas matrículas.

Durante o período de 1930 a 1945, sob o governo de Getúlio Vargas, novas concepções de nação foram elaboradas e a educação

teve papel importante nessa reestruturação política. Como principal exemplo, citamos a implementação do Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema (1934-1945), que teve seu maior período de funcionamento nos anos da ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945). Entre as ações deste ministério, que dialogam com construção da "nacionalidade" e a formação de cidadãos brasileiros e de trabalhadores, destacamos o apoio à política nacionalizante de repressão às escolas dos núcleos estrangeiros, o decreto-lei que organizou os diferentes níveis de ensino e a obrigatoriedade da educação física, do ensino cívico e dos trabalhos manuais[4].

A formação para o trabalho, o desenvolvimento físico, moral e cívico do indivíduo e a ideia de branqueamento da população brasileira (Seyferth, 1999) são temas que perpassam este contexto nos diversos âmbitos da sociedade e foram introduzidos já na educação primária e secundária (Bomeny, 1999). Podemos notar a prevalência destas atividades na escola lócus de nosso estudo, conforme mostram as fotografias presentes em um álbum escolar datado da década de 1930.

Imagem 3 – Fotografias de alunos e alunas da Escola Elementar na década de 1930.

Fonte: *Álbum de fotografia Escola Complementar 1939*. AHIEEOB. A primeira foto se refere à um desfile cívico de alunas da escola, o qual não temos informações sobre a data. A segunda imagem conforme registro na própria fotografia, diz respeito a reforma de materiais pelos alunos para "as festas farroupilhas" em 1935. Provavelmente esta atividade fazia parte da disciplina de trabalhos manuais.

4 O artigo nº 131 da Constituição Brasileira de 1937 prevê que: "a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência". Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm >. Acesso em: 29 set. de 2024.

Diante deste contexto, supomos que a anotação sobre as designações de cor dos alunos e alunas não foi uma ação arbitrária e nem dependeu somente de motivações internas de funcionários da escola. Podemos relacionar os dados sobre a cor do alunado com a preocupação do governo, sobretudo notado pelo Ministério da Educação e da Saúde, em reunir dados sobre a família e a raça dos indivíduos que frequentavam as escolas no período. Reforçamos que não encontramos informações sobre o porquê do acréscimo desta categoria nas matrículas citadas. Também não podemos afirmar se eram as famílias ou o próprio aluno e aluna que realizava sua autodeclaração, ou ainda, se o olhar de quem registrava era predominante sobre o fenótipo destes indivíduos.

Como o objetivo da pesquisa foi identificar as experiências negras no campo educacional nas primeiras décadas do pós-Abolição, a localização destas menções de pertencimento racial na documentação, sobretudo de indivíduos negros a partir das designações de cor "preta" e "mixta", foram fundamentais para explorar as possibilidades de análise destas fontes para o estudo de trajetórias negras na educação. Inclusive, citamos que fontes como as matrículas escolares, sobretudo similares a esta que analisamos, apresentam potencial para pesquisas sobre os mundos do trabalho, uma vez que fornecem informações sobre as profissões de homens e mulheres, que desempenham seus papéis enquanto responsáveis dos alunos matriculados nesta fonte[5].

Os campos de escrita da História no Brasil, como a historiografia do trabalho e da educação, por muito tempo desconsideraram a raça como fator estruturante das relações sociais, sobretudo após a abolição da escravidão. Este silêncio e o apagamento de experiências que não fossem a branca, foram basilares para a perpetuação de uma história e memória narrada a partir da branquitude e sobre brancos (Nascimento, 1974). Em estudo sobre as trajetórias negras no pós-Abolição sul-riograndense, Rodrigo Weimer (2019, p. 249) comenta que "essa incapacidade de entender "pretos" e "pardos" como sujeitos históricos além do cativeiro deve-se, não há dúvidas, ao racismo arraigado na sociedade brasileira, que também reverbera na escrita da história". A esta problemática,

5 Um exercício inicial foi elaborado por nós a partir da análise quantitativa e qualitativa das profissões de responsáveis (mães e pais) do alunado da Escola Elementar. Ver mais em: Medeiros, 2023.

tem-se como um dos fundamentos à ideia de "anomia social" legada aos indivíduos negros e negras, a "coisificação" de escravizados e o foco na extrema violência do cativeiro, que fizeram parte da historiografia da escravidão dos anos 1960 e 70 (Lara, 1995).

Como pontuado por diversos pesquisadores nas décadas subsequentes, que criticaram a teoria do "escravo-coisa" e colocaram o indivíduo escravizado, livre e liberto no centro da cena (Reis, 1986; Lara, 1988; Chalhoub, 1990), essa dicotomia não dá conta da complexidade de ser humano, e de ser uma pessoa negra em realidades que são adversas ao exercício da humanidade, pois são vivenciadas em um modelo escravista que tem como base a cor dos sujeitos, em projetos de liberdade jurídica precários (Chalhoub, 2010) e com uma abolição marcada pela inoperância de reparação histórica e pelo racismo. Concordamos com Weimer (2019, p. 250) quando o historiador menciona que ao indivíduo negro, "sua capacidade criativa, de manejo e negociação, e a pluralidade de seus destinos ficam esquecidas perante uma concepção binária, simplista e monolítica". Junto a esta noção de anomia, outro argumento utilizado por esta historiografia foi a teoria da substituição, ou seja, "com a abolição do cativeiro, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus" (Mattos; Rios, 2004, p. 170). O embranquecimento do debate sobre o trabalhador brasileiro foi problematizado, sobretudo quanto à teoria da transição do trabalho escravizado para o livre. Álvaro Nascimento (2016) em crítica a tese da transição, pontua que o trabalho livre não é algo que se inaugura com a abolição da escravidão, uma vez que o trabalhador negro não desapareceu no pós 13 de maio como a historiografia desenhou através do "paradigma da ausência"[6].

Essa ideia de completa anomia ou violência também se fez presente nos debates da historiografia sobre a educação brasileira. Ao pesquisar os sujeitos escolares, àqueles que frequentavam as aulas e escolas enquanto alunos (as), professores (as), funcionários (as), não se problematizou a ausência ou a presença de pessoas negras nestes espaços. Ao contrário, foi promovido um silêncio sobre o debate racial no âmbito da educação, seja pela supressão de sinalizar a predominância branca, como pela

6 Sobre esse debate, ver também: Negro; Gomes, 2006. Nascimento, 2016. Chalhoub; Silva, 2009.

invisibilização de indivíduos negros presentes nestes espaços. Ou ainda, quando mencionado o pertencimento racial de intelectuais, professores (as) e alunos (as) negros (as), estes tornaram-se, pela escrita de pesquisadores (as), sujeitos *excepcionais* no tempo e espaço em que estavam inseridos, isolando-os, assim, de outras experiências sociais semelhantes à sua.

Marcus Fonseca (2009, p. 31) analisou os problemas decorrentes da historiografia educacional em uma dificuldade em "incorporar a população negra em suas interpretações relativas à sociedade brasileira". Entre os principais problemas, o autor destaca a resistência por parte de pesquisadores (as) em operar a categoria raça nas pesquisas em história da educação e quando se atentavam para seus usos, ela ocupava um lugar periférico nos estudos. Conforme aponta Fonseca, algumas das justificativas para essa ausência podem ser problematizadas a partir da ideia que se construiu de que os "escravos", e em alguns lugares "os ainda que livres", foram proibidos de frequentar as escolas durante o período imperial, logo, as pessoas negras não foram à escola durante este contexto e até mesmo após a abolição[7]. Segundo o autor, essa "ideia de que o negro não foi à escola seria a versão da historiografia educacional para aquilo que Chalhoub (1990) chamou de teoria-do-escravo-coisa, que representa a desconsideração de qualquer dimensão subjetiva em relação aos negros escravizados" (Ibid., p. 49). Acrescentamos ainda que os fatores de redundância, simplificação e homogeneização das leis de instrução do Império também devem ser considerados. Uma vez que precisamos refletir sobre as particularidades temporal e espacial de cada legislação, como bem aponta Surya Barros (2016). A autora destaca que os indivíduos negros durante o período imperial eram designados como "escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos e ingênuos" e entender os significados de cada termo é fundamental para compreender a qual grupo de indivíduos as leis se referiam. Com isso, Barros (Ibid., p. 603) conclui que "[...] não é possível afirmar que negros eram proibidos nas escolas do século XIX. Mesmo a interdição a

7 Estas concepções partem da interpretação, sobretudo, das leis das províncias do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul da década de 1830. Fonte: Lei n. 1 de 1837 sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro e a *Collecção das leis provinciaes de S. Pedro do Rio Grande do Sul.* Segunda Legislatura, Porto Alegre. Reimpresso na Typ. Do Comércio. Rua da Praia, n. 24, 1845 (p. 28-31).

escravos, presente na maioria das leis e regulamentos sobre a instrução, deve ser historicizada"[8].

Felizmente, os estudos do final dos anos 1980 e 1990, que começaram a analisar as experiências negras em processos educacionais, se multiplicaram ao longo das primeiras duas décadas dos anos 2000[9]. É a partir destas problematizações e bibliografia que dialogamos na construção desta pesquisa. Junto a isso, a ausência de estudos que se preocupassem em racializar os espaços educacionais santa-mariense mobilizaram a produção desta pesquisa.

Este município está localizado a mais de 280 km da capital Porto Alegre. Ênio Grigio (2016, p. 84) pontua que, assim como outras cidades brasileiras, Santa Maria da Bocca do Monte também "nasceu sob o signo da escravidão". O censo de 1872 levanta dados que expressam a presença negra, desde indivíduos escravizados, como um elevado contingente populacional de homens e mulheres negros e negras, libertos e livres, durante o período escravista[10]. Estes dados e o fato de ter um elevado número de pessoas brancas, que perpetuavam através das relações sociais, econômicas e políticas o preconceito com base na cor, Santa Maria foi cenário de inúmeras organizações sociais fundadas por e para indivíduos negros no pós-Abolição.

Entre final do século XIX e primeiras décadas do XX, foram contabilizadas 30 organizações negras em Santa Maria (Grigio *et al*, 2020). Clubes de futebol, irmandade religiosa, jornais, centro político, clubes sociais e carnavalescos, figuram alguns dos diversos espaços de sociabilidades pensados, fundados e gerenciados por estes sujeitos. Como já foi demonstrado em diversos estudos (Carvalho, 2005; Grigio, 2016; Oliveira, 2017), a cidade era diversa quanto à raça e nacionalidade, "sendo impossível tomá-la como hegemonicamente *branca*" (Santos, 2021, p. 93). Pontuamos essas experiências, pois entendemos a

8 O debate sobre as interpretações das leis de instrução pública e sua relação com a interdição a pessoas escravizadas, ver mais em: Barros, 2016; Perussatto, 2018; Gil; Antunes, 2021.

9 Sobre o levantamento dessas produções, ver mais em: Barros, 2015; Fonseca; Barros, 2016.

10 Franciele Rocha de Oliveira (2017) analisou a distribuição racial e de condição jurídica que o censo de 1872 informa e constatou que do total populacional de Santa Maria haviam 8.258 pessoas, e destas, 1.204 eram escravizados e 7.054 eram pessoas livres. A partir disso, a autora realizou o percentual total de pessoas classificados como brancas (52%) e não livres e escravizados (48%).

importância de privilegiar "os pontos de vista de sujeitos sociais livres e sua participação ativa nos processos vividos" (Weimer, 2019, p. 252). Como também, consideramos que estas trajetórias se relacionam com a presença e atuação destes indivíduos no espaço escolar observado.

Um dos desafios colocados pelo campo de estudos sobre o pós-Abolição, refere-se a busca da menção da cor de indivíduos em fontes diversificadas. Por vezes, a análise das fontes demanda desafios ao pesquisador (a) em razão do silêncio sobre a cor e consequentemente, como colocam Mattos e Rios (2004, p. 176), "uma dificuldade geral nas pesquisas sobre a experiência histórica pós-emancipação nas Américas". Eliane Peres (2002) ao investigar os alunos que acessavam os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense nas décadas finais do século XIX na cidade de Pelotas/RS, observou que nas fontes consultadas, sobretudo as matrículas, havia "um imenso silêncio sobre a presença ou a ausência dos negros nas aulas. [...] O fato dos alunos serem negros ou brancos não está registrada em lugar algum" (Ibid., p. 124). A autora não tomou tal ausência/silêncio como sinônimo de uma homogeneidade dos sujeitos sociais. Peres problematizou que o silêncio da fonte sobre a cor não significava uma predominância do elemento branco entre o conjunto social analisado. A partir disso, a autora buscou meios alternativos para complexificar a categoria raça em sua pesquisa e a partir do cruzamento com fontes diversas, pôde constatar a atuação de indivíduos negros que eram alunos da BPP e circulavam também em espaços do associativismo negro pelotense.

O problema do silêncio sobre a cor das pessoas nas fontes foi contornado por pesquisadores/as que elaboraram outras maneiras de pesquisar e de cruzar metodologias para superar essa barreira, como a pesquisa desenvolvida por Eliane Peres, a qual é de inspiração para a nossa. Se a autora observou um silêncio sobre a cor nas listas nominativas de matrícula da BPP, por sua vez, nós identificamos que as matrículas da Escola Elementar gritavam as cores do alunado. A partir de um fichamento no *software Excel* das matrículas escolares já mencionadas, constatamos que entre o total do alunado analisado (1.379), entre 1937 e 1938[11], 14% eram de não-brancos, ou seja, 7% de alunos(as) de cor

11 No censo de 1940, o número da população do município de Santa Maria era de 75.597, sendo que deste total 88,47% eram pessoas brancas e 11,53% eram pessoas declaradas como

preta e 7% de cor *mixta*. A partir deste percentual, diversas perguntas surgiram: onde estas pessoas moravam? Quem eram suas famílias? Quais ocupações profissionais os pais e/ou mães desempenhavam? Frequentavam espaços de sociabilidades? Quem eram seus antepassados? E como este conjunto de relações influenciaram na escolha, presença e permanência neste espaço escolar?

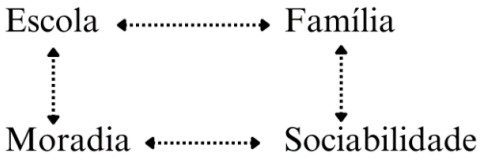
Algumas destas questões foram respondidas, sobretudo a partir da análise e cruzamento de fontes diversificadas, tais como os registros civis de habilitação de casamento, nascimento e óbito, bem como as matrículas escolares, o acervo pessoal de familiares destes alunos e alunas e documentos referentes a associações negras, sobretudo as informações reunidas no livro *Organizações negras de Santa Maria: primeiras associações dos séculos XIX e XX*[12]. Para realizar o reconhecimento de seus familiares, do perfil socioprofissional dos responsáveis, dos espaços de moradia e de sociabilidade destes indivíduos, foi necessário recuar e avançar no tempo, extrapolando o recorte cronológico pré-estabelecido.

O nome dos indivíduos registrados nas matrículas foram o fio condutor de nossa pesquisa. Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989, p. 174) definiram que o *nome* "é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas". Portanto, o método onomástico permite "encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos" (Ibid., p. 174). A partir desta técnica foi possível identificar os espaços de sociabilidade, moradia e educação que as famílias de alunos (as) de nossa pesquisa circularam nas primeiras décadas do século XX. Com isso, elaboramos a Imagem 4 a fim de evidenciar as relações que foram possíveis localizar através do cruzamento das fontes, sendo as matrículas escolares as principais:

pretos, pardos e de cor não declarada. Fonte: Recenseamento Geral do Brasil 1940. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série Regional, Parte XX, Rio Grande do Sul, Tomo 1. Censo demográfico, população e habitação, Rio de Janeiro. População de Fato, por sexo e grupos de idades, segundo os principais caracteres individuais, Município de Santa Maria (Quadro 62), p. 196. Uma problematização sobre a sub-representação destes dados em comparação com os recenseamentos anteriores foi realizado em: Medeiros, 2021.

12 Reforçamos também o trabalho coletivo desempenhado por membros do Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição (GEPA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que a partir da socialização dos achados de pesquisa e o diálogo constante, possibilitou um maior aproveitamento e qualidade desta e outras pesquisas realizadas por integrantes do grupo.

Imagem 4 – Relações sociais localizadas a partir do cruzamento de fontes



Fonte: Elaboração própria.

Para exemplificar estas relações, elaboramos um diagrama que conecta dois núcleos familiares que matricularam seus filhos e filhas na Escola Elementar durante a década de 1930 e início de 1940.

João Gabriel Maia e Mercedes Maia eram irmãos, filhos de Pedro Maia e Felippa Raphaela Maia. Sobre o passado do casal, se foram escravizados, libertos ou nascidos livres, não sabemos por falta de documentação referente ao período. Contudo, a partir do diagrama podemos atentar para as relações que se teceram entre as famílias, espaços associativos e a escola. Pois como aponta Alessandra Schueler (2014, p. 101), com base em pressupostos de uma história social da educação, "a educação transcende as instituições formais, extrapola os limites da escola e da sala de aula, posto que se faz no conjunto das relações sociais". Com isso, é importante refletirmos sobre a influência destes espaços na formação educacional, cultural e social destes alunos e alunas.

Junto a isso, relacionamos a relação entre família-moradia-sociabilidade-escola ao localizarmos como estes alunos e alunas, pertencentes a famílias negras articuladas em torno de associações negras e em redes familiares e de amizade, moravam em regiões próximas à escola e às organizações das quais faziam parte.

Imagem 5 – Diagrama sobre as relações entre sociabilidade, família, escola e moradia

Fonte: Habilitação de casamento de João Gabriel Maia e Alzira Setembrina Domingues. Santa Maria, 25 de janeiro de 1922. Habilitação de casamento de José Pereira e Mercedes Maia. Santa Maria, 23 de setembro de 1924. APERS. PEREIRA, Jayme Maia. Entrevista concedida à Franciele Oliveira, Taiane Lima e Alícia Quinhones, na residência do entrevistado em 31 de maio de 2022, Santa Maria/RS. Livro n° 1 de Notas de Exames Finais, 1913 a 1942. Ata n° 27, 20 de novembro de 1935, Santa Maria. Livro n° 1 de Notas de Exames Finais, 1913 a 1942. Ata n° 28, 20 a 23 de novembro de 1935, Santa Maria. Livro de Matrículas Collegio Elementar Santa Maria 1932 a 1938. AHIEEOB. Sociedade Treze de Maio. Livro de Atas 01 (1903-1914). Santa Maria, 19 de outubro de 1903. AMTM. Oliveira, 2016; 2017. Grigio *et al*, 2020.

Imagem 5 – Mapa das organizações negras de Santa Maria/RS com marcação em vermelho da Escola Elementar

Fonte: Grigio *et al*, 2020. Mapa elaborado por Felipe Farret Brunhauser e Luciele Oliveira.

O mapa, elaborado para o livro *Organizações negras de Santa Maria...*, teve por finalidade evidenciar as informações sobre a localização geográfica de inúmeras associações negras fundadas no município, sobretudo no pós-Abolição. A marcação em vermelho, adicionada por nós, sinaliza o local da Escola Elementar. Se o leitor atentar para as ruas próximas ao espaço escolar, pode observar que muitas das organizações, sobretudo clubes sociais e sociedades carnavalescas, eram circunvizinhas à escola. Relacionado ao diagrama da Imagem 6, podemos observar que a família Maia, formadas pelos núcleos de casais Mercedes Maia e José Pereira e, João Gabriel Maia e Alzira Setembrina, residiam à rua Tuiuty. Região esta próxima às associações das quais faziam parte e da escola na qual matricularam seus filhos e filhas.

Como já mencionado, ao analisar os dados quantitativos retirados das matrículas escolares, constatamos que havia alunos e alunas designados como de cor *branca*, *mixta* e *preta* na escola. Também, que o método onomástico permitiu-nos observar as redes familiares, associativas e comunitárias que os próprios alunos e alunas e seus familiares mantinham, e que, em algum grau, podem ter sido influentes na sua permanência na escola. A partir disso, nos questionamos: será que matricular os filhos e filhas em uma escola pública próxima a sua residência, aos espaços de lazer e junto de parentes, como primos e irmãos, pode ser considerado uma estratégia e forma de resistência cotidiana contra as violências advindas do racismo, que eram vivenciados na infância, sobretudo no espaço escolar? Estas conexões não são absurdas, pois ao refletirmos sobre as estratégias sociais elaboradas no pós-abolição, podemos perceber a complexidade das relações das redes familiares e de solidariedade arquitetadas por indivíduos negros e negras, que tinham suas próprias visões sobre a liberdade e a cidadania, as quais eram atravessadas por ações individuais e coletivas.

Fernanda Oliveira (2023, p. 276) considera que homens e mulheres sob a organização de clubes negros, "manifestaram a reivindicação de direitos sociais de lazer e, dentro desse, incluíam a necessidade básica da educação, a qual se configura como uma demanda de cidadania frente ao estado, mas também como um projeto a ser executado pelos próprios clubes". Ou seja, a educação se constituía como uma demanda tanto em espaços formais, como a Escola Elementar, como também, pela abertura de espaços próprios, como se pode notar pelas iniciativas de algumas associações negras santa-marienses. Os fundadores da Irmandade Nossa Senhora do Rosário almejavam "promover a instrução entre seus associados pelos meios a seu alcance" e abrir uma escola, conforme consta no estatuto da organização[13]. Assim como, os membros da Sociedade Treze de Maio, que desde do primeiro ano de funcionamento, em 1903, já dispunha de uma biblioteca nas dependências do clube[14] e na década de 1920, em ofício encaminhado à Intendência Municipal de Santa Maria,

13 Grigio, 2016, p. 185. Fonte consultada pelo autor: *O Estado*. Santa Maria, 16 de maio de 1900, Ano III, n. 41. Casa de Memória Edmundo Cardoso.

14 *O Exemplo*, 25 de dezembro de 1904. Ano II, n. 46, p. 3. Porto Alegre. Hemeroteca Digital Brasileira.

solicitavam o apoio à criação de um curso noturno para a comunidade masculina do clube e demais moradores da região[15] (Medeiros, 2023).

Diante disso, compreende-se que o cruzamento destes espaços e indivíduos pode sinalizar os meios de acesso e permanência de muitas crianças negras neste espaço escolar no pós-Abolição. Assim, este capítulo buscou problematizar que apontar somente a presença negra em espaços escolares é insuficiente para compreender a complexidade desta presença se tornar uma permanência. Portanto, compreendemos que é necessário ir além da afirmação da presença, a fim de buscar as estratégias de inserção, as redes de solidariedade construídas pelas comunidades, associações e famílias, complexificando os números, nomes e matrículas. Enfim, buscar entender que as trajetórias por trás de um dado registro histórico, neste caso, em processos de escolarização, deve ser complexificado, a fim de revelar as inúmeras variáveis e especificidades à cada indivíduo e coletividade. Com isso, evidenciou-se como ponto importante para compreender a atuação negra no campo da educação, buscar compreender as relações sociais de tais sujeitos para além do espaço escolar somente, compreendendo a importância das redes familiares e de sociabilidade como confluentes para uma vida escolar no pós-Abolição.

Referências bibliográficas

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **O Estado da Arte da Pesquisa em História da Educação da População Negra no Brasil**. 1. ed. Vitória/ES: SBHE/Virtual Livros, 2015.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, 2016.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a proposta da educação no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

15 Ofício enviado por Julio Nebel, 1° secretário da Sociedade Treze de Maio. Fundo Intendência Municipal de Santa Maria. Caixa n° 77. Tomo n° 460. Data: 1926. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade**: os conflitos e as relações interétnicas populares - Santa Maria 1885-1915. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 4, n. 26, 2009.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **Revista História Social**. São Paulo, n. 19, p. 33-62, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo, 1. Ed., São Paulo, 2016.

FONSECA, Marcus Vinícius. Apontamentos em relação às formas de tratamento dos negros pela História da Educação. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 28, Maio/Ago., 2009.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. EdUFF, Niterói, 2016.

GIL, Natália. Lacerda; ANTUNES, Cláudia Pereira. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-riograndense. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico. *In*: **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

GRIGIO, Ênio. **"No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse"**: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, 2016.

GRIGIO, Ênio; BRUNHAUSER, Felipe Farret; OLIVEIRA, Franciele Rocha de; RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva; LIMA, Taiane Anhanha. **Organizações negras de Santa Maria**: primeiras associações dos séculos XIX e XX. [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: GEPA UFSM, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia Hunold. "Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil". **Projeto História**, n. 12, out., 1995.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M. Lugão. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

MEDEIROS, Alícia Quinhones. **"Brancos, mixtos e pretos"**: O perfil social e racial do alunado da Escola Elementar Olavo Bilac na década de 1930, em Santa Maria/RS. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021.

MEDEIROS, Alícia Quinhones. **Educação, trabalho, família e associativismo**: experiências negras no campo educacional em Santa Maria/RS no pós-Abolição (1888-1930). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

MEDEIROS, Alícia Quinhones. Instrução, trabalho e família no pós-Abolição em Santa Maria/RS (década de 1930). **Revista Aedos**, v. 15, n. 33, 2023.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, set.-dez., 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma História do homem negro. 1974. *In*: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, Instituto Kuanza, 2006.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, jun., 2006.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Moreno Rei dos astros a brilhar, Querida União Familiar**: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição. Santa Maria: Câmara de Vereadores de Santa Maria: 2016.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

PERES, Eliane. **Templo de luz**: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875/1925). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: Educação, trabalho e cidadania no pósabolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 - c. 1911). Tese

(Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Esperidião Calisto e o preconceito escolar com base na cor: educação, cidadania e racialização no século XIX (Porto Alegre, Rio Grande do Sul). **Tempo** (Niterói. Online), v. 27, 2021.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Desabusadas e levadas do diabo**: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de. Educação, experiência e emancipação: contribuições de E. P. Thompson para a História da Educação. **Revista Trabalho Necessário**, v. 12, n. 18, 30 jun., 2014.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Pós-Abolição ao Sul: balanços e perspectivas. *In*: SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Airton Felix Silva. (Orgs.). **Escravidão e liberdade**: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho. São Paulo: FFLCH, 2023.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. "Personagens do 14 de maio": a construção da liberdade por "pretos" e "pardos" no imediato pós-Abolição no Rio Grande do Sul. *In*: NEUMANN, Eduardo; BRANDALISE, Carla. (Orgs.). **O Rio Grande do Sul revisitado**. Martins Livreiro Editora, Porto Alegre, 2019.

COMPORTAMENTOS DESAFIADORES? UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE RACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS, NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO EM PELOTAS/RS (1888-1900)

Alisson Barcellos Balhego[1]

O presente trabalho tem como intuito apresentar uma análise que abrangerá notícias de alguns periódicos da imprensa escrita de Pelotas, uma cidade brasileira situada no interior do Rio Grande do Sul, especificamente entre os anos de 1888-1900, para observar aspectos do cotidiano do final do século XIX e representações noticiadas sobre a população preta e parda, livre e liberta, após a abolição da escravidão. Nesse sentido, iremos abordar por intermédio de notícias, as formas como a população preta dessa localidade foi reprimida imediatamente após a abolição da escravatura, no sentido de constituir uma reflexão que auxilie a compreender a construção do preconceito racial em Pelotas, no imediato pós-abolição.

A atuação da imprensa, dentro desse contexto, fazia parte de um sistema de controle e classificação social, ou seja, um conjunto de práticas e processos baseados em racialização, ou seja, procedimentos que

1 Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, Lattes: http://lattes.cnpq.br/2465041225142042; Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5430-8287; E-mail: alissonbarcellos@hotmail.com.

produziam e reproduziam preconceitos raciais. Sendo assim, a imprensa não apenas reproduzia o preconceito racial presente na sociedade brasileira da época, como era produtora de estereótipos racializados, o que fomentava a ideia de construção de uma visão preconceituosa a respeito da população negra local. E como todos eram legalmente livres, os critérios de diferenciação racializantes tomaram novo fôlego e a imprensa teve papel determinante em demarcar o lugar social dos libertos.

É imprescindível destacar que racialização e racismo não detêm o mesmo significado. O racismo é a face mais destrutiva da racialização. Em várias sociedades dispersas no tempo e no espaço, racializa-se para endossar ou compor alguma forma de hierarquia, para garantir poder e prestígio para determinados indivíduos e grupos. Portanto, o Brasil emancipacionista é o mesmo que tenta manter o status de senhorialidade dos antigos proprietários de cativos, reeditando diferenças entre os brancos e a população preta. Assim, o que nos comove é como aquela sociedade convulsionada por graves mudanças políticas e culturais preencheu o conceito de raça com significados distintos, aportados em diferentes momentos (Albuquerque, 2012).

Esse tipo de situação não acontece apenas em Pelotas/Rs, ocorre no continente brasileiro praticamente como um todo após a abolição. Essas são decorrências de uma intensa mobilização das elites, com o objetivo de criar mecanismos no sentido de intensificar a perseguição e a repressão à vadiagem. E foi através desses projetos que a racialização das relações sociais foi exercida como uma forma subjulgar a população negra, tentar a colocar como um sub-grupo. Sendo assim, esses embates evidenciam disputas em torno dos limites e dos significados da liberdade e as diferentes expectativas que a abolição imediata e incondicional gerou.

Para os "recém libertados", a afirmação da liberdade passava por negar qualquer tipo de obediência e sujeição pessoal, assumindo comportamentos vistos como desafiadores, de "desobediência e insubordinação". O que resulta em vários tipos de processos criminais, matérias da imprensa escrita cobrando posições sobre a situação dos agora libertos, de mazelas sociais, e a reprodução do imaginário preconceituoso dessa sociedade.

Para tanto, é imperioso fazer algumas ponderações sobre o espaço foco de nossa observação, assim sendo no tópico a seguir iremos abordar Pelotas e em especial, o seu contingente populacional. Informações que adicionaram mais riqueza a nossa compreensão em relação a perseguição perpetuada em cima das pessoas negras residentes no município.

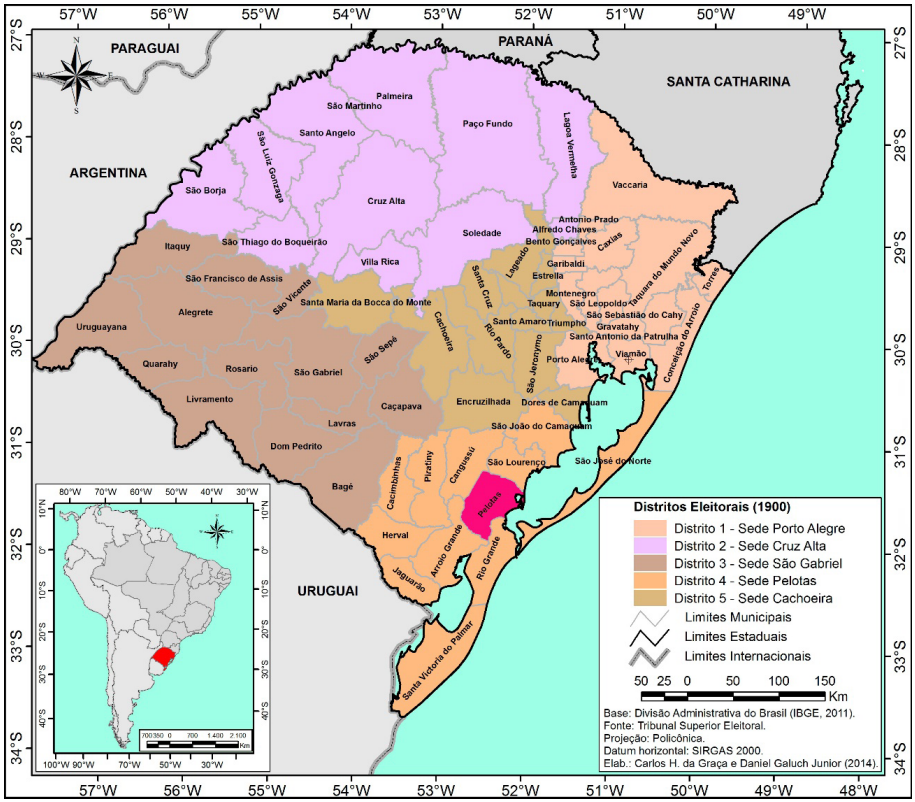
Sobre a Princesa do Sul.

A organização de Pelotas em termos formais iniciou em 7 de dezembro de 1830 quando foi reconhecida como Vila na vigência do Primeiro Reinado. A Vila de São Francisco de Paula foi instalada em 7 de abril de 1832, no Período Regencial (1831-1840). A Câmara Municipal foi ordenada e sua composição pensada com sete vereadores, a câmara era detentora a um só tempo dos poderes executivo e legislativo, em virtude do preceito parlamentarista. Nesse escopo, o vereador mais votado era automaticamente o presidente da Câmara, e a ele era imputada a execução das leis desenvolvidas pelo órgão colegiado. E esse mecanismo que vigorou entre 1832 e 1889.

Pelotas é uma localidade situada no estremo sul do Brasil, mais especificamente no interior do Estado do Rio Grande do sul e próxima ao Estado Oriental do Uruguai, logo esta se constituiu como um espaço de fronteira. E essa característica dinamiza a região, pois existe um fluxo de transeuntes e por consequência de troca cultural com os agentes sociais do outro lado dos limites fronteiriços.

O conjunto populacional de Pelotas é um elemento importante para formatar uma observação que nos permita compreender os textos distribuídos pelo setor que ajuda a formatar a opinião pública da época. A cidade está assentada no extremo sul brasileiro, como poderemos ver no mapa a seguir. E lá teve destaque como um grande complexo charqueador do Império do Brasil (Vargas, 2013). O charque e os couros foram os principais produtos da pauta das exportações rio-grandenses durante quase todo o século XIX:

Figura 1 - Mapa Rio Grande do Sul 1900



Fonte: Graça, Carlos H. da Galuch Júnior, Daniel 2014. Fonte: Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral. Disponível em:<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/655>

Esse caracter é preponderante para a formação populacional da região, pois a estrutura em que foi debruçado o trabalho escravista era constituída de mão de obra cativa, essas pessoas trabalhavam nas charqueadas. E assim, foram estabelecidas grandes concentrações de cativos, em 1814 50,7% dos habitantes do município eram trabalhadores escravizados. Enquanto na década de 1870 a grande povoação contava com um contingente populacional que girava em torno de 25 mil habitantes, e desse montante ao menos 8 mil era pessoas em condição de escravidão. E mesmo que as pesquisas recentes demonstrem a existência

de um número menor, o contingente de cativos próximo da abolição é importante.

Em relação a essa essa diminuição da população escravizada, o historiador Jonas Vargas demonstrou que o deccréscimo inicia apenas após 1874 e aumenta a intensidade entre 1877 e 1884. No Rio Grande do Sul, entre 1874 e 1884, ocorreu uma diminuição de 15.302 escravizados, boa parte deles transferidos para o sudeste (Vargas, 2013).

Então, é visível que existiu uma concentração de pessoas pretas e pardas no território pelotense desde o século XIX. E ainda há, pois essa população permaneceu no período após a abolição. Então, abordar o território pelotense levando em conta esse recorte histórico é indispensável. Dessa forma, a análise fica mais robusta e aponta para o teor dos discursos expostos nos documentos oficiais e que fomentaram a ação das autoridades, em um momento de transição.

Além disso, corroboram para a compreenção mesmo que breve da dura realidade vivenciada pela população negra brasileira. Em virtude disso, o campo de estudos do pós-abolição é entendido como algo não descolado dos estudos da escravidão, e nem como um legado daquele período, a diferença está no foco que está colocado nos diálogos abertos com a abolição.

Publicações da imprensa escrita Pelotense

A passagem do século XIX para o XX em terras brasileiras, disseminou características tão perigosas, quanto decisivas para os momentos seguintes do futuro da nação. O Brasil foi a última nação do Ocidente a terminar com a escravatura, anos depois dos Estados Unidos (1865) de Cuba (1886), por exemplo.

Um ano e meio após a promulgação da lei áurea isolada entre as forças políticas caía a Monarquia, extremamente vinculada à escravidão. Logo, esse cenário detinha as características adequadas para todo tipo de utopia e projeção. E a República apareceu como uma opção recheada de promessas de igualdade e de cidadania, uma concepção de modernidade que se apresentava como etapa irremissível. O objetivo era o modelo civilizatório da França, com seus circuitos literários, cafés, teatros e uma sociabilidade urbana almejada em outras sociedades (Schwarcz, 2012).

Dentro desse contexto, a imprensa escrita era uma mensageira das ideias defendidas pelas elites no país. Quanto ao periódico da imprensa escrita que iremos trabalhar, ele é intitulado como Echo do Sul e tinha distribuição em Rio Grande e Pelotas. Nesses impressos são apresentadas notícias sobre essas cidades e nas matérias posteriores a abolição da escravidão foram feitas muitas referências à vadiagem e a necessidade de ter cautela com os libertos. Além disso, existia uma preocupação sobre a necessidade de "levar" os os ex-escravizados para o mundo do trabalho livre. À vista disso, em notícia do dia 23 de maio de 1888, a manchete "Contra a vagabundagem", são evidenciadas um pouco das preocupações da elite local:

> O ofício que a honrada presidência da Câmara Municipal dirigiu ao Sr. delegado de polícia, relativamente à repressão da vagabundagem, não dá somente testemunho de uma intenção louvável. Foi em prol da tranquilidade, segurança e comodidade dos cidadãos. Por efeito da lei da abolição do cativeiro, deve ter crescido o número dos ociosos e dos vagabundos. É verdade que nem a Câmara e nem a polícia podem dar trabalho aos libertos e aos desocupados, mas podem impedir que uns e outros entreguem-se ao vício e ao crime, e para isso basta que a polícia exerça ativa vigilância sobre os cortiços e vivendas onde essa gente habitualmente se reúne (Echo do Sul, 23 de maio, p. 1).

Esse tipo de manifestação que cobrava das autoridades medidas relacionadas a população negra local era comum nesse recorte histórico. O que está em jogo é a intensificação do processo de racialização das relações sociais que afeta negativamente a população negra em razão da construção de estereótipos, da perseguição e da pressão para que essas pessoas esvaziem os espaços centrais pelotenses. No caso acima destacado, a ideia de um grupo perigoso é apresentada e forçando uma ideia de medo e de que essas pessoas não poderiam habitar os espaços mais urbanos de Pelotas. Então, matérias como essa foram o ensejo propício para o desenvolvimento de um cenário de medo. Além de que criava uma ideia de que as pessoas pretas, pardas, livres e libertas eram afáveis a vadiagem. Nesse ínterim, Sidney Chalhoub (2012) coloca que:

> O conceito de vadiagem se constrói na mente dos parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de um simples processo de inversão: todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto

> o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. O ocioso é aquele indivíduo que, negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade por meio do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum (Chaloub, 2012).

Esses momento de "empurrão" que a população negra vivenciou está diretamente conectado a ocasiões de profundas transformações do espaço urbano. E é um processo de continuidade que teve início na de 80, mais especificamente no ano de 1881. E passou a ser aprofundado após a abolição da escravatura.

Em relação a noção de classes pobres e Classes perigosas, esta é acompanhada da ideia de que uma cidade pode ser apenas administrada de acordo com critérios técnicos ou científicos, isto é, a crença de que existiria uma racionalidade, pensando aqui as desigualdades sociais urbanas e que deveria estar envolto na condução não-política, "competente", "eficiente" das políticas públicas (Chalhoub, 1993).

Essa concepção era compreendida como um ponto central no debate parlamentar que ocorreu na Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses que se seguiram à lei de abolição da escravidão, de maio de 1888. Os parlamentares preocupados com as consequências da abolição para a organização do trabalho, pautavam naquela ocasião um projeto de lei sobre a repressão a ociosidade (Chalhoub, 1993).

Então a construção de estereótipos relacionados a pessoas pretas, carrega o conceito de vadiagem, de classe perigosa, obviamente conjugando raça. E também leva em consideração o momento em que o movimento abolicionista teve maior força dentro do contexto de luta contra a escravidão.

Nessa perspectiva, debruçar o olhar sobre o contexto do movimento abolicionista corrobora para formar uma compreensão sobre a pressão que ocorria naquela sociedade e mais, nos auxilia a entender, assim como o desejo de empurrar a população negra para locais distantes dos centros urbanos citadinos.

Nessa perspectiva, destacar que a década de 1880 engendrou uma série de disputas e o crescimento do movimento abolicionistas, é relevante. Nesse cenário, o movimento teve problemas para se estabelecer no Brasil. Até porque, para que um movimento social se formate são necessárias

associações e eventos públicos, isto é, a composição de uma mobilização coletiva que só ocorre em condições próprias de temperatura e pressão. Então, a partir de conjunturas políticas que facilitam o uso do espaço público para exprimir reivindicações o movimento abolicionista ganhou espaço de crescimento (Alonso, 2013).

A combinação desses elementos só foi ocorrer no fim de 1860, em virtude de três mudanças. No cenário internacional, um ciclo de abolições iniciado no século XVIII e ainda em 1860 abarcou os dois outros grandes escravismos do contexto internacional, Estados Unidos e Cuba. Com essas disposições da conjuntura internacional, restaria apenas os brasileiros como último escravismo do Ocidente. A mesma experiência estrangeira que serviu como fator de pressão, serviu como um repertório político que orientou ações acerca da escravidão no Brasil, como um norte, modelos a seguir e exemplos a evitar (Alonso, 2013).

Ao mesmo tempo houve a aceleração da urbanização, detalhe que assegurou um importante espaço público em que foram debatidos assuntos de interesse coletivo, como a modernização do país, e expandiu um novo padrão de sensibilidade. Esses pontos reconfiguraram o imaginário relativo à escravidão, de algo de natural, para um sistema malquisto. Junto a eles, o último elemento que completa nosso panorama é a conjuntura política, pois em 1868, o Partido Liberal usou o espaço público para contestar a supremacia adversária no sistema político. O governo do Partido Conservador respondeu com modernização, ampliou o acesso ao ensino superior, reduziu os custos da imprensa e propôs uma Lei do Ventre Livre. Essas ações produziram uma crise política intraelite e o ingresso de novos atores no debate político. Essa mudança de oportunidades políticas favoreceram as condições para o primeiro ciclo de mobilização abolicionista (Alonso, 2013).

A modernização do espaço urbano, mais o avanço do abolicionismo, o crescimento do movimento no país e no mundo são elementos que compunham o imaginário de preocupação das camadas mais altas do Brasil. Havia o medo das revoltas, existia um movimento que se espraiava e a agência da população negra que utiliza todos os recursos possíveis em pról de seus projetos de liberdade.

Ou seja, a preocupação com a agência da população negra era latente, todo o período movimentado em torno da disputa pelo fim do sistema

escravista teve esse contorno. E quando a Lei Áurea foi assinada, se passou a compreender que essas pessoas não poderiam estar próximas aos olhares da elite e nem ocupar os espaços mais secos da cidade de Pelotas.

Essa intervenção direta visando a higienização do espaço construído foi traduzido em um aparato legal por intermédio de Códigos de Posturas, Códigos de Construções e regulamentos sanitários, que objetivavam agregar novos padrões técnicos e estéticos. Nesse aspecto, se manteriam nas áreas identificadas como cidade, aqueles que pudessem atender a esses padrões. E aglomerados em habitações mais simples como os cortiços, nas casas em fita ou vilas proletárias, pressionados pelo baixo salário e o custo de vida, implementado pela valorização das áreas que ocupavam e por obras legislações segregadoras, precisaram se movimentara para outros lugares da cidade (Moura, 2006).

Ainda ao final do século XIX os poderes públicos ampliaram suas intervenções para além do aparato legislativo. Um aparelho de fiscalização para avaliar as condições de habitabilidade das moradias foi estabelecido e, quando estas não apresentavam condições satisfatórias, havia a obrigação de prover as obras de adaptação mediante multas, fechamento e por fim demolição (Moura, 2006).

A seguir, no código de posturas de 1888 legislado em Pelotas, poderemos vislumbrar como ocorreu a intervenção das autoridades no espaço urbano, provocando um deslocamento populacional, em razão de proibições e também de punições, multas que encareciam o custo de vida no centro:

O novo código de posturas de 1888

- Art. 12 – Proíbe-se a construção de cortiços dentro da área limitada pelas ruas Gonçalves Chaves, Santo Antônio, Paysandú e São Domingos;
- Chama-se cortiço, para os efeitos desta postura, todo o prédio em que residir mais de um indivíduo ou família com economia separada e em cuja edificação não sejam observadas as regras normais de disposição das habitações e as estipuladas nestas posturas.

- Art. 13 – Os proprietários de cortiços ficam obrigados a executar nos mesmos, todas as medidas e disposições que a bem da higiene pública e que na forma destas posturas e das leis, decretos e regulamentos em vigor sobre a saúde pública, lhes forem ordenados pela Câmara.
- Foram estabelecidas penas de 30$000 (trinta mil réis) no primeiro aviso, 60$000 (sessenta mil réis) na reincidência e por fim fechamento do cortiço.

Aliado a essas medidas, é importante mensurar que a abolição do sistema escravocrata, em 1888, estabeleceu a separação entre o trabalhador e sua força de trabalho (Chalhoub, 2012). Contudo, para dar prosseguimento ao o que aquela sociedade considerava uma "marcha para a civilização" era necessário convencer o liberto, agora dono de sua força de trabalho a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor. A parte prática disso era criar mecanismos para empurrar essas pessoas para o trabalho. Ainda assim, para que esse movimento tivesse exatidão era necessário um acúmulo de esforços para a construção de valores que iriam formar uma nova simbologia do trabalho, e afastar o caráter degradador característico do trabalho em uma sociedade escravista. Dessa forma, seria estabelecido um valor positivo e ensejada a implementação de uma ordem burguesa no Brasil (Chalhoub, 2012). Essas pessoas passariam a vender sua mão de obra pelo que o empreendedor se despusesse a pagar.

A repressão e criminalização da vadiagem e também da capoeira são algumas das medidas defendidas pelos governantes republicanos que estavam agregadas a essas mudanças sociais. Em relação a criminalização da vadiagem, ela era percebida como uma das formas de conter os inimigos do trabalho honesto. Uma maneira de estabelecer controle sobre uma massa de indivíduos aparentemente distinta, composta por bêbados, prostitutas, um grupo social que estava diretamente conectado ao fenômeno da escravidão, que colocava de forma "ordenada" a estrutura social da colônia e do Império, ou seja, aquela sociedade se estabelecia a partir da esccravidão (Teixeira; Salla; Marinho, 2016).

Em solo brasileiro, raça e habitação estão relacionados aos espaços pobres, precários e de menor ganho do chefe de família. À título de exemplo, no Nordeste, a moradia das pessoas negras é o mocambo, em

parte dos casos, um espaço infestado de germes e mosquitos das águas poluídas. Em São Paulo, a moradia mais comum era o porão e o cortiço, recentemente, as zonas chamadas de favelas. Enquanto no Rio de Janeiro, no que diz respeito a população negra e moradia o que se tem é a humilhação das favelas, nas encostas dos morros. O contexto das favelas cariocas, foi representada uma película cinematográfica denominada Orfeu Negro, filme vencedor do Festival de Cannes, referente ao ano de 1959 (Nascimento, 1978).

A negação da cidadania das pessoas pretas e pobres está colocada em documentos oficiais do Estado brasileiro, como o código de posturas acima destacado. Além disso, a primeira constituição brasileira, depois da abolição e em pleno período republicano, estabeleceu como uma das premissas da cidadania, ser alfabetizado para poder participar do processo eleitoral. Por consequência, a grande maioria dos brasileiros pessoas negras e pobres estavam fora do processo eleitoral e de grande parte das decisões políticas do país (Oliveira, 2008).

Com relação a política de restrição a construção de cortiços e ao afastamento das camadas populares do centro urbano. No período de 1880 e imediatamente após a Lei Áurea, estava em voga uma concepção de restrição à construção de cortiços em determinadas áreas da cidade e essa proibição foi incluída na lei estabelecendo a primeira área de proibição definida em 1881. Essa sendo a primeira medida oficial no sentido de barrar a presença de corpos negros no centro urbano pelotense. Os vereadores decidiram proibir as construções denominadas cortiços, dentro do perímetro compreendido pelas ruas Paysandu, Santo Antônio, Jatahy e 7 de Abril (Moura, 2006).

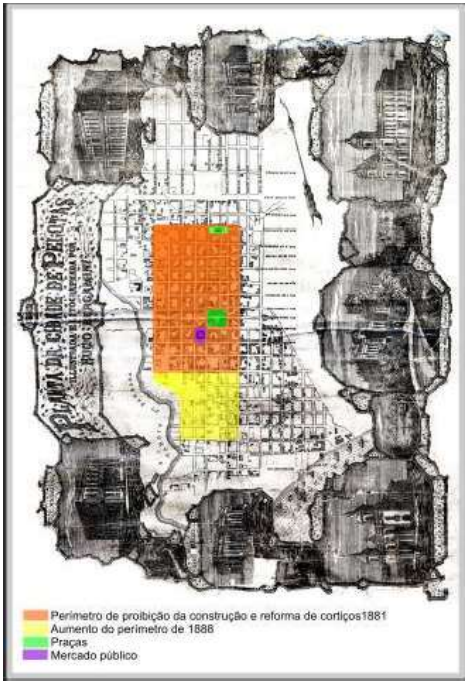
Em 1888 é feita um alargamento, e essa proibição se dá por intermédio da Lei Provincial, número 1717 de 19 de dezembro de 1888 aprovada em um Código de Posturas para a localidade. O texto da lei observa as edificações, o calçamento, as estradas, caminhos e rios navegáveis, também atenta a polícia sanitária, a segurança dos habitantes, os jogos proibidos, a aferição e controle de pesos e medidas, as companhias responsáveis pelos serviços públicos e aumentava o controle sobre a organização e a forma da cidade (Moura, 2006).

Quanto aos limites da proibição os trechos de leste e oeste são indicados pelas ruas Gonçalves Chaves e pelo curso do Arroio

Santa Bárbara. Assim, estava desautorizada a construção ou a manutenção de cortiços nas áreas de expansão urbana de cota mais alta e, conseqüentemente, menos suscetíveis a enchentes. O peímetro era indicado pelas ruas Gonçalves Chaves, Santo Antônio, Paysandú e São Domingos, hoje respectivamente Gonçalves Chaves, Senador Mendonça, Barão de Santa Tecla e Benjamin Constant (Moura, 2006). Portanto, o perímetro ataca toda a área urbana de Pelotas, e fez com que a população negra se deslocasse para os arrabáldes da cidade.

O quadrilátero formatado através de normativa municipal tinha uma abrangência relevante no que diz respeito a extensão geográfica pelotensse tanto em sua primeira versão de 1881, como no que foi disposto 7 anos a frente. O que poderemos observar através do mapa base de 1882, exposto a seguir. Nesse mapa em laranja o primeiro retângulo que representa a primeira proibição e em amarelo a área aumentada em 1888:

Figura 2 - Mapa base (1882)



Fonte: Mapa base de 1882. NEAB/FAURB/UFPel

Dentro desse mapa estão evidenciadas as ruas, na parte de cima a rua Senador Mendonça, em baixo a rua Benjamin Constant, no lado direito a Gonçalves Chaves e na esquerda a Barão de Santa.

É importante referir que entre a elaboração do primeiro perímetro de proibição e o segundo, a Câmara Municipal incluiu como parte do orçamento de 1885, um novo imposto para as edificações da cidade, chamadas cortiços. E nisso foi estabelecida a quantia de 500 réis por cada metro quadrado de terreno edificado com tais habitações (Moura, 2006).

Helena Moura (2003) reconhece os tipos arquitetônicos conhecidos como cortiços em Pelotas. A pesquisadora trabalhou a partir de notícias de jornais da região, relatórios de visitas sanitárias as habitações da cidade e pesquisa no arquivo municipal de projetos. À vista disso, são três os tipos de construções que podiam ser compreendidas como cortiços em Pelotas: o galpão, o portão e o contrafeito. O galpão, quer voltado para o passeio ou nos fundos de terrenos. Suas formas são próximas a depósitos ou galpões e, segundo a pesquisadora, poderiam ser de uso tanto para atividades comerciais, industriais, entretanto funcionavam melhor para a habitação (Moura, 2006).

O portão citado anteriormente, foi outra forma freqüente na cidade de Pelotas. Detinha as mesmas características daqueles construídos em Porto Alegre e em outras cidades, eram formados por fitas de casas desenvolvidas no sentido longitudinal do lote com pequena rua interna onde, geralmente, situavam-se as latrinas e os tanques para uso coletivo. Dependendo da largura do lote, a rua era central a duas fitas ou colocada em uma das laterais do terreno (Moura, 2006).

Por último, os contrafeitos, pequenos compartimentos, quase sempre com o telhado constituído por apenas um plano inclinado e geralmente tinha a frente voltada para o passeio público, porém afastado quatro metros do alinhamento da calçada (Moura, 2006).

Sobre a reação dos proprietários de cortiços quando foi feito o acréscimo de valor do tributo, houve a organização e publicação de contestações nos periódicos jornalísticos locais e mais foram feitas matérias comunicando que haviam enviado para a Assembléia Provincial um memorando indicando a cassação do imposto. Além disso, era

debatida a ilegalidade da cobrança, até a injustiça de onerar apenas os cortiços (Moura, 2006).

Por consequinte, o processo de racialização da relaçoes sociais, pensando aqui a parte nefasta dessa concepção, também passa por um empurrão, um deslocamento territorial forçado forlamnete. O contexto da abolição da escravidão acentou o processo de racialização, mas não se pode ocultar que a data de 1888 não é o começo do racismo em território brasileiro, como lembra Wlamyra Albuquerque:

> Cabe dizer que não se trata de estabelecer 1888 como o ano de estreia do racismo no Brasil. Diferenças raciais, de origem e de cor também foram estruturantes nos tempos da colônia e do império, entretanto possuíam parâmetros, propósitos e significados bem distintos dos vivenciados no final dos oitocentos (Albuquerque, 2010, p. 100).

Considerações Finais

O presente texto teve como objetivo construir uma análise levando em conta uma notícia veiculada no periódico Echo do Sul do ano de 1888, poucos dias após a abolição do sistema escravocrata. O conteúdo da matéria desnuda um pouco da realidade vivenciada por pessoas pretas no contexto de passagem do fim da escravidão para o mundo do trabalho livre.

Nesse novo cenário, a raça passou a ter contornos distintos do que acontecia ao longo da escravidão. Isto é, ela passou a ser compreendida como um dos elementos de diferenciação que estão colocados entre os livres. Consequentemente, dentro desse ambiente, a população negra da pelotense, assim como a brasileira em geral, não acessa a cidadania, nem os direitos atribuídos ao que se entendia como liberdade. E a começar disso, diversas formas de inserção e de luta por direitos são propostas por essa camada social era (e é) a mão de obra trabalhadora do país.

A imprensa escrita da época era uma mobilizadora da opinião pública estabelecia imaginários e estereótipos, e contribuiu negativamente no período em que os libertos eram incluídos no mundo do trabalho livre. Esse trabalho teve muitos efeitos práticos, como a repressão impetrada por autoridades policiais e judiciais, contra a população liberta lutando contra a presença desses sujeitos no centro da cidade de Pelotas. Não

importando se essas pessoas apenas transitavam, ou vivam na área central daquele território.

O deslocamento forçado como o que ocorreu em Pelotas no imediato pós-abolição, corrobora para o entendimento da disposição da demográfica atual da localidade. Assim, fica mais simples compreender o motivo de muitas pessoas negras estarem em certos bairros, enquanto várias pessoas brancas habitam outros. E em grande parte, a população preta reside longe do centro da cidade e a consequência é que esses sujeitos têm longos deslocamentos territoriais até o centro para trabalhar ou estudar e também passam por diversas dificuldades em relação a estrutura básica como saneamento e transporte público.

A temática do imediato pós-abolição carece de mais estudos, pois são poucos os que atentam ao período e que relacionam fontes como jornais, processos criminais e outros tipos de documentação no Rio Grande do Sul. Então, o texto aqui construído pode contribuir, mesmo que forma singela, para o entendimento de como se deu esse período de transição na Princesa do Sul.

Fonte

Código de Posturas, Lei Provincial no 1717, de 19 de dezembro de 1888.

Código de Posturas Municipais, 1895.

Echo do Sul, Rio Grande, 1886 a 1896 (Biblioteca Pública Pelotense).

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação:** abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. 2010. "A vala comum da 'raça emancipada'": abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social** (UNICAMP), 19:91-108.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/ EDUSP,1988

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

GATO, Matheus. "Raça e cidadania no pós-abolição maranhense (1888-1889)". **Afro-Ásia**, v. 59, 2019, pp. 235-74. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/28376/20616.>. Acesso em: 04 de julho de 2023.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação:** família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). Juiz de Fora: FUNALFA, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Rosa Maria Rolim de. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950):** Entre políticas públicas e investimentos privados. Porto Alegre, 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Porto Alegre: 2006.

MAGALHÃES, Mario Osorio. Administração. In: Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill, Mario Osorio Magalhães, [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas** [recurso eletrônico] 3. Ed Pelotas: Editora da UFPel [FAU - Fundação de Apoio Universitário] 2017. 295 p.

MONSMA, Karl**.** Linchamentos raciais no pós-abolição: uma análise de alguns casos excepcionais do oeste paulista. In: Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). **Políticas da raça**: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. 1ed.São Paulo: Editora Selo Negro, 2014, p. 195-210.

NASCIMENTO, Abdias. **Genocídio do Negro Brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Segregação Urbana e Racial na Cidade de São Paulo:** as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, Tese de Doutorado, PUC SP, 2008.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade:** história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese de Doutorado (História Social). Campinas: UNICAMP, 2014.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros:** culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-abolição (1870-1960). 2017. 278f. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre.

SCHWARCZ, L. M. (coord.). **A abertura para o mundo:** 1889-1930. História do Brasil Nação: 1808-2010. V. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. **“Pelas margens do Atlântico”:** um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). 2013. 505f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970):** Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação de 221 Mestrado em Geografia (POSGEA). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: 2017.

ALMIR SOARES BARBOSA E OLYMPIO JOSENDE DA ROSA: ASSOCIATIVISMO E TRABALHO NA TRAJETÓRIA DE SÓCIOS FUNDADORES DE UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE E APOIO MÚTUO NO SUL DO BRASIL

Elaine Smaniotto[1]

Considerações iniciais

No percurso do trabalho de campo acessando fontes diversas sobre a fundação e trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense[2], ficou evidente que centenas de homens e mulheres viveram uma experiência associativa negra no município de Rosário do Sul, a partir de 1915. Mas, quem eram estas pessoas? Quais eram suas experiências laborais? Quais elementos contribuíram para

1 Doutoranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Lattes iD http://lattes.cnpq.br/8296134223783851 Orcid iD https://orcid.org/0000-0001-5146-4049. E-mail: elaismaniotto@gmail.com

2 Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira por ter sugerido a temática de pesquisa e por ter indicado fontes documentais e bibliográficas. Agradeço também minha atual orientadora da tese de doutorado (PPGH – Unisinos), Prof.ª. Dra. Deise Cristina Schell por me acolher e seguir na orientação desta pesquisa.

a fundação de uma associação de "homens de cor"[3]? Em quais redes relacionais e conexões eles e elas estavam envolvidos/as? Por que suas agências importam para as reflexões históricas? Responder estas e tantas outras perguntas feitas a partir dos indícios encontrados converge ao esforço de mapear diferentes modos e meios de presença, agência e protagonismo de indivíduos e famílias do segmento populacional negro no desenvolvimento da história de Rosário do Sul, dentro de um contexto de exclusão social/racial. O historiador Vitor da Silva Costa observa que pós 1888 e pós-regime monárquico, "a exclusão racial passou a ser um dos marcadores regentes da sociedade brasileira. Ainda assim, houve espaço para formas de resistência e de enfrentamento a essa República excludente, através de diferentes ações protagonizadas por pessoas negras" (2023, p. 158).

De acordo com a historiadora Maíra Ines Vendrame, que adota em suas pesquisas a perspectiva microanalítica, "a utilização do 'método onomástico' tem se mostrado caminho vantajoso para analisar as trajetórias familiares e estratégias utilizadas pelos indivíduos" (2016, p. 34). Os historiadores Paulo Roberto Staudt Moreira e Miquéias Henrique Mugge alertam que "aqueles que se atrevem a fazer pesquisas nominais – principalmente de setores subalternos [subalternizados] -, sabem o quanto é difícil seguir trajetórias individuais e familiares e o quanto as trilhas que seguimos são marcadas por pistas fugidias, esparsas" (2014, p. 113). Diante deste cenário, foram acessadas fontes diversas, como: assentos eclesiásticos de batismo e de casamento, registros civis de nascimento, casamento e óbito, registro de imóveis, fotografias salvaguardadas em acervos pessoais, atas de reuniões de diretorias e assembleias gerais da SRBUR, fichas de associados, carteira profissional, carteira de motorista – *chauffeur,* caderneta militar, jornal local, lápides mortuárias, diários de campo e entrevistas. Estas pistas, mesmo que parcialmente, indicam a interligação de experiências de indivíduos e de famílias negras supondo assim estabelecimento de conexões que eram

3 Na análise de Petrônio Domingues, no período de 1889 até 1964, correspondente à primeira e à segunda fase do Movimento Negro Brasileiro, os principais termos de autoidentificação eram "homem de cor, negro e preto". Já na terceira fase deste Movimento (1978-2000) houve a adoção "oficial" do termo "negro" e posteriormente, usa-se, também, o "afro-brasileiro" e "afrodescendente". (Domingues, 2007).

fortalecidas em um espaço de lazer, afirmação identitária e apoio mútuo – a SRBUR.

Este estudo descortina que a trajetória da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense agregou dezenas de famílias que precisavam lidar cotidianamente com o fato de viverem em um território no qual a cidadania e a liberdade eram qualificadas a partir de linhas de cor[4], raça, classe, trabalho, dentre outros marcadores sociais. No município de Rosário do Sul negras e negros também

> enfrentaram de perto os desdobramentos de uma ideia de raça que hierarquizava as pessoas e, não raras vezes, determinava espaços sociais a serem ocupados, ora na sociabilidade, ora no acesso à tão sonhada cidadania, ainda que muitos deles e delas compartilhassem com outros sujeitos, de outras tonalidades de pele, os mesmos espaços de trabalho (Silva, 2023, p. 274).

Dentro de um universo no qual as impedia de viver plenamente a cidadania e a liberdade, famílias negras se uniram para fortalecer sua ancestralidade, forjar lugares e avançar na conquista de trabalho digno e direito ao lazer na sociedade de Rosário do Sul/RS.

Na capa do jornal "O Rosariense"[5], datado de 17 de abril de 1915, encontra-se a seguinte publicação:

> SOCIEDADE UNIÃO ROSARIENSE - Pelos ***homens de côr*** foi fundada nesta vila, uma associação de caráter recreativo, sendo eleito presidente o sr. Almir Soares, vice presidente Ignacio Francisco da Costa; Thesoureiro Perecilio da Rosa; Secretário Benjamim Francisco dos Santos, Procurador Antônio Silveira, Diretor Manoel Maria dos Santos. A inauguração official da sociedade dar-se-há no dia 1° de Maio, com pomposo baile, tendo o sr. Carlos Araujo redactor-interino desta folha e sua exma. esposa, sido

4 "Categoria elaborada por W.E.B. Du Bois, com a finalidade de descrever a desigualdade racial como um fenômeno que opera em escala global. A linha de cor é um termo que visa chamar a atenção para a existência de um conjunto de mecanismos de exclusão de populações não brancas que está na base da manutenção do poder político, econômico e ideológico do grupo racial branco". Notas do tradutor, In: Hartman, 2022, p. 29.

5 O periódico "O Rosariense" de propriedade e direção de Oscar Araujo, foi fundado no ano de 1906, com duas publicações semanais (quarta-feira e sábados). Circulava por localidades do Rio Grande do Sul e tinha assinantes também na República Oriental do Uruguai. Enfatizando que Oscar Araujo era sócio do Clube Comercial de Rosário do Sul e, em 19 de dezembro de 1913, foi eleito orador desta agremiação. (Fonte: Jornal A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS) - 1884 a 1937, Dia 18/01/1914. HDBN. Disponível em: http://memoria.bn.br/Doc Reader/388653/28642. Acesso em 28 nov. 2023).

> convidados para paranymphos da bandeira[6] da novel associação, aqual anguramos mil venturas.[7] (grifo meu)

Diante de um impedimento, no qual pessoas negras - pretas/mistas - não podiam frequentar espaços recreativos existentes na vila/cidade de Rosário como o Clube Comercial, fundado em 1909, elas criaram um projeto próprio tentando garantir seu direito social ao lazer. Ao mesmo tempo, agiam e se apresentavam na sociedade para além da visão negativa reservada às populações negras, tecendo imagens positivas de si mesmas por meio do associativismo.

O estudo apresentado no decorrer deste texto elenca alguns aspectos da trajetória de apenas dois sócios fundadores desta Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense[8] - Almir Soares Barbosa e Olympio Josende da Rosa - que, juntamente com parentes, amigos e amigas, buscaram construir um Brasil republicano com projetos próprios, e assim superar problemas comuns, reforçar laços de amizade, reciprocidade e enfrentamento ao racismo existente em uma nação que, desde seu início, se revelou não ser para todos e todas. E nesta escrita, não perdendo de vista de que "dar a ver e dar a ler um passado é sempre uma versão aproximativa, que pressupõe voos da imaginação" (Pesavento, 2004, p. 186)

A escolha destes dois protagonistas - Almir Soares Barbosa (1887-1955) e Olympio Josende da Rosa (1881-1981) - está ligada, sobretudo às fontes/documentos encontradas/os, uma vez que a historiadora e

6 Uma bandeira, diz José Murilo de Carvalho (1990), é uma representação simbólica oficial, mas, é também idealização, emblema e imagem. Geralmente na Sociedade União, a bandeira ia à frente da delegação em eventos como desfiles na semana da Pátria, festejos de carnaval, nos quais a Sociedade se fazia representar e, nesse sentido, era o seu símbolo maior. Também a bandeira era hasteada em funerais de associados/as desta agremiação. (Ata 02/10/1932).

7 Jornal O Rosariense, Anno X, nº 29, Rosário: Sábado, 17 de abril de 1915, p. 1 (final da 4ª coluna – matéria de capa).

8 Na noite de 1º de março de 1915, na então Vila de Rosário, hoje cidade de Rosário do Sul, o trabalhador Almir Soares Barbosa e 22 amigos – Ignacio Francisco da Costa, Benjamin Francisco dos Santos, José Percílio da Rosa, Manoel Maria dos Santos, Antônio da Silveira, David Ribeiro da Conceição, João Feliciano Prates, Cantídio de Carvalho, Alfredo da Silva dos Santos, Lelo Fernandes dos Santos, Olympio Josende da Rosa, Adolfo Flores de Oliveira, João Baptista Alves, Ivo Fernandes dos Santos, Abílio Severo, Antônio Silva dos Santos, Acácio Fernandes dos Santos, João Manoel Vianna, João F. de Camargo, Ulysses Mesas, Manoel Francisco da Silva e Antônio Francisco Silva – reuniram-se pela primeira vez com objetivo de formar uma associação negra denominada Sociedade União Rosariense. Aos 24 de abril deste mesmo ano o grupo continuou discutindo sobre a matrícula de associadas e associados e a formação do estatuto desta nova agremiação. A data fundante escolhida foi 1º de maio de 1915.

o historiador trabalham a partir de traços/marcas que sobreviveram e que foram acessadas durante o período de estudo, além de cruzar várias fontes com objetivo de reforçar a certeza (Jablonka, 2020, p. 183, 184). O fio que perpassa estes dois sujeitos que participaram do processo de fundação de um associativismo negro, carrega experiências comuns: provavelmente eles nasceram livres em decorrência da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, popularmente nomeada de Lei Ventre Livre (1871-1888); não eram nascidos no município de Rosário do Sul; eram homens negros urbanos; formaram famílias, se tornaram condutores de carros - *chauffeurs*[9] e agiram para existir coletivamente.

As diminutas provas documentais acessadas ficam longe de tornar possível a plena reconstrução da trajetória dos dois sócios fundadores da SRBUR. Mesmo assim, o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira acredita que "isso, indubitavelmente, não nos isenta de opinar e construir versões verossímeis" (2014, p. 94) sobre trajetórias de sujeitos negros. A tentativa é de aproximação daquilo que aconteceu na vida laboral e social de lideranças que estiveram à frente desta agremiação.

Almir Soares Barbosa: idealizador e fundador da Sociedade União

No dia 24 de setembro de 1887, em São Gabriel/RS, nasceu Almir, "pardo, filho natural de Malvina de Azambuja[10] e de Procópio

9 Com a instauração do regime republicano, em 15 de novembro de 1889, a administração municipal ganhou novo formato. As câmaras municipais deram lugar aos Conselhos de Intendência Municipais, instituições que, nos termos da lei, tinham grande autonomia, amparada pela Constituição Federal de 1891 (De acordo com o Título III, Art. 68, "Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.". BRASIL. Artigo 68 da Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ constituicao91.htm>. Acesso em 24 ago. 2023. A partir de então cabia à Intendência criar estratégias e ações no sentido de modernizar a cidade. A Vila de Rosário que estava recebendo novos moradores e se "modernizando" exigia intervenções no intuito de regularizar o tráfego de veículos motorizados. Os condutores, ou *chauffeurs*, deveriam comprovar que estavam aptos para exercer este ofício. As matrículas dos *chauffeurs* Almir e Olympio foram registradas no Livro de Registro das Matrículas de *Chauffeurs* – Intendência Municipal de Rosário (29/06/1926, p. 11 e 11/04/1927, p. 90). Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes – Rosário do Sul, RS. (Sobre a constituição do transporte urbano nas primeiras décadas do período republicano ver: Rodrigues, 2024).

10 Ao observar o assento eclesiástico de batismo e o registro de casamento civil constatam-se dados divergentes, em relação ao sobrenome da mãe do idealizador da SRBUR: o primeiro documento informa que é Azambuja, e o segundo, registra Barbosa. Em documentos civis cartoriais como registros de nascimento e de óbito das filhas de Almir, consta o sobrenome da senhora Malvina "Barbosa". Além disso, Almir assinou seu nome em sua Carteira Profissional como

Rodrigues Soares"[11]. O ofício de Procópio era criador e da Malvina afazeres domésticos. Almir foi batizado no dia 2 de abril de 1888 pelo vigário Leonardo Felippe Fortunato, na matriz de São Gabriel, pertencente à Igreja Católica Apostólica Romana e seus padrinhos foram Dr. Diocleciano Patricio de Azambuja[12] e Celanira de Azambuja. No contexto de pós-Abolição, segundo a historiadora Letícia Batistella Silveira Guterres, a atitude de convidar padrinhos como doutor Diocleciano, "estaria relacionada ao sentido de (re) inserção com segmentos sociais que, de algum modo, estariam em patamares mais elevados" (2005, p. 113).

O jovem Almir Soares Barbosa, com vinte e três anos de idade, na tarde de 15 de janeiro de 1910, contraiu matrimonio com Octília Azambuja[13]. "Ela solteira de vinte e um anos de idade, filha natural de Delicarliense[14] Patrício Azambuja e de Maximinea[15] da Rosa, natural deste estado e residente nesta cidade"[16]. Sebastião Menna Barreto, criador e Alfredo de Faria Correa, comerciante, testemunharam

"Almir Soares Barbosa" (Carteira Profissional de Almir Soares Barbosa – Departamento Nacional do Trabalho nº 82241 – 23/09/1937). Desta forma, dialogando com os estudos já realizados pelo historiador Paulo R. S. Moreira, é possível imaginar que a própria Malvina tenha manejado um sobrenome de prestigio – Azambuja – para que o padre registrasse o nome do pai do Almir no assento eclesiástico de batismo. (Sobre práticas de nominação ver: Weimer, 2008).

11 Livro 11 de Assentamento de Batismos da paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, município de Bagé, folha 41 v. – Acervo da Mitra Diocesana de Bagé, RS.

12 Deocleciano Patrício de Azambuja (1859-1911) era médico formado na então capital do Brasil, Rio de Janeiro. Atuou como chefe da Clínica Oftalmológica do professor Moura Brasil, na Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Quando retornou para sua cidade natal - São Gabriel/RS - passou a atender crianças e adultos em sua "Clínica Médico-Oculista" localizada ao lado da Praça Matriz, nº 37. (Fontes: Justificação de dívida. (São Gabriel). N: 1379; M: 50; E: 107 - João Bento Pereira Soares & Deocleciano de Azambuja, (1901). Justificação de dívida. (São Gabriel), N: 1394; M: 50; E: 107. Fiúzo Francisco Gonçalves & Deocleciano de Azambuja, (1908). Acervo do APERS. Porto Alegre, RS).

13 Nos registros civis-cartoriais (casamento de Octília e óbito das três filhas – Marina, Marilia e Maximília) aparecem diferentes formas da escrita do nome - Octília e Otília. Neste estudo será utilizado Octilia Azambuja Soares.

14 Nos registros civis-cartoriais (casamento e óbito de sua filha Octilia e nascimento de sua neta Marina) aparecem grafias divergentes: Delicarliense, Delicardiense e Delicardêncio.

15 Nos documentos oficiais aparece redação distinta das grafias em relação ao nome da mãe de Octília Azambuja: Maximínea da Rosa (registro de casamento) e Maximilia da Rosa (registro de óbito).

16 Casamento de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja, São Gabriel, 15 de janeiro de 1910. https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89L5-3JM8?cat=23599. Acesso em 10 de out. 2023.

este enlace matrimonial. Aqui é importante observar que na certidão eclesiástica de matrimônio[17] de Almir e Octília não constam os nomes das mães dos noivos, talvez pelo fato de não serem casados oficialmente pela Igreja Católica.

Alguns anos após o casamento, Almir Soares Barbosa e sua esposa Octília Azambuja Soares, passaram a residir na Vila de Rosário[18] e prestar serviços à família Vasconcellos. "Almir veio para Rosário em uma baixa dos militares de São Gabriel[19]. A família Vasconcellos descobriu que lá havia motorista e aí foi buscar. O tio Almir passou a trabalhar de chauffeur da família Vasconcellos"[20]; já Octília tornou-se babá de Eva, filha de Oliverio Ramos de Vasconcellos e Anathalya Ortiz de Vasconcellos, uma família tradicional de Rosário proprietária de muitos bens ligados ao ramo do comércio, indústria, agricultura e pecuária[21].

17 Livro 8 de Assentamento de Matrimônio da paróquia Arcanjo São Gabriel, município de São Gabriel, folha 88 v. – Acervo da Mitra Diocesana de Bagé/RS.

18 Durante a pesquisa, "na arte da escuta" e anotações no diário de Campo, foi concluído que membros da família Soares Barbosa foram escravizados pela família Azambuja. Então, sair da cidade de São Gabriel era uma forma de fugir do estigma da escravidão. Lares destruídos pela escravidão lutavam para se afirmar e estabelecer novas relações laborais e sociais após a emancipação. Quando Almir e Octília migraram de São Gabriel para Rosário, junto deles também se mudaram os irmãos do fundador da Sociedade União, Hernesto, Hercília e Gabino. Ainda jovem Gabino assumiu uma capatazia da Estância do Paraízo pertencente à família Vasconcellos. No ano de 1923, Gabino, alfabetizado, solteiro e *chauffeur* ingressou no Exército Brasileiro. (Fonte: Caderneta Militar de Gabino Soares Barbosa. Exército Brasileiro 1ª Linha, nº 1153, série A). Em 1925 foi promovido ao grau de 3º sargento e expedicionou no Paraná. No final da década de 1920, retornou para Rosário e continuou trabalhando em uma das estâncias da família Vasconcellos. Casou-se com Gonçalina Ramos, cujos ancestrais eram de etnia indígena. Desta união nasceram quatro filhas – Terezinha, Maria, Ana e Carmen - e três filhos – João Cleo, José Carlos e Dirceu. Por muitos anos a residência desta família se localizava na Rua Barão do Rio Branco, centro da cidade de Rosário do Sul. Na década de 1950 Gabino participou do processo de fundação do educandário Plácido de Castro e, em 1972, se tornou sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário do Sul, uma vez que prestava serviços rurais. Sua carteira de Trabalho e Previdência Social foi assinada por Nei Silveira Vasconcellos. (Fontes: Carteira Profissional nº 56589, série 299. Ficha nº 188; Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário do Sul).

19 Para comprovar a passagem de Almir pelo setor militar do município de São Gabriel, foram acessadas as seguintes instituições: 13ª Companhia de Comunicações Mecanizada, 6º Batalhão de Engenharia de Combate e 9º Regimento de Cavalaria Blindado, porém nada foi encontrado pelos secretários destas instituições, uma vez que apenas eles podem acessar os arquivos/acervos destes Quarteis.

20 Entrevista com Dirceu Ramos Soares no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

21 Diálogo com João Fernando Vasconcellos Osório, filho de João Alves Osório (prefeito de Rosário do Sul no período de 1964 até 1969) e Eva de Vasconcellos Osório. O interlocutor é neto de Anathalya Ortiz de Vasconcellos e de Olivério Ramos de Vasconcellos. E, Olivério é irmão de Ananias Vasconcellos que em 1933, vendeu um terreno localizado na Rua Bento Martins para Almir Soares Barbosa. (Fonte: Diário de campo – 28/07/2023 em Rosário do Sul, RS).

Como foi apresentado anteriormente, Almir recebeu a caderneta de *chauffeur,* expedida pela Intendência Municipal de Rosário, somente em 29 de junho de 1926, e, desta forma, legalizava o seu ofício.

De acordo com a carteira profissional emitida em 1937, Almir Soares Barbosa, nascido em 24 de setembro de 1888[22], casado com Octília Azambuja Soares, pai de três filhas - Marina, Maximília e Marilia – tinha a profissão de *chauffeur* e a instrução primária como formação. Além disso, podemos verificar neste documento que Almir havia sido contratado pela empresa "Lavoura de Arroz Santa Otília", localizada no município de Rosário, prestando serviços durante as décadas de 1930 e 1940. Esta propriedade agrícola pertencia a Olivério Ramos de Vasconcellos e seus filhos Mário Ortiz de Vasconcellos e Eva Ramos de Vasconcellos. Nas lembranças de Clóvis Soares Borges[23], neto de Almir, "depois que faleceu o seu Olivério[24], o meu avô trabalhou para o Mário Vasconcellos que foi prefeito em Rosário[25] e aí ele viajava muito"[26]. Almir era uma "pessoa de confiança, braço direito da família Vasconcellos"[27].

No Brasil, na década de 1930, houve o processo de implantação da carteira de trabalho[28] e os empregadores Vasconcellos procuraram se

22 No assento eclesiástico de batismo informa que a data de nascimento de Almir é 24/09/1887, e na lápide mortuária - Cemitério Municipal São Sebastião de Rosário do Sul – consta 24/09/1888.

23 Clóvis Soares Borges é filho de Adelar Borges e Maximina Soares Barbosa Borges. Neto de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja Soares. Seguindo o exemplo de seus avós e pais, o interlocutor Clóvis também participou de agremiações como: Presidente do Cassino dos Suboficiais e Sargentos da Guarnição de Porto Alegre (CSSGAPA) (1998 – 2003), Diretor Social do Canoas Country Club (1990 – 1992) e Diretor Social do Grêmio Recreativo Geraldo Santana de Porto Alegre (2000 – 2003).

24 Aqui é importante pontuar que Olivério e Ananias eram os filhos de José Rodrigues de Vasconcellos. Também, Olivério foi um dos sócios fundadores do Clube Comercial de Rosário, fundado em 14 de novembro de 1909. (Fonte: Diário Oficial, nº 1549, 29 de março de 1944, p. 886- 887).

25 Mário Ortiz de Vasconcellos – Prefeito do município de Rosário do Sul no período de 1947 até 1951.

26 Entrevista com Clóvis Soares Borges no dia 24 de setembro de 2022 em Canoas (RS).

27 Palavras de João Fernando Vasconcellos Osório (Fonte: Diário de campo – 28/07/ 2023 em Rosário do Sul, RS).

28 A historiadora Beatriz Ana Loner ao analisar "o perfil do trabalhador gaúcho na década de 1930" destaca que a carteira de trabalho, segundo seu criador, Marcondes Filho, "deveria trazer direitos aos trabalhadores, mas também representava uma espécie de resumo da vida profissional do mesmo, pois ao trazer todas as anotações de onde trabalhou, se transformava também em uma espécie de sinalizador aos seus patrões" (2008, p. 4).

adequar assinando a carteira de trabalho de seus funcionários. Neste caso, assinaram a carteira de trabalho de Almir enquanto *chauffeur*, com salário mensal de trezentos mil reis. O primeiro salário-mínimo foi instituído em julho de 1940 através do Decreto-Lei 2.162/1940, e o valor era de duzentos e quarenta mil réis. Almir, portanto, recebia pouco mais do que o havia sido definido como o ordenado para atender às necessidades básicas de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A obra "Rosário do Sul através do tempo: apontamentos de Mário Ortiz de Vasconcellos", organizada por Mara Regina Miranda de Souza, apresenta indícios de que o trabalho realizado por Almir Soares Barbosa ia além de ser *chauffeur* da família Vasconcellos.

> Na evocação das minhas lembranças juvenis nunca esqueci a "gripe espanhola", que ceifou, sem piedade, centenas e centenas de vítimas em Rosário. Lembro-me, também, quando toda a família ardia em febre; na nossa casa só ficaram de pé eu e o ***Mistoque (grande empregado do meu pai e meu amigo)***; fui o único ser disponível a ajudá-lo a colocar os mortos na carroça da prefeitura, que passava sempre depois do almoço pela rua onde morávamos [...] Cheio das estórias contadas no galpão da estância, eu, no princípio tinha medo de ajudar o Mistoque, mas como ele me dizia que se deixássemos os mortos ali nós pegaríamos a peste, e morreríamos também, eu resolvi ajuda-lo! (grifo meu) (Souza, 2004, p. 35)

O nome deste ***"grande empregado de meu pai"*,** preocupado com a saúde da coletividade rosariense, era Almir Soares Barbosa, homem negro, trabalhador, pai de família e sócio fundador da Sociedade União Rosariense. Seu nome[29], no entanto, não é citado na referida obra. A Sociedade União, em 1941 (Ata 13/05/1941), tendo o próprio Almir em sua presidência, auxiliou financeiramente a construção de um novo pavilhão em benefício do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Rosário. Este pavilhão era para atender os "tuberculosos" (Andreazza, 2005, p. 128). Na obra "Hospital de Caridade Nossa Senhora Auxiliadora" (Andreazza, 2005), também não consta a ajuda financeira prestada por um segmento populacional negro rosariense. Assim sendo, tanto cidadãos

29 A intelectual e ativista negra Lélia Gonzalez que uniu saberes das ruas, dos terreiros e das salas de aula, enfatizou que "negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido... ao gosto deles". (Bairros, 2009).

negros e cidadãs negras como instituições negras estão invisíveis na historiografia rosariense[30].

Entre os anos de 1911 e 1915, nasceram as três filhas de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja Soares: Marina, Maximília e Marilia. Observa-se que as três filhas do casal tem nomes cuja inicial é a letra M (Marina, Maximília e Marilia), remetendo ao mesmo da mãe do Almir (Malvina) e da mãe de Octília (Maximínea), talvez indicando respeito com a figura materna.

Almir e Octília, no ano de 1933, adquiriram um terreno, com uma casa de material coberta de zinco, localizado na Rua General Bento Martins, nº 2650, próxima da linha férrea[31], por 2 contos de reis. Os proprietários deste imóvel eram Ananias Vasconcellos e sua esposa Dolila Silveira Vasconcellos[32]. No final da década de 1930 "um irmão do Almir, cujo apelido era Guri, construiu esta casa aqui que existe até agora (Figura 1). Foi construída pelo irmão do seu Almir". O frontão triangular, "ele fez com cimento, a mesma frente que tem na casa grande. Muitas vezes me perguntam, 'por que tem aquele formato?'. Eu digo que foi o construtor que fez, o cara era bom e fez a imitação, uma miniatura na própria casa"[33].

30 Aqui é importante citar uma exceção. PRATES, Eloísa. **Pelo Escuro**: Nasce a cor da poesia. Curitiba: Appris, 2020. Trata-se de um livro que aborda aspectos da vida, obra e construção da consciência negra do poeta rosariense Oliveira Ferreira da Silveira.

31 Destaco que os trabalhos da linha férrea Saican-Livramento foram iniciados em agosto de 1907. "O primeiro trecho Entroncamento-Rosário foi entregue ao tráfego em 15 de novembro de 1909 e Rosário-Livramento em 1910" (Gautier, 2011. p. 99).

32 Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/D, folha 49, nº 6.759. Data: 03/11/1933

33 Entrevista com Herotildes Prestes da Silveira no dia 29 de abril de 2023 em Rosário do Sul (RS).

Figura 1 - Residência que pertenceu à família Soares Barbosa - 2023.

Fonte: Acervo Pessoal de Elaine Smaniotto. Nota: Residência, localizada na Rua General Bento Martins, nº 2650, Centro, Rosário do Sul/RS.

O interlocutor Clóvis Soares Borges, que até seus 9 anos de idade conviveu com seus avós Almir e Octília, tem em sua memória que "aqui na parte da frente desta casa tinha o escritório do meu avô, porque na época do seu Olivério Ramos de Vasconcellos, ele era motorista e gerente de bens que o seu Olivério tinha. Então o seu Olivério comprava bois e o seu Almir, gerenciava os negócios"[34]. Clóvis pontua que "esta casa tinha quatro quartos grandes. Depois meu pai (Adelar Borges) comprou o terreno ao lado, fez a casa e nós mudamos daqui para ali. Foi aonde eu me criei. [...] Eu nasci em 1941, minha lembrança é do trem passando ali. Indo e vindo de Livramento"[35], uma vez que a linha férrea se localizava bem próxima da residência em que habitavam. A água que abastecia a casa provinha de "um poço cavado com aproximadamente oito metros de profundidade"[36], localizado ao lado da casa. Com o auxílio de cordas e baldes, a água era retirada e utilizada nos afazeres domésticos e na higiene pessoal da família Soares Barbosa e também era disponibilizada para vizinhas e vizinhos.

34 Entrevista com Clóvis Soares Borges no dia 24 de setembro de 2022 em Canoas (RS).

35 Entrevista com Clóvis Soares Borges no dia 24 de setembro de 2022 em Canoas (RS).

36 Entrevista com Herotildes Prestes da Silveira no dia 29 de abril de 2023 em Rosário do Sul (RS).

Em fevereiro de 1941 a família de Almir e Octília adquiriu seis quadras de terras localizadas no subúrbio da cidade, local denominado Olaria, no prolongamento da Rua Amaro Souto, e o valor pago por esta propriedade foi dez contos de reis[37]. Clóvis Soares Borges conta que "a família da minha tia Marina morava lá na chácara do meu avô. O meu tio, o Alfeu, era chefe dos eletricistas da Swift Armour"[38]. Mesmo a propriedade estando localizada próxima ao centro urbano, possuía características rurais. Em seu entorno, eram cultivadas hortaliças e árvores frutíferas. Desenvolviam a criação de animais bovinos, ovinos[39] e aves para a própria subsistência. Clóvis lembra que na casa de sua avó Octília "sempre tinha doce. Esses doces eram feitos na chácara. No tempo de pêra, a gente quase morria descascando pêra para fazer os doces! (risos) Também era feito doce de figo, doce de laranja, sempre tinha doce em casa" [40]. Herotildes Prestes da Silveira, vizinho, afilhado de Adelar Borges e amigo de Clóvis Soares Borges, enfatiza que a dona Octília "era uma pessoa muito comunicativa, e quando a gente chegava lá ela sempre ofertava café e doces. Sabe que guri gosta de doçura, né. Eu sempre gostei de doçura! (risos e lágrimas)" [41].

37 Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3-G, folha 7, nº 10.110. Data: 12/02/1941

38 Entrevista com Clóvis Soares Borges no dia 24 de setembro de 2022 em Canoas (RS). Aqui é importante pontuar que a Companhia Swift do Brasil S. A. instalou-se em Rosário/RS em 25 de março de 1917. Era um matadouro frigorífico em que, na segunda década do século 20, no período de safra, a matança de bovinos ultrapassou 70 mil cabeças. Durante a Segunda Guerra Mundial, em apenas uma safra abateu mais de 120 mil cabeças de gado, quando cerca de 3.000 operárias/os trabalhavam dia e noite. Muitos destas/es operárias/os eram sócias/os da SRBUR. A empresa foi uma das grandes distribuidoras de alimentos para os Estados Unidos. A linha férrea facilitava o transporte até os portos nos quais a carne era exportada e também era comercializada em território nacional. Posteriormente esta Companhia passou a ser administrada por uma empresa canadense, depois pelo grupo Antunes, e finalmente se associou a Companhia Armour, que concentrou suas atividades em Santana do Livramento. Dentro de um contexto de pós-guerra, os mercados no exterior foram se reorganizando e a pecuária passou a ser desvalorizada. Então, a Swift de Rosário começou a produziu conservas de ervilhas e milho verde. Esta empresa foi desativada no ano de 1982 acarretando uma crise de desemprego no município de Rosário do Sul.

39 A ovinocultura foi uma importante atividade econômica de Rosário do Sul, tanto pela comercialização da lã como pelo consumo da carne. Segundo dados dos censos do RS (1803-1950) o município de Rosário, em 1913 contava com um efetivo rebanho ovino de 53.270; em 1940 aumentou para 59.319 e em 1950 chegou a 112.922 o número total de cabeças deste rebanho. (Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. 1981 p. 192, 237, 296). Sobre a ovinocultura no Rio Grande do Sul ver: Santos, 2018.

40 Entrevista com Clóvis Soares Borges no dia 24 de setembro de 2022 em Canoas (RS).

41 Entrevista com Herotildes Prestes da Silveira no dia 29 de abril de 2023 em Rosário do Sul (RS).

Segundo o interlocutor Clóvis, na Figura 2 está o registro fotográfico do casal Octília e Almir na Praça XV de Novembro, uma das mais antigas e tradicionais da cidade de Porto Alegre, também conhecida como Largo do Paraíso. A presença deles na capital do estado/RS remete-nos a imaginar que os mesmos costumavam participar de eventos promovidos por Sociedades Recreativas, visitar amigas, amigos ou parentes. O casal escolheu um momento para parar em frente aos arbustos verdes existentes neste espaço público, fazer uma pose, ombros alinhados, olhar fixo para a câmera, semblante sério e possibilitar o registro do corpo inteiro, determinando assim como sua imagem seria mostrada, vista e lembrada.

Figura 2 - Octília Azambuja Soares e Almir Soares Barbosa – década de 1940.

Fonte: Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges. Nota: Praça XV de Novembro - Centro Histórico - Porto Alegre/RS.

No período aqui retratado, Octília e Almir, juntamente com suas filhas, parentes, amigas e amigos, participavam ativamente das atividades promovidas pela SRBUR. Octília Azambuja Soares, esposa de Almir, nos anos de 1925, 1927, 1928, 1929 e 1935, atuou como diretora da Ala Feminina da Sociedade União. Na reunião de 01/06/1928 a 2ª diretora,

Almedorina Rodrigues, apresentou a nova sócia - Maximilia Soares Barbosa - que foi aceita. Observa-se que mesmo sendo filha do presidente e da 1ª diretora, ela também passou pelo processo de apresentação e aceitação para, desta forma, ingressar neste associativismo. As regras convencionadas pela Sociedade em seus estatutos deveriam ser seguidas por todas e todos. Além do mais, é provável que a família Soares Barbosa, por ser chefiada pelo fundador e pela participação nos cargos diretivos do clube, procurasse demonstrar-se como modelos de conduta dentro do grupo, cumprindo de forma cuidadosa os deveres, as normas e os comportamentos demandados às associadas e aos associados.

As filhas de Almir e Octília também atuavam na diretoria da Ala Feminina. Em 24/04/1935 Marina Soares Barbosa foi eleita oradora. Em 24/04/1938 Marilia Soares Barbosa foi eleita 1ª procuradora. Em 02/05/1940 Maximilia Soares Borges foi eleita 2ª diretora e seu esposo, Adelar Borges (um *chauffeur*, como o sogro), foi eleito orador da Sociedade União em 24/04/1940.

Almir Soares Barbosa atou de forma intensa na Sociedade Recreativa União Rosariense[42]. Foi ele quem deu nome a esta agremiação. Segundo a Ata de 01/03/1915, Almir falou "que esta sociedade seria com o nome de Sociedade União Rosariense". Nesta ocasião foi formada a primeira diretoria, sendo que Almir assumiu o cargo de presidente e, fazendo uso da palavra, convidou para uma sessão de assembleia geral no dia 24 de abril de 1915. Ao todo, 20 homens assinaram a Ata da assembleia na qual Almir apresentou os estatutos que foram discutidos e aprovados. Ficou acertado a data de fundação da Sociedade em 1º de maio de 1915. Almir pediu aos sócios presentes que tivessem o melhor procedimento, e se portassem do modo mais correto possível na noite do baile de *galla*, ato que marcaria a inauguração desta Sociedade.

De acordo com a Ata de 05/11/1915, o secretário e também sócio fundante da Sociedade União, João Manuel Vianna, registrou que o presidente Almir, declarou perante a assembleia geral que teria de

42 Durante a trajetória da Sociedade União Rosariense Almir Soares Barbosa participou ativamente na diretoria desta agremiação. Foi eleito presidente nos anos de 1915 até 1919; 1931; 1938 e 1939; e, 1941. Foi orador no ano de 1920; 1922 até 1930; 1932 e de 1934 até 1937; atuou, em 1922, enquanto vice-presidente substituto. Como o livro de Atas de reuniões de diretoria e assembleia geral correspondente ao período de 1942 até 1958 não foi encontrado, não é possível afirmar se Almir exerceu outras funções nesta associação além do que foi aqui explicitado.

ausentar-se por alguns dias a bem de seus negócios e que deixaria em seu lugar o vice-presidente Ignácio Francisco da Costa[43] para seguir os destinos da Sociedade, fazendo votos de que dali em diante "marcha-se com passos agigantados pelo progresso e pelo socialismo". Neste sentido, este espaço também foi pensado em uma perspectiva de inserção social e para isso era necessário demarcar presença na cidade.

Nos discursos proferidos em assembleias gerais e reuniões de diretoria por Almir, evidencia-se uma constante preocupação para que "todos os sócios agissem da melhor forma possível para alcançar o triunfo e o brilhantismo desta sociedade" (Ata 05/11/1915), pois, esta agremiação era formada por famílias que seguiam um conjunto de regras de conduta desejáveis na vida em sociedade. Almir dizia que os sócios que tivessem em atraso de mensalidades deveriam "liquidar-se com a tesouraria o mais breve possível para engrandecimento desta sociedade" (Ata 02/06/1916). Constantemente ele solicitava que todos liquidassem os seus débitos e respeitassem os estatutos e quem não seguisse os estatutos deveria ser eliminado. O sócio-fundador do Clube União também defendia e reivindicava que só poderia votar e ser votado quem estivesse em dia com a tesouraria, pois ali era um espaço de direitos a serem vividos e deveres a serem cumpridos.

No entendimento de Almir, a Sociedade União deveria "marchar com entusiasmo para o progresso da mesma" (Ata 26/04/1919); demonstrar "o bom comportamento, pelo caminho da moral da educação e civilização" (26/05/2020); no encontro realizado em 13 de maio de 1924, enfatizou em sua fala que "no passado não tinham liberdade e hoje somos todos senhores de si", portanto, nas palavras e ações é possível perceber que ele possuía uma consciência de classe e raça. Na atividade de orador desta agremiação, Almir geralmente não aprovava a escrita da Ata anterior, apontando algo que tinham discutido e que o secretário

43 Ignácio Francisco da Costa faleceu em 24/01/1928, aos 64 anos de idade. Na Ata datada de 01/03/1928, o então secretário Manoel Baptista registrou que em assembleia geral realizada na sede da Sociedade, localizada na Rua Voluntários da Pátria, o presidente Gregório Rodrigues comunicou que foi efetuada a compra do caixão, no qual, foi sepultado o corpo do senhor Ignácio Francisco da Costa. No dia 07/04/1928, em sessão extraordinária, o orador Almir Soares Barbosa "pronunciou uma sentida, mas apreciável oração relembrando o quanto nos era justo prestar tal homenagem". Na sequência desta sessão o sócio e fotógrafo Romário Lopes, empossado presidente em maio de 1928, relembrou os trabalhos realizados por Ignácio em prol da associação. Em seguida "convidou o auditório para passar 1 minuto *cabis* baixa em sinal de pesar para a irreparável perca" (Ata 07/04/1928).

não havia registrado. Neste sentido, percebe-se uma preocupação não só com a correção em relação à condução da Sociedade, mas com a própria narrativa elaborada sobre as vivências negras experienciadas no espaço urbano rosariense, e talvez até com o legado que elas poderiam deixar para o futuro.

Na assembleia geral de 01/05/1919 o presidente falou que estava orgulhoso perante o público presente por ver passar mais um ano de fundação da Sociedade, e que não tinha frases suficientes para expressar o contentamento que estava sentindo. Nesta oportunidade, Almir também pedia que os associados continuassem "permanecendo sempre na unificação da família e na raça etiópica de nossos antecessores homens de talento e espirito que souberam conquistar". Portanto, esta narrativa conecta/valoriza os saberes ancestrais e convida para seguir lutando[44]. É possível que falas contendo este teor também fossem realizadas em outras Sociedades/Clubes. No dia 1 de novembro de 1933, Almir Soares Barbosa realizou palestra no Clube 15 de Novembro no município de Santana do Livramento.

Consta nas Atas que Gabino, irmão de Almir se tornou sócio da União em maio de 1918 e foi seu 2º Secretário no período de 01/08/1920 até 13/12/1920. Na década de 1950 recebeu o título de sócio remido desta Sociedade[45]. Os filhos de Gabino e sobrinhos de Almir, como João Cleo Ramos Soares e Dirceu Ramos Soares, também participavam da diretoria da Sociedade União. João Cleo, em abril de 1973, foi eleito vice-presidente, e assumiu a presidência no período de outubro até dezembro daquele ano. João Cléo renunciou ao cargo de presidente porque foi residir em Porto Alegre. Dirceu Ramos Soares, graduado em Educação Física no ano de 1973, atuou enquanto 1º secretário (1981 até 1983), e responsável pelo Departamento de Esportes (1995 até 1997). O secretário Arsenio Severo Candido registrou na Ata datada de 7 de maio de 1960 "o engrandecimento de nossa raça no esporte". O interlocutor Dirceu enfatiza que "a gente participava dos campeonatos. Tinha o campeonato de futebol de campo, futebol de praia[46]. A União

44 Sobre a expressão "raça etiópica" ver: Germano, 2010; Silva [*et al*.]. 2017.

45 Ser sócio remido significava o reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Sociedade União.

46 A Praia das Areias Brancas é um balneário de água doce - Rio Santa Maria, localizada na cidade

sempre estava presente" E segue dizendo que "Inclusive no 1º de maio existia aquela confraternização: Jogos entre casados e solteiros. Assim se comemorava a data"[47]. Lembro que o dia 1º de maio foi escolhido como a data fundante da Sociedade Recreativa União Rosariense, sendo a efeméride principal da associação. Dirceu Ramos Soares era um dos atletas do time de futebol que representava a Sociedade União na cidade de Rosário do Sul e na região.

Em 5 de outubro de 1955 o eletricista Alfeu Alves Soares foi ao cartório da Comarca de Rosário do Sul para registrar o óbito do sogro Almir Soares Barbosa[48]. O laudo assinado pelo Dr. José Antunes atestou o motivo da morte: neoplasma do esôfago. Almir tinha, então, 68 anos de idade. O corpo foi sepultado no Cemitério Municipal São Sebastião de Rosário do Sul, RS. Após oito anos (19/05/1963), sua esposa Octília Azambuja Soares[49] faleceu, vítima de insuficiência cardíaca e cirrose hepática, segundo o laudo do Dr. Osvaldo Feier. O corpo foi sepultado no Cemitério Católico da cidade de Lajeado/RS e, segundo o interlocutor Clóvis Soares Borges, após alguns anos, os restos mortais de Octília foram transportados e depositados juntamente com os despojos do seu esposo Almir. Uma lápide pedindo lembranças em cuidadosas letras de forma. Porém nela, consta apenas o nome de Almir: "Aqui jaz Almir Soares Barbosa (24/09/1888 .+. 05/10/1955) Saudade eterna de tua esposa, filhos, genros e netos"[50].

Olympio Josende da Rosa: sócio fundador da Sociedade União

Olympio Josende da Rosa nasceu em Alegrete no dia 25 de julho de 1881[51], filho de Maria Vicência dos Santos e Porfírio Josende da Rosa.

de Rosário do Sul. Possui 3 km de areia branca e natural. Este espaço é bastante frequentado pela população local e regional.

47 Entrevista com Dirceu Ramos Soares no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS). Diário de Campo de 29 de junho de 2022 em Rosário do Sul, RS.

48 Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul. Certidão de Óbito. Livro: C-11 – fls 75v – Termo: 7440.

49 Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Lajeado. Certidão de Óbito. Livro: C-14 – fls 268 v. Termo: 2562.

50 Cemitério Municipal São Sebastião, Rua Antenor Miranda Rocha, Rosário do Sul, RS.

51 Nos documentos oficiais observam-se divergências quanto ao ano de nascimento de Olympio Josende da Rosa (1881, 1889 ou 1890) e na grafia do nome (podendo ser escrito com i ou y).

Em 30 de dezembro de 1918 Olympio, residindo na vila de Rosário, casou-se com Maria Francisca da Silva. Ela, filha de Feliciano Francisco Martins e Maria Manoella Martins da Silva, tinha então 20 anos de idade. Após quatro anos do casamento civil, Olympio e Maria também se casaram em cerimônia religiosa, celebrada pelo padre Ângelo Bartelle[52], na Igreja Católica da Vila de Rosário[53]. Desta união, nasceram três filhas - Neuza, Ondina e Teresinha – e, sete filhos - Alvarim, Ari, Feliciano, Acelino, Anery, Alcidiney e Onofre.

Figura 3 - Maria Francisca da Silva Rosa e Olympio Josende da Rosa – década de 1940

Fonte: Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa

Na parede da sala de estar da casa de Alcidiney Josende da Rosa, um dos filhos de Olympio e de Maria, está o retrato de seus pais (Figura 3). Trata-se de uma pintura realizada por um especialista que procurou retratar a identidade, personalidade e emoções do casal. Este "estar exposto" na parede pode ser lido como um desejo de memória familiar e ajuda a "não esquecer" (Koutsoukos, 2010, p. 81). A memória, por sua vez, é indispensável para a formação da identidade. Dessa maneira,

52 O padre Ângelo Bartelle, por 40 anos atuou no município de Rosário do Sul (1917 – 1957). Além de sua atividade religiosa, foi Inspetor Escolar do município de Rosário, posto equivalente ao de Secretário de Educação nos dias atuais. Também exerceu o magistério e direção escolar.

53 Livro 1 de assentamentos de Matrimônio (1919 – 1932), Paróquia Nossa Senhora do Passo do Rosário, município de Rosário, folha 18. Acervo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Rosário do Sul, RS.

o retrato e as lembranças por ele despertadas recuperam momentos vividos e mostram para gerações futuras, de alguma forma, a história da família e de determinado período histórico, ou seja, funciona como um mediador entre o passado e o presente, sobretudo por contribuir para a presentificação de antepassados na vivência atual da família Josende da Rosa.

A caderneta[54] expedida pela Intendência Municipal no ano de 1927 possibilitou que Olympio Josende, com 38 anos, passasse a atuar enquanto *chauffeur*. Já a carteira de Habilitação Profissional de Tração Animal (Figura 4), expedida pela Delegacia de Polícia, informa que Olympio Josende da Rosa, com 59 anos de idade, trabalhava no ofício de carroceiro e jornaleiro.

Figura 4 - Carteira de Habilitação de Olympio Josende da Rosa – 1940.

Fonte: Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa

A carroça, de sua propriedade, era puxada por dois cavalos que recebiam os cuidados necessários do próprio dono. Alcidiney Josende da Rosa lembra que "meu pai ia até a estação ferroviária. Ali todos os

54 Livro de Registro das Matrículas de Chauffeurs – Intendência Municipal de Rosário (11/04/1927, p. 90). Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes – Rosário do Sul, RS.

carroceiros estacionavam suas carroças e aguardavam pela chegada do trem", cujo trajeto era da cidade de Santana do Livramento até Porto Alegre. "Meu pai fazia frete para todo mundo". De acordo com suas memórias "lá na estação chegava muita coisa. Vinha galinha, cachorro, porco. Vinham todos naquelas gaiolas. Também vinham pessoas e malas. Ele levava as malas para a casa de quem solicitava [...] Na cidade todo mundo conhecia meu pai[55]. Na estação, recém-chegados, diversificavam a multidão, estranhos se tornavam conhecidos e o fluxo de chegadas e partidas tornava a vila/cidade mais viva. A residência da família de Olympio Josende da Rosa e Maria Francisca da Silva Rosa se localizava na Rua João Brasil, esquina com a Rua Benjamin Constante, em torno de nove quadras distante da Praça Borges de Medeiros e dez quadras da Estação Ferroviária.

A partir dos anos de 1920 a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, com administração do governo estadual, "recebeu as atenções e os investimentos condizentes com sua proporção de principal meio de transporte de longa distância, a potencializar a circulação e as trocas comerciais" (Harres, 2002, p.220). Dentro deste contexto, Rosário também participou do processo de urbanização e protagonismo no interior do Estado, isso em grande medida da decorrência de sua estação férrea que a interligava a outras cidades. Neste cenário, por vários anos, o transporte férreo, com idas e vindas de produtos, pessoas, etc., servia, regularmente, aos brasileiros e uruguaios e consequentemente, impulsionava mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais.

Olympio também trabalhou na Casa Josende. Trata-se de uma empresa comercial estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, centro da Vila de Rosário. Ali eram comercializados secos e molhados, tecidos, louças, ferragens, miudezas e artigos de bazar. Durante entrevista, quando perguntado ao interlocutor Alcidiney se o dono da Casa Josende tinha parentesco com a sua família, ele respondeu: "Até hoje não sei (risos). Eles eram ricos e nós éramos pobres. Meu pai trabalhou, por muitos anos, na Casa Josende de balconista e de carroceiro, entregava mercadorias"[56].

55 Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

56 Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 24 de abril de 2022 em Caxias do Sul (RS).

Maria Francisca da Silva Rosa, esposa de Olympio, se envolvia com os afazeres domésticos e cuidados das filhas e dos filhos. Além disso, trabalhava lavando roupas. O interlocutor Alcidiney contou que sua mãe e suas irmãs "lavavam roupas de pessoas ricas da cidade. Pegavam uma trouxa de roupas e iam lavar na beira do rio. Recebiam dinheiro quando entregavam a roupa limpa"[57]. Este ofício exigia coragem e força para lavar, torcer e pendurar lençóis, toalhas, cortinas e roupas diversas. No inverno, o minuano[58] dificultava ainda mais o trabalho das lavadeiras uma vez que neste trabalho físico, por diversas vezes as mãos rachavam, inchavam, ficavam doloridas devido ao frio e ao uso de sabão cáustico e outros produtos de limpeza. Diversas associadas da SRBUR, além das atividades domésticas também exerciam o ofício de lavadeiras. Parte dos valores recebidos poderia ser utilizada para pagar as mensalidades e, desta forma, continuar participando das atividades na Sociedade União.

As vivências da família Josende da Rosa não foram diferentes das vivências de centenas de famílias negras de sua época. Todos e todas começavam a trabalhar ainda na infância, dificultando e até mesmo impedindo o acesso regular aos estudos, uma realidade ainda bem presente. O interlocutor Alcidiney falou "houve um período em que na propriedade dos meus pais, tinha vacas de leite. A mãe e o pai tiravam leite e a gente vendia este leite na cidade. Ali também criavam galinhas e gansos para o próprio consumo"[59]. Além da carne e dos ovos, as penas também eram utilizadas para confeccionar fantasias e brincar o carnaval. Na sequência do diálogo sobre o passado de seus familiares, Alcidiney enfatizou que o seu irmão,

> Alvarim era funcionário da empresa Swift do Brasil S.A. de Rosário, onde sofreu um acidente de trabalho e perdeu parte da mão na serra. O Ari trabalhava em uma agência bancária e depois foi para Porto Alegre. O Acelino trabalhou em minas de carvão. O Anery era oficial do exército no Rio de Janeiro. O Feliciano era sapateiro. O Alcidiney, eu, comerciário e bancário. O Onofre trabalhou fora da cidade em várias empresas, era

57 Ibidem.

58 "Vento que sopra frio e forte durante o inverno no Pampa gaúcho, vem dos Andes, na Região Sudoeste do Rio Grande do Sul, local onde habitava a Tribo dos índios Minuanos" (Prates, 2020, p 33)

59 Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

> jornaleiro. A Neuza faleceu jovem, eu não a conheci. A Ondina trabalhou de doméstica, na casa do doutor Chagas. A Terezinha também trabalhou na Companhia Swift do Brasil S.A. na produção de ervilhas[60].

Na vida da família Josende da Rosa também tinha espaço para o lazer. Olympio Josende da Rosa foi sócio fundador da Sociedade Recreativa União Rosariense. Ele, juntamente com sua família, participava dos eventos propostos por esta agremiação. Em 1917 e 1919 exerceu o cargo de orador. Os filhos e as filhas de Olympio e Maria Francisca atuaram na diretoria da SRBUR por várias décadas. Ari Josende da Rosa foi procurador (1940), diretor (1961) e comissão de sindicância (1962 e 1963). Feliciano Josende da Rosa foi 2º diretor (1957, 1961 e 1962), 1º diretor (1963) e comissão de sindicância (1977 até 1982). Já Alvarim atuou enquanto 2º diretor (1940). Anery foi vice-presidente (1957, 1958, 1960 e 1961). Teresinha foi 3ª diretora (1963) e Acelino fez parte da comissão de sindicância (1964, 1968 e 1969). Alcidiney também participou intensamente, foi bibliotecário (1957, 1958 e 1961), tesoureiro (1962 e 1969), fez parte da comissão de sindicância (1963 e 1965), foi procurador (1968). Em eventos como baile de debutantes, festa de aniversário da sociedade, bailes de carnaval e tantos outros, Alcidiney sempre estava presente. Ele ressalta que "a gente vivia naquela vida difícil e ter uma Sociedade para se reunir, festejar e trocar ideias não tinha coisa melhor!"[61] Uma vez que a Sociedade União desenvolvia um projeto social/coletivo que propunha bailes, festivais culturais, saraus, confraternizações, atividades esportivas e assistenciais numa tentativa de efetivação da cidadania e afirmação de identidade em um contexto racializado no qual se procurava desconstruir negativas marcas estabelecidas aos/às afrorrosarienses.

Após alguns anos de namoro e se divertindo em eventos promovidos pela Sociedade União, em 30 de julho de 1960, ocorreu o assento de matrimônio de Alcidiney Josende da Rosa e Terezinha Araujo Xavier[62]. O noivo, nascido em Rosário, estava com 22 anos de idade quando

60 Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 24 de abril de 2022 em Caxias do Sul (RS).

61 Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

62 Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-15 – Folha 299. Termo: 4.637.

casou; ele comerciário (atendente em farmácia) e depois funcionário no Banco Banrisul. A noiva, nascida em Santa Maria, também com 22 anos de idade ao contrair matrimônio, era encarregada dos afazeres domésticos, filha de Elvira Araujo Xavier e Alvindo Gonçalves Xavier. Depois de casada, "Terezinha fez o curso técnico de costureira e depois fez o de enfermagem e trabalhou por um tempo no hospital"[63]. Era mais uma família que se formava a partir de um relacionamento que foi fortalecido na SRBUR. Desta união, nasceram quatro filhas - Maria, Gláucia, Edna e Kátia - e dois filhos - Alcindo e Alcidiney Filho. Além de participar da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, Alcidiney Josende da Rosa era sócio da Sociedade Operária Beneficente Recreativa, presidente da Escola de Samba Vagalumes do Amor e um dos fundadores da Escola de Samba Embaixadores do Ritmo.

Na manhã de 30 de janeiro de 1981, Alcidiney Josende da Rosa foi ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, município de Rosário do Sul, para registrar o óbito de seu pai Olympio Josende da Rosa. O laudo assinado pelo médico Mário Eleu da Silva deu como causa da morte: Insuficiência cardíaca e hipertensão arterial. O corpo foi sepultado no Cemitério Municipal São Sebastião de Rosário do Sul/RS.

Considerações finais

A partir de uma leitura atenta em documentos diversos e da escuta das vozes de interlocutores negros atentei para a emergência de outras perspectivas da história de Rosário do Sul. Neste sentido, pode-se afirmar que, assim como as famílias de Almir Soares Barbosa e Octília Azambuja Soares e, de Olympio Josende da Rosa e Maria Francisca da Silva Rosa, diversas outras foram cotidianamente forjando lugares tanto para o exercício do trabalho, seja ele permanente ou temporário, no setor público ou privado, quanto para a vivência cidadã conquistando direitos por meio do associativismo. Desta forma, foi possível resistir e existir nos difíceis anos do pós- Abolição no qual o processo de racialização reproduzia-se fortemente tanto no universo laboral como no social.

O mapeamento de trajetórias de sócios fundadores da SRBUR e de suas famílias, informa que eles e elas criavam canais de interlocuções

63 Entrevista com Alcidiney Josende da Rosa no dia 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

com a sociedade civil, circulavam por mais de uma associação local, seja relacionada às questões identitárias, de classe, de religiosidade, festejos carnavalescos ou práticas esportivas, e assim "inseriram-se no âmago do progresso e se auto representavam na sociedade que, em parte, os excluía e, em parte, com eles dialogava" (Silva, 2023, p. 276).

Em oposição ao apagamento de experiências individuais e coletivas[64], seguem vivas na memória, nos acervos e fruem do direito à visibilidade e à historicidade, mesmo que parcialmente. Por meio de fragmentos orais/escritos/imagéticos torna-se possível fazer emergir trajetórias que a história não contou, mas que sempre ali estiveram.

Fontes de pesquisa:

***Fontes Orais**:*

Entrevistas com Alcidiney Josende da Rosa nos dias 24 de abril e 15 de novembro de 2022 em Caxias do Sul (RS).

Entrevista com Clóvis Soares Borges no dia 24 de setembro de 2022 em Canoas (RS).

Entrevista com Dirceu Ramos Soares no dia 22 de fevereiro de 2022 em Rosário do Sul (RS).

Entrevista com Herotildes Prestes da Silveira no dia 29 de abril de 2023 em Rosário do Sul (RS).

Fontes imagéticas:

Fotografia da Residência que pertencia à família Soares Barbosa – Rua General Bento Martins, nº 2650, Centro, Rosário do Sul/RS. 2023. Acervo Pessoal de Elaine Smaniotto.

Fotografia de Octília Azambuja Soares e Almir Soares Barbosa – década de 1940. Acervo Pessoal de Clóvis Soares Borges.

64 Agremiação criada e mantida por afrorrosarienses entre os anos de 1915 até 2018. Ou seja, a Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense foi fundada em 1º de maio de 1915 e possui junto a Receita Federal do Brasil a situação cadastral "INAPTA" desde 28 de setembro de 2018. Receita Federal do Brasil – Sociedade Recreativa beneficente União Rosariense. Disponível em: https://brasilcnpj.org/rs/rosario-do-sul/sociedade-recreativa-beneficente-uniao-rosariense-95284295000181. Acesso em 10 jan.2022.

Fotografia – Retrato de Maria Francisca da Silva Rosa e Olympio Josende da Rosa - década de 1930. Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa.

***Outras fontes*:**

- Assentamento de Batismos da paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, município de Bagé, Livro 11, fl. 41 v. – Acervo da Mitra Diocesana de Bagé, RS.

- Assentamento de Matrimônio da paróquia Arcanjo São Gabriel, município de São Gabriel, Livro 8 de fl. 88 v. – Acervo da Mitra Diocesana de Bagé/RS.

- Assentamentos de Matrimônio (1919 – 1932), Paróquia Nossa Senhora do Passo do Rosário, município de Rosário, Livro 1, folha 18. Acervo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Rosário do Sul, RS.

- Atas da SRBUR de 1915 até 1941 e 1959 até 1965. Acervo da Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, sob a custódia de Nara N. F. Machado e Adão R. da S. Machado.

- Autos de Inventário (Rosário). N: 370. M: 21. E: 92. Inventariante: Joaquina Silveira da Costa. Inventariado: Ignácio Francisco da Costa (1928). Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, (APERS). POA, RS.

- BRASIL. Lei de 28 de Setembro de 1871. Art. 1 "§ 1° Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm> Acesso em 5 ago. 2023.

- BRASIL. Artigo 68 da Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ constituicao91.htm>. Acesso em 24 ago. 2023.

- Carteira de Habilitação de Condutor Profissional de Tração Animal, 05 de junho de 1940. Acervo Pessoal de Alcidiney Josende da Rosa.

- Caderneta Militar de Gabino Soares Barbosa. Exército Brasileiro 1ª Linha, nº 1153, série A.

- Carteira Profissional de Almir Soares Barbosa – Departamento Nacional do Trabalho nº 82241 – 23/09/1937.

- Carteira Profissional de Gabino Soares Barbosa. nº 56589, série 299. Ficha nº 188. Assinatura do Presidente do Sindicato Orestes Maicá da Rosa. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário do Sul, RS.

- Certidão de Casamento de Almir Soares Barbosa e Otília Azambuja, São Gabriel, 15 de janeiro de 1910. https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89L5-3JM8?cat=23599. Acesso em 10 de out. 2023.

- Diários de Campo: 29/06/2022; 16/10/2022 e 28/07/2023; em Rosário do Sul, RS.

- Diário Oficial, nº 1549, 29 de março de 1944, p. 886- 887.

- Jornal O Rosariense, Anno X, nº 29, Rosário: Sábado, 17 de abril de 1915, p. 1.

- Jornal A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS) - 1884 a 1937, Dia 18/01/1914. HDBN. Disponível em: http://memoria.bn.br/Doc Reader/388653/28642. Acesso em 28 nov. 2023.

- Justificação de dívida. (São Gabriel). N: 1379; M: 50; E: 107 - João Bento Pereira Soares & Deocleciano de Azambuja, (1901). Justificação de dívida. (São Gabriel), N: 1394; M:50; E: 107. Fiúzo Francisco Gonçalves & Deocleciano de Azambuja, (1908). Acervo do APERS. Porto Alegre, RS.

- Lápide mortuária - Cemitério Municipal São Sebastião, Rua Antenor Miranda Rocha, Rosário do Sul, RS.

- Livro de Registro das Matrículas de Chauffeurs – Intendência Municipal de Rosário (29/06/1926, p. 11 e 11/04/1927, p. 90). Acervo do Museu Municipal General Honório Lemes – Rosário do Sul, RS.

- Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul, Certidão de Casamento. Livro: B-15 – fls. 299. T: 4.637.

- Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-11 – fls. 75v – T: 7440.

- Registro Civil de Pessoas Naturais. Comarca Lajeado/RS, Certidão de Óbito. Livro: C-14 – fls 268 v. T: 2562.

- Registro Civil de pessoas Naturais. Comarca Rosário do Sul/RS, Certidão de Óbito, 5 de outubro de 1955. Livro: C-11 – fls. 75v – T: 7440.

- Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3/D, fls. 49, nº 6.759. Data: 03/11/1933

- Registro de Imóveis de Rosário do Sul. Certidão. Livro 3-G, fls. 7, nº 10.110. Data: 12/02/1941

- SÃO GABRIEL. Lei Ordinária Municipal nº 64 de 1952, artigo 7º, p. 137. Disponível em: https://www.camarasg.rs.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/1952/1/0/15341. Acesso em 8 jan 2024.

Referências:

ANDREAZZA, Romeu. **Hospital de Caridade Nossa Senhora Auxiliadora**. Rosário do Sul: Gráfica Saran. 2005.

BAIRROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez**, por Luiza Bairros (2009). Disponível em: https://www.geledes.org. br/lembrando-lelia-gonzalez-por-luiza-bairros/ Acesso em 25 abr. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Vitor da Silva. A família Baptista da Silva em Porto Alegre: trajetórias e memórias negras. In: MACEDO, José Rivair; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; BARROSO Véra Lucia Maciel. (orgs.). **Racismo, relações de poder e história negra em Porto Alegre:** séculos XIX – XX. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Evangraf: ISCMPA, 2023, p. 150 – 176.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo,** v. 12, p. 100-122, 2007

GAUTIER, Jorge. **Rosário do Sul**: Vila e cidade reminiscências. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011.

GERMANO, Iris Graciela. **Negros em movimento**: Etiópia, resistência cultural e afirmação étnica na pós-emancipação. Reflexão E Ação, 18(1), 30-45. 2010, p, 31. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v18i1.1278>. Acesso em 14 ago. 2023.

GONÇALVES, Celi Silveira. **Histórico da E.E. de Ensino Médio Plácido de Castro**. Da fundação até os dias atuais. Rosário do Sul: Gráfica Resolução Ltda 2017.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. **Para além das fontes**: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria, 1844-1882). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos**: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. Tradução Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.

HARRES, Marluza Marques. Trabalho, assistência e controle entre os ferroviários: Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1920-1942). In: **História Unisinos/Centro de Ciências**

Humanas – PPGH, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – v.6, n.6. p.219-250 – São Leopoldo: Unisinos, 2002.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: manifesto pelas ciências sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo**: Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

LONER, Beatriz Ana. Um perfil do trabalhador gaúcho na década de 1930. In: **Vestígios do Passado** – a história e suas fontes. IX Encontro Estadual de História – ANPUH-RS. 2008.

MOREIRA, Paulo R. Staudt. MUGGE, Miquéias H. **Histórias de Escravos e senhores em uma região de imigração europeia**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 85-127, jan.-jun. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. In: **História Unisinos**, PPGH da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. V. 8, n.10. São Leopoldo: Unisinos, p. 179-189, 2004.

PRATES, Eloísa. **Pelo Escuro**: Nasce a cor da poesia. Curitiba: Appris, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. 1981.

RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva. **Entre o trote dos cavalos e o ronco dos motores**: Os trabalhadores do setor dos transportes urbanos de Santa Maria no pós-Abolição (1898 – 1937). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, 2024.

SANTOS, Vinícius Silveira dos. **Processo histórico da ovinocultura e sua influência no município de Santa Vitória do Palmar-RS**. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER). Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2018.

SILVA, Fernanda Oliveira da. [*et al*.] **Pessoas comuns, histórias incríveis**: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense. 1.ed. v.1. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Pós-Abolição ao sul: balanços e perspectivas. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira. RODRIGUS, Jaime. SOUZA, Airton Felix Silva. (orgs.). **Escravidão e liberdade**: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho. São Paulo: FFLCH, 2023.

SOUZA, Mara Regina Miranda de. **Rosário do Sul através do tempo** – apontamentos de Mario Ortiz de Vasconcellos. Porto Alegre: Alcance, 2004.

VENDRAME, María Ines. **O poder na Aldeia**: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil – Itália). São Leopoldo: Oikos: Porto Alegre: ANPUH, 2016.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**. Ex escravos na serra gaúcha no pós-Abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ALGUMAS DIMENSÕES CULTURAIS DO ATIVISTA NEGRO ARNALDO DUTRA (PRIMEIRA REPÚBLICA/PORTO ALEGRE)

Felipe Rodrigues Bohrer[1]

O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns percursos desenvolvidos no campo cultural pelo ativista negro Arnaldo Dutra em Porto Alegre durante a Primeira República. O interesse reside em demonstrar como diversas dessas atividades estavam em constante diálogo com as pautas políticas desenvolvidas junto a outras instituições e lideranças da comunidade negra.[2] Ao mesmo tempo, busca-se demonstrar como as experiências desenvolvidas junto a instituições da rede associativa da comunidade negra estavam em constante diálogo com as experiências que Arnaldo Dutra desenvolveu junto à indústria do entretenimento que estava em amplo crescimento nas primeiras décadas do século XX em Porto Alegre.

1 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de História na Educação Básica pelo município de Canoas/RS. Contato: feliperbohrer@yahoo.com.br. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6256236359757077.

2 As questões abordadas nessa comunicação integram a pesquisa de doutorado que se dedicou, de maneira mais ampla, à trajetória de Arnaldo Dutra. Para um maior detalhamento e informações complementares, ver: BOHRER, Felipe Rodrigues. *Caminhos Cruzados*: a trajetória do músico, intelectual e ativista negro Arnaldo Dutra (Porto Alegre/RS – Primeira República). 2021. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói/RJ.

Este trabalho se apoia nos pressupostos da História Social, valorizando a agência dos sujeitos como elementos constitutivos dos processos de transformações sociais, políticas e culturais.[3] No campo cultural, à luz da experiência da população negra em sociedades escravistas e pós-escravistas, ampara-se nos pressupostos de Stuart Hall e Paul Gilroy que compreendem as identidades negras diaspóricas construídas a partir da experiências compartilhadas de resistências e de lutas contra a discriminação racial, permeadas por processos de interconexões culturais diversos.[4] Este estudo, portanto, se insere no campo de pesquisas que analisam trajetórias de personagens negros no período republicano atento ao "pós-abolição como um problema histórico".[5] Nesse campo, os estudos de trajetórias têm contribuído para complexificar as experiências do pós-abolição e da liberdade, demonstrando diferentes protagonismos, projetos políticos, lutas pelos direitos de cidadania, agenciados pela comunidade negra e contra reativos ao processo de racialização das relações sociais.[6]

* * *

O intelectual negro Arnaldo Dutra teve uma vida profissional e social bastante variada, foi: jornalista, funcionário público, professor, médico e músico. No campo musical, foi letrista, compositor, cavaquinista, ator e autor da Revista Teatro. Suas obras foram associadas principalmente ao choro e ao samba, muitas delas dedicadas às comemorações carnavalescas.

3 Sobre o tema, ver: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

4 HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 24, 1996; SOVIK, Liv. (org.) *Da Diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003; GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Cândido Mendes, 2001.

5 RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe. "O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas". *Topoi*, jan.- jun. 2004, v. 5, n. 8, pp. 170-198.

6 Entre diversos outros títulos, ver: ABREU, Martha. "O 'crioulo Dudu': participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890- 1920)". *Topoi*, Niterói, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, pp. 92-113; LONER, Beatriz. "Antônio: de Oliveira a Baobad". In: GOMES, Flavio e DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2011, pp. 109-136; DANTAS, Carolina Vianna. "Monteiro Lopes (1867-1910): um líder da 'raça negra' na capital da República". Salvador, *Afro-Ásia*, 41, 2010, pp. 167-209; XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e Escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

No final da década de 1910 e na década seguinte, foi um importante representante dos festejos carnavalescos de Porto Alegre, integrando o *Bloco dos Tigres*, o *Cordão Carnavalesco Os Batutas* e a *Sociedade Carnavalesca Zona U*. Ele também foi membro do conhecido grupo musical Terror dos Facões, com o qual gravou diversos fonogramas ao longo da década de 1910. No campo profissional, Dutra fez carreira nos Correios e formou-se em medicina pela *Escola Médico Cirúrgica*. Ademais uma figura proeminente na imprensa local, fundando e participando de diversos jornais vinculados às demandas populares. Próximo ao movimento operário, integrou os jornais *O Imparcial* e *Gazeta do Povo*. Junto aos jornais negros participou d'A *Comunhão*, *A Liberdade* e *O Exemplo*[7], onde teve destacada atuação.[8] Filho de homem branco, pertencente a uma família tradicional, e de mulher negra, ex-escrava, o intelectual e militante Dutra escolheu construir uma trajetória marcada pela luta contra o preconceito de cor e pela defesa dos interesses da comunidade negra e da população pobre. Nesse intento, participou de diversas organizações, movimentos e iniciativas ligadas à comunidade negra, lutando para combater o preconceito racial e promover identidades sociais positivas.

Sem dúvidas, a trajetória de Arnaldo Dutra foi marcada pelas extensas circulações que praticou em vida, articulando variados espaços de atuações culturais, sociais, profissionais e políticas. As interpretações sobre a trajetória de Arnaldo Dutra, por sua vez, também apontam para

7 O jornal *O Exemplo* foi fundado em dezembro de 1892 na cidade de Porto Alegre e, com algumas interrupções, encerrando suas atividades nos princípios de 1930. Fundado e mantido por grupos de "homens de cor", o jornal *O Exemplo* se denominava como defensor das causas da comunidade negra, para quem era prioritariamente direcionado, sendo recorrente em toda sua circulação as ações "em prol do levantamento dos homens de cor", a divulgação das atividades de clubes sociais "do nosso meio" e o combate ao "preconceito de cor". Dentre outras produções, ver: Ver: MÜLLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia:* irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920). 1999. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre/RS; SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da história:* Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. 2011. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre/RS; PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade:* educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911). 2018. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre/RS.

8 Arnaldo Dutra participou d'*O Exemplo* em três passagens. A primeira ocorreu entre o final de 1908 e meados de 1911. O jornal retoma sua publicação em 1916, sendo Dutra um de seus responsáveis. No entanto, sua participação ocorre apenas até maio desse ano. O retorno ocorre em 1926, onde permanece até o momento de seu falecimento em 1929. Ao longo de sua participação, colaborou como articulista, representante social e ocupou o cargo de redator-chefe em 1928.

diferentes significados. Seguidamente seu nome figura na bibliografia local que versa sobre as relações raciais e que se valem do jornal negro *O Exemplo* como fonte documental ou como objeto de pesquisa. Não era por acaso. Dutra foi um importante integrante desse periódico e diversas pesquisas mencionam seus artigos ao lado de outros escritos pelas diversas lideranças negras que labutavam no jornal.[9] A atuação de Arnaldo Dutra como músico no interior da rede associativa da comunidade negra também foi objeto de análise[10], assim como sua formação enquanto médico.[11] Nas produções, Dutra é compreendido como um ativista negro, principalmente por estar vinculado ao jornal *O Exemplo*.

Por outro lado, essa apropriação não é unânime. Arnaldo Dutra era irmão de um músico conhecidíssimo, o maestro Octávio Dutra, e ambos atuaram juntos em diversas iniciativas artísticas. Sobre o maestro, há uma extensa e longeva bibliografia e, mais recentemente, produções audiovisuais, em pesquisas que perpassaram autores memorialistas até recentes análises acadêmicas que se dedicaram em aprofundar a trajetória musical do maestro Octávio Dutra.[12] Nesses trabalhos, Arnaldo Dutra é mencionado apenas tangencialmente e a problematização de seus pertencimentos raciais não estão nos horizontes das análises. Para esse trabalho, o percurso consiste em demarcar primeiramente as participações musicais de Arnaldo Dutra na indústria do entretenimento para, em seguida, contrapor com suas experiências artísticas junto à comunidade negra. Dessa forma, pretende-se demonstrar como suas experiências culturais adotaram sentidos variados, destacando a vinculação com as lutas políticas da comunidade negra.

9 Ver: MULLER, Liane Susan. Op. Cit.; SANTOS, José Antônio dos. Op. Cit.; PERUSSATTO, Melina Kleinert. Op. Cit.

10 Ver: BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-Abolição*. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, 2014.

11 Ver: ZUBARAN, Maria Angélica. Médicos negros no pós-abolição: Chagas Carvalho, Arnaldo Dutra e Diógenes Baptista (Porto Alegre, RS). IN: Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, TEIXEIRA, Luana, MAMIGONIAN, Beatriz Gallott (Orgs.). Salvador: Sugga, 2020.

12 Sobre ele, há uma extensa e longeva bibliografia local e nacional atentas a sua produção cultural que conferiram visibilidade a sua obra. Sobre a bibliografia local, ver: VEDANA, Hardy. *Octavio Dutra na história da música de Porto Alegre*. Editora Proletra, Porto Alegre, 2000; SOUZA, Márcio de. *Mágoas do violão: mediações culturais na música de Octavio Dutra (Porto Alegre, 1900-1935)*. Tese (Doutorado em História). PPGH/PUCRS: Porto Alegre, 2010, entre outros.

O conjunto musical *Terror dos Facões* foi liderado por Octávio Dutra que tocava violão e bandolim, sendo o autor da maior parte das composições, enquanto Arnaldo Dutra tocava cavaquinho. O grupo conquistou, de fato, grande sucesso, não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em outras regiões do Brasil. A foto abaixo, na qual Arnaldo Dutra está à esquerda empunhando seu instrumento e Octávio Dutra sentado ao centro, foi reproduzida em 1913 no jornal *O Malho*, publicado no Rio de Janeiro, e sua legenda também explica as razões para o curioso nome do grupo musical.

IMAGEM 1: Grupo Musical *Terror dos Facões*

FONTE: *O Malho*, Rio de Janeiro, 04.10.1913, p. 2

A projeção nacional do grupo Terror dos Facões deve-se em parte às gravações fonográficas realizadas no Rio Grande do Sul na década

de 1910. Porto Alegre possuía duas gravadoras, incluindo a Casa Hartlieb[13], que mantinha relações comerciais com a Casa Edison, no Rio de Janeiro. O proprietário Theodoro Hartlieb focava no mercado local, realizando as primeiras gravações gaúchas em 1913, enviadas ao Rio para prensagem. Uma notícia no jornal O Diário destacou o grupo Terror dos Facões, elogiando sua performance nas gravações, que incluíram 23 fonogramas, com nomes como Octávio Dutra, Creso de Barros e Arnaldo Dutra. Em 1914, abriria ainda a gravadora de discos *A Electrica*, cujo proprietário era Savério Leonetti. No ano seguinte, seus negócios seriam ampliados com a instalação da prensagem de discos, passando a se chamar *Casa A Electrica*, em atividade até 1923. Os discos eram gravados em Porto Alegre com o selo de identificação denominado "Gaúcho". Por esta gravadora, o grupo *Terror dos Facões* interpretou 3 canções que foram registradas. Diversas músicas que faziam parte do repertório do *Terror dos Facões*, a maioria de autoria de Octávio Dutra, foram gravadas por outros intérpretes em ambas gravadoras. A relação das músicas gravadas pelo grupo *Terror dos Facões* por essas gravadoras demonstram que as composições apresentavam perfis musicais bastante amplos. Ao lado das valsas, predominavam Polkas, Schottisch e diversos gêneros em voga naquele contexto. Parte dessas composições, por sua vez, compunham o repertório utilizado nas encenações dos Teatros de Revista, aspecto marcante na trajetória dos irmãos Dutra no cenário cultural.

Por outro lado, há poucas informações sobre Arnaldo Dutra como ator, mas sabe-se que ele participou de dois Teatros de Revista musicados por Octávio Dutra, incluindo "Rocambole", escrita por Henrique Vieira Braga. Essa peça foi apresentada no Theatro São Pedro em setembro de 1915, recebendo ampla cobertura da imprensa. O jornal O Independente mencionou que o papel de Rocambole foi confiado ao "talentoso amador A. Dutra". A peça, composta por três atos e 34 números musicais, foi elogiada por seu bom gosto e sucesso quase garantido. Arnaldo também

13 Para aprofundar o tema, ver VEDANA, Hardy. *A Elétrica e os Discos Gaúcho*. Porto Alegre: Petrobras, 2006; SANTOS, Luana Zambiazzi dos. *A "Casa A Electrica" e as primeiras gravações fonográficas no sul do Brasil: um estudo etnomusicológico sobre a escuta e o fazer musical na modernidade*. Dissertação (Mestrado em Música). PPGM/UFRGS: Porto Alegre, 2011.

pode ter atuado na Revista Jupe-Culotte, em outra colaboração com Braga e Octávio Dutra.[14]

Com a expansão da indústria do entretenimento e o aumento de teatros e cinemas em Porto Alegre, os *Teatros de Revista* tornaram-se importantes espaços de atuação cultural. Em 1918, a *Revista de Costumes Locais Typos e Typas*, escrita por Arnaldo Dutra e com música de seu irmão Octávio Dutra, fez grande sucesso no Theatro Colyseu. O jornal *A Federação* destacou que a peça contava com 85 personagens locais e 26 números musicais, sendo elogiada pela crítica por suas charges sobre atualidades. A peça foi celebrada por seu humor refinado e pela qualidade da música, reforçando o talento de Octávio Dutra.[15]

Arnaldo Dutra, além de se destacar como músico e cavaquinista, teve grande relevância como letrista, compondo principalmente choros e sambas, muitas vezes relacionados aos festejos carnavalescos. Durante o final da década de 1910 e ao longo da década seguinte, ele foi uma figura ativa no carnaval de Porto Alegre, integrando blocos e cordões como o Bloco dos Tigres, o Cordão Os Batutas e a Sociedade Zona U, frequentemente ocupando cargos de liderança.[16] Em 1919, foi mencionado como orador do Bloco dos Tigres, um dos grupos mais importantes do carnaval local, que contou com a participação de renomados maestros como Octávio Dutra, Levino Albano da Conceição e João Penna de Oliveira. Posteriormente, Arnaldo se associou a outros grupos carnavalescos.

De todo modo, Arnaldo Dutra teve um envolvimento significativo com o Cordão Carnavalesco Os Batutas durante a década de 1920, atuando como presidente ou diretor-geral. O grupo fez grande sucesso em Porto Alegre, vencendo vários concursos promovidos por cinemas e teatros e sendo amplamente mencionado na imprensa local. Nos festejos carnavalescos, tocavam marchas, sambas e choros, muitos dos

14 Ver: *A Federação*, Porto Alegre, 04.09.1915 – p. 3.; Sessão: NOTÍCIAS DE OCTÁVIO DUTRA. Acervo Octávio Dutra, Pelotas, s.d.

15 Ver em *A Federação*, Porto Alegre, 24.08.1918 – p.7; 27.08.1918 – p.5 e 30.08.1918 – p.5; *O Exemplo*, Porto Alegre, 01.09.1918 – p. 2; *A Federação*, Porto Alegre, 09.02.1917 – p. 3), entre outros.

16 Ver: *A Federação*, Porto Alegre, 03.03.1919 – p. 8; *A Federação*, Porto Alegre, 05.03.1919 – p. 7; *A Federação*, Porto Alegre, 03/03/1919 – p. 8.

quais compostos por Octávio Dutra, com versos de Arnaldo.[17] Além do carnaval, Os Batutas também realizavam festivais ao longo do ano, com apresentações em locais como o Theatro São Pedro e os cinemas Apollo e Garibaldi.[18] Em 1921, o jornal *A Federação* noticiou o encerramento da participação do cordão nos festejos carnavalescos, "no qual tiveram brilhante representação". Informou ainda que no dia anterior, após tirarem diversas fotografias, dirigiram-se à residência do seu presidente, "sr. Arnaldo Dutra", onde dançaram até tarde da noite.[19] Uma dessas fotografias foi reproduzida no jornal *Correio do Povo* em 1948[20], onde é possível ver Arnaldo Dutra sentado ao centro, de terno, ao lado de seu irmão Octávio Dutra, empunhando a batuta de maestro.

Sobre a participação de Arnaldo Dutra na *Sociedade Carnavalesca Zona U*, dispõe-se de poucas informações. Em maio de 1929, pouco antes de seu falecimento, o jornal *A Federação* menciona o nome de Dutra entre os integrantes da comissão responsável pela aprovação dos Estatutos em assembleia geral realizada em sua sede social, localizada na Praça Garibaldi.[21]

As experiências musicais de Arnaldo Dutra na indústria do entretenimento, especialmente no carnaval e em teatros, são fundamentais para entender sua trajetória artística. No entanto, sua formação musical e política teve uma dimensão especial devido à sua participação em associações da comunidade negra. Nessa vida associativa, ele encontrou um espaço de resistência e construção de identidades sociais, o que conferiu outro sentido às suas atividades culturais. A atuação nessas organizações, principalmente junto ao jornal *O Exmeplo*, não apenas fortaleceu sua consciência política, mas também deu profundidade às suas práticas artísticas, vinculando sua música a demandas coletivas de valorização e afirmação identitária.

17 Dentre algumas músicas entoadas destacamos "Yaya, sahe da janella", Samba politico", "Os Batutas" e "Adeus, Folia!", que foram apresentados no carnaval de 1922.

18 Ver: *O Exemplo*, Porto Alegre, 22.05.1921 – p.3; 31.01.1926 – p.2 e 12.02.1928 – p. 2.

19 *A Federação*, Porto Alegre, 06.03.1922 – p. 4.

20 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08.02.1948 [s.d]. In: NOTÍCIAS DE OCTÁVIO DUTRA. Acervo Octávio Dutra, Pelotas, s.d.

21 *A Federação*, Porto Alegre, 29.04.1929 – p. 2.

IMAGEM 2: *Cordão Carnavalesco Os Batutas*

(Especial para o "Correio do Povo")

GASTON HASSLOCHER MAZERON

(Do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul)

Na noite de terça-feira ultima, o Jordão Gatti, que tambem assistia ao desfile de milhares de carnavalescos, que com o ruido de seus tambores, cuicas, matracas, pandeiros, assobios e outros instrumentos agora usados no Carnaval, enchiam a Aven. Borges de Medeiros em demanda da Prefeitura para pedir auxilios ao dr. Gabriel Moacyr ,a fim de realizarem o Carnaval de 1948, contou, cheio de saudades, que quando era rapazote, cantou no côro dos "Batutas". Em homenagem ao Gatti e aos valorosos "Batutas" que tanto contribuiram para o brilho de carnavais de outros tempos, publico esta fotografia do seu blóco, que foi feita no dia 5 de março de 1922 (Domingo da Pinhata), vendo-se ao centro o saudoso maestro Octavio Dutra, que deixou mais de cem lindas composições e que tinha á sua direita Dante Santoro — o canario riograndense — e á esquerda seu irmão o dr. Arnaldo Dutra, tambem falecido e que foi colaborador dedicado dos triunfos do maestro. Ao lado, á esquerda do menino do estandarte, aparece o "Mulatão" um dos maiores foliões da cidade e que mais tarde fundou os "Divertidos Atravessados".

FONTE: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08.02.1948 [s.d]. In: NOTÍCIAS DE OCTÁVIO DUTRA. Acervo Octávio Dutra, Pelotas, s.d.

Arnaldo Dutra teve uma participação importante e prolongada no jornal *O Exemplo*. Ele começou sua carreira jornalística em 1908 na redação do periódico, onde também encerrou sua trajetória em 1929, ano de seu falecimento, enquanto ocupava o cargo de Redator-Chefe. Sua relação com o jornal foi fundamental para ambos, e sua contribuição ajudou a moldar a história do periódico e suas pautas políticas e sociais. A participação de Arnaldo Dutra no *O Exemplo* foi dividida em três períodos. A primeira, de novembro de 1908 a maio de 1911, foi a mais significativa de sua trajetória. Ele ajudou a ressurgir o jornal em janeiro de 1916, mas sua atuação durou poucos meses. Após um longo afastamento, retomou seu envolvimento a partir de 1926, até seu falecimento em 1929. O envolvimento de Arnaldo Dutra com a comunidade negra se deu principalmente através do *O Exemplo*, veículo que ampliava o alcance das pautas políticas da época por meio de iniciativas sociais. As ações de Dutra não eram isoladas, mas integradas a esforços coletivos com outras lideranças negras, em eventos políticos, sociais e culturais promovidos pelas associações civis da comunidade. O jornal desempenhava um papel central, oferecendo ampla divulgação dessas atividades e fortalecendo as causas defendidas por Dutra e seus colegas.

Não se sabe ao certo quando Arnaldo Dutra começou a integrar o jornal *O Exemplo*, mas seu nome aparece em dezembro de 1908 nas seções sobre a vida social das associações, destacando sua participação no baile da Sociedade Força e União.[22] Sua presença não era isolada; na mesma edição, o jornal também relatou os preparativos da futura associação Grêmio José do Patrocínio para uma récita dramática, mencionando Dutra entre os ensaiadores do drama "Arnaldo", de Damasceno Vieira.[23] Portanto, é provável que a entrada de Arnaldo Dutra no jornal da Imprensa Negra tenha se dado por sua circulação em clubes e seu envolvimento nas atividades artísticas da comunidade.

Se, de início, sua presença constava em descrições de eventos promovidos por clubes sociais, com o transcorrer dos meses Dutra passa

22 *O Exemplo*, Porto Alegre, 20.12.1908 – p. 1.

23 *O Exemplo*, Porto Alegre, 20.12.1908 – p. 2. Esse corpo cênico, como será demonstrado oportunamente, era constituído basicamente por integrantes do jornal e outras pessoas que estabeleciam relações de proximidade com *O Exemplo*.

a estreitar significativamente os laços e sua participação nesse jornal. O jovem Arnaldo Dutra vai constituir-se como um importante nome d'*O Exemplo* no período. Ao mesmo tempo, as ações de Dutra não ocorriam de maneira individualizada. As denúncias de casos de discriminação racial, as reivindicações dos direitos de cidadania, a valorização de lideranças negras (do passado e daquele momento) e das datas relacionadas à conquista da liberdade, o incentivo à instrução, a visibilização positiva da comunidade negra, a função social das associações negras, assim como o intuito de orientar politicamente o público leitor e suas instituições, entre outras frentes de atuação, vão compor a agenda social d'*O Exemplo* nesse período.[24]

Participando dos embates, Arnaldo Dutra desempenhou significativa contribuição como articulista, publicando mais de 30 artigos que levavam a assinatura de seu nome ou de seus pseudônimos.[25] Publicados em sua maior parte através de colunas regulares, seus artigos ocupavam um lugar de destaque dentro do periódico, em quase sua totalidade, situando-se na primeira página. A maior parte deste conjunto pertencia a uma coluna denominada "Rabisco" que era assinado como "Arnaldo Dutra" ou "A. Dutra". Com publicação regular, constituíam-se como artigos de opinião nos quais o autor expressava seus pontos de vista visando orientar o público leitor sobre determinados assuntos de interesse específico da comunidade negra.[26] Além das colunas regulares, Arnaldo Dura também publicou diversos artigos de forma avulsa. Parte dessa produção versou sobre festividades e eventos públicos, escritos com um linguajar mais descontraído, coloquial e repleto de gírias. Por fim, a outra parte desses artigos, que não pertenciam a colunas e eram escritos de

24 Os conteúdos dos artigos de Arnaldo Dutra, assim como um maior detalhamento do jornal *O Exemplo*, serão aprofundados no próximo capítulo.

25 Provavelmente essa participação era mais expressiva, tendo em vista as lacunas documentais existentes na coleção. Outro aspecto a ser considerado é a grande quantidade de artigos não assinados no jornal *O Exemplo*, tanto os de cunho editoriais quanto as pequenas notas, em que não é possível confirmar as autorias.

26 Embora as temáticas da coluna fossem variadas, predominavam questões relacionadas à vida associativa, às estratégias de mobilidade social, ao fomento da instrução, ao fortalecimento das memórias da liberdade negra e ao enfrentamento do preconceito de cor. Arnaldo Dutra, na maior parte dos artigos da coluna, debateu e tomou parte dessas pautas políticas sustentadas pelo jornal *O Exemplo* e buscou estabelecer um diálogo ativo e interventor junto aos leitores, não raras vezes entrando em conflito em decorrência de suas posições. A discussão sobre os conteúdos dos artigos de Arnaldo Dutra será aprofundada no capítulo seguinte.

forma avulsa, integravam, em sua maioria, edições especiais dedicadas a enaltecer e homenagear eventos e personalidades vinculadas às lutas políticas da comunidade negra.[27]

Além da participação como articulista, Arnaldo Dutra desempenhou ao lado de seus companheiros significativa atuação social na rede associativa da comunidade negra. Com um projeto político bem definido e uma ampla ação social, suas iniciativas os caracterizavam como um grupo de "intelectuais mediadores".[28] Afinal, centraram-se em articular a mediação cultural e política das ideias que eram desenvolvidas nas páginas do jornal para as sedes dos clubes negros e o espaço público. Para isso, valeram-se de variados recursos.

Além de noticiar os eventos promovidos por diversas organizações da rede associativa da comunidade negra, integrantes do jornal costumavam comparecer às comemorações e aos bailes para os quais eram convidados, posteriormente realizando longas descrições nas páginas do jornal. O jovem Arnaldo Dutra, ao lado de Leopoldino Ribeiro Álvares, foi um dos principais integrantes d'*O Exemplo* que se encarregou da função de representar o jornal em diversos eventos promovidos por clubes negros no período.[29] À título de demonstração, as associações *Club R. Sete de*

27 Nesses artigos Arnaldo Dutra discutiu a importância das datas vinculadas à conquista da liberdade negra, como o 28 de setembro (promulgação da Lei do Ventre Livre) e o 13 de maio (promulgação da abolição da escravidão), enalteceu a missão do jornal *O Exemplo*, na ocasião de seu aniversário, exaltou o Deputado Federal Monteiro Lopes em sua visita a Porto Alegre e, no ano seguinte, lastimou profundamente seu falecimento. Nos artigos, Arnaldo Dutra também homenageou pessoas próximas nas ocasiões de aniversários e falecimentos, assim como fez com alguns de seus companheiros de luta no jornal, felicitando Leopoldino Ribeiro Álvares – um de seus grandes parceiros no período – pela passagem de seu aniversário e lamentou profundamente o falecimento precoce do Dr. Aurélio Junior, um dos fundadores d'*O Exemplo* em 1892. Ver, respectivamente: Gloriosa Data, *O Exemplo*, Porto Alegre, 28.09.1909 – p. 1; Salve 13 de Maio, *O Exemplo*, Porto Alegre, 13.05.1910 – p. 1; 5 de Outubro, *O Exemplo*, Porto Alegre, 05.10.1909 – p. 1; Dr. Monteiro Lopes, *O Exemplo*, Porto Alegre, 23.01.1910 – p. 1; Leopoldino Ribeiro Alvares, *O Exemplo*, Porto Alegre, 12.06.1910 – p. 1; Fatalidade, *O Exemplo*, Porto Alegre, 07.08.1910 – p.1. Além desses textos, há ainda outras homenagens relacionadas a aniversários e falecimentos, cujos sujeitos não conseguimos mapear.

28 Sobre o conceito, ver: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e projetos políticos.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2016.

29 A presença de Arnaldo Dutra nessas festividades ocorria com maior frequência a partir da escolha dos próprios integrantes d'*O Exemplo*, visto que os convites eram destinados ao jornal de forma genérica. Mas também havia situações em que o convite dos clubes era diretamente destinado ao Arnaldo Dutra, como no baile de instalação do *Recreio da Lyra Oriental* onde desempenhou a função de orador oficial da solenidade (ver *O Exemplo*, Porto Alegre, 01.05.1910 – p. 2.). Arnaldo Dutra não foi o único representante d'*O Exemplo* que se fazia presente nesses eventos sociais. Os colaboradores do jornal se revezavam no disputado encargo que, normalmente,

Dezembro, *Banda Musical Lyra Oriental*, *Sociedade B. Recreio da Infancia*, *Sociedade Força e União*, *Club Instructivo e Recreativo Sete de Setembro*, *Recreio Lyra Oriental*, *Sociedade 13 de Maio*, *Centro de Moças da Sociedade Sete de Setembro*, *S. D. Progresso e Gloria*, *Sociedade Orgulho da Mocidade*, *Club Gonçalves Dias*, entre outras, foram algumas das instituições da rede associativa da comunidade negra de Porto Alegre em que Arnaldo Dutra representou o jornal *O Exemplo*.[30]

Outra estratégia desenvolvida pelo grupo de lideranças atuantes nesse período no jornal *O Exemplo,* visando o estreitamento de laços com outras associações da comunidade negra, foi o uso das atividades artísticas por meio da criação do *Gremio Dramatico Jose do Patrocinio*.[31] Através do teatro e da música buscaram difundir uma série de referências positivas relacionadas a personalidades negras, bem como fundamentar a importância das datas relacionadas à conquista da liberdade negra. Junto a esses objetivos, também foram dedicados esforços buscando propiciar formas de instrução e de formação política para o público das apresentações. Aparentemente Arnaldo Dutra não participou desde o princípio do grupo, já que na descrição da apresentação ocorrida em janeiro de 1909 o articulista d' *O Exemplo* destacou que Dutra era um

era desempenhado em duplas e se destacavam os nomes de Júlio Rabelo, Henrique Martins, Leopoldino Ribeiro Álvares. De todo modo, Arnaldo Dutra era o nome mais recorrente na função. Provavelmente a habilidade com a oratória, a filiação aos pressupostos do jornal e sua juventude foram elementos que o tornavam apto a este encargo.

30 Esses clubes sociais apresentavam diferentes formas de organização interna. A maioria tinha suas diretorias constituídas por homens, mas havia também os clubes com as diretorias mistas e os clubes constituídos exclusivamente por mulheres, como o *Club Recreativo Sete de Dezembro*. Alguns dos clubes eram ramificações de outras agremiações, como o *Recreio Lyra Oriental* que integrava a *Banda Musical Lyra Oriental* e o *Centro de Moç*as, vinculado à *Sociedade Sete de Setembro*. Parte dessas associações tinham sedes próprias, já outras realizavam seus eventos nos salões de outras destacadas instituições, como a *Sociedade Brasileira União*, *Sociedade Floresta Aurora* e a *Sociedade Instrucção Familiar*.

31 A data de fundação do *Gremio Dramatico Jose do Patrocinio* é incerta. O mais provável é que sua organização tenha se efetivado após o falecimento do jornalista e líder político José do Patrocínio, ocorrido em janeiro de 1905, tratando-se de uma homenagem póstuma. Embora o grupo teatral figure timidamente em jornais de grande circulação, há, pelo menos, desde setembro de 1907 indicação de suas atividades em importantes teatros de Porto Alegre, situação em que o jornal *A Federação* publica uma pequena nota informando a transferência de uma apresentação do *Gremio Dramatico Jose do Patrocinio* no *Theatro São Pedro*, em função deste espaço ainda encontrar-se ocupado pela Companhia Lírica (Ver: *A Federação*, Porto Alegre, 28.09.1907 – p.2). Situação totalmente inversa verifica-se no jornal *O Exemplo*. A partir do final de 1908, o grupo teatral ocupa um local de destaque em suas páginas, condição que perdura até setembro de 1910, quando consta o último indício de sua atuação.

estreante nas artes dramáticas.[32] A partir da apresentação, o nome de Arnaldo Dutra era praticamente indissociável dos eventos promovidos pelo *Gremio Dramatico Jose do Patrocinio*, participando das mais variadas formas: atuou como ator em dramas e comédias, recitou monólogos, apresentou números musicais em dueto, integrou a diretoria, organizou espetáculos, presidiu sessões, foi um dos responsáveis pela reorganização do grupo e pela elaboração de seus Estatutos, além de comentar esporadicamente as atividades desempenhadas pelo corpo cênico em sua coluna Rabisco no jornal *O Exemplo*.

Conforme já demonstrado, a relação de Arnaldo Dutra com as atividades artísticas foi um ponto fundamental na construção de sua memória agenciada por seus familiares. Nessa elaboração, seguidamente a experiência está vinculada às iniciativas desenvolvidas pelo seu irmão, o Maestro Octávio Dutra. Não há dúvidas que a influência familiar foi fundamental tanto para a formação musical como para atuação profissionalizada de Arnaldo Dutra com as atividades artísticas. Porém, sua experiência junto aos eventos sociais da comunidade foi uma escola igualmente importante. Nesse caso, não apenas de formação e ampliação de repertórios e práticas culturais, mas, principalmente, dos usos políticos das atividades artísticas. Em outras palavras: antes de se notabilizar com gravações fonográficas a partir de 1913, de atuar como ator dramático e escrever Teatros de Revistas no final da década, Arnaldo Dutra acumulou experiência na rede associativa da comunidade negra exercendo as atividades artísticas como um instrumento de luta política.

O *Gremio Jose do Patrocinio* era formado por integrantes d'*O Exemplo* e contou também com a participação artística de diversos homens e mulheres que estabeleciam relações de proximidade com o jornal. A estreita relação entre o grupo teatral e o periódico evidencia-se tanto nas constantes coberturas presentes em suas páginas como na própria

32 Na ocasião foi desempenhado o drama "Arnaldo" de autoria de Damasceno Vieira onde coube a Arnaldo Dutra representar o papel do protagonista. Conforme o articulista, "encarregou-se do papel de 'Arnaldo' o galã da peça, o sr. Dutra que não teve a necessidade de mudar o nome, e pouca alteração fez no físico, para entranhar no citado personagem". O autor destacou que, em função de Arnaldo Dutra ser um estreante no drama, percebia-se alguns "pequenos senões" em sua atuação que desapareciam tendo em vista o conjunto do desempenho do papel. De todo modo, o articulista ainda deixa um recado para Arnaldo Dutra: "Tome mais a sério os ensaios sr. Dutra e teremos um galã amoroso de mão cheia". Ver em: *O Exemplo*, Porto Alegre, 07.02.1909 – p. 2.

organização interna do corpo cênico.[33] Fundamentando ainda mais a estreita relação entre as duas instituições, tanto o grupo teatral como *O Exemplo* compartilhavam a mesma sede social.[34] Embora as apresentações do *Gremio Jose do Patrocinio* fossem frequentes, sua periodicidade não era regular.[35] O mote das atividades artísticas se centrava na representação de peças teatrais, principalmente dramas e comédias. Na maior parte das vezes, as apresentações eram acompanhadas por recitação de poesias e monólogos. A música também se fez presente em espetáculos mais amplos, normalmente chamados de festivais, através de alguns integrantes do grupo teatral, como o próprio Arnaldo Dutra que atuava como cançonetista.[36] Para a realização das apresentações artísticas, o grupo teatral se apoiava na extensa rede associativa da comunidade negra de Porto Alegre.[37] Nos espetáculos mais elaborados, contavam com o apoio de outros músicos, como um "terno de músicos" dirigidos por Thomé Pereira, e de bandas de música,

33 Na diretoria do *Gremio Jose do Patrocinio* eleita em 1910 (Ver: *O Exemplo*, Porto Alegre, 22.05.1910 – p. 2) estão presentes, não apenas o gerente e o diretor de redação d'*O Exemplo* (João Baptista de Figueiredo e Júlio Rabello), mas também seus principais colaboradores no período, tais como Arnaldo Dutra, Leopoldino Ribeiro Alvares, Victal Baptista, Henrique Martins, Christiano Fettermann, José Gomes do Nascimento, entre outros. Além desses, registra-se a presença de outras lideranças que já haviam integrado o jornal, como Victal Baptista e Aristides José da Silva, e outros que iriam participar ativamente na fase seguinte, desde sua retomada em 1916 até seu encerramento definitivo em 1930, como Alcides Chagas Carvalho. A exceção ocorre com a única mulher que integrava a diretoria do corpo cênico. Além de sua participação no *Gremio Jose do Patrocinio*, a presença de Maria José de Oliveira figura brevemente em suas páginas principalmente vinculada a grupos teatrais. Os integrantes formais do *Gremio Jose do Patrocinio* nas gestões anteriores não deveriam ser muito diferentes dessa relação, visto que nas divulgações e coberturas das apresentações constantemente os nomes são repetidos.

34 No entanto, mesmo com todos os vínculos, nas páginas do jornal fica nítida a intenção em demarcar uma separação institucional entre eles, possivelmente por permitir uma maior autonomia em suas atuações sociais e formas de interlocução. Não surpreende, portanto, que as ações do corpo cênico ocupassem um espaço privilegiado em suas páginas.

35 Em agosto de 1909, o jornal *O Exemplo* divulgou a realização de uma apresentação descrita como "espetáculo mensal". Já em maio de 1910, foi noticiado que o grupo se preparava para levar a efeito "um atraente espetáculo por todo o mês de maio". Ver em: *O Exemplo*, Porto Alegre, 22.08.1909 – p. 2; *O Exemplo*, Porto Alegre, 13.05.1910 – p. 2.

36 Em julho de 1910, por exemplo, o espetáculo leva a efeito nos palcos da *Sociedade Floresta Aurora* estava previsto como encerramento a execução de "cançonetas" cantadas em dueto "pelos amadores Dutra e Carolina". *O Exemplo*, Porto Alegre, 17.07.1910 – p. 2.

37 Quando o jornal *O Exemplo* mudou-se para uma nova e espaçosa sede passou a sediar grande parte das atividades, normalmente constituído por palestras e recitação de poesias e monólogos. Anteriormente a essa mudança, e para os espetáculos teatrais mais elaborados quando já possuíam a nova sede, as apresentações eram realizadas no salão da *Sociedade Floresta Aurora*, a mais antiga e tradicional associação civil da comunidade negra da cidade.

como a *Sociedade Lyra Oriental* e *Banda de Musica da Floresta Aurora*, importantes bandas musicais da comunidade negra.[38]

Mas, afinal, qual o significado dessa articulação entre diversos clubes sociais que estabelecem relações entre si? As atividades artísticas promovidas pelo *Gremio Jose do Patrocinio* estão vinculadas somente ao entretenimento e à sociabilidade? Como poderiam concorrer para o "levante moral e intelectual do nosso meio social"? Em outras palavras: qual sua função na construção de identidades sociais positivas, no combate ao preconceito racial e na elaboração de estratégias de mobilidade social?

O primeiro aspecto a ser destacado é a própria denominação do grupo teatral. O nome de José do Patrocínio e, consequentemente, os significados de sua trajetória, era fartamente evocado nas páginas do jornal em todas as fases d'*O Exemplo*, principalmente quando seus articulistas discutiam os sentidos da data de 13 de maio nas edições comemorativas desse periódico ou quando denunciavam algum caso de discriminação racial e elencavam uma série de heróis negros para evidenciar os protagonismos da população negra na construção da história do país. Os nomes desses vultos históricos estavam profundamente vinculados às datas relacionadas à conquista da liberdade, principalmente o 28 de setembro e o 13 de maio. Além de serem amplamente comemoradas pelas mais diversas associações, as datas eram fundamentais para fomentar as relações de proximidade e solidariedade, fortalecer suas instituições sociais e organizar ações políticas vinculadas às demandas da comunidade negra. Muitos clubes sociais foram planejados e fundados nesses dias.[39]

O jornal *O Exemplo* tinha como uma de suas finalidades fomentar as relações entre diferentes clubes sociais da comunidade negra,

38 Em princípios de 1909, em apresentação ocorrida nos palcos da *Sociedade Floresta Aurora*, houve a participação de um "terno de conscienciosos músicos dirigidos pelo nosso abnegado companheiro Thomé Pereira" que ficou localizado na ribalta. Já em outubro de 1909, em apresentação realizada no *Theatro São Pedro*, a *Banda Lyra Oriental*, "que gentilmente se prestou", tocou "belíssimas peças" em frente ao teatro. Por fim, em abril de 1910, em apresentação realizada na sede da *Sociedade Floresta Aurora*, a banda de música deste clube social executou números musicais nos intervalos do espetáculo. Ver, respectivamente: *O Exemplo*, Porto Alegre, 07.02.1909 – p. 2; *O Exemplo*, Porto Alegre, 28.09.1909 – p. 1; *O Exemplo*, Porto Alegre, 24.04.1910 – p. 2.

39 Sobre a apropriação destas datas abolicionistas por parte dos clubes negros, ver: ZUBARAN, Maria Angelica, op. cit., 2008.

contribuindo para sua formação política e fortalecimento. O Grupo Teatral Gremio José do Patrocínio desempenhou um papel importante nesse contexto, valorizando referências identitárias por meio do destaque a grandes lideranças negras e datas relacionadas à conquista da liberdade, como evidenciado pelo próprio nome do grupo. Para os articulistas do jornal, José do Patrocínio era uma fonte de inspiração para suas lutas na imprensa. Além disso, as apresentações do grupo enfatizavam essas datas e incluíam obras de diversos autores, ampliando os referenciais culturais do público com dramas, comédias, monólogos e poesias.[40]

As apresentações teatrais selecionaram peças de autores como Damasceno Vieira, Antônio Joaquim Pires e Arthur Rocha, destacando produções locais e seu recorte regional na cobertura do jornal *O Exemplo*. A escolha desses dramaturgos não era casual: Damasceno Vieira, um dos fundadores da Sociedade Partenon Literário e atuou na campanha abolicionista no Rio Grande do Sul. Arthur Rocha[41], também fundador da mesma sociedade, é lembrado como um importante dramaturgo negro e autor de diversos dramas e comédias. Seu nome aparecia frequentemente nas páginas de *O Exemplo*, sendo mencionado em 1918 como parte da plêiade de abolicionistas, ao lado de figuras como José do Patrocínio e Ferreira de Menezes.[42]

O Grêmio José do Patrocínio não apenas promoveu referências identitárias e estreitou laços com clubes negros, mas também priorizou a instrução e a formação política dos espectadores. Em setembro de 1909, o jornal *O Exemplo* noticiou a reorganização do Grêmio, destacando a formação de uma comissão, composta por Arnaldo Dutra, Henrique Martins e Luiz Rodrigues de Souza, para elaborar seus Estatutos e regulamento. Embora não tenham sido divulgadas as alterações estatutárias, ficou evidente que a atuação do Grêmio buscava fomentar a

40 Ver: *O Exemplo*, Porto Alegre, 16.01.1910 – p. 1; *O Exemplo*, Porto Alegre, 07.02.1909 – p. 2; *O Exemplo*, Porto Alegre, 07.02.1909 – p. 2; *O Exemplo*, Porto Alegre, 16.01.1910 – p. 1; *O Exemplo*, Porto Alegre, 24.04.1910 – p. 2.

41 Arthur Rodrigues da Rocha (1859-1888) nasceu na cidade de Rio Grande, no sul da província, onde viveu grande período de sua vida. A maior parte de suas peças foram escritas entre 1876 e 1884. Funcionário dos Correios, também atuava na imprensa onde dirigiu o jornal *O Artista*, da cidade de Rio Grande. Sobre sua trajetória, ver: SANTOS, Isabel Silveira. *Abram-se as Cortinas: Representações Étnico-Raciais de Negros (as) e Pedagogias Abolicionistas no Teatro de Arthur Rocha.* 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2009.

42 *O Exemplo*, Porto Alegre, 13.05.1918 – p. 1.

instrução por meio de "palestras literárias" sobre temas sociais, nas quais as conferências eram a atração principal, complementadas por recitações de poesias e apresentações musicais.[43] Nas divulgações das palestras literárias, o jornal *O Exemplo* enfatizou a gratuidade das atividades e incentivou a participação de famílias e associações da comunidade negra, ressaltando a natureza pública dos eventos.[44]

Os esforços levados a cabo por esses intelectuais e lideranças negras que atuavam juntos no jornal *O Exemplo* revelam a construção de uma estratégia de ação política visando aglutinar parte da comunidade negra e difundir a importância da instrução de forma alternativa, associando-a com atividades artísticas. Embora não tenha ocorrido uma grande quantidade de palestras, essas ações são representativas dos esforços e compromissos dos intelectuais, entre eles Arnaldo Dutra, em intervir em seu "meio social" e difundir as pautas políticas que discutiam no jornal para além de suas páginas.

O *Gremio Jose do Patrocinio* também se associou a ações no espaço público que fundamentavam o protagonismo de lideranças negras, bem como iniciativas encampadas por setores dessa comunidade. A visita em Porto Alegre do Deputado Federal Monteiro Lopes[45], "ilustre representante da nação", mobilizou diferentes setores da comunidade negra da cidade. Logo uma comissão foi nomeada para recebê-lo, organizada pela redação do jornal *O Exemplo*, a *Sociedade Dramática José do Patrocínio*, o eminente Coronel Aurélio de Bittencourt e mais "amigos e associações". [46] As atividades desenvolvidas para receber o ilustre Deputado estavam cumprindo uma dupla função: comemorar a efetivação de uma liderança negra no alto escalão político do País, com todo o significado que tinha para as lutas cotidianas contra a discriminação e o preconceito étnico-racial pelo processo acarretado com sua candidatura, eleição, recusa de reconhecimento de sua eleição,

43 *O Exemplo*, Porto Alegre, 28.09.1909 – p. 1.

44 Ver, respectivamente: *O Exemplo*, Porto Alegre, 07.11.1909 – p. 2; *O Exemplo*, Porto Alegre, 19.12.1909 – p. 2; *O Exemplo*, Porto Alegre, 01.01.1910 – p. 3; *O Exemplo*, Porto Alegre, 13.02.1910 – p. 2; *O Exemplo*, Porto Alegre, 10.04.1910 – p. 2.

45 Sobre a trajetória do Dep. Monteiro Lopes, ver: Ver: DANTAS, Carolina Vianna, op. cit., 2010.

46 Para a recepção do Deputado foram ainda compostos dois dobrados denominados "Monteiro Lopes" e "José do Patrocinio", de autoria do Maestro José André Gonçalves, para homenageá-lo em sua recepção. Ver: *O Exemplo*, Porto Alegre, 25.07.1909 – p. 2.

mobilizações de apoio à posse e, finalmente, efetivação de Monteiro Lopes como deputado, e, por outro lado, demarcar suas demandas políticas e protagonismos para a sociedade porto-alegrense com suas marcantes instituições civis, envolvendo bandas de música, grupos teatrais, jornais e clubes sociais. Além da recepção de Monteiro Lopes, o *Gremio Jose do Patrocinio* também se associou aos esforços pelo erguimento do *Asilo 13 de Maio*, cujos representantes nas festas de lançamento da pedra fundamental ocorrido no dia 13 de maio de 1910 foram Christiano Fettermann, Esperidião Calisto e Arnaldo Dutra.[47]

A participação de Arnaldo Dutra na terceira fase d'*O Exemplo* foi bastante curta. Embora tenha sido um dos responsáveis por sua retomada em janeiro de 1916, integra suas fileiras somente até maio do mesmo ano. No curto período em que esteve participando de suas fileiras, como era de praxe com as atividades que envolviam os colaboradores do jornal, o nome e algumas iniciativas que contavam com a participação de Arnaldo Dutra figuravam com frequência em suas páginas, como a organização e fundação do *Gremio Dramatico Arthur da Rocha,* fundado em março de 1916, era "destinado a cultivar a arte dramática em nosso meio social", conforme consta na descrição do mesmo periódico. Seus espetáculos também contavam com atos de variedades, sendo apresentados diversos números musicais. Já em ofício enviado ao jornal A Federação pelo secretário do Gremio Arthur da Rocha, é informado sua diretoria, sua futura instalação que ocorreria no próximo 13 de maio e que a finalidade do grêmio dramático "é desenvolver a regeneração dos costumes pelo cultivo da arte dramática e das letras".[48] Entende-se que os objetivos e o pertencimento do grupo eram expostos de maneiras distintas dependendo do periódico em que era veiculado. Para o jornal negro, o corpo cênico estava voltado para a comunidade negra. Em contrapartida, para o jornal A Federação, seu pertencimento não é explicitado, priorizando o seu aspecto pedagógico.

No *Gremio Arthur Rocha*, Arnaldo Dutra foi um de seus fundadores e o primeiro presidente eleito em 1916.[49] Embora as menções ao grupo

47 *O Exemplo*, Porto Alegre, 22.05.1910 – p. 1 e 2.

48 *A Federação*, Porto Alegre, 12.04.1916 – p. 6.

49 Assim como outras formas organizativas da comunidade negra no período, tais como bandas de músicas, clubes sociais e blocos carnavalescos, os grupos teatrais apresentavam uma organização

teatral diminuam no jornal quando Arnaldo Dutra deixa *O Exemplo*, há registros de sua atuação até o princípio de 1917.[50] O *Gremio Arthur da Rocha* apresentou propostas bastante semelhantes ao *Gremio José do Patrocínio* (atuante entre 1907 e 1910). No entanto, diferentemente da experiência anterior, o novo grupo teatral não era vinculado ao jornal *O Exemplo*. Ainda assim, atuou junto a clubes negros, como o *Floresta Aurora*, e em teatros da cidade, como o *Theatro São Pedro*, apresentando peças teatrais, monólogos, poesias e números musicais, sendo constantemente realçado seu aspecto instrutivo.

Ao lado da divulgação de personalidades negras locais, homenageadas com o título do corpo cênico, o *Gremio Arthur da Rocha* também reforçava a importância e a visibilização das datas relacionadas à conquista da liberdade negra em suas apresentações. Conforme divulgado n'*O Exemplo*, após sessão da assembleia geral onde foram apresentados, discutidos e aprovados por unanimidade seus estatutos, ficou resolvido que a instalação do grêmio ocorreria "com toda solenidade, a 13 de Maio p. vindouro. Segundo corre, a festa realizar-se-á no *Theatro São Pedro*, constando de uma passeata cívica, sessão solene". [51] Estava programada a abertura das comemorações com uma conferência realizada por Flavio Tullio Campos dissertando sobre a importância da data, seguida por vários oradores. O espetáculo estava programando a representação do drama "José", "do inolvidável escritor Arthur Rocha", onde tomariam parte "conhecidos elementos de nosso meio social".[52] Desde sua fundação, o *Theatro São Pedro* correspondeu à principal (e, posteriormente, a mais tradicional) casa de apresentações de Porto Alegre. Certamente ocupar seu palco, ou mesmo seus salões para eventos de clubes sociais, proporcionava uma inserção diferenciada no cenário cultural e social local. Ao festejarem o dia 13 de maio nesse teatro, ainda mais precedidos por uma passeata cívica, sustentavam a visibilidade das

interna a partir de diretorias eleitas anualmente. O *Gremio Dramatico Arthur Rocha* apresentava uma diretoria eleita anualmente dividida, em 1916, nos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, ensaiador, tesoureiro e bibliotecário. Ver: *O Exemplo*, Porto Alegre, 02.04.1916 – p.1.

50 *A Federação*, Porto Alegre, 23.02.1917 – p. 1.

51 *O Exemplo*, Porto Alegre, 16.04.1916 – p. 2.

52 *O Exemplo*, Porto Alegre, 30.04.1916 – p. 2.

datas relacionadas à conquista da liberdade sendo protagonizada pela comunidade negra.

Em uma das poucas menções ao Arnaldo Dutra após deixar de participar d'*O Exemplo*, é abordado um festival realizado pelo *Gremio Arthur da Rocha* na sede da *Sociedade Floresta Aurora* com "extraordinária concorrência" em homenagem à data de 28 de Setembro. Conforme descrição, a abertura da sessão foi realizada por Arnaldo Dutra, apresentado como "diretor do Imparcial e presidente do Grêmio", onde expôs o fim desta comemoração e passou a palavra para Christiano Fettermann, que também havia participado ao seu lado do *Gremio Jose do Patrocinio*. Após os discursos, foram iniciadas as apresentações artísticas com repertórios muito variados. De início, uma "esplendida Orchestra dirigida pelo apreciado músico João Penna executou magistralmente a sinfônica de Aída"; João Evangelista cantou uma "romanza", Oswaldo de Carvalho a canção "Flor do Mal" e Luiz Torres e uma senhorita a canção "O Luar do Sertão"; teve a participação do "impagável cançonetista Pedro Celestino, que muito fez rir a assistência com fino espírito"; ainda ocorreu um ato de prestidigitação (no caso, mágicas e ilusionismos gerados pela presteza das mãos). Ao final dos números foi encenado a comédia "A queda da Monarquia", na qual Arnaldo Dutra tomou parte como ator. Durante os intervalos a orquestra do Maestro João Penna de Oliveira executou "belíssimos trechos musicais". Ao término das apresentações houve ainda a reafirmação das motivações políticas da comemoração:

> (...) Terminada a festa, no foyer da Floresta, o sr. Arnaldo Dutra ao finalizar um eloquente e patriótico discurso, ergueu a taça brindando ao denodado lutador sr. Esperidião Calixto. Este, visivelmente comovido, agradeceu as homenagens e pedia que também fosse brindado o literato sr. Christiano Fettermann. O sr. Fettermann, agradecendo, lembrou mais uma vez que devemos nos congregar, **nos fortalecer a fim de repelirmos com vantagem os entupidos ataques dos retrógrados escravocratas** [grifos nossos]. Assim terminou essa belíssima festa de cuja recordação brilhante jamais nos esqueceremos.[53]

Os nomes que foram destacados nessa apresentação do *Gremio Arthur Rocha*, retomam as redes com as quais Arnaldo Dutra esteve

53 *O Exemplo*, Porto Alegre, 08.10.1916 – p. 3.

mais próximo após sua saída do jornal *O Exemplo* e reafirmam o uso das atividades artísticas como uma ferramenta de luta e conscientização política. Arnaldo Dutra vinculou-se a diferentes iniciativas voltadas a combater o preconceito racial no período. Parte delas foram associadas ao jornal *O Exemplo* e outra parte desenvolvida com outras lideranças que também atuaram no periódico, mas de forma separada. Em relação à sua atuação artística, no caso organizando e participando dos festivais do *Gremio Arthur da Rocha*, as atividades desenvolvidas ao lado de seu irmão Octávio Dutra certamente contribuíram na forma de apresentação desses espetáculos, intercalando as variadas apresentações. A dinâmica era diferente das apresentadas anteriormente no *Gremio Jose do Patrocinio*, muitas vezes composta basicamente pela apresentação teatral ou com apresentação musical antes das encenações. A forma mais dinâmica e intercalada, verificada no festival do *Gremio Arthur da Rocha* era mais próxima ao que estava sendo desenvolvido nos Teatros de Revista daquele momento. Em outras palavras: Arnaldo Dutra articulava as experiências construídas no interior da comunidade negra com as desenvolvidas a partir de sua rede familiar (no caso, seu irmão Octávio Dutra). Antes de realizar apresentações em teatros e gravações fonográficas ao lado de seu irmão com o grupo *Terror dos Facões* (1913), já havia, pois, participado do *Gremio Jose do Patrocinio* (1908-1910), constituído ao lado de lideranças negras. Concomitante à atuação do *Gremio Arthur da Rocha* (1916-1917), também praticada e destinada à comunidade negra, estava participando como ator nas Revistas musicadas pelo famoso maestro ao lado de outros literatos e, ainda, teve a experiência de atuar como teatrólogo compondo a Revista *Typos e Typas* (1918), situações em que as apresentações se destinavam a um público mais heterogêneo. Certamente essas experiências artísticas entrecruzavam-se.[54]

Embora sua participação junto ao jornal *O Exemplo* tenha sido significativa, a atuação política de Arnaldo Dutra junto à comunidade negra e à luta contra o preconceito de cor também foram desempenhadas ao lado de outras instituições e lideranças. Além de integrar ativamente do jornal *O Exemplo* entre 1908 e 1911, tornou-se um dos responsáveis pelo seu ressurgimento em 1916. Nesse mesmo ano, funda o jornal *A*

54 In: NOTÍCIAS DE OCTÁVIO DUTRA. Acervo Octávio Dutra, Pelotas, s.d.

Comunhão ao lado de Esperidião Calisto e Christiano Fettermann, seus grandes parceiros de militância negra (assim como Leopoldino Ribeiro Álvares). Em 1924, Dutra esteve vinculado à republicação do também jornal negro *A Liberdade*, retornando a'*O Exemplo* em 1926, onde permanece até o momento de seu falecimento. Mesmo que Arnaldo Dutra tenha construído uma significativa trajetória junto à Imprensa Negra, sendo inclusive responsável por suas circulações, ele também participa de inúmeras outras iniciativas protagonizadas por variadas associações negras. Em muitas delas, Dutra se associou, como em eventos de diversos clubes negros recreativos e bailantes, do *Centro Civico Jose do Patrocinio* e da inauguração da rua José do Patrocínio, entre outros. Em outras ocasiões, foi um de seus organizadores, como o *Gremio D. Arthur da Rocha*.

Essas ações ampliaram as noções e as implicações políticas de suas atividades intelectuais. Ao percebermos as lideranças negras como Intelectuais Mediadores, não é somente a categoria de intelectual que é alargada ao destronizar a tradicional percepção de que o conhecimento era uma "alta cultura" produzido por grandes pensadores, mormente brancos, que, em alguns casos, poderiam ser marcados por certa implicação a grupos sociais aos quais não pertenciam. De modo igual, há também uma ruptura nas percepções da excepcionalidade do intelectual e de sua ação um tanto individualizada. Além das lideranças negras serem produtoras de conhecimentos e de bens culturais a começar em seus escritos nas páginas do jornal, elas exerceram a mediação dessas ideias a partir de estratégias comunicativas baseadas em linguagens diferenciadas para um público mais amplo e diverso.

Suas ações eram construídas coletivamente e articulavam diferentes redes de solidariedade tecidas desde recortes étnicos-raciais, intelectuais, profissionais e políticos. A circulação entre variados espaços de atuação e o emprego de vastos meios de interlocução, por seu turno, credenciam-nos a percebê-los como atores sociais que não eram apenas sujeitos da história, mas também importantes agentes de sua transformação. Sem dúvida, houve momentos em que as lideranças do jornal *O Exemplo* atuaram nitidamente como Intelectuais Mediadores e essa forma de atuação não era constante na trajetória do jornal. Por outro lado, Arnaldo Dutra foi um dos grandes agentes que atuavam politicamente na cultura,

não apenas vinculado ao periódico, mas a em outras iniciativas, como o *Gremio Dramatico Arthur da Rocha* (1916-1917), onde foi um de seus criadores e presidente.

Para o caso de Arnaldo Dutra, fica evidente que ele articulava experiências constituídas em diferentes espaços, tanto os de militância negra, como os familiares. Antes de realizar as gravações fonográficas com o grupo *Terror dos Facões* (1913), ao lado de seu irmão Octávio Dutra, Arnaldo já havia integrado o *Gremio Jose do Patrocinio* entre 1908 e 1910. No período em que participou do *Gremio Arthur da Rocha,* Dutra atuava como ator de Teatros de Revistas nas casas de espetáculos de Porto Alegre a partir das redes construídas junto com o seu irmão Octávio Dutra. Os autores dessas Revistas, como Henrique Vieira Braga, Dolival de Moura à princípio eram brancos, assim como deveriam ser grande parte dos elencos. Portanto, Arnaldo Dutra articulava redes que eram constituídas com diferentes cores e vínculos profissionais e políticos. Provavelmente, em razão dessa circulação, Arnaldo Dutra conseguiu que o festival de inauguração do *Gremio Arthur da Rocha* ocorresse no *Theatro São Pedro*, no dia 13 de maio, precedido por passeata cívica.

Assim como agenciava algumas vantagens adquiridas a partir da rede profissional e familiar para sua atuação junto à comunidade negra, Arnaldo Dutra também levava parte desses conteúdos políticos com pertencimentos raciais para os outros espaços de caráter mais profissional e aberto. Por exemplo, no Acervo Octávio Dutra há um recorte de jornal (sem referência à publicação e à data) em que é informada a leitura da Revista *Typos e Typas* para o proprietário do *Cinema Recreio Ideal* destacando que a revista possuía três apoteoses: ao A. B. C. (Argentina, Brasil e Chile), à Bélgica e ao jornalista José do Patrocínio. Ou seja, as atuações profissionais de Arnaldo Dutra no campo cultural também eram alimentadas por sua militância política, ampliando a visibilização do protagonismo negro a partir de grandes vultos históricos. A valorização e o emprego das práticas culturais, utilizadas como uma ponte de comunicação, alargou o alcance do projeto político a partir de suas ações sociais. Essas mediações culturais articulavam as práticas políticas às culturais exacerbando a percepção de que toda cultura é política.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. "O 'crioulo Dudu': participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890- 1920)". **Topoi**, Niterói, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, pp. 92-113

BOHRER, Felipe Rodrigues. **A música na cadência da história**: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-Abolição. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, 2014.

BOHRER, Felipe Rodrigues. **Caminhos Cruzados**: a trajetória do músico, intelectual e ativista negro Arnaldo Dutra (Porto Alegre/RS – Primeira República). 2021. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói/RJ.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DANTAS, Carolina Vianna. "Monteiro Lopes (1867-1910): um líder da 'raça negra' na capital da República". Salvador, **Afro-Ásia**, 41, 2010, pp. 167-209

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Cândido Mendes, 2001.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e projetos políticos. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2016.

LONER, Beatriz. "Antônio: de Oliveira a Baobad". In: GOMES, Flavio e DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição. São Paulo: Selo Negro, 2011, pp. 109-136

MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920). 1999. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre/RS

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911). 2018. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre/RS.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. 2011. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre/RS

SANTOS, Isabel Silveira. **Abram-se as Cortinas**: Representações Étnico-Raciais de Negros (as) e Pedagogias Abolicionistas no Teatro de Arthur Rocha. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2009.

SOUZA, Márcio de. **Mágoas do violão**: mediações culturais na música de Octavio Dutra (Porto Alegre, 1900-1935). Tese (Doutorado em História). PPGH/PUCRS: Porto Alegre, 2010.

SOVIK, Liv. (org.) **Da Diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

VEDANA, Hardy. **Octavio Dutra na história da música de Porto Alegre**. Editora Proletra, Porto Alegre, 2000

XAVIER, Regina Célia Lima. **Religiosidade e Escravidão, século XIX**: mestre Tito. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ZUBARAN, Maria Angélica. Médicos negros no pós-abolição: Chagas Carvalho, Arnaldo Dutra e Diógenes Baptista (Porto Alegre, RS). In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, TEIXEIRA, Luana, MAMIGONIAN, Beatriz Gallott (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil**: associativismo e trajetórias negras. Salvador: Sugga, 2020.

RACIALIZANDO A CLASSE: DISCUTINDO O MERCADO DE TRABALHO A PARTIR DA METODOLOGIA DE FONTES

Helen da Silva Silveira[1]

Este trabalho aborda um recorte de um estudo em desenvolvimento. A pesquisa é sobre os trabalhadores e trabalhadoras negras no interior do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região do Vale do Rio Pardo, nas cidades de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, entre os anos de 1905 e 1950. Neste sentido, o recorte aqui apresentado aborda um exercício metodológico que visa compreender como gênero, raça e classe se articulam na disputa por ocupações no mercado de trabalho em ambas as cidades pesquisadas. Para isso são utilizadas fontes hospitalares, a saber o livro de porta do Hospital de São Sebastião Mártir, localizado na cidade de Venâncio Aires, no ano de 1936 e fichas profissionais de trabalhadores, documentos da 4º Delegacia Regional do Trabalho criada em 1933 e que está no acervo do Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner ligado ao curso de História da Universidade Federal de Pelotas.

O uso de algumas fontes nesta pesquisa começou com o intuito de entender melhor quais eram as ocupações de trabalho possíveis e a distribuição racial do proletariado e também descobrir onde estavam

1 Doutoranda em História pelo de Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço do lattes: http://lattes.cnpq.br/1335730009320426. Orcid: https://orcid.org/0009-0005-7561-8280. Email: helen.dasilvasilveira@gmail.com

as mulheres. Nos relatórios de intendência municipal consultados, por exemplo, havia imagens de trabalhadores atuando nas áreas públicas locais, mas eram sempre homens o que poderia passar a ideia de que elas não se faziam presente no mercado de trabalho. Algo que não faria nenhum sentido.

A primeira fonte que trouxe informações sobre a distribuição racial dos trabalhadores e a presença das mulheres foi a fonte hospitalar. Este tipo de fonte já foi usado em outras pesquisas para captar o perfil socio-racial das cidades (Santos, 2021; Vargas, 2022; Brunhauser, 2018), haja vista que, as informações dos pacientes eram anotadas quando chegavam ao hospital. O livro de entrada e saída dos pacientes do Hospital de São Sebastião Mártir (1936-1942), de Venâncio Aires possuía um campo para registro da ocupação e outro para a cor daqueles que procuravam o Hospital, o que dá uma dimensão maior sobre mulheres e homens negros e brancos no mercado de trabalho local. Infelizmente, o setor de arquivos do Hospital estava com superlotação e com pouco espaço de trabalho, assim só foi possível transcrever o primeiro ano do livro antes que todas as mesas fossem tomadas por mais pastas de documento. Isso dificulta o uso desta fonte de forma mais profunda, mas possibilita ao menos olhar e saber as ocupações femininas e masculinas que procuravam o Hospital.

No ano de 1936, das 88 mulheres que procuraram o hospital, 63 eram domésticas, uma era parteira e uma empregada pública, as outras 13 eram meninas pequenas que não tinham idade para ter ocupação ou o campo não foi preenchido. Destas 88 mulheres, 5 eram de cor mista, sendo uma delas uma criança de dois anos, não havendo registro de outra cor não-branca entre elas.

Dentre as mulheres de cor mista somente de duas constam registradas as ocupações, sendo ambas domésticas, Maria Alves e Patrícia A. dos Anjos, solteiras e moradoras da Villa Rica, outras duas não constavam profissão, Maria Padili e Maria José de Jesus, casadas e moradoras da Vila Municipal.

Com relação aos registros masculinos no Hospital, haviam 3 homens de cor mista e 2 de cor preta, somando 5 homens não-brancos dos 79 total. Existia uma diversidade maior de ocupações entre eles como pedreiros, comerciantes, funcionários públicos, agricultores e jornaleiros.

A ocupação que mais predomina é a de agricultor, dos 79 homens, 35 eram agricultores. Isso está diretamente relacionado com a produção econômica rural, dado que estas cidades possuíam economias ancoradas na agropecuária, com destaque a plantação de fumo. Na sequência temos um empate, jornaleiro e empregado público aparecem com 5 cada um. E por último vem comerciante com três. Os demais não foram preenchidos.

Com relação a cor, entre os agricultores tem-se 34 brancos e 1 misto, Loudelino dos Santos, casado e morador da Santa Tecla, nos "subúrbios da Villa", de acordo com descrições de processos-crimes. Entre os jornaleiros são 3 brancos, 1 misto, Pedro Alves Macedo, 35 anos e solteiro e 1 preto José Rodrigues 42 anos e casado. Já as funções de empregados públicos e comerciantes eram todos homens brancos.

Também é entre os homens que aparecem as únicas duas nacionalidades estrangeiras do Livro, Felippe Antônio era sírio, comerciante, tinha 58 anos, viúvo e morador da Estância Mariante, área rural da cidade. Francisco Xavier Soller era alemão, jornaleiro, casado, 55 anos e morador da Villa Rica, que ficava nos "arrebaldes desta Villa", como segundo conta em alguns processos crime. Ambos registrados como brancos.

Com apenas um ano não é possível fazer análises muito conclusivas ou complexas, mas é um vislumbre de como raça, gênero e classe se relacionavam. As pessoas que procuravam atendimento médico eram trabalhadoras pobres, sendo comerciante a única profissão liberal encontrada e ainda assim era a que menos aparecia. Podemos ver que os brancos apresentavam uma diversidade maior de ocupações do que os negros, pois tanto entre homens, quanto entre mulheres, eles estavam presentes em todas as categorias de ocupação. No caso feminino as únicas duas mulheres "não-domésticas", que são a parteira Maria Margarida Becker e a empregada pública Alfredina A. de Britto são brancas. Percebe-se que existia uma relação muito forte das mulheres com o trabalho doméstico.

Porém a quantidade de pessoas não-brancas também é muito pequena o que demonstra antes de tudo que eram trabalhadores e trabalhadoras brancas que mais procuravam esse serviço médico. Para saber se essa pouca diversidade de trabalho entre os negros era nessa

documentação ou uma característica do mercado são necessários outros cruzamentos feitos mais adiante.

Um adendo importante, nesta fonte há profissões exclusivamente brancas, comerciante ou funcionários públicos. No entanto, havia diversos homens negros que estavam nas listas de trabalhadores da prefeitura[2], assim mesmo que não apareçam nas fontes médicas os homens negros eram sim empregados públicos. Por isso, ressalto que este livro possui oito anos de registro e pode ser que em outros anos aparecessem pessoas negras em outras funções, mas estes são referentes apenas ao primeiro ano.

A segunda fonte que traria as informações procuradas para análise foram as fichas profissionais salvaguardadas no arquivo do Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner, um centro de documentação com registros dos trabalhadores de todo o estado e é ligado ao curso de História da Universidade Federal de Pelotas. Este Núcleo possui os documentos da 4º Delegacia Regional do Trabalho criada em 1933 e responsável por fazer as fichas profissionais dos trabalhadores na época, as cidades de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul pertenciam a essa delegacia, mas por algum motivo não há dados das mulheres de Venâncio Aires, somente dos homens da cidade na documentação do Núcleo, assim não há como comparar com os registros do hospital da cidade. Porém, temos as fichas de Santa Cruz do Sul que apresentam de ambos os gêneros, que somam no total 1160 documentos, sendo 712 de homens e 448 de mulheres.

Entretanto, antes de seguir com a análise da documentação é importante falar um pouco sobre a metodologia que sustenta este trabalho, a história serial. De acordo com Luís Augusto Farinatti:

> Tratava-se de tomar fontes que fossem massivas (ou seja, que abarcassem uma parcela alargada do meio social estudado), reiterativas (que se repetissem no tempo por, no mínimo, algumas décadas) e homogêneas (que possuíssem o mesmo tipo de informação) e, a partir das informações dali retiradas, construir séries de dados que permitissem verificar sua variação no tempo e indagar sobre as razões dessa variação (Farinatti, 2009, p. 58).

2 Listas de trabalhadores "turma da cidade", "turma do Castelhano", ambas de 1945 e a lista de trabalhadores da "turma da usina elétrica" de 1950. Arquivos avulsos. Acervo: Núcleo de Cultura do Museu de Venâncio Aires. Caixa nº258. Fundo da Prefeitura Municipal de Venâncio Aires 2/3.

Neste sentido, embora as fichas profissionais e os registros hospitalares tenham sido feitas com propósitos fundamentalmente diferente, elas possuem características similares que permitem aplicar a mesmo método e cruzar suas informações. O livro de entrada e saída tem oito anos de dados e as fichas somam um total de 1160 folhas, ou seja, são massivas e reiterativas. Ambas as fontes contêm campos que se repetem como nome, profissão e cor, isso torna as homogêneas. Estas fontes foram transcritas cada uma em em um banco de dados nominal, separadamente, do programa Excel, em que cada coluna correspondia a um campo de informação.

No que refere as fichas, as informações liberadas pelo Núcleo de documentação foram nome, cor, estabelecimento e ano de nascimento da pessoa. Com base nisso, realizei as análises e cruzamentos de dados apresentados aqui. Dos 448 registros de fichas profissionais femininos, 311 são de brancas, 104 são pardas e 33 pretas, isso demonstra que a maioria das mulheres que possuíam registro profissional eram brancas, mas o número de mulheres negras não é tão pequeno, pois somadas as pretas e pardas chegam a 137 mulheres, mais que um terço do total.

Os locais de trabalho variam entre fábricas e internato para crianças, sendo a indústria um espaço predominante, sobretudo a indústria fumageira, reafirmando a força do tabaco na região. Mesmo que não se tenha a função que elas desempenhavam nesses locais, isso amplia a relação de profissões que eram realizadas por mulheres, dado que eram ocupações executadas fora do ambiente doméstico.

Por último, as fontes criminais, armazenadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), em Porto Alegre, que interessam mais para uma análise qualitativa. Nos processos crimes, houve poucos casos em que uma mulher apareceu como réu, um foi o processo no qual Sofia Manz[3] foi acusado de lenocínio junto com seu marido Miguel Goldenberg em 1930.

Em geral elas aparecem como testemunhas ou vítimas, no entanto, independente disso, e em quase todos, a sua função era a mesma, doméstica. Todavia, o mais interessante dos processos é ter um vislumbre maior do teor das funções femininas que os números não possibilitam.

3 APERS, Acervo do Judiciário, Município Venâncio Aires. Ano: 1930. Maço nº06, nº 124 a 161, estande nº08. Processo nº127. Processo de Lenocínio. Réus: Miguel Goldenberg e Sofia Manz.

Por isso, foram utilizados cruzamentos entre estes conjuntos de fontes para tentar entender melhor as ocupações femininas e as implicações de ser mulher negra naquela época.

Mas antes de seguir com as fontes gostaria de levantar uma discussão pertinente a este capítulo, o trabalho como uma necessidade compulsória para as mulheres negras. O movimento de mulheres negras a muito tempo já derrubou a ideia de que as mulheres ingressaram no mercado de trabalho somente no século XX.

Como colocado por Angela Davis (Davis, 2016), intelectual e feminista negra o trabalho sempre ocupou um enorme espaço na vida das mulheres negras desde a escravidão e ofuscou outras dimensões de suas vidas. Muitas vezes cabia as mulheres em geral realizarem aqueles trabalhos considerados inferiores e que os homens não queriam fazer (Dias, 1985).

Quando a abolição tornou a liberdade um estatuto jurídico, o trabalho passou a ser necessário por outros motivos, primeiro porque era uma forma de não ser visto como vadio pelas autoridades, mas principalmente porque a mão-de-obra feminina era fundamental nas comunidades negras. O peso que o trabalho destas mulheres teve para as suas famílias e comunidades era vital, pois no mercado de trabalho em muitas situações os homens negros não tinham a mesma força para disputar vagas nas mesmas condições que os homens brancos e restava as mulheres garantir o sustento enquanto os homens não conseguiam se empregar (Andrews, 1998).

Assim, o trabalho, antes de representar uma conquista pessoal, se apresenta como uma necessidade de existência material e compulsória para elas. Isso não significa dizer que os homens negros não tivessem a mesma obrigação em relação ao trabalho, mas era mais difícil para uma mulher negra não precisar trabalhar e poder assumir o papel de esposa e mãe em tempo integral como as mulheres brancas para as quais o ato de trabalhar tinha conotações bem diferentes como bem aponta bell hooks:

> Trabalhar fora de casa, segundo as ativistas feministas, era a chave da libertação. O trabalho, diziam elas, permitiria que as mulheres quebrassem as cadeias da dependência econômica dos homens, defendendo-as, com isso, da dominação sexista. Quando essas mulheres falavam de trabalho, elas estavam se referindo a carreiras bem-remuneradas, não aos empregos de baixa remuneração, os chamados trabalhos "subalternos".

> Elas estavam tão mergulhadas em sua própria experiência que até ignoraram o fato de que a vasta maioria das mulheres (inclusive na época em que *Feminine Mistique* foi lançado) já estava trabalhando fora de casa, em empregos que não só não as libertavam da dependência dos homens, como não lhes garantiam a autossuficiência econômica (Hooks, 2019, p. 147).

Desta forma, a visão que foi defendida pelo movimento feminista branco entendia o trabalho através de um viés burguês, de libertação pessoal e independência, que não refletia a realidade da grande maioria das mulheres, sobretudo mulheres negras para quem trabalhar era muitas vezes parte da opressão que sofriam.

No caso das mulheres, principalmente negras, de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires a sua participação no mercado de trabalho parece que estava bastante ligada ao setor doméstico e ao setor industrial, sendo até de forma mais ampla do que se poderia supor inicialmente.

As fichas profissionais masculinas de Santa Cruz do Sul somam 712 registros, um número maior do que as mulheres, que eram 448. Já a vizinha Venâncio apresenta um número de registros total muito pequeno, apenas 25 registros, todos masculinos, dos quais a maioria não teve o seu local de trabalho informado, demonstrando uma baixa formalização do vínculo empregatício na cidade junto a este órgão.

Cor, classe e história serial

Em relação a cor, nos registros da 4º DRT, sobre Santa Cruz do Sul, a população branca era maioria predominante, dos 1160 registros eles eram 916. Deste, 605 eram homens e 311 mulheres. Os outros 244 são da população negra, aonde 137 eram de mulheres e 113 de homens. Assim, em termos de cor os brancos são mais tanto entre os homens, haviam mais homens brancos do que homens negros, quanto entre as mulheres, tinha mais mulheres brancas do que mulheres negras. Mas em quesito de gênero entre os negros, as mulheres são a fatia maior, porém com uma diferença bem menor com relação aos homens, no grupo branco os homens são quase o dobro das mulheres.

Olhando um pouco mais para essa questão, percebe-se que dentre os homens existe uma denominação de cor que não aparece entre as mulheres, a cor morena, contando 6 homens morenos. Entre os pardos

havia mais que o dobro de mulheres que homens, 104 mulheres contra 50 homens. Já entre os pretos temos mais homens, 50, do que mulheres, 30. Perceba que aqui nesta documentação o termo "misto" ou "mista" não aparece como no Livro do Hospital da cidade vizinha. Aristeu Lopes informa o seguinte:

> Sobre a cor das trabalhadoras, a maioria das fichas apontou para a branca, com 8.833 mulheres. Na sequência, estava a cor parda (707), em seguida a cor preta (398) e após a cor morena (96), além de outras definições. A presença predominante de mulheres brancas estava de acordo com o total das solicitações das carteiras entre os trabalhadores com essa cor: 87% dos pedidos, entre homens e mulheres, eram brancos. Esse dado aponta à exclusão dos trabalhadores com outras definições de cores do mercado de trabalho considerado formal com carteira profissional (Lopes, 2022, p. 07).

Neste sentido, a cidade acompanhava uma tendência que era estadual em termos de formalização dos trabalhadores. Em Venâncio nos dados da 4º DRT, nas fichas masculinas dos 25 registros somente 2 são de não brancos, no caso dois homens pardos. Os demais 23 nomes são de homens brancos e infelizmente poucos tiveram o seu local de trabalho informado, o que dificulta seu uso. Mesmo pensando na baixa formalização, esta proporção de cor parece acompanhar os documentos do hospital, em que os homens brancos eram muito mais.

Claro que é preciso considerar que não eram todos os trabalhadores que estavam registrados na Delegacia do Trabalho, mas, ainda assim, ela apresenta um recorte importante do perfil do proletário local, principalmente para Santa Cruz que tem um número considerável de registros.

De uma forma geral os homens brancos possuíam mais fichas profissionais do que qualquer outro grupo, seguidos pelas mulheres brancas, que mesmo aparecendo em segundo, ainda assim eram quase metade em relação aos homens brancos. Portanto, dentro do grupo racial branco a quantidade de homens era muito superior ao de mulheres. O terceiro conjunto eram as mulheres negras e por último, os homens negros, mas no grupo racial negro havia uma diferença menor entre homens e mulheres.

Em Santa Cruz os brancos ocupavam mais o mercado formal do que as brancas, e o número de mulheres negras não era muito maior que o de homens negros. Isto significa que mais mulheres brancas conseguiam exercer o papel de mãe e esposa em tempo integral do que mulheres negras, porém na concorrência por um emprego formal as brancas disputavam com homens e mulheres negras, pois em números elas estavam mais próximas destes do que de seus pares brancos. De acordo com bell hooks

> Mulheres e homens negros foram os primeiros a expressar o temor de que o ingresso de mulheres brancas casadas no mercado de trabalho significasse menos contratações de pessoas negras qualificadas, haja vista o empenho da supremacia branca para afastar e excluir não brancos de certos empregos (Hooks, 2019, p. 150)

Se estas mulheres brancas eram casadas ou não ou se elas e os negros tinham a mesma qualificação profissional, não sei, mas parece evidente que elas disputavam mais com a população negra do que com os homens do seu grupo racial, os brancos. Ao mesmo tempo, a quantidade desproporcional de homens brancos em relação aos homens negros corrobora que era necessário às mulheres negras trabalhar, pois em uma família negra, mesmo que o homem trabalhasse, era muito provável que só a sua renda não bastasse para sustentar a casa. Assim a força de trabalho das mulheres negras era realmente indispensável a sua comunidade, reafirmando que para elas de uma forma geral trabalhar não era sinônimo de libertação, mas parte da sua obrigação, ou seja, historicamente a função social que o trabalho desempenha para mulheres brancas e mulheres negras é diferente.

Também é importante falar das mulheres brancas como parte do grupo dominante que usufruem da opressão sofrida pela população negra e que causam essa opressão, enquanto partes ativas da sociedade. Das fichas de pessoas brancas os homens são quase o dobro delas, demonstrando a desigualdade que existe entre eles, entretanto, mesmo assim, elas são mais que o total de negros e negras somados. Portanto, as mulheres brancas sofrem com as desigualdades do machismo, todavia possuem visíveis vantagens na questão racial.

A força do machismo, que imputou sérias violências as mulheres de uma forma geral, incluindo as brancas que tiveram suas próprias batalhas históricas para enfrentar, não deve amenizar o seu lugar ativo na construção do racismo. Ao debater o processo de luta do sufrágio nos Estados Unidos, Ângela Davis coloca que:

> A ostentação da posição "neutral" assumida pela liderança da NAWSA em relação à "questão da cor" de fato encorajou a proliferação das ideias racistas dentro das fileiras da campanha sufragista. Na convenção da associação em 1895, apropriadamente realizada em Atlanta, Georgia, uma das mais proeminentes figuras na campanha pelo voto "... reclamou ao Sul que adotasse o sufrágio da mulher como a única solução do problema do negro" (Davis, 2016, p.86)

Neste sentido, Davis demonstra que para alcançar o direito de voto para as mulheres brancas algumas organizações estavam dispostas a estreitar relações com as ideias de supremacia branca e conseguir seu direito encima da opressão racial, que prejudicaria não apenas os homens, mas as mulheres negras também, que eram suas companheiras e participavam da luta pelo sufrágio. Para algumas autoras brasileiras a raça organiza gênero devido ao peso que possui na nossa sociedade, uma dessas autoras é a filósofa Sueli Carneiro:

> *A fortiori*, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a "variável" racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas).
> Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o *status* dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas (Carneiro, 2019, p. 199).

Desta forma, raça possui um peso diferente das demais estruturas e informa gênero. Esse peso é o que a grande intelectual Lélia Gonzales

definiu como parte da Amefricanidade, conceito criado por ela para pensar aquele lado da nossa cultura que foi negado, a herança indígena e africana, ao mesmo tempo em que se usa a raça para garantir uma superioridade dos brancos como grupo dominante, como algo natural:

> Por isso, a afirmação de que todos são iguais perante a lei, assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas (Gonzalez, 1988, p. 73).

Como dito anteriormente, observando a documentação da Delegacia do Trabalho, mesmo com desigualdade entre homens e mulheres, os brancos e brancas possuem a maior parte das fichas profissionais, o que aponta que estavam mais presentes no mercado formal de trabalho com carteira profissional. Nos registros do hospital também percebe-se que mesmo as categorias de trabalho que aparecem com poucas pessoas, essas eram brancas. Indo de encontro com as intelectuais negras brasileiras e demonstrando que a raça não organiza apenas gênero, mas também classe para subalternizar os grupos sociais.

Em Santa Cruz do Sul, a imigração teve uma presença forte, então supondo e apenas supondo que os brancos fossem a maioria nestas cidades e que esta é a constituição populacional, a participação de cada um desses seguimentos no mercado de trabalho seria uma expressão da demografia do município. Tipo assim, se a população é maioria branca tendo mais homens brancos depois mulheres brancas seguida de mulheres negras e por último, homens negros como o menor grupo populacional. Assim, poderia-se pensar que eles estão no mercado de forma proporcional a isso.

Infelizmente não encontrei dados sobre a cor da população, mas segundo o censo de 1940, na cidade a população total de mulheres era maior que a de homens, assim deveria ter mais fichas femininas, porém, ao todo, a quantidade de fichas deles era bem maior que a delas, parece que a lógica se inverte. Em Venâncio, pensando as fontes da saúde, ter apenas um agricultor não-branco em um município predominantemente rural também não parece fazer muito sentido.

Olhando de forma qualitativa para as fichas fica mais evidente a segregação. Em Santa Cruz existiam uma quantidade boa de empresas de diversos ramos, bebidas, couro, carne, banha e fumo, esta última a maior de todas. Todas estas atividades constam nos registros dos trabalhadores, não obstante, existem algumas empresas que só aparecem com funcionários brancos. Para saber em qual área atuava cada empresa usei a pesquisa de Andrius Noronha (2012) que fez um levantamento bem completo em sua tese sobre o campo de atuação de cada empresário local.

A Hennes e Soehnle, uma indústria de balas ou caramelos criada em 1905, possuía 21 empregados, 11 homens e 10 mulheres, um dos homens se chamavam Luiz Hoelzel podendo ser da família dona da empresa, então considero como empregados os outros 10 e as 10 mulheres. Um número em igualdade de gênero, mas todos eles eram brancos. A Hoelzel e Cia, especializada em borracha, possuía 82 empregados, 38 mulheres e 44 homens, também sem grandes disparidades, só que todos brancos.

Mas Fernando Porto Ataíde fez uma pesquisa sobre a empresa Mercur, antiga Hoelzel e Cia, ele pesquisou nos arquivos da empresa que possuíam mais de duas mil fichas de empregados de toda a história da empresa, aonde constam funcionários negros. Segundo os dados, de 1924 a 1970:

> Verificamos que a maioria dos trabalhadores da Mercur são de origem teuto-brasileira, ou seja, descendentes de imigrantes germânicos, totalizando 1.142 pessoas. Em seguida, aparecem os luso-brasileiros, com 824 pessoas contratadas e, em menor número, os afrobrasileiros, com 84 pessoas (Ataíde, 2018, p.140).

Um número tímido comparado com os outros dois grupos, especialmente se levar em conta que esse é o total para todo o recorte da pesquisa de Ataíde, mas que não pode ser desconsiderado para não invizibilizar esses trabalhadores.

Outros lugares tinham mais mulheres que homens, na Litografia Minerva temos mais mulheres, 5, e 3 homens, todos brancos, no Internato do Instituo Visconde de Mauá trabalhavam 4 mulheres e um homem, ele era Melchiades dos Santos, de cor morena. A Bergel e Baumhardt produzia balas e chocolate em pó, nela tem dois homens,

Carlos Gustavo Bergel que era um dos donos desta empresa e da Hennes e Soehnle, o outro era Victor Frederico Baumhardt o outro dono que também possuía parte da Baumhardt Irmão e Cia de outro ramo industrial. Portanto, suas fichas foram descartadas, já que não eram funcionários. As outras 7 fichas da Bergel e Baumhardt são de mulheres e todas são brancas.

Outros locais tinha somente trabalhadores homens, a Hoppe e Cia, da área de couro, tinha 7 homens, e deles um era pardo, João Alcides Lacerda e a Caspary e Cia, que era um comércio de automóveis e revendedora Ford, tinha 8 funcionários, dos quais Arlindo Soares foi registrado como de cor morena. A Schreiner e Cia da área da metalurgia tinha 5 empregados e todos eram brancos. A Baumhardt Irmãos e Cia especializada em carne embutida e banha tinha 6 trabalhadores, dos quais dois eram pardos, João Renato Coelho e João Climau Pacheco. A que mais possui registros de empregados negros foi a A. Evers e Cia. Ltda, cuja única menção encontrada é de uma farmácia e um cinema, tinha 16 empregados, todos homens, dos quais 4 eram negros, dois pardos, Clarindo da Silva e José Manoel dos Santos e outros dois eram petros Antonio Gonçalves dos Santos e Bento Rosa de Oliveira.

Portanto, segundo nos registros da 4º DRT, havia indústrias em que homens e mulheres aparecem em números iguais ou parelhos, e não eram empresas pequenas do tipo oficina familiar com mais dois funcionários, não, eram dezenas de empregados. É o caso da Hennes e Sohnle, só que todos do mesmo grupo racial, todos eram brancos.

Outros lugares tinham mais mulheres que homens como a Litografia Minerva e o Internato, mas somente no segundo tinha negros que era o único homem por sinal. Outros só homens como a Baumhardt Irmãos, a Hoppe, a Caspary e a A. Evers e Cia, todas tinham ao menos um trabalhador negro. A única firma que só tinha mulheres foi a Bergel e Baumhardt e eram todas brancas. Mas em todos esses casos em que negros aparecem eles são sempre menos, menos até que as mulheres brancas, como a exceção que confirma a regra, estas exceções eram homens.

Estes poucos homens negros eram 9 no total, sendo 5 pardos, 2 morenos e 2 pretos. Pode parecer que morenos e pretos estão empatados, só que a cor morena aparece em apenas 6 fichas, enquanto preto aparece

em outras 50. Em termos de proporção há mais morenos do que pretos empregados. Quem mais conseguiu furar a bolha foram os pardos, que eram mais do que pretos e morenos somados, ainda que com uma pequena diferença. A cor parda aparecia em 50 fichas masculinas, o mesmo número que preto, nas fichas das mulheres pardas tem-se 104 registros de pardas, mais da metade dos homens da mesma cor, no entanto em nenhuma dessas empresas havia mulheres que não fossem brancas nas fichas profissionais. Tinha mais homens pardos em lugares de exceção, do que homens pretos que eram o mesmo número e mais que mulheres pardas que eram mais da metade deles e no caso não estavam em nenhuma dessas firmas.

Ainda assim é preciso considerar em que lugares estavam estas pessoas. Infelizmente, não tive acesso a esse dado das fichas da Delegacia do trabalho, só que Fernando Ataíde coloca o seguinte sobre a Mercur:

> Em relação às informações trazidas pela tabela 32, a respeito dos cargos dos afrobrasileiros, a maioria (77,4%) eram serventes, ou seja, operários de "chão de fábrica". Os demais, na sua maioria, também se distribuem em cargos localizados no âmbito da fábrica, ou melhor, fora do escritório e do setor administrativo da empresa. Apenas um trabalhador ocupa o cargo de auxiliar de escritório. Portanto, é possível verificar que a concentração de negros e pardos era basicamente na fábrica. (Ibid, p.142)

Neste sentido, há de se considerar os lugares que eles ocupavam na empresa para perceber que as chances de subir de posto dentro da empresa era muito mais difícil aos negros, que ficavam concentrados na linha de produção, bem longe das tomadas de decisões. A possibilidade de mobilidade profissional seria mais árdua.

É necessário dizer que no banco de dados fornecido não tinha as fotos que os trabalhadores tiravam para as fichas. Ainda assim enquanto pesquisadora fazer a heteroidentificação destas pessoas é delicado, por isso estes números são com base na cor registrada na ficha de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por hora vou focar no que já vinha falando em como gênero, raça e classe se relacionam a partir destes dados. Em 1976, nos Estados Unidos, a multinacional General Motors foi processada sob a acusação de promover discriminação de raça e gênero entre seus funcionários, mas a justiça concedeu veredicto favorável para a empresa, pois havia homens

negros em suas linhas de montagem e mulheres brancas, muitas delas, secretárias. Porém quem moveu o processo foram cinco trabalhadoras negras recém-demitidas que se sentiram prejudicadas pelas políticas da firma.

Este caso ganhou muita notoriedade com o passar dos anos e foi base para Kimberlé Crenshaw cunhar o conceito de Intersseccionalidade nos anos de 1990. O que a Crenshaw e outras intelectuais negras chamam a atenção é que é preciso pensar nas estruturas sociais como coisas que se cruzam enquanto marcadores nos sujeitos, e esse cruzamento acontece ao mesmo tempo. bell hooks fala que não é *ou*, sim *e*, não é mulher *ou* negra, é mulher *e* negra, é homem *e* branco, é uma simultaneidade dos marcadores e quando isso não é levado em conta os grupos mais vulneráveis é que são os mais prejudicados. É como coloca Kimberlé Crenshaw:

> Onde os sistemas de raça, gênero e dominação de classe convergem, como ocorre nas experiências de mulheres não-brancas, as estratégias de intervenção baseadas unicamente nas experiências das mulheres que não compartilham a mesma classe ou raça de fundo serão de ajuda limitada para as mulheres que por causa de raça e classe enfrentam obstáculos diferentes (Crenshaw, 1991, p. 5).

Em Santa Cruz existiam algumas indústrias que tinham ambos os sexos e grupos raciais, outras com uma paridade de gênero, que não há como saber se era intencional, mas, ainda assim, era paridade, fora aquelas que tinham mais mulheres que homens ou só mulheres. Desta forma poderia-se pensar que o mercado não excluía mulheres e negros, que o mercado apresenta uma boa variedade de combinações e eles poderiam ser menor quantidade que os homens brancos, mas estavam lá e seria uma questão de aumentar sua participação, ótimo, resolvido. Só que não, ledo engano.

As mulheres negras não estão contempladas em nenhuma dessas firmas e em nenhuma dessas combinações, nem naquelas em que havia só mulheres ou que elas eram mais e nem nas que tinha negros, poderiam aumentar a participação destes dois grupos e continuar deixando as mulheres negras de fora. Elas eram até mais do que os homens negros, nas fichas, e ainda assim deixadas de lado. Então homens brancos tinham mais cadastros que mulheres brancas e apareciam em mais postos

de trabalho, e elas na sequência ocupando mais lugares, contanto as mulheres negras, que deveriam vir na sequência, não eram nem menos, elas nem estavam, ou seja, considerando a hipótese de que a participação no mercado de trabalho seria de acordo com a composição demográfica local, deveria ter mais mulheres que homens, porque elas são um grupo maior da população, e aí dentre elas deveria ter mais negras, mas isso não se confirma e pelo número de cadastros teria mais mulheres negras que homens negros furando a bolha, só que eles estavam em mais lugares.

É isso que levou aquelas mulheres a processarem a General Motors e para o que o conceito de interssecionalidade chama atenção, se gênero, raça e classe forem vistos separados ainda pode haver exclusão, quem estiver mais abaixo na pirâmide sai mais prejudicado. No entanto, considerando o que foi discutido antes com as intelectuais brasileiras vou ter de discordar um pouco, haja vista que, em nenhuma dessas empresas os homens negros eram maioria ou um número bom suficiente para serem mais que a exceção, assim é preciso pensar no peso que raça possui sob classe e gênero. Naquelas em que só tinham homens ou nas que tinham homens e mulheres, eles eram sempre menos, menos que os homens brancos e menos que as mulheres brancas. É como disse Frantz Fanon:

> De um homem se exigia uma conduta de homem. De mim, uma conduta de homem negro [*noir*] – ou, se tanto, uma conduta de negro [*nègre*]. Eu saudava o mundo com um aceno e o mundo me amputava o entusiasmo. Estavam pedindo que eu me confinasse, que eu me encolhesse.

A racialização tem a capacidade de dividir e hierarquizar o direito a humanidade de cada um e no caso do mercado de trabalho santacruzense ela é crucial para entender o acesso ao trabalho. A desigualdade racial distanciou de uma forma que ser branco concede privilégios, mulheres tinham que lidar com a dominação de gênero, mas se for branca isso permite ter mais acesso ao trabalho do que todos os negros. E qualquer diferença se torna uma vantagem, ter cinco homens pardos em lugares de exceção não é muito, todavia se pensar que eles são mais que o dobro de pretos e morenos somados, nesses lugares de exceção, e que pretos possuíam o mesmo número de registro que os pardos isso se torna uma vantagem.

O intuito dessa discussão é demonstrar que essa maioria branca no mercado de trabalho não era natural, era algo construído a partir dos discursos feitos sobre o trabalhador nacional.

Compreender essa configuração social requer olhar para cima, ver quem estava no comando. Em Santa Cruz do Sul mais do que em Venâncio Aires, os imigrantes germânicos eram a elite, a burguesia no sentido clássico do conceito, eram donos dos meios de produção, de comunicação, da propriedade e do capital, ditavam as regras do jogo. Andrius Estevam Noronha desenvolveu um trabalho brilhante de prosopografia da elite local, de acordo com ele:

> Não havia negros, pardos ou mulatos entre os integrantes do empresariado local; a primeira geração era toda de origem alemã; a segunda geração tinha apenas um sobrenome luso: Oscar Augusto Martins, proprietário da Funerária Martins & Irmãos Ltda.; a terceira geração tinha 11 empresários lusos, uma fatia de quase 10% com N=96, o que certamente fez o percentual de católicos aumentar na análise da dinâmica religiosa entre as gerações (Noronha, 2012, p. 188).

Embora a maioria dos alemães que imigraram para o Brasil fosse pobre, existiam aqueles que já vieram com capital e ou conhecimento técnico chegando preparados para empreender e formar o empresariado desde a sua primeira geração e seguir aumento e fortalecendo o seu capital. Mesmo aqueles germânicos que vieram como agricultores pobres, para começo de conversa, eles vieram, não foram trazidos, sequestrados e acorrentados como os africanos, ou seja, chegaram aqui como livres, depois muitos deles ganharam terras para plantar e ter de onde tirar subsistência, isso já fez uma grande diferença. E com o passar das gerações algumas dessas famílias pobres avançaram para elite da cidade, como coloca Noronha:

> Os "Hennig" ilustram uma típica estratégia de ascensão social tendo a agricultura familiar como ponto de partida. Essa é uma família que transmitiu capital social em três gerações com base numa articulada rede matrimonial, investidura política e parceria empresarial com outras famílias da elite local, tanto protestante quanto católica. O integrante da segunda geração Augusto Hennig foi o empresário mais rico da cidade, segundo os dados da coletoria de impostos de 1938, e sua ascensão permite ilustrar um modelo de elites locais que emergiram nas regiões de colonização germânica do interior do Rio Grande do Sul (Ibid, p. 228).

Neste sentido, ascensão dessas famílias não tinha a ver com uma "predisposição natural", nem nada do tipo, tinha a ver com estratégia, oportunidade, relações e redes. Ao estudar o Oeste paulista Karl Monsma percebeu que os imigrantes italianos pobres também sofreram com as adversidades do trabalho nas fazendas, no entanto, diferentemente dos negros, eles possuíam o apoio e a proteção da sua elite:

> Este artigo aponta três áreas em que os negros, sobretudo os pretos, sofriam desvantagens nítidas com relação aos imigrantes. Primeiro, quase não existia uma elite negra, ao passo que havia um bom número de comerciantes, profissionais escolarizados e alguns grandes fazendeiros entre os imigrantes. Foi, em parte, porque havia uma elite imigrante escolarizada de comerciantes, jornalistas, médicos e padres, sobretudo entre os italianos, que os imigrantes podiam lutar contra os abusos de fazendeiros e da polícia, e contra os estereótipos negativos deles que circulavam entre os brasileiros (Monsma, 2007). A elite imigrante também fornecia empregos em fazendas, oficinas e lojas, e ajudava os compatriotas pobres e analfabetos a lidar com a burocracia do Estado (Monsma, 2010, p. 536).

Isto significava que a hierarquia racial incluía também esse fator, que seus e suas iguais, provavelmente, teriam preferência ou até exclusividade de contratação nos seus negócios. O maior exemplo encontrado disso são as duas empresas de Carlos Gustavo Bergel, a Hennes e Soehnle e a Bergel e Baumhardt que só tinha funcionários brancos. Em outra empresa os imigrantes não eram exclusividade, porém tinham a maior variedade de cargos, é o que aponta Fernando Ataíde sobre a Mercur:

> Percebemos que os teuto-brasileiros não somente ocupam mais cargos do que os afrobrasileiros, o que, obviamente, é influenciado também por serem em maior número (1.157), mas a tabela mostra que os teuto-brasileiros ocupam cargos que afro-brasileiros e lusobrasileiros não ocupam e que estão ligados diretamente ao setor administrativo e a cargos que possuem status de gerência e chefia, bem como cargos técnicos. Podemos afirmar que, além da quantidade, os teuto-brasileiros ocupavam cargos mais especializados. São encontrados em funções ligadas ao setor administrativo da empresa, e ocupam uma variedade maior de cargos que os dois primeiros grupos (respectivamente afrobrasileiros e luso-brasileiros). (Ataíde, 2018, p. 145).

Além de serem maioria dentro de toda a empresa, os germânicos também tinham domínio sobre cargos de chefia e administrativos,

cargos esses que os negros nem chegavam perto e para chegar teriam que disputar não apenas com os alemães, mas com os brasileiros de origem portuguesa. Isso corrobora que na hierarquia racial a germanidade era um fator importante, um trabalhador negro, um branco luso-brasileiro e um germânico com as mesmas qualificações que começassem a trabalhar na empresa no mesmo dia, teriam perspectivas de carreira muito diferentes. Mas então aonde estavam as centenas de trabalhadoras e trabalhadores negros dos demais cadastros? No fumo.

A fumicultura era o maior ramo industrial e o que mais empregava pessoas, é neste setor que a população negra se concentrava. Os grandes empresários da cidade eram do setor de tabaco, portanto os que mais precisavam de mão-de-obra. A empresa com o maior número de fichas foi a Companhia Brasileira de fumo em Folha, com 307 fichas, sua divisão pode ser vista na tabela abaixo:

	Branco	Pardo	Preto	Moreno	Total
Feminino	63	24	17		105
Masculino	148	23	27	2	202

Esta foi a primeira empresa de capital estrangeiro da cidade, criada em 1917 e como podemos ver mais uma vez os brancos são maioria entre mulheres e homens, mas a quantidade de negros é bem mais significativa do que nas outras empresas apresentadas acima. Aqui tem-se mais homens pretos do que pardos pela primeira vez, mas chamo atenção mais uma vez para a desigualdade dentro do gênero, sobretudo no masculino, afinal eram 148 brancos contra 52 negros. Uma diferença gritante de acesso ao trabalho.

Havia diversas outras firmas de tabaco locais a como Fernando C. Tatsch e Fª., Exportadora Hennig S/A, A Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, Kliemam e Cia, Gruendling Irmãos Ltda, Ph. Loewnhaupt e Cia, Fábrica de fumos sul brasileira, Cigarros 35 e Ltda e etc. Algumas delas foram responsáveis por implantar inovações no setor como a Exportadora Henning que "foi a primeira empresa do Rio Grande do Sul a possuir máquinas de destalar fumo com processamento automático movido a energia elétrica." (Noronha, 2012, p.80). Em todas essas empresas havia funcionários negros e negras.

Considerações finais

Ao longo deste artigo procurei demonstrar que de maneira conceitos como interssecionalidade podem se cruzar com metodologias de história para que seja possível compreender melhor como as estruturas sociais de raça, gênero e classe interagem e organizam o mundo do trabalho. Em ambas as fontes utilizadas aqui existem campos correspondentes ao nome, cor e ocupação o que permite que embora sejam de naturezas e propósitos originalmente diferentes elas possam ser usadas com a finalidade de entender se e como o mercado de trabalho foi racializado e generificado no interior do estado. A partir destes documentos foi possível pensar de forma mais material as teorias tecidas principalmente por pensadoras negras brasileiras e estadunidenses para refletir sobre invisibilidade da população negra enquanto trabalhadores. Da mesma forma que foi possível compreender o peso que alguns setores produtivos possuíam na economia local como a produção de fumo que empregava boa parte dos trabalhadores.

O trabalho doméstico tinha um papel muito significativo na vida produtiva das mulheres negras e como já foi discutido, ele foi essencial para a manutenção e sustento de suas famílias e ele também proporcionava a elas um acesso à classe média e alta que era de certa forma vantajosa, um lugar do qual podiam vivenciar o cotidiano desses lares e observá-los antes de voltar para sua comunidade.

Um ponto muito importante, é a heterogeneidade da força de trabalho nessas cidades é inegável. Como mostram os dados da Delegacia do trabalho, os brancos eram maioria no mercado formal, principalmente os homens, mas isso não deve de maneira nenhuma ser visto como exclusividade. A população negra estava em todos os ramos do trabalho e só não era mais presente porque a configuração social não permitia, a indústria que por muito tempo teve a imagem de operário como um homem branco imigrante não era algo limitado nem aos brancos e nem aos homens, isso em parte tem a ver com a forma como a historiografia do trabalho viu o interior das fábricas (Gomes; Domingues, 2013; Nascimento, 2016).

O que as fontes mostram é que os brancos eram maioria sim, mas não eram a exclusividade, pode-se encontrar mais um grupo do que outro, mas nunca um só e isso também não acontecia do nada, não era

porque a população negra não sabia trabalhar na indústria, existia um empresariado local predominantemente teuto-brasileiro que priorizava a contratação de funcionários brancos a negros. Mas ainda assim, mulheres e negros eram operários de fábricas, a necessidade material da vida era uma realidade para todos.

Referências bibliográficas

ANDREWS, George. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1998)**. Bauru: EDUSC, 1998.

ANDREWS, George. Negros e brancos em São Paulo (1888-1998). Bauru: EDUSC, 1998

ATAÍDE, Fernando Porto. **As várias faces de um perfil:** um estudo sobre os trabalhadores da empresa Mercur (1924 - 1970). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. 100

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Disponível em: geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/. Acesso em: 15/07/2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez:** primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, b. **Teoria feminista:** da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Mulheres trabalhadoras no Rio Grande do Sul: fotografias 3x4 de solicitantes de carteira profissional (1933 - 1944). **História** (São Paulo), v. 41, p. 01, 2022.

MONSMA, Karl. "Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista". **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), 2010.

NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos Empresários**: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). Tese (Doutorado em História). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2012.

A REVISÃO INTERNACIONAL DA REFORMA CONSTITUCIONAL DE 2022

Janaína Rigo Santin[1]

I. Introdução

O processo de independência de Angola é recente, tendo ocorrido a 11 de Novembro de 1975. A independência da nação aconteceu após um estado duradouro da guerra de libertação contra o domínio colonial português. Foram assinados em Portugal os seguintes acordos de Alvor e os três movimentos de libertação nacional que abriram caminho à independência de Angola: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). No entanto, apesar de ser uma nação independente, Angola tinha muitas questões internas que resultaram no país entrar em um longo período de guerra violenta, em que houve vários processos políticos que esperavam trazer a paz para o país. Após a independência do país, Angola teve uma república socialista, período que durou até 1991, com a publicação da primeira Lei Constitucional em 1992 e a realização das primeiras eleições no país. Esse período (1975/1992) é conhecido como Primeira República.

1 Doutor em Direito pela Universidade do Paraná. Professor de Direito da Universidade de Passo Fundo e da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul/Brasil.

Depois, o período que compreende a aprovação constitucional de 1992 até janeiro de 2010 é a Historiografia Angolana II. República. Nesse período, terminou a guerra civil que assolou o país e, em 2002, "o governo angolano e a UNITA assinaram o Memorando de Entendimento do Luena, que pôs fim ao conflito militar". Finalmente, a III República teve início (2010 até o presente) com a entrada em vigor da atual Constituição da República de Angola, em 5 de fevereiro de 2010.

Dadas as rupturas institucionais e os longos períodos de guerra civil descritos acima por Araújo, Angola está agora formando e estabelecendo suas instituições primárias (Araújo, 2012). Portanto, a Lei da Reforma Constitucional (Lei n.º 18, de 13 de agosto de 2021, publicada no Diário da República, I Série, n.º 154) ajudou a fortalecer o poder local e o processo de institucionalização das autarquias locais no país.

Este tema encontra-se ainda no quadro de construção do Estado Democrático de Direito angolano e da descentralização do poder político, constituindo uma das fórmulas para a participação dos cidadãos na vida pública. Os participantes deram nova redação aos trinta artigos da Constituição da República de Angola, adaptando-os ao contexto atual do país. Também ajustaram alguns assuntos não suficientemente tratados e inseriram alguns assuntos ausentes do texto original.

As alterações reforçam o Estado Democrático de Direito e o princípio da separação de poderes, retirando o princípio do gradualismo do texto constitucional (artigo 241.º, n.º 1) e assegurando que todas as receitas e despesas do orçamento das autarquias locais são parte integrante do Orçamento Geral do Estado enumerado no artigo 64.º da Constituição angolana. O Poder Constituinte Reformista deseja que não haja mais subterfúgios que impeçam a implementação da descentralização perseguida pelo texto constitucional original (2010) que tentou estabelecer as autarquias locais como membros importantes do governo angolano. Foi retirado o princípio do gradualismo, que declarava que a criação de autarquias, a descentralização e a autonomia local seriam graduais – de acordo com as condições de cada Município – para dar pleno efeito ao texto constitucional sem limitar os princípios de suas disposições. Do mesmo modo, têm sido envidados esforços para garantir que as autarquias locais tenham autonomia financeira.

No capítulo sobre a propriedade privada e a livre iniciativa, o texto da reforma reforça os fundamentos capitalistas do Estado angolano, no qual o Estado deve proteger e respeitar a propriedade individual dos cidadãos naturais e legais. O Estado também deve promover iniciativas econômicas e empresariais a serem exercidas de acordo com a Constituição e a lei.

No que respeita à intervenção da propriedade privada, a reforma estabelece que, no todo ou em parte, os bens imóveis ou móveis e as participações de particulares individuais ou colectivos podem ser objecto de apropriação pública quando, por razões de interesse nacional, estejam em causa. Exemplos incluem a segurança nacional, a segurança alimentar, a saúde pública, o sistema econômico e financeiro e o fornecimento de bens ou serviços essenciais. Essa modalidade surgiu a partir de necessidades observadas na pandemia da COVID-19 e de atitudes adotadas naquele momento de limitação de direitos fundamentais. Com esta revisão pontual da Constituição, há agora uma intervenção parlamentar também nesta área.

A reforma estabelece que o Banco Nacional de Angola (BNA) é a autoridade monetária e cambial independente para preservar a estabilidade de preços, o valor da moeda nacional e garantir que o sistema financeiro do país se mantém estável. A reforma destaca ainda que é o Presidente da República quem nomeia o governador do BNA após a audição da Assembleia Nacional.

Quando se trata do sistema eleitoral, a Lei de Revisão traz algumas inelegibilidade para o cargo de Presidente da República: ex-Presidentes que exerceram dois mandatos; Presidentes que foram afastados, renunciaram ou abandonaram suas funções; Presidentes que abdicaram durante o segundo mandato; e cidadãos condenados a pena de prisão há mais de três anos.

Por fim, outra questão de destaque em Angola é a fiscalização do trabalho do Poder Judiciário, que foi ampliada com a Reforma Constitucional. Todos os Tribunais Superiores devem fazer um relatório anual para ser apreciado pelo Conselho Superior da Magistratura e depois enviado, quer ao Presidente da República, quer à Assembleia Nacional, dando a estes órgãos a possibilidade de conhecerem o trabalho da Magistratura.

Tendo em vista a relevância da retirada do princípio do gradualismo do texto constitucional e a importância que este tema tem para a institucionalização das Autarquias Locais em Angola, este artigo enfatizará esta questão relacionada à Reforma Constitucional Angolana.

II. Reformas constitucionais propostas, fracassadas e bem-sucedidas

Considerando a atual Constituição da República de Angola de 2010, o poder local é um fenômeno de poder político baseado na descentralização do poder e na participação da sociedade civil, conforme previsto nos artigos 213 e 214 da Constituição. Nesse sentido, o poder local tem uma valência tridimensional, explicitamente institucionalizada em três formas organizativas: as autarquias, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação cidadã, conforme previsto no n.º 2 do artigo 213.º da Constituição. Veja abaixo:

1. Poder tradicional

Como órgão essencial do poder local, a instituição do poder tradicional foi inovada na Constituição da República Angolana de 2010. Trata-se de reconhecer a dignidade constitucional a uma realidade previamente existente em que o costume ou direito consuetudinário das autoridades do poder tradicional "sempre" norteou a organização política da comunidade angolana, estando perante o próprio Estado. Segundo Armando Marques Guedes et al., a previsão constitucional de reconhecimento do poder das autoridades tradicionais foi uma decisão inteligente e um mecanismo de legitimação do poder estatal. Para os autores, "é importante sublinhar a natureza e os propósitos pragmáticos do diálogo entre os "sobas" (termo genérico usado em Angola para todos os tipos de autoridades tradicionais) e o Estado, discussão que muitas vezes se dá por sua iniciativa, que agora vislumbra uma nova forma de se legitimar (ou melhor, ganhar legitimidade adicional) aos olhos das "suas" populações.

Foram muitos os desafios que Angola enfrentou para estabelecer um Estado centralizado após a guerra civil. Nos períodos do pós-guerra, é difícil presumir a execução das ordens legais sem reconhecer o direito consuetudinário pré-existente e as autoridades locais. Assim, "o Estado

soberano angolano, como outros um pouco por toda a África, aceitou reconhecer a eficácia das autoridades 'tradicionais' no seu património de intermediação com muitos dos grupos locais e regionais distribuídos pelo extenso território" (Guedes, 2003, p. 96). Por serem consideradas órgãos essenciais no direito constitucional e administrativo angolano, as autoridades tradicionais são centros de emanação de vontade com força legal. O artigo 224 da Constituição angolana afirma: "Encarnam e exercem o poder dentro da respectiva organização político-comunitária tradicional, seguindo valores e normas consuetudinárias e com respeito pela Constituição e pela lei". Assim, as decisões tomadas de forma participativa na comunidade e lideradas pelo "Soba" ou líder tradicional devem ser reconhecidas pelo Estado e prevalecer na solução do caso concreto, desde que, de acordo com a Constituição angolana, artigo 233, n°.2, não estejam em conflito com a Constituição ou com a dignidade da pessoa humana.

Portanto, para formar instituições estatais, a história angolana exigiu o reconhecimento do pluralismo jurídico e a coexistência do poder tradicional com o poder estatal. Em certas regiões de Angola, a falta de poderes públicos do governo levou a que as autoridades tradicionais fossem chamadas a exercer funções administrativas. Ao exercerem sua autoridade e assumirem funções administrativas, essas autoridades tradicionais têm autonomia social dentro de certas comunidades. Quando as autoridades tradicionais não convivem com os deputados estaduais, elas se tornam representantes das administrações locais do estado. Assim, a Constituição da República Angolana de 2010 reconhece as autoridades tradicionais como membros muito importantes do governo local, e a Reforma Constitucional não alterou esse arranjo entre autoridades tradicionais e representantes do Estado.

2. Modalidades específicas de participação: CCSC (Conselhos de Audição e Concertação Social)

No que respeita às modalidades específicas de participação dos cidadãos na Administração Local do Estado, legalmente consagradas no ordenamento jurídico angolano a nível municipal, discutiremos o Conselho Municipal de Consulta Comunitária, o Conselho Municipal

de Consulta Social, o Conselho Municipal de Acompanhamento Comunitário e a Comissão de Moradores.

Primeiramente, abordaremos a Lei n. 7/16, de 1º de junho, que instituiu a organização e o funcionamento das Comissões de Moradores. Essa lei definiu o regime jurídico dos comitês, que são pessoas jurídicas de direito público, resultantes da união voluntária e organização de pessoas residentes em determinada rua, quarteirão, bairro, vila ou cidade. Esses comitês sem fins lucrativos são apartidários e visam promover uma cultura de associativismo e impulsionar a participação dos cidadãos em suas respectivas circunscrições territoriais ou administrativas.

Houve críticas de quem queria que as comissões de bairro fossem incluídas no pacote legislativo em discussão em Angola para a criação de autarquias locais em vez de uma lei esparsa. A preocupação da oposição é com o fato de que tais comitês poderiam se assemelhar aos antigos PACS (Comitês de Ação Política), que serviam para vigiar e policiar os cidadãos. No entanto, a posição da oposição não foi predominante, e a lei anterior foi aprovada em 1º de junho de 2016.

Não só a Comissão de Moradores será dotada de autonomia administrativa e financeira, mas também haverá potencial autonomia comunitária e política para eleger membros residentes na área onde a comissão está localizada. As funções da Comissão de Moradores incluem: resolver conflitos entre moradores; promover a participação, a solidariedade e a cooperação na comunidade; defesa dos interesses comuns dos moradores; e melhoria da qualidade de vida nas comunidades. A Comissão de Moradores será composta por assembleia, administração e conselho fiscal.

A Comissão de Moradores tem muitas funções diferentes, que incluem a cooperação com os órgãos do Governo Local do Estado e as autoridades locais, especialmente no que diz respeito à identificação de residentes nacionais e estrangeiros, denunciando imigrantes ilegais, igrejas ilegais e seitas. Outras responsabilidades da Comissão incluem promover a manutenção de espaços verdes, acusar a construção não autorizada e a ocupação ilegal do solo, denunciar práticas comerciais desleais, abordar questões de segurança, gerir o tráfego rodoviário local, abordar a poluição sonora, a vigilância sanitária, emitir alertas sobre catástrofes naturais ou calamidades e identificar a criminalidade e as

violações da lei. Além de todas as atribuições listadas acima, a Comissão de Moradores representa os moradores daquela circunscrição territorial. Por exemplo, a Comissão também tem o direito de petição perante agências governamentais e o direito de resolver conflitos entre membros da comunidade por meio de conciliação. Em última análise, a Comissão serve para promover a preservação cultural, recreativa e ambiental, e a qualidade dos espaços públicos nessas áreas.

No entanto, é essencial ressaltar que o governo central tem autoridade para definir as áreas e limites geográficos dos comitês de bairro. Em caso de violação da Constituição e dos Estatutos do Comitê, o governo central exerce supervisão administrativa sobre eles e pode destituir ou dissolver os órgãos diretivos do comitê de bairro.

Por sua vez, existem os Conselhos Ouvintes – vitais para a participação cidadã – que servem como oportunidades para que os cidadãos se façam ouvir em suas reivindicações e demandas. Esses Conselhos também contribuem para a solução de problemas *da gestão da res publica*, favorecendo uma melhoria significativa na prestação de serviços públicos às comunidades e populações na qualificação da governança local (Pestana, 2011, p 190). Após mudanças na legislação, os antigos Conselhos Municipais de Audiência e Diálogo Social foram dissolvidos e substituídos pelos Conselhos Municipais de Audiência Comunitária, Conselho Municipal de Diálogo Social e Conselho Municipal de Vigilância Comunitária.

As instituições do governo local angolano, como os Conselhos de Audição e as Comissões de Residentes, são poderes políticos; no entanto, não são soberanos (não podem ameaçar a soberania do Estado unitário) e devem conviver com outros governos públicos, tradicionais e privados, bem como com outros poderes administrativos do Estado, especialmente o de controle, nos termos previstos no artigo 241 da Constituição.

Apesar dos esforços envidados para melhorias, as constantes mudanças legislativas nas instituições participativas angolanas dificultam a sua consolidação na prática quotidiana das comunidades.

Em junho e julho de 2018, o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado angolano desencadeou uma intensa campanha de consulta aos cidadãos com o objetivo de colaborar com

a sociedade civil na criação de um pacote legislativo. Este pacote visava apoiar a descentralização e instituição efectiva das autoridades municipais em Angola. Esse pacote se desenvolveria gradualmente, começando por alguns municípios escolhidos de acordo com seu grau de autonomia e progresso.

3. Autarquias locais

Por fim, no que respeita às autarquias locais, a anterior Lei Constitucional de 1992 já as referia no artigo 146.º. Definiu as autarquias locais como grupos territoriais colectivos que visam perseguir os interesses da população. Estas autarquias locais têm os seus próprios órgãos representativos eleitos e a liberdade de gerir as respectivas coletividades.

Atualmente, é o artigo 217.º da Constituição da República de Angola de 2010 que concede as autarquias locais como uma pessoa territorial coletiva, correspondente ao conjunto de residentes em determinadas circunscrições dos territórios nacionais que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes do bairro, através de órgãos representativos eleitos pelas populações.

Assim, os elementos constitutivos do conceito de autarquias locais incluem: a personalidade jurídica, a comunidade de moradores, o território, os interesses próprios, a natureza eletiva dos órgãos e os poderes do governo municipal. Essas autarquias locais podem ser classificadas como entidades municipais, supramunicipais ou inframunicipais.

Note-se que, até à data, as autarquias locais são órgãos descentralizados da Administração do Estado, o que significa que não têm autonomia administrativa, política, legislativa ou financeira. No entanto, Angola prossegue a concretização da Constituição, com uma efectiva descentralização administrativa e o reconhecimento de que as autarquias municipais são autónomas. A mais recente Reforma Constitucional da Constituição angolana centra-se no reforço das autarquias locais. Isso é significativo porque as autoridades locais não são tão efetivas devido à grande dificuldade em instituir o processo de descentralização do poder do centro para a periferia territorial.

III. O âmbito das reformas e do controlo de constitucionalidade

Devido a estas rupturas institucionais e ao longo período de guerra civil, Angola ainda está em processo de formação e estabelecimento das suas instituições primárias. Angola é um Estado Unitário, com a presença de apenas um partido político no poder central, o MPLA, desde a democratização do país. Isso é chamado de "sistema presidencialista forte". Consequentemente, o processo de descentralização é uma experiência recente devido à pressão de partidos políticos que não ascenderam ao poder central, como a UNITA. O processo gradual de institucionalização das autarquias locais depende das condições operacionais; no entanto, uma aceleração do processo começou em 2018 com a proposta do Pacote Legislativo Municipal no Parlamento angolano. Em última análise, o processo de descentralização serve para aumentar a autoridade local e a tomada de decisões em Angola.

Os principais diplomas (Projetos de Lei e Projetos de Lei) mencionados acima são resumidos da seguinte forma:

- Lei Orgânica de Organização e Funcionamento das Autarquias Locais.
- Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais.
- Lei Orgânica das Eleições Autárquicas.
- Lei de Fiscalização Administrativa das Autarquias Locais.
- Lei de Transferência de Funções e Competências do Estado para as Autarquias Locais.
- Lei do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.
- Lei de Institucionalização das Autarquias Locais.

A maioria destas propostas de lei foram aprovadas e visaram estabelecer critérios e objectivos no âmbito da descentralização dos órgãos municipais angolanos, com a criação de autarquias locais nos seus Municípios. Embora o quadro legal esteja quase inteiramente em vigor, continua a faltar vontade política para aprovar o seu conteúdo para a efectiva institucionalização das Autarquias.

O Parlamento precisa concluir a discussão e aprovação do Pacote Legislativo Autárquico. Uma questão séria, porém, é o gradualismo,

retirado da Constituição com a Reforma Constitucional. O partido governista acredita que é mais seguro começar a implementar autarquias com poucos municípios. Por outro lado, a oposição quer que essa reforma ocorra em todas as cidades do país.

Sem prejudicar a integridade e a unidade territorial do Estado no exercício do poder político e administrativo, a descentralização visa promover a boa governança, uma vez que tem o benefício de aproximar a administração pública dos administradores. A descentralização também serve para facilitar a participação da comunidade no processo de governança, democratizando a administração pública. Afinal, só haverá Autarquias Locais quando tiverem autonomia administrativa, política e financeira. Em geral, o governo central decide quais os municípios que têm os recursos humanos e técnicos para se tornarem autarquias locais em Angola. Além disso, o governo central de Angola também dará a essas autoridades locais a autonomia desejada, permitindo-lhes funcionar sem controle excessivo pela orientação financeira ou administrativa do governo federal.

Para isso, também é preciso garantir o exercício da autonomia para proteger as autarquias contra eventuais abusos que possam existir por parte dos órgãos de fiscalização. Isso permitirá que as autoridades locais processem ilegalidades cometidas no exercício do poder central de supervisão.

No entanto, paradoxalmente, após a Reforma Constitucional, uma proposta legislativa foi enviada ao Parlamento angolano pelo Executivo com o objetivo de alterar a atual divisão político-administrativa do país, aumentando o número de províncias de 18 para 20 e o número de municípios de 164 para 581. O que se critica aqui é que a proposta parece ser mais uma forma de relegar o período de implementação, priorizando a divisão administrativa em detrimento da efetiva implementação da descentralização, ideia almejada na Carta Constitucional angolana de 2010.

Infelizmente, o Executivo, neste momento de Reforma Constitucional, quer triplicar o número de municípios antes de implementar as Autarquias e levar a cabo o Pacote Legislativo Autárquico, justamente quando tem justificado que a principal razão para o gradualismo das autarquias é a falta de condições materiais, financeiras, técnicas e humanas para a

sua criação. A criação de mais 417 municípios dos 164 existentes, sem lhes dar autonomia e liberdade em relação ao governo central, poderia agravar as questões acima referidas. Cria mais 417 municípios dos 164 existentes que não têm autonomia por dependerem do poder central. Se prevalecer a ideia da oposição de colocar autarquias locais em todos os municípios, isso também pode levar à proliferação de municípios ineficazes nas cidades em tão pouco tempo.

As autarquias locais são órgãos desconcentrados da Administração do Estado, o que significa que não possuem autonomia administrativa, política, legislativa ou financeira. No entanto, as Reformas em Angola servem para concretizar a Constituição, que deve caminhar para uma efetiva descentralização administrativa e autogoverno para as autarquias locais, que podem ser municipais, inframunicipais ou supramunicipais.

Assim, o poder local em Angola está na agenda política, tanto constitucionalmente como para o quadro para a construção do Estado de direito democrático angolano, ao mesmo tempo que descentraliza o poder político. A descentralização visa ajudar os cidadãos a participar na vida pública e fazer com que o governo local responda com mais competência às demandas de milhões de cidadãos. A descentralização também ajuda a promover serviços públicos adequados às necessidades específicas de cada região, além de contribuir para a consolidação de uma base tributária universalizada. A descentralização pode, inclusive, favorecer o desenvolvimento territorial de outras partes do país, deslocando a concentração de população, serviços e investimentos públicos e privados da capital, Luanda.

IV. Olhando para o futuro

A Constituição da República de Angola de 2010 mostrou-se, em mais de dez anos em vigor, capaz de governar o País nos aspectos essenciais da vida nacional. Organizou e estruturou o poder do Estado, permitindo a coexistência do pluralismo do governo local e das formas de poder centralizado a partir de um Estado unitário com um sistema presidencialista "forte". A Constituição também garantiu a legitimidade e legitimação da ordem jurídica constitucional, possibilitando a existência pacífica das formas convencionais de poder tradicional desde que não contrariem a ordem constitucional e os direitos fundamentais.

Além disso, também manteve a estabilidade do país, assegurando uma convivência harmoniosa com respeito ao pluralismo político, à proteção da liberdade e dos direitos fundamentais e estabelecendo programas, fins e tarefas estatais.

Trata-se, portanto, de uma constituição com considerável potencial de longevidade que, com a atual reforma, procura adaptar-se a uma sociedade em mudança que exige uma maior descentralização do poder, o que inclui a valorização do Poder Local e a criação efetiva de autarquias locais.

Para que as tentativas de descentralização se tornem efetivas, será necessário um diálogo mais aprofundado entre o Parlamento, o partido do governo, os partidos de oposição, o presidente da República e o Judiciário. Ao estreitar a relação entre estes grupos, é necessário materializar o que diz a Constituição de Angola, especialmente em questões relacionadas com a descentralização, as autarquias locais e a tomada de decisões locais.

Referências

ARAÚJO, Raul. A Evolução Constitucional das Justiças de Angola. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; VAN DÚNEM, José Octávio Serra (Orgs.). **Sociedade e Estado em Construção**: desafios do direito e da democracia em Angola. v. I. Coimbra: Almedina, 2012.

GUEDES, Armando Marques *et al.* **Pluralismo e Legitimação**: a edificação pós-colonial de Angola. Coimbra: Almedina, 2003. pág. 96.

PESTANA, Nelson. Os Novos Espaços de Participação em Angola. In: FAURÉ, Yves-A; RODRIGUES, Cristina Udelsmann. (Org.) **Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique**: processos, terrenos e atores. Coimbra: Almedina, 2011. pág. 190.

SANTIN, Janaína Rigo. **Estado, Constituição e Administração Pública no Século XXI**: novos desafios da cidadania e do Poder Local. Arraes, 2017.

MANIFESTAÇÕES SONORO-MUSICAIS: UM PANORAMA DE IDENTIDADE, MEMÓRIAS E PERTENCIMENTOS NO VALE DO PARANHANA, A PARTIR DE CANTIGAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS

Lúcia Jacinta da Silva Backes[1]

Introdução

A música e seus elementos composicionais atravessam uma dimensão da vivência humana que perpassa diversos caminhos. Caminhos que, pode-se dizer, vão desde questões técnicas até as trilhas da subjetividade, o olhar sobre o viver de cada ser, as diferentes impressões acerca do cotidiano, o mundo dos objetos, os fatos. Como linguagem artística, a música possibilita compreender em quais lugares o sujeito social se encontra, como são constituídos, quem os constrói e como podem ser (trans)formados.

Por esse viés, o presente artigo, cujo título é também o da pesquisa de Pós-doutorado – temática em educação musical –, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional, na Universidade

1 Pós-doutoranda em Educação – temática em educação musical – pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Lattes: https://lattes.cnpq.br/9515431363552682; Orcid: http://orcid.org/0000-0001-9596-7449; E-mail: luciajacintabakes@gmail.com.

Estadual do Rio Grande do Sul, discorre sobre oficinas de sonoridades culturais, como produto educacional.

O produto educacional, prática musical que leva cantigas africanas e afro-brasileiras para a sala de aula, tornou-se continuidade das discussões da tese de doutorado intitulada *Sons e Palavras: Narrativas de experiências e vivências de pessoas negras perpassadas por cantigas* (Backes, 2022). Para essa investigação, as mulheres entrevistadas narraram suas vivências, memórias e experiências sobre os espaços onde conviviam, tendo cantigas como referência: um contar a própria história embalada por uma cantiga. História que abarcou memórias pessoais imbricadas com as coletivas (Halbwachs, 2003).

Enquanto a tese trouxe apenas narrativas de pessoas negras, a pesquisa de pós-doutorado objetiva registrar narrativas de pessoas negras e não negras a respeito da vivência de sonoridades da cultura africana e afro-brasileira, a partir de cantigas específicas dessa cultura. Com isso, procura-se marcar a temática da negritude em suas manifestações culturais presentes na região do Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, o termo sonoridades é compreendido como um conjunto que envolve músicas, canções, ritmos, danças e cantigas. Ou seja, manifestações culturais constituídas por sons, silêncios, movimentos e palavras. As sonoridades, nesse sentido, podem ser concebidas como elementos de construção e forma de narrar contextos socioculturais, memórias pessoais e coletivas, visão de mundo, além de (re)afirmação de identidade e pertencimento. Por meio delas, tem-se possibilidades de ampliar o debate e a promoção de eventos artísticos com maior diversidade cultural. E as cantigas africanas e afro-brasileiras no centro das práticas musicais constituem discussões que vão além dos componentes técnico-teóricos da música. Escutá-las, cantá-las, analisar as palavras que a compõem é adentrar em um contexto mais alargado e deparar-se com a história do ontem e do agora e visualizar novos caminhos.

Embora cantigas de modo geral tragam um panorama sociocultural de onde são originárias, este artigo propõe um olhar específico à cultura africana e afro-brasileira presente na região do Vale do Paranhana[2].

2 O Vale do Paranhana é uma região do Estado do Rio Grande do Sul, composta por seis municípios:

Entende-se que escutar o que dizem pessoas negras e não negras sobre essa cultura é uma forma de lhe conferir maior relevância. Assim, torna-se interessante compreender a importância da música e da cantiga como manifestações culturais que mostram, de certa forma, modos de convivência de grupos sociais, seus espaços, suas relações, suas crenças e como vão transformando seu cotidiano e a própria trajetória individual e coletiva.

Música e cantiga: duas manifestações culturais em diálogo

Se a música é "[...] um agregado de sons organizados, não significantes, mas coletivamente interpretável (Candé, 2001, p. 14), presente nas culturas em geral e se mistura com a história das sociedades, pode-se dizer que a cantiga também o é. Ambas, incluindo na agregação de sons a palavra, a história individual e a coletiva, configuram um retrato do cenário social. Na música e na cantiga, está parte da sociedade, do lugar, de um modo de viver.

Daí a importância de olhar para diferentes manifestações culturais e perceber que todas trazem algo das relações humanas e que precisam ser preservadas, cultuadas e valorizadas. Nessa perspectiva, lidar com cantigas africanas e afro-brasileiras em diversos espaços, e em especial na escola, é, sobretudo, fortalecer essa cultura, que, embora não figure entre as predominantes na região do Vale do Paranhana, se faz presente, principalmente, em grupos de carnaval, em diferentes terreiros e rodas de capoeira. É também elencar suas práticas culturais, conhecer o espaço onde estão inseridas, quem delas participa, quais discussões fomentam e com qual recorrência ocorrem eventos dessa cultura, bem como sua divulgação.

Escutar, cantar, tocar cantigas africanas e afro-brasileiras é, de certa forma, abrir espaço para se falar, especificamente, dessa cultura, da sua história, da sua população, das suas crenças, das suas epistemologias. Além disso, é trazer memórias e trajetórias que dizem respeito ao povo negro que vive na região do Vale do Paranhana. Essa vivência musical permite elaborar diferentes narrativas sobre o envolvimento

Igrejinha, Parobé, Taquara, Três Coroas, Riozinho e Rolante. É conhecido pela predominância de pessoas de origem alemã e italiana, embora haja variados registros de outras etnias que habitavam (e habitam) a região. Entre elas, a etnia africana e a indígena (Backes, 2022).

que os instrumentos musicais produzem em uma roda de canto, sobre a performance do tocar, do timbre instrumental e dos objetos sonoros, inclusive o pronunciar das palavras trazidas na melodia, ou seja, constitui uma atmosfera que vai se estabelecendo e contribuindo para trazer à tona fatos, memórias e reflexões. É a arte musical sendo vivenciada para além do seu campo técnico-teórico.

Nessa imbricação, a performance de tocar um instrumento musical, cantar cantigas e falar de realidades culturais e sociais vai, em alguma medida, ao encontro da etnomusicologia no sentido da diversidade como traz Santos (2020, p. 185): "A diversidade – humana, social, cultural e musical, – as relações com o meio ambiente, com a moradia, com os direitos humanos, com a política, entre outros aspectos da vida das pessoas". Nessa experiência musical, tem-se também possibilidades de pensar o cotidiano e suas mazelas, pensar o lugar que cada sujeito ocupa, o direito à qualidade de vida e de pertencer em meio às diferenças humanas.

O viés etnomusicológico, que traz a diversidade de aspectos da vida das pessoas, torna-se interessante ao se pensar a prática musical com cantigas africanas e afro-brasileiras, por colocar as pessoas em primeiro plano, uma vez que elas mesmas narram sua cotidianidade. E, nesse sentido, o que impulsiona as narrativas são as palavras, os ritmos, o contexto que essas cantigas representam. Existe, com isso, a possibilidade de se ver/perceber como é a presença negra no entorno, como na sala de aula, na escola, no bairro, na cidade, na região. Seja como for essa presença, a dinâmica aponta para esta compreensão: onde se encontram estas populações negras? Quais são suas manifestações culturais, como e onde as expressam?

Talvez esses questionamentos possam não parecer relevantes em uma região que se vê essencialmente branca, com tradições fortemente marcadas por imigrantes alemães e italianos. Entretanto, saber que há negras e negros na região do Vale do Paranhana, que é conhecida pela predominância da cultura alemã e da italiana, mostra que a cultura africana e a afro-brasileira estão à margem, são pouco conhecidas ou não lembradas. Daí a importância de trazer à tona discussões sobre essas culturas e suas manifestações. E a perspectiva da educação musical, no âmbito da vivência, institui um momento de maior expressividade,

visto que há diversas possibilidades de apreciação, de envolvimento, de abertura para falar da sensação do executar ritmos de uma cultura impregnada na música popular brasileira, mas pouco valorizada e, muitas vezes, negada, justamente por carregar a identidade com o selo étnico-racial "afro", como diz Lopes (2019) em seu livro sobre personalidades afrodescendentes e suas contribuições no campo das artes, entre elas, a música.

Entre as observações realizadas durante a pesquisa, outro ponto que chamou a atenção foi a ausência, na escola, de estudantes negras e negros com características fenotípicas visíveis – pele com maior quantidade de melanina – que pudessem narrar suas próprias trajetórias e memórias, a partir da vivência de cantigas africanas e afro-brasileiras. Isso, tanto no grupo com crianças quanto na turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) - estudantes do turno da noite. Realidade que levou estudantes não negras/negros a falarem um pouco dessa cultura.

As oficinas de sonoridades culturais

O Programa de Pós-graduação em Educação Profissional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul tem como proposta a criação de um produto educativo que possa ser aplicado em diferentes espaços, entre eles, o da escola. Logo, como proposta da minha pesquisa de pós-doutorado, concebi como produto *oficinas de sonoridades culturais,* organizadas a partir de uma temática em articulação com a educação musical. Como educadora musical negra, que atua na cidade de Igrejinha, uma das cidades onde ocorreram as práticas musicais, a proposta foi promover nessas oficinas discussões sobre a presença da população negra em espaços educativos, de modo que as oficinas e o ambiente organizado partiram da temática da negritude.

O sentido de ambientação refere-se a oferecer as oficinas – e assim foram oferecidas – nos diferentes espaços, informando que elas têm por base cantigas africanas e afro-brasileiras, com o objetivo de já provocar uma primeira reação em relação à temática. No caso das escolas em que se realizaram as oficinas, o tema e a proposta foram prontamente acolhidos pelas crianças, pelas(os) jovens adultas(os), pelas professoras das turmas e pela direção escolar. Isso contribuiu para que se realizasse a prática musical, como também para dialogar sobre a cultura afro. Antes,

porém, de se iniciar com as cantigas específicas, falou-se sobre cantigas folclóricas e sua importância no contexto da educação. Foram cantadas algumas para iniciar a oficina e (re)lembrá-las, já que algumas/alguns das(os) participantes disseram não conhecer cantigas. Tanto crianças como jovens adultas(os).

Em um primeiro momento, a reação por parte da pesquisadora foi de estranhamento e de pensar que estivessem brincando. Depois, percebeu não ser uma brincadeira, visto que não lembraram de alguma, nem mesmo um trecho. As crianças cantaram a cantiga *Atirei o pau no gato*, mas não a compreendiam teoricamente como cantiga. Sabiam cantá-la. De maneira semelhante, aconteceu com a turma da EJA. Ninguém expressou o que é uma cantiga, como também não foi trazida nem cantada parte de uma. Fato que pode ser atribuído à ausência da música no contexto escolar como um componente curricular ou enquanto um projeto que possibilite a estudantes terem a experiência musical como integrante do seu desenvolvimento cognitivo, psicomotor, sensorial e intelectual, entre outros aspectos que vão ao encontro de um aprendizado incluindo a arte musical.

Nas escolas onde foram realizadas as oficinas, a música não está entre as matérias curriculares. Portanto, o fato de não conhecerem cantigas vem, de certa forma, desse distanciamento da música como campo de conhecimento que deveria ser estudado na escola de modo geral e, na sala de aula, por meio de suas especificidades – questões técnico-teóricas e de cunho sociocultural, histórico, epistemológico, econômico, político-social, de entretenimento e étnico-cultural -, constituindo uma linha teórica reflexiva e prática que possa ampliar o olhar sobre a dinâmica da sociedade. Em um movimento por esse viés, poderia a cantiga ter espaço na visão das crianças e jovens adultas(os).

Nesse contexto, tornaram-se interessantes os três encontros na oficina 1, oficina 2 e oficina 3, realizadas em cada turma de três escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul. A oficina 1 foi realizada com crianças de primeiro ano do Ensino Fundamental, de uma escola pública estadual. A oficina 2, com uma turma de terceiro ano do Ensino Fundamental, da rede municipal. Ambas localizadas no município de Igrejinha. E a oficina 3 foi realizada com estudantes da Educação de

Jovens e Adultos (EJA), em uma escola pública estadual, na cidade de Três Coroas.

Partir da cantiga *Atirei o pau no gato* com as crianças de primeiro e terceiro ano possibilitou um clima descontraído, pois elas acompanharam o canto tocando algum instrumento de percussão e objetos sonoros que lhes foram apresentados. Além de cantar e tocar, as crianças também foram envolvidas com brincadeiras utilizando máscaras de animais, em que gesticulavam seus movimentos e imitavam seus timbres. Uma ação que, ao abarcar expressões corporais, ritmos e mesmo uma espécie de dramatização, por meio de fragmentos de uma história, quase sempre traz ou pode trazer algo do cotidiano, de realidades que, em alguma medida, dizem respeito à vida, seja a pessoal, seja a coletiva.

Esse envolvimento remete à proposta de Carl Orff (Bona, 2012), quanto à música elementar. A música que "[...] oferece oportunidades para vivências significativas, contribuindo para o desenvolvimento integral da personalidade do indivíduo" (Bona, 2012, p. 140). As crianças, por meio das brincadeiras com música, palavras, movimento, encenação e instrumentos musicais, vivenciaram um conjunto de aspectos convergentes para o ato de criar, imaginar e perceber-se como pessoas que têm história, que pertencem a que se identificam com alguma coisa. Ainda que não expressem tudo em palavras, fazem-no pela forma de cantar, de expressar o corpo ou de tocar algum instrumento.

Lidar com cantigas, na sala de aula, por essa perspectiva, converge, também, para o que traz Wolffenbüttel (2020) quanto à relevância da música na vida como um todo e ainda mais ao campo da educação, porque ela abarca "[...] além de uma grande riqueza conceitual inerente à arte sonora propriamente dita, uma vasta gama de elementos culturais que enriquecem a vida das pessoas" (Wolffenbüttel, 2020, p. 12). Portanto, levar às crianças brincadeiras musicais seguidas de cantigas proporciona/proporcionou interação entre o grupo, muito pela dinâmica lúdica e imaginária, mas também em função de essa ação ter permitido um diálogo com sua(s) realidade(s). A partir dessa movimentação, na sequência, foram apresentadas as cantigas africanas. A primeira apresentada às crianças foi *Sawabona*[3], cantiga originária da África do

3 Cantiga de origem africana do Sul da África, cujo significado é "Eu te respeito, eu te valorizo, você é importante para mim; então eu existo para você". Disponível em: <https://www.youtube.

Sul, registrada na língua Yorubá. As crianças aprenderam a cantá-la na língua original, conheceram seu significado e a acompanharam tocando no ritmo proposto.

O significado da cantiga fez, de certa forma, com que as crianças percebessem uma realidade distinta da delas. A convivência em uma aldeia, a maneira como as pessoas são chamadas a refletir sobre a reprovação de suas atitudes, bem como a acolhida dada para o retorno ao grupo. Esse gesto chamou a atenção das crianças e levou-as a pensar no entorno, como a convivência na sala de aula, na escola, no bairro, na cidade, principalmente no que tange ao aceitar e conviver com as diferenças. A cantiga *Obonso* – também conhecida como *Canção de Ghana* (Brito, 2003) – foi a segunda cantada com a turma de crianças do terceiro ano. Esta proporcionou um brincar coletivo, cujo objeto usado para fazer a brincadeira e expresso no significado da letra são pedras.

Essa cantiga também foi apreciada pelas crianças, que vivenciaram uma forma de crianças sul-africanas brincarem. Sentadas em uma roda, ao ritmo da cantiga, passavam uma tampinha plástica, pois não havia pedra, como traz a tradução da cantiga: "Nós somos crianças e estamos brincando com pedras" (Brito, 2003, p. 126). Com isso, foi possível dialogar sobre diferentes brincadeiras e objetos com os quais se pode brincar. A substituição da pedra por tampinha serviu como percepção de diferenças, de se ter uma noção de como o contexto em que se está inserido leva a criar modos distintos de sobre(viver) e, dessa forma, cultivar, valorizar e compreender a cultura que vai se constituindo.

As crianças do primeiro ano, além da cantiga *Sawaboná*, experienciaram *Chai, chai*[4], também originária da África do Sul. Trata-se de uma cantiga que fala da relação de trabalho coletivo, que, numa referência à tradução livre e aos golpes rápidos dos movimentos alternados e realizados entre as(os) trabalhadoras/es, faz com que o trabalho produza maior rendimento e todas(os) sejam liberadas(os) mais rapidamente. O diálogo que se estabeleceu em relação a essa cantiga abarcou a colaboração e se estendeu para pensar sobre o espaço da sala

com/watch?v=QOlNPt2B2Yc . Acesso em: 14 fev. 2024.

4 Letra: *Chai, chai, culai. Chai, chai, capissa. Capissa langa. Langa, tchi langa. Cun a dei dei*. Sua tradução livre: *Chai, chai, vamos adiante, chai, chai, mais rápido, pois logo o sol vai se pôr* (Carvalho, 2010, p. 26).

da aula, da escola, o local onde as crianças moram e, consequentemente, um diálogo que pode trazer reflexão sobre outros lugares, outras circunstâncias que remetem ao fazer em conjunto.

Algumas crianças disseram em suas narrativas[5] que acharam muito legal cantar, tocar e fazer os sons do movimento da moagem do trigo – o tema da cantiga era o trabalho no campo e sobre moer trigo após a colheita (Carvalho, 2010). Fazer este som caracteriza-se como a prática de um dos aspectos técnico-teóricos da música, que era, também, parte da proposta da oficina. Ainda que a prática com os instrumentos de percussão e objetos sonoros tenha se sobressaído durante essa cantiga, o fazer coletivo proporcionou – pensando em uma espécie de comparação ao bem-estar do grupo – a realização de um gesto durante as oficinas, que foi a troca de instrumentos e objetos sonoros entre as crianças. Todas queriam experimentá-los. Então, quando havia certa resistência para se fazer essa troca, recorria-se à importância da assistência coletiva que a cantiga expressa e como todas(os) se beneficiam com isso.

Essa forma de se apropriar daquilo que a cantiga traz em sua palavra e movimento pode constituir, talvez, uma maneira de conectar as crianças com valores que elas conhecem, já vivenciam em diversos lugares que frequentam, entre eles o espaço da sala de aula. É um gesto que, de certo modo, parece entrar em acordo com o que Wolffenbüttel (2017) traz com relação ao modelo de ensino como fomento do desenvolvimento natural de Pérez Gómes (Wolffenbüttel, 2017). Esse modelo "[...] considera a educação tanto dentro quanto fora da escola, como facilitadora dos meios e recursos para o crescimento físico e mental, dirigido pelas próprias regras do aluno" (Wolffenbüttel, 2017, p. 140).

No caso da troca de instrumentos musicais e objetos sonoros entre as crianças para a experimentação desses, elas próprias assimilaram a importância das relações coletivas e como estas se fazem presentes de várias formas. Não foi necessário impor a troca, pois ela aconteceu de modo natural, a partir da intermediação de um elemento, a cantiga. Outras cantigas também podem e têm esse papel na sala de aula. A escolha das de origem africana tem o objetivo de apresentar relações

5 As narrativas/entrevistas foram gravadas e transcritas. Todas as entrevistas das crianças foram autorizadas por meio de uma Carta de autorização concedida por mães e pais, e de um Termo de autorização, concedido pelas(os) jovens adultas(os).

estabelecidas pela população negra, modos de convivência, de falar de suas realidades e de sua cultura. Da mesma forma, daquilo que se constitui cantiga, relacionando com o espaço e o momento locais, já que a temática da oficina é a cultura africana e afro-brasileira, por meio de diferentes manifestações culturais existentes na região do Vale do Paranhana.

A vivência que as crianças do primeiro e terceiro ano tiveram com cantigas africanas permitiu que elas entrassem, de certa forma, em contato com algum modo de convivência de pessoas negras. Ainda que distante quanto ao espaço geográfico, experienciar a dinâmica do conviver possibilitou enxergar o entorno, ver-se no e o próprio local. Isso foi perceptível em algumas narrativas das crianças, como "[...] gostei muito de cantar cantigas africanas", "são umas músicas novas na minha vida"; "gostei daquela com pedrinhas" (*Obonso*); "gostei mais da *Sawaboná*, dos conceitos, porque ela diz eu te respeito, tu me respeita".

Não se abriu ampla discussão sobre a cultura africana e afro-brasileira com as crianças. Dizer, no entanto, que as três oficinas de que estariam participando seriam com cantigas dessa origem foi uma maneira de despertar para essa cultura de modo mais específico, de levar para a sala de aula referências relacionadas à Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) e perceber a presença ou não de pessoas negras na escola, na sala de aula, no bairro, na cidade e, principalmente, enxergar suas manifestações culturais, como elas se dão, onde acontecem e o que trazem em seus conteúdos. Pode ser decorrência disso, em outras oficinas e narrativas, a fala das crianças de que já haviam escutado cantigas africanas, pois nessa de que participaram, nenhuma criança disse já ter conhecido uma.

Enlaçando esse último dizer das crianças com relação à escuta de cantigas africanas, na turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA), não foi diferente. Todas(os) que participaram da entrevista disseram nunca ter tido contato com cantigas africanas. E, quanto a terem tido aulas de música na escola, apenas uma jovem e um jovem haviam tido contato. Uma realidade bastante comum no âmbito escolar de modo geral nesta região do Vale do Paranhana.

E, ao se tratar da sonoridade cantiga, foi solicitado para a turma que dissessem ou cantassem uma cantiga que conheciam, mas ninguém quis falar nem cantar. Vários motivos podem estar relacionados a isso. Entre

eles, receio de errar ao dar um exemplo, não querer se expressar também quanto ao canto ou por não conhecerem como um conceito. Foi este último motivo que se revelou quando também lhes foi apresentada a cantiga *Atirei o pau no gato*. É possível que a conhecessem, mas acharam melhor não falar, pois poderiam ser chamados a cantá-la, o que nem sempre é simples de realizar, pois trata-se de expor a voz. E "a voz, é também um código de expressão da alma, pois revela nossas impressões mais profundas através de seu timbre, seu volume, sua emissão" (Coelho, 1994, p. 11).

Compreensível, nesse sentido, que ninguém tenha cantado uma cantiga, ainda que, talvez, soubessem alguma, diferentemente das turmas com crianças, que logo cantaram e interagiram com o canto. São situações que podem ser vistas como marcadas, de um lado, pela espontaneidade das crianças e, de outro, pela ausência da música e da arte, em geral, na vida de estudantes jovens e adultas(os). Isso porque, em suas narrativas, a maioria desta(es) estudantes nunca teve música na sua trajetória estudantil e, muito menos, contato com cantigas africanas. A cantiga afro-brasileira já se encontra mais conhecida por estas(es) jovens e adultas(os), visto que, ao se falar sobre a cantiga de capoeira, a reação foi outra.

Para iniciar a oficina na turma da EJA, primeiramente foi apresentada, de modo um pouco mais formal, a pesquisa. De que se trata e como foi pensada a participação de todas e todos, diferentemente de como foi iniciada com as crianças. A estas foi informado de maneira mais simples que as práticas realizadas nas oficinas seriam apresentadas em eventos científicos, para que outras pessoas possam ver e saber o que pensam sobre cantar e tocar cantigas africanas e sobre essa cultura, de modo que a pesquisa também foi apresentada.

Assim, para as(os) jovens adultas(os), fez-se uma espécie de convite para uma discussão e trazer à tona aspectos de manifestações culturais africanas e afro-brasileiras presentes em cidades da região do Vale do Paranhana. A discussão se daria em torno de uma vivência musical: tocar instrumentos de percussão, manusear/sonorizar objetos sonoros, cantar e, na medida do possível, expressar o corpo, criar alguma performance de acordo com a cantiga proposta. Falou-se do objetivo da pesquisa, da atuação da pesquisadora no campo da música, de eventos culturais que

promove, abrangendo diferentes temáticas, inclusive sobre a negritude e o interesse em investigar sobre a cultura africana e afro-brasileira, sobretudo a respeito da população negra que vive nas cidades que compõem o Vale do Paranhana.

Dito isso e se sentindo acolhida, inclusive pela professora que disponibilizou seu horário de aula para que a proposta da oficina fosse realizada, deu-se início às práticas musicais e diálogos sobre a temática. A primeira cantiga apresentada é uma afro-brasileira: *Ciranda*, de Gilberto Gil e Moacir Santos. Poderia ser considerada apenas brasileira, mas apresentá-la com o adjetivo "afro" cumpre uma função relevante, como diz Lopes (2019), em seu livro *As cem personalidades notáveis do século XX*, e que se torna interessante pontuar aqui:

> [...] a de revelar a importância de brasileiros e brasileiras notáveis, cujas realizações são em geral ignoradas pela sociedade que ajudaram ou ajudam a construir, o que ocorre apenas pela circunstância de carregarem em sua identidade – declarada, evidente ou suposta – o selo étnico-racial 'afro' (Lopes, 2019, p. 13).

O adjetivo "afro" marca a presença negra em diferentes dimensões. É o que afirma este autor, exatamente pela importância dos saberes e fazeres de negras e negros. Além disso, o adjetivo, segundo ele, se colocado antes de um nome, para indicar a origem de uma pessoa, "[...] cumpre a função de dizer que essa pessoa tem ancestralidade originária do continente africano" (Lopes, 2019, p. 13). Assim, afirmar que a cantiga *Ciranda* é afro-brasileira é interessante e importante. A escolha dela se deve justamente por seus compositores: dois musicistas negros, brasileiros, que fazem parte da história da música popular brasileira. Moacir Santos é um músico reconhecido nacional e internacionalmente, que tem sua marca de compositor, instrumentista, maestro e professor em muitos lugares (Lopes, 2019). Talvez por ter fixado residência nos Estados Unidos não seja tão conhecido por aqui. Ninguém da turma da EJA já ouvira falar dele, mas certamente escutaram alguma música que ele tenha composto ou em parceria com outros músicos brasileiros. No caso, a cantiga *Ciranda* que conheceram durante a oficina.

Por outro lado, Gilberto Gil, um músico bastante conhecido nacional e internacionalmente, também não estava no rol de compositores

conhecidos da turma, o que causou certo estranhamento à pesquisadora. Entretanto, ao mesmo tempo, pode-se compreender que não o conheciam, quando se pensa o que significam os micro contextos em que os grupos sociais se encontram. No caso, quais referências musicais fazem parte de seu cotidiano, que informações circulam em seus espaços, seus territórios sociais e culturais. Importante aí o papel da(o) etnógrafa(o), tendo a educação musical como mote, ao situar-se em um determinado contexto e, aos poucos, enxergar, procurar compreender o que se passa e como se vive ali (Silva, 2009). É interessante colocar-se em uma posição de observação dos atores sociais, como transitam, informam-se, deslocam-se em seus espaços de convivência, para entender um pouco o que e como pensam, bem como eles se percebem enquanto sujeitos sociais (Silva, 2009).

A oficina de sonoridades culturais, nesse sentido e em certa medida, vai ao encontro disso, pois consiste em um lugar de observação e escuta diante de um grupo heterogêneo de pessoas. Todas, com suas subjetividades, carregam influências de seu micro espaço e as levam ao macro. É no macro espaço que se percebe como confluências e convergências de olhares, saberes e conhecimentos se dão nas relações humanas, suas tensões e como essas imbricações podem trazer diferentes ações e transformações à vida dos indivíduos e da coletividade. O fato de as(os) jovens e adultas(os) não conhecerem Moacir Santos e Gilberto Gil revela seus contextos de convivência em relação à música – compositoras(res), gêneros musicais, tipos de eventos culturais, formação profissional e acadêmica etc., –, os quais podem se mostrar um tanto restritas ou inexistentes.

Nessa perspectiva, as oficinas de sonoridades culturais realizadas com a turma da EJA tornaram-se interessantes, pois desde a apresentação de como se dariam as oficinas, passando pelas cantigas, o canto, o acompanhamento com instrumentos de percussão e objetos sonoros, até a escuta das narrativas, os comentários sobre a cultura africana e afro-brasileira permeavam as ações. Foi uma forma de pensar em conjunto sobre diferentes manifestações culturais presentes na cidade de Três Coroas e em outras que constituem o Vale do Paranhana.

A oficina iniciou com o canto da cantiga *Ciranda*, que fala em sua letra um lugar:

> Vem de um lugar chamado flores, esta ciranda de tantas cores.
> Vem nos aliviar as dores, os maus olhados, os dissabores.
> Ó cirandeiro, cirandeiro, que faz ciranda o tempo inteiro
> Só por folia, só por amor.
> Vem de um lugar chamado flores, esta ciranda de tantas cores.
> Vem nos falar dos trovadores, dos bem-amados, dos benfeitores.
> Ó cirandeiro, cirandeiro, que faz ciranda o tempo inteiro
> E só por isso tem seu valor. (Gilberto Gil e Moacir Santos).

Aparentemente, a cantiga fala de um lugar que, grosso modo e metaforicamente, retrata um contexto de adversidades ou diversidades. Depois de se cantar a cantiga, comentou-se um pouco sobre isso na perspectiva de se pensar a presença, na cidade, na região, de diferentes manifestações culturais, entre elas a cultura africana e afro-brasileira, ainda que tivesse pouca participação no diálogo. A turma acompanhou o canto, realizando um ritmo com o uso dos instrumentos dos objetos sonoros. Nesse momento, foi perceptível um certo entusiasmo pela experimentação do instrumental, do som e timbres resultantes. Na sequência, vivenciaram também a cantiga *Sawaboná*, conheceram seu significado e realizaram, em pequenos grupos, uma coreografia com as mãos e apresentaram-na ao grande grupo. Foi um momento interessante. Além de vivenciarem aspectos da música, como o cantar, tocar e criar ritmos diversos, quebrou-se um pouco o silêncio que a reflexão abordada sobre as duas cantigas – *Ciranda* e *Sawaboná* - provocou, sobretudo quanto à temática.

Para a turma da EJA, foram abordadas, ainda, cantigas de capoeira, trazidas no viés da cantiga afro-brasileira, além de uma noção da capoeira angola e da capoeira regional. Embora apresentem características distintas, ambas trazem aspectos relacionados ao universo da população negra[6]. As(os) jovens adultas(os) também assistiram a um vídeo em que puderam ver o movimento, o canto e os instrumentos que compõem cada uma das capoeiras. Logo após, a turma acompanhou o canto, tocando os instrumentos percussivos que estavam à disposição como forma de vivenciar a manifestação cultural.

Entre as narrativas trazidas pelas(os) participantes da oficina, depois das observações e discussões sobre a presença de manifestações

6 Características da capoeira angola e da capoeira regional. Disponível em: https://capoeiradobrasil.com.br/capoeira-angola-e-regional/. Acesso em: 26 abr. 2024.

culturais na cidade e na região, sobretudo a respeito das cantigas de capoeira, destaca-se o olhar para a diferença entre a capoeira angola e a regional quanto à sua história, os ritmos e as palavras que trazem em suas letras. Consideram-nas bacanas, veem-nas como uma dança de proteção, que é um povo sofrido, que ainda há muito que avançar quanto ao reconhecimento da cultura africana e afro-brasileira, e expressaram nunca terem discutido a capoeira como uma manifestação cultural.

Considerações finais

A pesquisa ainda é, de certa forma, incipiente quanto à temática relacionada às questões da cultura africana e afro-brasileira, tendo a música e a cantiga como sonoridades abordadas na educação musical para dialogar sobre manifestações culturais. Incipiente também por levar a diferentes espaços, entre eles o escolar, a vivência de modos de convivência do povo negro por meio de cantigas que expressam fragmentos de seu cotidiano, algumas convicções e olhares sobre seu contexto. Falar, especificamente, da cultura africana e a afro-brasileira, no sentido de convergir ações e diálogos durante as oficinas, consistiu em momentos de reflexão e de memória por parte das crianças e das(os) jovens adultas(os). Reflexão no sentido de se pensar na diversidade cultural que é importante para o campo da Educação e para a valorização dos diferentes saberes para o desenvolvimento humano. Quanto à memória, o fato de nenhuma das turmas ter tido uma experiência com cantigas africanas pode levar as(os) participantes a pensar na importância da diversidade cultural, na troca de experiências de saberes e o quanto isso pode contribuir para a aquisição de conhecimento.

Também relativamente à memória, foi interessante, por exemplo, estudantes da EJA trazerem em suas narrativas a existência de grupos de capoeira na cidade, apesar de não terem conhecimento se ainda existem ou não. Além disso, relevante o fato de que nunca haviam discutido a capoeira como manifestação cultural, bem como desconhecerem que há dois grupos de capoeira mais conhecidos – angola e regional –, com seus diferentes ritmos, letras e a história. Por meio da oficina, a lembrança parece ter surgido com certa surpresa, mas também como uma informação interessante e curiosa.

Para a pesquisadora, esses momentos em que questões técnico-teóricos musicais, a temática da negritude e as narrativas se imbricaram e mostraram, de alguma forma, olhares sobre a cultura africana e afro-brasileira nas duas cidades onde ocorreram as oficinas, foram de grande relevância – ainda que incipientes. Configuram mais combustível para promover ações que possam dar mais visibilidade às manifestações culturais relacionadas ao campo da música, por meio da educação musical, envolvendo a busca de cantigas, de histórias de vida e trajetórias, principalmente de pessoas negras, mas sempre em diálogo com os olhares de pessoas não negras, para que o caminho da diversidade cultural seja construído no âmbito da importância da troca de experiências, de saberes, de epistemologias e de diferenças culturais.

Referências

BACKES, Lúcia Jacinta da Silva. **Sons e Palavras**: narrativas de experiências e vivências de pessoas negras perpassadas por cantigas. 2022. 224 f. Tese (Doutorado em Processos e Manifestações Culturais) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2022.

BONA, Melita. Carl Orff: Um compositor em cena. In: MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (org.). **Pedagogias em Educação Musical**. Curitiba: Intersaberes, 2021. p. 125-156.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 19 set. 2024.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

CANDÉ, Roland de. **História universal da música**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARVALHO, Lilian Rocha de Abreu Sodré. **Música africana na sala de aula**: cantando, tocando e dançando nossas raízes negras. 1. ed. São Paulo: Duna Dueto, 2010.

COELHO, Helena de Souza Nunes Wöhl. **Técnica vocal para coros**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LOPES, Nei. **Afro-Brazil reluzente**: 100 personalidades notáveis do século XX, 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

SANTOS, Eurides de Souza. Racismo institucional e estrutural no campo acadêmico da música: reflexões e proposições. In: CANDUSSO, Flavia (org.). **30+30**: Pós-Graduação & Música. Salvador, EDUFBA, 2020, p. 183-193. (Série Paralaxe, 5).

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, a. 15, n. 32, Porto Alegre, p. 171-188, jul./dez. 2009.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Educação e Folclore: possibilidades de interlocução no âmbito escolar. **Revista da Fundarte**, Montenegro, ano 17, n.33, p. 137-162 jul/dez. 2017. Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistaFundarte/index> . Acesso em:14 de julho de 2017.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Música Folclórica e Educação Musical. In: MARQUES, Cláudia de Araújo (Org.). **As práticas e a docência em música 2**. Ponta Grosa/PR, 2020. p.11-22.

OS CAMINHOS PARA A LIBERDADE TRILHADOS PELAS MULHERES ESCRAVIZADAS ALFORRIADAS EM PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, ENTRE 1850 E 1888

Marina Ribeiro Cardoso[1]

Introdução

Já era outono no extremo sul do Império, quando em 27 de abril do ano de 1855, a preta, forra, Delfina[2] procurava o senhor comendador Boaventura Rodrigues Barcellos a fim de, com ele, fazer um acerto de contas". Ela buscava entregar-lhe o valor de 2:000$00 de réis, estipulados por ele, presumo, pela liberdade da filha Lucinda e dos dois netos, Elvira e Simplício.[3] O dito comendador pertencia a uma prestigiosa elite econômica e política da cidade de Pelotas, localizada na província do Rio Grande do Sul. A sua família, desde o início do século, estava inserida no complexo charqueador da cidade e, por meio deste,

1 Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8899395215972009.

2 No documento não consta a condição jurídica de Delfina. Pressuponho que, em vista disso, ela fosse uma mulher liberta, já que se fosse escravizada, constaria no documento e o nome de seu proprietário — não era uma regra, mas na maioria dos casos isso ocorria.

3 Conquistada em 27 de abril de 1855. Registrada em 2 de maio de 1855. Livro 5, p. 3v. Livros Notariais de Registros Diversos. 2º Tabelionato do Município de Pelotas. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, 2010, p. 527.

acumularam a fortuna que possuíam entre bens móveis e escravizados, tornando-se uma das mais ricas da primeira metade dos oitocentos (Vargas, 2020, p. 29). Portanto, em 1855 possivelmente estivesse lidando com a tensão causada pela promulgação da Lei Euzébio de Queirós – que proibiu o tráfico de africanos escravizados no Império – cinco anos antes, em 4 de setembro de 1850.[4] Isso porque, por óbvio, a preocupação de homens como ele era a perda da mão de obra que mantinha as charqueadas pelotenses em pleno funcionamento. Tanto que, como pontua Jonas Vargas (2016), após o fim da escravidão, em sequência, ocorre a decadência destes estabelecimentos na cidade. Por assim dizer, "talvez" a sua intenção não fosse facilitar o processo de obtenção da carta de alforria por seus escravizados e para aqueles que buscassem ajudá-los.

Embora tenha isso como uma direção para pensar nos possíveis percalços que Delfina e Lucinda provavelmente tenham enfrentado para amealhar a alta quantia de 2:000$00 de réis pelo documento, seus esforços trouxeram a tão esperada liberdade. Assim, em 2 de maio daquele mesmo ano, Delfina levava o manuscrito que havia sido produzido e assinado pelo comendador, para ser registrado no 2º tabelionato de Notas da cidade, que ditava sobre a conquista da alforria de sua filha e seus netos. Mesmo diante disso, o mesmo narrava/narra a perspectiva de propriedade que Boaventura tinha sobre Lucinda, Elvira e Simplício. Nas linhas da carta de alforria descreve que demitia de si todo o direito e domínio que possuía sobre eles, enfatizando a hierarquia existente entre senhor e escravizados – o que era comum. Ainda que houvesse a enfatização desta hierarquia na documentação e para além dela - no cotidiano – a agência destas mulheres e, não só delas, mas de homens também, frente a isso é um ponto crucial de reflexão. Talvez o leitor já tenha lido outras tantas vezes sobre isso, mas cabe uma menção aqui sobre o teor da carta de alforria – fonte sobre a qual irei me debruçar neste artigo.

A liberdade por manumissão, como explica Katia Mattoso (2020, p. 200), é uma disposição legal que envolve o escravizado/a, o senhor/a e testemunhas que comprovem a obtenção deste documento. Ela registra

4 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 581, de 4 de Setembro de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm.

os caminhos para liberdade dessas pessoas africanas e descendentes de africanos, bem como aspectos de suas particularidades, como cor, origem, ofícios, etc. Ademais informa, algumas vezes, ao historiador que decide deter-se a ele, as relações que cercam o alforriado, como vimos na alforria de Lucinda. Através dela sabemos – eu e o presente leitor – que ela tinha filhos e uma mãe próxima - isto é, não foram afastadas pelas entranhas da escravidão. Estas informações riquíssimas possibilitam que seja possível a reconstrução[5] dos fragmentos desta família[6], sabendo mais, consequentemente, sobre minhas "personagens". Além disso, revelam as agências das escravizadas em prol da liberdade e sua resistência diante do autoritarismo senhorial, uma vez que não só o ato de conquista deste documento frisa isso, mas também, e principalmente, o fato de uma mãe ter colaborado na obtenção da manumissão da filha e dos netos diante do valor de 2:000$00 — relativamente alto.

Por fim, enfatiza o que é discutido por Sidney Chalhoub (2011, p. 141), a liberdade de viver sobre si, de conquistar não só um documento, mas a *autonomia* de suas vidas. Talvez eu possa até dizer que o fato de Delfina – mãe de Lucinda – ter obtido um valor tão alto, quem sabe com o auxílio de terceiros ou empréstimos, signifique a conquista desta autonomia, até porque, quem registra a carta da filha e dos netos é ela. Além disso, tanto Lucinda quanto Delfina sabiam da *precariedade da liberdade* (2010) que viveriam no pós escravidão, o que incluía a ausência de direitos e do exercício dos mesmos, dificuldade de mudança de realidade e, sobretudo, a fragilidade de ser uma liberta em uma sociedade escravista que registrou muitos casos de tentativa de reescravização.[7] A questão se torna ainda mais problemática quando

5 Para que seja possível reconstruir estes fragmentos, aproprio-me do método onomástico que, segundo Ginzburg e Poni, consiste na perseguição de pessoas no tempo através de seus nomes e dos nomes de outras pessoas do seu círculo social. Isso possibilita que o pesquisador obtenha o maior número possível de informações sobre um indivíduo específico e/ou um grupo (Ginzburg; Poni, 1989)

6 Por efeito das abordagens empregadas por historiadores "tradicionais' em relação a composição da família escravizada e, até mesmo, a existência dela, Robert Slenes em Na senzala uma flor, uma obra clássica sobre esta temática, pontua a existência, sim, de famílias constituídas no interior das senzalas. Não só isso, o mesmo propõe um conceito de *família nuclear*, isto é, uma família que não se compõe apenas pela visão patriarcal de pai, mãe e filhos, mas sim, mãe e filho, tio e sobrinho, afilhados e padrinhos, e assim por diante (Slenes, 2011).

7 Como pontua Marcelo Matheus, as tentativas de reescravização não eram algo comum, mas, mesmo que isso fosse um fato, ainda havia casos no Império (Matheus, 2018). Sobre casos de

agregamos a esta discussão a questão de gênero. Se a sociedade brasileira do período era composta, como menciona Hebe Mattos (2000, p. 34), por aqueles que possuíam direitos e privilégios (os nobres), os que só possuíam direitos (os livres em geral) e os que não possuíam nem um, nem outro (os escravos), as mulheres – escravizadas e libertas – estavam, dentro de uma hierarquia de direitos, estavam abaixo dos homens negros e pardos. Somado a isso, estavam sujeitas a todo tipo de importunação e exploração – sexual e de trabalho – uma vez que, em um geral, brancas, pretas, pardas, indígenas, não possuíam direitos sociais e uma série de restrições impostas pelos costumes do século (Davis, 2016). Portanto, Delfina ter registrado a carta da filha e dos netos cinco dias após sua conquista – o que pode ser considerado rápido, pois algumas cartas eram registradas muito tempo depois – possa indicar a sua consciência sobre os riscos que corriam e se impôs diante deles.

Dito isso, retomo ao que vinha dizendo sobre as alforrias. Aqui serão discutidas análises da obtenção da carta de alforria por mulheres na cidade de Pelotas entre os anos de 1850 e 1888. Darei à manumissão a perspectiva do/a escravizado/a diante de uma conquista para suas vidas – como talvez tu já tenhas notado que venho me posicionando[8] e, portanto, um ato de *resistência*[9] – sutil – frente ao sistema e as pessoas que os oprimiam. Considerarei suas particularidades e os atravessamentos que as cercavam, essencialmente os de raça e condição jurídica. Para isso, começarei analisando a documentação de forma quantitativa[10] de modo que a investigação inicial por esse viés irá impulsionar a incorporação de fragmentos de histórias de mulheres que cruzam o caminho destas análises, como Lucinda. Objetivo, sobretudo, demonstrar os caminhos percorridos por elas para a liberdade ao longo das últimas décadas da escravidão, atravessados pelos contextos nos quais estavam inseridas e

reescravização, ver: Caratti, 2014.

8 Parto desta pesquisa a partir dos seguintes autores: Lara, 1988; Chalhoub, op. cit.; Pinto, 2018.

9 Como propõe Paulo Moreira, outras práticas de resistência, para além daquelas que ficam explícitas como as fugas e formações de quilombos, devem ser consideradas, sobretudo no que tange às mais sutis traçadas e mobilizadas ao longo dos cotidianos, como a formação da família no interior do cativeiro e a própria conquista da carta de alforria. Ver: Moreira, 2006.

10 Katia Mattoso, além de ser precursora nas investigações e reflexões mais aprofundadas sobre a fonte, é uma importante referência para as pesquisas que dedicam-se às cartas de alforrias. Em vista disso, irei me apropriar de sua obra *Ser escravo no Brasil* enquanto um referencial metodológico. Ver: Mattoso, op. cit.

pela realidade pessoal de cada uma. Um grupo de mulheres pertencentes a um núcleo familiar específico, ao final deste texto, auxiliará, através de uma análise micro, a identificar algumas destas realidades e reflexões que possibilitam.

A escravidão e a liberdade entre as mulheres na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1850-1888)

O cheiro forte e desagradável da carne bovina salgada e exposta ao sol para que secasse, invadia os espaços mais próximos e, até os mais longínquos, da cidade de Pelotas (Magalhães, 2000; Vargas, 2016). A produção de charque estava a todo vapor naquelas três primeiras décadas da segunda metade do século XIX. Como o tráfico atlântico de africanos havia atingido o seu ápice há poucos anos atrás – 1835[11] – os grandes engenhos do Império portavam números altíssimos de trabalhadores escravizados e, portanto, a carne seca produzida no extremo sul era enviada para estas regiões para fins de alimentar essas pessoas, o que alavancou ainda mais a produção.[12] Obviamente, o aumento da demanda e de fabricação do charque, somado à construção de novos galpões de charquear – uma vez que os níveis de riqueza da cidade também se elevaram e, portanto, novos produtores começaram a surgir –, exigiram mais mão-de-obra. Isso fez com que a estatística populacional da cidade mostrasse um alto índice de pessoas escravizadas em território pelotense. Mas não só isso, como a historiografia tem demonstrado, a escravidão se disseminou por todas as camadas sociais e desta maneira tornou-se cada vez mais fácil possuir pelo menos um escravizado, já que seus preços também caíram.

A busca pela compreensão da realidade sobre a qual me debruçaria em minhas pesquisas me levou não só a bibliografia que discutiria a questão da população e economia da Pelotas das últimas décadas da escravidão, mas também, aos censos e estatística da época, que me mostrariam a distinção das condições jurídicas das pessoas nesse período. Primeiro, preciso pontuar que, seguindo a lógica da discussão anterior, Natália Pinto (2018, capítulo 1) demonstrou que a disseminação

11 Sobre as fases do tráfico, ver: Mamigonian, 2017.

12 Obviamente, outras questões envolvem o superdesenvolvimento das charqueadas pelotenses. Para saber mais sobre, ver: Vargas, 2016.

da escravidão ocasionou em um número mais elevado de pequenos e médios proprietários. Portanto, os números que veremos a seguir não estavam concentrados nas mãos dos grandes senhores charqueadores da cidade – apesar de portarem as maiores escravarias como demonstrou Jonas Vargas (2016).

Tabela 1: População pelotense ao longo do século XIX

Classificações	1833			1874		
	H	M	T	H	M	T
Escravizados	3.930	1.693	5.623	5.104	3.037	8.141
Libertos	542	595	1.137	-	-	-
Indígenas	73	107	180	-	-	-
Brancos	2.116	1.817	3.933	-	-	-

Fonte: Mapa da população da Vila de São Francisco de Paula de Pelotas em dezembro de 1833. Biblioteca Pública de Pelotas (reproduzido por ARRIADA, Eduardo. Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835). Pelotas: Armazém literário, 1994, p. 98); Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado ao Ministério do Império pelo Conselheiro Manoel Francisco Correa. Rio de Janeiro: Tipografia Franco-Americana, 1874.

A tabela 1, composta pelo Mapa Populacional de 1833 e o Relatório Geral de Estatística de 1874, expõe que na primeira metade do século a população escravizada da cidade ultrapassava o número de livres. Se somarmos o total de escravizados e libertos – os quais também foram cativos e conseguiram conquistar a liberdade – teremos 6.760 africanos e descendentes de africanos vivendo na cidade, ou seja, uma diferença de 2.827 pessoas em relação aos brancos. Incluindo os indígenas que estavam em uma "posição" hierárquica social igualmente abaixo, chegamos a um total de 6.940 pessoas. Portanto, o cenário da década de 1830 revela uma população escravizada e liberta duas vezes maior que a branca e livre, e uma desigualdade populacional facilmente perceptível,

considerando que de uma estatística de mais de 10 mil habitantes 63,8% dessa população vivia em situação vulnerável por sua cor e origem. Já a segunda metade do século XIX limita um pouco mais as análises, uma vez que o Relatório da Diretoria Geral de Estatística não informa o número de libertos, livres e nem da parcela indígena da população. No entanto, revela a crescente na escravidão. Se na primeira metade identifiquei, através do censo, um total de 5.623 escravizados, em 1874 este número sobe para 8.141.

Considerando que, apesar do charque ser a principal fonte de riqueza da cidade, as atividades econômicas de Pelotas eram bastante diversificadas, tanto em torno da pecuária e, portanto, de bovinos, quanto a produção de tijolos e cultivos de roças nas chácaras circunvizinhas, como pontua Natália Pinto (2018). Isso fazia com que homens e mulheres escravizados fossem vistos em todos os espaços da cidade, até porque, eram destinados para múltiplas ocupações. Eram vistos dentro e fora das casas senhoriais executando as tantas exaustivas tarefas enquanto seus proprietários, ricos e, também, pobres, dos afazeres mais leves. No caso das mulheres – tomarei como exemplo as brancas da elite – suas atividades poderiam resumir-se, basicamente, a bordar, tomar chás da tarde, cuidar dos filhos e, quando alfabetizadas, realizar leituras. Obviamente, mesmo que estas mulheres fossem, pela sociedade e costumes da época – do século XIX –, destinadas ao cuidado da família e da casa, suas vidas não se resumiam a isso. Mas, e as mulheres escravizadas? A elas cabia a manutenção das residências destas outras as quais me referi anteriormente. Eram vistas para lá e para cá, em busca dos alimentos para o preparo das refeições e preparando-as, organizando a casa, com cestos de roupas para serem lavadas e, depois, engomadas, servindo as xícaras de chás da tarde e entre tantas outras atividades exaustivas que mencionaram logo adiante. Sua presença, como demonstrei na tabela 1, era eminente, principalmente se o leitor atentar-se ao fato de que, nas primeiras décadas do século XIX, estavam um pouco abaixo das mulheres brancas na estatística populacional. Infelizmente, não é possível demonstrar o mesmo para a segunda metade do século, uma vez que a fonte não apresenta o total de livres (nem mesmo de indígenas).

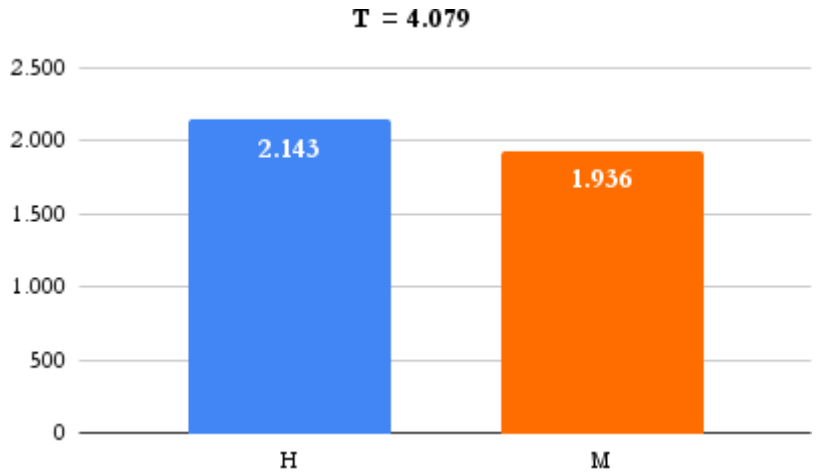
A execução de suas tarefas cotidianas, como discutirei mais à frente, poderiam ser, por uma outra ótica, importantes momentos de estabelecer

estratégias de agenciamento para que conseguissem sair da condição na qual viviam e/ou ajudar familiares e terceiros nesse processo. Esta questão me provocou a investigar o espaço que ocuparam na obtenção da carta de alforria nas últimas décadas da escravidão. Neste momento, que data de 1850 a 1888, foi decisivo não só para elas, mas para toda a população africana e descendente de africanos que vivia no Império, uma vez que houve a promulgação de leis que iriam, de alguma forma, favorecê-los[13] na busca pela liberdade. Entretanto, é necessário pontuar que estas leis, apesar de terem ficado conhecidas como leis de cunho emancipacionista, não emanciparam de fato estas pessoas. A medida em que eram promulgadas para fins de abolir a escravidão de forma gradual, entre seus artigos abriam brechas para que senhores e senhoras escravocratas mantivessem a posse/tutela sobre seus escravizados e os filhos destes. Cito o exemplo da Lei do Ventre Livre, que, apesar de indicar a libertação do ventre das mulheres, seu artigo 1º indica a permanência do filho das escravizadas com o senhor da mesma, o qual ficaria responsável por "criá-lo" até os 8 anos de idade e, após isso, receber uma indenização do Estado por ter o feito ou apropriar-se do mesmo enquanto trabalhador escravizado como forma de remuneração. Então questiono: que emancipação seria essa?

Apesar de todos os empasses e tentativas de dificultar a transição da escravidão para a liberdade destas mulheres – e homens também –, as mesmas representam um percentual relativo e importante na obtenção da alforria na cidade de Pelotas dentro do período que investigo nesta pesquisa.

Gráfico 1: Distinção de gênero nas Alforrias de Pelotas, entre 1850 e 1888

13 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Ver, também: Mamigonian, 2019.



Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, Tabelionato do município de Pelotas, APERS.

Como é possível averiguar no gráfico 1, diante de uma totalidade de 4.079 cartas registradas na cidade de Pelotas entre 1850 e 1888, havia uma distinção de 2.143 homens, que representavam 52,2% das alforrias, e 1.936 mulheres que compunham 47,4% das cartas. Ponderando que, percentualmente, há uma diferença de 5% entre os gêneros nas cartas, proponho que não há bem uma desigualdade, mas sim, um equilíbrio entre a conquista da liberdade de homens e mulheres na cidade. A historiografia demonstra, no entanto, que em outras regiões do Império como a Bahia (Mattoso, 2016) e Rio de Janeiro (Góes, 2006), as mulheres lideravam a obtenção deste documento, assim como em outras fontes, por exemplo, as ações de liberdade (Cowling, 2018). Certamente, isso decorre muito do contexto no qual estão inseridas e as possibilidades que estão em torno dele. Mesmo que haja possibilidades de agências muito parecidas nos territórios – como as ações que partem de relações no interior da casa senhorial e podem ser desempenhadas em qualquer lugar do Império, digamos assim – ainda estes números estão associados a outros pontos importantes. Em Pelotas, como expus na tabela 1, o percentual de homens escravizados era maior que de mulheres – certamente em decorrência das charqueadas que eram movidas pelo trabalho predominantemente masculino. A distinção de

39,7% pode já ser uma justificativa plausível para que estas mulheres estejam igualmente em menor número[14] na conquista da carta de alforria.[15]

Ademais, também é interessante analisar o processo de obtenção desta documentação pelas escravizadas ao longo das décadas. Para isso, elaborei a seguinte tabela:

Tabela 2: Alforrias de mulheres por década (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1850-1888)

Década	Total (%)	
1850-1859	204	10,5
1860-1869	249	12,8
1870-1879	501	25,8
1880-1888	982	50,7
Total	**1.936**	100

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, Tabelionato do Município de Pelotas.

A tabela 2 expõe a forma crescente com a qual as mulheres foram conquistando a liberdade na cidade de Pelotas. Como é possível identificar, os números saltam a partir da década de 1870, presumivelmente em decorrência da promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. Como pontuei anteriormente, ela dava aos senhores a tutela dos filhos de seus escravizados, o que poderia representar uma possibilidade de mantimento destas mulheres por parte destes homens com o intuito

14 Como pontuei anteriormente, não se trata de uma distinção de gênero em que as mulheres estejam em menor número em relação aos homens de forma mais expressiva, mas sim um equilíbrio. Retomo a expressão "em menor número" porque, de fato, há, mesmo que seja pequena.

15 Da mesma forma que obtive esta distinção nas cartas de alforrias de Pelotas, Marina Camilo Haack obteve nas manumissões da região de Cachoeirinha, também no Rio Grande do Sul, dentro do mesmo período. A autora, no entanto, investigou mais afundo as cartas dos homens para demonstrar que, mesmo que isso tenha ocorrido, não foi sempre assim, pontuando que ao longo das últimas décadas de vigência do sistema, houveram oscilações em que as mulheres ocuparam um espaço maior que os homens no percentual desta fonte. Ver: Haack, 2019, capítulo 1.

de, ainda, obter novos trabalhadores. Entretanto, os números mostram que, mesmo com isso, a lei pode ter representado um impacto positivo sobre suas buscas de liberdade, até mesmo porque o artigo 4º desta mesma estabelecia o direito dos escravizados de compra de suas manumissões se obtivessem o pecúlio suficiente para isso.[16] Além disso, a mesma lei instituiu o Fundo de Emancipação, que auxiliou na libertação de muitas pessoas.[17] Por fim, a década de 1880 foi decisiva para elas. Neste contexto, o número de cartas de alforrias quase duplicou e acabou por representar 50,7% das obtidas em todo o período. Mas não só entre elas, as alforrias em um geral tiveram um aumento relativo a partir de 1880, principalmente na tipologia condicional, como irei apresentar a seguir. Segundo Natália Pinto (2018)[18], isso se dá em virtude do movimento abolicionista que se fortalece principalmente neste contexto e reflete na liberdade dos escravizados – neste caso, das escravizadas. Isso será percebido, também, na tabela 3, que irei dispor a seguir, onde constam as tipologias das cartas de alforrias de mulheres junto a sua distribuição de conquista ao longo do período.

Devo lembrar o leitor que no início deste texto – terceiro parágrafo – mencionei que as cartas de alforrias revelam, entre outros aspectos, os caminhos percorridos para a liberdade por africanos e descendentes de africanos escravizados. Com isso, me referia às tipologias destas documentações, isto é, a forma com a qual obtiveram suas manumissões. Elas poderiam ser pagas – quando era estipulado um valor a ser pago por ela –, condicionais – em caso de condições a ser cumpridas, como tempo de trabalho a mais a ser prestado – ou gratuitas – sem condições ou valores, mas que devem ser relativizadas se considerarmos o tempo em que estas pessoas estiveram em condição de escravidão até que a conquistassem (Pinto, 2018, p. 87). Ademais, como é possível observar, a elaboração desta tabela conta com estas tipologias e, ainda, com pagas condicionais. Esta última surgiu ao longo da investigação da

16 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm.

17 Sobre pecúlio, explico que o mesmo era como uma poupança destas pessoas escravizadas, mas, para que possa compreender melhor sobre esta temática e, também, sobre o Fundo de Emancipação, indico: Perussato, 2010, capítulo 3.

18 Sobre o movimento abolicionista, ver: Alonso, 2014.

documentação onde pude observar que, em alguns casos, era estipulado um valor e uma condição a ser realizada pela alforria. Para explicar melhor, retrocedendo rapidamente para 13 de outubro de 1862 onde Inácia, uma preta, africana mina[19] recebia o documento pelas mãos de seus senhores, José Resende e Lúcia Almeida de Resende. O mesmo, para impor-se enquanto proprietário, estabeleceu o valor relativamente alto de 2:000$00 de réis a ser pago por Inácia – o mesmo pago por Delfina pela filha e os dois netos. Além disso, obrigou-a a servir a ele e sua família até o dia 31 de dezembro daquele mesmo ano.[20]

Tabela 3: Tipologias das cartas de alforrias das mulheres (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1850-1888)

Década	Condicional	Gratuita	Paga	P/C	Total
1850-1859	38	83	82	1	204
1860-1869	30	93	120	6	249
1870-1879	46	244	204	7	501
1880-1888	573	199	199	11	982
Total (%)	**687 (35,4)**	**619 (31,9)**	**605 (31,2)**	**25 (1,2)**	**1.936**

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, Tabelionato do Município de Pelotas. Nota: P/C = paga condicional

19 Esta etnicidade está relacionada a formação de um grupo identitário estabelecido no Brasil por africanos provenientes de regiões da Costa da Mina. Como se sabe, é quase impossível saber o lugar preciso de onde vinham, uma vez que suas nações, aqui no Brasil, eram designadas a partir do porto onde embarcavam no continente africano. Apesar disso, estas formações de grupos étnicos ajudam a entender mais ou menos as regiões de onde partiam. Sobre africanos minas, ver: Faria, 2004.

20 Conquistada em 13 de outubro de 1862. Registrada em 14 de outubro de 1862. Livro 8, p. 20r. Livros Notariais de Registros Ordinários. 1º Tabelionato do Município de Pelotas. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, 2010, p. 426.

Retomando a tabela 3, como havia mencionado anteriormente, é inegável a influência do movimento abolicionista[21] – que se fortalece na década de 1880 – nas alforrias das mulheres e, se não falarmos de gênero, Natália Pinto (2018, p. 87) identifica este impacto nas alforrias de forma geral na cidade. Isso porque, é na década de oitenta que ocorre o maior índice de alforrias registradas entre as mulheres, sendo estas, em sua maioria, condicionais. Como discorre Melina Perussatto (2010), a campanha abolicionista incentivava que os escravizados fossem alforriados condicionalmente e, por certo, este incentivo se concretizou. Para além disso, um equilíbrio nas cartas se faz presente não só na distinção de gênero, mas também entre as tipologias desta documentação já que os níveis de diferença entre as porcentagens são bastante pequenos. Exceto pelas alforrias pagas condicionais que, como pontuei anteriormente, eram incomuns e totalizaram apenas 25 (1,2%) das manumissões O mesmo resultado – em relação às condicionais – foi averiguado, por exemplo, por Melina Perussatto. Apesar dela ter identificado uma distinção relativa entre as tipologias conquistadas em Rio Pardo entre 1850 e 1888, a que, de fato, predominou entre os escravizados foram as obtidas por meio de condições (2010, p. 154). Igualmente demonstra Marina Haack, para Cachoeira, também no Rio Grande do Sul, que expõe o aumento desta tipologia igualmente na década de 1880, evidenciando o que mencionei acima sobre a influência abolicionista. Já para Alegrete, Marcelo Matheus (2012, p. 187) identificou, dentro do mesmo recorte temporal, que as mulheres pagaram muito mais por suas alforrias, entrando em acordo com o que ele menciona sobre as pesquisas de Katia Almeida (2006, p. 109) para a Bahia – região de Rio das Contas. Segundo o autor, isso se deu em decorrência da já mencionada Lei do Ventre Livre.

Observar as diferentes análises que outros historiadores fizeram de acordo com as regiões que trabalham e, também, outras leituras que realizei, pressupondo que, por estarmos falando de um território em que o número de mulheres era maior que o de homens escravizados – em decorrência do complexo charqueador –, talvez estas escravizadas também fossem tidas como valiosas para os seus proprietários. Katia Mattoso argumenta que muitos senhores dificultavam o acesso à

21 Sobre o movimento abolicionista, ver: Alonso, op. cit.

conquista da alforria para escravizados mais valorosos, como aqueles que portavam habilidades e conhecimentos específicos e pouco encontrados no território em que viviam (Mattoso, 2016, p. 232). Levando em conta o que pontuei acima e, também, o fato de que estas mulheres ocupavam-se principalmente das atividades da casa, como veremos adiante, seus senhores poderiam ter esta perspectiva como um impulso para estipular condições para as suas transições da escravidão para a liberdade, atrasando-as. Até porque, se ponderarmos que já estamos em um contexto em que o tráfico havia sido proibido e, portanto, estava cada vez mais difícil comprar escravizados, "perder" as mulheres que ocupavam-se de atividades essenciais do cotidiano de uma casa senhorial poderia não ser, para estas famílias, um bom "negócio".

Isso me leva a uma outra questão: a dupla face que os ofícios destas mulheres tinham sobre as suas vidas. A medida em que poderiam ser valiosos para seus proprietários fazendo com que os mesmos dificultassem, por essa razão, as obtenções de suas cartas de alforrias, poderiam, também, ser importantes estratégias para que conseguissem conquistar a liberdade. Como havia mencionado, a pesquisa em inventários post-mortem e processos crime – salvaguardados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – do período de 1850 a 1888, mostraram que as mulheres escravizadas que viviam em Pelotas eram, em sua maioria, classificadas como de "serviços domésticos". Estas poderiam envolver diversos afazeres dentro e/ou fora da casa senhorial, como lavar as roupas, engomar, ir aos mercados da cidade comprar os alimentos com os quais produziram as refeições da família e as serviriam, etc. Por conta disso, o primeiro ponto a ser destacado sobre as tabelas que veremos a seguir, é: ambas estarão divididas em duas categorias, de acordo com o que foi sugerido por Sandra Graham, especialista em pesquisas envolvendo os serviços domésticos. A categoria (A) engloba as ocupações de portas adentro e a (B) de portas afora (Graham, 1992). Além disso, também é necessário mencionar que diferentemente dos processos-crime em que as mulheres se auto classificam com ofícios, nos inventários elas são classificadas por terceiros, como também pode ocorrer nas cartas de alforrias. Assim como, também, não significa que, as que não fossem classificadas com algum ofício, de fato não os portassem. Isso poderia ocorrer, por exemplo, em virtude de um descaso

na produção do documento, onde informações como esta não eram mencionadas.

Tabela 4: Os ofícios das mulheres escravizadas nas Alforrias, Inventários e Processos-Crime (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1850-1888)

	Ofícios	Cartas de Alforrias	Inventários	Processos-Crime
A	Serviços domésticos	77	19	5
A	Cozinheira	69	50	-
A	Costureira	57	57	2
A	Mucama	42	27	1
A	Lavadeira	37	47	5
A	Para todo o serviço	32	3	-
B	Servente	20	34	-
A	Engomadeira	11	21	2
B	Quitandeira	2	-	-
B	Rendeira	1	-	-
B	Lavoura	-	2	-
-	Proprietária	-	-	1
A	Copeira	-	1	-
B	Roceira	-	3	-
A	Ama de Leite	-	1	-
B	Serviço Ordinário	-	-	1
	Total	**348**	**265**	**17**

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, Tabelionato do Município de Pelotas; Inventários Post-mortem, Comarcas de Rio Grande e Pelotas; Processos-crime, Tabelionato do Município de Pelotas. APERS.

Pois bem, pesquisando os inventários e processos-crime produzidos nas últimas décadas da escravidão – que, atualmente, também estão

salvaguardados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e disponibilizados *online* para a consulta – identifiquei 265 mulheres com ofícios na primeira fonte citada e 17 na segunda, além, é claro, das 348 alforriadas com um ofício ou mais - isso porque muitas mulheres foram classificadas com mais de uma profissão não só nas cartas, mas nos inventários e processos também. O objetivo, sobretudo, era reconhecer o perfil destas trabalhadoras no âmbito de suas tarefas cotidianas, isto é, sobre quais atividades as escravizadas que viviam em Pelotas estavam ocupando-se. Neste sentido, a tabela 4 demonstra o que vem sendo evidenciado pela historiografia (Graham, 1992; Telles, 2018), isto é, as mulheres escravizadas realizando, predominantemente, tarefas domésticas. Como bem sei, às mulheres escravizadas e libertas sempre couberam estas ocupações de modo que as brancas e livres negavam-se a realizá-las, ainda mais se precisassem ser executadas de portas afora da casa (Davis, 2016). Isso porque, como discute Marcus Carvalho (2003), a rua não era um lugar seguro para que as mulheres andassem sozinhas – e as que o faziam, não eram bem vistas socialmente –, principalmente pelos riscos – de abusos – que este espaço oferecia.

Obviamente, os cuidados se destinavam a mulheres específicas, enquanto as trabalhadoras escravizadas andavam para lá e pra cá executam as suas tantas e exaustivas tarefas cotidianas. Inclusive, sobre isso, os processos crime são capazes de mostrar ao pesquisador um pouco mais sobre o dia a dia das mulheres. Por exemplo, durante a leitura do processo crime da escravizadas Lucinda, acusada de tentar assassinar sua senhora, dona Eulália Bárbara da Silva Barcellos, esposa do Comendador Heleodoro de Azevedo e Souza, pude averiguar que a mesma era responsável pela limpeza da casa, preparar e servir refeições, como o chá da tarde - momento em que ocorre o crime.[22] Quem sabe as outras tantas obrigações que a acompanhavam desde o momento em que acordava até a sua hora de dormir?

Por outro lado, a tabela 4 também mostra o quão variadas poderiam ser as suas habilidades e conhecimentos. Se o leitor retornar a ela, verá que existem, por exemplo, duas mulheres classificadas com o ofício de "roceiras" e três como de "lavoura", ambos relacionados à

22 Livro de Processos-Crime, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo n. 1231, ano 1884. Tribunal do Júri, Tabelionato do município de Pelotas.

agricultura. Elas comprovam que, apesar da historiografia demonstrar que estas mulheres eram destinadas, em sua maioria, para os serviços domésticos, poderiam, ainda, estar ocupando outros espaços no mundo do trabalho. Em contrapartida, isso dependeria do contexto no qual estariam inseridas, como demonstram Caroline Passarini, Giovana Tardivo e Marina Haack. De acordo com as autoras, as mulheres estarem presentes nestes espaços onde o predomínio da mão-de-obra era masculina, decorre das necessidades de cada região. Por exemplo, a abordagem da discussão que realizaram estava pautada em uma região – paulista – cuja produção que estava a todo vapor era a cafeeira e, portanto, os proprietários "necessitavam" que o maior número de escravizados estivessem destinados a esta atividade económica (Sousa; Tardivo; Haack, 2021). Portanto, se estamos situados em um cenário no qual a produção de charque é a principal atividade econômica e, como pontei anteriormente, dependente de uma mão-de-obra essencialmente masculina, é natural que encontremos as mulheres direcionadas para as atividades domésticas na Pelotas das últimas décadas da escravidão.

Já sob uma outra perspectiva de reflexão, como referi acima, estes ofícios poderiam exercer um duplo papel nas vidas das escravizadas. Por um lado, os riscos de estarem dentro e fora das casas dos senhores, podendo sofrer abusos e tentativas de estupros de homens que estivessem próximos a elas. Por outro, poderiam ser apropriados, por elas, como estratégia para a conquista da carta de alforria. A tabela 5, mostra, dentro da organização das categorias A e B que me propus a realizar na tabela anterior, as profissões com as quais as mulheres foram classificadas em seus documentos de liberdade.

Tabela 5: Tipologias e ofícios registrados nas Cartas de Alforrias de mulheres (Pelotas, 1850-1888)

Categoria	Ofícios	Condicional	Paga	Gratuita	P/C	Total (%)	
A	Serviços domésticos	44	19	14	-	77	22,1
A	Cozinheira	46	9	14	-	69	19,8
A	Costureira	36	10	11	-	57	16,3
A	Mucama	29	9	4	-	42	12,0
A	Lavadeira	17	9	11	-	37	10,6
A	Para todo o serviço	29	2	1	-	32	9,1
B	Servente	18	-	2	-	20	5,7
A	Engomadeira	8	2	1	-	11	3,1
B	Quitandeira	-	2	-	-	2	0,5
B	Rendeira	1	-	-	-	1	0,2
	Total	**228**	**62**	**58**	**0**	**348**	**100**

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, Tabelionato do Município de Pelotas.

Das 1.943 cartas que investiguei datadas do período de 1850 a 1888, 336 tinham ofícios – sendo que, em 11 delas, a mulher foi classificada com mais de uma ocupação, como lavadeira e cozinheira, ou lavadeira, engomadeira e cozinheira, e assim por diante. Como é possível verificar, o ofício de serviços domésticos estava presente em 77 (22,1%) das manumissões e, se considerar todos os que estão categorizados como de portas adentro (A) – os quais não deixam de ser, também, serviços domésticos, estando apenas subdivididos – essa porcentagem sobe para 93,3%. Cruzando com a tipologia das cartas das mulheres alforriadas com estes ofícios, obtenho um total de 228 manumissões condicionais,

62 pagas e 58 gratuitas (não há nenhuma paga condicional). A partir disso, chego a duas conclusões: primeiro, que, de fato, os proprietários destas escravizadas deveriam "valorizar" o fato de possuírem saberes específicos, dificultando suas transições para a liberdade, estipulando condições, como já discuti anteriormente; segundo, que, apesar de terem que cumprir estas condições, muitas delas também estavam pagando pelo documento, o que representa as possíveis movimentações que articularam, a partir destas profissões, para fins de obterem a alforria. Isso porque, por estarem mais próximas da família senhorial – uma vez que estavam, sobretudo, atuando dentro das casas dessas pessoas – poderiam articular negociações pela carta de alforria, tanto sua quanto de outra pessoa.

As mulheres escravizadas da família Azevedo e Souza

Para exemplificar o que venho dizendo aqui, retomo uma história a qual já desenvolvi em outros trabalhos publicados (Cardoso, 2022). Como informei no início deste texto, um dos objetivos da minha pesquisa atual – que irá resultar em uma dissertação – é reconstruir os fragmentos de trajetórias destas mulheres alforriadas em Pelotas nas últimas décadas da escravidão. Para que isso fosse possível, decidi, ao longo da construção do projeto de dissertação, centralizar meu foco nas escravizadas pertencentes a uma família senhorial específica, a qual me permitiria analisar as alforrias das mulheres desta escravaria e o que elas revelam, mas também, buscá-las em outras documentações. A família apropriada é a Azevedo e Souza, a qual vem atravessando minha pesquisa desde a elaboração da monografia e quepertence à elite pelotense do período. Na verdade, como Jonas Vargas (2020, p. 29) menciona, este núcleo esteve entre as famílias mais ricas da primeira metade do século XIX, estando envolvidos tanto com a economia charqueadora, quanto com a política local. No entanto, dentre os irmãos Azevedo e Souza, filhos de Francisco de Azevedo e Souza e Silvana Joaquina Marques, irei me concentrar nas mulheres escravizadas que pertenceram a Silvana Eulália de Azevedo e seu marido Boaventura Rodrigues Barcellos – citado no início deste texto –, Heleodoro de Azevedo e Souza e sua esposa Eulália Bárbara da Silva, e José de Azevedo e Souza, e sua esposa Clara Rodrigues Barcellos – irmã de Boaventura.

Ao identificar todas as trabalhadoras alforriadas por alguns destes membros, elaborei a seguinte tabela:

Tabela 6: As mulheres escravizadas da família Azevedo e Souza, alforriadas entre 1850 e 1888 (Pelotas, Rio Grande do Sul)

Ano	Nome	Origem	Nação	Cor	Idade	Filiação	Ofício	Tipologia	Senhor
1850	Teodora			Parda/Mulata				Condicional	Boaventura Rodrigues Barcellos
1855	Lucinda	Crioula						Paga	Boaventura Rodrigues Barcellos
1855	Elvira					Lucinda		Paga	Boaventura Rodrigues Barcellos
1860	Ana da Serra			Preta				Gratuita	Silvana Eulália de Azevedo Barcellos
1862	Francisca	Crioula		Parda/ Mulata				Gratuita	Silvana Eulália de Azevedo Barcellos
1866	Esperança				6 meses	Maria Isabel		Gratuita	José de Azevedo e Souza
1866	Januária			Parda		Eva		Gratuita	Heleodoro de Azevedo e Souza
1868	Maria do Carmo			Parda		Felisberta		Paga Condicional	Heleodoro de Azevedo e Souza

1884	1884	1884	1884	1884	1880	1873	1872	1872	1872	1872
Esperança	Febronia	Lina	Joana	Rosaura	Vergilina	Cristina	Matildes	Faustina	Joana	Eva
			Crioula		Africana			Crioula		
					Nação					
Preta	Preta	Fula	Preta	Parda	Preta		Preta			
15 anos		30 anos	51 anos					9 anos	11 anos	
Madalena								Joana	Catarina	Rosa
			todo o serviço/ lavadeira							
Condicional	Condicional	Paga	Condicional	Gratuita	Gratuita	Paga	Gratuita	Gratuita	Gratuita	Gratuita
José de Azevedo e Souza	Heleodoro de Azevedo e Souza	José de Azevedo e Souza	Heleodoro de Azevedo e Souza	Boaventura Rodrigues Barcellos	Heleodoro de Azevedo e Souza	Heleodoro de Azevedo e Souza	Heleodoro de Azevedo e Souza	Heleodoro de Azevedo e Souza	José de Azevedo e Souza	Heleodoro de Azevedo e Souza

1884	Eva			Preta	24 anos	Madalena	Costureira	Condicional	José de Azevedo e Souza
1884	Lucia			Preta	32 anos	Maria Isabel		Condicional	José de Azevedo e Souza
1884	Cristina			Preta	28 anos	Catarina		Condicional	José de Azevedo e Souza
1884	Rosa			Preta	19 anos	Madalena	Lavadeira	Condicional	José de Azevedo e Souza

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, Tabelionato do Município de Pelotas.

Daqui irei me apropriar de apenas duas libertas específicas, mas, antes disso, cabe pontuar o que, até o presente momento – pois ainda preciso aprofundar minhas discussões e análises – estas mulheres me mostram sobre esta escravaria. Inicialmente, como é possível observar, me deparo com muitas lacunas no que tange maiores informações sobre as características pessoais de cada uma. Entretanto, é possível averiguar que houve um número considerável de alforrias dentro dessa escravaria ao longo de quatro décadas incompletas e sendo conquistadas majoritariamente de forma gratuita, mas, como é perceptível, a distribuição entre as tipologias foi bastante equilibrada. Eram, em sua maioria mulheres pretas e isso poderia estar associado tanto a sua origem quanto a cor da sua pele vista por terceiros[23]; faixa etária é, sobretudo, de mulheres adultas em idade reprodutiva; de 23 delas, 12 tiveram os nomes de suas mães citado em suas cartas de alforrias, o que abre possibilidades para saber mais sobre estas famílias e suas relações. Além disso, se nos atentarmos à tabela, verá que haviam cinco irmãs - Esperança, Eva e

23 Como bem sei, a historiografia vem discutindo a questão da cor, suas associações ao tom da pele ou a condição jurídica, e as variações existentes. No entanto, não pretendo me deter a esta discussão aqui. Sobre isso, ver: Mattos, 2013.

Rosa, filhas de Madalena e, Joana e Cristina, filhas de Catarina. Sobre estas duas últimas que irei me deter aqui brevemente.

A história desta família chega até mim através da alforria de Joana, conquistada em 26 de março de 1872 pelos bons serviços prestados por sua mãe Catharina enquanto ainda era escravizada do mesmo senhor de sua filha, José de Azevedo e Souza. Logo em seguida, me deparo com uma outra mulher sendo alforriada cujo nome da mãe, mencionado em sua manumissão, era o mesmo de Joana.[24] Entretanto, Cristina, filha mais velha de Catarina, havia obtido o documento de liberdade por meio de condições. O mesmo proprietário, José de Azevedo e Souza, havia determinado que a mesma precisaria cumprir todo o serviços que suas forças suportassem por mais quatro anos a contar do dia 6 de setembro de 1884, dia em que conquistou sua carta de alforria. Apesar disso, o mesmo estipulou que ela poderia indenizá-lo na quantia de 150$00 mil réis por ano dentro do tempo que faltasse a ser cumprido.[25] Como José deixou explícito nas linhas escritas por ele do documento de Joanna, sua liberdade estava associada ao auxílio de sua mãe, que se executou com cuidado o trabalho árduo da escravidão para que, talvez, tivesse uma possibilidade de se alforriar e levar suas filhas consigo. Já Cristina, precisou percorrer um outro caminho para a liberdade e, mesmo que isso tenha se dado, há um aspecto importante sobre ela: o ofício de lavadeira com o qual foi classificada em sua carta. Assim como ela, sua mãe, Catarina, também era uma mulher que ocupava-se da lavagem de roupas e, talvez, o saber deste ofício tenha sido transmitido de uma para a outra.[26] Através dele, Cristina poderia traçar estratégias que a levariam à obtenção da plena liberdade mais rápido, pagando pelo valor estipulado por José. Além disso, Catarina exercendo a mesma função, poderia auxiliar a filha alugando seu trabalho.

---

24 Conquistada em 23 de março de 1872. Registrada em 26 de março de 1872. Livro 11, p. 24v. Livros Notariais de Registros Ordinários. 1º Tabelionato do Município de Pelotas. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, 2010, p. 438.

25 Conquistada em 6 de setembro de 1884. Registrada em 10 de setembro de 1884. Livro 9, p. 7r. Livros Notariais de Registros Ordinários. 3º Tabelionato do Município de Pelotas. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, 2010, p. 590.

26 Foi possível averiguar tal informação sobre Catarina através do inventário do seu primeiro proprietário, o Major José de Azevedo e Souza. Ver: Processo nº: 1622, ano: 1848. I Vara Cível e Crime. Localidade de Porto Alegre. Livro de inventários, APERS, p. 498. Como essa história se desenvolve, ver: Cardoso, 2022.

As possibilidades para que amealhassem o valor eram muitas e deve ser levado em consideração que só seriam passíveis de exercício diante da realidade que possuíssem. No entanto, o que é realmente importante aqui, é a participação de Catarina na conquista da liberdade das filhas. Isso demonstra o que vinha discutindo ao final do tópico anterior sobre a alforria ser algo que, na maioria das vezes, recebia o auxílio de terceiros para a sua obtenção. Obviamente, sei que esta poderia não ser a realidade de todas as mulheres escravizadas, mas, mesmo com isso, é necessário pontuar esta luta que era coletiva.

Considerações finais

A historiografia vem explorando cada vez mais a conquista da liberdade entre as mulheres escravizadas que viveram pelos cantos mais remotos do Brasil. Com esta pequena contribuição tenho buscado, sobretudo, demonstrar o que discuti brevemente neste artigo. Primeiro que os resultados sobre a obtenção da carta de alforria, por homens e mulheres, se dava de acordo com o território no qual estavam inseridos e as características deste. Com isso, quero dizer que se em Pelotas há um equilíbrio entre os gêneros na conquista da liberdade ao invés de uma distinção tendendo para as mulheres em maior número, isso se dá em virtude da estatística populacional desta cidade que nos mostra um número mais elevado de homens escravizados em relação à elas. Entretanto, como demonstrei, a fonte revela a crescente obtenção da alforria por elas ao longo das últimas décadas da escravidão.

Além disso, os caminhos que estas mulheres enfrentaram pela liberdade estavam, igualmente, em equilíbrio, mas, ao mesmo tempo, sofrendo a influência do período que os marca, como vimos através do percentual de alforrias condicionais na década de 1880. Por fim, os documentos consultados do período mostram que, de fato, as escravizadas estavam destinadas, em sua maioria, para tarefas do âmbito doméstico. Neste sentido, a análise das cartas de alforrias, somada ao cruzamento de fontes e a reconstrução de alguns fragmentos de trajetórias, demonstram as diferentes estratégias que poderiam traçar para a obtenção da sua carta e, também, de terceiros, a partir das suas realidades.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Documentos da escravidão: **Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade.** Tabelionato do Município de Pelotas. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Documentos da escravidão: **Inventários *Post-Mortem*.** Comarca de Pelotas. v. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Documentos da escravidão: **Processos-Crime:** o escravo como vítima ou réu. Tabelionato do Município de Pelotas. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 581, de 4 de Setembro de 1850.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 2.040**, **de 28 de setembro de 1871.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm.

Mapa da população da Vila de São Francisco de Paula de Pelotas em dezembro de 1833. Biblioteca Pública de Pelotas (reproduzido por ARRIADA, Eduardo. **Pelotas**: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835). Pelotas: Armazém literário, 1994, p. 98)

Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado ao Ministério do Império pelo Conselheiro Manoel Francisco Correa. Rio de Janeiro: Tipografia Franco-Americana, 1874.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Kátia Lorena. **Alforrias em Rio de Contas – Bahia (século XIX).** 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2006.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. **Novos estudos**, n. 100, p. 115-137, novembro de 2014.

CARDOSO, Marina Ribeiro. **O que revelam as Cartas de Alforrias de mulheres escravizadas?** Uma análise dos ofícios constados nas manumissões (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1871-1888). 2022. 50 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

CARATTI, Jônatas Marques. Vinte anos de escravidão: escravizações ilegais e reescravização na fronteira da província do Rio Grande do Sul (1842-1862). **XII Encontro**

Estadual de História ANPUH/RS. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **De portas adentro e de portas afora:** trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. Afro-Ásia, 2003, p. 41-78.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História social**, n. 19, p. 33-62, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade:** mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Unicamp, 2018, p. 57-134.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras:** as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850). 2004. 278 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GRAHAM, Sandra Lauderdale**. Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GÓES, José Roberto Pinto de. Padrões de alforrias no Rio de Janeiro – 1840/1871. **XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, Rio de Janeiro, 2006.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras:** experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850-1888). 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHARCZ, Lilia. GOMES, Flávio dos S. (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade.** São Paulo: Companhia das letras, 2018. p. 334-340.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Pelotas: toda prosa.** Pelotas: Armazém Literário, 2000.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres:** a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da liberdade:** escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888). 2012. 239 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade acadêmica de pesquisa e pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

MATHEUS, Marcelo Santos. A produção da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História:** São Paulo, v. 37, 2018, p. 1-32.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil:** séculos XVI-XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justiçando o cativeiro: a cultura de resistência escrava. In: **Império.** v. 2. Méritos, 2006.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nascesse:** experiências de cativeiro, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 – c.1888. 2010. 305 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

PINTO, Natália Garcia. **Gerações de senzalas, gerações de liberdade:** experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. 2018. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

SOUSA, Caroline Passarini; TARDIVO, Giovana Puppin; HAACK, Marina Camilo. Localizando a mulher escravizada nos Mundos do Trabalho. **Cantareira**, 34º ed. jan-jun, 2021.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas:** maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). 2018. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

VARGAS, Jonas Moreira. **Os barões do charque e suas fortunas:** um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. “No tempo dos barões” A elite política pelotense no período do auge das charqueadas escravistas (1850-1888). In: **Capítulos de História de Pelotas.** Porto Alegre: Casaletras, 2020, p. 12-31.

PARTE III

História Política

História Política

LYSIAS RODRIGUES E A GEOPOLÍTICA NACIONAL

Adelar Heinsfeld[1]

Lysias Rodrigues (1896 – 1957), muitas vezes esquecido, foi um importante pensador da geopolítica nacional. Além de suas ações operacionais decorrentes da sua carreira militar, onde atingiu o posto de brigadeiro, em sua obra intelectual os "grandes temas" da geopolítica brasileira são abordados: defesa nacional, fronteiras, redivisão territorial, comunicações, mudança da capital e um ensaio de poder aéreo nacional. Balizado pelos autores clássicos da geopolítica, Lysias Rodrigues se debruçou sobre os "grandes problemas" nacionais, contribuindo para a formação de uma "escola geopolítica" brasileira. O pensamento geopolítico deste autor pode ser percebido através dos vários livros que publicou, bem como suas manifestações através da grande imprensa escrita.

Para a construção deste texto as obras publicadas pelo autor sob a forma de livros ou de artigos em periódicos especializados foram fundamentais. No entanto, a imprensa diária, notadamente, da então Capital Federal, Rio de Janeiro, foi uma fonte primordial para reconstruir a trajetória de vida de Lysias Rodrigues através das informações e notícias publicadas. Para Patrick Chareaudeau (2013, p. 132), "propomos chamar

1 Docente da graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Doutor em História, com pós-doutorado na Pontificia Universidad Católica de Chile. E-mail: adelar@upf.br

'notícia' a um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado."

A nossa escolha pelos jornais do Rio de Janeiro explica-se pelo fato de então ser a capital do país, centro nevrálgico da política nacional. Estando próximos do centro de decisões do poder, estes jornais vão repercutir de forma mais intensa as questões atinentes aos interesses nacionais. E por isso Lysias Rodrigues também escolheu os periódicos do Rio de Janeiro para publicar seus artigos.

1. Lysias Rodrigues: a biografia[2]

Lysias Augusto Cerqueira Rodrigues nasceu na cidade de São Paulo, em 23 de junho de 1896; era filho de Nicolau Augusto Rodrigues e Júnia Cerqueira Leite Rodrigues. Seu pai atuou como jornalista no *O Jornal* do Rio de Janeiro, o que abriu as portas para Lysias publicar seus artigos.

Era engenheiro geográfico pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Instituto Genealógico do Brasil, da Associação Brasileira de Imprensa, do Instituto de Engenharia Militar, da Sociedade Amigos de Alberto Torres, do Instituto de Ciência Política e membro honorário do Comitê Peruano-Brasileiro pró Santos Dumont.

Ele ingressou na Escola Naval da Marinha Brasileira em maio de 1913. Em dezembro do ano seguinte pediu baixa, após concluir o primeiro ano do curso. Em março de 1916 ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, onde foi declarado aspirante-a-oficial na arma da artilharia em dezembro de 1918. No final do ano seguinte foi promovido a 2º tenente e em janeiro de 1921 à 1º tenente. No mesmo ano de 1921 realizou na Escola de Aviação Militar no Campo dos Afonsos o curso de observação aérea na primeira turma, recebendo o diploma em junho, juntamente com o tenente Eduardo Gomes.

2 Para a elaboração dos aspectos biográficos de Lysias Rodrigues utilizamos os seguintes jornais e as respectivas edições: ***Correio da Manhã*:** 07 jan. 1921; 20 mar. 1927: 15 set. 1928; 18 set. 1928; 25 ago. 1935; 24 set. 1935; 12 jul. 1939; 23 nov. 1949; 22 mai. 1957; ***Jornal*:** 09 fev. 1926; 04 set. 1929; 06 out, 1929; 06 ago. 1932; 28 jan. 193; 03 set. 1936; 12 abr. 1945; ***A Noite*:** 17 nov. 194; 30 nov. 1943; 28 mai. 193; ***Diário da Noite*:** 25 mai. 1934; 30 mai. 1934; 01 jun. 1934.

Em 16 de março de 1921, ainda no início do curso, o então tenente Lysias Rodrigues já participara da conquista de um record de altitude, alcançando 6.800 metros, num Breguet 14, juntamente com o capitão Alzir Lima.

Ao término do curso foi designado para servir no 3º Grupo de Esquadrilha de Observação, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1922 foi nomeado comandante da 1ª Esquadrilha de Bombardeiro, sediada em Alegrete, no mesmo estado. A promoção para capitão de Artilharia ocorreu em setembro de 1924, classificado nos "serviços de aviação". Quando neste mesmo ano irrompeu em São Paulo a revolução tenentista, Lysias Rodrigues, ainda tenente, combateu ao lado das forças legalistas do governo federal, organizando a resistência da cidade, na defesa do palácio Campos Elysios, onde se encontrava o presidente do estado, Carlos de Campos.

Por ter organizado o "serviço de informações" na escola de Aviação Militar foi designado para sua direção em julho de 1926. No ano seguinte, em janeiro foi declarado piloto-aviador-militar e em julho conseguiu o "brevet" de piloto-aviador-internacional.

Com a criação da "Arma de Aviação" no Exército foi para ela transferido e promovido ao posto de major-aviador em fevereiro de 1928, além de ser designado instrutor de pilotagem na Escola de Aviação Militar.

Foi nesta condição que ele bateu o próprio record de altura, obtido em 1921. Em 14 de setembro de 1928, decolando do campo dos Afonsos, a bordo de um "Breguet 19" atingiu a altitude de 7.100 metros, tornando-se recordista, em avião sem passageiro, na América do Sul. No entanto, a quebra do record resultou em punição para o major-aviador: "o público há de ficar assombrado se souber que o major-aviador brasileiro Lysias Rodrigues foi preso por quatro dias, por que bateu o record sul-americano de altitude." Atribui-se a penalização à presença da missão militar francesa, onde "os instrutores manobram a seu talante, tem suas simpatias e, o que é pior, suas antipatias, e os chefes brasileiros conforma-se com isto". Não apenas conformavam-se, como também "dão execução aos castigos que aqueles exigem", referindo-se aos franceses. Segundo o *Correio da Manhã* (18 set. 1928), "o que se diz nas rodas da aviação militar é que os mestres franceses se queimaram,

porque o que o major brasileiro fez já procurou fazer o instrutor Terrason. A primazia da façanha, caindo num discípulo, não honraria o mestre."

Em agosto de 1931 realizou o estudo da Rota do Tocantins, utilizando múltiplos meios de transporte disponíveis, como trem, carro, barco, canoa, animais de carga, entre outros, conseguindo alcançar Belém do Pará após quase dois meses de viagem. Nessa viagem inicial de reconhecimento foram demarcados 17 campos de pouso, onde aterrissou quando realizou a primeira viagem do Correio Aéreo em 1935 e que teve a duração de três dias.

Participaram nesta expedição funcionários da *Panair do Brasil*, a serviço da congênere norte-americana, percorrendo os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Maranhão e Pará, até chegar em Belém. O objetivo da expedição era reconhecer o território e implantar campos de pouso, que viabilizassem a navegação aérea, criando condições para a realização de voos dos grandes centros brasileiros para a Amazônia. Da mesma forma, esta rota deveria facilitar os voos entre os Estados Unidos e o cone Sul da América.

Desta expedição resultou o livro *Roteiro do Tocantins*, publicado pela editora José Olympio em 1943. Everardo Backeuser, introdutor no Brasil dos estudos sobre a Geopolítica, em carta ao autor, por ocasião do lançamento do livro, afirma que o mesmo "desdobrando a paisagem física e a paisagem humana de um modo tão empolgante" estaria dando uma "contribuição geográfica da melhor água" (*A Noite*, 17 nov. 1943). O político e escritor Beni Carvalho compara o *Roteiro do Tocantins* com o livro do importante cronista Henri Koster, de 1816, traduzido por Câmara Cascudo e publicado no Brasil em 1942 com o título de *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Lysias Rodrigues tinha se proposto a "viajar para nosso *hinterland,* para conhecê-lo, estudá-lo" O resultado com "essa exatidão, esse critério de quem descreve, fielmente, o que observa e estuda, sem fantasia e preocupações literárias, é, sem dúvida uma das sedutoras feições do livro do coronel Lysias Rodrigues, o qual merece ser lido por quem, realmente, se interesse pelo Brasil" (*A Noite*, 30 nov. 1943).

Durante a revolução Constitucionalista de 1932 combateu ao lado dos paulistas. Foi o comandante do Grupo de Aviação Constitucionalista. O desempenho do major Lysias Rodrigues mereceu menção do general

Bertoldo Klinger, comandante supremo do exército constitucionalista: "Este comando tem especial prazer em dar publicidade ao louvor que representa essa citação de relevantes serviços, e determinar a menção nominal destacada dos Srs. Major Lysias Augusto Rodrigues..." (apud Rodrigues, 2000).

Com a derrota dos paulistas, vários militares que se insurgiram contra o governo federal serão reformados, incluindo Lysias Rodrigues, que irá para o exílio em Buenos Aires. No início de 1934 com a anistia Lysias Rodrigues pode voltar ao Brasil, sendo que os exilados foram festivamente recebidos pelas autoridades municipais e população santista.

No retorno do exílio, ele irá lançar o livro *Gaviões de Penacho*, onde descreve as peripécias cometidas pela chamada aviação constitucionalista.

Com a anistia, é reintegrado ao exército e em julho de 1934 galga o posto de tenente-coronel. A partir daí sua trajetória vai estar ligada ao mundo oficial. Em agosto de 1935, no dia do soldado, como coronel aviador, representou o ministro da Guerra na inauguração da Vila Militar de Recife. No mês seguinte, participou da exposição do 1º centenário da Revolução Farroupilha, junto com o presidente Getúlio Vargas, e recebe a bandeira do 3º regimento de aviação militar, sediado na base aérea de Canoas, regimento este que passa a comandar a partir de julho de 1939.

Ainda em 1935, mês de novembro inaugura a rota do Tocantins, que havia demarcado em 1931. Com isso tem início o Correio Aéreo Nacional. Nesta empreitada esteve ao lado de Eduardo Gomes, que três anos antes, na revolução constitucionalista, estava combatendo no lado oposto. Como homenagem, no ano seguinte a cidade de Pedro Afonso, em Goiás, dá o nome de Lysias Rodrigues ao seu aeroporto municipal.

Em *História da Conquista do Ar*, em 1937, Lysias Rodrigues faz um levantamento geral de fatos e pessoas na história dos balões e dirigíveis, estudando lendas, símbolos e fábulas relacionadas à tentativas de voar, desde a Ilha de Pascoa, dez mil anos antes de Cristo, passando pela Atlântida, Maias, Assíria, Índia, Persia, Grécia. Procurou ressaltar a ambição humana pela conquista do espaço ao longo da história da humanidade, chegando ao progresso da aviação até aquele momento. Como não poderia deixar de ser, o autor destacou a contribuição de brasileiros para o sucesso da aviação: "esta conquista foi feita

exclusivamente por brasileiros, para honra de glória do Brasil"(Rodrigues, 1937). Em carta ao autor, o então ministro da guerra, general Eurico Gaspar Dutra, parabenizava o "distinto camarada" pelo livro recém lançado, que era um "trabalho altamente patriótico e de real utilidade para quantos se dedicam aos estudos aeronáuticos" (Diario de Noticias, 20 mai. 1937).

Com a criação do Ministério da Aeronáutica em 1941, pelo qual ele lutou desde os anos 1920, é transferido para a nova arma e em dezembro daquele ano atinge o posto de Coronel. No ano seguinte passa a servir no Estado Maior da Aeronáutica. Em abril de 1945 atinge o posto de Brigadeiro-do-Ar e logo depois passa para a reserva. Em 22 de novembro de 1949, na reserva, foi promovido a major-brigadeiro-do-ar, patente classificada no quadro de oficiais generais da Aeronáutica Brasileira.

Em 1944 publica *Brasil Aeronáutico*, outro livro que em partes repetia o livro anterior – *História da Conquista do Ar* -, destacando o grande e justificado orgulho de cada brasileiro por "ter sido a mais nobre e gloriosa proeza do gênio humano – a conquista do ar -conseguida por seus patrícios" Para ele,

> Não há negar que é uma predestinação notável essa, que galardoa os brasileiros, que lhes permitiu descobrir o aeróstato a ar quente, que criou o balão fusiforme assimétrico, que deu a dirigibilidade dos balões, que formoiu a estrutura rígida dos aeróstatos, e que, por fim, culminando essa série mágica de inventos preciosos, dá ao mundo o avião, com o qual pode o homem superar as próprias aves em velocidade e capacidade manobreira (Rodrigues, 1944, p. 8).

Rememora o passado para demonstrar a "predestinação" brasileira em relação à conquista do ar e elenca quatro personagens fundamentais do "passado aeronáutico" do Brasil: 1) Bartolomeu de Gusmão (1685-1724), o "padre voador", inventor "do primeiro balão que subiu aos ares"; 2) Alberto Santos Dumont (1873-1932), "o descobridor da dirigibilidade dos balões e o inventor do primeiro avião que saiu do solo, voou e aterrou por seus próprios meios"; 3) Júlio Cesar Ribeiro de Souza (1843-1887), a quem "deve-se o balão planador assimétrico e o estabelecimento das teorias e da essência das leis mais exatas da aerodinâmica"; 4) Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1864-1902), a que se deve "estrutura rígida dos balões, que veio permitir a

construção de dirigíveis de grande envergadura, mais tarde" (Rodrigues, 1944, p. 10).

No livro, Lysias Rodrigues exalta a criação do ministério da Aeronáutica, em 1941, que proporcionou o que ele defendia desde os anos 1920: "A fusão da aviação militar e naval processa-e num ambiente de compreensão e camaradagem, e logo os frutos ótimos começam a parecer, graças à orientação e apoio do Governo federal"(Rodrigues, 1944, p. 77-78).

A publicação deste livro se deu através do DIP. Então não surpreende que o autor vai deixar escancarrado o elogiu ao chefe do Estado Novo:

> A curva cíclica da evolução aeronáutica do Brasil no presente é estonteante. E devemos todo este progresso ao Presidente Vargas, que acreditou na aviação e fez aviação, quando ela ainda não tinha podido provar o precioso instrumento de paz e a terivel arma de guerra que é.

Em seu afã elogioso deixa registrado que "feliz o país onde o chefe é um 'amigo da aviação', o país onde os aviadores são 'amigos do amigo da aviação'." Além de comemorar o sucesso que o país estava tendo na busca do poder aéreo, Lysias Rodrigues externava a faceta de outro aspecto do seu pensamento geopolítico: a busca da projeção internacional. Para ele, um país como o Brasil "está fadado a um lugar proeminente no círculo das nações, na era da civilização da aviação que estamos vivendo." A forma como o país estava agindo na área da aviação, só poderia ter um resultado: "o Brasil marcha em passos céleres para tornar-se, enfim, uma Potência Aérea!"(Rodrigues, 1944, p. 80).

No ano em que foi para a reserva publicou o livro *Rio dos Tocantins*, fazendo uma espécie de biografia do segundo maior rio totalmente brasileiro, com mais de 2.400 quilômetros, que nasce em Goiás e deságua na foz do rio Amazonas, ressaltando a história e os aspectos geográficos daquele importante curso d'água.

Já na reserva vai publicar, em 1947, o livro *Geopolítica do Brasil*, onde externa de forma mais explícita o seu pensamento geopolítico. Isto faz com que alguns autores o coloquem no mesmo nível de Mario Travassos, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Matos, Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. (Cambeses Jr, 2004, p. 52).

Em 1953 veio à público *Estrutura geopolítica da Amazônia*, livro produzido a partir de três extensos artigos publicados 4 anos antes no *O Jornal* (27 nov. 1949, 04 dez. 1949 e 11 dez. 1949), com o título *Geopolítica. Valorização e defesa da Amazônia*

Seu último livro foi publicado em 1954, *Formação da nacionalidade brasileira*: *história resumida das guerras holandesas ao norte do Brasil*. Nas palavras do próprio autor, a preocupação foi mostrar "como os fatores geográficos de coesão puderam fazer germinar e brotar a semente da nacionalidade, e, em pleno regime colonial, já tivesse plasmado forte, grande, generosa, brava, a alma da gente brasileira". Embora não fosse um livro de geopolítica as lutas do que ele chama de povo brasileiro contra os holandeses "facilitavam a livre ação das forças vitais do expansionismo geográfico" e de forma ufanista afirma que "expulsos os holandeses, os brasileiros deram corpo e alma ao Brasil". (Rodrigues, 1954, p. 8-9).

Por ocasião da sua morte, o jornal *Correio da Manhã* (22 mai. 1957), ao fazer o seu necrológio, afirma que ele "era considerado o maior historiador da aeronáutica" por conta de suas inúmeras publicações sob a forma de livros, artigos para periódicos especializados e na grande imprensa.

2. O Geopolítico Lysias Rodrigues

A geopolítica enquanto saber formalizado surge no início do século XX e duas décadas depois já estava popularizada; através dos estudos de Everardo Backheuser chegou no Brasil na década de 1920.

Lysias Rodrigues começou a produzir seus textos num momento em que a geopolítica enquanto conhecimento estava se firmando. Num segundo momento, sua produção se deu no contexto em que a geopolítica ficou conhecida como a "ciência maldita". Nos anos 1930 a geopolítica acabou se convertendo numa espécie de doutrina oficial da Alemanha nazista. Há quase uma unanimidade em afirmar que a geopolítica como campo de estudo e prática política teve seu auge na Alemanha nazista. Diante disto, tudo o que se relaciona a esta ciência é logo identificado como prática destinada a ser utilizada por regimes totalitários, expansionistas e até racistas.

Com a derrota da Alemanha e o suicídio do principal teórico geopolítico do regime, o general Karl Haushofer, a geopolítica tornou-se uma "ciência maldita" sobre a qual muitos intelectuais de várias partes do mundo não queriam sequer ouvir falar. Ou como afirmava Raymundo Aron (1986, p. 48), "a geopolítica alemã tinha deixado má lembrança." Pierre George afirma que a geopolítica foi a pior das caricaturas da geografia aplicada da primeira metade do século XX, e que ela justificava automaticamente qualquer reivindicação territorial, qualquer *pilhagem*, usando pseudo-argumentos científicos (1980, p. 12). Para Hans J. Morgenthau, "a geopolítica é uma pseudociência que eleva a geografia à categoria de um valor absoluto que determinaria o poder, e portanto, o destino das nações." Para ele, a geopolítica era também "uma pintura válida do ângulo exclusivo, e, portanto, distorcido, da geografia" (2003, p. 308 e 310).

Claude Raffestin, importante geógrafo contemporâneo, avalia que a geopolítica "na verdade é uma geografia do Estado totalitário (Itália, Alemanha, URSS)", vinculada à ideologias totalitárias de direito, quanto de esquerda. Aliás, para este geógrafo suíço a geopolítica é uma geografia aplicada ao Estado. Portanto, ela só faz sentido se estiver vinculada ao Estado. No seu dizer, "o Estado, com maiúscula, é o único ator que a geopolítica leva em consideração." (1993, p. 16 e 199).

Gearóid Ó Tuathail lembra que ainda durante o regime nazista o geógrafo norte-americano, Isaiah Bowman, publicou um influente artigo na *Geograghical Revue*, em outubro de 1942, intitulado *Geography versus Geopolitics*, onde afirmava que "a Geopolítica representa uma visão distorcida das relações históricas, políticas e geográficas do mundo e das suas partes" e que "os seus argumentos tal como são desenvolvidos na Alemanha servem apenas para sustentar o caso da agressão alemã". Continha, portanto, "um princípio venenoso e autodestrutivo." (1996, p. 122).

Também no Brasil a geopolítica passou durante um bom tempo relegada a um segundo plano pela comunidade acadêmica. Como resultado desse "abandono" a grande maioria dos trabalhos publicados sobre a geopolítica tem origem na caserna. Mesmo as relações entre a geografia e a ciência política, durante um bom tempo, não eram vistas com bons olhos pelo meio universitário brasileiro. Podemos citar

o caso de Aroldo de Azevedo, expoente do pensamento geográfico brasileiro, que afirmava que este assunto não lhe despertava a menor simpatia e que quando o abordava fazia com receio e com "indisfarçável constrangimento" (1955, p. 42).

Everardo Backeuser, ao prefaciar o livro *Geopolítica do Brasil*, de Lysias Augusto Rodrigues, de quem foi professor na Escola Politécnica, diz que "quem falasse em Geopolítica no Brasil era para logo incriminado de inimigo da democracia." (1947, p. 6)

A situação começou a mudar a partir dos posicionamentos do geógrafo francês Yves Lacoste, ao questionar sobre a utilização da geopolítica pelo expansionismo hitleriano: "Mas, pelo mesmo motivo se baniu a biologia, da qual os teóricos nazistas das 'raças' superiores fizeram o uso que se sabe?" Além disso, Yves Lacoste lembrava que os raciocínios geopolíticos que mostram a complexidade das relações entre o que sobrevém da política e as configurações geográficas, não são mais de "*direita*" do que de "*esquerda*", nem mais "*imperialistas*" do que "*libertadoras*". Toda argumentação geopolítica prejudicial a um Estado, a um povo, será refutada por outro raciocínio que será também geopolítico (1988, p. 242).

Certamente esta forma de compreender a geopolítica contribuiu para que ocorresse uma espécie de renascimento da mesma enquanto campo de conhecimento. Durante algum tempo, imaginou-se que a geopolítica e sua pesada tradição histórica - colonial, belicista e expansionista - estava para sempre sepultada. Este anúncio era obviamente precipitado. Na verdade, não se devem separar as concepções geopolíticas das geoeconômicas, nem se poderia realmente omitir a questão do poder na análise político-estratégica, bem como nas relações entre os Estados ou entre instituições interestatais.

A geopolítica, historicamente, foi entendida de várias formas, todas elas ligadas ao espaço territorial, e às estratégias de ação dos Estados, como forma de expandir o território nacional ou defender as fronteiras, regulamentar ou não as ações predatórias e/ou conservacionistas com relação ao meio ambiente e, inclusive, como uma correlação entre os acontecimentos políticos e o solo. A geopolítica esteve vinculada ao poder e, seu uso pelos Estados, primordialmente, esteve ligada ao solo,

ao território, e ao espaço vital. No entanto, Yves Lacoste (1989, p. 208) adverte que toda ação de um povo é uma ação geopolítica.

A geopolítica pode ser entendida como a fundamentação geográfica das linhas de ações políticas, que englobam necessariamente a noção de espaço, o que torna estas ações dependentes do espaço físico, do território, ou da região.

Principalmente no livro *Geopolítica do Brasil*, Lysias Rodrigues ao teorizar sobre a geopolítica enquanto ciência, buscou nos autores clássicos a fundamentação do que vai defender. Ele parte do princípio de que "não é possível negar, porém, que a Ratzel cabe a glória de ter fixado as bases da Geopolítica" (1947, p. 21). Reproduz o texto das leis do crescimento espacial do Estado, elaboradas por Ratzel (1947, p. 32),[3] Depois, num laivo de determinismo geográfico vai dizer que "Ratzel nos ensina que os fatores geográficos desempenham um papel decisivo na vida das nações, por isso, desde que apontamos os fatores de natureza geográfica do Brasil, é necessário verificarmos como eles agiram e agem, para colhermos os ensinamentos decorrentes." (1947, p. 50).

Aliás, o determinismo geográfico fica explícito na concepção geopolítica adotada por Lysias Rodrigues:

> A geopolítica encara o homem como o principal fator de ação. Isto, porque ela sabe que a natureza exerce sobre o homem um poderoso influxo, que lhe condiciona a vida, molda—lhe os hábitos e costumes, para adaptá-lo às condições mesológicas do seu habitat, mas que o homem, por sua vez, exerce poderosa ação de modificação do ambiente em que vive e labuta, transformando-o à sua feição e de acordo com as suas necessidades mais imperiosas. (1947, p. 73).

3 Segundo Ratzel são sete as leis do crescimento espacial do Estado: 1. As dimensões do Estado crescem com sua cultura; 2. O crescimento dos Estados segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente devem preceder o crescimento do Estado; 3. O crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado. Ao mesmo tempo, a relação entre a população e a terra torna-se continuamente mais próxima; 4. As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado; 5. No seu crescimento, o Estado esforça-se pela delimitação de posições politicamente valiosas; 6. Os primeiros estímulos ao crescimento espacial dos Estados vêm-lhes do exterior; 7. A tendência geral para a anexação e fusão territoriais transmite-se de Estado a Estado, e cresce continuamente de intensidade. (RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org). *Ratzel.* São Paulo: Ática, 1990, p. 186.)

Ao referenciar Rudolf Kjellen, o criador da expressão geopolítica, Lysias Rodrigues vai dizer que o cientista político sueco a utilizou pela primeira vez em 1920, no livro *Grundriss zu einem system der politique* (Esboço de um sistema de política). Aqui o nosso autor comete um equívoco, pois na verdade Kjellen utilizou pela primeira vez a expressão geopolítica em 1899, num artigo publicado na revista sueca *Ymer* (1899, p. 283).

Outro importante pensador geopolítico clássico abordado por Lysias Rodrigues é Nicholas Spykman, que para muitos é o maior teórico geopolítico norte-americano. E a opinião do nosso autor sobre Spykman não é muito lisonjeira:

> E se ainda hoje aparece um Nicholas Spykman, que enquadrando-se entre os imperialistas, declara abstrusamente que a principal área do continente sul-americano continuará a agir na política externa norte-americana, não como um vizinho continental, mas, como um território transoceânico dos Estados unidos, não só demonstra completo desconhecimento sobre esta área, cuja maior parte constitui o Brasil, país independente, soberano, senhor de si mesmo, orgulhoso do que tem e cioso do que já fez, como ainda prova que os imperialistas americanos, que se arvoram em geopolíticos, andam fundamente enganados com os povos que habitam essa área principal do continente sul-americano (Rodrigues, 1947, p. 44).

Da mesma forma, Lysias Rodrigues citou o inglês Halford Mackinder, que para o general brasileiro Meira Matos (1988, p. 28) foi o mais respeitado cientista político, para Joseph J. Thorndike Jr (1943, p.24), o maior de todos os pensadores geopolíticos, e Raymond Aron (1986, p. 264) considera que Mackinder foi quem mais contribuiu para a popularidade da geopolítica.

Com Mackinder, surgem as ideias essenciais do que ficou conhecido como a teoria do poder terrestre, sustentando que após a invenção das ferrovias o poder terrestre superaria o poder marítimo estrategicamente em termos de projeção mundial.

Halford Mackinder havia criado o conceito de *Heartland*, uma região localizada no centro da Eurásia. E a partir disso ao final da Primeira Guerra Mundial elaborou sua fórmula geopolítica: *"Quem domina a Europa Oriental comanda o Heartland; Quem domina o Heartland comanda*

a Ilha do Mundo; Quem domina a ilha Mundo comanda o Mundo" (1962, p. 106).

Ao eleger a Europa Oriental como ponto central para a política do poder terrestre, Mackinder (2011, p. 98) alerta já em 1904 que dois países europeus estavam em condições de concretizar o domínio dessa região: Alemanha e Rússia. No entanto, concluía, nenhum dos dois estava em condições de exercer este domínio sozinho. Haveria a necessidade de aliança, ou de controle de um sobre o outra, para que uma delas consolidasse a dominação que seria a primeira etapa na busca de controle mundial.

Lysias Rodrigues faz uma leitura muito simplista e equivocada da tese de Mackinder ao afirmar que "antes da segunda guerra mundial, o mundo era regido por sete países, a saber: Inglaterra, Estados Unidos, Rússia, França, Alemanha, Japão e Itália, fato que por si só demonstra cabalmente a falta de base da tese de Mackinder sobre a Heartland." (1947, p. 45).

O geopolítico inglês também é citado por Lysias Rodrigues quando aborda a questão da transferência da capital federal para o interior do Brasil. Para ele, "há uma 'heartland' no mundo, mas não aquela apontada por Mac Kinder(sic)".

> No momento atual, a verdadeira "heartland", aquela região "coração do mundo", densamente povoada, cheia de indústrias as mais diversas, com poderoso comercio que vai aos mais longínquos recantos do mundo, abundando em matérias-primas de toda a classe, com uma cultura do mais alto grau, incessantemente progredindo, região banhada pelos dois maiores oceano, dispondo de um sem número de boas baías e seguros portos, recortadas de ferrovias e rodovias ótimas e seguras, pontilhada de aeroportos e campos de pouso, com densa rede aeroviária ligando-a a todo o mundo, região que prega os mais altos ideais de humanidade, essa real "heartland", esse "coração do mundo" de hoje, é, sem dúvidas, a América do Norte. (Rodrigues, 1951, p. 138).

Para nosso autor, assim como haveria um "heartland" do mundo, global, em cada país também haveria um "heartland". No caso brasileiro, ele estaria localizado no Planalto Central de Goiás. Este fator geopolítico justificaria a transferência da Capital Federal para aquela região.

> Poderosas forças geopolíticas que atuam nessa privilegiada região, de há muito, estão apontando-a, indiscutivelmente, não só como a "terra-coração" do Brasil, mas, ainda, dentro de contados anos, como a "terra coração" do mundo inteiro (Rodrigues, 1951, p. 139).

Como se percebe, Lysias Rodrigues utiliza o conceito formulado por Mackinder para justificar a transferência da Capital Federal. Mas ao mesmo tempo inverte a fórmula do geopolítico inglês ao retirar do centro da Eurásia o "heartland" do mundo e transferir para o interior do Brasil. Além disso, afasta-se do pensamento mackinderiano que defendia a necessidade da aliança de duas potências para dominar o "heartland", ao imaginar que o Brasil sozinho poderia dominá-lo.

Um dos principais seguidores de Halford Mackinder foi o general alemão Karl Haushofer, ideólogo da geopolítica da Alemanha nazista. Sobre Haushofer, Lysias Rodrigues tem uma posição dúbia, ao utilizar o general alemão como exemplo, ao afirmar: "é imprescindível que o estudo da Geopolítica seja feito em todo o Brasil, não só pelos intelectuais, mas como preconizava Haushofer, por todos os jovens, por todos os estudantes" (1947, p. 20). Em outro momento acusa Haushofer de ser "causador principal do emprego da geopolítica como um arma política, desvirtuando-a propositalmente, para torná-la um instrumento de escravidão das pequenas nações vizinhas da Alemanha," para mais adiante concluir: "o haushoferismo não é mais que a geopolítica a serviço da estratégia, isto é, uma arma de guerra, usada habilmente" (1947, p. 30).

Conforme Shiguenoli Miyamoto (1995, p. 145-186), quando pensamos historicamente nos "grandes temas" da geopolítica nacional, percebemos que (1) meios de transportes, (2) fronteiras territorias, (3) mudança da capital federal e (4) redivisão territorial ocupam um lugar de destaque. Estes quatros "grandes temas" são abordados por Lysias Rodrigues, em maior ou menor profundidade, ao longo da sua obra intelectual.

a)Meios de transportes

Como "homem aeronáutico", Lysias Rodrigues vai priorizar o transporte aéreo. Ao longo da sua vida esta preocupação vai aparecer em seus livros e em matérias de jornais. Já em 1928 vai dizer que era

necessário "sulcar o Brasil de linhas aéreas, ligando-o rapidamente a todas as nações vizinhas do continente, afastando a causa de tantos males, a dificuldade e a demora das comunicações." Com isso "serras, pântanos, florestas, grandes obstáculos naturais à expansão de ferrovias e rodovias, nenhuma dificuldade imporiam à aviação" (*O Jornal*, 07 out. 1928).

Em seu *Roteiro do Tocantins*, que como visto anteriormente, é o resultado das observações feitas durante a expedição de 1931, que objetivava traçar uma rota para alcançar Belém do Pará por via aérea, ele vai afirmar que os aviadores tinham um "sentimento bandeirante desbravador de selvas e sertões" "unirem todo o Brasil numa rede gigantesca de rotas aéreas, dada a premente necessidade de ser fortalecida a unidade política do país" (Rodrigues, 2001, p. 18).

Numa ação coordenada juntamente com o transporte aéreo ele defendia o estabelecimento das comunicações através do Correio Aéreo Nacional, que teria como objetivos:

> 1º) articular todos os pontos do território nacional, que a ação dos fatores geográficos isolou da coletividade dissociou do centro dirigente. Age no sentido político;
> 2º) levar a civilização e o p´rogresso às mais remotas regiões do país, que a força isolante do sertão retardou sobremaneira. Age no sentido social;
> 3ª) abrir vias aéreas por todo o território nacional, facilitando a aviação comercial futuramente, um tráfego seguro e compensador com passageiros. É uma missão de pionismo.
> 4º) gizar os céus patrios com a prata das asas dos seus aviões, onde brilha a cocarda estrelada auri-verde, mostrando a todos os brasileiros o valor de sua aviação, vigilante, eficientte, útil. É uma missão patriótica. (*Correio da Manhã*, 15 jun. 1939).

b) Fronteiras territoriais

O conceito de fronteira utilizado por Lysias Rodrigues é o que foi formulado pelo geógrafo francês Jacques Alcel: "uma isóbara política que fixa, por algum tempo, o equilíbrio entre duas pressões" (apud 1947, p. 67). Herdeiro das posições geopolíticas do seu mestre Everardo Backheuser, Lysias Rodrigues vai defender a criação de territórios federais junto às fronteiras territoriais com os países vizinhos como medida de proteção. Além disso, vai elaborar o conceito de *puncti dolentes*, identificando as áreas sensíveis junto às fronteiras nacionais:

"Fala mais alto, mais positivamente, o impressionante problema dos 'puncti dolentes' sul-americanos, nova espada de Dâmocles suspensa sobre o Brasil enquanto não puder ele resolvê-los plenamente, ameaça perene enquanto não puder o Brasil neutralizá-los, se é que tal seja possível." (Rodrigues, 1947, p. 63).

Ele conseguiu identificar três destas áreas sensíveis que deveriam preocupar o Estado brasileiro:

1. *Punctum dolens* do Iguaçu, na fronteira do Brasil com a Argentina, região das quedas d'água

> A ação dos fatores geopolíticos territoriais e geográficos, quer no Paraguai, quer na Argentina, criaram vetores de força geopolíticas cujo ponto de aplicação localizou-se justamente em um ponto delicado, aquele das grandes quedas d'água dos rios Paraná e Iguaçu, capazes de produzirem um elevado potencial elétrico, particularmente as primeiras, a mais importante das quais admite um ponto de trijunção de fronteiras (Brasil, Argentina e Paraguai". (Rodrigues, 1947, p. 64)

2. *Punctum dolens* junto á fronteira com a Bolívia, próximo do triângulo formado pelas cidades de Cochabamba-Sauces-Santa Cruz de la Sierra, região petrolífera.

Este ponto sensível era o "ponto de aplicação das forças resultantes dos antagonismos oceânicos que solicitam o conjunto continental sul-americano" (Rodrigues, 1947, p. 65). A construção da ferrovia Brasil-Bolívia "aliviando em grande parte a grande tensão que o sobrecarrega, pois irá facilitar a derivação do escoamento dos produtos francamente para leste, para o Atlântico" (p. 65-66).

3. *Punctum dolens* na fronteira equato-peruviana, com centro na cidade de Letícia, próximo a Tabatinga

Nesta região, "surtos belicosos surgem ali, de maior ou menor amplitude, porém, ameaçando estendr-se pela calha amazônica e países vizinhos" além do que apresentava-se como "um grande nó dos diversos sistemas de transportes que buscam a porta de entrada do rio Amazonas nessa longínqua fronteira".

A proteção das fronteiras era uma das suas grandes preocupações, pois "os processos geopolíticos, fruto dos fatores territoriais, em plena

formação em nossas fronteira, com forte repercussão em toda a América do Sul em caso de eclosão, pedem urgentemente uma ação eficiente do Brasil." (Rodrigues, 1947, p. 66)

Lysias Rodrigues ressaltava a preocupação com que o Brasil sempre cuidou das suas fronteiras terrestres, desde o período colonial. No entanto, para ele a prepocupação agora era diferente: "A evolução espetacular da aviação modifica profundamente o conceito de fronteiras, porque obrigou a ser levado em consideração a questão do espaço aéreo" (1947, p. 69).

d) Redivisão territorial

Ao começar abordar este assunto, Lysias Rodrigues é enfático: "Ressalta gritantemente o problema geopolítico máximo a resolver, o da redivisão territorial política, que de há muito nos cria dificuldades imensas" (1947, p. 87) Lembrava que logo após a independência do Brasil já se discutia a questão da redivisão territorial, como necessidade de alterar a divisão herdada do período colonial, que ele classificava de "exdrúxula, absurda".

Lembrava que com a República "uma plêiade de estudiosos" apresentou e discutiu propostas de redivisão, "batendo-se, não pela satisfação de interesses locais, com a criação de novo Estado, mas pela solução conjunta da divisão territorial política de todo o país" (Rodrigues, 1947, p. 91). Para ele, a criação dos territórios federais durante o Estado Novo foi um largo passo para a resolução do problema.

Na sua proposição mostrava que os estados e territórios federais das regiões Norte e Centro-Oeste representavam 64,30% da área territorial nacional; no entanto, a população desta área era de apenas 6,60% da população total do Brasil. Para resolver o problema ele propunha que se traçasse uma linha reta ligando São Luiz, no Maranhão até Guaíra, no Paraná, e que todo o território à Oeste da referida linha fosse dividido em Territórios Federais (p. 93).

Com isso deixariam de existir estados como Mato Grosso, Pará e Amazonas, chamados por ele de "monstruosidades geográficas", com enormes áreas desabitadas, "onde jamais pisou qualquer autoridade estadual." Em sua concepção geopolítica, "só transformando tais regiões em territórios federais, a forma primária de organização que mais

nos convém, poderão elas ter o essencial, o imprescindível, isto é, um governante esclarecido e esforçado que se interesse pelos problemas vitais da região" (Rodrigues, 1947, p. 95).

Ao propor uma redivisão territorial ele lembrava o projeto do seu antigo professor, Everardo Backheuser, o mais radical projeto até hoje apresentado, que era baseado na "equipotência das unidades federadas", concluindo que seriam necessárias 64 unidades fundamentais, agrupadas em 16 estados e 6 territórios federais.

> A vantagem imensa deste anteprojeto é combater eficientemente o regionalismo, acabando com os Estados e Territórios Federais atuais e, criando outros estados e territórios novos, mais comparáveis pela sua equipotência, mais fáceis de administrar e fazer progredir (Rodrigues, 1947, p. 99)

A nova divisão seria baseada nos meridianos e paralelos, uma vez que a compartimentação geográfica não admitia uma solução lógica de caráter geral.

d) Mudança da Capital Federal

Para Lysias Rodrigues o problema da localização da Capital Federal e a proposta de transferência para o interior do país era o "segundo problema geopolítico, de âmbito interno", que o país precisava resolver. "Este problema, eminentemente geopolítico, decorre logicamente e está intimamente entrosado com o primeiro problema geopolítico nacional", o da redivisão territorial.

Na defesa que fazia da transferência da Capital Federal para o interior, ele apontava questões econômicas, demográficas e estratégicas que justificavam a transferência. No entanto, Lysias Rodrigues apontava um outro:

> Assim, levando em consideração os fatos recentes de adeptos do credo comunista haverem proclamado criminosamente a intensão de lutar pelo país criador dessa estulta mística, contra sua própria pátria, em cso de guerra, ninguém em sã consciência, será capaz de garantir que um exército de desembarque não possa ser lançado em terra nas cercanias do Rio de Janeiro, e facilmente toma-la com o auxílio daqueles nocivos elementos, lançando o pânico por todo o país (1947, p. 105).

Ele está escrevendo isso no início da Guerra Fria, quando o fantasma do comunismo começava a se fazer presente em boa parte do então mundo subdesenvolvido. Para agravar, embora não cite o nome do então senador pelo Partido Comunista Brasileiro, Lysias Rodrigues fazia referência a malfadada entrevista de Luiz Carlos Prestes em que ele teria afirmado que no caso de uma guerra entre Brasil e União Soviética, lutaria pela pátria do proletariado.

Além desses "problema geopolíticos nacionais", Lysias Rodrigues vai se dedicar a um outro, que acabou se tornando o seu grande objetivo de vida: a constituição de um poder aéreo nacional.

Desde os anos 1920 ele já externava esta preocução, quando defendia a criação de um Ministério do Ar. O fato de, enquanto militar, ter se dedicado desde jovem à aviação, a questão do poder aéreo está presente ao longo da sua obra. Nenhum outro tema mereceu tanta atenção deste autor.

A teoria do poder aéreo surgiu com o general italiano Giulio Douhet e teve sequencia com o russo naturalizado norte-americano Alexander Seversky.

Em seus textos aparece claramente que Lysias Rodrigues ela leitor de Giulio Douhet. Principalmente em artigos na grande imprensa o general italiano foi citado muitas vezes por ele. O estabelecimento de um poder aéreo eficiente seria fundamental para a manutenção inclusive da soberania nacional.

> A necessidade absoluta que tem o Brasil de organizar uma poderosa aviação, seja qual for o sacrifício a fazer, se quiser manter-se como país livre e independente, se não quiser ser humilhado e vencido amanhã. A melhor perspectiva, que se nos pode antolhar, é perdermos áreas imensas e ricas de nosso território, vemos imposta uma paz vergonhosa e onerosíssima, que nos transformará em uma mero colônia (*O Jornal*, 13 mai. 1936).

Durante a Segunda Guerra mundial, quando a aviação mostrava sua eficiência nos campos de batalha, Lysias Rodrigues mais de uma vez veio externar seu pensamento em defesa de um poder aéreo nacional.

> Os aviões de guerra modernos, eriçados de canhões e metralhadoras, pejados de bombas de alto poder destruidor, encontraram no general Giulio Douhet o condensador de sua doutrina de emprego moderno,

> que lhes deu o caráter de arma do terror, ao mesmo tempo que lançava tremenda confusão na ação das forças de superfície – exército e marinha – com a introdução de um novo método de guerra que alterava tudo o que havia sido anteriormente fixado. (*Diario de Noticias*, 16 jul. 1941).

No seu mais conhecido trabalho, o livro *Geopolítica do Brasil*, Lysias Rodrigues não dedicou um capítulo ou parte do livro para tratar do poder aéreo. No entanto, esta preocupação aparece em vários momentos, quando trata dos problemas geopolíticos nacionais. Inclusive ele começa fazendo uma comparação interessante: "a Geopolítica é, como a aviação, instrumento de trabalho e arma de guerra, conforme o emprego que dela se faça."

Fontes

RODRIGUES, Lysias A. A "Heartland" Brasileira. **A Defesa Nacional**, vol. 39, nº 447, out. 1951, p. 137-140.

RODRIGUES, Lysias A. A Doutrina aeronáutica e a guerra. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1941.

RODRIGUES, Lysias A. A Federação dos Escoteiros do Ar. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 07 de maio de 1944.

RODRIGUES, Lysias A. A política aérea do Brasil. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1936.

RODRIGUES, Lysias A. A queda de Berlim será rápida e sem remissão. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1945.

RODRIGUES, Lysias A. **Brasil Aeronáutico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1944.

RODRIGUES, Lysias A. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano I, nº 4, jun. 1941

RODRIGUES, Lysias A. **Formação da nacionalidade brasileira**: história resumida das guerras holandesas ao norte do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1954.

RODRIGUES, Lysias A. **Gaviões de Penacho**: a luta aérea na guerra paulista de 1932. Rio de Janeiro: Editora Luzes, Comunicação, Arte & Cultura, 2000 [1934].

RODRIGUES, Lysias A. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

RODRIGUES, Lysias A. Geopolítica. Valorização e defesa da Amazônia. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1949, p. 1-2 (Terceira Seção) - Primeira parte

RODRIGUES, Lysias A. Geopolítica. Valorização e defesa da Amazônia. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 04 dez. 1949, p. 3 e 10 (Terceira Seção) - segunda parte

RODRIGUES, Lysias A. Geopolítica. Valorização e defesa da Amazônia. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1949, p. 1-2 (Terceira Seção) - Terceira parte

RODRIGUES, Lysias A. **História da conquista do Ar**. Rio de Janeiro: Marques Araújo & Cia. Ltda, 1937

RODRIGUES, Lysias A. **O Rio dos Tocantins**. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.

RODRIGUES, Lysias A. Revista Aeronáutica. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1941.

RODRIGUES, Lysias A. **Roteiro do Tocantins**. 4ª ed. Palmas: Alexandre Acampora, 2001 [1941].

RODRIGUES, Lysias A. Uma premente necessidade: o Ministério do Ar. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 07 out. 1928.

Referências

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Ed. UnB, 1986 [1962].

AZEVEDO, Aroldo de. A Geografia a serviço da política. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 21, out. 1955.

CAMBESES JR, Manuel. Brigadeiro-do-ar Lysias Augusto Rodrigues, pioneiro do Correio Aéreo Nacional. **Revista do IGHMB**, ano 64, nº 91, 2004.

CHAREAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013,

DOUHET, Giulio. **O domínio do ar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988 (Coleção Aeronáutica).

GEORGE, Pierre et alii. **A Geografia Ativa**. São Paulo, DIFEL, 1980.

HEINSFELD, Adelar. **A trajetória do pensamento geopolítico**: da geopolítica clássica às novas geopolíticas. Passo Fundo: Acervus, 2020.

LACOSTE, Yves. **A Geografia. Isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra**. Campinas, Papirus, 1988 [1976]

LACOSTE, Yves. Braudel Geógrafo. In: LACOSTE, Y. (Org). **Ler Braudel**. Campinas: Papirus, 1989.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Ed. UnB; IPRI, 2003 [1948].

Ó TUATHAIL, Gearóid. **Critical Geopolitics**. The Politics of Writing Global Space. London: Routledge, 1996, p. 122.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SEVERSKY, Alexander. **A vitória pela Força Aérea**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988 (Coleção Aeronáutica).

THORNDIKE JR, Joseph J. Geopolítica. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 6, p. 15-26, set. 1943.

O "SOPRO DO VENTO CONSERVADOR": A ASCENSÃO DE RONALD REAGAN NAS PÁGINAS DA REVISTA *VEJA* (1980)

André Luís Marques de Assis[1]

Introdução

Em dezembro de 2019, a Revista *Veja* publicou uma extensa matéria de capa saudando a "reforma silenciosa" que o então ministro da economia Paulo Guedes promovia no Brasil. Para a revista, o mérito da referida "reforma" residia no caráter liberal das medidas do ministro que, se implementadas de forma exitosa, promoveriam uma "revolução" na máquina pública federal. Mais do que as reformas do ministro propriamente ditas, interessa-nos aqui as comparações que a revista estabeleceu entre o titular da pasta da economia do Brasil e o ex-presidente norte-americano, Ronald Reagan. Para a revista, o receituário econômico do ex-presidente se constituiu em uma "batalha severa contra a inflação, a alta nos preços dos combustíveis, o baixo crescimento e os juros estratosféricos" (Veja, 18/12/2019). Os meios empregados para empreender tal "batalha" (desregulamentação econômica aplicada através de decretos que passaram ao largo do legislativo), são enaltecidos e apontados pela revista como um modelo ideal a ser seguido pelo ministro brasileiro.

Esta reportagem, escrita trinta anos após Reagan deixar a Casa Branca, mostra o quão relevante tal figura política é para a revista. Ao

1 Mestrando História Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Plataforma Lattes: https://lattes.cnpq.br/2861328349220857. E-mail: andre5marques@outlook.com.

longo de sua história, *Veja* nunca esqueceu Reagan. Neste sentido, em sua edição comemorativa de trinta anos, a revista trouxe números bastante reveladores: dentre as personalidades que mais tiveram fotografias publicadas no semanário até aquele momento (1998), o ex-presidente norte-americano aparecia em nono lugar, com 454 fotografias (ele foi a única personalidade internacional no *ranking*, "empatando" com o Papa João Paulo II). Ao rankear as personalidades que mais apareceram em suas capas, *Veja* destaca mais uma vez a figura do ex-presidente: ele ocupa a terceira colocação, "perdendo" apenas para Fernando Collor e João Figueiredo e "empatando" com Ernesto Geisel[2].

Em que pese certamente nem sempre tenha produzido reportagens favoráveis ao presidente, percebe-se por parte da revista uma certa defesa do ex-mandatário e seu legado político. Em sua edição comemorativa de quarenta anos, por exemplo, *Veja* exalta o legado de Reagan e Thatcher, apontados como os "vencedores da Guerra Fria", figuras de primeira grandeza cujo "maior legado é sentido, hoje, fora dos Estados Unidos e da Inglaterra. Está na liberdade que se respira em Berlim, Praga ou Budapeste" (Veja, 2008, p. 49). Na mesma reportagem, a revista assim descreve o ex-presidente: "Reagan era um comunicador nato, dono de uma oratória direta, sem adornos. O governo é o "problema", dizia o presidente que devolveu a autoestima aos americanos" (Veja, 2008, p. 49).

Diante desta constante presença de Reagan nas páginas de *Veja*, e da reiterada defesa do legado do ex-presidente, o presente texto visa justamente analisar como se deu a ascensão do ex-mandatário norte-americano no conteúdo noticioso da revista. Para tal, analisaremos seis reportagens publicadas entre maio de 1980 (quando Reagan foi oficialmente designado como candidato à presidência pelo Partido Republicano) e novembro do mesmo ano (quando fora eleito o 40º presidente dos Estados Unidos da América). Tais reportagens foram selecionadas por serem aquelas que abordaram diretamente a figura do ex-presidente e sua ascensão.

Antes de procedermos à análise propriamente dita, urge salientarmos o que, em tese, "une" a revista brasileira ao presidente norte-americano.

2 As informações constam em: Revista Veja, 30 anos, edição especial. (set. 1998)

Eleito presidente em 1980, o ex-ator e governador californiano Ronald Wilson Reagan chega à Casa Branca através de um movimento conservador cuja confluência se deu naquela eleição. Do ponto de vista social, a "Nova Direita" da qual o republicano era representante, se configurou em uma resposta aos avanços sociais verificados nas últimas décadas. Logo, trata-se de um movimento que aglutina uma série de movimentos "anti": antifeminista, antiônibus escolar integrado, anti-homossexual, antiaborto, antiintelectual, anticomunista (Sellers, 1990). Estes movimentos tiveram como elemento unificador a religião, que, liderada por organizações como a Maioria Moral, entrou definitivamente na política, dela não saindo até os dias de hoje. A influência de tais movimentos teria grandes reverberações nas políticas de Reagan, que, durante os seus mandatos, tentaria reverter os avanços conquistados por minorias étnicas, mulheres e homossexuais.

Do ponto de vista da economia, a ascensão de Reagan representará uma verdadeira ruptura no modelo econômico postulado até então, o chamado "liberalismo embutido" (Harvey, 2005), um acordo de classe entre capitalistas e trabalhadores cujo propósito era estabelecer uma aliança entre "Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade (Harvey, 2005,p.20). Este "acordo" tem raízes no *New Deal* e permaneceu sendo o eixo norteador do capitalismo norte-americano até o final da década de 1970, quando tal modelo entra em declínio. É neste momento que surgem novas concepções econômicas visando promover uma "reinvenção" do capitalismo, garantindo sua sobrevivência. O conjunto de ideias que passam a predominar são os pressupostos neoliberais, dos quais Reagan se tornará um dos seus maiores porta-vozes. O Estado Neoliberal (que passará a ser introduzido nos EUA a partir da chegada de Reagan à Casa Branca), tem como principal característica:

> o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinais no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e a financeirização do capitalismo. [...] não estamos lidando com uma simples retirada de cena do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos (Dardot, Laval, 2016, p. 190).

Na prática, este modelo de Estado se configura em:

> um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado Social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros (Brown, 2019, p. 29).

Diante do exposto, podemos afirmar que Reagan realmente é uma figura transformadora tendo em vista as profundas mudanças sociais, políticas e, sobretudo, econômicas que seu governo passa a implementar nos EUA (e que, em maior ou menor escala, reverberariam em outros países do globo, o Brasil inclusive). Dito isto, o que justificaria a simpatia da figura dele pela Revista *Veja*? Certamente os pressupostos ideológicos em comum.

Tendo sua primeira edição lançada em setembro de 1968, *Veja* era (e continua sendo), uma das muitas publicações do *Grupo Abril*. Iniciando sua atuação no mercado brasileiro em 1950, e com forte inspiração em publicações internacionais (notadamente europeias e estadunidenses), o *Grupo Abril* expandirá exponencialmente sua área de atuação, se constituindo na maior empresa do ramo no Brasil. Desde 1950, com a publicação da revista *Pato Donald*, a editora do empresário Victor Civita promoverá uma série de lançamentos nas mais diversas áreas: *Capricho* (1950), *Manequin* (1959), *Quatro Rodas* (1960), *Cláudia* (1961), *Realidade* (1966) e *Veja* (1968). Esta última, idealizada nos moldes do gênero das *newsweeklies*, tendo como parâmetro as norte-americanas *Time* e *Newsweek*, surge com uma clara missão, assim expressa pelo seu editor:

> O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa cie informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de Veja (Veja, 11/09/1968).

Para além de sua pretensa "objetividade", *Veja*, tem posicionamentos ideológicos bem definidos, como ela mesma expressara em sua edição de dez anos:

> Para começar, queremos afirmar que nos consideramos liberais. [...] E ser liberal , para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução, e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade. Acreditamos, assim, no capitalismo democrático e estamos convencidos de que a livre iniciativa é o meio mais eficiente para se promover o progresso social. Isto porque consideramos a livre iniciativa o único sistema compatível ao mesmo tempo com uma sociedade pluralista, com as liberdades fundamentais do indivíduo, com a eficiência, com o dinamismo, com a inovação. E o lucro não é apenas legítimo: é essencial como motivador, aferidor de eficiência e fonte de recursos para os investimentos inadiáveis de amanhã. (Veja, 13/09/1978).

Com tal declaração de princípios, podemos observar uma nítida convergência ideológica da Revista *Veja* com aqueles postulados (sobretudo econômicos) que terão em Reagan sua expressão. Termos como "ordem", "manutenção da liberdade" e defesa da "livre iniciativa" se configuram em palavras-chave caras ao discurso e às práticas neoliberais. Diante das convergências e proximidades acima mencionadas, nosso propósito será justamente analisar como a ascensão de Reagan durante a campanha presidencial de 1980 foi noticiada pela Revista *Veja*. Em que pese podemos pressupor uma suposta cobertura favorável, urge salientarmos que o "radicalismo" de Reagan (sobretudo em sua defesa de um liberalismo radical e postura intransigente em política externa) assustava muitos setores da sociedade, liberais inclusive. Nossa proposta objetiva, portanto, investigar como se deu a ascensão desta figura tão presente na Revista *Veja* através de seu conteúdo noticioso.

Para desenvolver nossa análise, valeremo-nos do conceito de enquadramento. Apesar das diferentes definições que possui, entre as quais as mais conhecidas são de Goffman (1986) e Gitlin (1980), adotaremos aqui o conceito de enquadramento de Entman (1994), por entendermos que este autor é o que melhor delimita o conceito em tela. Para ele:

> O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (Entman, 1994, p. 294).

Dentro desta perspectiva, valeremo-nos ainda dos postulados de Porto (2004), que desenvolve pertinente análise sobre aspectos metodológicos dos enquadramentos. Para o referido autor, há duas grandes categorizações de enquadramentos: os *enquadramentos noticiosos* e os *enquadramentos interpretativos*. *Enquadramentos noticiosos* seriam constituídos por "padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos" (Porto, 2004, p. 91). Logo, trata-se de uma categoria que aborda o ângulo sob o qual o jornalista constrói o texto noticioso, selecionando e enfatizando determinados aspectos de uma determinada realidade (Porto, 2004). Já a categoria de *enquadramentos interpretativos*, na concepção do referido autor, se constitui em "padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento" (Porto, 2004, p. 92). Portanto, temos aqui uma modalidade de enquadramento que não necessariamente envolverá o jornalista, sendo resultado de textos elaborados por atores políticos e sociais uma vez que traz em seu bojo uma subjetividade que, em tese, não cabe ao universo jornalístico, teoricamente pautado pela objetividade. Dentro destas duas categorias, dialogaremos com a do *enquadramento noticioso*, ao priorizar como *corpus* textos estritamente assinados por jornalistas, excluindo editoriais, textos de opinião e similares. Nosso propósito será justamente analisar (através dos enquadramentos), as subjetividades das reportagens através das ênfases e seleções nelas presentes.

O método utilizado será a análise de conteúdo de Bardin (2016) e Herscovitz (2007). Na definição da primeira, análise de conteúdo trata-se de:

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não), que permitam a inferência

> de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens" (Bardin, 2016, p.48).

Já a segunda destaca as inúmeras possibilidades de análise que podem ser desenvolvidas através desta metodologia como critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos (Herscovitz, 2007).

A ascensão de Reagan nas páginas de *Veja*

O *corpus* aqui utilizado, conforme já mencionado anteriormente, consiste em seis reportagens, que, juntas, totalizam vinte e sete páginas, sendo elas: *O vento conservador* (Veja, 28/05/1980), *A voz republicana* (Veja, 28/05/1980), *A coroação de Reagan* (Veja, 23/07/1980), *Os reféns da indecisão americana* (Veja, 05/11/1980), *No triunfo de Reagan, o repúdio a Carter* (Veja, 12/11/1980), *Reagan e o sopro do vento conservador* (Veja, 12/11/1980). As notícias em questão correspondem ao período que vai da Convenção Nacional do Partido Republicano, que aclamou Reagan como candidato oficial à presidência dos EUA (em maio de 1980) até a repercussão da eleição do republicano, em novembro de 1980. As notícias foram selecionadas por terem como foco a figura e campanha de Reagan. Reportagens dedicadas aos rivais de Reagan, Jimmy Carter e John Andersom, foram desconsideras por citarem o republicano de forma tangencial.

Uma vez delimitado o *corpus*, procedemos à codificação do material bruto (Bardin, 2016), competindo a nós definirmos as unidades de registro que norteariam a presente pesquisa. Dentre as unidades mais comuns mencionadas por Herscovitz (2008), palavras, frases, parágrafos, texto inteiro e temas, optamos pela última, por considerar que seria esta a que melhor atenderia a nossas necessidades de pesquisa uma vez que leva em consideração unidades de texto que incluem "um sujeito, o verbo, e o objeto ou o agente, a ação e o alvo da ação" (Hercovitz, 2008, p. 134). As unidades de registro (temas) mais recorrentes nos levaram a elaboração de três grandes categorias de análise. Estas três categorias, por sua vez, ofereceram subsídios para que pudéssemos definir os quadros (*frames*) que se constituem no cerne do presente trabalho, uma vez que foi a análise deles que determinou os enquadramentos de Reagan e sua ascensão nas páginas da Revista *Veja*. Com base no referido método

de análise de conteúdo, os enquadramentos identificados foram são os seguintes:

Figura 1: Os enquadramentos de Veja sobre Ronald Reagan e sua ascensão

Enquadramentos	Recorrências
Reagan e seus pares republicanos: Hoover, Eisenhower e Goldwater	10 menções
Reagan e suas credenciais: o passado como ator e como governador	8 menções "ex-ator" 12 menções "ex-governador"
Reagan e seus atributos: "ultraconservador" e "simplista"	8 menções "simplista/simplismo" 11 menções ao "radicalismo" de Reagan

Fonte: *Veja*

Reagan e seus pares republicanos: Hoover, Eisenhower e Goldwater

Ao longo das reportagens analisadas sobre a trajetória de Reagan rumo à Casa Branca, verificamos um enquadramento centrado nas reiteradas comparações do candidato com outras personalidades do Partido Republicano. Neste enquadramento, que denominamos aqui *Reagan e seus pares republicanos*, *Veja* menciona três expoentes do Partido Republicano do século XX: os ex-presidentes Herbert Hoover (1929-1932) e Dwight Eisenhower (1953-1960) e o ex-senador do Arizona e candidato a presidência Barry Goldwater (além de uma única referência ao ex-presidente Calvin Coolidge, que governou os EUA entre 1923-1929). Para que possamos compreender os sentidos de tais comparações, se faz mister analisá-las e contextualizá-las no tempo. A primeira comparação se dá no contexto em que Reagan já havia conseguido o número necessário de delegados nas primárias republicanas, o que lhe assegurava a indicação do *GOP*[3], que ocorreria na Convenção Nacional do Partido Republicano, em Detroit. Abordando a ascensão

3 O nome *GOP* – *Grand Old Party* – é a designação pela qual o Partido Republicano é tradicionalmente conhecido nos Estados Unidos.

do republicano, a reportagem *O vento conservador* tece a seguinte observação:

> Devido ao seu ultraconservadorismo, pensava-se, ele [Reagan] poderia repetir um desastre como o do republicano "falcão" Barry Goldwater em 1964 contra o presidente Lyndon Johnson, ou o do democrata superliberal George McGovern em 1972 contra o presidente Richard Nixon, pois o eleitorado costuma repelir os extremos (Veja, 28/05/1980, p. 42).

Mais tarde, quando noticia a nomeação oficial do candidato à presidência dos EUA pelo Partido Republicano, mais uma interessante comparação com Goldwater:

> Mas o grande fantasma que se procurava exorcizar na semana passada era a lembrança da convenção de 1964, quando o partido entregou a candidatura ao ultraconservador senador Barry Goldwater. O moderado Nelson Rockefeller foi vaiado, seu grupo cruzou os braços na campanha e Goldwater foi massacrado nas urnas (Veja, 23/07/1980, p.37).

Na edição que antecedeu as eleições presidenciais, novamente, *Veja* compara o postulante à Casa Branca com o ex-senador do Arizona. Para a revista:

> Reagan é o mais destacado representante de um setor que tomou progressivamente conta do Partido Republicano, a partir da designação de Barry Goldwater, em 1964, e mudou não só sua plataforma, mas sua feição (Veja, 05/11/1980, p. 40).

Estas referências e comparações estabelecidas entre Reagan e o candidato Barry Goldwater são bastante reveladoras da imagem que *Veja* pretendia passar do candidato republicano. Em que pese não negue a convergência ideológica entre ambos, Reagan e Goldwater, as comparações estabelecidas entre os candidatos por *Veja* servem justamente para diferenciá-los, mostrando que Reagan, para o bem ou para o mal, não é Goldwater e tem chances potenciais de vencer.

Uma vez encerrada a eleição e confirmada a vitória de Reagan, *Veja* estabelece novas comparações. Agora, confirmada a viabilidade eleitoral do republicano, ele não mais é vinculado a imagem de Goldwater, e sim a ex-presidentes tradicionais como Eisenhower. Para *Veja*:

> [...] o fenômeno Reagan provocou a mais radical mudança de poder em Washington desde 1952. Nesse ano os republicanos comandados pelo general Dwight Eisenhower conseguiram interromper vinte anos de controle do Congresso e da Casa Branca pelos democratas (Veja, 12/11/1980, p. 32).

Para a revista, além de Eisenhower, o republicano recém-eleito presidente também guarda similaridades com o presidente que antecedeu Franklin Roosevelt. Reagan, nas palavras da revista é "o presidente americano mais conservador desde Hoover a chegar a Casa Branca" (Veja, 12/11/1980, p. 33/34).

Ainda de acordo com a revista, Reagan "foi criado em uma geração que venerou Franklin Delano Roosevelt – e agora propõe um governo como o de Calvin Coolidge e Dwight Eisenhower" (Veja, 12/11/1980, p. 38).

Ao estabelecer tais paralelos, *Veja* objetiva corroborar sua visão de que Reagan não é Goldwater (não é, em última instância, um ultraconservador perigoso), agora apresentando o presidente como um republicano tradicional, como Eisenhower, Coolidge e Hoover. Apesar de destacar (com um certo exagero), o alegado conservadorismo dos referidos ex-presidentes, *Veja*, ao estabelecer tais comparações, busca na verdade enquadrar o presidente eleito como um presidente republicano "típico", que, embora surfando em uma onda conservadora, não representaria os radicalismos a ele atribuídos.

Reagan e suas credenciais: o passado como ator e como governador

Outro enquadramento identificado na cobertura de *Veja* sobre a ascensão de Reagan é a ênfase no histórico do republicano, que aqui chamamos de *Reagan e suas credenciais*. Neste enquadramento, dois são os aspectos levantados sobre a trajetória do candidato: sua atuação como ator em *Hollywood* e seus mandatos à frente do governo da Califórnia. Em que pese sejam estes os aspectos mais conhecidos da trajetória de Reagan antes de chegar à Casa Branca (o que justificaria tal ênfase), ao analisarmos como estes termos são apresentados, também podemos extrair interessantes informações sobre como a figura política do republicano foi enquadrada pela revista.

A ênfase no passado do candidato enquanto governador, por exemplo, evidentemente não é gratuita. Para *Veja*, "uma das poucas pistas disponíveis agora para se especular sobre como seria o Reagan presidente é o exame do saldo do governador Reagan" (Veja, 28/05/1980, p. 48).

Mais do que proporcionar conjecturas sobre como seria um eventual governo Reagan, a ênfase em seu histórico como governador serve também para tornar a figura do republicano mais "confiável" e menos imprevisível. Através das experiências de Reagan à frente do executivo da Califórnia, *Veja* oferece ao leitor a imagem de um candidato republicano bastante diverso do conservador radical que costumeiramente era retratado. A revista lembra, por exemplo, que na condição de governador, Reagan:

> [...] introduziu a visita conjugal nas prisões do Estado. Apesar de toda a sua retórica enérgica de "espremer, cortar e reduzir" os gastos do Estado, em seu período as despesas públicas da Califórnia quase triplicaram em um ano. Numa solução de compromisso com o Legislativo, ele acabou sancionando uma das leis de aborto mais liberais dos EUA na época. (Veja, 28/05/1980, p. 48)

Mencionando posturas controversas e conservadoras do candidato (como sua relação com as grandes corporações e seu antagonismo às leis dos direitos civis) a revista menciona que as posturas do governador Reagan passaram ao largo do que era esperado de um conservador intransigente:

> O mesmo Reagan que, em 1964, se opusera a um dos grandes monumentos das liberdades públicas nos Estados Unidos – a Lei dos Direitos Civis, marco na luta contra a segregação racial – nomeou mais membros de minorias étnicas para funções públicas que qualquer de seus predecessores. O mesmo Reagan bem relacionado no mundo dos negócios, que, de 1954 a 1962, fora um bem remunerado contratado da General Electric, como governador entrou em choque com poderosos grupos industriais para manter os rígidos controles que determinara contra a poluição das águas (Veja, 28/05/1980, p. 48).

Ao analisar tais passagens, podemos perceber que estas referências ao passado de Reagan como ex-governador contribuem para uma percepção mais palatável do então candidato à presidência, mostrando-o

como uma figura complexa, pragmática, longe de um radical direitista inflexível.

Se a ênfase no "Reagan ex-governador" serve para atenuar o pretenso "radicalismo" do candidato, as referências ao "Reagan ex-ator", oferecem uma visão igualmente interessante sobre os enquadramentos construídos acerca do republicano. A primeira vista, poderíamos pressupor que elas teriam a função de reduzir a imagem do republicano, relegando-o a um "desacreditado canastrão de *Hollywood*" (Veja, 05/11/1980, p. 39). Entretanto, é bom lembrar que, durante a campanha, as menções ao "Reagan ex-ator" são menos recorrentes do que as referências ao "Reagan ex-governador", o que já denota que, ao menos naquele período, a passagem do candidato por *Hollywood* era menos importante que sua passagem por Sacramento.

Após a eleição, entretanto, o "Reagan ex-ator" ganha relevância e se sobrepõe ao governador. Para a revista, a grande novidade que a eleição do republicano trouxe não deriva tanto de suas credenciais conservadoras ou de seu passado como governador, e sim ao fato de ter sido um ator. Segundo o semanário:

> Não era tanto o fato de Reagan ser o presidente americano mais conservador desde Hoover a chegar a Casa Branca que desnorteava os líderes ocidentais – era a ideia de debater as grandes questões internacionais com um ex-ator de Hollywood (Veja,12/11/1980, p. 33/34).

Esta ideia de um ex-ator ganhar a presidência dos EUA, para *Veja*, acaba se configurando no grande ineditismo da eleição, afinal "Reagan é o primeiro presidente americano que exerceu profissões tão pouco ortodoxas como locutor de esportes numa rádio de Iowa, salva-vidas e ator de cinema" (Veja, 12/11/1980, p. 42). A maneira como a revista abre a reportagem que noticia a vitória de Reagan é bastante reveladora desta visão:

> Ronald Wilson Reagan tem agora, simplesmente, o mundo como palco: ele é o 40º presidente eleito dos Estados Unidos. Quando o pano desceu sobre sua retumbante performance de terça-feira passada, transformando-o na estrela de primeira grandeza da política mundial, a crítica, tomada de surpresa, teve de calar momentaneamente e deixar soltos os aplausos da plateia que o elegera (Veja, 12/11/1980, p. 32).

Temos aqui a descrição de um ator consagrando-se presidente. Um homem que tem "o mundo como palco", que vê "o pano descer sobre sua retumbante performance" e que, convertido em "estrela de primeira grandeza da política mundial" cala a crítica (seus adversários) e recebe aplausos da plateia (seus eleitores).

Com tal reportagem, *Veja* já capturava os novos tempos abertos pelo presidente, dando a eles (consciente ou inconscientemente) sua devida dimensão. Reagan, um ator, inaugura uma nova forma de governar, tornando "o poder do governo como forma de entretenimento" ao fazer do cinema um modelo para a política (Gabler, 1999). Dentro deste novo estilo de governar, o presidente republicano difunde no campo político a percepção de que:

> [...] a presidência era um filme, e não apenas em virtude do roteiro hollywoodiano, próprio para as telas da mídia; era um filme porque tinha exatamente a mesma função da maioria dos filmes de Hollywood: escapismo. Ronald Reagan foi o primeiro presidente a ver a política não como um meio de lidar com os problemas, e sim como uma forma de desviar a atenção pública deles, o primeiro a projetar a presidência com o objetivo expresso de fazer as pessoas se sentirem melhor, do mesmo jeito que elas pareciam sentir-se melhor vendo um filme divertido (Gabler, 1999, p. 110/111).

Identificando estas percepções, que já haviam norteado a campanha eleitoral do candidato republicano, *Veja* destaca um episódio que, segundo ela, seria "puro Ronald Reagan". Segundo a revista, após perder a indicação para concorrer à presidência dos Estados Unidos nas primárias do Partido Republicano em 1976, Reagan teria protagonizado a seguinte cena (narrada pelo seu filho):

> "Você sabe por que fiquei tão chateado?", perguntou Reagan, segundo recente relato do filho. "Eu estava ansioso para sentar com Brejnev e negociar o tratado SALT II. Eu iria ouvir, em silêncio, o intérprete me dizer durante uma hora e meia o que Brejnev queria. Então, eu iria levantar-me devagar, dar a volta à mesa e cochichar em seu ouvido uma única palavra: Nyet. Eu realmente sinto falta disso. Acho que Brejnev nunca ouviu essa palavra – "não- em sua vida" (Veja, 12/11/1980, p. 38).

Segundo a revista, "a fantasia das situações cinematográficas", expressa no episódio seria "puro Ronald Reagan", dando um exemplo

prático de como Reagan poderia vir a agir no "palco" internacional que agora o teria como estrela de primeira grandeza.

A percepção de um ator-presidente ganha tanto relevo nas páginas da revista após a eleição do republicano, que *Veja* dedica um texto de quase uma página – intitulado *Nem canastrão nem estrela em Hollywood* - no qual aborda a trajetória do presidente eleito no cinema, atenuando as críticas que sofrera por seu desempenho mediano em frente às telas. Para *Veja*:

> A verdade é que muita gente que hoje fala mal de Reagan como ator – o adjetivo "canastrão" é instantaneamente ligado associado a seu nome – nunca viu seus filmes. Se vissem, constatariam que Ronald Reagan nunca chegou realmente a comprometer em nenhum de seus 53 filmes - e muitos deles eram capazes de destruir uma carreira, de tão ruins. Fica difícil, na verdade, imaginar alguém desprovido de talento e que fosse capaz de manter-se em evidência em Hollywood durante quase trinta anos, como foi seu caso (Veja, 12/11/1980, p. 40).

Diante do exposto, percebemos uma certa "conversão" nas credenciais do candidato no período que vai de sua aclamação como candidato até sua eleição. Se antes *Veja* enfatizava o Reagan ex-governador em detrimento do Reagan ex-ator, após a eleição os quadros se invertem, com referências diretas à experiência do presidente eleito em *Hollywood*. Enfatizar durante a campanha a experiência do candidato como governador de um rico estado ajuda a tornar sua imagem mais sóbria, conferindo respeitabilidade e experiência a um político tratado como "radical". Destacar sua experiência como ator após a eleição (e não antes quando tal imagem poderia desmerecê-lo) é indicativo de uma explicitação da real dimensão da eleição do ator Reagan, e da era do entretenimento por ele inaugurada.

Reagan e seus atributos: "ultraconservador" e "simplista"

O terceiro grande enquadramento sobre a figura política de Reagan nas páginas de *Veja* aborda as características, os "atributos" do candidato. Dentro deste enquadramento, que aqui denominamos *Reagan e seus atributos*, destacamos duas percepções predominantes. Uma delas enfatiza a "simplicidade" do candidato, a segunda o "ultraconservadorismo" de

Reagan, expresso através de múltiplos termos como candidato 'duro', 'radical', 'inadequado para a presidência' e 'arquireacionário'.

Comecemos pela "simplicidade" do candidato, expressa em diferentes momentos pela revista. Um dos primeiros registros sobre a "simplicidade" de Reagan, aparece na reportagem que aborda a ascensão do candidato no Partido Republicano após conquistar o número necessário de delegados para concorrer à Casa Branca pelo *GOP*. Na ocasião, a revista destaca um aspecto da campanha do candidato: Reagan é pego "sempre consultando um maço de fichas de cartolina com anotações básicas para cada tipo de discurso que carrega no bolso direito do paletó" (Veja, 28/05/1980, p. 47). Aprofundando o significado das referidas fichas, a revista destaca que:

> [...] na atual campanha, porém, é o velho Reagan de sempre que se apresenta aos americanos – e suas ideias são tão simples e esquemáticas como as anotações em suas fichas de cartolina. Inflação? "Ela é causada pelo governo e o governo é que pode acabar com ela". Energia ? "O problema não é uma escassez de combustível, é um excesso de intervenção do Estado" (Veja, 28/05/1980, p. 48/49).

Repisando a "simplicidade" do candidato, *Veja* torna a enfatizar a suposta estreiteza das propostas do candidato, agora não recorrendo as referidas fichas mas às ideias propriamente ditas, entre as quais a negação da crise de energia pela qual o país passava:

> Há como nunca um anseio por soluções simples e compreensíveis para as dificuldades do dia-a-dia. E foi Reagan, com suas fórmulas desconcertantemente simplificadas – "Não existe crise de energia", costuma dizer – que melhor conseguiu captar este *mood* (Veja, 05/11/1980, p. 40).

Para *Veja*, esta "simplicidade" seria uma das chaves para a compreensão de uma possível vitória de Reagan, uma vez que o republicano "conseguiu, ao mesmo tempo, transmitir ao povo uma imagem de Mr. Nice Guy – o homem cordial, simpático e simples cuja leitura predileta é o *Reader' s Digest"* (Veja, 05/11/1980, p. 40).

Após a eleição de Reagan, a revista reafirma a importância da "simplicidade" no triunfo do republicano, desta vez, corroborando sua tese com citação de um jornalista britânico (técnica comum no

jornalismo, declarações como estas são utilizadas para que a objetividade seja mantida, delegando a terceiros as falas que, por profissão, não podem ser externadas explicitamente). Segundo a revista:

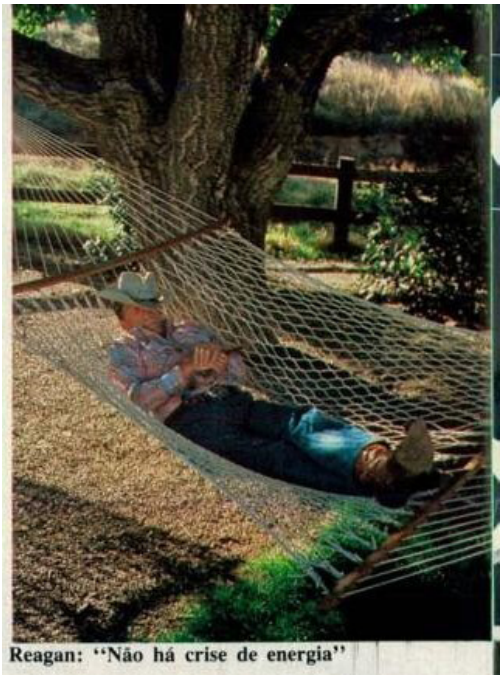
> Reagan aponta para soluções simples -viáveis ou não-, para o retorno de uma época que pinta com cores douradas. "ele é, de uma maneira simbólica e oblíqua, a personificação do que a América acredita que foi", diz o jornalista inglês Rod MacLeish, fino observador do cenário americano (Veja, 12/11/1980, p. 43).

Urge salientar que a referida simplicidade do presidente é, inclusive, registrada em imagens, sendo dois registros bastante significativos desta ilustração, conforme observamos abaixo:

Figura 2: As "fichas" de Reagan: exemplo da "simplicidade" do postulante a Casa Branca

Fonte: *Veja*, 28/05/1980, p. 47

Figura 3: Reagan, em trajes simplórios e em posição descontraída. A legenda destaca a visão reducionista do presidente sobre a crise de energia. "Não há crise de energia"



Fonte: *Veja*, 05/11/1980, p. 39

As referências a "simplicidade" do candidato, ilustradas com as imagens acima e expressas nos parágrafos citados, exprimem uma visão bastante interessante (e, de certa forma, destoante) sobre Reagan. De um lado, desnudam as fragilidades do candidato, cujas ideias são apontadas como "esquemáticas" e "vagas" (Veja, 28/05/1980). Por outro, se configuram como uma resposta a um eleitorado cansado e ávido por soluções não complexas. As próprias imagens, de certa forma, corroboram estas duas visões. A figura 1 mostra em primeiro plano uma "ficha" de Reagan que, ao fundo, cumprimenta seus correligionários que o saúdam entusiasticamente, como se as palavras esquemáticas dos "cartões de cartolina" correspondessem aos anseios do eleitorado. A figura 2, por seu turno, representa o outro extremo, mostrando um Reagan descontraído e despreocupado, sob uma legenda que externa a suposta "simplicidade"

das ideias do republicano ao afirmar que simplesmente não há crise energética no país.

O outro "atributo" recorrente nas reportagens de *Veja* sobre Reagan enfatiza o conservadorismo (extremado) do candidato. A frequência do termo, em uma leitura rápida e descompromissada, denotaria que *Veja* buscou apresentar o candidato como um radical ultraconservador. Porém, na esmagadora maioria das vezes em que o termo e seus derivados aparecem, surgem no sentido de negação, como na reportagem "*A voz republicana*" na qual é mencionado que "Reagan não é, ao contrário do que diz a lenda, um troglodita político que, por seu conservadorismo, é insuscetível de atrair outras faixas do eleitorado e incapaz de transigir" (Veja, 28/05/1980, p. 47).

Ainda refletindo sobre o apregoado conservadorismo extremado de Reagan, *Veja* mais uma vez dissocia-se daqueles que atribuem tal característica ao então candidato ao afirmar que "o apoio dos moderados ao ex-governador da Califórnia é considerado essencial para suavizar a imagem de arquirreacionário longamente associada a seu nome" (Veja, 23/07/1980, p. 37). O "longamente associada a seu nome" dá a ideia do distanciamento (são os outros que atribuem esta característica ao republicano, e não a revista). Já a necessidade de "suavizar" a imagem do candidato, segundo *Veja*, não se daria somente por conta do público interno. A revista ressalta que:

> Definida a candidatura, uma nova preocupação surgiu para a equipe eleitoral de Reagan: a de que muitos eleitores, e mesmo muitos governos estrangeiros, se assustem com o anunciado radicalismo direitista de suas posições em política externa (Veja, 23/07/1980, p. 38).

As referências ao teor "ultrarreacionário" dos posicionamento de Reagan tratam-se, portanto, de constatações. A revista não os corrobora, limita-se a apontar esta "fama" atribuída ao presidente, tentando, na medida do possível, ela própria "suavizar" a imagem de extremista de direita atribuída ao republicano. Seja em sua carreira profissional (quando aborda medidas "moderadas" tomadas pelo governador Reagan à frente do executivo da Califórnia"), seja em suas convicções pessoais (ressaltando que Reagan é contrário a convocação compulsória para jovens no serviço militar) ou em sua vida pessoal (ao destacar as

profissões "pouco ortodoxas" que o republicano exerceu antes da vida política e aspectos familiares como o divórcio de Reagan e o fato de seu filho "Ron" ser bailarino), o que verificamos são esforços do semanário no sentido de nuançar (ou, sendo menos generosos, minimizar, o caráter ultrarreacionário atribuído ao então candidato republicano).

Urge salientar, todavia, que *Veja* não nega que Reagan seja "o mais conservador presidente eleito pelo povo americano em meio século" (Veja, 12/11/1980, p. 38). Tampouco que ele lidera uma "contrarevoluação conservadora [que] está em marcha" (Veja, 12/11/1980). Trata-se, ao que percebemos, de negar um caráter demasiadamente conservador ao candidato, tornando-o um político cuja ideologia não difere da de outros que o antecederam no passado.

Se por um lado há um esforço em enquadrar o republicano como um conservador tradicional, por outro, suas nuances são apontadas para personificar o movimento da Nova Direita, que também foi tema de extensas reportagens de *Veja*. Para a revista, o movimento político que tomava corpo naquele momento "trata-se, mais, de um conservadorismo desengajado, não militante, embora patriótico, exaurido pela exuberância liberal dos anos anteriores" (Veja, 28/05/1980, p. 42). Em termos práticos, seriam "tendências complexas, que nem sempre caminham na mesma direção e que, com certa frequência, rejeitam a catalogação na prateleira do conservadorismo – embora, certamente, representem um refluxo do aluvião liberal dos anos 60" (Veja, 28/05/1980, p. 42).

Diante destas descrições do movimento da Nova Direita, e em face do exposto anteriormente, podemos constatar que o ultraconservadorismo de Reagan nas páginas de *Veja* é enquadrado dentro de uma perspectiva favorável, negando, justamente, este posicionamento ideológico ao candidato. Os enquadramentos, desta forma, vão ao encontro de duas perspectivas diversas: de um lado, mostrar o candidato como um conservador tradicional, de outro, apresentá-lo como a personificação de um movimento que, na época, era de difícil compreensão. Síntese desta perspectiva está na afirmação de *Veja* de que "Reagan junta o conservadorismo tradicional a novas forças emergentes nos EUA" (Veja, 12/11/1980, p. 38), sendo, portanto, expoente e síntese destas duas faces do conservadorismo norte-americano, uma ponte que ligaria as duas correntes ideológicas.

Conclusão

Com o enquadramento *Reagan e seus pares republicanos: Hoover, Eisenhower e Goldwater*, percebemos duas intenções. Durante a campanha, as comparações com Goldwater visaram minimizar a imagem de Reagan como radical, mostrando-o como mais nuançado e viável eleitoralmente do que seu colega de partido. Após a eleição, a comparação com quadros tradicionais do *GOP*, como os ex-presidentes Herbert Hoover e Dwight Eisenhower visa justamente passar a imagem de que o candidato eleito seria um conservador cujo posicionamento ideológico não difere dos seus antecessores, portanto, longe de radicalismos extremados.

Nesta mesma linha, o enquadramento *Reagan e seus atributos: "ultraconservador" e "simplista"* visa desmistificar o alardeado conservadorismo radical de Reagan, mostrando-o, ao mesmo tempo, como expoente de um conservadorismo tradicional e personificação da Nova Direita. Este enquadramento traz, ainda, outro aspecto que compõe a figura de Reagan nas páginas da revista: o "simplismo" do candidato, que denota, sobretudo, um certo vazio e estreiteza de propostas, mas que, segundo o semanário, iria ao encontro de um eleitorado cansado de respostas complexas para problemas cotidianos, ajudando a explicar o êxito eleitoral do republicano.

Por fim, o enquadramento *Reagan e suas credenciais: o passado como ator e como governador,* enfatiza os aspectos que marcaram a trajetória do republicano antes da presidência. Seu passado como ex-governador, ao ser enfatizado durante a campanha, não só dá conta da imagem de um personagem nuançado e desprovido de um conservadorismo inflexível, como também confere credibilidade a um candidato que já estivera no executivo e teoricamente governara de maneira pragmática. Já as referências ao Reagan ex-ator, sobretudo após a eleição, dão dimensão e reconhecimento a uma nova era na política americana, que converte a política em "entretenimento". Reagan, como *Veja* soube tão bem captar, tornou-se o baluarte deste novo estilo de governar e fazer política.

Dito isto, concluímos que *Veja* enquadrou Reagan de forma positiva na maioria de seus enquadramentos, em que pese também tenha demonstrado certas reservas com relação ao republicano e mantido uma postura distante de uma cobertura jornalística deliberadamente apologética. Através das entrelinhas de seu conteúdo noticioso, a revista

tentou retirar do candidato a pecha de ultraconservador, mostrando-o como um político nuançado, cuja experiência política anterior conferia pragmatismo e falta de compromisso com percepções ideológicas radicais. O "simplismo" do candidato, apesar de ter sido enquadrado em certos momentos como anseio da população, denota um aspecto negativo do republicano, uma crítica as ideias de Reagan, por vezes demonstradas como vazias e limitadas.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª reimpressão da 1ª Edição de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo, Politéia, 2019.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: PRADO, Maria Ligia Coelho; VILLAÇA, Mariana (orgs.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas, 2015.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

ENTMAN, R.M. 'Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm', **Journal of Communication**, 1993, 43(4): 51–8.

FONSECA JÚNIOR. Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

GABLER, Neal. **Vida, o filme**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo, Loyola, 2008.

HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

KARNAL, *Leandro* et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2011.

LUCA, T. R de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B.. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: Antonio Albino Rubim. (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBa, 2004, v. , p. 73-104.

SELLERS, Charles et al. **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Referências Fontes

Revista *Veja*. 28/05/1980. São Paulo, editora Abril.

Revista *Veja*. 23/07/1980. São Paulo, editora Abril.

Revista *Veja*. 05/11/1980. São Paulo, editora Abril.

Revista *Veja*. 12/11/1980. São Paulo, editora Abril.

Revista *Veja*. 18/12/2019. São Paulo, editora Abril.

AS ATUAÇÕES POLÍTICAS DAS PRIMEIRAS-DAMAS ORSINA DA FONSECA E NAIR DE TEFFÉ A PARTIR DE SUAS REDES DE RELAÇÕES EESPAÇOS DE SOCIABILIDADE (1910-1924)

Bethânia Luisa Lessa Werner[1]

Introdução

A partir do retorno e do interesse crescente dos profissionais da História em relação à História Política, foram remodelados os olhares sobre essa área. Em meio à interlocuções com outras vertentes da historiografia, personagens e contextos considerados tradicionais foram vistos novamente a partir de outras abordagens, rompendo, por exemplo, como aponta Angeli (2023, p. 29) com a oposição entre História Política e História Social. Desse processo, observa-se a elaboração do campo denominado História Social da Política, o qual "se ocupa do estudo desses laços entre a política e as práticas da vida coletiva, os vínculos entre a vida política e as relações sociais, os grupos sociais e os espaços de sociabilidade" (Angeli, 2023, p. 30). Ou seja, consolida-se uma área de interesse aos historiadores

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista CAPES. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8496514495805341. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-6294-5535 Contato: bethaniawerner@hotmail.com

e historiadoras que, através da incorporação de novas fontes e novos questionamentos, colaboram na inclusão deagentes sociais em contextos históricos considerados tradicionalmente já exaustivamente estudados.

Com base nessas acepções, consideramos que o olhar sobre trajetóriasindividuais, seja no âmbito público ou privado, pode colaborar na ampliação de compreensões sobre o cenário político de diferentes épocas. Assim, concordamos que "ainvestigação de percursos singulares, visando a apreender o que políticas carregam de ordinário e geral, permite avançar analiticamente em direção a entender a reconversão do gênero em atributo político" (Rivetti, Hey, 2023, p. 34). Em outras palavras, dado o estabelecimento de diálogos a partir da História Social da Política com outras áreas da historiografia, destacamos nesta comunicação aquelas estabelecidas com as áreas dos Estudos de Gênero e da História das Mulheres.

Associadas, portanto, as concepções sobre o estudo do poder e da política e suas relações com as mulheres fazem surgir diferentes esferas de investigação. Nessa perspectiva, ressalta-se que "um dos problemas destacados por aqueles que estudam política e mulheres é a desigual presença e participação destas personagens no cenário nacional [...]" (Simili, 2008, p. 14), delineando lacunas em relação ao olhar sobre as esferas de poder político à nível nacional e as atuações e trajetórias femininas em meio ou paralelas a estas. Assim, com o objetivo de colaborar nas reflexões que estãoinseridas no âmbito destas discussões, esta pesquisa tem como objetivo analisar aatuação política das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé a partir do estudo de suas trajetórias, redes de relações e espaços de sociabilidade na Primeira República, entre 1910 e 1924.

Enquanto campo em expansão, a história das primeiras-damas e, de modo ainda mais específico, o estudo da trajetória destas mulheres no Brasil, ainda é pouco conhecido ou discutido. Destacam-se nesse universo os estudos realizados por Torres (2002) acerca das relações de gênero e poder associadas à função das primeiras-damas no país e o estudo realizado por Simili (2008) sobre a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas e suas distintas atuações políticas. Recentemente, novas produções estão voltando-se à temática, especialmente no que concerne a períodos posteriores à década de 1930 e o cenário internacional, com

destaque às pesquisas de Rodrigues (2017, 2019, 2021), Silva, Marques (2021), Silva, (2021) e Rivetti, Hey (2023). No entanto, em relação à Primeira República ainda são poucas as investigações que centralizam os protagonismos dessas mulheres. Nessa perspectiva, portanto, se insere esta comunicação.

O presente artigo busca apresentar um breve mapeamento dos espaços de sociabilidade e das redes de relações construídas por Orsina da Fonseca e Nair de Teffé na Primeira República. Com vistas a compreender "la capacidad de los miembros de un grupo social de actuar sin someterse siempre y en todo momento a lo que supondrían las normas impuestas por las estructuras" (Bertrand, 2012, p. 52), foi privilegiada a abordagem que centraliza a análise nos protagonismos das personagens que aqui são objeto de estudo. Para a realização desta, portanto, consideram-se as redes, segundo Bertrand, enquanto estruturas construídas pela existência de laços e relações entre indivíduos, mas também enquanto um possível sistema de intercâmbios e circulação de bens e serviços e enquanto um possível sistema de vínculos entre seus integrantes (Bertrand, 2012, p. 61-62). Assim, as redes possibilitam o mapeamento de vínculos estabelecidos pelas personagens ao longo de suas trajetórias, sejam estes através de suas famílias ou de maneira independente.

Aliado a essa concepção, outro conceito importante e que se encontra em diálogo com a formação das redes de relações é o de espaços de sociabilidade. Além da análise sobre quais eram as vinculações e relações estabelecidas por Orsina da Fonseca e Nair de Teffé, o olhar sobre os espaços pelos quais estas mulheres circulavam e se faziam presentes, também permite observar de maneira mais complexa suas atuações e trajetórias sociais. A sociabilidade, portanto, pode ser descrita como uma "qualidade do ser sociável e está relacionada ao comportamento do indivíduo quando está interagindo com os demais em um espaço e tempo definidos" (Muller, 2010, p. 40), permitindo observar os comportamentos e as dinâmicas sociais que constroem os espaços onde esta se realiza. Nestes, segundo Muller (2010), podem ser elaboradas identidades políticas e sociais com base no compartilhamento de valores, tornando as relações ainda mais importantes do que propriamente o espaço em que estas foram estabelecidas.

Compreendendo os limites metodológicos de temporalidade, as descontinuidades e mudanças na construção das redes ao longo da trajetória de um indivíduo, é possível visualizar sua complexidade e a variedade de redes que podem ser mantidas por um único personagem. Da mesma forma, importa destacar que "aunque fundada o construida en torno a una estructura como la familia, esta red no determina para nada de manera necesaria las elecciones de los actores" (Bertrand, 2012, p. 68), sendo necessário considerar a autonomia dos sujeitos em relação aos contextos em que se inserem. Logo, a partir do diálogo entre ambas as concepções e do entendimento de que "a partir do estudo da sociabilidade, é possível obter informações sobre os comportamentos culturais e as sensibilidades de um grupo determinado de indivíduos" (Muller, 2010, p. 19), o presente texto apresenta alguns elementos presentes nas redesde relações e alguns dos espaços de sociabilidade que fizeram parte da trajetória das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé.

As fontes utilizadas para a realização desta análise incorporam diferentes tipos documentais, objetivando o cruzamento de informações dos materiais. A partir da análise de conteúdo, portanto, foram consideradas as regras de exaustividade,representatividade e pertinência (Bardin, 1977) na formação do corpus documental, sendo este formado por: livros dos Anais do Senado Federal entre os anos de 1910 e 1914, jornais do Rio de Janeiro entre os anos de 1910 e 1924 - acessados por meio da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional - e as memórias escritas por Nair de Teffé na obra intitulada *A verdade sobre a Revolução de 22,* publicada em 1974. Partindo da leitura sistemática e da observação dos significados e dos significantes (Bardin, 1977) presentes nos conteúdos destas fontes, buscou-se investigar quais foram os principais elementos das redes de relações de Orsina da Fonseca e de Nair de Teffé, bem como quais foram os espaços de sociabilidade mais frequentados pelas primeiras-damas. Assim, nas próximas seções serão apresentados tais aspectos em relação à trajetória de Orsina da Fonseca, em seguida em relação à trajetória de Nair de Teffé e, por fim, algumas conclusões e considerações sobre as análises expostas.

Orsina Francioni da Fonseca: redes de relações e espaços de sociabilidade

Filha do Coronel Pedro Paulino da Fonseca e de Dona Francisca Francioni da Fonseca, Orsina Francioni da Fonseca nasceu em 17 de dezembro de 1858 no Rio de Janeiro. Inserida em uma família que tradicionalmente mantinha laços com a política nacional e local à época, a personagem era sobrinha do Marechal Deodoro da Fonseca e prima de outro personagem que, nos anos seguintes, também viria a ocupar a presidência da República: o Marechal Hermes da Fonseca.

Tais figuras são importantes bases para a análise das redes e dos espaços de sociabilidade ocupados por Orsina da Fonseca, dado que em 1877 esta se casou com o Marechal Hermes da Fonseca e, em 1910, foi elevada ao posto de primeira-dama do país. A partir deste momento, encontram-se na imprensa da capital diferentes descrições sobre a personagem que, nesse cenário, passava a se tornar ainda mais uma figura pública.

Orsina foi descrita enquanto uma "digna consorte", que teria "a sua vida voltada em uma religiosa e santa dedicação para a sua familia", sendo concebida enquanto um exemplo de "recato, de modestia e correcção" (*O Paiz,* 17/12/1910, p. 3). Da mesma forma, também foi descrita enquanto uma "senhora de altas virtudes, dotada de nobre dedicação ás classes desfavorecidas da fortuna" (*O Paiz,* 17/12/1911, p. 3), enquanto um "anjo tutelar, que guiava os passos do seu idolatrado marido" e, ainda, como uma mulher que "soube practicar sempre a caridade [...] era o typo da bondade e da virtude" (*Annaes da Camara dos Deputados,* 30/11/1912, p. 833).

A partir de aspectos presentes nestas descrições, portanto, desenham-se alguns dos elementos presentes nas redes de relações e nos espaços de sociabilidade construídos e ocupados por esta primeira-dama. Dentre estes, serão destacados as relações da personagem com diferentes mulheres em meio às elites e à política no período, sua presença e participação em encontros diplomáticos ao lado do marido, sua aproximação com o Partido Republicano Feminino (PRF) e as ações de assistência social vinculadas à figura de Orsina.

Podendo ser compreendidas enquanto "una estructura construida por la existencia de lazos o de relaciones entre diversos individuos"

(Bertrand, 2012, p. 61), as redes formadas pelos agentes podem apresentar tanto caráter de vínculos pessoais,quanto caráter de vínculos construídos a partir de estruturas afins. Esta última, por exemplo, pode ser observada quando da ocupação da função de primeira-dama por Orsina da Fonseca e sua participação junto ao marido de encontros diplomáticos nacionais e internacionais em que estabelecia contato com outras esposas degovernantes, recebendo-as para jantares, reuniões ou recepções de caráter público e oficial. As recepções no Palácio da Guanabara realizadas aos oficiais das classes armadas pelo presidente podem ser um indicativo disto, dado que Orsina encontrava-se presente ao lado de Hermes da Fonseca e na ocasião também faziam-se presentes um "grande numero de senhoras da fina sociedade" (*O Paiz,* 13/01/1912, p. 1). Da mesma forma, as recepções no Palácio Monroe evidenciam o mesmo aspecto quando do provável contato entre Orsina da Fonseca com as esposas de políticos, oficiais damarinha e das forças armadas em tais ocasiões (*Gazeta de Notícias,* 16/11/1911, p. 3). Destaca-se, nesse cenário, a aproximação entre Orsina da Fonseca e a primeira-dama que a antecedeu, Anita Peçanha (*O Malho,* 05/11/1910, p. 27) em ocasiões do mesmo formato e, em uma destas, quando ambas foram retratadas de maneira central emimagem na matéria intitulada "Famílias presidenciaes" (Figura 1).

A partir da imagem é possível perceber a presença de outras mulheres e homens ao fundo, indicando provável preparo para a realização do registro que centralizou ambas as mulheres. Não coincidentemente, a partir de sua ocupação da função de primeira-dama, Orsina da Fonseca também ocupou papel central, ainda que pouco conhecido, no âmbito político. Em meio a estas atuações, a relação de amizade da primeira-dama com a professora Leolinda de Figueiredo Daltro é notável. Consideradas amigas íntimas, sabe-se que Orsina recebia Leolinda no Palácio do Catete e, apoiandoas lutas em prol das mulheres defendidas pela professora, em 1910 Orsina também apoiou a fundação do Partido Republicano Feminino (PRF) (Schumaher, Brazil, 2000).

Figura 1 - Familias Presidenciaes

O MALHO

FAMILIAS PRESIDENCIAES

Grupo tirado na residencia do marechal Hermes, no dia da chegada de sua Exma. esposa, em 18 de Outubro. No primeiro degráu da escada vê se a Exma. Sr. D Annita Peçanha, esposa do presidente da Republica, á direita da Exma. Sra. D. Orsina Fonseca, esposa do marechal Hermes da Fonseca.

Fonte: *O Malho*, 05/11/1910, p. 27

A fundação do PRF por Leolinda esteve associada, da mesma maneira, ao apoio à candidatura de Hermes da Fonseca à presidência em 1909 quando esta criou uma "congregação de algumas mulheres" para este fim, fundando a "Junta Feminil pró-Hermes" (Karawejczyk, 2014, p. 71), posteriormente transformada na instituição do PRF. Além de Leolinda Daltro, outras mulheres estiveram à frente da fundação do PRF e, da mesma maneira, foram próximas à Orsina da Fonseca. À exemplo disso, é possível observar o discurso da poetisa Gilka Machado quando da fundação da Escola Orsina da Fonseca, fundada pelo PRF em homenagem à primeira-dama, saudando-a "em nome da familia, do sexo, do partido feminino e como um culto á mulher, á mãi, á esposa virtuosa" (*O Paiz,* 19/06/1911, p. 6). Presentes em reuniões, conferências, palestras e festividades promovidas pela escola, Leolinda, Gilka e Orsina foram encontradas em contato em outras ocasiões (*O Paiz,* 23/09/1911,

p. 2), demonstrando a possível proximidade entre estas e entre Orsina da Fonseca e as causas feministas defendida pelo PRF.

A criação da Escola Orsina da Fonseca pelo Partido em homenagem à primeira-dama também permite observar a possível aproximação da personagem com as lutas pelos direitos das mulheres à época, considerando as conferências em prol da emancipação feminina, por exemplo, promovidas pelo PRF nas dependências da escola (*O Paiz,* 29/07/1912, p. 3; *A Notícia,* 31/07/1912 - 01/08/1912, p. 2). Estas pautas foram aproximadas dos ambientes de convivência da primeira-dama a partir dos encontros e das recepções das integrantes do PRF e da escola nas dependências do Catete, como quando o presidente esteve "acompanhado de sua Exma. esposa e do Sr. Ministro do Interior, recebendo, no Palácio do Cattete, a commissão do Partido Republicano Feminino e professoras da Escola Orsina da Fonseca" (*Revista da Semana*, 30/09/1911, p. 9), acompanhados de alunas da escola que também dirigiam-se ao Palácio do Governo.

Assim como a educação, outro âmbito presente na análise das redes e espaços desociabilidade de Orsina da Fonseca é a prática da assistência social. A primeira-dama atuou enquanto diretora do Circulo Catholico, instituição que, relacionada à religião católica, promovia diferentes ações em prol de grupos sociais mais pobres. Dentre estes,destacavam-se os festivais às crianças, nos quais Orsina da Fonseca foi encontrada enquanto diretora da comissão responsável pelos mesmos e enquanto "presidente de honra" (*Jornal do Commercio,* 16/09/1911, p. 6) ao lado de outras mulheres, também esposas de políticos à época. Em meio a estes espaços, portanto, é possível encontrar Orsina - assim como outras mulheres das elites - construindo redes a partir da prática da filantropia, a qual, segundo Martins (2024, p. 16), "por mais que reforçasse um modelo conservador de feminilidade pautado pela contenção, pelas virtudes e pela adequação social", ao mesmo tempo abria "outros espaços de atuação e de intervenção social" (Martins, 2024, p. 16).

A atuação de Orsina da Fonseca enquanto presidente de honra do Circulo Catholico relacionou-se, portanto, tanto à aproximação com a religião católica, destacando as festividades realizadas em comemoração ao "Pontifice Romano Pio X", quanto às ações assistencialistas e o estabelecimento de vínculos com outras mulheres das elites à época,

descritas pela imprensa enquanto "senhoras da sociedade fluminense" (*Jornal do Commercio,* 21/07/1911, p. 3). No entanto, tal participação não se restringiu apenas ao período em que ocupou a função de primeira-dama, mas também anterior a este, como em 1909, por exemplo, quando a personagem foi encontrada sendo empossada enquanto provedora da "Irmandade de Nossa Senhora das Dores" (*A Notícia,* 25 e 26/06/1909, p. 3).

Nesse sentido, enquanto uma mulher que apresentou relações tanto com um partido feminino que reivindicava direitos às mulheres no início do século XX, quanto com ações assistencialistas e com a religião católica, caracterizadas por um cunho mais conservador, é possível afirmar que Orsina da Fonseca constituiu redes bastante heterogêneas durante sua trajetória. Da mesma forma, ainda que os espaços de sociabilidade mais frequentes em que a personagem tenha sido encontrada nas fontes pesquisadas sejam os Palácios do Catete, da Guanabara ou do Rio Negro, onde fez partede reuniões diplomáticas, festividades e recepções com tons oficiais, em relação aos mesmos também é possível perceber diferentes usos pela personagem, como quando da recepção de integrantes do PRF na residência oficial. A partir disso, portanto, é plausível apontar para a construção de uma agência feminina conservadora por Orsina da Fonseca a partir de suas redes e espaços de sociabilidade, dialogando com concepções como aquela que considera o "estímulo da religião à agência das mulheres" (Martins, 2022, p. 15), possibilitando-a percorrer espaços e tecer diferentes contatos e vínculos também a partir desta.

Nair de Teffé: redes de relações e espaços de sociabilidade

Em meio às suas memórias, ela descreveu: "tinha em mente só casar-me aos 30 anos, depois de realizada artisticamente e amadurecida para a vida" (Fonseca, 1974, p. 30). A filha do Barão e da Baronesa de Teffé, no entanto, colocou em segundo plano suacarreira artística e anunciou, pouco tempo depois: "Estou noiva do Presidente da República!" (Fonseca, 1974, p. 34). Nair de Teffé nasceu no Rio de Janeiro no final do século XIX, pouco antes da instauração da República no Brasil. Nesse cenário de instabilidades políticas na virada do século, sua trajetória também envolveu-se com estas a partir da transferência de sua família à Europa logo após a queda da monarquia no país, dada a amizade que seu pai

nutria com D. Pedro II. O Barão, no entanto, mesmo na República continuou ocupando cargos políticos e, tal participação legou à filha a inserção em espaços e meios bastante privilegiados à época aos homens e, especialmente, para as mulheres.

A mudança para a Europa nos primeiros anos de vida da personagem fez com que esta vivesse sua infância e parte da juventude sob influências da *belle époque* francesa. Nair teve sua formação educacional nos conventos do sul da França como o "'Assomption', 'Fidéles Compagnes de Jesus', 'Saint Ursule', sempre como aluna externa [...]" (Fonseca, 1974, p. 15), delineando a construção de uma formação educacional privilegiada para uma mulher à época. Por conta disso, ao longo do estudo de sua trajetória historiadores e historiadoras apontam que a personagem "possuía uma desenvoltura e coragem marcada por uma educação liberal para época" (Silva, Simili, 2011, p. 123). Nessa perspectiva, sua formação intelectual e sua posterior carreira enquanto caricaturista, tanto na imprensa brasileira quanto no cenário internacional, fizeram com que a personagem estabelecesse diferentes redes e circulasse em diversos espaços de sociabilidade. Sobre a educação destinada às mulheres das famílias das elites no Brasil, Needell destaca que naquele cenário, "poucas frequentavam as aulas para pequenos grupos, organizadas por estrangeiros, ou se matricularam nos colégios de freiras extremamente seletivos que aos poucos se firmaram" e complementa apontando que "outras seguiam com os pais para a Europa, onde eram educadas em escolas de conventos franceses" (Needell, 1993, p. 75), como no caso de Nair de Teffé.

A relação de Nair de Teffé com o universo da arte fez com que sua trajetória artística fosse proeminente à época, destacando-a enquanto a primeira caricaturista mulher a publicar na imprensa brasileira.[2] Entre a arte e a educação, portanto, é possívelafirmar que a personagem "conseguiu brilhar profissionalmente no universo da arte da caricatura, num período em que a educação das mulheres restringia-se a atividades que fossem úteis ao ambiente doméstico" (Silva, Simili, 2011, p. 123). Suas redes de relações e os vínculos que estabeleceu ao longo de sua trajetória, refletem tais aspectos como sua aproximação com figuras como o escritor Coelho Neto, a quem descreveu como "meu amigo,

2 Sobre a trajetória artística da personagem e análise de suas produções, v er Campos (2016).

escreveu especialmente para mim, 'Miss Love', em 1912, que marcou realmente minha estréia no teatro" (Fonseca, 1974, p. 18), mas também com o escritor e dramaturgo Artur Azevedo, de quem lembrou com afeto em suas memórias.

Já em 1913, quando se tornou primeira-dama, Nair de Teffé fez com que tais influências intelectuais adentrassem as dependências oficiais da nação, levando ao Palácio do Catete o violão e a música popular brasileira, naquela que ficou conhecida como a Noite do Corta Jaca.[3] Sobre tal acontecimento, destacam-se as relações de amizade da personagem com o músico Catulo da Paixão Cearense, o qual foi convidado em diferentes momentos pela primeira-dama para realizar apresentações nas dependências do Catete em recepções ao corpo político e diplomático do país. Nesse sentido, ao fazer tal movimento, Nair "referenda o trabalho musical de Chiquinha Gonzaga e, de certa forma, coloca-se como defensora de uma personagem e de um estilo musical sobre o qual recaíam preconceitos" (Galetti, Simili, 2013, p. 142), evidenciando diferentes marcas de sua passagem pelo Catete.

Além desta, enquanto primeira-dama Nair de Teffé organizou inúmeras recepções, jantares e festividades nos palácios do governo, momentos nos quais compareciam diferentes personalidades como

> Pinheiro Machado, Rivadavia Correia, senhora Sofia Ayarragay, esposa do Ministro argentino Lucas Ayarragay, Edwin Morgan, Embaixador dos Estados Unidos, General Vespasiano de Albuquerque, Ministro da Guerra, Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha, e sua filha Evangelina de Alencar, Laurinda dos Santos Lobo, Gabriela da Rocha Figueiredo, uma das mais belas criaturas que tenho conhecido, David Campista, Paulo de Frontin, Dr. Moura Brasil, a pianista Guiomar Novais, Ataulfo de Paiva, Humberto Gotuzzo, Conde e Condessa Cândido Mendes, Belisário Távora, Fernando Mendes, crítico musical do "Jornal do Brasil" e Oscar Guanabarino, o grande crítico musical do *Jornal do Comércio*. (Fonseca, 1974, p. 44)

3 A chamada Noite do Corta Jaca foi a última recepção oficial do governo do Marechal Hermes da Fonseca, protagonizada e organizada por Nair de Teffé. Ficou assim conhecida por conta da interpretação, pela própria primeira-dama, acompanhada de Catulo da Paixão Cearense com o violão, da canção intitulada "Corta Jaca", produzida pela compositora Chiquinha Gonzaga. Após esse acontecimento, Nair lembrou: "No dia seguinte a esse íntimo acontecimento, a turma do 'contra', caiu em cima do Marechal e de mim. Diziam que foi uma vergonha nacional, levar para dentro do Palácio do Governo (que era transitoriamente a nossa casa) - um violão, instrumento inseparável de boêmios e baderneiros" (Fonseca, 1974, p. 44).

Em outras dessas recepções, dado o apreço da personagem por diferentes manifestações artísticas, Nair foi encontrada interpretando "um trecho de opera italiana, acompanhada ao piano pela Sra. Dona Nicia Silva" (*Jornal do Brasil,* 27/06/1914, p. 10), assim como foi responsável pela organização de recepções às quais compareciam, segundo a imprensa, "muitas pessoas de alta representação no nosso meio social" (*O Imparcial,* 07/04/1914, p. 3), sendo frequentes dentre estes os nomes de alguns personagens lembrados por ela em suas memórias, como descrito acima.

Além destes e dos aspectos relacionados à educação e às artes, enquanto primeira-dama Nair de Teffé também esteve vinculada a instituições de assistência social associadas à religião católica, de modo semelhante à Orsina da Fonseca. Participou, ao lado do presidente, de festividades da "Assistencia de Protecção à Infância" (*A Epoca,* 15/07/1914, p. 3), estando envolvida com o Circulo Catholico e na colaboração na organização de eventos em prol da infância e de grupos desassistidos ao lado de outras mulheres das elites. Dessa forma, assim como Orsina da Fonseca, é possível observar traços semelhantes em relação ao envolvimento com ações de assistência social por Nair de Teffé, tanto durante seu período como primeira-dama quanto posteriormente, dialogando com a concepção de que "práticas assistenciais de filantropas, feministas-filantropas e mesmo das primeiras-damas, ampliam a compreensão das múltiplas formas da ação política, que não são exclusivamente do Estado" (Martins, 2023, p. 25), assim como ampliam a compreensão sobre a formação de suas redes a partir destas movimentações.

Dessa maneira, o caráter excepcional da formação intelectual de Nair de Teffé está relacionado às expectativas que permaneciam sobre as mulheres à época, as quais deveriam demonstrar "proficiência no francês, nas danças, nas roupas, no piano, no canto e na declamação" (Needell, 1993, p. 163) para serem consideradas bem-educadas. Estes caminhos fizeram, portanto, com que as redes de relações da personagem fossem elaboradas a partir da presença marcante de figuras masculinas da política nacional como Pinheiro Machado, Barão do Rio Branco e Nilo Peçanha, por exemplo. Estes, dada a proximidade e a presença de Nair e da família Teffé em ambientes comuns quando da realização de

recepções ou reuniões, por exemplo, fizeram com que tais figuras fossem predominantes em suas produções artísticas.

Em suas memórias, obra dividida em duas grandes partes sendo a primeira exclusivamente narrativa e a segunda composta por diferentes produções da artista, podem ser percebidos alguns desses momentos. Na seção intitulada *Meus traços enfocaram grandes personalidades,* a autora reuniu diferentes caricaturas e, dentreestas, uma delas intitulada "Gente importante" (Figura 2), com uma legenda que destacava algumas das personalidades presentes nesta como o "Marechal Hermes, Ruy Barbosa, Artur Bernardes, Ataulfo de Paiva, Humberto Gotuzzo, Fonseca Hermes, Nilo Peçanha, Francisco Valadares, Antonio Azevedo, Epitácio Pessoa e outros" (Fonseca,1974, p. 131).

Figura 2 - Gente importante, por Rian

Fonte: A Verdade sobre a Revolução de 22 (1974)

A partir desta e de outras de suas produções é possível perceber como os traços da artista retratam o contexto em que esta esteve inserida, bem como pessoas próximas de suas relações sociais. Nessa perspectiva, consideramos que a personagem tenha vivido entre a arte e a política e, portanto, "com a consciência de que seus gestos artísticos modernos e inovadores tinham extraordinário impacto num mundo político conservador e patriarcal" (Chagas, 2013, p. 62). Da mesma forma, mulheres também foram caricaturadas pela artista e, algumas destas, lembradas em suas memórias com afeto enquanto amigas próximas. Entre estas, nas recordações sobre o seu casamento ela mencionou que: "Laurinda dos Santos Lobo, Gabriela Gaspar da Rocha, Sra. Sofia Ayarragaj, esposa do Ministro da Argentina e minhas primas, filhas do Barão de Frontin, começaram a bordar e ajudar a fazer o enxoval" (Fonseca, 1974, p. 38). Em relação às redes de relações da personagem, portanto, é possível observar sua aproximação com outras mulheres das elites tanto em espaços compartilhados relacionados às práticas assistenciais, quanto em outros espaços sociais ocupados por Nair de Teffé antes, durante e após o seu casamento com o presidente da República.

Considerações finais

A partir da compreensão das redes enquanto elementos complexos que são caracterizados por sua variedade em relação a um só sujeito (Bertrand, 2012), buscamos apresentá-las de modo a permitir "abordar uns cierta complejidad de lo social" (Bertrand, 2012, p. 58). Ou seja, ao apresentar alguns elementos das redes de relações e dos espaços de sociabilidade das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé buscamos observar possíveis caminhos à atuação política destas mulheres durante a Primeira República, seja através de vínculos estabelecidos ou de espaços que ocuparam ao longo de suas trajetórias.

Desse modo, buscou-se elencar alguns aspectos principais que caracterizam as redes de ambas as personagens, destacando o envolvimento com o cenário político - cada uma a seu modo e a partir de diferentes relações interpessoais - e as práticas de assistência social enquanto elementos comuns à ambas as mulheres. Além desta proximidade, é possível observar ainda possíveis contatos entre ambas

as personagens dados os contatos entre as famílias Fonseca e Teffé ao longo do período, como a amizade entre o Barão de Teffé e o Marechal Hermes da Fonseca, a ocupação da funçãode secretário da presidência por Álvaro de Teffé - irmão de Nair de Teffé - durante o governo de Hermes e a presença do presidente e de sua primeira esposa em exposições de arte da caricaturista (*O Paiz*, 09/06/1912, p. 2). Da mesma forma, ambas as personagens foram encontradas presentes em reuniões e jantares realizados entre as famílias, alguns descritos pela imprensa enquanto "íntimos" (*A Imprensa,* 20/08/1912, p. 3), fortalecendo a hipótese de possíveis contatos entre ambas durante o período e da participação de uma nas redes de relações da outra.

Considerando a impossibilidade de reconstrução de uma rede completa e global das personagens desta narrativa, buscamos observar de maneira mais aproximada alguns dos círculos sociais em que ambas estavam inseridas, compreendendo os mesmos enquanto lugares de vínculos e afinidades que podem ser acionados por seus agentes. Buscamos, por conta disso, compreender o estudo das redes e a presença em determinados espaços de sociabilidade enquanto elementos fundamentais à compreensão de diferentes protagonismos no cenário político da Primeira República, especialmente a nível nacional, considerando que "a historiografia aponta um desaparecimento da atuação das primeiras-damas, em nível federal" (Rodrigues, 2019, p. 182). Assim, também se propõe a ampliação de leituras sobre o período a partir dos olhares para trajetórias femininas como as das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé. Logo, visualizando-as enquanto protagonistas no cenário político são propostas novas formas de ler, ensinar e aprender sobre a Primeira República, centralizadas na figura das primeiras-damas.

Fontes

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. **A Verdade sobre a Revolução de 22**, 1ª ed. Riode Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti, 1974.

Hemeroteca Digital Brasileira

A Epoca, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1914, p. 3

A Imprensa, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1912, p. 3

A Notícia, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1912 e 01 de agosto de 1912, p. 2

A Notícia, Rio de Janeiro, 25 e 26 de junho de 1909, p. 3

Annaes da Camara dos Deputados, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1912, p. 833

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1911, p. 3

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1914, p. 10

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1911, p. 6

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1911, p. 3

O Imparcial, Rio de Janeiro, 07 de abril de 1914, p. 3

O Malho, Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1910, p. 27

O Paiz, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1912, p. 1

O Paiz, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1910, p. 3

O Paiz, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1911, p. 6

O Paiz, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1911, p. 2

O Paiz, Rio de Janeiro, 09 de junho de 1912, p. 2

O Paiz, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1912, p. 3

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1911, p. 9

Referências:

ANGELI, Douglas Souza. Lendo os códigos do poder: uma introdução à HistóriaPolítica. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. et. al (org.). **Capítulos de História Política:** Dimensões conceituais e temáticas. Passo Fundo: Acervus, 2023, p. 17-39.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Edições 70, LDA. [trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro]. Lisboa, Portugal, 1977.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Revista Digital de la Escuela de Historia.** Rosario, año 4, nº6, p. 47-80, 2012.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. **Nair de Teffé: artista do lápis e do riso.** Curitiba: Appris, 2016.

CHAGAS, Mário. Nair de Teffé: Uma mulher entre a arte e a política. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de. SANTOS, Taís Valente dos. (org.). **Memória feminina:** Mulheres na História/História das mulheres. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. EditoraMassangana, 2016, p. 58-65.

GALETTI, Camila Hildebrand. SIMILI, Ivana Guilherme. Mulheres, casamento e política: a artista e primeira dama Nair de Teffé. **Revista CDHIS,** Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 129-151, jan./jun. 2013.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos,** PUCRS, vol. 40, n. 1, p. 64-84, 2014.

MARTINS, Ana Paula Vosne. O associativismo feminino católico e a proteção às jovens trabalhadoras na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920: a Associação das Senhoras Brasileiras e a liderança de Stella de Faro (1888-1972). **Avances del Cesor.** vol. 19, núm. 27, p. 1-19, jul./dez. 2022.

MARTINS, Ana Paula Vosne. As mulheres sobre as quais não falamos: filantropia e práticas de esquecimento e de memória. **Tempo & Argumento.** Florianópolis, v. 1, n.41, p. 1-31, abr. 2024.

MULLER, Dalila. **"Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza":** espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). Tese [Doutorado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, RS, 2010.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical:** sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. [tradução Celso Nogueira]. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RIVETTI, Jéssica Mayara de Melo. HEY, Ana Paula. Mulheres políticas: Estratégias de legitimidade e recursos mobilizados por Cristina Kirchner. **Tempo Social:** revista de sociologia da USP, v. 35, n. 3, p. 33-57, set./dez. 2023.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **Mulheres e política no estado da Paraíba:** a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. Ser coadjuvante ou protagonista no cenário político: o impasse das primeiras-damas. **Sæculum – Revista de História**, v. 24, no 41, p. 176-195, 2019.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **"Primeiro damismo" no Brasil:** uma história das mulheres na cultura política nacional (1889-2010). 385 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

SCHUMAHER, Schuma. BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SILVA, Bruno Sanches Mariante. Gênero e assistência à saúde na trajetória da primeira-dama Sarah Kubitschek. **Diálogo,** Canoas, n. 46, p. 01-15, abr. 2021.

SILVA, Bruno Sanches Mariante. MARQUES, Ivana Aparecida da Cunha. La razón de mi vida: Eva Péron e o protagonismo político por meio do discurso de coadjuvação. **Antíteses,** Londrina, v. 14, n. 27, p. 450-480, jan.-jun. 2021.

SILVA, Ivanete Paschoalotto da. SIMILI, Ivana Guilherme. Nair de Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX. **Diálogos & Saberes**. Mandaguari, v. 7, nº1, p. 121-134, 2011.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política:** a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social:** relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO ELEITOR NO BRASIL PÓS-1945[1]

Douglas Souza Angeli[2]

Introdução

A década de 1940 ficou marcada na política brasileira pelo fim do regime autoritário de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo (1937-1945), e pelo início de uma experiência democrática. O novo regime teve como marco a Constituição de 1946, mas muitos de seus parâmetros foram demarcados antes mesmo da deposição de Vargas em 29 outubro de 1945. O modelo eleitoral estabelecido pelo próprio regime para as eleições de 1945 perdurou, com algumas modificações, por todo o período democrático. A ampliação do eleitorado, a criação dos partidos políticos nacionais e a realização de eleições competitivas para os poderes executivo e legislativo foram características desta fase republicana cujas bases foram moldadas entre 1945 e 1946.

1 Resultado parcial do projeto "Mobilização eleitoral e experiência democrática nas eleições presidenciais no Brasil (1945-1960)", financiado pela chamada universal 01/2023 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

2 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Bolsista BIPDT da FAPEMIG. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4647315108406108. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6540-9358. Contato: douglas.angeli@uemg.br.

O período que se estende até 1964 tem sido apontado por grande parte da historiografia como uma experiência democrática de caráter inédito na política brasileira. A tese de Antônio Lavareda (1991) concluiu que nele se implementou um sistema partidário-eleitoral em consolidação e seus argumentos têm sido considerados nas críticas à noção de populismo, amplamente utilizada como chave explicativa pelas Ciências Sociais até a década de 1980 para análise do período. Estas críticas estão presentes na coletânea organizada por Jorge Ferreira (2001) e recentemente sintetizadas por Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018).

Apesar das origens do novo regime remeterem à busca de um rearranjo político no âmago de um regime autoritário, Antônio Lavareda (1991) ressaltou o processo de consolidação do sistema partidário-eleitoral, com efetiva ampliação da competição eleitoral e expansão do mercado político, processo que foi capaz de implantar clivagens políticas duradouras na sociedade brasileira. Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018) enfatizaram a experiência de 1945 a 1964 como uma democracia representativa em consolidação, chamando atenção para o aspecto da incerteza eleitoral que passa a vigorar: as eleições se tornam de fato competitivas, mesmo com constrangimentos e limitações, há redução do controle do governo sobre os pleitos e as oposições começam a conquistar mais espaços.

Experiência democrática também tem sido o termo utilizado para dar conta da experimentação dessa democratização pelas elites políticas e pelos cidadãos, incluindo o impacto da participação das camadas populares, em obras como as organizadas por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (2003) e por Carla Brandalise e Marluza Marques Harres (2017). Nessa perspectiva, as eleições de dezembro de 1945 representaram, assim, não apenas uma retomada da democracia liberal, mas a inauguração de uma experiência democrática.

O objetivo deste texto é apontar algumas características relevantes do período para uma história da construção do eleitor no Brasil, refletindo sobre os impactos da transição política de 1945 no processo de experimentação da democracia por parte das elites políticas e dos cidadãos. Qual o papel da transição política de 1945 para a construção de agentes políticos interessados na competição eleitoral e no voto?

Como se constituíram as condições sociais e políticas para construção do eleitor na experiência democrática do pós-1945?

Diante de tais questões, defende-se como argumento que, apesar de sua gênese no regime autoritário, a transição política de 1945 e os anos inaugurais do novo arranjo abalizado pela Constituição de 1946, com suas fragilidades e limitações, constituíram-se em momento-chave do processo de construção social dos atores políticos para uma experiência democrática no Brasil.

O estudo das campanhas eleitorais

Nas últimas décadas a História Política se renovou a partir dos contatos com a História Social e História Cultural. No Brasil, os estudos políticos avançaram para o período 1945-1964 buscando romper com as perspectivas que tinham como chave explicativa a noção de populismo em sentido associado à manipulação e demagogia. Desta revisão surge uma percepção sobre a política no período como uma experiência de democracia em consolidação. Apesar dos avanços, as pesquisas sobre eleições se encaminharam com estudos de recorte local ou regional ou abrangendo uma candidatura ou eleição específica, não havendo um estudo sobre as eleições presidenciais de 1945 a 1960. Diante deste diagnóstico, propõe-se o projeto de pesquisa "Mobilização eleitoral e experiência democrática nas eleições presidenciais no Brasil (1945-1960)", do qual o presente texto é resultado parcial.

O papel central das eleições na História Política é destacado por René Rémond (1996), pois como objeto de pesquisa propiciam a investigação sobre o equilíbrio de forças, as relações entre maioria e oposição e a composição dos governos, servindo como indicador do "espírito público", vestígio da opinião pública e de seus movimentos, correntes e tendências na geografia eleitoral. Os registros de sufrágios e de campanhas eleitorais representam, enquanto fontes históricas, a possibilidade de se aproximar não só das preocupações dos eleitores ou dos programas dos candidatos e partidos, mas também da entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião (Rémond, 1996, p. 49-50).

Como ressaltam Michel Offerlé (2011) e Alain Garrigou (1988), para que haja eleições é preciso que se constituam eleitores e isto se dá

por meio de uma série de incitações que buscam construir um interesse pelo voto e pela competição eleitoral. Michel Offerlé (2011, p. 178) chama atenção para a construção de agentes interessados na competição eleitoral: o ato de votar faz aparecer objetos, produtos e conceitos novos. Seguindo esta linha de raciocínio e observando o caso brasileiro, algumas questões conduzem esta investigação: Quais práticas e concepções conformaram as campanhas presidenciais desse período? As eleições presidenciais produziram um interesse pela competição eleitoral e pelo voto? O que o estudo das eleições presidenciais evidencia acerca dessa experiência de democracia, seus limites, tensões, fragilidades e avanços para a cidadania eleitoral no Brasil?

Espera-se, com o projeto, promover uma visão mais abrangente das eleições presidenciais de 1945 a 1960 e do papel dos partidos, candidatos e campanhas eleitorais na construção da experiência democrática. Com os resultados, buscamos dialogar com as pesquisas já consolidadas ou em andamento no sentido de promover uma interação entre dois caminhos analíticos, um que percebe a importância dos instrumentos institucionais para a construção da legitimidade política e outro que salienta as relações sociais que estão na base das relações políticas, contribuindo, portanto, para compreensão mais aprofundada dos processos de construção das rotinas democráticas no período de 1945 a 1960 e evidenciando questionamentos e perspectivas que possam servir a outros estudos.

A pesquisa tem metodologia relativa às operações intelectuais próprias do campo da História, tendo a análise das fontes primárias como foco principal. As fontes correspondem a quatro grupos principais: periódicos (jornais e revistas), correspondência de acervos pessoais (cartas e relatórios), dados quantitativos de resultados eleitorais e imagens (fotografias, cartazes, panfletos). A pesquisa busca contribuir com o subcampo da História Política, que em estudos recentes sobre o período 1945-1964 tem evidenciado a complexidade dessa experiência política, da instituição de rotinas democráticas e de seus agentes históricos.

O eleitor brasileiro em perspectiva

O modelo de federalismo oligárquico da Primeira República consolidou uma visão elitista acerca do regime implantado em 1889, já presente em diferentes grupos políticos que disputaram os projetos

republicanos. Como ressalta Cláudia Viscardi (2017), essa redução dos atores políticos somada à proibição da reeleição para presidente da República indicava a composição de um mercado político que contemplava um nível de competição suficiente tanto para criação de expectativas para os setores políticos que estavam fora, quanto para garantir segurança aos que já estavam dentro. A mesma autora, ao estudar os conceitos de democracia, povo e representação, salienta a necessidade de se compreender as fronteiras além das quais era impossível chegar na lógica política da época, inclusive pelo fato de que as práticas fraudulentas e a cidadania limitada não eram exclusividade do modelo brasileiro (Viscardi, 2017, p. 109).

A Primeira República se caracterizou, consequentemente, por uma participação eleitoral muito restringida. Além da exclusão legal especialmente dos analfabetos e das mulheres, José Murilo de Carvalho chamou a atenção para o fenômeno da autoexclusão em seu estudo sobre a capital da República e seus baixos índices de comparecimento eleitoral. Para o autor, além do motivo mais geral concernente às fraudes, no caso do Rio de Janeiro o ato de votar poderia ser muito perigoso, graças a ação de capoeiras e capangas eleitorais. Por esta razão, Carvalho (1987, p. 89) sentencia: "O exercício da cidadania política tornava-se assim caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos. Os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados". Assim, o ato de votar estava mais associado a um enquadramento coletivo e menos a uma ação política individual e livre. O autor ressalva, porém, que não se pode tomar o povo da Primeira República como uma massa apática de excluídos: às margens do sistema legal de representação, houve ação política, muitas vezes violenta (Carvalho, 1987; 2017).

É preciso lembrar que a limitação do direito ao voto não impediu outras formas de participação política, incluindo diversos mecanismos como o mutualismo, o sindicalismo, a filantropia, o associativismo e a imprensa (Viscardi, 2017, p. 112). É importante destacar, mesmo que brevemente, que durante a Primeira República os movimentos operários agiram principalmente em três linhas: a da obtenção de direitos sociais sem questionamento do sistema político (cooperativismo, sindicalismo reformista), a da conquista de direitos sociais aliada a direitos políticos, prevendo mudança do sistema via participação eleitoral (socialistas)

e a da negação da política institucional, voltada para a ação direta (sindicalistas revolucionários, anarquistas). A via socialista da Segunda Internacional, voltada mais para o processo eleitoral, encontrou grandes limitações na Primeira República e os partidos operários raramente elegeram representantes (Batalha, 2003).

O arranjo político pré-1930, com uma participação eleitoral muito restrita, não reunia elementos favoráveis à construção de um interesse pelo voto e pela competição eleitoral por parte das camadas populares urbanas. O fortalecimento dos setores urbano-industriais, as pretensões políticas dos estados de segunda grandeza e o descontentamento militar foram fatores que levaram a constituição de um novo pacto político no pós-1930, com maior poder do Estado nacional e emergência de setores mais dinâmicos (Ferreira e Pinto, 2003).

Seguindo-se ao governo provisório, a experiência liberal implantada com a Constituição de 1934 e as eleições parlamentares do mesmo ano mostrou-se breve, ocorrendo uma rápida corrosão das liberdades democráticas aventadas, especialmente sob o pretexto da repressão aos comunistas após 1935 (Pandolfi, 2003; Mourelle, 2023). Esse meio de década, em que as massas urbanas foram amplamente disputadas pelo projeto político nacional-libertador e pelo fascismo integralista, encontrou os partidos oligárquicos ainda muito presos a uma visão dos partidos como associações de notáveis e do parlamento como arena dos interesses regionais, rapidamente cedendo terreno às doutrinas autoritárias. Mesmo os partidos liberais se demonstravam incapazes de aceitar partidos com base social mais ampla (Souza, 1990, p. 80).

Se a gênese do regime republicano foi confrontada com as difíceis tarefas de instituir um novo governo e concluir a construção simbólica da nação, o federalismo oligárquico que tomou forma no final do século XIX e perdurou até 1930, por seu caráter de fortalecimento dos estados em detrimento do Estado-Nacional, não apresentou esforços concretos para resolução da segunda questão (Carvalho, 1990). Coube ao regime autoritário de Vargas a implementação de políticas visando à construção de uma nova legitimidade, buscando a identificação do povo com a nação, representada pelo Estado (Gomes, 1996; 2005; Capelato, 2008). Assim, o Estado Novo gerou transformações sociais e culturais

importantes do ponto de vista das relações entre Estado e sociedade e da integração política (Velloso, 1997).

Antes da construção do cidadão-eleitor do período pós-1945, já estava formado o cidadão-trabalhador do regime autoritário. O processo político após a Revolução de 1930 gerou modificações que seriam decisivas na transição política de 1945, moldando a figura do cidadão-trabalhador e incorporando a classe trabalhadora ao cenário das relações político-institucionais na fase final do Estado Novo.

A transição política de 1945

O lançamento do brigadeiro Eduardo Gomes, antiga liderança tenentista e com amplo prestígio, bem como a formação de um movimento político que desaguaria na União Democrática Nacional (UDN), aceleraram a abertura que vinha sendo planejada no interior do Estado Novo. Getúlio Vargas assinou a Lei Constitucional n.º 9 em fevereiro de 1945, prevendo a realização de eleições para presidente da República e deputados e senadores para uma Assembleia Constituinte. Em maio, o decreto da lei eleitoral, conhecido como Lei Agamenon, definiu as eleições para 2 de dezembro de 1945 e criou a obrigatoriedade do registro dos partidos políticos como agremiações nacionais. Em 1945, os diversos grupos e movimentos seriam obrigados à organização em torno de siglas nacionais e dividiriam a cena política entre o situacionismo varguista, de um lado, e as oposições a Vargas de outro (Skidmore, 2010, p. 82-83).

Das entranhas do Estado Novo e tendo como base os interventores estaduais e municipais – aliados nomeados para governar estados e municípios – as elites políticas que apoiavam Vargas formaram o Partido Social Democrático (PSD), lançando como candidato a presidente o ministro da Guerra, general Eurico Dutra. Os sindicalistas ligados à estrutura do Ministério do Trabalho formaram outra sigla de apoio a Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ainda contando com pouca estrutura. Como já mencionado, diversos grupos de oposição formaram a UDN em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. O Partido Comunista do Brasil (PCB) se reorganizou após a anistia e libertação de Luís Carlos Prestes, e obtendo registro como os demais partidos, passou a gozar de legalidade e a concorrer com Vargas

na mobilização dos trabalhadores urbanos (D'Araújo, 1999; Gomes, 2005; Skidmore, 2010).

Apesar do avanço das oposições, Vargas dava demonstrações de que sua popularidade continuava alta. Apesar disso, findado o prazo para se afastar do cargo de presidente e poder concorrer nas eleições de dezembro, manteve sua posição de não disputar a presidência e o PSD confirmou Dutra como candidato oficial (Gomes, 2005; Ferreira, 2005). Porém, as oposições, crescentes não apenas entre as lideranças políticas, mas também entre as elites econômicas e militares, não viam com bons olhos que Vargas conduzisse o processo de abertura. Os acontecimentos de outubro de 1945 precipitaram a queda de Vargas, após este decretar que as eleições de dezembro serviriam também para eleição de governadores. A oposição passou a temer que, sob o controle de Vargas, a vitória de aliados governistas fosse facilitada nos estados, consolidando o poder do ditador (Skidmore, 2010; D'Araújo, 1999; Carvalho, 1999).

Apesar de deposto no final de outubro, Getúlio Vargas saiu vitorioso do pleito de 2 de dezembro de 1945. Sagrou-se senador eleito pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo, e deputado federal pelos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Distrito Federal onde obteve impressionantes 28,11% dos votos nominais. Seu apoio a Eurico Dutra, poucos dias antes do pleito, foi considerado o impulso final que garantiu a vitória do candidato do PSD, especialmente pelo impacto nas camadas urbanas mobilizadas pelo trabalhismo estado-novista. Desse modo, as eleições de 1945 têm sido consideradas como marco pelo qual as camadas populares urbanas passaram definitivamente ao patamar de agente político importante e elemento indispensável aos cálculos eleitorais (Gomes, 2005; French, 1995; Ferreira, 2005).

A deposição de Vargas não significou, portanto, a derrota da estratégia de seu governo para a transição via eleitoral. Conforme John French (1995), a legislação eleitoral de 1945, foi sistematicamente desenhada para ampliar a participação eleitoral das camadas operárias. A manutenção da proibição do voto dos analfabetos, a ampliação da obrigatoriedade do alistamento e a modalidade *ex-officio* foram, na visão de French, esforços do governo Vargas para criar um contrapeso

urbano-industrial ao poder dos coronéis tradicionais nas zonas rurais (French, 1995, p. 104). Os dados empíricos confirmam a centralidade do alistamento *ex-officio* para esta estratégia: embora tal modalidade tenha representado menos de 10% do eleitorado inscrito na maioria dos estados e que apenas em São Paulo e Rio de Janeiro esta modalidade tenha superado os 20%, no Distrito Federal, com 54,1%, e nas capitais de Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão essa modalidade contemplou mais de 50% dos alistados. Na maioria das capitais esse índice superou os 40% (Angeli e Costa, 2022, p. 359).

A expansão do eleitorado gerou impactos substanciais nas práticas políticas e no comportamento das elites políticas, pois não significou somente um aumento exponencial da quantidade de eleitores, mas a modificação de seu perfil: além das mulheres, incorporadas gradualmente a partir de 1933, as transformações econômicas e sociais do país após 1930 incidem sobre a presença cada vez maior da classe trabalhadora dos grandes centros urbanos no conjunto dos eleitores. Trata-se do que Gláucio Ary Dillon Soares (1973) classificou como transformações do eleitorado brasileiro geradas pela extensão da cidadania eleitoral às classes trabalhadoras, sendo uma de suas características o crescimento maior nas zonas urbano-industriais – onde as condições de controle do eleitorado pelas oligarquias estaduais eram consideravelmente menores. Assim como Soares, Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018) destacaram que essas transformações conformaram um novo cenário político, marcado pela ampliação dos atores e da incerteza na competição eleitoral.

O eleitor na experiência democrática

Beatriz Heredia e Moacir Palmeira (2005) defendem que o voto não pode ser visto somente como uma ação individual, não sendo uma escolha lógica, mas uma "sócio-lógica" onde o voto tem o significado de uma adesão a uma das facções políticas em conflito, geralmente uma adesão familiar a chefes políticos locais. A grande mobilidade em busca de emprego, a migração das zonas rurais para os centros urbanos, gera uma modificação nesse padrão de adesão. Por um lado, as situações de desemprego e as dificuldades de sobrevivência nos grandes centros geram uma grande demanda por assistência perante os governos e

representantes políticos municipais. Por outro lado, a mobilidade das populações torna mais difíceis os compromissos políticos, que se tornam mais estritamente eleitorais (Heredia e Palmeira, 2005, p. 472).

Conforme os autores, nas periferias das grandes cidades, a grande mudança será o foco da procura pelo voto naqueles que não têm vínculos de adesão, na tentativa de comprometer individualmente eleitores que passaram a se enquadrar em novos recortes sociais (Heredia e Palmeira, 2005, p. 473). Essas transações são características de um modelo de política assistencialista voltado para as camadas populares, mas sobre o qual já se demonstrou que, nas décadas de 1950 e 1960, esteve marcado por constantes negociações e estratégias dos grupos empobrecidos para maximizar seus ganhos, sendo que o sucesso eleitoral dependia do cumprimento de acordos tácitos (Araújo, 2006).

Sobre o período 1945-1964 pode-se dizer que as práticas eleitorais foram se modificando com relação ao passado oligárquico, em que a política era assunto de poucos, e os padrões de convencimento e de adesão, especialmente nas zonas urbanas, se tornando cada vez mais distintos daqueles que seguiram vigentes nas pequenas localidades do interior. Mesmo produções que utilizaram o conceito de populismo como noção explicativa para as relações políticas entre camadas populares e lideranças políticas, perceberam que tais relações estiveram longe de se expressar sob a forma de subordinação ou falsa consciência, mas sim um crescente entendimento do papel do Estado na garantia de direitos, em um processo marcado pela constante negociação. Nestas operações, o voto era um instrumento de barganha, mas com uma clara noção de direitos (Duarte e Fontes, 2004).

A noção de construção do eleitor, retirada de Michel Offerlé (2005; 2011), pressupõe a construção de um interesse pelo voto e pela competição eleitoral, que não se dá espontaneamente, mas também não ocorre de forma unilateral, pois os sujeitos aprendem a apropriar-se da relação eleitoral com certa autonomia, o que gera impactos no próprio comportamento das elites políticas. Sobre as eleições no período de 1945 a 1964, pesquisas recentes têm observado práticas políticas associados a essa noção, através da mobilização promovida por diferentes agentes políticos, pelos partidos, pela imprensa, Justiça Eleitoral, Igreja e outras instituições (Angeli, 2017; 2020).

A ampliação do eleitorado e a grande incorporação da classe trabalhadora ao cenário político gerou modificações nas práticas e na linguagem política. Para Luís Reznik, Mário Miranda e Pablo de Mattos (2023, p. 24), a imprensa caracterizava-se como um espaço privilegiado de politização e conexão com as campanhas eleitorais, pois os jornais traziam "as significações que possibilitavam a ideologização mútua dos adversários políticos na batalha semântica". Antônio Lavareda (1991) já havia observado que o contexto dos meios de comunicação no período 1945-1964 teria sido favorável à criação de uma identificação entre eleitores e partidos políticos. Reznik, Miranda e Mattos (2023, p. 55) analisaram jornais da grande imprensa do Rio de Janeiro entre as eleições de 1950 e 1960, observando a consolidação do conceito de povo como conjunto de eleitores aptos ao exercício democrático e a compreensão, por parte dos atores políticos, da inevitabilidade desse exercício pelo conjunto da população recém-incluída no eleitorado: "Aos poucos, ficou evidente que, para sagrarem-se vitoriosas, as campanhas eleitorais dependeriam do sucesso de um processo de incorporação de valores e demandas do campo popular".

Nos últimos anos, diversos estudos no âmbito dos programas de pós-graduação em História se dedicaram a compreender o impacto da formação dos partidos políticos nacionais e da ampliação e modificação do perfil do eleitorado, cada vez mais urbano e industrial, ampliando a percepção sobre os avanços e limitações dessa experiência democrática, com destaque para o período inicial, de 1945 a 1955. Nesta perspectiva se encontra a tese de Jailma de Lima (2010) sobre as campanhas eleitorais e seus atores Políticos no Rio Grande do Norte e a tese de Marcos Jovino Asturian (2019) sobre as disputas eleitorais entre o PSD e o PTB no Rio Grande do Sul, bem como as teses de Rafael Navarro Costa (2019) sobre a dinâmica político-eleitoral e o PSD no Rio de Janeiro e de Douglas Souza Angeli (2020) sobre as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul.

As campanhas eleitorais, a partir de 1945, evidenciam cada vez a necessidade de partidos políticos, candidatos, comitês de propaganda e cabos eleitorais realizarem esforços de convencimento, técnicas de conquista do voto e construção de imagens e discursos de mobilização (Lima, 2010). Pesquisas demonstraram o crescente papel das campanhas

eleitorais na busca por construção de uma popularidade e de uma proximidade com os eleitores (Costa, 2019; Asturian, 2019; Angeli, 2020). Os eleitores, nesse processo, não tiveram papel passivo, como demonstra o estudo de Jefferson José Queler (2015) sobre panfletos produzidos por apoiadores de Getúlio Vargas na campanha de 1950, analisando imagens e concepções pelas quais os apoiadores explicam, com linguagem própria, as razões do apoio e as expectativas quanto à eleição. Fenômeno semelhante pode ser observado no desenvolvimento do Movimento Popular Jânio Quadros em 1960 (Queler, 2010).

Ao longo do período 1945-1964, as campanhas ampliaram seus níveis de organização e aperfeiçoaram suas estratégias de propaganda e mobilização através de comícios e do uso dos meios de comunicação (Angeli, 2018). Aos poucos, um novo modelo de campanha eleitoral tomou forma nos centros urbanos e a comunicação com as camadas populares adquiriu centralidade, gerando uma tensão nas competências necessárias ao sucesso na carreira política. Um caso exemplar deste aspecto é a ascensão política de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul da segunda metade dos anos 1950, sua capacidade de oratória e eficiente uso do rádio como meio de difusão de suas propostas (Brandalise e Harres, 2016; Silva, 2020).

A transição política de 1945 e a construção do eleitor: uma conclusão

Ao longo do texto foram pontuados aspectos, com base na historiografia, para um exame das condições históricas para construção do eleitor na experiência democrática iniciada com a transição política de 1945. Essa transição, no bojo das transformações sociais e políticas do primeiro governo de Getúlio Vargas, definiu o caráter do regime balizado pela Constituição de 1946 e que perdurou até 1964, especialmente quanto à modificação das práticas políticas diante da presença da classe trabalhadora no eleitorado.

Apesar de ter sido gestada no regime autoritário, a transição política de 1945 constituiu-se em momento-chave do processo de construção social dos atores políticos para uma experiência democrática no Brasil. O caráter dessa transição, com ampliação e modificação do perfil do eleitorado, conformou um ambiente propício à construção de agentes

políticos interessados na competição eleitoral e no voto. O sistema político anterior a 1930 se baseou em uma participação eleitoral muito restrita, não reunindo elementos favoráveis a tal construção, especialmente no seio das camadas populares urbanas.

As elites políticas que se consolidaram no interior ou em oposição ao regime Vargas seriam decisivas na transição política de 1945, incluindo a formação dos partidos políticos nacionais. O regime foi responsável pela construção da figura do cidadão-trabalhador, incorporando a classe trabalhadora ao cenário das relações político-institucionais e, na sequência, ao eleitorado. A transição política de 1945 impulsionou a ampliação e a modificação do perfil do eleitorado, tornando-o mais amplo nas zonas urbanas e industriais.

É possível concluir que somente a partir das eleições 1945 se constituiu no Brasil um cenário propício à construção do eleitor em escala mais ampla, possibilitando a produção social de agentes políticos interessados no voto e na competição eleitoral em marcos democráticos.

Referências

ALVES, Samuel da Silva. **"Ideias novas para problemas velhos"**: a candidatura e a campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. Dissertação [Mestrado em História]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020.

ANGELI, Douglas Souza. "Por meio de sua arma que é o voto": poder local e eleitorado (1947-1959). **Passagens***:* Revista Internacional De História Política e Cultura Jurídica, v. 9, n. 3, 2017, p. 462-482.

ANGELI, Douglas Souza. **O candidato do povo**: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954). Tese [doutorado em História]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

ANGELI, Douglas Souza. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. **Capítulos de História Política**: fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 335-353.

ANGELI, Douglas Souza; COSTA, Rafael Navarro. A Lei Agamenon e as eleições de 1945: um retrato político-partidário e eleitoral com o fim do Estado Novo. **Antíteses**, v. 15, n. 29, 2022, p. 336–365.

ARAÚJO, Camilo Buss. **Os pobres em disputa**: Urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – anos 1950 e 1960. Dissertação [Mestrado em História]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

ASTURIAN, Marcos Jovino. **O Rio Grande do Sul dividido**: conflitos políticos eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual (1946-1954). Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico** [O Brasil Republicano, v. 1]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 161-189.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (orgs.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. "O povo nas ruas": Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53-85.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **O pecado original da República**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 55-82.

COSTA, Rafael Navarro. **Eleições se vencem em campanhas?** Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958). Tese [Doutorado em História] São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 97-118.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder**: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: ademarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). **Cad. AEL**, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 85-122.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática** [O Brasil Republicano v. 3]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico** [O Brasil Republicano, v. 1]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 387-416.

FRENCH, John. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec, 1995.

GARRIGOU, Alain. Le secret de l'isoloir. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 71-72, março 1988.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. "1945-1964: uma democracia representativa em consolidação". **Locus**: revista de História, 24, n. 2, 2018, p. 251-275.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 453-476.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas**: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

LIMA, Jailma Maria de. **Partidos, candidatos, eleitores:** o Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955). 2010. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. **A democracia ameaçada**: a Câmara dos Deputados confronta Getúlio Vargas (1934-35). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023.

OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 343-362.

OFFERLÉ, Michel. **Perímetros de lo político**. Contribuiciones a una socio-historia de la política. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo** [O Brasil Republicano, v. 2]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-38.

QUELER, Jefferson José. "Oh! Gegê! vem nos salvar": propaganda política popular (1945-1953). **Revista Tempo**, v. 21m n. 38, 2015, p. 131-150.

QUELER, Jefferson. Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960). **Tempo**, v. 14, n. 28, 2010, p. 59-84.

RÉMOND, René. As eleições. In : RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 37-56.

REZNIK, Luís; MIRANDA, Mário Angelo Brandão de Oliveira; MATTOS, Pablo de Oliveira de. Povo e democracia nos anos 1950 no Brasil. In: REZNIK, Luís (org.). **Linguagens políticas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Maud X, 2023, p. 13-66.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio a Castello. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil (desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1990.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 9, 1997, p. 57-74.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos perderemos**: a construção do federalismo oligárquico. Curitiba: CRV, 2017.

A INFLUÊNCIA ZAPATISTA NA POLÍTICA EXTERNA DO MÉXICO (1994-2000)

Gabriela Oliveira Elesbão[1]

Introdução

A presente pesquisa busca compreender como as ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional influenciaram a política externa mexicana desde sua emergência em janeiro de 1994, data de assinatura do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA) implementado entre México, Estados Unidos e Canadá, até os dias atuais. Esta investigação visa compreender estes fenômenos sob um viés decolonial a partir do reconhecimento de que a práxis Zapatista possui grande destaque por sua capacidade de mobilização popular e estratégia de comunicação, na região latino-americana (Darling, 2008; Dinerstein, 2010).

A década de 1990 foi marcada pelo encerramento da Guerra Fria, cujo vencedor foramos Estados Unidos. A adoção do modelo neoliberal pelos representantes políticos da América Latina, aconteceu de maneira unânime, mas não uniforme. Assim, esse período transparece a conjuntura internacional e os países da região buscam táticas para sua inserção internacional, resultando na abertura de mercados, privatização

1 Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS) - Lattes: http://lattes.cnpq.br/2757461732301974 Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6583-2703

de alguns setores econômicos e adoção de modelos de democracia voltados aos preceitos do neoliberalismo.

No México, sob a representação de Carlos Salinas de Gortári (candidato pelo Partido Revolucionário Institucional para o mandato de 1988-1994), foram implementadas uma série de reformas, incluindo a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1994, visando integrar a economia mexicana à dos Estados Unidos e do Canadá. Além disso, foram adotadas medidas de desregulamentação e abertura ao investimento estrangeiro direto, incentivando a entrada de capital externo no país. (Bethell, 2015)

O Exército Zapatista de Libertação Nacional é um movimento indígena e mestiço (Ramírez, 2008), cuja primeira aparição pública aconteceu em 01 de janeiro de 1994, para se contrapor à assinatura do NAFTA entre México, Estados Unidos e Canadá. O movimento armado tomou algumas regiões do território do estado de Chiapas, localizado no sul do México. Com influências do período colonial espanhol, associado a um ideário fundamentado na Revolução Mexicana (1910 a 1917) e regimentado pela ancestralidade do povo Maia e pela Teologia da Libertação, o EZLN reivindica autonomia indígena e denuncia a marginalização das condições de vida e acesso à terra como principal forma de subsistência das populações rurais do país (Darling, 2008; Ramírez, 2008; Holloway, Peláez, 1998).

Entende-se que a ascensão do movimento Zapatista associado à conjuntura latino-americana na década de 1990, oferece uma janela crítica para entender e enfrentar os desafios sociais, políticos e econômicos vivenciados na região, uma vez que demonstra a necessidade de uma transformação profunda das estruturas civis e institucionais para alcançar maior visibilidade para setores sociais que reivindicam emancipação e justiça social, tais como indígenas, mulheres e camponeses.

Neste contexto, a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte em 1994 simboliza a inserção internacional, a partir de uma onda de liberalização econômica entre os países latino-americanos e a comunidade mundial. O acordo representou uma abertura aos mercados norte-americanos, resultando em um aumento nas exportações, especialmente no setor automotivo e de manufatura (Cervo, 2000; Zanatta, 2012). Por sua vez, os Estados Unidos se

beneficiaram de acesso a uma fonte de mão de obra mais barata eda expansão de suas exportações para o México. No entanto, o NAFTA também gerouimpactos sociais e ambientais em terras mexicanas, onde contribuiu para a migração rural-urbana e a desigualdade econômica (Bowness, 2013; Sarson, 2007).

A assinatura do NAFTA entre México e EUA desencadeou uma reação por parte do Exército Zapatista, evidenciando como os movimentos insurgentes podem influenciar a formulação de políticas externas em países latino-americanos. A insurgência do EZLN revisitou a necessidade de reavaliar a política externa mexicana, especialmente em relação à integração econômica e à soberania nacional. Além disso, essa reação insurgente destacou a importância de considerar os impactos sociais e econômicos dos acordos comerciais nas comunidades locais, desafiando as abordagens liberais e promovendo uma maior atenção aos efeitos internos das políticas externas no México e em outros países da região.

Revisitando questões sobre identidade, poder, conhecimento e resistência, asreivindicações Zapatistas oferecem um quadro conceitual para pensar em alternativas ao modelo neoliberal dominante e para promover uma maior inclusão e reconhecimento das vozes e experiências marginalizadas na região (Castellanos, 1997; Dinerstein, 2010; Holloway; Peláez, 2008; Quijano, 2010; Walsh, 2018).

Embora não tenha uma presença militar significativa no cenário internacional, o Exército Zapatista possui grande relevância histórica na região latino-americana e sua capacidade de usar a comunicação globalizada e estabelecer conexões com outros movimentos sociais contribuiu para moldar debates e agendas políticas ao nível internacional (Ross, 2017). Sua influência persiste em discussões sobre justiça social, direitos indígenas e críticas ao modelo neoliberal: os Zapatistas continuam a ser um símbolo de resistência contra a desigualdade, inspirando movimentos sociais com seu modelo de organização comunitária e participativa e ainda, destacando a importância da autonomia e identidade indígena, influenciando políticas e reconhecimento de direitos em instância nacional e internacional. Além disso, sua crítica ao neoliberalismo fomenta debates acadêmicos e políticos,promovendo alternativas econômicas mais justas e sustentáveis.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)

O surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional foi resultado de um contexto complexo, envolvendo a inserção internacional do México, a partir da necessidade de desenvolvimento doméstico somado à opressão e marginalização causadas por essa inserção, nas populações indígenas e camponesas do sul do país. Conforme podemos compreender, a partir da explicação de Dinerstein (2009):

> Na América Latina, o desmantelamento e/ou recuo do Estado em áreas-chave de desenvolvimento durante o período neoliberal, combinado com a força histórica da resistência popular, transformaram a "sociedade civil" no reino o qual aqueles desfavorecidos pela globalização da economia mundial podem organizar os seus protestos e procurar alternativas" (Dinerstein, 2009, p. 8).

Assim, entendemos que o movimento surgiu em decorrência das dificuldades encontradas pelos indígenas para realizar a manutenção de seu modo de vida com a terra e, pela determinação dessas populações em lutar contra as medidas neoliberais adotadas pelo governo cenário o Exército Zapatista tem sua fundação em 17 de novembro de 1983, por um grupo de guerrilheiros de influência marxista-leninista, (Ramírez, 2005) a partir de uma dissidência do grupo Forças de Libertação Nacional (FLN). Seu objetivo inicial englobava uma série de reivindicações conhecidas no contexto latino-americano de lutas contra a pobreza: direito à terra, trabalho, educação e saúde para as populações socialmente marginalizadas.

A fundação do EZLN aconteceu na selva Lacandona, no estado de Chiapas, ao sul do território mexicano. O grupo manteve suas operações clandestinamente por toda a década de 1980, organizando as comunidades indígenas de ascendência Maia da região (Tzotzils, Tzetals, Tojolabals, Chols, Mams e Zoques) e conscientizando sobre a necessidade de resistir contra as políticas governamentais estabelecidas pelo México ao longo desse período (Ramírez, 2003); além da influência dos movimentos socialistas e comunistas do período de Guerra Fria, os Zapatistas inspiram-se no legado de Emilio Zapata, líder da Revolução Mexicana e mantém uma forte conexão com a Teologia da Libertação,

além de seguirem preceitos da cosmologia Maia. De acordo com Darling (2010):

> Os zapatistas constituem um amálgama original formado por diferentes povos preexistentes à Conquista, como choles, tzeltales, tzotziles e tojolabales, que encontram coesão no processo de agrupamento das entonas guerrilheiras zapatistas de inícios dos anos oitenta em Chiapas, seguindo o derrotero de um ciclo mais longo de lutas que teve a la finca - ou fazenda - como eje articulador da dominação. Com o passar do tempo, esses povos indígenas confluíram construindo uma subjetividade coletiva -composta por elementos culturais próprios-, sinalizada pelo antagonismo com o Estado para gerar uma forma distintiva de construir o político (Darling, 2010 p. 2).

O projeto político do EZLN possui nuances bastante específicas, caracterizadas pela herança colonial disciplinatória, deixada a partir da organização das haciendas espanholas e do sincretismo religioso da cosmologia indígena com o cristianismo. Essa valorização da subjetividade de seus membros, aliada à formulação de iniciativas políticas baseadas em uma herança da revolução mexicana, transformam esse movimento em uma iniciativa única na América Latina, uma vez que o Exército Zapatista promove um projeto político baseado na valorização da autonomia indígena e camponesa, respeitando sua subjetividade e transformando-a em um pilar para a reivindicação de direitos, sem negar o passado colonial, mas criando um novo horizonte a partir dele. Conforme exposto abaixo, por Dinerstein (2009):

> O significado que os zapatistas dão à sua ação direcionada a 'mudar o mundo' por meio de 'simples demandas' de justiça, dignidade e democracia (Ponce de León, 2001) é bem diferente daquelas propostas revolucionárias da esquerda tradicional. O zapatismo 'não se encaixa em nenhum molde previamente estabelecido do que a revolução deveria ser' (Holloway e Peláez, 1998). O cerne da novidade do zapatismo é o projeto de mudar o mundo sem tomar o poder: 'Queremos mudar o mundo, mas não tomando o poder, não para conquistar o mundo, mas para fazê-lo de novo' (Holloway, 2002). Isso não significa simplesmente, como sugerido por Cohen e Arato (1997), que os zapatistas são uma 'revolução autolimitada' que mostra uma 'autocompreensão que abandona os sonhos revolucionários em favor de uma reforma radical que não é necessária e primariamente orientada para o estado' (citado em Barker, 1997: 493). A revolução deles não é de fato orientada para o estado, mas é movida pela vontade de alcançar a auto-realização, de recuperar a

> capacidade humana de trabalhar e criar em solidariedade com a intenção de satisfazer necessidades essenciais, de recuperar o futuro. A obtenção da autodeterminação, solidariedade e auto-realização são incompatíveis com a lógica do poder estatal e do dinheiro. A noção de poder dos zapatistas é a de contrapoder (Dinerstein, 2009, p. 20).

A liderança dos Zapatistas, coordenada pelo Subcomandante Insurgente Marcos, é largamente conhecida: o professor de Filosofia que decidiu transformar sua realidade para viver na selva e auxiliar na rebelião indígena, até os dias atuais é lembrado pelos pronunciamentos poéticos, pela serenidade com a qual fala com o público e sobretudo, pela alta capacidade tática e estratégica durante toda a trajetória do grupo. De acordo com Henck (2007), "*La habilidad mediática y la flexibilidad mental del subcomandante Marcos lo han convertido en un vocero carismático del levantamiento indígena zapatista y en una figura aglutinante del movimiento internacional antiglobalización*."

Durante seus primeiros anos, o enfoque do grupo guerrilheiro era o treinamento, a organização e a educação dos indígenas, a fim de desenvolver uma rede de apoio nas comunidades, para fortalecer a resistência coletiva e a solidariedade. Isto, considerando o isolamento da região chiapaneca e o desfavorecimento econômico sofrido pelos habitantes locais. Diante deste cenário, a década de 1980 foi um período de transição, tendo preparado o terreno para o grande levante social organizado pelo Exército Zapatista. Conforme evidenciado pelo Subcomandante Marcos (2003):

> [...] o grupo era composto por seis pessoas, os primeiros seis insurgentes — cinco homens e uma mulher. Desses seis, três eram mestiços e três eram indígenas. A proporção de 50% de mestiços e 50% de indígenas nunca mais foi vista nestes vinte anos do EZLN. Nem a proporção de mulheres (menos de 20% naqueles primeiros anos). Hoje, vinte anos depois daquele 17 de novembro, a porcentagem é provavelmente de 98,9% de indígenas e 1% de mestiços. A proporção de mulheres está próxima de 45% (SCI Marcos, 2003 apud Ramírez, 2008 p. 21).

Outro importante aspecto que contribuiu para a insurreição zapatista foi a dificuldade de acesso à terra pelos indígenas e camponeses locais. Como resquício de um longo período de colonização e posteriormente, da concentração de trabalhadores nas haciendas do México, muitos

indígenas trabalhavam principalmente como peões e viviam em condições de servidão. A introdução de políticas que favoreciam a privatização de terras comunais (ejidos) ameaçava o modo de vida tradicional das comunidades indígenas, que dependiam da posse comunitária da terra para sua subsistência.

A importância da terra no contexto dessas comunidades pode ser explicada a partir da ocupação de territórios em Chiapas: San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Altamirano, Oxchuc, Huixtan, Chanal e Ocosingo. Todas essas cidades eram e continuam a ser reconhecidas por sua população rural e indígena, de subsistência garantida majoritariamente por meio da agricultura. Portanto, a luta pela terra era considerada como central, uma vez que envolvia aspectos materiais relacionados às condições de vida e sustento desses grupos e, aspectos subjetivos, como a necessidade de recuperar terras cujo pertencimento aos indígenas era caracterizado pela sua ocupação ancestral histórica.

Desse modo, percebe-se o trabalho de conscientização e consolidação de uma base de apoio sólida feita pelos Zapatistas com a população da selva Lacandona, a fim de promover a capacidade e auto-organização das comunidades. Por meio de reuniões e da disseminação de ideias revolucionárias ao longo de onze anos, possibilitou-se mobilizar essas comunidades para a causa da luta indígena armada: assim, em 01 de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional fez sua primeira aparição para o mundo.

Segundo o porta-voz do movimento, Subcomandante Marcos, a insurgência do EZLN é uma luta contra o governo do México, sob o entendimento de que este governo também estásubmetido às exigências do mercado financeiro internacional. Conforme destacado no documentário Zapatista (1995): Nós nos rebelamos em janeiro de 1994, quando celebravam o clímax da globalização, no momento em que o México se apagava como nação e passava a ser parte do supermercado mundial. (Sub. Marcos, 1994); assim, o EZLN se posiciona como uma resistência contra a opressão e a exploração resultantes das políticas neoliberais.

A luta do movimento não é apenas por direitos indígenas e pela autonomia das comunidades zapatistas, mas também contra a marginalização e a desigualdade geradas por um sistema econômico

global que prioriza os lucros sobre as pessoas. Esta perspectiva é evidenciada nas declarações e ações do EZLN, que enfatizam a necessidade de justiça social, democracia participativa e o respeito às culturas e modos de vida tradicionais. Conforme explicitado na Quarta Declaração da Selva Lacandona (1996):

> Muitas palavras caminham pelo mundo. Muitos mundos se fazem. Muitos mundos nos fazem. Há palavras e mundos que são verdades e verdadeiros. Nós somos feitos por palavras verdadeiras. No mundo do poderoso não cabem mais que os grandes e seus servidores. No mundo que nós queremos, cabem todos. O mundo que queremos é um onde caibam muitos mundos. A Pátria que queremos construir é uma onde caibam todos os povos e suas línguas; que todos os passos a caminhem, que todos a riam, que todos a façam amanhecer. Falamos à unidade inclusive quando calamos. Baixinho e debaixo da chuva, falamos as palavras que encontram a unidade que nos abraça na história e faz rejeitar o esquecimento que nos enfrenta e destrói. (EZLN, 1996)

A atuação do Movimento Zapatista é caracterizada pelo enfoque na resistência e na busca pela autonomia. Esses dois conceitos são largamente usados nas comunidades do Movimento e oferecem perspectivas importantes para compreensão de seu projeto político. A partir da necessidade de resistir diante das investidas políticas do governo doMéxico, surge a autonomia, percebida na filosofia Zapatista como o direito dos povos indígenas a decidirem sobre sua subsistência, seus processos políticos e seus representantes,ou seja, um elemento que mantém a capacidade do movimento de seguir perseguindo a dignidade de seus membros, respeitando seu modo de vida e lutando para a construção de um mundo com horizontes amplos e alternativas políticas voltadas para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e plural. Conforme explica o Comandante Moisés, representante do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena:

> Cada pueblo indígena, cada etnia, tenga su propio gobierno. Pero que gobierne con propia autonomía y que no hay necesidad de que otro esté aplastando o esté manipulando. Como indígena necesitamos autonomía propia, necesitamos esa identidad, esa dignidad, pues. Dignidad de vivir y respetar. (C.C.R.I – C.G del EZLN,4 de febrero de 1994).

Ademais, a insurreição Zapatista influenciou a conjuntura doméstica do México, ao advogar pela construção de uma sociedade baseada em ideais democráticos, onde todos os cidadãos têm algo a ensinar e a aprender. No contexto mexicano de perpetuação do Partido Revolucionário Institucional no poder, bem como, de acirramento das políticas neoliberais, o movimento foi bem-sucedido ao refletir as demandas das populações rurais e originárias e encontrar apoio nos setores trabalhistas, religiosos e médios da população mexicana, pressionando pela transição democrática do país.

> Nesse sentido, o zapatismo colocou no centro do debate político nacional as reivindicações relativas à legitimidade dos direitos dos povos indígenas do país e não apenas do povo de Chiapas, mas também contribuiu para a mobilização, abrindo espaços de diálogo e encontro para que os povos indígenas reafirmassem suas identidades em torno do reconhecimento constitucional de suas demandas. Outro aspecto relevante, não menos importante, é que as reivindicações zapatistas não só permaneceram no âmbito nacional, mas adquiriram um caráter universal, quando outros povos e/ou minorias do mundo se identificaram com os rebeldes, o que se reflete no apoio internacional e solidariedade que chega às comunidades. Pouco depois de declarar guerra, os zapatistas preparavam-se para falar (Sánchez, 2011, p. 158).

No ideário zapatista a importância da dignidade e do respeito mútuo, não apenas entre humanos, mas também com a natureza é enfatizada. Este respeito é evidenciado na maneira como as comunidades gerem seus recursos naturais, a partir de uma relação sustentável e harmoniosa com o meio ambiente. Outro aspecto importante é a construção de uma narrativa que celebra a diversidade cultural e linguística, resistindo à homogeneização cultural imposta pela globalização (Narváez, 2006). Finalmente, a epistemologia zapatista contribui significativamente para as teorias de democracia participativa, oferecendo um modelo onde a tomada de decisões é inclusiva e descentralizada. Através das Juntas de Buen Gobierno e das assembleias comunitárias, os zapatistas demonstram a possibilidade construir um sistema político representativo e responsivo às necessidades das pessoas, fortalecendo a coesão social e a solidariedade.

Consideramos importante ressaltar que o Movimento Zapatista possui três atores, em instâncias diferentes: o Exército Zapatista de

Libertação Nacional é o órgão político-militar da organização, sendo liderado pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (esta separação entre Exército e Administração, será explicada a seguir); além disso, compõe o movimento, as sete diferentes comunidades indígenas assentados ao longo do território Zapatista; por fim, são também considerados como parte do movimento, a sociedade civil nacional e internacional, apoiadora dos Zapatistas (Espinoza, 2006).

As estratégias de ação adotadas pelo Movimento ao longo de sua trajetória, podem ser divididas em quatro eixos: 1) diálogo com a elite política mexicana, 2) diálogos e encontros com outros movimentos, a fim de alinhar frentes de reivindicação contra a corrupção e às políticas capitalistas do governo do México, 3) convocação de congressos, visitas e reuniões para aproximação da sociedade civil nacional e internacional e 4) desenvolvimento autônomo de recursos para garantir a subsistência das comunidades indígenas assentadas (Espinoza, 2006; Ramírez, 2005).

Outro aspecto importante sobre o Zapatismo, diz respeito à sua ruptura com os modelos tradicionais de organização da esquerda, que frequentemente enfatizavam a centralização, a uniformidade ideológica e a coesão em torno de diretrizes fixas e lideranças centrais. Diferente disso, o EZLN propõe uma transformação social plural, baseada na multiplicação de atores e na coexistência de diferentes formas de organização política.

A ideia do "bom governo" e das "sociedades civis" não busca homogeneizar as forças de mudança, mas sim abrir espaço para uma atuação coletiva que respeite a diversidade e a autonomia dos participantes. Esse modelo permite a ação conjunta sem a necessidade de suprimir a identidade de cada grupo ou comunidade. As Juntas de Bom Governo são, assim, um exemplo de unidade na diversidade, agindo como instâncias de coordenação que não centralizam poder ou impõem mandatos, mas que respeitam as decisões das bases, promovendo uma forma mais democrática e inclusiva de organização política.

Organização Zapatista: autonomia e articulação internacional

A primeira década de atuação pública do EZLN foi marcada pela estruturação do território administrado pelo grupo, estabelecimento de

seu projeto político para a sociedade civil mexicana e internacional e pela tentativa de negociação com o governo do México.

Entre 1994 e 2004, a organização do Exército Zapatista evoluiu significativamente. Esse período foi o de maior mobilização pública do EZLN, envolvendo o lançamento dos manifestos conhecidos como Declarações da Selva Lacandona e realizando Congressos e eventos internacionais, a fim de fortalecer o apoio popular ao grupo e mostrar aos visitantes a organização de suas sete comunidades, chamadas de Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ), cuja sede administrativa era inicialmente conhecida por Aguascalientes e posteriormente, como Caracóis.

Os Municípios Zapatistas eram regidos por um conjunto de nove leis, lançadas em janeiro de 1994. As Leis Revolucionárias abordam áreas relacionadas aos direitos humanos, direitos trabalhistas, seguridade social e conduta dos integrantes do movimento. Neste contexto, a Lei Revolucionária Agrária, a Lei Revolucionária de Mulheres e os Sete Princípios Ético-Políticos Zapatistas são os documentos de maior destaque na condução das ações do grupo.

A Lei Revolucionária Agrária é considerada como um aprofundamento dos ideais da Reforma Agrária iniciada na Revolução Mexicana de 1910. O texto do documento prevê a utilização comunitária das terras, o direito dos camponeses e indígenas ao usufruto do território, enquanto trabalhadores deste espaço e o imposto para empresas estrangeiras usufrutuárias das terras nacionais. Abaixo, os artigos quinto, sexto e sétimo da Lei, demonstrando estas características:

> Quinto. As terras atingidas por esta lei agrária, serão repartidas entre os camponeses sem terra e os diaristas agrícolas, que assim o solicitarem, como PROPRIEDADE COLETIVA para a formação de cooperativas, sociedades camponesas ou coletivas para a produção agrícola e a criação de gado. As terras atingidas deverão ser trabalhadas coletivamente.
> Sexto. Tem DIREITO PRIMÁRIO de solicitação das terras os coletivos de camponeses pobres sem terra, de diaristas agrícolas, homens, mulheres e crianças, que forneçam as devidas provas de não serem proprietários de nenhuma terra ou de terra de má qualidade.
> Sétimo. Para a exploração das terras em benefício dos camponeses pobres e dos diaristas agrícolas, as expropriações dos grandes latifundiários e dos monopólios agropecuários incluirão meios de produção tais como maquinários, adubos, armazéns,recursos financeiros e assessoria técnica. Todos estes meios deverão ser transferidos para as mãos dos camponeses

> pobres e dos diaristas agrícolas com atenção especial para os grupos organizados em cooperativas, coletivos e sociedades (Lei Revolucionária Agrária, EZLN, 1994).

A Lei Revolucionária de Mulheres (LRM) demonstra o comprometimento do Zapatismo, com a conscientização sobre os direitos femininos em suas comunidades. Desenvolvida a partir do ativismo de personalidades como a Comandanta Ramona, nosprimeiros anos do movimento, esta lei propõe uma premissa básica: "nunca mais um México sem nós", ou seja, a afirmação de que as mulheres indígenas e camponesas estavam comprometidas com a reivindicação de direitos sociais e políticos como horizonte em sualuta. A LRM discorre sobre a participação de mulheres em cargos de liderança no Exército e nas zonas administrativas do grupo, estabelece seu livre arbítrio e uma idade mínima para o casamento, bem como, aponta para o acesso feminino à educação, formas de sustento e independência. Esta lei é bastante significativa no contexto chiapaneco, pois estima-se que a maioria das mulheres sofriam com a imposição de casamentos às meninas a partir de doze anos, além de violência doméstica e proibição de frequentar a escola ou espaços públicos. De acordo com Raúl Ornelas (2005):

> A Lei de Mulheres é a disposição com maior impacto, tanto dentro das comunidades como para o resto do país e inclusive do mundo. Em vista da situação de opressão extrema em que vivem as mulheres indígenas, as formulações zapatistas significam uma revolução nas comunidades: toda a sua estrutura econômica, social e cultural é posta em questão. Como o próprio EZLN comunicou, os avanços na aplicação desta Lei são irregulares e limitados, mas só o fato de ter trazido à luz as demandas elementares das mulheres como parte de um programa revolucionário abriu um horizonte de transformação acelerada que alimenta a vitalidade da luta zapatista. Do mesmo modo, a Lei de Mulheres é uma referência para indivíduos, forças políticas e sociais, que encontraram nela um ponto de apoio para promover as discussões sobre as relações de gênero em seus próprios âmbitos (Ornelas, 2005, p. 138).

Já os Sete Princípios Ético-políticos Zapatistas, também conhecidos como Princípios do Mandar Obedecendo, são os seguintes: servir e não servir-se, representar e não suplantar, construir e não destruir, obedecer e não mandar, propôr e não impor, convencer e não vencer, baixar e não subir. De acordo com o Subcomandante Marcos:

> Estes sete princípios tornam-se a grande referência de organização do movimento zapatista, justamente porque constituirão as relações que formam a organização territorial das coletividades, sendo aplicados em todas as instâncias organizativas. Certifica-se, assim, com base nos 7 princípios, que as autoridades estejam cumprindo os acordos das comunidades, informando regularmente, com o "peso" do coletivo (SCI MARCOS, 2003).

Com estes princípios, o grupo estabeleceu os MAREZ, ou seja, Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas. Esses municípios eram territórios autônomos onde as comunidades indígenas exerciam seu autogoverno. Os MAREZ se organizavam em torno de assembleias comunitárias e conselhos de governo, que tomavam decisões coletivas sobre questões locais. Nesses municípios, a educação, a saúde e a justiça eram áreas prioritárias nas quais os administradores buscavam alternativas ao sistema estatal. (Espinoza, 2006; Ramírez, 2005; Silveira, 2021) Por exemplo, criaram escolas autônomas e clínicas de saúde geridas pelas próprias comunidades, de acordo com o explicado por Renata Silveira (2021):

> [...] os MAREZ têm a exclusividade na função de implementação da justiça, da saúde comunitária, da educação, da moradia, da terra, do trabalho, da alimentação, do comércio, da informação, da cultura e do trânsito local. Numa assembleia municipal, as autoridades dos MAREZ lançam as propostas e essas devem ser debatidas e consensuadas entre toda a comunidade. Por isso é necessário o trabalho político e ideológico, sempre lembrando o "convencer, e não vencer", ou seja, a partir do Mandar Obedecendo. À medida que vai aumentando o número de demandas, aumenta também a necessidade de se nomear mais pessoas para as funções, seja em nível comunitário, municipal ou zonal (Silveira, 2021).

Além dos Municípios, foram criados em 1994 os *Aguascalientes*: centros simbólicos e temporários de encontro e mobilização política, cultural e social. Seu papel era de articulação e promoção do diálogo entre os zapatistas, outras organizações civis e simpatizantes, tanto do México quanto internacionais.

Os *Aguascalientes* foram utilizados para realizar assembleias, encontros e eventos culturais e políticos, como o Fórum Nacional Indígena e o Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o

Neoliberalismo. Estes não eram estruturas permanentes de governo ou administração local, seu caráter era temporário e destinado a receber eventos e atividades para reunir as comunidades zapatistas e seus apoiadores. Dessa forma, serviam como ponto de contato entre o EZLN e organizações externas, promovendo solidariedade e cooperação com outros movimentos sociais, organizações civis e apoiadores internacionais (Silveira, 2021).

Em 2003, os *Aguascalientes* são reestruturados e oficialmente substituídos pelos Caracóis. Esta reestruturação é um processo análogo à relação do EZLN com o governo de Ernesto Zedillo (PRI). Após o levante do grupo e sua declaração de guerra contra o governo, aprincipal ação do poder Executivo mexicano foi a utilização das Forças Armadas do Estado, na repressão dos insurgentes. A partir da repercussão positiva do ideário Zapatista junto à população mexicana e comunidade internacional, o Estado do México foi forçado a estabelecer uma estratégia de cessar-fogo unilateral.

Em fevereiro de 1995 foi lançada a Lei de Diálogo, Conciliação e Paz, que estabeleceuo caminho para um processo formal de negociações (Speed, 2011). Esse movimento foi acompanhado pelo EZLN como uma oportunidade de mobilizar a opinião pública a seu favor:uma vez que o objetivo final do grupo era reivindicar o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas (naquele período, representado pelo acesso à serviços básicos de saneamento,saúde e modo de subsistência).

Aceitar negociar com o governo e depor as armas representou uma chance de buscar soluções pacíficas para suas demandas, evitar mais derramamento de sangue e fortalecer sua legitimidade e apoio popular. Além disso, ao engajar-se em negociações, o EZLN pôde demonstrar seu compromisso com a democracia e a paz, ao mesmo tempo em que pressionavao governo a cumprir suas promessas e honrar os direitos das comunidades indígenas (Ramírez, 2005).

O diálogo entre as partes aconteceu entre outubro de 1995 e fevereiro de 1996, na cidade de San Andrés Larráinzar (Chiapas). As reuniões foram organizadas em quatro temas principais, para contemplar as demandas Zapatistas e também, apelos da população mexicana pela priorização da paz.

As quatro temáticas das mesas de debate eram: Direitos e cultura indígena: incluía o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, proteção à cultura, usos e costumes, alémda autonomia das comunidades indígenas; Justiça e democracia: tratava de reformas políticas para fortalecer a democracia, garantir maior participação cidadã e combater a corrupção; Bem-estar e desenvolvimento econômico: envolvia a busca por políticas econômicas que respeitassem as comunidades indígenas e camponesas, com foco em desenvolvimento sustentável, reforma agrária e redistribuição de terras; Mulheres indígenas: o EZLN deu grande importância à luta das mulheres, e havia mesas específicas sobre os direitos e a participação das mulheres indígenas na sociedade.

Nas mesas estavam reunidos representantes do EZLN, governo, sociedade civil e especialistas convidados, que deveriam elaborar propostas e documentos para o processo de negociação. Os negociadores enviados pela administração do México, faziam parte do Ministério do Interior e também, dos setores militares e de políticas sociais. Outros mediadores importantes foram a Comissão Nacional de Intermediação (CONAI), presidida pelo bispo de San Cristóbal de las Casas, Dom Samuel Ruiz, essa comissão tinha o papel de mediadora entre o governo e o EZLN e também, a Comissão de Concordância e Pacificação (COCOPA): um grupo multipartidário de parlamentares mexicanos que também atuou como mediador.

A COCOPA procurou encontrar soluções legislativas para as demandas indígenas e apresentou propostas de reformas constitucionais para atender aos acordos, tais como reforma do Artigo 27 da Constituição, relacionado à propriedade da terra, e do Artigo 115, que tratava de autonomia municipal, a fim de assegurar a gestão autônoma das comunidades indígenas. Além disso, buscava garantir a preservação das línguas e culturas indígenas.. No entanto, o processo foi marcado por avanços e retrocessos.

Enquanto as negociações avançaram significativamente na mesa de direitos e cultura indígena, levando à assinatura dos Acordos de San Andrés (1996), outras mesas, como as de desenvolvimento econômico e justiça, enfrentaram maiores dificuldades, como a ausência de representantes do governo do país. A falta de compromisso do governo em implementar os Acordos de San Andrés fez com que o EZLN

interrompesse o diálogo. O contexto das negociações e o caráter das reivindicações Zapatistas podem ser explicados por Shannon Speed (2011):

> Embora representassem um passo importante na luta para derrubar séculos de opressão, na situação política em que o México se encontrava na altura, não havia nada de particularmente radical nos Acordos. Baseavam-se no direito internacional, principalmente na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 169), que o México assinou e ratificou em 1990, transformando-a em direito constitucional. No entanto, a administração do presidente Ernesto Zedillo reverteu os Acordos. O órgão legislativo que participou do processo de negociação em San Andrés, denominado Comissão de Concórdia e Pacificação (Cocopa), preparou a legislação para cumprir os acordos e apresentou-a ao Executivo. Mas recusou-se a aceitar a iniciativa e finalmente admitiu que não tinha certeza do conteúdo do que foi assinado pelo seu próprio secretário do Interior (La Jornada, 10 de janeiro de 1997). Este desastre legislativo e político concluiu efetivamente o processo de paz e contribuiu, sem dúvida, para a consolidação da exigência do reconhecimento dos direitos e da autonomia indígenas no movimento zapatista. A próxima ronda de conversações, sobre "Democracia e Justiça", foi inaugurada mas concluída sem se chegar a acordo. Pouco depois, o EZLN abandonou as negociações, argumentando o descumprimento do governo com os acordos assinados (Speed, 2011, p. 137-138).

No início dos anos 2000, mesmo com a chegada de Vicente Fox (Partido de Ação Nacional, PAN) para a presidência do México, o governo ainda demonstrava resistência em implementar a reforma conforme acordado na gestão anterior. A proposta da COCOPA, foi modificada e diluída, mediante a alegação de que a autonomia indígena ameaçava a integridade territorial e o controle do Estado. Neste momento, o Exército Zapatista viu uma oportunidade de retomar a luta pela aprovação da Lei de Direitos e Cultura Indígena: em 2001 foi realizada a *Marcha por el Color de la Tierra*, uma caminhada de Chiapas até a Cidade do México, organizada para pressionar o governo e o Congresso a aprovar a reforma constitucional baseada nos Acordos de San Andrés e garantir os direitos indígenas. Para este momento, o EZLN buscou alianças com outras organizações sociais e movimentos de base, tanto no México quanto internacionalmente, promovendo o diálogo e a solidariedade em vez da violência.

Ao final da marcha, o Congresso mexicano finalmente aprovou uma reforma constitucional sobre os direitos indígenas, a Lei de Direitos e Cultura Indígena, chamada pelosmovimentos sociais de Lei Light, não cumpria as reivindicações propostas pelos gruposnegociadores nos anos anteriores. Embora baseada na proposta da COCOPA, sofreu várias alterações que a tornaram muito menos abrangente do que o EZLN e as comunidades indígenas esperavam, especialmente nos tópicos de autonomia e reconhecimento cultural (Speed, 2011).

O controle estatal sobre recursos naturais e a autoridade do governo federal sobre os territórios indígenas foram mantidos. Ainda, embora a reforma reconhecesse oficialmente a diversidade cultural do México, ela não incluía mecanismos eficazes para garantir a autodeterminação das comunidades indígenas (Ramírez, 2005). Em seu manifesto intitulado Quinta Declaração da Selva Lacandona (1998), os Zapatistas expressam sua avaliação sobreos debates de San Andrés:

> Uma reforma constitucional em matéria de direitos e cultura indígenas não deve ser unilateral, deve incorporar os Acordos de San Andrés e reconhecer assim os aspectos fundamentais das reivindicações dos povos índios: autonomia, territorialidade, povos índios, sistemas normativos. Nos Acordos reconhece-se o direito à autonomia indígena e ao território, conforme o convênio 169 da OIT, assinado pelo Senado da República. Nenhuma legislação que pretenda restringir os povos índios ao limitar os seus direitos às comunidades, promovendo assim a fragmentação e a dispersão que tornem possível o seu aniquilamento, poderá assegurar a paz e a inclusão na Nação dos mais antigos dos mexicanos. Qualquer reforma que pretenda romper os laços de solidariedade históricos e culturais que há entre os indígenas, está condenada ao fracasso e é, simplesmente, uma injustiça e uma negação histórica (EZLN, 1998).

A reação governamental, portanto, gerou forte oposição do EZLN e de organizações indígenas: a reforma foi considerada um retrocesso em relação aos acordos de San Andrés e uma traição às promessas feitas durante as negociações. Desse modo, o movimento zapatista passou a adotar uma postura de resistência autônoma, sendo a interrupção de qualquer forma de diálogo com instâncias governamentais, a primeira medida adotada.

> A democracia, segundo o zapatismo, deve ter cinco princípios sobre os quais se configura: 1) Comandar-obedecer (ou, como dizem, que quem comanda, comanda obedecendo); 2) decisões tomadas coletivamente e em consenso; 3) respeito pelas diferenças; 4) participação de toda a comunidade, tanto na tomada de decisões como nas tarefas governamentais; e 5) revogação do mandato quando a autoridade não cumprir os seus compromissos. (Esta democracia assemelha-se aos modelos participativos e deliberativos que foram construídos na teoria política.) Com as JBG, foram implementados mecanismos no exercício do governo (assembleias, destituição e rotação de autoridades, comissões e promotores da saúde e da educação) que procuraram colocar em prática os princípios da democracia zapatista (Espinoza, 2006, p. 224).

Assim, percebemos que os princípios fundamentais da concepção zapatista de democracia, destacam uma perspectiva participativa e comunitária, diverso aos modelos tradicionais de democracia representativa. O conceito de "mandar-obedecendo" sugere uma relação de poder horizontal, no qual as autoridades o fazem sob a supervisão e o comando da comunidade, rompendo com a estrutura hierárquica clássica. Esse princípio, aliado à tomada de decisões coletivas e por consenso, promove um modelo de governança que busca a integração de diversas vozes e a participação direta, evitando decisões unilaterais.

A valorização das diferenças e a participação de toda a comunidade, na formulação e na execução das decisões, reforçam o caráter inclusivo dessa estrutura democrática. Para os Zapatistas, as diferenças são vistas não como um obstáculo, mas como um valor essencial para fortalecer o tecido social e garantir a diversidade na tomada de decisões. A revogação de mandato, por sua vez, é uma ferramenta que assegura que a autoridade seja responsável e cumpra seus compromissos, permitindo à comunidade exercer controle contínuo sobre seus representantes (Sanchez, 2018; Silveira, 2021).

Esse processo, representa uma inversão do que geralmente ocorre em cenários de guerrilha: em vez de cooptar os indígenas para a causa revolucionária, o EZLN foi apropriado pelos indígenas e, a partir de então, se submete aos seus interesses. Essa mudança estratégica e estrutural transformou o movimento de um grupo insurgente com aspirações militares para uma organização política que se coloca a serviço das comunidades, reforçando sua legitimidade ao se ancorar

nas tradições de autogestão e participação direta dos povos indígenas. Conforme exposto, a seguir:

> Numa das primeiras entrevistas com o Subcomandante Marcos, ele comenta: "a primeira derrota do EZLN, a mais importante e a que o marcou a partir de então. [...]. E aí começa o processo de transformação do EZLN, de um exército revolucionário de vanguarda em um exército de comunidades indígenas" (Le Bot, 1997, p.148). Em outro momento, em outra entrevista coletiva, ele afirmaria: "quando começar a entrar mais gente das comunidades. [...] começamos a aceitar a autoridade das comunidades." (Subcomandante Marcos, julho de 1994). Portanto, ocorre um processo inverso, onde "o EZLN não é uma guerrilha que "captura" indígenas, mas sim uma organização apropriada pelos índios e sujeita aos interesses comunitários" (Díaz-Polanco, 2006, p. 139).

Assim, o EZLN se consolida como um movimento reivindicante de transformação social, mas também incorpora, em sua própria organização, os princípios de autonomia e horizontalidade, respeitando as vozes daqueles a quem representa. Este é um exemplo paradigmático de como uma organização insurgente pode se adaptar às circunstâncias sociopolíticas e aos interesses das bases que a compõem, tornando-se um modelo de democracia comunitária e participativa (Díaz-Polanco, 2006; Silveira, 2021).

> A autonomia zapatista representa muito mais do que simplesmente uma resposta à intransigência do governo em instituir a reforma dos direitos indígenas. É apresentada uma conceituação diferente desses direitos que elimina funcionalmente os regimes jurídicos do Estado como referência externa para a existência de direitos. [...] Isto não significa que o Estado seja irrelevante – a autonomia zapatista, mesmo quando completamente liberta da interação estatal, ainda é forjada num diálogo mudo com o Estado. Contudo, ao recusarem conceder ao Estado o poder de designar quem são os titulares de direitos e de quais deles podem usufruir, os zapatistas articulam um discurso radicalmente diferente (Speed, 2011, p. 157).

A organização dos territórios zapatistas nesse período demonstrou a capacidade das comunidades indígenas de autogerir seus assuntos e criar estruturas sociais justas e sustentáveis, baseadas em princípios de igualdade, dignidade e respeito aos direitos humanos. A transição do EZLN de um movimento guerrilheiro para um movimento mais

pacífico e voltado para a construção de autonomia foi impulsionada por uma combinação de fatores estratégicos, desconfiança nas intenções do governo e uma forte ênfase em desenvolver alternativas sustentáveis e autônomas para as comunidades indígenas. A decisão de negociar com o governo foi complexa e refletiu tanto a busca por justiça e reconhecimento quanto às limitações e frustrações inerentes ao processo de diálogo.

Política externa do México e Exército Zapatista: repercussão internacional doconflito de Chiapas

O estado de Chiapas, localizado em uma região marcada por uma alta concentração de populações indígenas e por um histórico de marginalização econômica e social, ofereceu o terreno fértil para a insurgência Zapatista. A luta dos Zapatistas ao longo de sua trajetória de trinta anos, embora distinta em contexto e objetivos específicos da Revolução Mexicana, compartilhou com o movimento de Zapata a demanda central por justiça agrária e autonomia: reivindicando o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades indígenas, a autonomia política e cultural e a resistência às políticas econômicas que priorizavam os interesses corporativos internacionais sobre os direitos das populações locais (Ramírez, 2008; Holloway, 2010).

Além disso, desde o início da década de 1990, Chiapas enfrentava consequências das decisões políticas voltadas para a modernização do México: a assinatura do NAFTA aconteceu oficialmente em 1992, mas desde o ano anterior, o governo de Carlos Salinas de Gortari havia imposto a Lei de Reforma Agrária, que encerrava a utilização dos *ejidos* (terras comunais) pelos camponeses do país, cedendo lotes para investimento estrangeiro. A introdução dessas políticas ameaçava o modo de vida tradicional das comunidades indígenas, que dependiam da posse comunitária da terra para sua subsistência.

Em relação à sua política externa, desde a segunda metade do século XX, o México passou por mudanças significativas, refletindo transições econômicas, políticas e sociais no cenário doméstico do país e no cenário global. Para fins de análise neste projeto, manteremos como parâmetro a década de 1980, quando a crise da dívida impôs desafios econômicos significativos, forçando o México a adotar políticas de ajuste estrutural sob a orientação do FMI e do Banco Mundial (Velasco, 2010).

Foi a partir deste período que ocorreu a grande transformação na política externa mexicana: os governos de Miguel de la Madrid e, posteriormente, o de Carlos Salinas de Gortari, adotaram um processo de liberalização econômica. As reformas neoliberais incluíram a privatização de empresas estatais e a liberalização do comércio. Este período culminou na assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1992, um marco na associação econômica do México com os Estados Unidos e o Canadá. O NAFTA não apenas transformou a economia mexicana, mas também marcou uma mudança significativa na política externa do país, estreitando os laços econômicos e políticos com os EUA (Leah 2017).

No contexto apresentado, a política externa do México e a rebelião Zapatista estão relacionadas, especialmente ao conectarmos as pressões internacionais exercidas por instituições mediadoras globais. O EZLN mobilizou a atenção internacional para as questões de direitos humanos e a marginalização das comunidades indígenas em Chiapas, gerando uma repercussão global que não poderia ser ignorada pelo governo mexicano. A rebelião destacou as falhas do modelo neoliberal promovido pelo NAFTA, que, embora beneficiasse a economia nacional em termos de comércio e investimento, agravou as desigualdades sociais e econômicas no país (Phillips, 2019).

Entre os anos 1990 e 2000, as Instituições internacionais, como as Nações Unidas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, começaram a exercer pressão sobre o México para abordar as denúncias de violações de direitos humanos e melhorar as condições de vida das populações indígenas. A visibilidade global da rebelião Zapatista forçou o México a reavaliar sua política externa, não apenas para defender sua imagem internacional, mas também para responder às crescentes críticas e demandas por justiça social. Um exemplo da visibilidade internacional adquirida pelo conflito entre Zapatistas e o Estado mexicano foi a visita de observadores internacionais, para averiguar a condução da resolução do conflito e o respeito aos direitos humanos com as comunidades indígenas, nos anos de 1994 e 2001 (Ramírez, 2008).

A política externa mexicana, portanto, passou a incluir um foco maior em direitos humanos e questões indígenas, buscando mitigar as críticas e melhorar sua imagem global. A resposta do governo às demandas

Zapatistas, influenciada pelas pressões internacionais, resultou em negociações e acordos que tentavam atender algumas das reivindicações do EZLN, enquanto equilibrava as exigências econômicas e comerciais impostas pelo NAFTA e seus parceiros norte-americanos.

Conclusão

Entre 1994 e 2000, a política externa do México passou por mudanças significativas, fortemente influenciadas pela insurgência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). O levante Zapatista coincidiu com a implementação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que simbolizou uma abertura da economia mexicana ao mercado global, particularmente aos Estados Unidos e Canadá. O EZLN se opôs ao NAFTA, argumentando que as políticas neoliberais por trás desse tratado intensificaram a desigualdade e a marginalização das populações indígenas e rurais, especialmente no estado de Chiapas.

A insurgência Zapatista obteve repercussão internacional para as questões sociais e políticas do México, com um enfoque particular nos direitos indígenas e na justiça social. A partir de 1994, o movimento passou a exercer pressão sobre o governo mexicano e provocou debates globais sobre os impactos sociais das políticas econômicas neoliberais. A visibilidade internacional do EZLN, através da mídia e do apoio de movimentos sociais estrangeiros, influenciou diretamente a política externa mexicana. O governo de Ernesto Zedillo e depois o de Vicente Fox foram forçados a responder às críticas internacionais sobre a violação de direitos humanos e a marginalização indígena.

Os Acordos de San Andrés, de 1996, foram um marco nas negociações entre o EZLN e o governo mexicano, focados em garantir direitos culturais e autonomia para as comunidades indígenas. Contudo, a falha do governo em implementar esses acordos manchou a imagem internacional do México, que buscava projetar uma postura de modernização e integração com o mercado global. Nesse contexto, a política externa mexicana foi direcionada a equilibrar a promoção de uma imagem positiva internacional com a necessidade de gerenciar as críticas e pressões decorrentes das violações aos direitos indígenas.

Assim, o EZLN influenciou a política externa mexicana ao trazer para o centro do debate internacional as contradições do modelo neoliberal,

expondo as tensões entre o progresso econômico e a justiça social. A insurgência destacou a necessidade de incluir questões sociais e culturais nas discussões internacionais sobre desenvolvimento, pressionando o México a rever sua abordagem tanto nas negociações internas quanto em sua postura perante a comunidade global.

Referências bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. O que são os movimentos antissistêmicos? **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Dourados, v. 7, n. 13, jan-jun. 2013.

ALKMIN, Fabio. **Por uma geografia da autonomia:** a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. 195 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A revolução mexicana**. São Paulo: Unesp, 2010.

BARTRA, Armando. **De rústicas revueltas:** añoranza y utopía en el México rural. Proceso agrario en Bolivia y América Latina. La Paz: CIDES-UMSA, Plural Editores, 2003.

CAMPOS. R. S. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Polis**. 2019.

CASTELLANOS Guerrero, Alicia; López y Rivas, Gilberto. Autonomías y movimiento indígena en México: debates y desafíos. **Alteridades**, México, vol. 7, núm. 14, 1997, pp. 145-159.

CECEÑA, A. E., Barreda, A. **Chiapas y sus recursos estratégicos**, Chiapas, n. 1, México: IIEc, UNAM-Ediciones ERA, 1995, p. 53-99.

CERVO, L. A. **Sob o signo neoliberal:** as relações internacionais da América Latina. 2000

DARLING, V. **Movimientos de resistencia al neoliberalismo en América Latina:** el recto de la construcción de utopias en el siglo XXI. Dissertação, 200 fls. – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade do México, Cidade do México, 2008.

DARLING. V. La episteme zapatista: otra forma de ver el mundo y hacer política. **Revista deRelações Internacionais.** v. 5, n. 3, 2019. p. 78-94

DEMUNER, D. M. M. A internacionalização do Movimento Zapatista: a presença da solidariedade da classe transnacional em Chiapas. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 3, 2017. p.73-89

DINERSTEIN. A. C.; **The speed of the snail: the zapatista's autonomy de facto and the Mexican state**. 2010

FIGUEIREDO, G. G. **A guerra é o espetáculo:** origens e transformações da estratégia do EZLN. 2003. 366 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FUENTES, Waldo Lao. **Autonomía indígena:** el caso del reconocimiento de la autonomía regional en Nicaragua y de la resistencia autónoma del movimiento Zapatista en México. 2019. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

GONZÁLEZ Esponda, J., Pólito Barrios, E. **Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista**, Chiapas, n. 1, México: IIEc, UNAM-Ediciones ERA, 1995, p. 101-123.

GUTIÉRREZ, Diana I.L. El arcoíris terrestre como universal posible desde el zapatismo. **Revista Argumentos**. México: UAM- XOCHIMILCO, Ano 26, n. 73, set.- dez. 2013

HOLLOWAY. J.; PELÁEZ. Eloina. **Zapatista!** revolution in Mexico. Londres: Pluto Press. 1998, 213 p.

IBARRA. David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**. v. 5, nov. 2011. p. 235-270

LÓPES Bárcenas, Francisco. ¡La tierra no se vende! Las tierras y los territorios de los pueblosindígenas en México. México: COAPI/IMDEC/TOSEPAN/CECCAM, 2015.

MAIZ, Ramon. The Indian heart of the nation: the evolution of the political discourse of the EZLN in Mexico (1993-2009). In **Latin American and Caribbean Ethnic Studies.** v. 5, nov.2010 p. 245-272 DOI: 10.1080/17442222.2010.513827

MARES, David R (ed.). **Routledge handbook of Latin American Security.** New York: Routledge, 2016. 386 p.

MARTÍNEZA Espinoza, Manuel Ignacio. Las juntas de buen gobierno y los caracoles del movimiento zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno RIPS. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, 2006, p. 215-233.

MIGNOLO, W.; Walsh, C. **On decoloniality:** concepts, analytics, praxis. Duke University Press Books, 2018. 304 p.

MORA, M. Producción de conocimientos en el terreno de la autonomía. La investigación como tema de debate político. In: **Luchas "muy otras".** Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas, de Bruno Baronnet, Mariana Mora Bayo y Richard

Stahler-Sholk, número 16 de la Colección Teoría y Análisis de la DCSH de la UAM-Xochimilco, 2011.

ORNELLAS, R. **A autonomia como eixo da resistência zapatista**. Do levante armado ao nascimento. Ed. Clacso. 2005

RAMÍREZ. A. **The fire and the word:** a history of the Zapatista movement. San Francisco. Ed. The City Light Books. 2008. 580 p.

ROCHA, Otávio Gomes. Reflexões sobre a etnicidade da luta pela terra no México entre o capitalismo e o colonialismo. **Revista Pegada**. vol. 19. n.2. maio-agosto/2018 Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5590 Acesso em 30 de março de 2020

ROSS, Nicholas. Authority, legitimacy and support for armed groups: a case study of the Ejército Zapatista de Liberación Nacional. **Civil Wars.** DOI: 10.1080/13698249.2019.1604934

SILVEIRA, Renata F. Apontamentos sobre as territorialidades zapatistas. In: Anais do **II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina.** São Paulo: PROLAM/USP, 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/SILVEIRA_SP01-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9ricaLatina.pdf. Acesso em 15 agosto 2024

SPEED, S. Ejercer los derechos/reconfigurar la reistencia en las Juntas de Buen Gobierno zapatistas. In: **Luchas "muy otras".** Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas deChiapas, de Bruno Baronnet, Mariana Mora Bayo y Richard Stahler-Sholk, número 16 de la Colección Teoría y Análisis de la DCSH de la UAM-Xochimilco, 2011.

WALSH, C. Pensamiento critico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas. **Revista da UASB**. n. 16, 2005. p. 12-32

WILLIAMS, Phill. Violent non state actors and national and international security. **International Relations and Security Network.** Zurich: ISN, 2008.

ZANATTA, L. **Historia de América Latina:** de la colonia al siglo XXI. Ed. Siglo XXI. 2012

Fontes:

EZLN. **Primeira Declaração da Selva Lacandona**. Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/questaozapatista/primeiradeclaracao.html Acesso em: 01 de junho de 2024.

EZLN. **Segunda Declaração da Selva Lacandona**. Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/questaozapatista/segundadeclaracao.html Acessoem: 01 de junho de 2024.

EZLN. **Quarta Declaração da Selva Lacandona**. Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/questaozapatista/quartadeclaracaoselva.html Acessoem: 01 de junho de 2024.

EZLN. **Quinta Declaração da Selva Lacandona.** Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona5.htmAcesso em: 01 de junho de 2024.

A ORGANIZAÇÃO DO PODER EMPRESARIAL NO RIO GRANDE DO SUL NO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Jéssica Bitencourt Lopes[1]

Estudando o poder: delineando a análise

A história social é a dimensão historiográfica preocupada em compreender as interações, dinâmicas, continuidades e rupturas que ocorrem nas sociedades humanas. A partir de diferentes métodos, fontes e objetos, ela investiga as experiências e processos dos grupos humanos tendo em vista o contexto em que estão inseridos e seus entrecruzamento com as questões políticas, culturais, econômicas e sociais.

Compreender como se constrói e estrutura o poder é um dos objetivos desse campo historiográfico. Para isso, ela se dedica a analisar as dinâmicas de poder e dominação levando em consideração as articulações e estratégias dos grupos, sejam elas no interior do grupo, ou entre diferentes grupos.

1 Licenciada e Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na educação básica e bolsista CNPq.. Lattes: https://lattes.cnpq.br/4249003908749120 Orcid: 0000-0002-5124-676X. E-mail: jessicabitencourt@outlook.com

> A história da sociedade é, portanto, uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram. [...] porque aquilo que chamamos de sociedade é simplesmente um dentre vários conjuntos de inter-relações humanas de escala e amplitude variada, nas quais as pessoas podem ser classificadas ou classificam a si mesmas, muitas vezes com simultaneidade e superposições (Hobsbawm, 2016, p.118).

Ao buscar compreender as estruturas sociais em que indivíduos e grupos do passado estavam inseridos, somos levados a refletir em torno dos conceitos de poder e de dominação, os quais estão intrinsicamente relacionados e que se capilariza em diferentes fenômenos e estruturas sociais ao longo da história. Sendo assim, analisar as relações de poder e dominação, equivalem a estudar a própria sociedade, logo, espaço de reflexão de diversos teóricos das ciências sociais, filosofia, história e outras, cada linha, cada corrente apresentando suas próprias interpretações e indagações, por vezes em contestação, outras em aprofundamento em relação umas as outras.

O marxismo, em suas diversas correntes, entende que a dominação é baseada na propriedade privada dos meios de produção e das relações que surgem a partir desse poder. Logo, os estudos de tradição marxista compreendem que a dominação está arraigada à estrutura de classe e à exploração econômica. O sociólogo Pierre Bourdieu amplia a noção de dominação para além das relações econômicas, a partir do conceito de "poder simbólico" que opera os significados, representações e valores compartilhados por uma sociedade, a partir da imposição e legitimação de categorias que moldam as percepções e práticas nas relações. Ao tempo que Marx salienta a importância das relações de produção e da luta de classe para compreensão da dominação, Bourdieu dá destaque ao papel das estruturas simbólicas como o capital simbólico, capital cultural e o capital social, na reprodução das desigualdades.

> O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor (Bourdieu, 1996, p. 107).

No início do século XX o sociólogo e economista italiano Vilfredo Pareto inicia estudos importantes que definiram a Teoria das Elites. Definindo as elites como aqueles grupos que detém o poder, Paretto desenvolve uma análise sociológica em torno da "circulação das elites", onde ele defende que elas estão em constante transformação, pois são um fenômeno social e histórico, construído na relação entre os sujeitos e o tecido social. Ao longo dos anos, desenvolvendo essa análise, a historiografia das elites tem se preocupado com a maneira como os grupos tornaram-se elites, no como se constituíam e classificaram. Ela tem buscado compreender quais as estratégias e recursos foram empreendidos e articulados por cada indivíduo ou grupo para acessar e se conservar, nas posições poder em diferentes conjunturas. Estudar as elites é para a pesquisa histórica "uma solução de escalas, uma chave metodológica" (Charle, 2006, p. 10), que pode nos dizer sobre as complexidades das relações e da estruturação do poder nas sociedades do passado, trazendo panoramas, descrições e entendimento que podem auxiliar a compreendermos as elites no jogo do poder atual.

Dentro dos estudos das elites, o termo elite empresarial tende a ser empregado principalmente por estudos sociológicos e da ciência política. Entre eles, mencionam-se especialmente os trabalhos desenvolvidos por Paulo Roberto Neves Costa, que produziu algumas revisões bibliográficas e reflexões teóricas em relação aos conceitos aplicados, distinguindo os conceitos elite econômica e elite empresarial. Costa (2014) caracteriza o primeiro como o estudo dos dirigentes de grandes empresas que administram um capital extenso, porém consideramos alargar esse conceito e compreender como elite econômica como aqueles que possuem um grande capital, seja ela proveniente ou não de uma empresa. No que tange ao segundo, o autor o define como os estudos dos dirigentes das entidades de representação, ou seja:

> [...] a elite econômica, pensada a partir do exercício de poder econômico relevante, no caso, de gerenciamento de grandes empresas e a elite empresarial, aquela mais afeita ao exercício da política, a direção de entidades de representação (Costa, 2014, p. 54).

Tendo isso em vista, esse texto parte do entendimento de que a elite empresarial se organiza para promover a manutenção do seu poder e

que para isso utiliza estratégias de poder e dominação. Tendo como lente de analise a Teoria das Elites e as concepções do sociólogo Pierre Bourdieu[2] , assim como, das críticas e aprofundamentos de sua teoria sociológica, esse texto pretende por meio da investigação da trajetória do político e empresário Alberto Bins, analisar a organização das elites empresariais gaúchas no contexto circunscrito, observando a estrutura de poder dentro das entidades representativas, no como se constroem e se reproduzem.

É preciso compreender a diretrizes que estruturam o poder, para compreender quem está dentro e quem está fora dele. Está mais bem colocado, quem joga melhor o jogo, aquele que aglutina as habilidades necessárias e as aplica da forma que o jogo manda em cada momento, a cada contexto. Pensando nisso, buscará se debruçar sobre como o empresariado gaúcho se organizou em entidades e qual é o papel de Alberto Bins na representação empresarial no estado durante a conjuntura de consolidação de uma economia industrial no Brasil e das transformações das bases da política republicana.

Articulando poderes: Alberto Bins no Rio Grande do Sul

Durante a Primeira República a política riograndense foi marcada pela disputa política entre duas grandes facções, a Aliança Libertadora, chefiada por Assis Brasil, e o Partido Republicano Riograndense, dirigido por Borges de Medeiros. A partir de 1928, esses dois grupos de oposição iniciaram uma frente interpartidária que alicerçaria o estado a se inserir na política nacional. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder estadual em 1928, trouxe consigo novas perspectivas e novos personagens para a política estadual. Nesse contexto, Luiz Alberto Grijó (2017) analisa o protagonismo de um grupo conhecido como "Geração de 1907" que atuaram como mediadores dos interesses interpartidários

2 Para entendermos a complexa teoria de Bourdieu, consequentemente sua ideia de poder, é necessário atentarmos para conceitos chaves como *habitus*, campo e capital. O primeiro conceito seria a grade de leitura que temos para ler e agir socialmente, essa grade, essa lente é uma estrutura estruturada, pois é construída na dialética entre agente e sociedade, e também funciona como estrutura estruturante, pois a medida que se constrói esse mesmo *habitus* constrói. O campo seria o espaço dessa dialética, onde grupos disputam o poder, o lugar de destaque e essa luta se dá por meio dos capitais que para Bourdieu não são apenas econômicos, mas também culturais e simbólicos. O *habitus* em interação dento dos campos, se constrói e nesse mesmo fluxo é construído

e do estabelecimento de relações com as novas classes sociais médias e urbanas, como os militares, os imigrantes, os trabalhadores, os produtores, os empresários da indústria e do comércio.

Como proprietário da indústria Berta, que ocupava um lugar de destaque no setor metalúrgico brasileiro, e investidor na produção agroindustrial desenvolvida na zona metropolitana, podemos considerar Alberto Bins como pertencente a elite econômica gaúcha do período, porém, não é sua possível riqueza que o destaca entre as elites gaúchas, mas a sua atuação como representante dos grupos economicamente dominantes.

Aos finais da década de 1920, uma nova organização política começa a se montar ao redor de Getúlio Vargas e nas vésperas da revolução de 1930, o Estado passa a incentivar a associação e corporações de grupos profissionais que serviriam para construção de uma nova rede de controle político e social (Bak, 1983). Alberto Bins estava inserido em um grupo de descendentes alemães economicamente dominantes na região metropolitana do Rio Grande do Sul, grupo que estava ao seu modo estruturado e vinculado por questões de ordem familiar e econômica (Lopes, 2024). Contudo, na década de 1920, tendo em vista as transformações econômicas e sociais que passava não apenas o Rio Grande do Sul, mas o Brasil inteiro, há uma reestruturação da organização desses grupos, que agora vão se organizar em torno de entidades próprias a representação dos interesses profissionais e econômicos.

Nos dois anos em que esteve na Presidência do Estado, Getúlio Vargas além de aproximar as oposições históricas do RS, obteve importantes conceções econômicas do governo federal que influenciaram fortemente em um processo de transição econômica, onde o protagonismo dos produtos da pecuária caiu, dando espaço pra exportação de arroz, tornando do estado o maior produtor de arroz do país. Um dos motivos que levou esse o Rio Grande do Sul a assumir esse novo espaço na economia nacional, foi organização do Sindicato do Arroz em 1926, que atuou nas discussões e enfrentamentos dos problemas econômicos do período, fortalecendo os interesses dos grandes rizicultores, buscando soluções para os problemas econômicos e da produção. Vargas foi um grande incentivador desse associativismo entre os produtores e empresários,

tanto que "Das 70 e tantas associações comerciais, agrícolas e pecuárias existentes no Rio Grande do Sul em 1930, quase metade se formou entre 1926 e 1929" (Love, 1975, p. 241). Dentro dessas organizações associativas, Vargas constituía novas relações, novas lideranças e aliados, recursos que ele pode manejar em favor das suas propostas e que foram essenciais para a formação da Frente Única Gaúcha, que formou a Aliança Liberal que levou ao êxito da Revolução de 1930.

> Assim, o jogo político se desenrolava como uma disputa entre mediadores, uns tentando manter-se em suas posições, outros buscando assumi-las e outros tantos "inventando" novas posições deste tipo (como a mediação entre parcelas de origem "imigrante" e/ou associados a corporações, que se multiplicaram a partir de meados da década de 1920, com o Estado) (Grijó, 2017, p. 186).

As trajetórias política e empresarial de Alberto Bins estão entrelaçadas, configurando-o como um mediador entre esses dois espaços de poder na Porto Alegre republicana da primeira metade do século XX. A partir de 1928 Bins assume a intendência municipal e torna-se uma figura importante na sistematização dessas novas organizações representativas, tendo seu nome atrelado a gestão de entidades comerciais e produtoras, seja de produtos agropastoris ou industriais.

No que tange à relação entre os empresários e a política no Rio Grande do Sul no período estudado, as referências encontradas são majoritariamente do campo da História do Trabalho. Pesavento é a pesquisadora que mais possui contribuições nesse sentido. Em sua tese, Pesavento (1988) dedicou-se, especialmente, a examinar a formação da burguesia gaúcha enquanto classe, construindo uma análise que reflete a dominação do capital sobre o trabalho. Destaca-se também, a tese de Alexandre Fortes (2004), que discorre sobre a classe operária do Quarto Distrito de Porto Alegre/RS na Era Vargas e, com isso, perpassa questões que concernem às empresas industriais e à representação empresarial.

No que se refere às trajetórias de empresários que fizeram ou não parte da política formal do Estado no contexto, destacam-se alguns trabalhos, que serão apresentados por ordem de ano de publicação. Schemes (2006), que em sua tese, analisa o empreendedorismo e o desenvolvimento do setor calçadista a partir da trajetória de Pedro Adams Filho. Monteiro (2011), que analisa a trajetória de Celeste

Gobbato, empresário do ramo vinícola e político no contexto de 1890 a 1958. Noronha (2012), que em sua tese, discorre sobre o empresariado de Santa Cruz do Sul/RS. Ferraretto (2017), que construiu uma análise prosopográfica da elite empresarial de Rio Grande/RS no período de 1884 a 1913. Priscila Oliveira (2017), que no seu doutoramento, analisa a trajetória política e empresarial João Daudt D'Oliveira, importante representante da classe produtora do Rio de Janeiro, entre 1930 e 1951. Esses trabalhos trazem interessante apanhado bibliográfico sobre a formação e as dinâmicas de diferentes gerações da elite empresarial gaúcha, assim como apresentam e desenvolvem distintos métodos de análise para o estudo de indivíduos pertencentes a esse grupo social. Por conseguinte, irão auxiliar a compreender o campo de possibilidades de atuação de Bins, sendo possível identificar aspectos comuns ou particulares da sua trajetória, e a organização do poder empresarial no estado e país.

Buscando dar enfoque a análise em torno do papel, e lugar, das elites empresariais nesse processo, e as transformações econômicas que se passavam no estado e país, tem-se buscado referências que observem trajetórias de indivíduos e instituições representativas do empresariado em diferentes regiões do Brasil. Os estudos até então encontrados, mostram que a historiografia acadêmica que concerne as elites empresariais concentra suas investigações na região sul e sudeste, especialmente Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse momento, para uma análise nacional do empresariado, chamam atenção a obra de Diniz e Boschi (1978), que trata especialmente da relação entre o Estado e o empresariado nacional na história política brasileira, a coleções como as intitulada *Os donos do Capital* (Campos; Brandão, 2017) e *História de empresas no Brasil* (Goulart-Filho; Saes, 2021). As mencionadas publicações trazem textos de diferentes autores, que buscam compreender, a partir de distintas perspectivas, a atuação do empresariado no Brasil e sua importância na construção da estrutura política ao longo da história, desenvolvendo trajetórias de nomes que atuaram num mesmo período que Bins, como Matarazzo, Guinle e Simonsen. Esse conjunto de referências, auxiliarão no diálogo com as fontes dessa pesquisa, compreendendo melhor o lugar, circulação e problemáticas dos empresários rio-grandenses.

A partir da discussão da bibliográfica pertinente, abarcando trabalhos clássicos como da historiografia em torno dos eventos políticos de 1930, como Boris Fausto (1982), Trindade (1980), Vizentini (1992), Ronaldo Herrlein Jr (2004) e Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (2019), espera-se exprimir sobre a conjuntura da economia nacional e riograndense, atentando para o crescimento da produção industrial no período, e a integração dessa fração da classe dominante na nova política republicana que se desenhava. Estudando as instituições de representação empresarial a nível nacional, pretende-se para o futuro dessa pesquisa desenhar um esboço do contexto político e econômico do país, atentando-se para a circulação, atuação e influência empresariado industrial na conjuntura de 1930.

Para realizar a análise proposta, tem-se utilizado especialmente a documentação produzida pelas próprias entidades representativas das classes dominantes, como atas, estatutos e relatórios. Um conjunto desses documentos foi microfilmados em um projeto coordenado pela Profª. Drª. Sandra Pesavento em meados da década de 1980, dando origem a *Coleção Processo de Industrialização no Rio Grande do Sul (1889-1945) e Movimento Operário* que é salvaguardado pelo Núcleo de Pesquisas em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Representando os homens de negócios: A Associação Comercial de Porto Alegre

O capital comercial teve um papel fundamental no processo de industrialização gaúcha, fazendo com que muitos empresários atuassem ativamente nos dois ramos, deixando-os fortemente interrelacionados. Essa conjuntura de dependência dos negócios industriais fez com que durante algumas décadas a Associação Comercial de Porto Alegre, também representasse os interesses desses produtores.

Fundada em 1858 a Praça do Comercio, posteriormente denominada Associação Comercial de Porto Alegre, tinha como objetivo reunir e intervir nos interesses dos comerciantes da região, aceitando "pessoas que pudessem ser caracterizadas nas seguintes categorias: 1ª Capitalistas. 2ª Comerciantes. 3ª Industriais. 4ª Banqueiros e Corretores. 5ª Armadores" (Estatuto, 1870), já o estatuto de 1896 atualiza a questão dizendo que "Só poderão ser admitidos sócios desta associação, os negociantes

residentes nesta capital, os gerentes, diretores de casas, bancos e outras instituições comerciais ou industriais aqui estabelecidas, agentes, corretores e armadores" (Estatuto, 1896), deixando explicito que essa era uma associação destinada aos representantes administrativos e diretivos dos negócios e não aos trabalhadores do setor. A hipótese nesse momento é que o capital econômico era relevante para o ingresso nessas entidades, porém que outros recursos, competências e vínculos eram tão importantes quanto a situação financeira do negócio e do associado. Para compreender o poder econômico, recorre-se às perspectivas de Bourdieu que entende que esse poder não assegura sua existência apenas a partir da existência da riqueza, mas que se valida como capital na atuação em um campo de relações econômicas

> O poder econômico não reside na riqueza, mas na relação entre a riqueza e um campo de relações econômicas, cuja constituição é inseparável do desenvolvimento de um corpo de agentes especializados, dotados de interesses específicos; é nessa relação que a riqueza se encontra constituída de capital (Bourdieu, 2002, p. 194).

De acordo com o estatuto de 1896 da Associação Comercial, a admissão de novos sócios era feita ou por indicação de um associado, ou por solicitação do possível associado. No formulário de associação deveria constar o nome, nacionalidade, tipo de comércio e residência, ficando a cargo da diretoria, a partir de um exame secreto e minucioso, aceitar ou não a admissão do novo associado. A lista de sócios mais antiga foi localizada no relatório anual de 1889, nela, entre os 148 sócios, encontramos Alberto Bins, que alguns anos depois articularia a criação do Centro da Indústria Fabril, responsável por defender as questões exclusivas da produção industrial.

No conjunto documental trabalhado, encontra-se apenas a listagem de sócios citada acima, porém ao analisar a nominata da diretoria, essa presente em todos os documentos acessados, chama especial atenção que esses cargos no século XX eram ocupados majoritariamente por sobrenomes de origem portuguesa e espanhola. É provável que os comerciantes e industriais teuto e ítalo brasileiros estivessem associados, entretanto, eles não aparecerem nos cargos de poder da agregação, contudo, esse grupo ocupava um espaço importante no comércio, e na

recente indústria da capital (Pesavento, 1988). Quando voltamos o olhar para a bibliografia em torno da industrialização gaúcha, percebe-se que eram principalmente os imigrantes alemães e italianos os responsáveis pelos pequenos estabelecimentos em Porto Alegre e pela relação mercantil entre a capital e as colônias.

Sobre a relação entre negociantes da capital e da colônia, no relatório do ano de 1876 encontramos uma correspondência assinada por Carlos Jacob Schilling e João Jorge Haag, que obtiveram a concessão para construção da estrada que as margens do Rio Cahy que ligaria o porto de Boa Esperança a vila de São João do Monte Negro. A correspondência solicitava que a Praça do Comércio escrevesse um parecer sobre a possível importância da estrada de ferro comentando os interesses e vantagens que a construção poderia ter ao comércio realizado na capital. Essa comunicação salienta alguns fatos. 1º: que o comércio era articulado por grupos distintos e regionais. 2º: que havia uma divisão étnica entre aqueles que gerenciavam e podiam opinar sobre o comércio da capital e o comércio colonial. 3º que esses grupos se articulavam entre si. 4º: que o posicionamento da Praça do Comércio de Porto Alegre era importante para os projetos que visavam o desenvolvimento do comercio colonial. Contudo, essa relação entre os comerciantes da capital e aqueles da região colonial não eram de todo amistosas. Isso é o que indica o relatório de 1898 que apresenta um texto comentando sobre a necessidade de um imposto municipal que taxasse os representantes de casas comerciais de outros municípios, ou mesmo estrangeiros que viessem realizar comercio dos seus produtos na capital por meio dos mostruários, fazendo concorrência aos comerciantes da cidade, que de acordo com o texto, pagariam altos impostos municipais (Relatório, 1898).

Esses empresários teuto e talo brasileiros de Porto Alegre e região metropolitana, além de estarem de algum modo vinculados a partir da Associação Comercial de Porto Alegre, estavam inseridos em uma complexa rede de relações familiares, sociais e de negócios conforme aponta as análise de Joan Bak (1983), Martiny (2010) e Lopes (2022).

No ano de 1899 Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos são condecorados sócios honorários da Associação comercial de Porto Alegre, mostrando que havia uma parceria, uma convergência de ideias

e interesses, entre o poder político e aqueles dos negociantes. O texto que apresenta a nomeação salienta que a indicação de sócio honorário é uma premiação a grandes dedicações. Voltando ao estatuto mais recente a essa nomeação, o de 1896, informa que os sócios são divididos em duas categorias: os contribuintes e os honorários, esses últimos são escolhidos e propostos unicamente pela diretoria, que observa indivíduos que prestam serviços relevantes ao comércio e indústria. No mesmo estatuto, o artigo 34 trata sobre a proibição do uso do edifício para reuniões que tenham quaisquer fins políticos, o que de certo modo torna contraditório a nomeação dos políticos alguns anos depois. Contudo para entendermos essas condecorações, é interessante atentar-se para o fato de que no ano de 1889 ocorreu a Proclamação da República, movimento no qual as elites políticas gaúchas foram significativamente influentes, e a partir do qual exerceram um papel considerável na política nacional. A premiação dada pela Associação Comercial mostra que essa elite econômica e empresarial estava alinhada às ideias republicanas do partido e buscava a partir dessa estratégia, assegurar um espaço de diálogo com o poder público.

O relatório de 1899 traz consigo as correspondências expedidas e recebidas pela então Praça do Comércio de Porto Alegre. Entre os destinatários estão o Ministro da Fazenda, José d'Almeida Martins Costa Júnior, Presidente da República, Ildefonso Borges Toledo da Fontoura (Inspetor fiscal da fronteira), Presidente do Estado Antônio Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos, Deputado Federal Cassiano do Nascimento, Deputado Federal Innoceacio Serzedello Corrêa, Deputado Federal Antônio Pinto da Rocha, Chefe da Polícia Cherubim Febiliano da Costa, entre os remetentes está o Ministério da Fazenda, a partir dos seus secretários, e também do Ministro Joaquim Murtinho, Júlio de Castilhos, os Deputado Federais Serzedello Corrêa, Arthur Pinto da Rocha e o Chefe da Polícia Cherubim. No ano de 1905 a Praça encaminha um memorial ao Congresso Nacional, onde sistematiza sua atuação. Nele, a dita associação deixa claro seu descontentamento nas tentativas de estabelecer diálogo e relação com os representantes do poder público, pois as ideias levantadas jamais são levadas em consideração. Neste mesmo ano também é encaminhado um memorial para o Ministro da Fazendo Leopoldo Bulhões, assim como, são

dirigidos documentos semelhantes a Assembleia dos Representantes do Estado, ao Ministro da Viação e ao Presidente do Estado, indicando que a Associação Comercial buscava influir nas decisões públicas, e que sim, era um espaço da política republicana.

Uma característica importante da teoria marxista é entendimento de que a burguesia tem um papel essencial na manutenção do Estado, a partir disso se desenvolve a reflexão sociológica em torno de como a classe dominante busca influenciar as decisões públicas para viabilizar seus próprios interesses. Para se pensar a respeito, o marxismo chama atenção para a dominação econômica do grupo dominante, que controla os meios de produção e reúnem o capital. Bourdieu, ultrapassando o quesito econômico, parte do pressuposto que o Estado não detém apenas o poder econômico, material, mas também o simbólico, ou seja, o poder de representar. Compreendendo isso, para que a burguesia possa influenciar o Estado, para além de articular o capital econômico, ela precisa jogar com o capital simbólico, trama que estrutura o campo do poder.

> Segue-se que a construção do Estado está em pé de igualdade com a construção do campo do poder, entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição escolar) (Bourdieu, 1996, p. 100).

Nesse momento, entende-se que a partir dessa perspectiva sociológica acima descrita, que compreende que o campo do poder, que não deve ser confundido com campo político, é estruturado no engajamento entre capitais distintos em intensa disputa pelo poder de representar e dominar, será possível, e conveniente, a análise das estratégias das associações empresariais, e de seus indivíduos associados, no contexto circunscrito nessa pesquisa.

Voltando a Associação Comercial, no relatório relativo ao exercício de 1920, chama atenção a troca de telegramas entre a Associação Comercial de Porto Alegre com as associações representantes de outras cidades no estado como Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz, Novo Hamburgo, Livramento, Bagé, Santa Maria, e para além do estado, se destacando especialmente a Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Esses telegramas mostram a expansão e organização desse associativismo comercial no estado, assim como a relação das associações gaúchas com as de outros estados, revelando uma organização nacional desses grupos dominantes.

No ano de 1929 temos acesso ao Estatuto da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, que fora fundada em 1927 com o intuito de representar as associações municipais perante as autoridades estaduais e nacionais. A federação que foi idealizada, e provisoriamente instalada em Bagé, onde ocorreu o II Congresso das Associações Estaduais, passa a partir do então a ter sua sede definitiva em Porto Alegre, mostrando que mesmo que o poder representativo tivesse fragmentado por municípios, o órgão responsável por sua organização, o seja, que o representava em caráter estadual e nacional, permanecerá na capital, não alterando a ordem que até então se percebe.

A representação industrial: Apontamentos iniciais

Em 1904 alguns representantes da indústria se reuniram e formaram uma associação dedicada principalmente a desenvolver novas tecnologias agrícolas a fim de melhorar qualitativamente e quantitativamente a produção, principalmente de manufaturas de utilidade para o setor industrial, e de desenvolver, modernizar, o setor no estado. Esse centro, denominado Centro Econômico do Rio Grande do Sul, revela uma primeira separação associativa entre os empresários dedicados ao comercio e indústria. O centro não tinha como interesse prioritário a defesa por interesses políticos e econômicos da indústria, ficando o espaço mais dedicado as trocas e estudos dos processos produtivos voltados ao seu desenvolvimento, deixando as discussões em torno das transações por conta da Associação Comercial, que continuou a representar os empresários industriais.

Em 1928, na conjuntura do *boom* associativo relatado anteriormente, surgiu no interior da Associação Comercial uma comissão voltada especificamente para tratar de organizar a atuação da indústria gaúcha na revolução de 1930. O movimento revolucionário isolou o Rio Grande do Sul do restante do país, fato que veio a ameaçar a atividade industrial, o que levou a uma necessidade de acordo entre empresários e o poder político. A partir dessa comissão, é formado o Centro da Indústria

Fabril (CINFA), que oficialmente tem sua primeira reunião em 07 de dezembro de 1930 na Livraria do Globo.

Os negociantes gaúchos apoiaram a Aliança Libertadora não apenas em palavras e discursos, mas fornecendo produtos para que a Revolução se consumasse. Nas atas consultadas eles chamam esses produtos de "requisições de guerra", porém não detalham quais eram os produtos e indústrias que apoiaram, ponto interessante e que merecerá maior atenção na continuação dessa pesquisa. Logo nas primeiras reuniões, o pagamento por essas requisições se mostra como uma preocupação fundamental do grupo. Além disso, outra motivação essencial para a organização da CINFA foram os avanços da legislação trabalhista, que ocupava as preocupações principalmente dos grupos produtores, e que apontava ser um ponto de discussão relevante da nova política nacional

Na primeira reunião da CINFA se forma uma comissão para criação do estatuto e aprovam que as reuniões devam acontecer nas segundas-feiras ao 12:00 no salão de refeições do Clube do Comércio. Seguindo a proposta, no meio-dia do dia 17 no Club do Comércio os membros discutem quem deve ser admitido no centro e A.J. Renner salienta que o centro deve buscar pela criação de um Palácio da Industria. Doze dias depois, dia 19, há dois encontros, um primeiro possivelmente pela manhã na Sociedade da Banha Riograndense onde os membros discutem e aprovam o estatuto da entidade, assim como elegem sua primeira diretoria[3].

As atas da CINFA estão organizadas entre as atas das reuniões semanais, as assembleias ordinárias, ocorridas todo ano na primeira quinzena de novembro, a fim de direcionar questões pontuais e da diretoria do centro, e as assembleias extraordinárias, que aconteciam esporadicamente com alguma questão em específico. Já os sócios são

3 No primeiro ano encontramos registros dos representantes das seguintes indústrias: A.J. Renner & Cia; Wallig & Cia (João Wallig); Fábrica Berta (Alberto Bins); Kessler, Vasconcellos & Cia (Victor Adalberto Kessler e Luciano Cunha); Nedel, Jung Hermann & Cia (Vicente Nedel e Alberto Jung); Frederico Casper & Cia; F. C. Kessler & Cia; Fábrica Rio Guayba (Herbert Bier e Otto Brutschke); Bopp, Sassen & Ritter (Guilherme Becker); Kluwe, Muller & Cia (Herbert Muller); Oscar Campani & Cia; Oscar Teichmann & Cia (Oscar e Willy Teichmann); Tanhauser & Cia Ltda; Hugo Gerdau; Companhia Souza Cruz; Barcellos, Bertaso & Cia (José Bertaso); Companhia Geral de Indústrias; J.R. da Fonseca & Cia; Sociedade da Banha Sul- Riograndense (Piero Sassi e Frederico Trein); Companhia Fiação de Tecidos Porto alegrense (Annibal Di Primio Beck); Sociedade Industria e Comércio Ltda (Júlio Outeiral dos Santos); Companhia Geral de Industria; Companhia de Vidros Sul-Brasileira.

divididos entre fundadores e efetivos, os primeiros sendo aqueles que contribuíram nas despesas de instalação do centro, e os efetivos aqueles que posteriormente vierem a se integrar ao centro efetuando um pagamento de 100$000. Após admitido, os sócios deveriam efetuar uma contribuição mensal por número de operários. Em relação aos pré-requisitos para novos sócios, a estatuto pontua que cada inscrição será analisada pela diretoria, e que os candidatos além de atuarem em indústrias do estado que possuam pelo menos 25 operários por turno, precisa ter uma boa reputação.

> Os nomes dos sócios, com indicação do respectivo domicílio serão inscritos em quadro exporto na secretária do Centro. A inscrição far-se-á atendendo a categoria dos sócios e a ordem de antiguidade de sua admissão, bem como no caso de antiguidade igual na mesma categoria, a ordem alfabética dos nomes (Estatuto CINFA, 1930)

Não aceitando proprietários e dirigentes de pequenas indústrias, e dando relevância hierárquica para os sócios fundadores, a CINFA já se funda como um espaço de distinção. Tatiane Bartmann (2021) analisando questões que tangem as expressões da masculinidade entre os empresários da CINFA e os operários de suas fábricas, especialmente na década de 1940, chama atenção para o fato de o empresariado industrial não ser apenas embranquecido e racializado, mas também hegemonicamente masculino, tendo em vista que não são encontradas mulheres associadas ao centro, logo, "A partir de tal perspectiva, a masculinidade e a germanidade contribuíam para diferenciar, moralizar e disciplinar as classes subalternas, mostrando-lhes o caminho do progresso (Bartmann, 2021, p. 9)".

Tabela 1: Primeira diretoria do Centro da Industria Fabril do Rio Grade do Sul

Cargo	Nome	Empresa
Presidente	A.J Renner	A.J.Renner & Cia
Vice- presidente	Herbert Bier	Fábrica Rio Guahyba
1º Secretário	Dr. Annibal di Primio Beck	Cia Fiação e Tecidos
2º Secretário	Oscar Campani	Oscar Campani & Cia
1º Tesoureiro	Frederico Casper	Frederico Casper & Cia
2º Tesoureiro	Hebert Muller	Kluwe, Muller & Cia
Conselho Fiscal	Luciano Cunha	Kessler, Vasconcellos & Cia
Conselho Fiscal	José Bertaso	Barcellos, Bertaso & Cia
Conselho Fiscal	Walter Gerdau	Fábrica de Pregos Pontas de Paris

Fonte: Tabela construída pela autora com base na ata do dia 19 de janeiro de 1930. (2024)

O centro pretendia representar o empresariado industrial gaúcho, entretanto todas reuniões e assembleias aconteciam na capital, o que impossibilitava uma participação efetiva dos sócios das demais regiões do estado que acabavam por serem sub representados, por meio de procuração que outorgava um sócio da capital. Além disso, esses membros fora da capital não poderiam ser eleitos para a diretoria, nem para o conselho fiscal do centro, fazendo com que o destaque e o poder decisivo sempre ficassem restrito aos membros metropolitanos. Os delegados regionais, responsáveis por intermediar informações e relações entre o centro e as regiões também eram escolhidos pela diretoria, ou seja, impedindo que os empresários da região pudessem escolher diretamente seus representantes.

Caso interessante é o de Adelino Sassi, que mesmo não fazendo parte de nenhum negócio industrial, conforme nós traz a própria fonte, é convidado várias vezes para assumir como delegado regional na região colonial, ocupação que aceitou na reunião extraordinária de novembro de 1932. Nessa mesma reunião, também estava presente um importante empresário industrial de Caxias do Sul, Abramo Eberle.

Um olhar mais apurado para o quadro de associados ativos da CINFA no seu primeiro ano de atuação, revela que a maioria deles provinham de famílias de origem alemã. Seus membros não eram necessariamente

os mais ricos industriais do Rio Grande do Sul, entre eles não há representantes das indústrias da cidade de Rio Grande, que naquele momento era um polo industrial do estado. Para ser um membro da maior entidade representativa da classe naquele momento, não bastava ser dirigente e representante das maiores indústrias do estado, mas também era necessário reunir consigo o capital social das relações com os outros membros dessa elite empresarial teuta e industrial que habitava a capital. Pensando nisso, entende-se que o centro não representa apenas a dominação do empresariado industrial do estado, mas do empresariado teuto, porto-alegrense e detentor da grande indústria local, ou seja, que o centro também representava a dominação do empresariado sobre o empresariado uma disputa interna dentro do campo, que envolviam capitais não apenas econômicos, mas também simbólicos.

No que diz respeito ao conjunto de ideias políticas, econômicas e sociais de Albeto Bins, em sua biografia ele faz questão de pontuar que ao longo da sua vida colecionou inimizades tanto entre os empresários, que ele chama de "novos ricos", nem pelos proletários, que suas ideias não eram bem aceitas por nenhum dos grupos.

> Sou socialista. E mesmo creio que uma melhoria concreta do nível de vida em nosso país somente poderá ser alcançada, se for concedido aos trabalhadores participação nos lucros das empresas em que trabalham. Com a elevação do nível de vida também aumentará a produção. Somente assim melhorará a situação de todos, do empregador, do empregado e do governo, pois também a arrecadação de imposto se elevará (Fausel, 1957/58?, p. 11-12)

Percebe-se acima que Bins se posicionava ideologicamente de forma semelhante à do empresário A.J. Renner, observada por (Lopes, 2023). A.J. Renner não se dizia socialista, pelo contrário, criticava as ideias que se colocavam como socialista, porém, defendia um modelo de capitalismo que ele chama de social, o qual também atende que apenas o aumento da produção irá trazer bem-estar social.

Bins percebia a si como parte de uma antiga geração de fundadores da indústria que estavam preocupados com um desenvolvimento capitalista saudável. Pouco antes de sua morte, ele diferencia esses antigos fundadores, de uma atual geração de proprietários de fábrica, de um novo modelo de fazer industrial, que não servia mais a economia pública, que

dependia, e servia, os consórcios financeiros e detentores anônimos, ou seja, uma indústria que serve ao mercado, o que ele dizia não o interessa-lo. Esse ponto poder ser melhor analisado, ao observarmos as ações e movimentações de Bins enquanto prefeito a capital gaúcha, o que está nos planos dessa pesquisa.

A.J. Renner compartilhou suas perspectivas econômicas e sociais não apenas em um periódico institucional das suas empresas, denominado *Boletim Renner*, mas também em jornais de grande circulação. Não se observa esse movimento em buscar publicizar suas ideias em Alberto Bins. Isso talvez se dê pelo fato de ele já ocupar cargo político, enquanto Renner que não participava oficialmente desse espaço, visava o influenciar.

Enquanto na sua biografia Bins defende participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, por Renner ela foi amplamente criticada. Dessa forma, percebe-se que por mais que sejam membros da geração fundadora da CINFA, que compartilhassem preocupações, características ideológicas semelhantes e que habitassem um mesmo contexto, ambos possuíam divergências em seus posicionamentos.

Considerações Parciais

Para analisar o a estrutura de poder dessas associações no seu interior e para além deles, seria interessante avaliar a dimensão dos negócios dos seus representantes, buscando avaliar se eles são os empresários que detém o capital econômico dos setores, ou não. A hipótese nesse momento é que o capital econômico era relevante para o ingresso, porém que outros recursos e competências eram essenciais.

A partir do que foi visto, percebe-se que quando se analisa a organização associativa dos empresários gaúchos, é necessário que se olhe para além do econômico, pois não são necessariamente os mais ricos que representam a classe, mas sim aqueles que além do capital econômico, dispõem de acesso a outros capitais, a outros poderes. Além disso, entende-se que participar da associação representativa do grupo, é um recurso simbólico, que pode ser mobilizado e operacionado em diferentes espaços de atuação desses sujeitos, como uma estratégia para a manutenção dos seus lugares na hierárquicos na estrutura social.

> O que Marx oferece é uma teoria do capitalismo como sistema que se reproduz, porém, ao fazê-lo, gera a dinâmica responsável por conduzi-lo fatalmente a autodestruição: gera um sistema que se transforma igualmente em uma arena de lutas. Eis os mesmos elementos da teoria dos campos propostas por Bourdieu. Esta é focada nas relações sociais que precedem os indivíduos, na ação estratégica desses atores procurando maximizar seus lucros (materiais-simbólicos) - ações que são conformadas, primeiramente, pelo próprio campo com suas regras e, posteriormente, pela distribuição desigual do capital específico desse campo. Tanto em Marx como em Bourdieu, a ação estratégica torna-se rapidamente uma luta para conservar ou para subverter os poderes dominantes no interior do campo (Burawoy, 2017, p. 34).

A noção de *habitus* de Pierre Bourdieu, que diz respeito às disposições, inclinações duráveis que estão constantemente em transformação a partir de sua interação e troca com a estrutura social- essa mesma que sofre influência e alterações do próprio *habitus* individual-, pode ser útil na análise da atuação dos indivíduos negociantes nas atas das reuniões das entidades associativas, onde seria possível avaliar o *habitus* operando. O estudo de trajetórias pode se beneficiar da noção de *habitus* nas suas análises ao entender que a trajetória do sujeito não está pairando sob a estrutura, mas que também está atuando na construção dela, ao mesmo tempo em que essa mesma estrutura está balizando e transformando a sua trajetória no interior do jogo político e social.

> Bourdieu apresenta-nos a prática política na forma de um jogo no qual as regras, as metas e as formas válidas de capital são tomadas como dadas. Com efeito, o ato de jogar o jogo já implica em um investimento tácito nesse jogo – a *illusio*. As lutas são concebidas como estratégias inconscientes e conduzidas por uma percepção antecipada do jogo que absorve a atenção e a criatividade dos jogadores. Para qualquer observador externo, o jogo poderia parecer insignificante e sem significado, mas, para seus participantes, ele é a razão de viver, mistificando e mascarando as condições subjacentes à dominação que tornam possível o jogo. A luta pela articulação entre os jogos, quer dizer, a luta no campo político, tem lugar no campo do poder (Burawoy, 2017, p. 69).

Percebemos que por mais que alguns nomes e sobrenomes se repetissem dentro desses quadros de sócios, Alberto Bins é aquele que circula entre diferentes entidades associativas ao longo da Primeira República. No período que antecede e procede a Revolução de 1930,

Alberto Bins também ocupa o cargo de Intendente da capital, cargo que não pode ser pensado como indiferente dentro da política estadual, e que funciona de forma complementar a sua atuação como representante da classe produtora.

Alberto Bins perpassa os diferentes setores econômicos e políticos, podendo ser percebido como uma peça chave para a garantia do apoio da elite econômica gaúcha na articulação estadual em torno da aliança libertadora, que tornou possível a movimentação na política nacional em 1930. Foi ele, que como intendente municipal, articulou um entendimento do grupo econômico com o poder político estadual a partir de Flores da Cunha, então Intendente estadual, dessa forma, um mediador importante, a partir do qual é possível avaliar a estruturação do poder de um grupo da elite econômica do estado.

O centro pretendia representar o empresariado industrial gaúcho, entretanto todas reuniões e assembleias aconteciam na capital, o que impossibilitava uma participação efetiva dos sócios das demais regiões do estado que acabavam por serem sub representados, por meio de procuração que outorgava um sócio da capital. Além disso, esses membros fora da capital não poderiam ser eleitos para a diretoria, nem para o conselho fiscal do centro, fazendo com que o destaque e o poder decisivo sempre ficassem restrito aos membros metropolitanos. Os delegados regionais, responsáveis por intermediar informações e relações entre o centro e as regiões também eram escolhidos pela diretoria, ou seja, impedindo que os empresários da região pudessem escolher diretamente seus representantes.

Caso interessante é o de Adelino Sassi, que mesmo não fazendo parte de nenhum negócio industrial, conforme nós traz a própria fonte, é convidado várias vezes para assumir como delegado regional na região colonial, ocupação que aceitou na reunião extraordinária de novembro de 1932. Nessa mesma reunião, também estava presente um importante empresário industrial de Caxias do Sul, Abramo Eberle.

Um olhar mais apurado para o quadro de associados ativos da CINFA no seu primeiro ano de atuação, revela que a maioria deles provinham de famílias de origem alemã. Seus membros não eram necessariamente os mais ricos industriais do Rio Grande do Sul, entre eles não há representantes das indústrias da cidade de Rio Grande, que naquele

momento era um polo industrial do estado. Para ser um membro da maior entidade representativa da classe naquele momento, não bastava ser dirigente e representante das maiores indústrias do estado, mas também era necessário reunir consigo o capital social das relações com os outros membros dessa elite empresarial teuta e industrial que habitava a capital. Pensando nisso, entende-se que o centro não representa apenas a dominação do empresariado industrial do estado, mas do empresariado teuto, porto-alegrense e detentor da grande indústria local, ou seja, que o centro também representava a dominação do empresariado sobre o empresariado uma disputa interna dentro do campo, que envolviam capitais não apenas econômicos, mas também simbólicos.

No que diz respeito ao conjunto de ideias políticas, econômicas e sociais de Alberto Bins, em sua biografia ele faz questão de pontuar que ao longo da sua vida colecionou inimizades tanto entre os empresários, que ele chama de "novos ricos", nem pelos proletários, que suas ideias não eram bem aceitas por nenhum dos grupos.

> Sou socialista. E mesmo creio que uma melhoria concreta do nível de vida em nosso país somente poderá ser alcançada, se for concedido aos trabalhadores participação nos lucros das empresas em que trabalham. Com a elevação do nível de vida também aumentará a produção. Somente assim melhorará a situação de todos, do empregador, do empregado e do governo, pois também a arrecadação de imposto se elevará (Fausel, 1957/58?, p. 11-12)

Percebe-se acima que Bins se posicionava ideologicamente de forma semelhante a do empresário A.J. Renner, observada por (Lopes, 2021). A.J. Renner não se dizia socialista, pelo contrário, criticava as ideias que se colocavam como socialista, porém, defendia um modelo de capitalismo que ele chama de social, o qual também atende que apenas o aumento da produção irá trazer bem-estar social.

Bins percebia a si como parte de uma antiga geração de fundadores da indústria que estavam preocupados com um desenvolvimento capitalista saudável. Pouco antes de sua morte, ele diferencia esses antigos fundadores, de uma atual geração de proprietários de fábrica, de um novo modelo de fazer industrial, que não servia mais a economia pública, que dependia, e servia, os consórcios financeiros e detentores anônimos, ou seja, uma indústria que serve ao mercado, o que não o

interessava. Talvez possamos analisar isso melhor no capítulo seguinte, onde analisaremos as ações e movimentações de Bins enquanto prefeito a capital gaúcha.

A.J. Renner compartilhou suas perspectivas econômicas e sociais não apenas em um periódico institucional das suas empresas, denominado Boletim Renner, mas também em jornais de grande circulação. Não se observa esse movimento em buscar publicizar suas ideias em Alberto Bins. Isso talvez se dê pelo fato de ele já ocupar cargo político, enquanto Renner que não participava oficialmente desse espaço, visava o influenciar.

Enquanto na sua biografia Bins defende participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, por Renner ela foi amplamente criticada. Dessa forma, percebe-se que por mais que sejam membros da geração fundadora da CINFA, que compartilhassem preocupações, características ideológicas semelhantes e que habitassem um mesmo contexto, ambos possuíam divergências em seus posicionamentos.

No que se refere a relação de Bins com seus trabalhadores, sua biografia narra uma história interessante, acontecida no contexto da greve de 1942:

> Um preto, levando na mão um enorme martelo, penetrou no gabinete de direção. Pronto para o que desse ou viesse, Bins permaneceu sentado atrás de sua escrivaninha. O intruso estacou, sussurrou um "com licença, major", levantou o martelo e destroçou a chapa de vidro sobre a escrivaninha (Fausel, 1957/58?, p. 13).

Na biografia Bins diz ter achado a situação engraçada, pois mesmo que representasse uma situação de violência e rebeldia do operariado para com o patrão, o trabalhador havia sido educado e pedido licença antes de cometer o extravio, mostrando um respeito a autoridade do naquele momento patrão e ex-prefeito. A documentação da CINFA tem mais a dizer sobre as percepções do empresariado gaúcho, logo, de Alberto Bins, sobre o movimento operário e a legislação trabalhista, pontos que também podem ser analisados na construção desse capítulo.

Considerações Parciais

Para que exista esse espaço de poder, que leva a privilégios, é necessário que se assegure a própria existência desse poder. As organizações, entidades de classe, não surgem apenas a partir de uma necessidade de organização burocrática, mas também de uma necessidade de distinção de um grupo ainda mais seleto. Ao integrar essas entidades, os membros adquirem os privilégios de estar a par das discussões que concerne as burocracias do ramo, de poder influir nessas decisões, de trocar experiências com outros sujeitos do meio, de se distinguir dos demais., logo, entende-se que representar o grupo é uma prática de distinção.

A partir do que foi visto, percebe-se que quando se analisa a organização associativa dos empresários gaúchos, é necessário que se olhe para além do econômico, pois não são necessariamente os mais ricos que representam a classe, mas sim aqueles que além do capital econômico, dispõem de acesso a outros capitais, a outros poderes. Além disso, entende-se que participar da associação representativa do grupo, é um recurso simbólico, que pode ser mobilizado e operacionado em diferentes espaços de atuação desses sujeitos, como uma estratégia para a manutenção dos seus lugares na hierárquicos na estrutura social.

> O que Marx oferece é uma teoria do capitalismo como sistema que se reproduz, porém, ao fazê-lo, gera a dinâmica responsável por conduzi-lo fatalmente a autodestruição: gera um sistema que se transforma igualmente em uma arena de lutas. Eis os mesmos elementos da teoria dos campos propostas por Bourdieu. Esta é focada nas relações sociais que precedem os indivíduos, na ação estratégica desses atores procurando maximizar seus lucros (materiais-simbólicos) - ações que são conformadas, primeiramente, pelo próprio campo com suas regras e, posteriormente, pela distribuição desigual do capital específico desse campo. Tanto em Marx como em Bourdieu, a ação estratégica torna-se rapidamente uma luta para conservar ou para subverter os poderes dominantes no interior do campo (Burawoy, 2017, p. 34).

A noção de *habitus* de Pierre Bourdieu, que diz respeito às disposições, inclinações duráveis que estão constantemente em transformação a partir de sua interação e troca com a estrutura social- essa mesma que sofre influência e alterações do próprio habitus individual-, pode ser útil na análise da atuação dos indivíduos negociantes nas atas das reuniões

das entidades associativas, onde seria possível avaliar o *habitus* operando. O estudo de trajetórias pode se beneficiar da noção de *habitus* nas suas análises ao entender que a trajetória do sujeito não está pairando sob a estrutura, mas que também está atuando na construção dela, ao mesmo tempo em que essa mesma estrutura está balizando e transformando a sua trajetória no interior do jogo político e social.

> Bourdieu apresenta-nos a prática política na forma de um jogo no qual as regras, as metas e as formas válidas de capital são tomadas como dadas. Com efeito, o ato de jogar o jogo já implica em um investimento tácito nesse jogo – a illusio. As lutas são concebidas como estratégias inconscientes e conduzidas por uma percepção antecipada do jogo que absorve a atenção e a criatividade dos jogadores. Para qualquer observador externo, o jogo poderia parecer insignificante e sem significado, mas, para seus participantes, ele é a razão de viver, mistificando e mascarando as condições subjacentes à dominação que tornam possível o jogo. A luta pela articulação entre os jogos, quer dizer, a luta no campo político, tem lugar no campo do poder, (Burawoy, 2017, p. 69).

Percebemos que por mais que alguns nomes e sobrenomes se repetissem dentro desses quadros de sócios, Alberto Bins é aquele que circula entre diferentes entidades associativas ao longo da Primeira República. No período que antecede e procede a Revolução de 1930, Alberto Bins também ocupa o cargo de Intendente da capital, cargo que não pode ser pensado como indiferente dentro da política estadual, e que funciona de forma complementar a sua atuação como representante da classe produtora.

Alberto Bins perpassa os diferentes setores econômicos e políticos, podendo ser percebido como uma peça-chave para a garantia do apoio da elite econômica gaúcha na articulação estadual em torno da aliança libertadora, que tornou possível a movimentação na política nacional em 1930. Foi ele, que como intendente municipal, articulou um entendimento do grupo econômico com o poder político estadual a partir de Flores da Cunha, então Intendente estadual, dessa forma, um mediador importante, a partir do qual é possível avaliar a estruturação do poder de um grupo da elite econômica do estado.

Referências

BAK, Joan L. Cartels, Cooperatives, and Corporatism: Getúlio Vargas in Rio Grande do Sul on the Eve of Brazil's 1930 Revolution. **Hispanic American Historical Rewiew**. 1983, 255-175. Disponível em : <0630255.pdf (silverchair.com) >. Acesso em: 26 set. 2024.

BARTMANN, Tatiane. Expressões de masculinidade entre patrões e operários em um conjunto de empresas sul-rio-grandenses década de 1940. **Revista Angelus Novus**, ano XII, n. 17, 2021.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996, pp. 91-135.

CAMPOS, Pedro Henrique. BRANDÃO, Rafael. **Os donos do capital:** A trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro (Org.). Rio de Janeiro: Autografia. 2017.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. HEINZ, Flávio (Org). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 19-39.

COSTA, Paulo Roberto Neves. Classe social e elite nos estudos sobre empresariado no Brasil. In **37º Encontro Anual da Anpocs**. Águas de Lindóia. 2013.

COSTA, Paulo Roberto Neves. Elite empresarial e elite econômica: o estudo do empresário. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 52. 2014, p. 47-57.

COSTA, *Paulo* Roberto Neves. Os empresários enquanto elite: a pesquisa empírica. In: PERISSINOTTO, Renato. CODATO, Adriano. **Como estudar elites.** Curitiba: Editora da UFPR, 2015, p. 217-246.

DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil.** Forense Universitária. 1978

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense. 1982.

FERRARETO, Maria Karina. **Sociedades nem tão anônimas:** um estudo prosopográfico sobre a elite empresarial de Rio Grande (1884-1913). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O tempo do nacional-estatismo.** Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). O Brasil Republicano, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito:** A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GOULART FILHO, Alcides. SAES, Alexandre (Org.). **História de empresas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2021.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **O jogo das mediações:** Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul na I República. Porto Alegre/RS: Homo Plasticus, 2017.

HERRLEIN, Ronaldo Jr. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação**. Economia e Sociedade**, v. 13, n.1 (22), p. 175-207. 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. 2º edição. São Paulo: Companhia das Letras. 2016.

LOPES, Jéssica Bitencourt. **Boletim Renner:** uma estratégia do poder empresarial, Porto Alegre - RS (1949-1958). Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2023.

LOPES, Jéssica Bitencourt. Sobre os rastros e registros do nome. Os Bins em Porto Alegre: negócios e família na segunda metade do século XIX. **Revista Temporalidades (UFMG)**. Edição.40, v.15, n.2. 2024.

MARTINY, Carina. **"Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município" Constituindo redes e consolidando o poder:** uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

MONTEIRO, Katani Maria. **Entre o vinho e a política:** Uma trajetória de Celeste Gobbato (1890 – 1958). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos empresários:** história social de uma elite imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). Tese (Doutorado em História) - Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara. **O representante das *classes produtoras*:** análise da trajetória de João Daudt D'Oliveira (1930-1951). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós- Graduação em História Universidade Federal de Juiz de Fora. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha:** Dominação do capital, disciplina e trabalho (1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

SCHEMES, Claudia. **Pedro Adams Filho:** empreendedorismo, indústria calçadista emancipação de Novo Hamburgo (1901- 1935). Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.

TRINDADE, Hélgio. **Revolução de 1930**: Partidos e imprensa partidária do RS (1928-1937). Porto Alegre: L&PM. 1980.

VIZENTINI, Paulo F. **A crise dos anos 1920:** conflito e transição. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS. 1992.

CELSO FURTADO E A CONSTRUÇÃO DA NOVA REPÚBLICA

Leonardo da Rocha Botega[1]

> "Alguns dirão que isso é política, mas não foi justamente isso que o pensamento de Furtado dos últimos anos sugeriu?" (Mallorquin, 2005, p. 346).

Brasil, 28 de agosto de 1979, enquanto o país cantava que a noite caia "como um viaduto" e que um "bêbado trajando luto" lembrava "Carlitos"[2], a agonizante Ditadura Civil-Militar, sob a presidência do último ditador, João Figueiredo, promulgava a Lei da Anistia[3]. A pressão exercida pelos movimentos dos direitos humanos, dentro e fora do Brasil, havia finalmente dado resultado. Estavam abertas as portas para o retorno de toda uma geração de políticos e intelectuais que estiveram engajados nas lutas para reformar as estruturas do país no período pré-1964 e que lutaram contra a Ditadura Civil-Militar ao longo de 15 anos. O desfecho definitivo da Ditadura ocorreria seis anos depois, em 1985, com a posse do primeiro presidente civil. Entre aqueles que foram autorizados a retornar ao país e que pertenciam a geração

1 Professor Doutor do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/9374731793684034. Orcid: https://orcid.org/0009-0007-2318-2504 . E-mail para contato: leorochabotega@gmail.com

2 Os trechos destacados são referências à música "O bêbado e a equilibrista", composta por João Bosco e Aldir Blanc, e interpretada por Elis Regina em seu álbum "Essa Mulher", lançado neste mesmo ano de 1979. A música se tornou um verdadeiro "hino popular" da luta pela Anistia.

3 LEI No 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6683.htm

pré-1964 estavam Leonel de Moura Brizola[4], Miguel Arraes[5], Francisco Julião[6], Luís Carlos Prestes[7] e Celso Furtado.

Celso Furtado esteve presente na primeira lista de personalidades políticas cassadas pela Ditadura Civil-Militar através do Ato Institucional Nº 1, publicado em 09 de abril de 1964. No exílio, dedicou sua trajetória as atividades acadêmicas se vinculando a Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Este foi o período de ampliação de sua concepção sobre a economia e de aprofundamentos de novas temáticas, como o papel das multinacionais em um capitalismo que se tornava cada vez mais global, a estrutura agrária e os limites do desenvolvimento brasileiro. Reviu algumas posições anteriores acerca da teoria econômica, passando a destacar a importância da política e da cultura como fatores de desenvolvimento e acompanhou de longe a crise do Brasil pós-Milagre Econômico.

Ao longo de sua trajetória, Celso Furtado manteve um conjunto de anotações em forma de diário, que foram publicadas em 2019 com o título de "Diários Intermitentes (1937-2002)". Nestes cadernos pessoais,

4 Leonel de Moura Brizola foi um político riograndense, liderança da ala mais a esquerda do PTB. Foi governador do Rio Grande do Sul entre 1958 e 1962. Seu governo foi marcado pelos conflitos com os Estados Unidos devido a encampação da Companhia Telefônica Rio-grandense que era subsidiária da International Telephone and Telegraphe (ITT), uma multinacional estadunidense, pelo apoio ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), visando o encaminhamento da Reforma Agrária, e pela campanha da legalidade em 1961, que garantiu a posse de João Goulart como presidente do Brasil após a renúnica de Jânio Quadros. Brizola acabou constando na primeira lista de cassados da Ditadura Civil-Militar. Ver: Keller, Dias, Costa (2001, p.837-835); Freire; Ferreira (2016); Ferreira (2007).

5 Miguel Arrais de Alencar ou Miguel Arraes, como ficou conhecido, foi um político ligado a esquerda pernambucana que foi prefeito da cidade do Recife (1960-1962) e governador de Pernambuco (1963-1964). Seu governo foi marcado pelo embate com os usineiros e os donos de Engenhos da Zona da Mata para que estes pagassem direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Foi preso, cassado e exilado logo após o golpe civil-militar em 1964. Ver: Lemos, Pontoja (2001, p.356-366); Teixeira (2007).

6 Francisco Julião Arruda de Paula foi advogado, deputado estadual em Pernambuco e deputado federal. Liderou entre 1955 e 1964 as Ligas Camponesas, movimento camponês de luta pela Reforma Agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais muito forte na região nordeste. Foi preso, cassado e exilado logo após o golpe civil-militar de 1964. Ver: Keller (2001, p.2884-2888).

7 Luís Carlos Prestes foi a principal liderança do Partido Comunista Brasileiro. Militar de formação, ficou famoso por liderar a Coluna Prestes (1924-1927), na Primeira República, e comandar o Levante Comunista de 1935 contra o governo Vargas. Foi senador entre 1946 e 1947, quando o PCB teve seu registro cassado e o mandato de suas parlamentares foi interrompido. Sua liderança levou o PCB a apoiar as Reformas de Base propostas pelo governo João Goulart. Com o golpe civil-militar de 1964 teve seus direitos civis novamente cassado e, fugindo da perseguição ditatorial, partiu para o exílio na URSS. Ver: Abreu, Carneiro (2001, P.4769-4787); Reis (2014); Prestes (2015).

Furtado registrou suas impressões e avaliações do que observava no Brasil e no mundo, ao longo de 65 anos. Impressões diretas e sem a preocupação acadêmica com o rigor da escrita. Sua companheira, Rosa Feire D'Aguiar, destaca que Furtado não relia suas notas. Em sua apresentação dos diários, D'Aguiar (2019, p. 11) chama atenção para o fato de que os diários "são um território privado que reserva surpresas", fragmentários "por natureza, constituem uma coleção de instantâneos captados por um olhar perspicaz, que fixa um detalhe nem sempre perceptível, uma face inesperada do interlocutor". É esta revelação das impressões ocultas do intelectual público que torna os diários algo tão atrativo para a percepção do que de fato o homem público pensava sobre o que era vivido e por ele vivenciado. A partir destas anotações, em meio a um conjunto de outras anotações sobre os diferentes contextos históricos vividos, Furtado produziu uma síntese de suas "ideias privadas" sobre o processo de construção da Nova República no Brasil, mais especificamente a partir de sua atuação na construção da candidatura Tancredo Neves[8], quando pode perceber o funcionamento da estrutura política brasileira a partir da realidade partidária.

Celso Furtado: uma breve trajetória.

Nascido em 26 de julho de 1920, na cidade de Pombal, na Paraíba, Celso Furtado formou-se como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela UFRJ, em 1944[9]. Trabalhou no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão criado por Getúlio Vargas, em 1937, e que tinha como objetivo dar uma maior racionalidade à administração pública. Foi na Revista do DASP que Furtado escreveu

8 Tancredo de Almeida Neves iniciou sua trajetória política junto ao PSD de Minas Gerais, sendo deputado estadual (1947-1951), deputado federal (1951-1966), Ministro da Justiça do Governo Getúlio Vargas (1953-1954), Primeiro Ministro (1961-1963). Durante o período da Ditadura Civil-Militar se constituiu como uma das principais lideranças do MDB, tendo sido deputado federal (1966-1979) e senador (1979-1983). Em 1980, fundou o Partido Popular (PP), que um ano depois seria incorporado ao PMDB. Foi governador de Minas Gerais entre março de 1983 e agosto de 1984, quando deixou o cargo para construir sua candidatura presidencial. Eleito presidente de forma indireta, não chegou a assumir, pois faleceu antes da posse. Ver: Ramos; Campos (2001, p. 4066-4080).

9 Há uma ampla bibliografia sobre a trajetória de Celso Furtado. Aqui optamos por utilizar a Obra autobiográfica (A fantasia organizada – A fantasia desfeita – Os ares do mundo) e o livro de Mallorquin, além das anotações introdutórias do próprio diário de Furtado. Ver: Furtado (2014; 2019), Mallorquim (2005).

seus primeiros artigos sobre planejamento. Furtado também participou da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Grande Guerra. Terminada a guerra, ingressou no curso de doutorado em Economia da Universidade de Paris-Sorbonne. Tornou-se doutor em economia no ano de 1948 com uma tese sobre a economia colonial brasileira. Um ano depois, ingressou como economista na recém fundada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Como membro daquele renomado órgão ligado a Organização das Nações Unidas, presidiu, entre 1953 e 1955, o Grupo Misto CEPAL-BNDE. Os estudos realizados por este grupo serviram de base para a formulação do Plano de Metas proposto pelo presidente Juscelino Kubitschek. Foi justamente o governo Juscelino Kubitschek que o recrutou, em 1958, após um breve período de retorno às atividades acadêmicas na Inglaterra.

No governo Kubitschek, Furtado assumiu inicialmente, e por um curtíssimo período, a diretoria do BNDE para o Nordeste. Porém, diante do agravamento da crise gerada pela seca e do não avanço da proposta de construção de uma política para a região, o presidente o nomeia como coordenador o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que posteriormente daria lugar ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO). Foi no âmbito do GTDN e do CODENO que Furtado lançou as bases para a formulação de uma política desenvolvimentista para região nordestina, que teve como síntese e criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Furtado ocupou o cargo de superintendente da SUDENE ao longo dos governos Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, entre 1959 e 1964. No governo João Goulart, Furtado também atuou como Ministro do Planejamento, sendo responsável pelo chamado Plano Trienal. Sua passagem pela SUDENE foi marcada por frequentes embates com as oligarquias nordestinas, sobretudo, pela oposição destas aos projetos de industrialização e de modificação das estruturas agrárias da região. Tais embates fizeram com que os golpistas de 1964 o considerassem um de seus principais inimigos.

Furtado partiu para o exílio, em maio de 1964, retornando primeiramente aos quadros da CEPAL no Chile. Após sua passagem pelo Chile, ingressou como pesquisador graduado do Centro de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale (EUA). Em 1965, assumiu

a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Também atuou na Organização das Nações Unidas e como professor visitante na American University (EUA), na Universidade de Cambridge (ING) e na Columbia University (EUA). Os anos de exílio foram os anos mais fecundos da produção teórica de Celso Furtado. Aprofundando suas pesquisas sobre o subdesenvolvimento, o capitalismo e a realidade brasileira, promoveu seminários, orientou dezenas de teses, teve aproximadamente 150 alunos por ano em graduação de pós-graduação, além de ter escrito dez livros. Com a Anistia, em 1979, passou a vir regularmente ao Brasil, mantendo na França atividades acadêmicas como diretor de pesquisas da École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris.

Em seu retorno ao Brasil, Furtado passou a atuar ativamente no processo de redemocratização e de construção da Nova República. Em 1981, filiou-se ao Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), sua primeira filiação partidária. O PMDB foi fundado em 1979 como um herdeiro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que, por sua vez, foi fundado em 1966 a partir do Ato Institucional Nº 2, que instituiu o bipartidarismo. O MDB se caracterizou como uma frente de oposição que, no Congresso Nacional, reunia um conjunto de parlamentares de diferentes posições ideológicas, entre estes ex-membros do PTB, do PSD e membros do PCB, que tinham em comum a oposição aos governos da Ditadura Civil-Militar. As vitórias eleitorais do MDB em 1974 e 1978 foram fundamentais, não apenas para pressionar pela abertura política, como também para a consolidação de suas lideranças no processo de transição[10]. Furtado foi membro do Diretório Nacional do PMDB, tendo acompanhando de perto a construção da candidatura presidencial de Tancredo Neves. Também participou da Comissão do Plano de Ação do Governo (COPAG) de Tancredo Neves, eleito indiretamente presidente no Colégio Eleitoral, em 15 janeiro de 1985.

No início do governo José Sarney, Furtado foi nomeado embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas na Bélgica. Após uma breve passagem pela Europa, foi convidado pelo

10 Sobre o MDB ver o verbete escrito por Lima Júnior (2001) no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.

presidente para o Ministério da Cultura. Ocupou o cargo de Ministro da Cultura entre 1986 e 1988, fomentando as primeiras iniciativas de financiamento ao setor através de incentivos fiscais. Deixou o cargo em 1988 e retornou a vida acadêmica, passando a atuar em inúmeras comissões internacionais no âmbito da Unesco e da ONU. Em 1997, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira que foi de seu amigo Darcy Ribeiro. Faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 2004. Seus últimos escritos foram marcados pela crítica a globalização e a estrutura de dominação que estava por trás do modelo neoliberal.

Furtado e a estrutura política brasileira da nascente Nova República

A situação encontrada por Celso Furtado em seu segundo retorno ao Brasil parecia semelhante com aquela que o então economista cepalino havia encontrado quando de seu primeiro retorno em 1958. O otimismo da retomada da cidadania com a anistia, a revogação do Ato Institucional Nº5, o fim do bipartidarismo e as perspectivas para as eleições gerais de 1982, produziam um clima de respiro democrático, mesmo diante da crise econômica que levou o país a fechar o ano de 1981 com um decrescimento de -4,3% no Produto Interno Bruto e com uma inflação de 95,2% (Brum, 2010).

Os novos e os velhos personagens da política começavam a buscar os seus lugares nos novos partidos. O MDB se transformaria em PMDB. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sustentáculo parlamentar da Ditadura Civil-Militar, se tornaria o Partido Democrático Social (PDS). Setores da oposição moderada do MDB e dissidentes da ARENA fundariam o Partido Popular (PP), liderado por Tancredo Neves, que teve curta existência, sendo incorporado ao PMDB em 1981. O getulista Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se transformou em furto de uma disputa judicial entre Leonel Brizola e Ivete Vargas[11], que resultou na

11 Cândida Ivete Vargas Martins era neta de Viriato Dornelles Vargas, irmão de Getúlio Vargas. Foi deputada federal pelo PTB de São Paulo entre os anos 1951 e 1966. Em 1966, foi eleita para o mesmo cargo, desta vez pelo MDB. Se manteve no cargo até janeiro de 1969, quando foi atingida pelo Ato Institucional Nº5 e se retirou temporariamente da política. Em 1979, disputou, e acabou vencendo, uma disputa com Leonel Brizola pela legenda do PTB. Em 1982, elegeu mais uma vez deputada federal por São Paulo. Acabou não terminando o mandato, pois faleceu em 03 de janeiro de 1984. Ver: Souza (2001, p. 5971-5974).

vitória e no controle da sigla pela sobrinha-neta de Getúlio. Brizola acabou fundando, junto com a maioria dos trabalhistas históricos, o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Do renovado movimento sindical do ABC paulista, dos setores de base da Igreja Católica e das tendências socialistas não-soviéticas que surgiram ao longo na luta contra a ditadura no final das décadas de 1970, se organizou o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva.

Foi neste renovado campo político que Celso Furtado adentrou em seu retorno ao Brasil, optando pela filiação ao PMDB que, mesmo com o surgimento de novos partidos de oposição, seguia tendo como principal característica ser muito mais uma frente de oposição do que um partido centralizado em um único perfil ideológico e programático. As agrupações de origem marxista-leninistas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), por exemplo, ainda proibidos de atuar legalmente, se mantiveram como correntes dentro do PMDB até 1987. Nesta frente chamada PMDB, Furtado passou a colaborar com o chamado grupo dos "autênticos", liderado por Ulysses Guimarães[12], dialogando com nomes como Fernando Henrique Cardoso, Renato Acher, José Gregori, Waldir Pires, Severo Gomes, Pedro Simon, Euclides Scalco, Franco Montoro, Jarbas Vasconcelos, Miguel Arraes, Roberto Gusmão, Fernando Gasparin, Edgar Amorin, além dos economistas do partido, João Manoel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo, Luciano Coutinho, Maria Conceição Tavares, Dércio Munhoz, José Serra e Carlos Lessa (Furtado, 2019).

Nos preparativos para as eleições de 1982, o nome de Celso Furtado esteve presente na negociação de uma possível candidatura à govenador ou ao Senado Federal na Paraíba, seu estado natal. Tal negociação levou o economista a sentir o desconforto de estar sendo cotado como uma espécie de "voto consciente" com pouca capacidade de eleição, mas com

12 Ulysses Silveira Guimarães foi uma das grandes lideranças do PMDB. Iniciou sua trajetória política no PSD de São Paulo, tendo sido deputado estadual entre 1947 e 1951. Foi deputado federal entre 1951 e 1995, onze mandatos consecutivos, até 1966 pelo PSD, entre 1966 e 1980 pelo MDB e entre 1980 e 1995 pelo PMDB. Foi presidente da Câmara dos Deputados em três momentos, 1956–1957, 1985–1986 e 1987–1988. Sendo este último exercido como presidente da Assembleia Constituinte. Apesar de ter apoiado o Golpe Civil-Militar de 1964, se converteu em um dos principais oposicionistas da Ditadura Civil-Militar e um dos principais articuladores da transição democrática. Ver: Pandolfi (2001, p. 2707-2714).

potencial "para legitimar a candidatura de Mariz[13] (há pouco tempo candidato arenista a governador biónico) e de João Agripino[14] (sem comentários) a deputado federal", o que não era nada "confortante". Furtado descartava a possibilidade de concorrer ao cargo de deputado federal, uma vez que, em sua avaliação, isso poderia prejudicar as candidaturas de Octacílio de Queirós[15], que naquele contexto era entendido como o candidato do "voto consciente", e de Marcondes Gadelha[16], amigos que o convidaram a ingressar no PMDB paraibano (Furtado, 2019, p. 272). O choque de realidade da prevalência das antigas elites políticas nordestinas sobre o próprio PMDB, o fazia contrastar o otimismo do despertar da cidadania com um pessimismo em relação ao próprio campo político, sobretudo, em seu estado natal.

Em 28 de janeiro de 1982, comentando as negociações políticas na Paraíba, Furtado (2019, p. 272-273) escreveu:

> [...] A verdade é que a vida política está se esvaziando a olhos vistos. [...]. Invadiu-me um grande pessimismo com respeito ao que é possível fazer neste país. Se a vida política se resume aos problemas da própria política – quem vai ser candidato, como livrar-se do chaguismo, como deixar passar pela garganta do José Agripino e tutti quanti -, como imaginar sair disso que aí está? Como evitar que a nova geração se refugie no cinismo ou na droga? No nosso país existe uma espécie de fatalismo inconsciente. Essa história de que os problemas se resolvem de noite, enquanto os

13 Antônio Marques da Silva Mariz foi um político ligado as elites paraibanas. Filiado ao PTB foi prefeito da cidade de Sousa (1963-1969). Se opôs ao golpe civil-militar de 1964 e acabou preso por um curto período, não tendo perdido o cargo de prefeito. Apesar desta posição inicial, aderiu a ARENA quando da formação do bipartidarismo e foi secretário de Educação do governo de José Agripino (1966-1971), seu primo. Com fim do bipartidarismo, ingressou no PP de Agripino e Tancredo Neves, que depois foi incorporado pelo PMDB. Ver: Carneiro (2001, p. 3591-3592).

14 João Agripino Filho pertenceu a uma família de coronéis políticos no Estado da Paraíba. Entre 1945 e 1964, esteve ligado a UDN, tendo sido Ministro das Minas e Energias no governo Jânio Quadros, e participado das articulações do Golpe Civil-Militar de 1964. Foi governador da Paraíba entre 1966 e 1971. Durante a maior parta do período da Ditadura Civil-Militar esteve ligado à ARENA. Em 1980, fez parte da dissidência que fundou o PP e uma ano depois ingressou no PMDB. Ver: Carneiro (2001, p. 51-54).

15 Octacílio Nóbrega de Queirós foi deputado estadual na Paraíba pelo PSD entre 1947 e 1955 e deputado federal pelo PMDB entre 1975 e 1983. Nas eleições de 1982 ficou na condição de suplente de deputado federal, assumindo o cargo entre 1983 e 1987. Ver: Abreu et all (2001, p. 4837).

16 Marcondes Ian Benevides Gadelha foi político histórico do MDB na Paraíba, ocupando o cargo de deputado federal pelo estado desde 1970. Estava sendo cotado à candidatura ao governo da Paraíba em 1982, porém com a escolha de Antônio Mariz, seu desafeto político, pelo PMDB trocou de partido e ingressou no PDS. Ver: Carneiro (2001, p. 2454-2455).

> brasileiros dormem...Mas a verdade é que se o país é isso que aí está, essa mistura de miséria e desperdício, é porque há muita gente interessada em que a política continue a ser o que é. O que para uns é fatalismo, para outros é sentimento de impotência. Na prática pode dar a mesma coisa. Mas uns dormem tranquilos, enquanto outros se arrancam os cabelos em desespero.

Ao final, Furtado acabou não sendo candidato a nenhum cargo naquelas e em qualquer outra eleição proporcional ou majoritária. O candidato à governador da Paraíba pelo PMDB acabou sendo Antônio Mariz, que foi derrotado pelo candidato do PDS, Wilson Braga. O PDS também elegeria como senador Marcondes Gadelha, o amigo de Furtado, que rompeu com o PMDB pouco antes das eleições. João Agripino se elegeu como o segundo deputado federal mais votado do estado. Octacílio de Queiroz ficaria na condição de suplente de deputado federal.

O desencanto com a política em seu estado natal, levaria Furtado a mergulhar cada vez mais na análise das estruturas políticas e de como os anos da Ditadura Civil-Militar representaram um atraso. Nas notas que escreveu para um seminário em Buenos Aires sobre a dívida externa, em 25 de agosto de 1983, destacou que estava "bastante pessimista com o problema da dívida externa e também como conseguir a vontade política necessária em nossos países para enfrentar esse problema". No caso do Brasil, o "grande atraso acumulado" estava no plano político, o que agravava as condições de desenvolvimento, uma vez que "não há desenvolvimento real sem desenvolvimento político" (Idem, p. 276).

Seguia o autor,

> A dimensão política do Brasil está exigindo uma reflexão nova e um esforço considerável dos que têm a responsabilidade da coisa pública, porque as disparidades das condições de vida não constituem apenas um fenômeno econômico, mas político e social. Se não conseguirmos desenvolver nossas instituições políticas adequadas nem criar esse marco que permita que o desenvolvimento das forças da sociedade se faça mais ou menos equilibrada, parece-me que nosso futuro continuará sendo uma incógnita. (Idem, p. 276)

O "desafio político", segundo Furtado, seria a "organização progressiva das forças sociais, para que participem da estrutura de poder,

das decisões, e portanto da apropriação e uso do excedente social, isto é, do fruto do trabalho de todos" (Idem, p. 276). Qualificar a política era a grande preocupação que inquietava o intelectual em seu regresso ao país. Furtado havia vivenciado, antes do exílio, a organização da "fantasia" de transformar o Brasil a partir de um projeto de superação do subdesenvolvimento. Atuou nesse projeto ao longo do otimismo do governo Juscelino Kubitschek, do confuso governo Jânio Quadros e do caótico governo João Goulart. Expulso do país, viu a "fantasia" ser desfeita e, de volta ao Brasil, sentia cada vez mais a necessidade de construir uma nova "fantasia", ou seja, um novo projeto nacional.

Os resultados das eleições gerais de 1982, disputadas a partir de regras que visavam favorecer o PDS, demonstraram que a única força política de oposição com capacidade real de governar o país, derrotando o partido do cambaleante último governo ditatorial, era o PMDB[17]. Esta condição se afirmou ainda mais após a derrota do Movimento pela Diretas Já no Congresso Nacional, com a rejeição da Emenda Dante de Oliveira em 25 de abril de 1984. Infelizmente, Furtado não deixou nenhuma anotação referente ao Movimento pelas Diretas Já. A única frase que lemos este a respeito foi escrita em 07 de julho de 1984. Comentando uma reunião que teve com Ulisses Guimarães, Furtado (2019, p. 282) afirmou que o "movimento das Diretas Já foi magnífico mas não chegou a mudar o curso dos acontecimentos no que diz respeito ao encaminhamento da sucessão". Tal fato aumentava ainda mais a responsabilidade do PMDB e colocava a candidatura de Tancredo Neves como a única alternativa viável para a concretização do processo de redemocratização.

Analisando o cenário do colégio eleitoral que se avizinhava, ainda em suas anotações de 07 de julho de 1984, Furtado (2019, p. 281) apontava que todo mundo sabia "que o PDS, que nunca foi mais que um biombo para encobrir os cambalachos dos que se apropriam do poder,

17 O PMDB havia eleito 10 governadores contra 12 do PDS. O único partido, além deste a conseguir eleger um governador foi o PDT, que elegeu Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro. Para o Senado Federal, o PMDB elegeu 9 senadores, o PDS 15 senadores e o PDT 1 senador. Para a Câmara dos Deputados, o PMDB elegeu 200 deputados, o PDS 235 deputados, o PDT 23 deputados, o PTB 13 deputados e o PT 8 deputados. Uma importante análise das eleições gerais de 1982 pode ser encontrada na coletânea organizada David Fleischer (1988).

já há algum tempo foi comido por dentro pelo sr. Paulo Maluf[18].” Nesse sentido,

> A única coisa real que existe é a candidatura Maluf, cimentada em corrupção e considerada uma afronta ao que antigamente se chamava “dignidade nacional”. A única alternativa é a candidatura Tancredo, homem de confiança das classes potentes, inclusive dos grupos estrangeiros que seguem e vivem de perto o drama do nosso país. Se as coisas são assim tão claras, por que todas essas tergiversações? Que futuro esperam os senhores Aureliano[19], Brizola e Lula se assume Maluf, que tem em torno de si as falanges dos repressores e corruptos?
> Tratei de convencer o dr. Ulisses de que, se Tancredo sobe ao poder, o que estará realmente em jogo é o destino do PMDB. O movimento das Diretas Já foi magnifico mas não chegou a mudar o curso dos acontecimentos no que diz respeito ao encaminhamento da sucessão. O povo sabe que o Colégio Eleitoral é uma impostura. Eleito Maluf ou Andreazza, viveremos momentos de grande intranquilidade. Estará aberto um horizonte de incertezas mais tenebroso. A única saída desse impasse é que o PMDB se preste a legitimar uma eleição indireta. Mas para que essa saída seja convincente o partido deverá assumir com a cidadania o compromisso de cumprir um claro programa de governo. Somente o PMDB assumirá plenamente o ônus do futuro governo. Os Brizolas e Lulas, uma vez protegidos pela nova ordem democrática, logo passarão a apontar insuficiências em tudo que se esteja fazendo. Os dissidentes do PDS tratarão de recuperar o domínio desse partido, e para isso terão que manter distância do governo, que precisarão criticar.
> Se os ônus do futuro governo vão cair totalmente sobre o PMDB, cabe a este partido desde já definir o seu futuro programa. Não se trata de um programa mínimo, capaz de conciliar inconciliáveis, e sim de uma plataforma coerente. [...]. (Idem, p. 281-282).

18 Paulo Salim Maluf é um político de São Paulo, cuja trajetória esteve ligada a Ditadura Civil-Militar, primeiramente na ARENA e depois no PDS. Empresário, antes de ingressar na política atuou em importantes cargos nas empresas de sua família. Presidiu a Caixa Econômica Federal entre 1967 e 1969. Em 1969, foi nomeado prefeito em São Paulo pelo presidente Costa e Silva, cargo que ocupou até 1971. Entre 1971 e 1975, foi Secretário de Transportes do Estado de São Paulo. Em 1979, foi eleito indiretamente governador de São Paulo, permanecendo no cargo até 1982. Era deputado federal em 1983. Ver: Campos; Aldé (2001, p. 3506-3512).

19 Antônio Aureliano Chaves de Mendonça foi um dos homens fortes da Ditadura Civil-Militar. Iniciou sua carreira política na UDN de Minas Gerais, seu estado natal, como um aliado de Carlos Lacerda, um antigetulista ferrenho. Foi deputado estadual entre 1958 e 1966, período em que ocupou também os cargos de Secretário de Estado da Educação e Secretário de Obras Públicas no governo Magalhães Pinto (1961-1966). Foi deputado federal entre 1967 e 1975 e governador de Minas Gerais (1975-1978). Ocupou a vice-presidência da República entre 1979 e 1985, sendo um dos principais articuladores da abertura política controlada durante o governo João Figueiredo. Ver: Souza (2001, p. 1341-1347).

Nesta passagem de seu diário, Furtado reforça aquilo que defendeu desde os primeiros momentos em que optou por ser um intelectual público ou um intelectual orgânico no sentido gramsciano do termo. Em 1960, quando esteve à frente da Sudene na difícil tarefa de colocar em prática um projeto de desenvolvimento para o Nordeste, enfrentando as elites locais, refletindo sobre a necessidade de se lançar "as bases de uma ideologia capaz de aglutinar forças", escreveu: "Para vencer na luta social é indispensável definir os objetivos desde o começo e correr em direção a eles. É preciso lutar por alguma coisa e não contra alguma coisa" (Furtado, 2019, p. 203-204). A ideia da construção de um programa de desenvolvimento para o Brasil acompanhou o economista ao longo de quase toda a sua trajetória, sendo aprofundada em suas obras escritas no período do exílio. Na apresentação de seu livro "Um projeto para o Brasil", publicado em 1968, Furtado (1968, p. 09) definia que o objetivo comum dos ensaios ali reunidos era "identificar as causas profundas da paralisia de nosso sistema econômico e, ao mesmo tempo, abrir um horizonte de reflexão orientado para a busca de soluções efetivas e factíveis". O autor acreditava que "somente uma ampla confrontação de ideias em torno de nossos problemas sociais e econômicos" poderia "abrir o caminho à imaginação política e criar condições para a mobilização de opinião pública, sem o que dificilmente se poderá superar a barreira de obstáculos que se antepõe ao desenvolvimento do País".

Segundo Furtado, cabia ao PMDB chamar para si esta tarefa. Paulo Maluf, o candidato do PDS e da Ditadura Civil-Militar ao Colégio Eleitoral, representava não apenas a continuidade, como também o aprofundamento das estruturas de corrupção que tanto se beneficiou ao longo das últimas décadas. As esquerdas, representadas por Brizola e Lula, não possuíam lastro social para levar a frente um projeto de transformação nacional. Tal ideia vinha ao encontro daquilo que escrevera em 14 de junho de 1959. Refletindo sobre as ideologias que se apresentavam naquele contexto histórico, Furtado (2019, p. 168) afirmou que, no último decênio, o Brasil tinha sido "um país com partidos políticos apenas de direita" e que alguns políticos tinham "intuição desta situação" e "faziam uma política pessoal de esquerda".

Apesar deste alerta sobre a necessidade de construção de um programa de governo por parte do PMDB, esta não era a realidade

que estava vivenciando. Os rumos da construção da candidatura de Tancredo Neves apontavam para outro caminho. Pierre Bourdieu (2002, p. 165), analisando o campo político, chama atenção para o fato de que a "intenção política só se constituí na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de acção e de expressão que ele oferece em um dado momento". O "estado do jogo político" naquele momento, conforme percebido por aqueles que detinham o "monopólio da política", apontava para a urgência de uma composição com as dissidências dos grupos que até então fizeram parte da base de apoio do governo ditatorial. Foi nesse sentido que se constituiu a Aliança Democrática.

Nestes momentos finais da Ditadura Civil-Militar, a ARENA, depois PDS, vinha sofrendo uma série de dissidências. As "metamorfoses políticas" não foram propriamente uma exclusividade deste período, uma vez que sempre estiveram presentes na História Política brasileira. Porém, a impopularidade do governo Figueiredo, a possibilidade concreta de derrota de um candidato do partido do governo no Colégio Eleitoral, a posição contrária às eleições diretas para presidente assumida pelo PDS na votação da Emenda Dante de Oliveira[20], bem como, a hegemonização do partido pelos malufistas, aceleraram os desembarques. Muitas das "antigas raposas" arenistas já haviam abandonado o partido quando da fundação do PP por Tancredo Neves. Outras, por algumas das razões apontadas, rompem com o PDS e formam a Frente Liberal. Entre estes estavam o vice-presidente da República, Aureliano Chaves, e os senadores Marco Maciel[21] e José Sarney[22]. A Frente Liberal se

20 A Emenda Dante de Oliveira que propunha eleições diretas para presidência da República no dia 25 de abril de 1984. A proposta precisava de 2/3 dos votos para ser aprovada, ou seja, 320 votos de um total de 479 congressistas. Recebeu 298 votos favoráveis, 65 contrários e 3 abstenções. 113 deputados não compareceram. A Emenda foi rejeitada por 22 votos. Dos 113 deputados ausentes, 112 pertenciam ao PDS, somente um deputado pertencia ao PTB. Todos os 65 votos contrários foram de deputados do PDS. Rejeitada a Emenda pela Câmara dos Deputados, esta não seguiu para o Senado Federal. Ver: Leonelli; Oliveira (2004).

21 Marco Antônio de Oliveira Maciel ingressou na política em 1966, ligado a ARENA. Antes disso esteve ligado as correntes mais a direita do Movimento Estudantil na UFPE. Em 1964, apoio o Golpe Civil-Militar. Elegeu-se deputado estadual em 1966, cargo que ocupou até 1970, quando se elegeu deputado federal. Permaneceu como deputado federal até 1979, tendo sido presidente da Câmara dos Deputados entre 1977 e 1979. Foi governador de Pernambuco entre 1979 e 1982. Em 1983, ocupava o cargo de senador. Ver: Monteiro; Couto (2001, p. 3413-3416).

22 Nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa mudou seu nome para José Sarney de Araújo Costa, substituindo o nome Ribamar e o sobrenome Ferreira da mãe pelo nome do pai, Sarney.

transformaria em Partido da Frente Liberal em 24 de janeiro de 1985, nove dias depois da definição do novo presidente pelo Colégio Eleitoral (Lima Júnior, 2001).

A Aliança Democrática foi formada pelo PMDB e pela Frente Liberal. O documento de apresentação da Aliança Democrática, tornado público em 07 de agosto de 1984, denominado "Compromisso com a Nação" iniciava afirmando que o PMDB e a Frente Liberal "conscientes de suas responsabilidades perante a Nação, decidiram reunir seus esforços no propósito de promover as inadiáveis mudanças que a sociedade brasileira exige" e conclamava "os Partidos Políticos e as demais forças democráticas, animadas pelo sentimento de patriotismo, a se irmanarem nesta caminhada de fé e esperança". Alertando para a "gravíssima crise" que o país vivenciava e que aquela era uma hora que não admitia "vacilações", o documento afirmava que somente "a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes" poderia "garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social". Destacava que o pacto político construído na Aliança Democrática "propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o Povo e o Governo". Um pacto "sem ressentimentos", de grupos "voltados para o futuro" que "propõe o entendimento de todos os brasileiros". Um discurso de conciliação com a forma como o governo ditatorial vinha procedendo sua abertura lenta, gradual e segura, ou seja, pactuada para que não houvesse riscos de punição aos agentes do Estado. Na sequência, o documento apontava um conjunto de "compromissos impostergáveis e fundamentais com a Nação brasileira" que nada mais eram do que apontamentos de diretrizes para um programa de ação. No final, era apresentado o acordo de montagem da chapa presidencial, tendo Tancredo Neves, indicado pelo PMDB, como candidato à presidente e José Sarney, indicado pela Frente Liberal, como candidato à vice-presidência. O documento foi assinado por Ulysses Guimarães,

Ingressou na política através do PSD maranhense, por quem concorreu ao cargo de deputado federal em 1954, ficando na suplência. Assumiu o cargo em 1955. Em 1958, mudou para a UDN, por quem exerceu dois mandatos parlamentares entre 1959 e 1966. Diante da imposição do bipartidarismo optou por ingressar na ARENA. Foi governador do Maranhão entre 1966 e 1970 e senador pelo mesmo estado entre 1971 e 1985. Em 1980, participou da fundação do PDS, partido em que permaneceu até 1984, sendo inclusive seu primeiro presidente. Filiou-se ao PMDB em 1985, às vésperas da definição da chapa presidencial que compôs como vice-presidente de Tancredo Neves. Com a morte de Tancredo Neves assumiu como presidente da República em 15 de março de 1985, cargo que ocupou até 1990. Ver: Dias; Lemos (2001, p. 5291-5312).

presidente do PMDB, Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, vice-presidente da República, e Marco Maciel, senador pelo Estado de Pernambuco (Aliança Democrática, 1984).

Celso Furtado acompanhou de perto toda a formação da Aliança Democrática. No dia 06 de agosto de 1984, escreveu em seu diário a respeito de uma reunião realizada no dia 25 de julho entre as cúpulas do PMDB e da Frente Liberal, que participou a convite de Ulysses Guimarães e que tinha como objetivo discutir os pontos do acordo que resultou no documento "Compromisso com a Nação". Entre os presentes estavam, além de Furtado e Ulysses, Tancredo Neves, Marco Maciel, anfitrião da reunião, e José Sarney. Ao destacar as discussões sobre o conteúdo programático do documento, Furtado (2019, p. 290) relatou ter percebido "que os membros da Frente e Tancredo tinham a preocupação de que tudo ficasse em enunciados gerais", para "o pessoal da Frente" não seria "o momento de precisar linhas da política em matéria econômica". Sarney, ao ouvir Furtado falar sobre a questão do Nordeste, chegou a afirmar "que tinha que se preocupar com suas 'bases'". Furtado saiu convencido da reunião "de que não se podia avançar nada de concreto" e que "Tancredo tinha razão quando se refugiava em vaguidades". Por fim, Furtado caracterizou a Aliança Democrática como "essencialmente tática", sem "qualquer convergência nos objetivos estratégicos", definindo-a como o "improvisar de uma ponte para atravessar um pantanal, e só". Na sequência de suas anotações, relatou uma outra reunião do grupo de economistas do PMDB de São Paulo com Tancredo Neves realizada em São Paulo no dia 31 de julho. Está reunião foi mais produtiva, o que gerou a sensação de que o candidato à presidência estaria "absorvendo ideias" (Idem, p. 291).

Todas estas negociações políticas, vivenciadas por Furtado, o levaram a percepção de que o que estava acontecendo não era nada mais do que uma transição e que Tancredo Neves tinha um papel importante neste processo. Refletindo sobre esse fato, em 27 de dezembro de 1984, Furtado (2019, p. 304) escreveu:

> A classe política esta desgastada, deteriorada e demasiado ansiosa para ocupar espaço. É necessário que surja uma nova geração, que possa perceber a realidade com outros olhos. Quanto tempo demorará

> isso? Que contribuição posso dar para o advento dessa nova geração? Durante os últimos vinte anos estive preocupado, quase exclusivamente, em desacreditar esse monstrengo que foi o projeto de "modernização" pelo caminho autoritário. Posso estar satisfeito, pois ganhamos a luta. A própria figura de Tancredo simboliza essa rejeição do autoritarismo e da modernização à outrance. Mas isso não é senão uma transição. O mundo de gente que se acotovela em torno dele é um pré-anúncio do que será a cena política futura. Como existe pela frente a Constituinte, o grande papel histórico dele estará preservado. No mais, teremos uma época de acomodações, de ilusionismo político, de avanços e recuos. Em pouco tempo tudo estará polarizado pelas sucessões estaduais e pela Constituinte. De toda forma, estamos apenas no início de uma fase histórica que não se definirá enquanto não surja uma nova geração infensa a essa impostura que é a imagem do Brasil criada pelo autoritarismo e introjetada, ainda que inconscientemente, por grande parte dessa classe média.

Após estas reflexões, Furtado só voltaria a escrever em seu diário em 21 de janeiro de 1985, seis dias depois da reunião do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves presidente com 480 votos, contra 180 votos de Paulo Maluf. Na ocasião, o economista escreveu: "Não fui a Brasília para a reunião do Colégio Eleitoral no dia 15. O país inteiro explodiu de alegria. Senti-me recompensado dos esforços e lutas de vinte anos". O entusiasmo com a vitória de Tancredo Neves e o desfecho final da Ditadura Civil-Militar eram evidentes. Aquelas foram uma das poucas palavras de esperança escritas em seu diário desde seu retorno ao Brasil e seu contato mais próximo com a política partidária.

O entusiasmo de Furtado com a esmagadora vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral não durou muito tempo. O adoecimento de Tancredo Neves, que levou a sua internação hospitalar um dia antes da posse, e seu posterior falecimento em 21 de março de 1985, bem como, a posse de José Sarney, em 15 de março, como primeiro presidente da Nova República, o fez retornar à desilusão. Sarney era uma das "raposas da ditadura" que pulou do barco antes que esse afundasse. Junto com ele haviam muitas outras raposas, inclusive o até então vice-presidente do último governo ditatorial, Aureliano Chaves, que assumiria o cargo de Ministro de Minas e Energia no novo governo. As negociações das cúpulas se impuseram como institucionalização do capital político produzido nas mobilizações pela redemocratização. Como bem escreveu Pierre Bourdieu (2002, p. 195), "quanto mais o capital político se

institucionaliza em formas de postos a tomar, maiores são as vantagens em entrar no aparelho". As velhas raposas da ditadura souberam "entrar no aparelho".

A morte de Tancredo Neves abriu caminho para que as "raposas da ditadura" pudessem consolidar aquilo que estavam trilhando: a transformação do processo de redemocratização em um processo de transformismo[23]. Um processo que começa com o grupo dos "autênticos" do PMDB que, juntamente com as forças populares (partidárias e sociais), produziu intensas mobilizações, primeiro pela Anistia, depois pelas Diretas Já, e que acaba se transformando em uma readequação do conservadorismo no poder. Furtado, que vinha alertando para este processo desde as negociações que resultaram na Aliança Democrática, evidenciou seu alerta ainda mais, ao longo do curto período entre o Colégio Eleitoral e o falecimento do presidente eleito, quando o novo governo estava sendo montado. Seu alerta vinha em tom de crítica e desilusão, como se pode ver no desabafo escrito em 18 de fevereiro de 1985:

> Se se tratasse apenas de política econômico-financeira, eu poderia tomar uma posição crítica desde agora, bastando para isso renunciar ao diretório nacional do partido. Mas o que está em jogo é o processo de democratização, é consolidar a transição, fechar as portas ao militarismo. Portanto tenho que ficar calado, pelo menos durante algum tempo. Se me ausento do país, as coisas serão mais fáceis.[...].
> Devo preparar-me para retomar minha tarefa de intelectual, sem vinculação partidária, dentro em breve. Se aceitar missão no estrangeiro será como uma transição, que não deve demorar muito.[...]. (Furtado, 2019, p. 320)

Alguns meses depois, no dia 27 de maio de 1985, refletindo a partir dos sentimentos que haviam lhe despertando a escrita do primeiro livro de trilogia autobiográfica, "A fantasia organizada"[24], publicado

23 Antônio Gramsci produziu o conceito de transformismo em seus Cadernos do Cárcere, principalmente nas suas análises sobre o Risorgimento italiano. Gramsci (2014, p. 63) entende como transformismo a "elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, [...] com a absorção gradual mas continua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos". Ver também: Cavaluzzi (2017, p. 784-785).

24 A Fantasia Organizada foi escrito entre fevereiro e maio de 1985 e retrata a trajetória de Furtado entre o final da Segunda Grande Guerra e seu retorno ao Brasil no governo Juscelino

naquele ano, Furtado (2019, p. 324-325) apontava para o abandono da participação no campo político:

> Escrevendo sobre aquele período dei-me conta com mais clareza da importância do que havia feito. O que veio depois foi desdobramento.
> Veio-me subitamente a ideia de que minha vida comportava um projeto e a realização deste. Por outro lado, a luta de dois decênios para restituir o país ao seu caminho certo também se concluiu. Foi uma luta difícil: muitos anos na defensiva, tratando de sobreviver, mas sempre cobrando um preço; o simples fato de ocupar posições de prestigio no exterior já era um preço pago por eles; mostrando o que era o "desenvolvimento" imposto ao país pela ditadura. Depois, na ofensiva: cinco livros de denúncia, campanha nos jornais e ação através do PMDB. Agora a tarefa está cumprida. [...].
> O papel que me cabia em tudo isso esgotou-se. Não me interessa exercer o poder e sei que no setor econômico-financeiro nada de realmente importante pode ser feito. O país não está preparado para enfrentar os problemas maiores. Enfrentá-los sem os meios adequados é provocar desestabilização, dificultar a consolidação das vitórias no plano democrático. Preparar o país a longo prazo para enfrentar os grandes problemas não é tarefa para mim e sim para a nova geração. O que me cabe é continuar pensando os problemas globais.

Enquanto se preparava para uma nova jornada, o economista aos poucos percebia o próprio papel desempenhado por Tancredo Neves na transição da ditadura para a democracia. Em 23 de julho de 1985, escreve que uma "pessoa ligada o staff do Banco Mundial que havia presenciado a entrevista de Tancredo com o presidente do banco" havia lhe contado que "o nosso homem parecia ter apenas uma preocupação: tranquilizar o interlocutor" (Idem, p. 325-326). De fato, Tancredo procurou tranquilizar, não apenas os grandes agentes do sistema financeiro internacional, mas também os próprios homens da Ditadura Civil-Militar.

A "travessia"[25], liderada por Tancredo Neves, se constituiu como um grande acordo nacional entre as novas e as velhas elites políticas. Nesse acordo, continuado por José Sarney, "era preciso que nomes menos comprometidos com soluções supostamente radicais" aparecessem

Kubitschek. Ver: Furtado (2014).

25 Referência ao documentário dirigido por Silvio Tender, lançado em 2010, intitulado Tancredo, a travessia.

"dizendo o que é óbvio" (Idem, p. 327). Celso Furtado não era um deste nomes. Por isso, partiu novamente para a Europa, desta vez Bruxelas na Bélgica, para ocupar o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia. Retornaria alguns meses depois, para assumir como Ministro da Cultura. Foi deste posto que acompanhou a atuação conservadora do governo na Assembleia Constituinte e a formação do chamado "Centrão"[26], o bloco fisiologista que passaria a dar as cartas no jogo político da Nova República. Deixou o ministério em 28 de julho de 1988, juntamente com outros companheiros "autênticos" do PMDB. Seu objetivo era defender a Constituinte dos ataques que o próprio governo vinha fazendo. Furtado acabaria abandonando a atuação no próprio campo político.

Conclusão

Max Weber, em seu clássico "Ciência e Política: duas vocações", escreveu que a atividade do cientista e a atividade do político se diferenciavam por duas éticas. Ao primeiro caberia a "ética da convicção", uma vez que a ciência seria uma "vocação" "posta a serviço de uma tomada de consciência de nós mesmos e do conhecimento das relações objetivas" (Weber, 2014, p. 54). Ao segundo caberia a "ética da responsabilidade", afinal "a política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira" (Idem, p. 124). Porém, apesar de suas diferenças, as duas "éticas" não seriam totalmente excludentes e poderiam serem complementares. Juntas, "a ética da convicção e a ética da responsabilidade" formariam "o homem autêntico, ou seja, um homem que pode aspirar à 'vocação política'" (Idem, p. 123).

Celso Furtado em seu segundo retorno ao Brasil, desta vez, após amargurar os anos do exílio imposto pela Ditadura Civil-Militar, resolveu pela primeira vez ingressar em um partido político. Em sua primeira passagem pelo campo político sua função se definia como a de

26 O "Centrão" foi um "Grupo suprapartidário com perfil de centro e direita criado ao final do primeiro ano da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para dar apoio ao presidente da República José Sarney. Foi responsável pela reviravolta no processo de elaboração constitucional ao conseguir alterar, por meio de um projeto de resolução, as normas regimentais que organizaram os trabalhos constituintes" (Nogueira, 2001, p. 1304). O bloco era comandado por líderes do Partido da Frente Liberal (PFL), do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), contando também com parlamentares do Partido Liberal (PL) e do Partido Democrata Cristão (PDC).

um tecnocrata à serviço de um projeto de desenvolvimento. Foi assim que conseguiu a façanha de, diante da instabilidade política, passar por três governos que tinham a sua frente presidentes de diferentes partidos políticos. Juscelino Kubitschek pertencia ao PSD, Jânio Quadros pertencia ao pequeno PTN e se elegeu com apoio da UDN, João Goulart, por sua vez, pertencia ao PTB getulista. Em meio ao fim do bipartidarismo, Furtado optou pelo PMDB, se aliando justamente aos chamados "autênticos".

A "autenticidade" de Celso Furtado acabou não se impondo diante das condições que foram construídas pelas elites políticas na transição da Ditadura Civil-Militar para a democracia. A vontade do economista de que o PMDB, a partir da liderança aglutinadora que representava a figura de Tancredo Neves, pudesse construir um projeto nacional que serviria de base para o primeiro governo civil após 21 anos de ditadura, naufragou nas condições impostas pela forma como se constituíram as regras do jogo político da transição. O transformismo, uma presença constante na longa duração da História Política brasileira, se impôs e as esperanças de Furtado se transformaram em desilusão. Uma desilusão que nem mesmo a sua participação como Ministro de Estado do primeiro governo da Nova República foi capaz de dissolver. Furtado foi um "autêntico" em tempos onde a autenticidade não encontrou o seu espaço.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves et al. Otacílio Nobrega de Queirós. In: ABREU, Alsira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 4. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

ABREU, Alzira Alves; CARNEIRO, Alan. Luís Carlos Prestes. In: ABREU, Alsira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 4. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

ALIANÇA DEMOCRÀTICA. **Compromisso com a Nação.** Brasília-DF: 07 de agosto de 1984.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAMPOS, Patrícia; ALDÉ, Lorenzo. Paulo Maluf. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 3. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

CARNEIRO, Alan. Antônio Mariz. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 3. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

CARNEIRO, Alan José Agripino. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs**.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 1. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

CARNEIRO, Alan. Marcondes Gadelha. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 3. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

CAVALLUZZI, Rafaele. Transformismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937).** São Paulo: Boitempo, 2017.

D'AGUIAR, Rosa Freire. Apresentação. In: FURTADO, Celso. **Diários Intermitentes:** 1937-2002. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DIAS, Sônia; LEMOS, Renato. José Sarney. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 5. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).** As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FLEISCHER, David (Org.). **Da Distensão à Abertura:** as Eleições de 1982. Brasília: Editora da UnB, 1988.

FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A razão indignada:** Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FURTADO, Celso. **Diários Intermitentes:** 1937-2002. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica.** A fantasia organizada – A fantasia desfeita – Os ares do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil.** 2ª edição. Rio de Janeiro: SAGA, 1968.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KELLER, Vilma. Francisco Julião. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 3. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

KELLER, Vilma; DIAS, Sônia; COSTA, Marcelo. Leonel Brizola. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 1. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

LEMOS, Renato; PONTOJA, Sílvia. Miguel Arrais. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 1. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas Já:** 15 meses que abalaram a Ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Partido da Frente Liberal. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 4. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Movimento Democrático Brasileiro (MDB). In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 4. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

MALLORQUIM, Carlos. **Celso Furtado: um retrato intelectual.** São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MONTEIRO, Maria Carmina; COUTO, André. Marco Maciel. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 3. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

NOGUEIRA, André Magalhães. Centrão. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 2. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

PANDOLFI, Dulce. Ulysses Guimarães. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 3. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes:** um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAMOS, Plínio de Abreu; CAMPOS, Patrícia. Tancredo Neves. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 4. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes:** um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SOUZA, Luís Otávio de. Ivete Vargas. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 5. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

SOUZA, Patrícia Campos de. Aureliano Chaves. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Volume 2. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ Cpdoc, 2001.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens de povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WEBBER, Max. **Ciência e política:** duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2004.

A FREGUESIA DE SANTA MARIA NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835- 1845): NARRATIVA, HISTÓRIA LOCAL E A TRAJETÓRIA DO TENENTE CORONEL JOSÉ ALVES VALENÇA

Maicon Dener da Silva Rodrigues[1]

Introdução

A temática do trabalho apresentado no XVII Encontro Estadual de História (ANPUH- RS) surgiu a partir das atividades de iniciação científica PROBIC/FAPERGS/UFSM, no projeto de pesquisa "História Platina: Fronteiras, Migrações, Sociedades e Poder". Em especial, após a leitura do livro *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930*, escrito por Romeu Beltrão em 1958, se observou uma abordagem superficial da Revolução Farroupilha (1835-1845) na freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, porém, ao mesmo tempo, nos proporcionou indícios para realizar uma investigação sobre este período histórico na região central da província do Rio Grande de São Pedro, que resultou na produção do

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Lattes: http://lattes.cnpq.br/7036078000609138, Orcid: 0009-0006-2760-9117, e-mail: maicom.rodrigues@acad.ufsm.br.

Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado no curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O objeto de estudo do presente trabalho encontra-se vinculado ao grupo definido como elite farroupilha e como forças propulsoras do projeto farroupilha, composta principalmente por estancieiros, militares, charqueadores, comerciantes, sacerdotes e imigrantes europeus. Essa elite local, com poder econômico, era majoritariamente composta por indivíduos sem formação universitária, porém tinham acesso as ideias políticas discutidas e difundidas na época (Padoin, 2001). Assim sendo, o personagem que destacaremos, será o Tenente-Coronel José Alves Valença, militar e estancieiro, pertencente a Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte.

Conforme Padoin (2001), a estância foi a base da economia da sociedade rio- grandense, estruturada a partir de relações de compadrio e "mando", estabelecidas pela posse da terra, do gado, da mão-de-obra escrava e pelas atividades militares. Destaca-se que, nesse contexto, formou-se o "estancieiro militarizado", exemplificado pela figura central do nosso estudo, o Tenente-Coronel José Alves Valença. Além disso, por estarem localizados em um espaço fronteiriço, os estancieiros militares foram instrumentos de grande importância nas lutas pelas fronteiras territoriais, seja pelos cargos militares oficiais que ocupavam, seja pela capacidade de reunir "bandos armados". "Esta situação proporcionou que estes homens tivessem consciência de seu papel no cenário político brasileiro e garantiu-lhes a autoridade, o poder de mando e uma certa independência na administração e luta por seus interesses particulares" (Padoin, 2001, p. 80). Nesse sentido, os líderes militares tinham a função de realizar os recrutamentos locais, atividade para a qual o Tenente-Coronel Valença era frequentemente requisitado. De acordo com Padoin (2001), o êxito do recrutamento dependia da posição militar e força de "mando" do recrutador.

Grande parte das obras sobre o tema têm caráter memorialista e tradicional, apresentando informações descritivas a partir da organização de uma cronologia fixa, o que nos levou a questionar como o conflito é narrado em Santa Maria, quais os temas trabalhados e, também, quais são negados ou silenciados. Entre os autores sobre a história de Santa Maria,

destacam-se João Belém (1933)[2] e Romeu Beltrão (1958)[3], considerados as principais fontes de informações descritivas sobre a sua história.

Assim, a partir dos indícios encontrados no levantamento bibliográfico realizado sobre a Revolução Farroupilha e a história de Santa Maria, que inclui, livros, teses, dissertações, artigos e capítulos de livros. Iniciamos a pesquisa na Coleção Varela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)[4] e na Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva, visando encontrar correspondências que demonstrasse a participação efetiva da freguesia de Santa Maria e da elite local/regional no conflito e na República Rio-Grandense, desse modo desenvolveu-se um debate relativo às informações contidas nas obras memorialistas e ao que foi encontrado nos documentos e em estudos mais recentes sobre a temática.

O presente estudo tem por aporte, teórico e metodológico, o "paradigma indiciário", em que Carlo Ginzburg (1989), a partir de indícios e pistas, analisa como os documentos de diversos tipos auxiliam na compreensão dos significados e o que eles podem nos revelar. Ou seja, a partir do paradigma indiciário busca-se compreender o que significam as pistas e o que os documentos têm para nos apresentar (Leandro, 2021; Passos, 2021), interligando-os e procurando confrontá-los, para assim construir uma narrativa crítica, interpretativa e reflexiva.

Conforme Giovanni Levi (2020), a micro-história reduz a escala de observação e aplica o olhar através de um "microscópio". No entanto, o objeto de estudo não é micro, mas macro, nesse caso, utiliza-se de uma microanálise para levantar novas questões e debates sobre a Revolução Farroupilha, como um olhar específico para a Freguesia de Santa Maria. "A leitura ao microscópio, através do aumento da escala de observação, é a maneira com a qual os historiadores mantêm o seu contato com a documentação e com os arquivos e, assim, são capazes de formular novas leituras e novas perguntas" (Levi, 2020, p. 27). Assim, busca- se evidenciar

2 A primeira edição da obra é do ano de 1933, contudo nesta investigação usamos a versão mais atualizada de 2000.

3 A primeira edição é de 1958, mas neste estudo utilizamos a edição de 2013.

4 A Coleção Varela é composta por 24 volumes, possíveis de serem acessados online por meio do site da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, além de termos acesso aos volumes impressos do acervo da professora coordenadora do projeto Maria Medianeira Padoin.

o que não pode ser encontrado sem uma abordagem minuciosa do objeto de estudo.

Como já mencionado, a pesquisa documental foi realizada na Coleção Varela, esta coleção que faz parte do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, contém documentos da Coleção de Domingos José de Almeida e os documentos incluídos, posteriormente, por Alfredo Varela. Nessa coleção, encontrasse, dentre tantos outros, documentos sobre o Distrito de Santa Maria da Bocca do Monte, à Vila de São João da Cachoeira e ao Tenente- Coronel José Alves Valença.

Conforme Miranda (2016), os documentos da Coleção Varela estão dispostos em nove grupos: correspondências, abaixo-assinados, atos oficiais, contadoria e coletorias, iconografia, impressos e jornais, diversos, anônimos e não identificados, incompletos. Dentre estes grupos, para nossa pesquisa as correspondências são o tipo documental mais vezes encontrado. Miranda (2016) destaca que embora alguns documentos tenham sido dispersos ou destruídos devido aos conflitos, alguns resistiram à Guerra Farrapa e, posteriormente, foram reunidos em coleções e assim preservados e divulgados.

Nessa perspectiva, Miranda (2016) alerta para o aspecto artificial destas coleções, pois os documentos que as compõem possuem diversas proveniências e procedências, a trajetória destas coleções está marcada profundamente pela subjetividade e interesses do colecionador e organizador, além das interferências das instituições que recebem e guardam estes acervos documentais.

Nesse sentido, a partir das investigações realizadas, tem-se por objetivo evidenciar a participação de Santa Maria e de sua elite local na Guerra dos Farrapos, além de analisar a narrativa apresentada pelos autores memorialistas sobre a história de Santa Maria do decênio de conflitos. Além disso, ressaltamos a necessidade do estudo sobre a elite de Santa Maria na Revolução Farroupilha e frente à República Rio-Grandense.

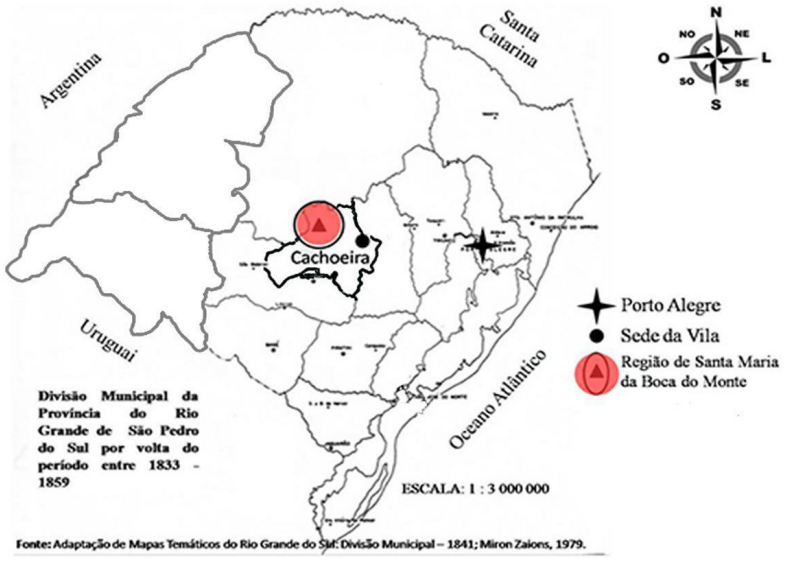
Nessa perspectiva, o estudo traz novas possibilidades, problemáticas e perspectivas sobre o desenvolver da Revolução Farroupilha em um espaço não privilegiado pelos historiadores. Sendo assim, este estudo deu base à formulação de uma proposta de dissertação de mestrado em

História junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria.

A Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte: narrativa, historiografia e história local

Ao tratarmos de Santa Maria no período de 1835 a 1845 nós entendemos ser necessário situar geográfica e administrativamente o pequeno povoado do interior da Província. Neste período Santa Maria não era um município, mas sim uma freguesia. Assim, Santa Maria era o 4º distrito de Vila Nova de São João da Cachoeira. Ou seja, Santa Maria da Bocca do Monte possuía uma paróquia, mas a administração da freguesia era conduzida pela sede da Vila. O mapa abaixo apresenta a localização da Vila de São João da Cachoeira e a da região de Santa Maria da Bocca do Monte (destacado em vermelho no mapa).

Figura 1: Localização da Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte:



Fonte: Adaptação de Maicon Rodrigues do mapa retirado de FONTELLA, Leandro Goya. Em se plantando, tudo dá: agricultura e diversidade produtiva (região das Missões, Rio Grande do Sul, 1828-1860). **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v.19, n. 1, p. 83-94, 2015. (Adaptação de Maicon Rodrigues, 2023).

Ao tratar da Freguesia de Santa Maria durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), o pesquisador se depara com uma narrativa que aponta desafios para o encontro de fontes sobre o tema na região, alegando que a área central da Província do Rio Grande de São Pedro, especialmente Santa Maria, não foi palco de grandes batalhas e não vivenciou "acontecimentos importantes" no de decênio de guerra.

Entretanto, pesquisas recentes trazem novos olhares e abordagens para história de Santa Maria nesse período, como o estudo de Padoin e Pereira (2013), que evidenciam a participação da sociedade santa-mariense no conflito, especificamente a atuação dos sacerdotes no movimento farroupilha, destacando o Padre Santa Bárbara, figura importante tanto na sede da Vila Nova de São João da Cachoeira quanto na Freguesia de Santa Maria. Essas pesquisas apresentam fontes até então não exploradas, como documentos da igreja. Como mencionado anteriormente, um dos pontos apresentados pelos autores memorialistas/tradicionais como justificativa para falta de estudos relacionados à Guerra Farrapa era a escassez de fontes.

> No decênio farroupilha não é muito rica a crônica santa-mariense, à falta de fontes informativas e de acontecimentos importantes, além dos registrados nesta 'Cronologia', bastante pálidos se comparados aos de outros lugares gaúchos. Não deve haver dúvida de que alguma coisa foi perdida no incêndio dos arquivos farroupilhas de Cachoeira, mandados queimar pelo Major Imperial José Vitor de Oliveira Pinto, em praça pública, a 11.6.1840, por ocasião da tomada da vila na véspera, pelas forças legais. Como Santa Maria era 4º Distrito de Cachoeira, muita coisa se deve ter perdido para a reconstituição do período farroupilha em nossa terra (Beltrão, 2013, p.150)

Conforme exposto, a documentação da República Rio-Grandense foi queimada pelas tropas imperiais em 1840, e assim, muita documentação foi perdida. Contudo, novas pesquisas e investigações realizadas na Coleção Varela do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul proporcionam indícios para o estudo do Movimento Farroupilha e da República Rio- grandense na região central da província. Além disso, questiona-se os motivos do silenciamento dos autores em relação ao tema na Freguesia de Santa Maria.

O escritor João Belém (2000) identificava a Freguesia de Santa Maria como um "município neutro" durante o decênio de conflito

e em a República Rio-Grandense. No entanto, além da Freguesia de Santa Maria não ser um município neste período, as documentações encontradas na Coleção Varela e no Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, além das documentações evidenciado por Padoin e Pereira (2013), nos levam a descartar essa suposta neutralidade. Além da identificação da participação da sociedade e membros da elite farroupilha da região, como o Padre Santa Bárbara e o Tenente-Coronel Valença (RODRIGUES, 2023), destaca-se uma atuação ativa e efetiva dessa região na Guerra Farrapa. Neste sentido, questiona-se o motivo das tropas imperiais queimarem os arquivos farroupilhas na Vila de São da Cachoeira.

Essas obras de caráter tradicional (descritivas e cronológicas) retratam o dia a dia da freguesia muito abalado pelo contexto de guerra que vivenciava a Província. Os autores destacam que muitos comércios acabaram fechando suas portas por conta dos saques de bando armados e também por conta das requisições das tropas, tanto farroupilhas quanto imperiais. A população do povoado foi recrutada por ambos os lados, porém, de acordo com Romeu Beltrão (2013), o recrutamento se deu em maior número pelas tropas farroupilhas, "devido à inclinação liberal da população". Evidencia-se, dessa forma, a atuação dos líderes farroupilhas dessa região: Coronel Portinho, da Vila de Cachoeira, e Tenente-Coronel Valença da Freguesia de Santa Maria.

O cotidiano da freguesia de Santa Maria pode ser observado por meio do uso de memória que tratam deste período. Uma dessas memória é os escritos de João Daudt Filho, onde ele descreve as experiências vividas pela população do povoado, a partir das lembranças de seu avô, Gabriel Haeffner:

> Pouco antes de irromper a guerra civil de 1835 mudou-se para Santa Maria, indo engrossar a fileira dos esforçados pioneiros que fizeram desse modesto povoado um adiantado centro comercial e industrial. No mesmo ano de sua chegada, irrompeu a Revolução Farroupilha, sobrevivendo a desordem, a anarquia e o saque, praticados por bandoleiros que infestam o pacato povoado. Muitas vezes os negociantes eram obrigados a defender à mão armada suas vidas e propriedades. Por tudo isso, desgostoso, retirou-se para Rio Pardo, onde existiam mais garantias. Dali regressou em 1841. Muitas vezes ouvi do meu avô a narração de cenas horríveis, praticadas pelos salteadores das casas de negócio. Contava ele que nos matos que rodeavam Santa Maria havia 'malocas' de ladrões, de onde

> partiam bandos que repentinamente atacavam a cidade, carregando o roubo na garupa (Daudt Filho, 1949, p. 23-24).

Assim, nota-se que a Freguesia de Santa Maria é retratada como uma região que sofreu bastante com a Guerra Farrapa. No entanto, a partir das correspondências encontradas na Coleção Varela e por pesquisas que tratam de temáticas relacionadas direta ou indiretamente como a Revolução Farroupilha e Santa Maria, pode-se notar outras narrativas em relação a alguns aspectos do conflito em Santa Maria. Por exemplo, em relação ao comércio em Santa Maria, João Belém (2000) afirma que as propriedades comerciais de imigrantes não fecharam, pois eles como recém-chegados, e na condição de estrangeiros, não tinham nenhuma ligação política, ao contrário dos "filhos da povoação" que tinham por obrigação escolher um lado, farroupilha ou imperial.

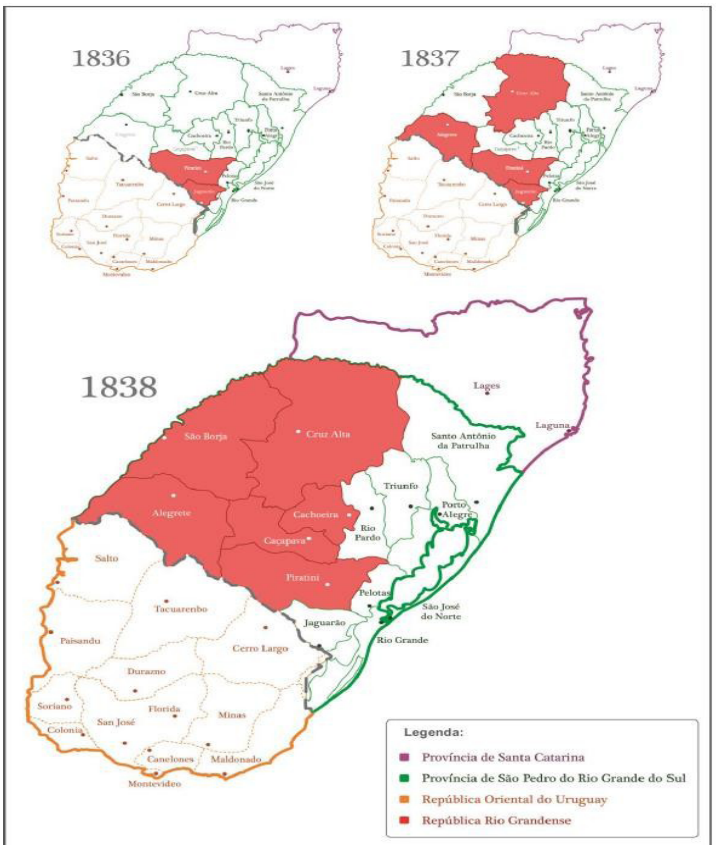
No entanto, Fabrício Nicoloso (2013), que estudou em sua dissertação as estratégias dos imigrantes alemães em Santa Maria, pontua que João Appel (Comerciante imigrante europeu) manteve relações sociais com sujeitos que o conectam ao círculo de poder político da província. Nessa perspectiva, os comerciantes imigrantes europeus prosperam seus comércios durante o período de guerra, pois estabelecem relações que os proporcionaram vantagens.

Em relação à neutralidade de Santa Maria, apontada por Belém (2000), destaca-se o juramento de fidelidade à República Rio-Grandense realizado em 1838 pelo tenente-coronel Valença no cerco a Porto Alegre, comandando o Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais de Cachoeira, também com tropas de Santa Maria. Além disso, em 1839, como destaca Romeu Beltrão (2013), os representantes de Santa Maria e dos outros distritos da Vila Nova de São João da Cachoeira e sua Câmara municipal realizaram solene juramento de fidelidade à República Rio-Grandense.

Conforme Sandra Pesavento (2009), em 1838 Bento Gonçalves lançou um manifesto que rememoram as causas que acarretaram na revolta e, pela primeira vez, assumiu um discurso republicano: "Um só recurso nos restava, um único meio se oferecia à nossa salvação. Esse recurso e esse meio único eram a nossa independência política e o sistema republicano" (Pesavento, 2009, p. 248). Assim, a momento em que a Vila de Cachoeira jura lealdade a República Rio-Grandense está

concomitantemente ligado ao momento em o movimento farroupilha assume um discurso republicano.

Figura 2: Proclamação da República Rio-Grandense pelos municípios (1836 a 1838):



Fonte: PEREIRA, Alessandro de Almeida. Poder local e a Institucionalização da República Rio-Grandense. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2015.

Na ilustração acima, pode-se observar a proclamação da República Rio-Grandense pelos municípios, sendo a República proclamada pela Vila de Cachoeira em 1838 (Destacado em vermelho no terceiro mapa da ilustração). No ano de 1838, os municípios da República Rio-Grandense

eram os seguintes: Alegrete, São Borja, Cruz Alta, Cachoeira, Caçapava e Piratini, então capital da República.

De acordo com Pesavento (2009), a Revolução Farroupilha foi trabalhada e retrabalhada pela memória local como um aspecto definidor da identidade rio-grandense. Nessa perspectiva, o conflito foi explorado pela história local, pela literatura, por seriados de televisão e pelas instituições de tradições regionais, no sentido de conferir uma positividade ao Rio Grande. Esse movimento também remete à "brasilidade" do movimento farroupilha, um aspecto presente nos estudos historiográficos, especialmente, da primeira metade do século XIX.

Além disso, Pesavento apresenta a influência do Partenon Literário na construção da identidade regional, onde o gaúcho é consagrado como brasileiro e a Revolução Farroupilha o "grande evento" que define a opção de nacionalidade escolhida pelos rio-grandenses. "A situação é bem delimitada: a causa da rebelião era justa, os farrapos são heróis e, na paz honrosa de 1845, em Ponche Verde, optaram por ficar ao lado do Brasil. Logo, ninguém tão brasileiro quanto os rio grandenses. Durante anos defenderam a fronteira para a coroa" (Pesavento, 2009, p. 256). Para Pesavento, as obras do Partenon Literário evidenciam a defesa do Rio Grande, desde os farrapos, da ideia de República.

Como mencionado anteriormente, as obras memorialistas, nesse caso específico o livro de João Belém, "História do Município de Santa Maria" publicado originalmente em 1933, acabam por ser influenciadas pelo contexto do período em que são escritas, determinando o que será apresentado e como será apresentado, assim como o que será deixado de lado. Na década de 1930, com um rio-grandense no governo, Getúlio Vargas, de acordo com Sandra Pesavento (1993), ocorre um grande esforço de demonstrar integração e brasilidade, especialmente nos primeiros do governo Vargas, onde a economia gaúcha passa a perder seu espaço frente à produção industrial e primária do centro-sul. Ou seja, busca-se apagar e/ou silenciar qualquer vestígio de separatismo que o Estado do Rio Grande do Sul possa ter apresentado em seu passado. Em suma, o discurso era em defesa de que os gaúchos eram, sobretudo, brasileiros, e não queriam a independência.

Outros estudos, como de Ieda Gutfreind (1992), apontam que na década de 1920 surgiu o discurso que defendia o sentimento de brasilidade do povo rio-grandense. Assim, surge a preocupação de rememorar a história do Rio Grande do Sul, especialmente o período Farroupilha. Nesse sentido, foi feito um esforço para criar uma imagem do Rio Grande de que se assemelha com a imagem do Brasil. Nessa perspectiva, cabia aos historiadores e aos políticos gaúchos representar a nacionalidade do Estado na História do Brasil.

Dialogando com estudos sobre memória e historiografia, Fernando Catroga (2015) afirma que a memória é sempre seletiva, ou seja, não pode ser vista como um "inerte armazém", onde os acontecimentos vividos são arbitrariamente recolhidos por cada indivíduo. Para o autor, "ela é retenção afetiva e 'quente' dos 'traços' inscritos na tensão tridimensional do tempo que permanentemente a tece" (Catroga, 2015, p. 16).

Ao discutir memória e historiografia, Catroga propõe a seguinte questão, que nos ajuda a pensar quando trabalhamos com memória sobre a Freguesia de Santa Maria, se a historiografia exige exatidão de suas leituras, a memória determinará o provável, pois, de acordo com Catroga "...a sua retrospectiva não põe entre parênteses as paixões, emoções e afectos do sujeito evocador" (Catroga, 2015, p. 65). Assim, a legitimidade das informações exige uma confiança na "boa fé" do narrador, do que argumentação característica das estratégias de convencimento das obras historiográficas. "Em suma: a recordação julga, enquanto aquelas pretendem explicar/compreender, declarando-se, para isso, filhas do distanciamento entre o sujeito e o objeto, componentes que, na memória, estariam fundidos, levando a que, inevitavelmente, a sua narração seja sempre axiológica, fundacional e sacralizadora" (Catroga, 2015, p. 65).

Nessa perspectiva, Catroga pontua que apesar da historiografia querer "falar em nome da razão", ela é construída, voluntária ou involuntariamente, sobre silêncios e rejeições. Assim, o autor evidencia a importância do cuidado que deve ter quando a recordação é elevada a documento, ou seja, por mais que o testemunho pareça verossímil é sempre necessário passá-lo pelo crivo das exigências críticas do procedimento historiográfico. Além disso, Catroga (2015) afirma que a memória quando arquivada ela passa de uma recordação para uma

matéria-prima, que pede uma série de perguntas que a torne um documento.

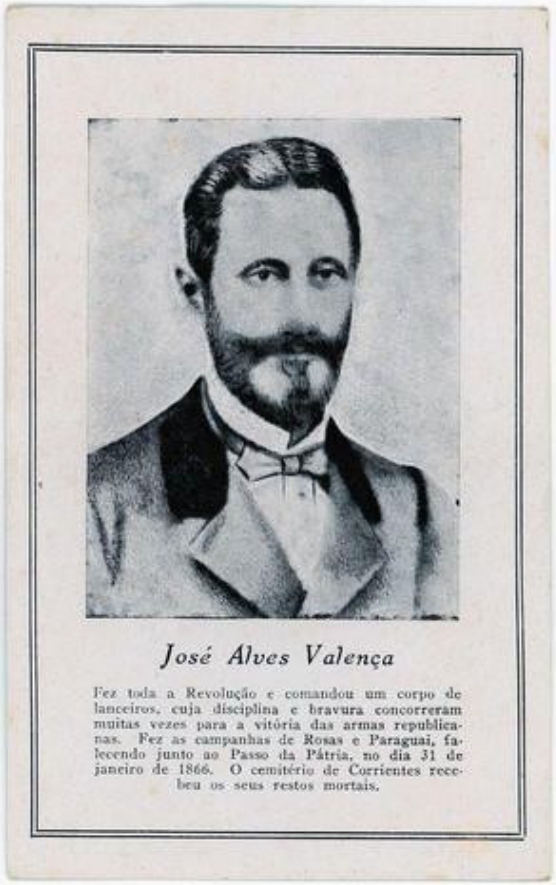
Em parte, de acordo com Catroga (2015), a historiografia também atua como produtora e legitimadora de memórias e tradições, até acabando por fornecer credibilidade a "novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação(reinvenção e sacralização das origens e de momentos de grandeza, simbolizados em 'heróis' individuais e coletivos)" (Catroga, 2015, p.73). Nessa perspectiva, observa-se esses aspectos na historiografia rio- grandense da primeira metade do século XX.

A trajetória do Tenente-Coronel José Alves Valença

O Tenente-Coronel Valença foi um dos principais personagens da elite de Santa Maria durante a Revolução Farroupilha e também após o conflito, demonstrado grande importância no cenário político da região central da província, sendo eleito em 1858 o vereador mais votado do então município de Santa Maria.

Destaca-se na trajetória de Valença as redes de relações sociais e alianças que o conectam com sujeitos de poder social e econômico da região, por exemplo o comerciante alemão João Appel e Maximiano José de Oliveria, estancieiro da região. Nessa perspectiva, em 12 de novembro de 1834, Valença casou-se em Santa Maria com Maria Máxima de Oliveira, natural de Santa Maria, filha de Maximiano José de Oliveira e Eufrásia Maria do Espírito Santo de Oliveira (Beltrão, 2013). O casal teve quatro filhos: José Alves Valença Júnior, apelidado de Cazuza (1835 - 1892); Maria Alves Valença (1837-?); Isolina Alves Valença (1842 - 1865); Cândida Alves Valença (1853-?)33. A respeito das propriedades da família Valença, Romeu Beltrão (2013) cita que José Alves Valença era proprietário da Fazenda do Arenal, a localidade onde se encontra tal fazenda, atualmente está localizada aproximadamente entre os municípios de Santa Maria e Restinga Sêca.

Figura 3: Retrato do Tenente Coronel José Alves Valença:



Fonte: VALENÇA, José Alvares. Imagens Family Search. Acesso em 30 de setembro de 2024.

Com relação à trajetória militar de Valença, tem-se que em 1837 ele foi comandante geral da polícia de Santa Maria e assina-se como Tenente e, nesse mesmo ano, Valença já se assina como capitão. Ainda em 1837, assumiu o comando de um corpo de cavalaria farroupilha em Cachoeira, vila da qual o distrito de Santa Maria fazia parte. Em dezembro de 1838, o tenente-coronel José Alves Valença comanda o

Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais de Cachoeira, também com tropas de Santa Maria e participa do cerco a Porto Alegre, prestando nesse mesmo dia juramento de fidelidade à República Rio-Grandense, como integrante da 5ª Brigada (Rodrigues, 2023).

Durante a Revolução Farroupilha, de acordo com os documentos encontrados na Coleção Varela, José Alves Valença desempenhou diversas atividades durante os dez anos de conflito. Sendo uma das funções de Valença a captura e recrutamento de homens para o Exército Farroupilha (Rodrigues, 2023). Na citação a seguir podem ser consultadas informações sobre esta função desempenhada por Valença:

> Ao cidadão General João Antônio da Silveira
> De Marcelino José do Carmo Quartel do Comando da Divisão junto ao Passo do Rosário, 14 de janeiro de 1843.
> Apresso-me em participar que no dia 9 do regente acampei-me com a Divisão de meu mando no ponto que me indicou vosso ofício do 1º do luzente.
> **Junto às relações nominais dos prisioneiros e indivíduos que o Tenente- coronel Valença há recrutado e remetido a este acampamento.** Acrescendo ter- me remetido o Tenente Sezefredo 3 recrutas no dia 12 do corrente (data de seu ofício), sendo-me entregues no dia 14 deste mês Américo Marques Trindade e Lúcio Martins 44 da Silva, moços brancos, Cirino, crioulo, escravo de Sotério de Souza.[5] [Grafia atualizada, grifos nossos]

Em 1851, quando o Brasil declarou guerra à Oribe e Rosas, de Santa Maria da Bocca do Monte partiu um Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional que se incorporou à Brigada de Cachoeira, sob as ordens do Coronel Portinho. Este Corpo de Cavalaria era comandado pelo Tenente-Coronel Valença. Nesse sentido, após a Revolução Farroupilha José Alves Valença segue sua trajetória político-militar de grande importância regional, tanto no meio militar quanto político.

Nessa perspectiva, o Tenente-Coronel José Alves Valença atuou ativamente na Revolução Farroupilha, além de campanhas militares posteriores das quais participou, destacando-se como um dos principais personagens da região central da província de São Pedro do Rio Grande

5 CARMO, Marcelino José do. Relação nominal dos indivíduos que há recrutado o Tenente-Coronel Valença e remetido para o acampamento do Passo do Rosário. Passo do Rosário, 14 de janeiro de 1843. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: AHRS. CV-3570. 1983. v. 6. p. 320.

nesse período, principalmente na elite local da freguesia de Santa Maria. Tal importância é evidenciada pela eleição como vereador do município.

Considerações finais

O estudo buscou evidenciar, de forma sintética, a participação da elite local da freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte e levantar um questionamento em relação à narrativa apresentada pelos autores memorialistas sobre a história de Santa Maria durante a Revolução Farroupilha. Nesse sentido, a partir de um olhar crítico sobre as obras memorialistas observamos que a construção da narrativa e memória local foi profundamente influenciada por contextos históricos específicos, como por exemplo o período de Getúlio Vargas, que exaltava uma identidade gaúcha integrada ao projeto nacional brasileiro. Assim, a neutralidade atribuída à freguesia de Santa Maria por João Belém (1933), pode ser compreendida como parte de um esforço de adaptação às exigências políticas e ideológicas do momento, em que buscava-se afastar qualquer vestígio do separatismo e reforçar o sentimento de brasilidade.

Referências

BELÉM, J. **História do Município de Santa Maria: 1797–1933.** 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787 - 1930**. 3a ed. Santa Maria: UFSM, 1979.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DAUDT FILHO, João. **Memórias de João Daudt Filho**. 3 ed. Rio de Janeiro, 1949.

FONTELLA, Leandro Goya. Em se plantando, tudo dá: agricultura e diversidade produtiva (região das Missões, Rio Grande do Sul, 1828-1860). **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v.19, n. 1, p. 83-94, 2015.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** Tradução de Federico Carotti. 3a Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense.** Porto Alegre: UFRGS, 1992.

LEANDRO, Everaldo Gomes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglion. O paradigma indiciário para análise de narrativas. **Educar em Revista,** Curitiba, v. 37, e74611, p. 1-28, nov. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.74611. Acesso em: 7 set. 2023.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra (org.). **Micro-história: um método em transformação.** São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 19-35.

MIRANDA, Maria Eckert. A Revolução Farroupilha e a República Rio-Grandense: o arquivo, as coleções e os anais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.29, n.1, p. 162-177, 2016. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/644. Acesso em: 19 set. 2024.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PADOIN, Maria Medianeira; PEREIRA, Alessandro de Almeida. Os sacerdotes na Revolução Farroupilha (1835-45) e as ideias de república e de federalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades, 4., 2012, Porto Alegre. Anais eletrônicos [...] 6 Paraná: Revista Brasileira de História das Religiões, 2013. p. 1-21. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html. Acesso em: 7 set. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**, Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 233-269.

PEREIRA, Alessandro de Almeida. **O poder local e a institucionalização da república riograndense (1836-45)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

RODRIGUES, Maicon Dener da Silva. **A Revolução Farroupilha em "Santa Maria da Bocca do Monte" (1835-1845)**: atuação do Tenente-Coronel José Alves Valença. Trabalho de 9 Conclusão de Graduação (Graduação em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2023.

ENTRE LACERDA E WAINER: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE COMO UM DESAFIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO NAS PÁGINAS DE ÚLTIMA HORA E TRIBUNA DA IMPRENSA (FEV. 1961)[1]

Mateus José da Silva Santos [2]

Introdução

Na edição da Última Hora em 28 de fevereiro de 1961, um artigo de opinião sobre a Política Externa do recém-iniciado Governo Jânio Quadros chamava atenção para os impactos das diferentes agendas anunciadas ou executadas desde sua posse. De autoria de Guerreiro Ramos, o texto denominado "A Nova Política Externa" destacava o interesse despertado por parte de diferentes círculos políticos dentro e fora do país acerca dos rumos das mudanças acenadas pelo Chefe de Estado Brasileiro:

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Doutorando em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Lattes: http://lattes.cnpq.br/7918843257483351. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7726-6136. E-mail: mateus_santos29@hotmail.com

> O Presidente Jânio Quadros em menos de um mês de governo tomou providências no domínio da política externa que estão polarizando as atenções do mundo para o Brasil. Quaisquer que sejam as reações que provoquem esses atos, se não produzirem todas as consequências virtualmente nelas implícitas, não deverão frustrar-se de todo. Na verdade, pelo caráter repentino como foram revelados, surpreenderam a todos, aos que lhe são favoráveis e aos que lhe são contrários (Ramos, 1961, p. 09).

Caracterizada pela inquietação proporcionada a diferentes sujeitos individuais e coletivos que compunham o ambiente de acirramento da luta política e social durante os últimos anos da Experiência Democrática Brasileira (1945-1964), a Política Externa Independente (PEI) se tornava, aos olhos do intelectual em questão, uma importante peça dentro dos esforços de afirmação do novo governo. Com consequências diretas na correlação de forças institucionais e sociais, o diagnóstico acerca da sobrevivência de tais iniciativas de mudança na inserção internacional envolvia a percepção sobre a importância da construção de uma base popular de sustentação, numa forma de contrabalançar possíveis pressões em nível doméstico e externo.

Nesse mesmo dia, a edição da *Tribuna da Imprensa* apresentava um editorial sobre o encontro entre Afonso Arinos e o diplomata estadunidense Adolf Berle Jr., então encarregado dos assuntos latino-americanos no Departamento de Estado. Além de elogiar o discurso do representante do governo Kennedy e apresentar expectativas quanto a uma possível mudança nas relações interamericanas, a análise vinculada ao periódico de Carlos Lacerda saudava o chanceler brasileiro pela suposta demonstração de que o governo Jânio Quadros se distanciava da "oscilação entre a arrogância gratuita e a subserviência humilhante" (A Presença..., 1961, p. 04), estabelecendo certo equilíbrio diante da superpotência capitalista.

Num contexto em que, na visão de outro contemporâneo como José Honório Rodrigues (1966), diversos atores institucionais e sociais não se omitiam diante da coexistência entre otimismo, esperança, desconfiança, temor e medo sobre o futuro do país na arquitetura política internacional, periódicos influentes no Rio de Janeiro tematizaram diferentes agendas que constituam a PEI desde seus primeiros passos. Representantes da chamada Imprensa em Transição, Última Hora e *Tribuna da Imprensa*

foram peças integrantes desse ambiente de conflitos em nível doméstico, envolvendo-se direta e indiretamente nas construções discursivas acerca da natureza e das possíveis implicações que envolviam as iniciativas governamentais acerca da política externa.

Ao assumirem a característica da imprensa enquanto "linguagem constitutiva do social" (Cruz; Peixoto, 2007, p. 258), tais periódicos refletiram "processos ideológicos complexos" em meio a um conjunto de agendas que tencionava diretamente a dinâmica da luta política após as eleições de 1960 (Ribeiro, 2000, p. 64). Reconhecida por boa parte da historiografia a partir de seu caráter heterodoxo frente à condução da política doméstica (Skidmore, 1982; Ligiero, 2011), a PEI se tornou um objeto intrigante para dois veículos de comunicação que, nas respectivas condições de tribunas políticas (Barbosa, 2007), assumiam lugares relativamente distintos no seio das contradições e dos conflitos que marcavam uma sociedade em transformação.

Nesse sentido, esse artigo analisa o processo de construção de sentidos sobre o desenvolvimento da política externa do governo Jânio Quadros ao longo do mês de fevereiro de 1961 nos periódicos de Samuel Wainer e Carlos Lacerda. Em meio aos esforços de organização político-institucional do então novo Chefe do executivo brasileiro, diferentes agendas que constituíam o debate sobre o passado, o presente e o futuro das relações exteriores do Brasil, além de especulações acerca dos rumos das iniciativas do Palácio do Planalto, foram objetos de interesse dos jornais em questão, num duplo exercício envolvendo informação e análise de uma movimentação então em curso. Considerando o discurso político como uma forma de organização da linguagem (Charaudeau, 2011), busca-se compreender as interações estabelecidas pelos periódicos com uma dimensão de atuação governamental marcada pela produção de dissensos e controvérsias junto a apoiadores e detratores, levando em conta a importância da antiga capital federal, então sede do Itamaraty, nas redes da política e do poder que atravessavam os processos de formulação, implementação e recepção de temas de política externa.

Em meio a tal exercício de investigação, argumenta-se que tal recorte temporal se tornou importante no âmbito da construção das posições mais gerais dos periódicos sobre a PEI durante os meses subsequentes, com destaque para a tendência de apoio qualificado por parte da Última

Hora, constituído a partir do misto entre simpatia e cobrança em relação ao governo acerca do ritmo, da natureza e do horizonte de solidificação de uma política coerente sobre as relações exteriores. Do ponto de vista da *Tribuna da Imprensa*, as primeiras semanas do governo Jânio Quadros seriam marcadas pelo desenvolvimento de algum nível de tolerância complexa em relação à PEI, em que apoio e críticas indiretas coexistiam numa tentativa de reposicionamento sobre uma política que promovia certa distância entre o então presidente e setores que compuseram o seu círculo mais imediato de apoio desde a construção da sua candidatura em fins dos anos 1950. Assim, ocupando posições distintas no quadro da luta política e social, tais periódicos apresentariam pontos de convergência em relação às abordagens sobre a PEI.

Esse texto é dividido em três partes. Num primeiro momento, apresentam-se as principais considerações acerca dos referenciais teórico-metodológicos sobre o estudo da imprensa enquanto fonte e objeto de análise (Elmir, 1995; Cruz; Peixoto, 2007; Luca, 2008; Krilow, 2022; Barros, 2019), além de apontar para as principais características que envolviam a trajetória de dois representantes do processo de consolidação de uma nova etapa de modernização da grande imprensa. Em seguida, discutem-se as principais características de formação da PEI, enfatizando sua condição enquanto aprofundamento de mudanças ensaiadas ao longo da década anterior, somadas, dentre outras coisas, às movimentações que envolveram a construção da candidatura presidencial de Jânio Quadros. Por fim, analisam-se as interações estabelecidas pelos periódicos em estudo com o ambiente de conflitos que envolvia a política externa do governo Jânio Quadros, considerando como principais variáveis os esforços de compreensão acerca da natureza das mudanças anunciadas ou executadas, a repercussão de tais agendas entre diferentes atores institucionais e sociais, além das expectativas quanto ao papel das relações exteriores frente ao processo de transformação vivida pela sociedade brasileira.

Uma imprensa em transição nos tempos da Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)? Caminhos teórico-metodológicos

Entre o fim do Estado Novo (1945) e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964, as expectativas acerca da consolidação de uma nova ordem política sob a hegemonia de um sistema liberal democrático em gestação influenciou o curso da República Brasileira. Conforme Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018), uma dinâmica aparentemente contraditória envolvendo a consolidação de um sistema multipartidário, a ampliação relativa da participação política e a elevação da competição eleitoral entre diferentes atores coexistiram com as tentativas de diferentes setores conservadores em conter o avanço de tais tendências.

Apresentando determinados pontos de contato com o passado autoritário e limites diante do conjunto das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais vividas pela sociedade brasileira a partir dos avanços em fenômenos como a industrialização, o êxodo rural, a urbanização, o crescimento do operariado e o aumento demográfico, a chamada Experiência Democrática Brasileira se transformou num verdadeiro laboratório do horizonte de desenvolvimento e modernização do capitalismo brasileiro. Em meio aos processos mais gerais de mudança, diferentes projetos de sociedade e agendas direcionadas à extensão da cidadania, redução das desigualdades e consolidação do próprio regime protagonizavam a luta política e social nos anos 1950 e 1960, proporcionando a emergência ou consolidação de diferentes atores individuais e coletivos que costuravam a chamada esfera pública.

Na dupla condição entre sujeito e objeto da História brasileira, a imprensa foi parte integrante dessa atmosfera de transformação e disputas acerca dos rumos do Estado e da sociedade. Como "força política singular e incontornável nos tempos modernos" (Barros, 2019, p. 168), os jornais se destacaram na conformação de uma atmosfera de mobilização a partir do exercício de diferentes formas de intervenção na dinâmica político-social, construindo sentidos acerca de diferentes processos e acontecimentos que marcariam a vida nacional, regional e local. Reivindicando posição estratégica nas relações entre Estado, Governo e Sociedade, o horizonte de interlocução entre o público e a institucionalidade pavimentou parte do processo de construção da

imprensa como ator político (Barbosa, 2007), coexistindo com uma lógica econômica que envolve, dentre outras coisas, o desenvolvimento da informação como um discurso, isto é, uma forma simbólica de representação de mundo que mobiliza certa noção de saber e reivindica um determinado efeito de verdade entre diferentes sujeitos (Charaudeau, 2013). Não dissociada do processo de afirmação da própria sociedade capitalista (Sodré, 2011), o valor da informação e da opinião nas relações sociais e políticas gerais culminou com a formação de um mercado consumidor específico, impulsionado pela concorrência entre diferentes meios de comunicação, como também a produção de diferentes e amplas formas de inserção no mundo econômico-produtivo, a partir de mecanismos como a valorização da publicidade, as interações diretas e indiretas com o Estado e outros setores privados e a construção de um universo de leitores.

Nessa perspectiva, Alzira Alves Abreu atribui ao período que se inicia alguns anos após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) um importante momento de transformação para o jornalismo brasileiro. Sob o signo de uma "imprensa em transição" (Abreu, 2008), os anos 1950 seriam marcados por um conjunto de mudanças técnicas, gráficas, editoriais e organizacionais que redefiniriam as relações entre os meios de comunicação escrita e a própria sociedade. Influenciado pelas premissas do modelo jornalístico estadunidense, tal processo se materializou a partir de uma série de reformas promovidas em periódicos de antiga circulação, especialmente no Rio de Janeiro, e novos títulos surgidos nesse período, tais como a Última Hora e a *Tribuna da Imprensa*.

Conforme Ana Paula Goulart Ribeiro, ainda que tal processo tenha sido favorecido pelas "condições macroestruturais" da década de 1950 (2000, p. 44), tal movimentação representou uma espécie de consolidação de tendências já registradas desde as primeiras décadas do século XX. Nessa mesma linha interpretativa, Marialva Barbosa (2007) chamou atenção para o processo de construção de memória acerca desse processo de modernização que, em sintonia com o movimento de profissionalização do jornalismo, visava encaminhar uma autonomização do campo a partir da reivindicação de um lugar social estratégico no quadro da formação de um novo conceito de sociedade brasileira. Não se caracterizando pela mera importação de técnicas e

perspectivas exógenas, as mudanças ocorridas interagiram diretamente com as características históricas da grande imprensa no Brasil. Desse modo, aspectos como a suposta objetividade no trato à notícia foram reformulados à luz da capacidade de agência dos periódicos na dinâmica da luta política e social, em sintonia com as contradições que envolviam o próprio discurso de um ideal modernizador do país (Ribeiro, 2000).

Em meio a um ambiente editorial marcado pela forte tendência concentracionista das empresas jornalísticas (Barbosa, 2007; Sodré, 2011; Krilow, 2022), *Tribuna da Imprensa* e Última Hora constituíram duas novas peças no cenário da imprensa carioca nos anos 1950. Fundada por Carlos Lacerda em 1949, o título do periódico fazia referência à antiga coluna do jornalista no *Correio da Manhã* de Edmundo Bittencourt (Laurenza, 2012). Conhecido como "um veículo de divulgação de teses antinacionalistas e antipopulares" (Mendonça, 2002, p. 102), a trajetória desse jornal se confundiria com o engajamento político de seu proprietário, um dos principais expoentes da "Banda da Música" da UDN. Apesar de não possuir uma tiragem considerada o suficiente para ser classificado como um representante da chamada grande imprensa (Ribeiro, 2000; Barbosa, 2007), a *Tribuna* se tornava uma síntese complexa do próprio processo de modernização, apresentando práticas e características que não necessariamente promoviam uma ruptura no passado jornalístico.

Criado por Samuel Wainer em 1951, A Última Hora ocupou um lugar de relativo destaque no meio jornalístico carioca, sem desconsiderar as suas sucursais em outros Estados brasileiros. Favorecido pelos contatos pessoais estabelecidos com Vargas ainda no contexto da campanha presidencial de 1950, o periódico liderado pelo ex-jornalista dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand se destacaria pela elaboração de uma "mítica da renovação" e pela reivindicação de um caráter popular (Barbosa, 2007, p. 168), enraizado na sua suposta distância do caráter elitista que regia o desenvolvimento da imprensa no país e na busca por um conteúdo considerado acessível para públicos leitores mais amplos. Sua vinculação com o chamado trabalhismo se faria notável não apenas no apoio material oferecido pelo Estado e por outros agentes no seu contexto de formação, como pela sua tendência de "divulgação e disseminação" dessa cultura política (Fidelis, 2021, p. 109).

Apesar do relativo exagero em relação ao ideal modernizante do periódico de Wainer e seus efeitos para o desenvolvimento da grande imprensa no Brasil, Antônio Theodoro de Magalhães Barros (1978) identifica um conjunto de transformações reunidas em três tendências. Do ponto de vista visual, além da valorização de outras linguagens como a fotografia e a caricatura, destacava-se também a diagramação marcada positivamente pelo uso da cor. Como empresa jornalística, as tentativas de costura de uma identidade dita como popular coexistiam com o desenvolvimento de uma relativa capilaridade entre diferentes setores da sociedade (Ribeiro, 2000; Krilow, 2022), além da perspectiva de desenvolvimento de um nível de intermediação política entre o governo e os cidadãos envolvendo a manifestação de apoio ao primeiro e a defesa das reivindicações emergentes a partir do segundo. Por fim, um processo de reforma editorial que abarcou desde a valorização do colunismo até a recuperação de antigas fórmulas como o folhetim (Barros, 1978; Ribeiro, 2000).

Como "forças concorrentes pela formulação ou conservação de uma dada visão do mundo social" (Barbosa, 2007, p. 183), os dois periódicos conformaram um relacionamento marcado pelos dilemas envolvendo as suas respectivas condições enquanto tribunas políticas suscetíveis às flutuações da vida institucional e social, a luta por consolidação diante dos imperativos da crise da imprensa dos anos 1960 e das perspectivas de ampliação do mercado consumidor. Apesar das tendências de identificação com campos opostos da luta política, uma abordagem relativamente autonomizante em relação aos níveis de interação entre o campo jornalístico e a dinâmica partidária nos permite avaliar criticamente o desenvolvimento de diferentes estratégias discursivas por parte dos periódicos em estudo. Enquanto um "receptáculo de textos" (Elmir, 1995, p. 21), a possibilidade de mobilização de diferentes agentes discursivos condiciona a existência de um processo mais complexo em relação ao movimento de construção, circulação e apropriação dos mais diferentes gêneros textuais que constituem a imprensa.

Trabalhando com o conceito de Polifonia, José D'Assunção Barros (2019) chama atenção para o caráter multifacetado que envolve o polo editor. Assumindo um caráter multiautoral, a conjunção dos textos não necessariamente possui uma perspectiva coesa diante de um processo de

construção de sentidos sobre diferentes fenômenos. Na coexistência de diferentes vozes, as construções discursivas, tomadas como um aspecto constitutivo da política (Charaudeau, 2011), tornam-se a base para a produção de processos de significação que mediam as relações entre os sujeitos e suas respectivas realidades sociais (Orlandi, 2012).

Nessa perspectiva, propõe-se um estudo que considera as mais diferentes ordens do discurso que se apresentam ao longo das edições diárias dos dois periódicos considerados durante o mês de fevereiro de 1961. Entre notas, notícias, reportagens, editoriais e artigos de opinião, a PEI se tornou objeto de interesse cotidiano, num processo que contemplou desde a produção de avaliações acerca de seus rumos até o acompanhamento mais detalhado sobre o processo decisório e seus respectivos resultados. Considerando o processo de produção de sentidos a partir do resultado entre a correlação entre as circunstâncias do enunciador e a maneira como se enuncia (Charaudeau, 2013), busca-se compreender como diferentes processos de escolha influenciam nas elaborações discursivas acerca das diferentes agendas que marcaram a Política Externa do Governo Jânio Quadros nas primeiras semanas após a sua posse. Assim, por meio de uma prática de leitura intensiva, avança-se no reconhecimento das múltiplas formas que constituem o desafio de construção da notícia e formação da opinião pública num contexto de acirramento a luta política e social. Antes disso, estabelece-se uma breve caracterização sobre a formação da PEI.

A Política Externa Independente nos tempos de Jânio Quadros (1961): sintomas de um Brasil e de um mundo em mudança.

Enquanto um "conjunto de princípios e ações dentro de uma estratégia de multilateralização e mundialização da Política Externa" (Santos, 2022, p. 17), a PEI representou uma tentativa de aprofundamento nos esforços de reposicionamento do Brasil diante das dinâmicas que envolviam a transformação do próprio país e do sistema internacional no Pós-Guerra. Em meio à afirmação de uma nova ordem global liderada pelos EUA e estruturada, do ponto de vista geopolítico, pela dinâmica da Guerra Fria, a marginalização da América Latina no âmbito das estratégias globais de Washington na segunda metade da década de 1940 provocou o esgotamento de um tipo de inserção internacional protagonizado pela

perspectiva de valorização da experiência de alinhamento executada durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, as preocupações estadunidenses com temas como a segurança regional e a defesa de expansão do chamado capitalismo de corporações se sobrepuseram as perspectivas de captação de capitais internacionais públicos para o avanço nos projetos de desenvolvimento.

Além disso, os sentidos de transformação nas estruturas políticas, culturais, sociais e econômicas impulsionavam a emergência de novas perspectivas sobre as relações exteriores:

> O crescimento das classes médias urbanas, do operariado e da burguesia industrial, alteravam igualmente o perfil da política brasileira. A entrada em cena desses novos atores configurava a emergência de uma sociedade de massas, onde a participação político-eleitoral não podia mais confinar-se aos currais coronelistas do meio rural (Vizentini, 2004, p. 33).

Assumindo condição estratégica dentro dois mais diferentes projetos político-ideológicos conflito nos tempos da experiência democrática, os desafios emergentes a partir do avanço na construção de uma sociedade predominantemente urbano-industrial consolidariam um conjunto de novas demandas que exigiriam novas movimentações no cenário global. Em meio aos desafios de modernização do capitalismo brasileiro, a busca por novos mercados e condições favoráveis ao desenvolvimento, tendo na industrialização a mola mestra de tal processo, influenciou na busca por novos mercados externos, além de alternativas globais em relação à aquisição de capitais e transferência de tecnologia. Correlacionado a tal movimentação, mudanças no sistema internacional a partir do avanço da descolonização e da ampliação horizontal da Guerra Fria nos anos 1950 geravam expectativas sobre a produção de uma nova configuração na arquitetura política global, contribuindo para um interesse revitalizado na participação da diplomacia brasileira em organismos multilaterais.

Se, do ponto de vista da inserção internacional, a produção de uma nova estratégia brasileira não culminou necessariamente com a adoção de uma linha autonomista no nível da chamada Terceira Posição Argentina. O que se viu ao longo da década de 1950 foi uma série de oscilações envolvendo fases de busca por uma ação mais universal e autonomista e momentos de maior retração na atuação externa.

(Vizentini, 2004; Santos, 2022). Como variáveis sistêmicas e domésticas que influenciaram tais movimentações, destacavam-se as tentativas de renegociação da posição relativamente secundária do Brasil junto aos EUA, as diferentes crises de ordem política e econômica vividas nos governos Vargas, Café Filho e JK, a natureza das alianças partidárias e de classe que marcaram a trajetória política da experiência democrática, além do peso das relações estreitas com Estados que assumiam um lugar controverso na política internacional, tais como Portugal e a África do Sul.

Assim, parte importante da historiografia sobre a Política Externa na experiência democrática sugere traços de continuidade entre os governos Vargas, JK, Jânio Quadros e João Goulart (Vizentini, 2004; Bandeira, 2011), do ponto de vista da construção de um novo tipo de inserção internacional. Sem assumir necessariamente um caráter linear, as mais diferentes ações empreendidas pelo Estado brasileiro no sentido de dinamizar suas relações internacionais, abarcando desde as tentativas de adequação da estrutura diplomática aos novos desafios até a tomada de ações concretas no sentido de ampliar a presença do país em diferentes arenas como o Leste Europeu, a Ásia e a própria América Latina. Contudo, não se deve deixar de reconhecer diferentes limites e contradições, como, por exemplo, a ausência de relações diplomáticas formais com a URSS e outros Estados do bloco socialista, em que pese a existência de relações comerciais diretas ou indiretas, além da permanência de uma postura vacilante diante dos processos de descolonização.

Tal processo de mudança também seria influenciado pelas relações desenvolvidas entre diferentes setores da sociedade com agendas de política externa. Considerada estratégica na materialização de condições para o avanço em relação à pautas como a segurança nacional, a modernização do país, o desenvolvimento e as demandas por reforma social. Atravessado por dilemas como o papel do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento, a possibilidade de costura de um protagonismo brasileiro em meio ao sistema internacional em transformação e as tentativas de revisão da posição brasileira dentro do eixo Hemisférico-Ocidental, um debate multifacetado acerca do lugar a ser ocupado pelo país na arquitetura política e econômica

global conformou um ambiente doméstico marcado por incertezas acerca do presente e do futuro das relações externas. Com potencial de influência no chamado fazer político, as interações entre o domínio da legitimidade e o domínio da autoridade culminaram com a coexistência de perspectivas que defendiam desde a adoção de princípios do chamado Não-Alinhamento até a prevalência de uma posição inequívoca de alinhamento aos EUA e as potências europeias.

Ainda no tocante ao processo de gestação da PEI, outro fator doméstico de influência pode ser identificado a partir do próprio Jânio Quadros. Se ao longo de seu governo, o Presidente da República buscaria exercer influência direta no processo de formulação da política externa, os indicativos de defesa de uma perspectiva autonomista e universalista foram dados ainda no contexto da construção de sua candidatura para as eleições de 1960. Um ano antes do pleito, o ex-governador de São Paulo desenvolveu uma viagem internacional a diferentes países da Europa, Ásia e África. Conforme Vera Chaia, a iniciativa do então presidenciável foi acompanhada de perto pela imprensa que divulgava suas "opiniões sobre a política internacional e sobe problemas que afetavam a realidade brasileira" (1991, p. 171). Além de fator de construção política de sua candidatura (Santos, 2022), o heterogêneo roteiro estabelecido por Jânio se tornou a base para a construção da própria política externa de seu governo. Contatos pessoais estabelecidos com Chefes de Estado e Governo seriam ativados a partir de 1961, enquanto formas de favorecimento no desenvolvimento de processos de estreitamento de laços bilaterais e multilaterais, especialmente com países do Terceiro Mundo. Destaca-se também a importância das declarações feitas ao longo de sua viagem que, inseridas em meio a um ambiente de conflitos, influenciavam no curso dos debates sobre as relações externas, repercutindo diretamente nos rumos da luta eleitoral.

Entre fevereiro e agosto de 1961, Jânio Quadros e Afonso Arinos estabeleceriam diferentes esforços de consolidação de um tipo de inserção internacional autonomista e universalista. Reconhecida extemporaneamente pelo epíteto de independência, tal política foi assim sistematizada por Francisco Clementino San Tiago Dantas:

> 1. Contribuição à preservação de paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
> 2. Reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos;
> 3. Ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
> 4. Apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole (Dantas, 2011, p. 10).

Junto à perspectiva de "autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico" (Dantas, 2011, p. 10), a conjunção de tais eixos constituiu uma histórica "reconfiguração das propostas de ações e metas" (Vigevani; Saraiva, 2014, p. 220). Na mobilização de diferentes espaços de experiência e produção de distintos horizontes de expectativa, a PEI constituía tanto uma alternativa política para as dificuldades conjunturais que envolviam a crise do desenvolvimentismo quanto à materialização de certo otimismo acerca da constituição de uma liderança internacional do Brasil. Numa espécie de reencontro entre um suposto Brasil do passado como base simbólica de afirmação do Brasil do futuro, a compreensão acerca de uma singularidade sociohistórica e política do país se tornava vetor de defesa de um tipo de inserção internacional capaz de acomodar diferentes contradições envolvendo a posição brasileira no sistema mundial.

Na historiografia especializada, os primeiros meses que constituíram a PEI foram compreendidos, de modo geral, como um ensaio de aproximação com o dito Não-Alinhamento (Cruz, 1989; Vizentini, 2004). Entre as raízes de tal afirmação, aspectos como a admiração de Jânio em relação a lideranças como Tito e Nasser se juntam ao reconhecimento de convergências bilaterais e multilaterais na defesa de agendas como a paz, a cooperação, o desarmamento e a descolonização. Apesar do curto período de governo, a Política Externa do governo Jânio Quadros ultrapassou meramente a dimensão discursiva ao encaminhar medidas como o encontro com o presidente argentino Arthuro Frondizi na Reunião de Uruguaiana, o envio de missões comerciais ao Leste Europeu (João Dantas e Leão de Moura) e ao continente africano, organização de missões financeiras visando à renegociação de dívidas e

crédito junto aos EUA e aos Estados da Europa Ocidental, abertura de novas representações diplomáticas no Terceiro Mundo, além de acenos acerca de uma nova ordem internacional e, no plano hemisférico, da produção de algum nível de estabilidade diante das tensões registradas com o avanço da Revolução Cubana (1959).

Frente ao que se tornara um desafio político-ideológico acerca do primeiro governo nascido das fileiras da antiga oposição anti-varguista, a PEI receberia uma atenção relevante por parte da imprensa. Além das intervenções do próprio presidente, de seu chanceler, além de outros atores institucionais e sociais, os enunciados sobre a Política Externa também eram compostos por notas e notícias sobre iniciativas especuladas, anunciadas ou executadas, repercussões de diferentes agendas e avaliações diretas ou indiretas acerca da natureza das mudanças promovidas pelo novo governo. A partir dessa diversidade de textos, passa-se a análise do conjunto das edições da *Tribuna da Imprensa* e da Última Hora nas primeiras semanas de existência formal da PEI.

A PEI é notícia na imprensa em transição: o Brasil diante de um quebra-cabeça da política externa

Sob o signo da mudança, os dois periódicos em questão discutiram algumas das principais características do processo de afirmação da PEI nas primeiras semanas de governo. Articulado diretamente com as impressões acerca do novo governo em diferentes agendas de ordem doméstica, as relações exteriores se traduziam em mais um componente de produção de otimismo ou incerteza acerca dos rumos do Brasil a partir do governo Jânio Quadros.

Nas primeiras edições da Última Hora no mês de fevereiro de 1961, a cobertura sobre a posse do novo governo e a nomeação das principais peças da nova estrutura organizativa do Itamaraty acompanhou um misto entre expectativas internacionais acerca do futuro da PEB e tendências de cobrança em relação aos compromissos estabelecidos pelo presidente da República desde a campanha eleitoral. Além das repercussões acerca dos telegramas e cumprimentos encaminhados por Chefes de Estado e Governo de diferentes países a Jânio, alguns textos ampliavam o traçado acerca das visões internacionais acerca do processo de transição política ao apontar aspectos supostamente abordados em

periódicos europeus e latino-americanos ou em círculos governamentais considerados importantes.

Na primeira edição do mês, uma notícia publicada na página número 6, voltada geralmente aos temas internacionais, apresentava o que seriam as impressões do governo cubano sobre o futuro da política externa do Brasil. Sob o título "Posse de JQ: tem tôdas as cartas na mão para política independente" (POSSE DE JQ..., 1961, p. 06), o texto de origem da agência transnacional *France Press* chamava atenção para a existência de um descompasso entre o reconhecimento do potencial do novo governo em promover uma reorientação internacional e as desconfianças alimentadas em relação à figura de Jânio e as características da coalizão que o apoiara. Sem identificar nominalmente o interlocutor junto ao governo cubano, as incertezas sobre o que seria a posição internacional do Brasil eram lançadas diante de uma especulação acerca da natureza do janismo:

> Um alto funcionário declarou ao correspondente da 'France Presse' que o 'novo Presidente brasileiro tem tôdas as cartas na mão para lançar seu país numa política totalmente independente e até neutralista'. Opinou, contudo, que 'as concepções gerais que parecer ser as suas não o levarão a adotar um real caminho de independência econômica, que é, tal como demonstrou a revolução cubana, a luta contra os trustes e monopólios estrangeiros e, particularmente, contra os ianques' (Posse De JQ..., 1961, p. 06).

No estabelecimento de um contraponto entre leituras acerca do que representava a experiência nacionalista cubana e os sentidos de ruptura anunciados por Jânio Quadros, o conceito de independência assumiria um caráter polissêmico a partir dessa intervenção direta acerca do presente e do futuro da PEB. Como possível epíteto indicador de mudança no comportamento de um país no sistema internacional, as ideias acerca de uma política considerada como independente abarcavam desde o diagnóstico de um conjunto de novas diretrizes que, em comparação ao chamado neutralismo, assumiam características mais modestas até uma compreensão mais ampla que, fundamentado pelo aprofundamento da revolução cubana, ampliavam os confrontos com o centro hegemônico, envolvendo diretamente a luta pela defesa da soberania econômica. Nesse sentido, em meio ao que se apontava

como a necessidade de uma espécie de compasso de espera em relação à organização do novo governo, os interlocutores cubanos demonstravam certo interesse em relação aos rumos da Política Externa.

Outro indicador disso pode ser encontrado no mesmo texto. Sem recorrer ao uso de citação direta, o parágrafo subsequente reforçava as inquietações sobre a política externa do governo Jânio Quadros, explorando um signo que marcaria outras intervenções sobre o tema no mesmo jornal. Num processo de ativação de memória acerca da passagem do então candidato à presidente pela ilha caribenha em 1960, a sensação de insegurança em relação ao novo Chefe de Estado brasileiro encontraria raízes nos contatos estabelecidos com as autoridades cubanas:

> Também os círculos oficiais parecem tirar idênticas conclusões da visita que Jânio Quadros fêz a Havana antes de eleito. O atual Presidente deixou uma impressão ambígua. Ao visitar Havana, simulava interesse pela Revolução Cubana, mas em seguida, não demonstrou o mínimo de interesse pelas soluções propostas e aplicadas pelo castrismo (Posse De JQ..., 1961, p. 06).

Se outras viagens internacionais de Jânio teriam estabelecido, em certa medida, o início de construções de pontes mais sólidas em relação a Chefes de Estado e Governo do Terceiro Mundo, como visto nas ações direcionadas ao Egito e a Iugoslávia, a notícia em questão atribuía uma importante avaliação acerca dos olhares de certas autoridades cubanas sobre o presidente brasileiro. Num sentido relativamente contrário às impressões de um contemporâneo como Castilho Cabral (1962), a quem estivera em Cuba junto com Jânio durante a campanha presidencial e chamava atenção para o interesse despertado por uma experiência que conciliava até então reforma social e democracia, a menção de certo desagrado dos círculos governamentais em Havana com a postura do futuro presidente brasileiro. Se o ineditismo do ex-governador de São Paulo entre os latinoamericanos em Cuba e a formação de uma comitiva composta por jornalistas e intelectuais eram vistos como supostos trunfos de sua iniciativa em aceitar o convite de Fidel Castro, a existência de supostas ressalvas em relação à Jânio reforçavam olhares brasileiros e estrangeiros contemporâneos negativos sobre sua passagem por Havana

(Barbosa, 2013), reforçando estereótipos acerca da construção política do ex-governador de São Paulo a partir de seus detratores no Brasil.

Além do interesse despertado pelas repercussões internacionais sobre a posse de Jânio e as expectativas do que viria a ser seu governo, outro aspecto que marcaria a cobertura do periódico de Samuel Wainer nesse mesmo período foi o estabelecimento de relativos contrapontos aos olhares depreciativos do presidente e de seu entorno político em relação ao mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Em sua autobiografia (Wainer, 2015), o proprietário de Última Hora revelara certo temor em relação às consequências de sua vinculação direta à derrotada candidatura do Marechal Lott (1960). Frente ao entusiasmo de Carlos Lacerda diante da eleição de Quadros, Wainer imaginava o advento de uma era de dificuldades para a sua empresa, o que não se confirmaria posteriormente.

Conforme apontado por Thiago Fidelis (2021), as abordagens sobre o novo governo interagiram e, de certo ponto, dividiram espaço com a cobertura da saída de JK e a defesa de seu legado. Tal exercício se deu de diferentes formas. Além de textos que indicavam certo prestígio do ex-presidente junto aos representantes diplomáticos estrangeiros no Brasil e a repercussão de seu deslocamento para a Europa, diversas notícias estabeleciam certo contraponto ao quadro catastrófico traçado por Jânio em seu famoso discurso na *Voz do Brasil*. Em relação à PEI, esse exercício se demonstraria complexo e, em certa medida, contraditório. Em 2 de fevereiro de 1961, o periódico de Samuel Wainer repercutia o discurso de posse do ministro Afonso Arinos, destacando, dentre outras coisas, os elogios do chanceler em relação à Operação Panamericana (OPA) e suas promessas de continuidade ao processo de revisão das relações hemisféricas a partir de uma perspectiva de valorização da iniciativa estabelecida pelo governo anterior. Acompanhado a isso, a mesma notícia trazia um intertítulo destacando o discurso de despedida do ex-chanceler Horácio Lafer. Ressaltando os supostos compromissos do governo que cessara com a produção de "uma mensagem nova de solidariedade continental e ao mundo os anseios de paz de respeito as liberdades de culto aos princípios de Direito Internacional" que impulsionariam a imagem do Brasil no exterior (A. Arinos..., 1961, p.

05), os discursos de valorização da Política Externa de JK não assumiam um caráter coeso.

Evidência disso pode ser vista em uma entrevista feita com o então Embaixador da Indonésia no Brasil. Publicada no dia 9 de fevereiro, a intervenção do representante diplomático de Sukarno assume um caráter crítico diante das leituras predominantes sobre a política externa de JK. Depositando expectativas de mudança na PEB em relação aos países afroasiáticos, o entrevistado sugeria a existência de uma "incompreensão" brasileira sobre a luta anticolonial (Embaixador..., 1961, p. 05), fruto de um relativo desconhecimento dos problemas que envolviam os Estados na luta pela libertação. Ao mesmo tempo em que reconhecia as debilidades da postura brasileira, o embaixador conclamava a adoção de uma "política corajosa" (Embaixador, 1961, p. 05) que, em sua perspectiva, poderia fazer jus ao potencial brasileiro em estabelecer algum tipo de protagonismo entre os países do Terceiro Mundo. Demonstrando certa afinidade em relação às características do pensamento autonomista brasileiro no fim dos anos 1950 (Santos, 2022), as declarações do indonésio demarcavam um sentido de diferença entre o passado e o presente da PEB que colocavam em questão os limites da defesa do governo JK no campo da política externa. Nesse sentido, o reconhecimento das múltiplas vozes presentes no periódico, consideradas em uma análise em série, culmina com a identificação de dissensos acerca de tendências aparentemente consagradas a partir das filiações materiais e ideológicas do polo editor em relação ao ambiente político-social da experiência democrática brasileira.

Já na *Tribuna da Imprensa*, as primeiras considerações sobre a PEI acompanharam o otimismo sobre o novo governo. No que considerava como o produto de uma "revolução pelas urnas" (O Verdadeiro..., 1961, p.04), o sentimento udenista acerca do nível de influência nos rumos do novo governo se tornava relevante nas abordagens sobre diferentes aspectos do mandato recém-iniciado. Além dos endossos realizados aos discursos de Jânio sobre a suposta herança do governo JK, inserido no conjunto de crises vivenciadas pelo país, a sintonia expressa acerca dos passos iniciais do governo abarcaram desde ricas transcrições das principais intervenções das autoridades que constituíam o executivo até a identificação de um princípio de coerência entre as históricas

bandeiras de Jânio Quadros ao longo de sua trajetória política e a construção de uma nova etapa na sua vida pública e na história recente do país. Articuladas com as propostas de moralidade administrativa e austeridade, o noticiário do periódico de Lacerda destacou, dentre outras coisas, iniciativas como a revisão na estrutura diplomática, incluindo a atuação dos escritórios comerciais e a quantidade de adidos militares no exterior, além da reprodução dos memorandos encaminhados pelo presidente ao chanceler Arinos.

Um editorial publicado ainda nos primeiros dias de governo dava o tom aparentemente simpático acerca das medidas iniciais de Jânio. Intitulado como "Primeira Semana", um texto de opinião analisava positivamente o desempenho do governo após a posse, depositando confiança no que classificava como a provável realização de uma "grande mudança" no Brasil (Primeira...., 1961, p. 04). Constituindo uma espécie de resposta ao debate sobre as insatisfações entre aliados e opositores sobre a composição política dos ministérios, o editorial em questão tecia elogios a prática presidencial de estabelecer instruções diretas aos seus subordinados, mantendo certa coerência em relação aos rumos de seu governo. Do ponto de vista da política externa, o mesmo texto ressaltou a importância da figura de Afonso Arinos. Classificando como argumento dos "decepcionados" as suspeitas estabelecidas acerca de seu suposto caráter neutralizante em relação à defesa de medidas de ampliação das relações comerciais (Primeira...., 1961, p. 04), incluindo os países socialistas, houve uma demonstração de otimismo acerca da atuação do chanceler e do próprio governo, num balanço positivado das movimentações até então. Considerando a influência direta de Carlos Lacerda na elaboração dos editoriais da *Tribuna*, tal texto se tornava sintomático quanto as expectativas depositadas a partir do periódico sobre o novo governo.

Na edição de 7 de fevereiro, essa tendência assumiria contornos mais complexos. Logo na primeira página, uma notícia sobre os rumos da política externa assumia certo destaque. Sistematizando alguns dos possíveis novos passos do governo na materialização do que se classificou como um "neutralismo interessado" (Nova Linha..., 1961, p.01), o texto chamava atenção para a materialização dos sentidos de reformulação da política externa ao longo dos próximos meses de

governo, a partir do signo do universalismo. Nesse horizonte, Jânio e Afonso Arinos adotariam uma perspectiva gradual de transformação, abarcando inciativas como a ampliação das relações com os países socialistas, o reatamento de relações com a União Soviética ainda no mês de março e um possível reconhecimento da China de Mao Tsé-Tung. A consolidação dessa nova política ocorreria a partir da promoção de um evento relativamente singular:

> Acrescentam fontes bem informadas que o Brasil fixaria sua posição de neutralidade no campo internacional em uma reunião com Nasser (do Egito), Tito (da Iugoslávia), Nehru (da Índia) e Ferhat Abbas (da Tunísia). Essa reunião, se possível, seria em Brasília, em março (Nova Linha..., 1961, p. 01).

Sem identificar nominalmente os autores de tal informação, a notícia publicada na *Tribuna da Imprensa* apontava para a existência de um projeto relativamente compacto de construção de uma Nova Política Externa. Abarcando temas tratados por Jânio Quadros em diferentes momentos de sua campanha presidencial, um sentido de coerência entre discurso e prática assumia a forma de um tipo de inserção internacional a ser reconhecido e legitimado por parte de diferentes atores do chamado Terceiro Mundo. No que se configurava na produção de uma espécie de Nova Reunião de Brioni em terras brasileiras, o simbolismo acerca de um encontro, até então inédito, em solo latino-americano interagia diretamente com os objetivos de projeção internacional do Brasil e de ampliação da influência dos ditos Não-Alinhados na América Latina.

A demarcação da especificidade do neutralismo brasileiro a partir da mobilização da categoria "interessado" assumia certa importância no âmbito dos debates sobre a política externa e a política internacional no período. Conforme apontado por Mateus José da Silva Santos (2022), em meio às inquietações envolvendo a natureza da PEI e a compreensão dos fenômenos mais gerais que constituíam o processo de transformação do sistema mundial, o Não-alinhamento constituiria um referencial geopolítico possível de avaliação do conjunto das iniciativas anunciadas ou promovidas por Jânio e Afonso Arinos. Entre segmentos classificados como "liberais-associacionistas" (Manzur, 2009, p. 92), a reivindicação de um conceito rígido acerca de um mundo bipolar e

de um enquadramento do Brasil na defesa do chamado Mundo Livre transformava o Neutralismo em um tipo de inserção internacional a ser condenado. Escritos como o do Almirante Carlos Pena Botto (1961) classificavam tal prática, dentre outras coisas, como covarde e indiferente diante do caráter do conflito global. Mesmo entre sujeitos que observavam algum nível de autonomia para a diplomacia brasileira, explorando sua condição enquanto país vinculado ao mundo Ocidental e pertencente ao grupo de países em desenvolvimento, o Não-Alinhamento representava uma posição vista como inflexível e fora das características da suposta tradição diplomática brasileira. Nesse sentido, no que se configurava numa estratégia discursiva direcionada à legitimação da própria PEI, um processo de construção de si e do outro balizava as relações simbólicas entre a PEB e o epíteto marcador de um tipo de inserção internacional vinculado aos movimentos autonomistas do Terceiro Mundo.

Nessa mesma edição, um editorial específico sobre Política Externa apresentaria novos sinais de apoio do periódico de Carlos Lacerda à PEI. Situada na tradicional página 4, um texto intitulado como "Itamaraty" repercutia positivamente algumas das principais medidas anunciadas ou especuladas acerca dos sentidos de transformação da PEB na primeira semana de governo (Itamaraty, 1961, p. 04). Elencando medidas como o reatamento de relações diplomáticas com Hungria, Romênia e Bulgária, a possibilidade de avanço nas relações comerciais e a retomada de interações formais com a URSS, a constituição de uma política de apoio à descolonização afro-asiática, o avanço no projeto de reforma do Itamaraty e a tendência de impulsionamento da OPA. Nas origens de tal movimentação, atributos de diferenciação em relação ao governo JK são definidos entre objetivos e supostas práticas. Segundo o texto, o governo Jânio Quadros se empenharia em "dar ao Brasil, no panorama mundial, um papel muito mais relevante e intenso do que o que lhe foi atribuído pelos governos precedentes" (Itamaraty, 1961, p. 04). Tal sentido universalista não assumiria um suposto risco aos compromissos internacionais do Brasil junto ao bloco capitalista. Além da reivindicação do argumento da suposta autenticidade brasileira entre o Ocidente e o mundo em desenvolvimento, o texto em questão sugere que, ao contrário da "esperança dos agitadores totalitários" (Itamaraty, 1961, p. 04), a PEI, até então, não representaria uma demonstração de hostilidade

aos EUA. Nesse sentido, numa espécie de acomodação das mudanças dentro das expectativas de seus apoiadores, a política externa de Jânio se encontrava dentro de uma linha considerada aceitável, passível de ser sustentada mesmo entre interlocutores que criticavam alguns dos sentidos depositados aos conceitos de nacionalismo e autonomia.

Contudo, na polifonia que estrutura a produção jornalística, a mesma edição apresentaria um texto menos simpático a uma das iniciativas especuladas naquele mesmo contexto. Conforme abordado dias antes nos dois periódicos, Jânio e o Itamaraty estudavam uma possível revisão na posição brasileira frente à questão chinesa. Em dois bilhetinhos encaminhados ao chanceler Arinos entre 4 e 10 de fevereiro (Bilhetes..., 2006), o presidente orientava uma apuração sobre o estado da arte das relações entre Brasil e Taiwan, bem como acenando com a possibilidade de defesa de uma política de coexistência entre as duas Chinas. Num contexto em que se discutiam o futuro das representações do Brasil em países socialistas, incluindo o cessar de representações diplomáticas dos antigos Estados bálticos no país, as especulações acerca do futuro das relações com Taiwan se tornaram paradigmáticas enquanto um ponto limite acerca do apoio expresso pela *Tribuna* à PEI. Em artigo de opinião não assinado, publicado na quinta página da edição do dia 7, "Porque Formosa" criticava a possibilidade de ruptura de relações com Taipé (PORQUE...,1961, p. 05). Antevendo-se as possíveis consequências da solicitação de exame de tais relações, esse texto criticava as considerações de ordem econômica que supostamente sustentariam uma mudança na posição brasileira acerca da soberania e da representação internacional da China. Classificando a ilha como uma continuação histórica de uma nação milenar, uma possível ruptura por parte do Brasil teria fortes impactos na política internacional:

> O rompimento do Brasil com a China seria um duro golpe contra os povos que, pelo mundo a fora, lutam contra o colunismo. Dir-se-á que não temos porque condicionar as relações do nosso país às características ideológicas dos governos. Em parte é exato. Mas, não se deve estender a esse ponto a noção da indiferença em relação às ideologias. Do contrário, estaremos fazendo o jogo dos que prestem atenção, e muito, à ideologia dominante (Porque...,1961, p. 05).

Estabelecendo ressalva quanto ao aos usos do conceito da coexistência pacífica e suas implicações para a reformulação da política externa, o artigo chamava atenção para as especificidades do caso taiwanês que, ao não dever ser reduzido meramente à dimensão comercial, colocava em risco a própria posição brasileira frente ao conflito Leste-Oeste. Rebatendo indiretamente os argumentos acerca da fragilidade sociohistórica e política representada pela ilha, além das supostas vantagens comerciais em relação à exportação de café para a China, a defesa da manutenção das relações com Taipé se pautava pela valorização do papel de Pequim enquanto uma das "fontes da conspiração comunista" contemporânea (Motta, 2000, p.82), representando um risco para diversas democracias do mundo, inclusive o Brasil. Desse modo, convergindo com as percepções de diferentes espectros liberais sobre o tema, o rechaço em qualquer possível avanço no estabelecimento de relações com o país de Mao Tsé-Tung ou o favorecimento de um revés à estratégia de isolamento promovida pelo Ocidente representava uma ameaça para o presente e o futuro da PEB.

Apesar de não ser possível imputar a Carlos Lacerda a autoria desse texto, o então governador da Guanabara estabeleceu laços estreitos com a defesa de Taiwan. Em discurso realizado no mês de maio de 1961, ao receber uma condecoração da então República da China, o udenista chamava atenção para o relativo desconhecimento sobre o que chamava de "China Livre" (Lacerda, 1963, p. 280), um contraponto ao governo estabelecido em Pequim após a Revolução. Ressaltando a importância geoestratégica da ilha e seus avanços em diferentes setores como educação e tecnologia, Lacerda então reforçava os argumentos acerca da legitimidade internacional de Taiwan e sua importância no quadro das relações internacionais contemporâneas. Nesse sentido, se a propaganda comunista e o relativo desconhecimento nacional desfavoreceriam a imagem da ilha em países como o Brasil, a valorização da experiência pessoal em ter visitado o Estado forjado após a Revolução de 1949 se tornava essencial diante dos riscos provocados por olhares supostamente reducionistas acerca das consequências de uma revisão na política chinesa. Nesse sentido, retomando o artigo publicado em fevereiro na *Tribuna da Imprensa*, o exercício de críticas indiretas, mobilizando interlocutores nomeados ou não, tornava-se sintomático em relação aos níveis iniciais

de tolerância acerca da PEI, estabelecendo discursivamente as possíveis fronteiras entre uma política coerente com as aspirações traçadas por Jânio e determinadas movimentações consideradas arriscadas diante da segurança nacional.

Na Última Hora, além de notícias e notas sobre os rumos da PEI, um artigo de autoria de Guerreiro Ramos se tornava um dos primeiros e mais contundentes esforços de posicionamento sobre as iniciativas de Jânio Quadros e Afonso Arinos. Em "JQ: Destino ou Política?" (Ramos, 1961, p.06), o intelectual estabelece considerações acerca da polaridade representada pelos dois termos que qualificam o título o artigo. Numa análise crítica acerca do significado da eleição de Jânio Quadros e das suas perspectivas enquanto presidente, a crença acerca de que a verdadeira "vassourada" consistia em um processo de transformação de consciência coletiva e elevação da capacidade de atuação do governo (Ramos, 1961, p.06), não reduzindo-se, portanto, aos discursos de saneamento moral à administração pública. Nesse espírito, estabelecendo certa moderação em relação ao que se configurava como uma postura de oposição ao governo Jânio, Guerreiro Ramos sugere que, apesar da desconfiança existente quanto às escolhas ministeriais de Jânio, seria no campo das ações em que este poderia conquistar o seu verdadeiro lugar no destino ou na política brasileira, conquistando apoio inclusive entre segmentos que não o apoiaram nas eleições de 1960. Assim, mesmo sob o comando de alguém como Afonso Arinos, caso o governo conduzisse uma política externa capaz de "organizar nossas relações diplomáticas com a URSS, o mundo socialista em geral e os países afro-asiáticos" (Ramos, 1961, p. 06), somente setores mais radicais de esquerda não lhe ofertariam apoio. Nesse sentido, explorando as contradições envolvendo a condução de uma política considerada progressista a partir da condução de uma figura eminentemente vinculada ao campo conservador, Guerreiro Ramos estabeleceu algumas das principais bases de uma espécie de apoio qualificado à PEI, mediado a partir da dimensão da práxis.

Os olhares positivados em relação à política externa ganhariam força em outras edições, com destaque para a ressonância de determinadas agendas entre os trabalhadores e a tomada de posições consideradas acertadas em episódios como a crise envolvendo Brasil e Portugal no tocante ao navio Santa Maria e a demonstração de indignação diante da

Morte de Lumumba. Contudo, tais perspectivas assumiam um caráter mais abrangente em relação à determinação dos supostos fins da PEI. Nesse sentido, na mesma edição de 16 de fevereiro, dois textos situados em páginas subsequentes atribuíam sentidos diferentes a ação do novo governo. Se Octávio Lopes, em sua Coluna de Brasília, afirmava que o horizonte de independência política defendido por Jânio Quadros visava essencialmente estabelecer novas condições de Barganha diante dos EUA, Adalgisa Nery enxergava a política externa como um verdadeiro "golpe de audácia" que (1961, p. 05), na ausência de um projeto substantivo de combate ao subdesenvolvimento, mostrava-se apenas como uma tentativa de cooptação das esquerdas. A ideia de que a PEI tivesse esse caráter instrumental no âmbito da política interna, ainda que equivocada diante dos níveis de dissenso das relações exteriores frente as mais diferentes correntes de opinião que conformavam a atmosfera conflituosa, tornaria-se não apenas em um recurso interpretativo contemporâneo, como seria mobilizada por segmentos da historiografia na tentativa de atribuir sentido ao caráter heterodoxo que a política externa representaria diante das características mais gerais da condução de outras iniciativas de governo (Vizentini, 2004; Malan, 2007; Bandeira, 2011). A mesma colunista voltaria a escrever novos artigos ao longo do mês de fevereiro que, versando diretamente acerca dos aspectos estruturais que influenciavam em limitações à soberania nacional, conclamava Jânio a tomar posição diante de temas sensíveis como uma possível revogação do Acordo Militar entre Brasil e EUA.

Na lógica do apoio qualificado, a demonstração de concordância em relação às inciativas de caráter universalista, tais como a ampliação de relações com os países socialistas, viam acompanhadas também de cobranças acerca do ritmo e do alcance de tais mudanças. Além da identificação de pressões a partir da Igreja e de segmentos militares em relação avanço nas propostas dirigidas à URSS, a mobilização das percepções de atores contemporâneos, vinculados diretamente na luta política no âmbito da institucionalidade, também ganharia espaço no jornal. Evidência disso pode ser observada em duas notícias publicadas no final do mês de fevereiro. Demonstrando cautela quanto aos compromissos de Jânio na política externa, o deputado trabalhista Almino Afonso foi tema central de uma notícia sobre as especulações quanto à possível

aproximação do Brasil com a China. Especulando o que representaria o processo de apoio à inclusão do debate sobre a representação de Pequim na ONU, o parlamentar observava certa insuficiência em tal medida, considerando ser necessária uma complementação que envolvia o apoio à entrada do país socialista na organização e o estabelecimento de relações formais (ALMINO..., 1961). Outro expoente trabalhista a ter destaque foi Sérgio Magalhães. No dia 27 do mesmo mês, o referido parlamentar comentava a decisão de membros da Frente Parlamentar Nacionalista em não assinarem um documento de apoio a determinadas medidas do governo Jânio. Além de promover questionamentos quanto às posições do Brasil sobre a China e o Congo, sugerindo um quadro de indefinição pública, Magalhães apontava para os limites do discurso governamental acerca da aproximação com os países socialistas, tendo em vista o diagnóstico acerca da necessidade de investimentos na logística dos empreendimentos comerciais.

Na *Tribuna da Imprensa*, a tolerância complexa em relação aos rumos da PEI teve como pontos de destaque a coexistência entre elogios diretos às posições do Brasil em relação ao Congo e o reconhecimento da importância da aplicação de medidas de austeridade na estrutura organizativa do Itamaraty, além das repercussões públicas sobre as iniciativas anunciadas, com destaque para as controvérsias envolvendo as intenções acerca do reatamento de relações diplomáticas com a URSS.

Ao longo do mês de fevereiro de 1961, a política externa foi objeto de inquietação por parte de diferentes atores institucionais e sociais. Entre dois expoentes da chamada imprensa em transição, a PEI se tornou um objeto desafiador, do ponto de vista das suas respectivas posições no âmbito da luta política e social. Em meio às complexidades envolvendo a construção da notícia e dos mais diferentes gêneros jornalísticos, uma complexa relação de tolerância e apoio qualificado se conformaria, influenciando no processo de construção de sentidos sobre as mais diferentes agendas que constituíram os sinais de mudança na PEB.

Considerações finais

Em meio aos esforços de aprofundamento da mundialização e multilateralização da PEB, a Política Externa do Governo Jânio Quadros representou um esforço consciente de solidificar um

reposicionamento global do Brasil à luz das transformações sistêmicas e domésticas ocorridas no Pós-Guerra. Eleito no paradigmático pleito de 1960, a emergência de um candidato sustentado pelas fileiras mais conservadoras da política brasileira na experiência democrática gerou sinais de incerteza em relação aos rumos de um governo que, desde a campanha, era traçado a partir de sinais relativamente divergentes frente a sua base.

Frente aos seus impactos mais gerais na sociedade doméstica, a Política Externa se tornou um importante vetor de mobilização de diferentes atores políticos e sociais, dada a sua condição estratégica na materialização de diferentes agendas de interesse nacional. Nesse espírito, periódicos como Última Hora e a *Tribuna da Imprensa* tematizaram, desde os primeiros dias, aspectos caracterizadores do ambiente de formulação e implementação da PEI, expressando sentidos complexos diante de um conjunto de iniciativas que desestabilizavam, em certa medida, supostos alinhamentos tradicionais na esfera política. Em meio aos sentidos mais gerais de transição, tolerância e conflito, apoio e cobrança, desconfiança e esperança conviviam diante dos dilemas de afirmação de uma política que atravessava diferentes conflitos de ordem geopolítica, geoeconômica e doméstica.

Fontes

A.ARINOS: "Relações com todos os países". Última Hora, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3257, 2 fev. 1961, p. 05.

ALMINO Afonso: reconhecimento da China só com relações normais. Última Hora, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3274, 24 fev. 1961, p. 04.

A PRESENÇA de Berle. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2381, 28 fev. 1961, p. 04.

EMBAIXADOR da Indonésia: "Esperamos mais compreensão por parte do Brasil". Última Hora, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3263, 9 fev. 1961. Segundo Caderno, p. 05.

ITAMARATY. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2365, 7 fev. 1961, p. 04.

NERY, Adalgisa. O Golpe de Audácia na Política Externa. Última Hora, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3267, 16 fev. 1961, p. 05.

NOVA Linha no Itamaraty: em março o reatamento com a URSS. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2365, 7 fev. 1961, p. 01

O VERDADEIRO Brasil. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2360, 1 fev. 1961, p. 04.

PORQUE Formosa. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2365, 7 fev. 1961, p. 05

POSSE DE JQ: Tem todas as cartas na mão para política independente. Última Hora, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3256, 1 fev. 1961, p. 06.

PRIMEIRA Semana. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2364, 6 fev. 1961, p. 04.

RAMOS, Guerreiro. JQ: Destino ou Política? Última Hora, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3263, 9 fev. 1961, p. 06.

RAMOS, Guerreiro. A Nova Política Externa. Última Hora, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3277, 28 fev. 1961, p. 04.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa em transição:** o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: FGV, 2008

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil – Estados Unidos:** a rivalidade emergente (1950-1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa:** Brasil: 1900-2000. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado:** a política externa de Jânio Quadros. São Paulo: Atheneu, 2013.

BARROS, Antônio Theodoro de Magalhães. Última Hora e a renovação da imprensa brasileira. Tese (Concurso Público de Jornalismo) – Universidade Federal Fluminense, 1978.

BARROS, José D'Assunção. O uso dos jornais como fontes históricas. In: _____. **Fontes Históricas:** Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019

BILHETES do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ano V, n. 8, p. 313-484, 2006.

BOTTO, Almirante Carlos Penna. **A Desastrada Política Exterior do Presidente Jânio Quadros**. Petrópolis: Vozes, 1961.

CABRAL, Castilho. **Tempos de Jânio e Outros Tempos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)**. Ibitinga: Humanidades, 1991

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2011

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente (1961-1964). **Cadernos do IPRI**, Brasília, n.2, p.65-78, 1989.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, nº35, p.253-270, dez. 2007.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, n. 13, p. 19-29, dez. 1995

FIDELIS, Thiago. El Gobierno de Jânio Quadros por las páginas del periódico Última Hora (UH). **Revista Historia Social y de las Mentalidades**, Santiago (Chile), v. 25, n. 2, p.109-126, 2021.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus:** Revista de História, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251 – 275, 2018.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre 'o político' na 'grande imprensa carioca' de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.1-21, jan./jun. 2019.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. **Democracia e Discurso Autorreferencial:** representações em disputa nas páginas da grande imprensa carioca (1955-1960). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2022.

LACERDA, Carlos. **O poder das ideias**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ªEd. São Paulo: Contexto, 2012.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964)**. Curitiba: Juruá, 2009

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. São Paulo: Códex, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o "Perigo Vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 10Ed. Campinas: Pontes, 2012

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

SANTOS, Mateus José da Silva. **'Das Potências Não-Alinhadas':** o Egito e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 10. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: Puc-RS, 2011.

VIGEVANI, Tullo; SARAIVA, Miriam Gomes. Política Externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964):** o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis: Vozes, 2004

ENTRE TENSÕES POLÍTICAS E DIPLOMACIA: UMA ANÁLISE DA EMBAIXADA ALEMÃ POR MEIO DA COMISIÓN ESPECIAL INVESTIGADORA DE ACTIVIDADES ANTIARGENTINAS (1941-1943)

Pietra Elisa Beling[1]

Introdução

A Segunda Guerra Mundial foi um período de profundas transformações na ordem internacional, impactando as relações entre os países e as dinâmicas políticas internas mesmo daqueles que não se envolveram diretamente nos confrontos militares. Na América Latina, o conflito mundial desencadeou uma série de reconfigurações, especialmente no que tange às relações entre os países do continente e as potências beligerantes. Neste contexto, as representações diplomáticas desempenharam um papel crucial, muitas vezes ultrapassando suas funções protocolares e gerando debates que permanecem sem uma resposta definitiva até hoje.

O contexto histórico-político argentino é um dos maiores exemplos disso, com uma série de autores que divergem na percepção sobre o

1 Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com auxílio de Bolsa CAPES/DS. Bacharel em Relações Internacionais pela mesma instituição. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4045366412950250. E-mail: pietra.beling@acad.ufsm.br.

papel desempenhado pelo país em meio à Segunda Guerra Mundial. A manutenção de sua neutralidade até quase o fim do conflito e a propagação de narrativas exageradas, quase fantasiosas, em torno da atuação nazista na sociedade argentina são alguns dos fatores que condicionam os debates historiográficos sobre o tema. Ademais, a criação de uma comissão investigativa na Câmara dos Deputados – denominada *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas* (CEIAA) –, com o objetivo específico de denunciar atividades vinculadas ao nacional-socialismo no país, se apresenta enquanto um reflexo das percepções existentes naquele contexto, em que o receio à possibilidade de uma expansão nazista no continente se tornou um elemento de mobilização política.

A partir disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação da Embaixada alemã na Argentina tendo como base os registros da CEIAA, que conta com um repositório digital, evidenciando as denúncias realizadas acerca dos representantes diplomáticos alemães. Através desse arquivo, busca-se compreender de que forma a comissão parlamentar, que atuou entre 1941 e 1943, contribuiu para a difusão de uma perspectiva que hoje é amplamente contestada por historiadores de referência sobre a temática. Então, para além das denúncias realizadas, é preciso observar que tal documentação não é isenta de seus objetivos políticos, sendo assim necessário considerar que os deputados da CEIAA eram de partidos opositores ao governo Executivo, em muitos casos utilizando das denúncias sobre o nacional-socialismo para criticar a inatividade dos dirigentes argentinos.

Para a análise da documentação foram empregadas abordagens quantitativa e qualitativa, buscando uma combinação metodológica que possibilitasse uma avaliação mais completa e aprofundada destes registros. Os documentos foram então classificados conforme sua origem e seu conteúdo, indicando os formatos e as temáticas que prevaleceram nas denúncias realizadas pelos deputados. Assim, foi possível compreender o modo de atuação da CEIAA e as reverberações de suas denúncias nas relações diplomáticas entre a Argentina e a Alemanha em meio à guerra.

Por fim, destaco que a presente pesquisa se encontra dividida em três seções: em um primeiro momento, serão verificadas as principais discussões historiográficas desenvolvidas em torno da atuação do regime

nazista na Argentina, com ênfase nas relações político-diplomáticas entre os dois países; em seguida, será analisado o processo de criação e atuação da CEIAA, destacando seus objetivos políticos e a conformação de seu arquivo; por fim, serão apresentadas as principais denúncias realizadas pela comissão em relação à Embaixada alemã, evidenciando assim a percepção propagada pelos parlamentares em contraste aos debates historiográficos.

Atuação do regime nazista na Argentina: discussões historiográficas

Diversos historiadores se debruçaram sobre o desafio de compreender os verdadeiros objetivos da política externa nazista em relação à América Latina e também ao caso específico da Argentina. É um debate que até hoje não apresenta uma resposta única e definitiva, com muitas discordâncias na percepção sobre o nível de penetração da ideologia nazista na sociedade argentina. No entanto, o que se aceita hoje na historiografia de maior expressão sobre o tema é que as atividades patrocinadas pelo nacional-socialismo tiveram impactos limitados considerando a totalidade do contexto argentino, sendo uma narrativa inflada por jornalistas e políticos (Newton, 1984, p. 87-88).

Assim, a repercussão de uma narrativa em torno da possibilidade de uma expansão nazista na Argentina, bem como em outros países da América Latina, está amplamente vinculada às obras de caráter testemunhal de políticos, jornalistas e intelectuais relevantes deste contexto. No caso argentino se destacam obras dos próprios deputados que constituíram a CEIAA, como é o caso de Raúl Damonte Taborda (1954), Juan Antonio Solari (1942) e Silvano Santander (1945; 1953)[2]. Suas obras denunciam o caráter expansionista da política nazista para o continente americano e, além disso, nas obras publicadas na década de 1950, os autores buscavam demonstrar as vinculações de Juan D. Perón a essas ações como forma de descredibilizar seu governo. Tais denúncias estão ainda relacionadas ao contexto de publicação do *Blue book on Argentina* pelo Departamento de Estado norte-americano, em 1946, o

2 Há também a obra de Enrique Dickmann (1939), o qual foi o primeiro a propor a criação de uma comissão investigadora na Câmara dos Deputados argentina, em 1938, mas não foi membro da CEIAA quando efetivada sua criação em 1941.

qual também teve papel decisivo na difusão da narrativa de vinculação entre os dirigentes argentinos e o regime nazista, cujo objetivo central era minar a eleição de Perón (Escudé, 1989).

De forma mais ampla, relacionado aos interesses estadunidenses na temática, diversos historiadores já demonstraram os objetivos político-econômicos do país ao realizar uma campanha intensiva contra as comunidades de origem alemã estabelecidas na América Latina – que pouco se relacionava aos objetivos de segurança do discurso oficial (Newton, 1992; Mitchell, 1999; Friedman, 2003; Fachel, 2002; Londoño, 2017; Lima, 2019; Rein, 2024). Estas obras apresentam inúmeros indícios de que, mais do que preocupados em denunciar atividades do nacional-socialismo desenvolvidas no continente americano, os Estados Unidos buscavam consolidar sua posição hegemônica no continente, já que a Alemanha – e por extensão seus nacionais estabelecidos na América Latina – era uma das maiores competidoras pelos mercados da região.

Retomando as discussões historiográficas, a narrativa de pretensões imperialistas do nazismo no continente americano ganhou novos contornos com o lançamento de obras de caráter sensacionalista, que exageravam e distorciam uma série de acontecimentos. Meinerz (2011) afirma que um dos principais elementos mobilizados por tais autores é a possível formação de um *IV Reich* na América Latina após o fim da Segunda Guerra Mundial, contando também com teorias conspiratórias vinculadas ao estabelecimento de Hitler (que ainda estaria vivo) e outros criminosos de guerra nazista no continente. Dentro dessa perspectiva estão as obras de Szabo (1946) e Basti (2010), por exemplo, sendo que ainda hoje há uma "indústria" voltada a explorar os sentimentos de fascínio e medo em relação à temática (Meinerz, 2011, p. 159).

A fim de contrapor essa narrativa dominante e esclarecer quais eram de fato os vínculos da Argentina com a Alemanha no contexto da guerra, em 1992, o presidente Carlos Saúl Menem ordenou a abertura dos arquivos argentinos que envolviam a atuação nazista no país. Em 1997, foi criada a *Comisión para el Esclarecimiento de las Actividades del Nazismo en la Argentina* (CEANA), que foi conformada por historiadores e gerou um interesse renovado na temática. Nos anos que se seguiram, foram publicados relatórios que visavam justamente oferecer

uma perspectiva distinta sobre os acontecimentos, distanciando-se de narrativas exageradas e até fantasiosas.

Como resultado das investigações, tem-se que, em detrimento da noção deturpada de que milhares de criminosos de guerra nazistas teriam ingressado na Argentina no pós-guerra, a CEANA constatou que apenas 180 indivíduos fugitivos se estabeleceram no país (Cavlak, 2013). Nesse sentido, Rein (2024, p. 15-16) afirma que, ironicamente, os Estados Unidos e a União Soviética, que lideraram a luta contra o nazismo, aceitaram um número maior de criminosos do que a Argentina. O mesmo autor também entende que os impactos das investigações realizadas pela CEANA foram limitados em reverter a imagem da Argentina enquanto um espaço seguro para os nazistas e que este mito, em grande parte forjado pela propaganda norte-americana vinculando o Perón com a Alemanha nazista, prevalece até hoje (Rein, 2024, p. 12).

Ainda assim, as pesquisas desenvolvidas por historiadores como Jackisch (1988; 1997) e Newton (1984; 1989; 1992) são essenciais para fornecer um esforço de pesquisa séria e consistente sobre o tema. Os autores visam apresentar o papel efetivo desempenhado pelos dirigentes argentinos em meio ao contexto da Segunda Guerra Mundial e, então, convergem no sentido de afirmar que as atividades patrocinadas pelo nacional-socialismo foram limitadas e que seus efeitos foram ínfimos na Argentina. No entanto, a percepção de um perigo quanto à expansão nazista era real, mesmo que decorrente de interpretações equivocadas quanto aos objetivos da política externa alemã, e gerou uma mobilização política expressiva, tanto em âmbito nacional quanto internacional pelas pressões dos Estados Unidos já mencionadas. No cenário doméstico, um dos resultados concretos dessa mobilização foi justamente a criação e atuação da CEIAA, o que será melhor explorado na seção seguinte.

Em síntese, percebe-se que há inúmeras divergências entre os historiadores que retratam a atuação diplomática do regime nazista na Argentina e até mesmo a figura do embaixador alemão Edmund von Thermann é controversa: há autores que o consideram um nazista convicto (Zylberman, 2017, p. 2), enquanto outros afirmam que ele apresentava uma difícil convivência com os membros do partido e não compartilhava dos mesmos ideais (Cortés, 2009, p. 9). Isso é condicionado também pelas discussões sobre o papel desempenhado pelo *Auswärtiges*

Amt (AA) – o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha – dentro do regime nazista. Por um longo período após o fim do conflito, houve o predomínio da narrativa historiográfica de que os diplomatas alemães teriam feito parte da resistência às pretensões de Hitler e do Partido Nazista. Assim, considera-se pertinente a perspectiva de Frei e Hayes (2011), os quais afirmam que o AA também teve responsabilidade na estruturação de políticas autoritárias e que não há uma separação tão clara entre estas instituições de governo.

Por isso, pesquisar este tema impõe um desafio de desnaturalizar e questionar as informações de forma recorrente, sendo necessário evitar cair em maniqueísmos entre bem e mal, que é comumente presente em pesquisas vinculadas ao nazismo e à Segunda Guerra Mundial (Rahmeier, 2009, p. 20). Para o caso argentino tal processo se torna ainda mais complexo ao perceber que há pressões internacionais constantes que influem diretamente na política doméstica do país e, portanto, torna-se inviável dissociar a atuação da CEIAA deste complexo cenário. Além de considerar que os diplomatas alemães efetivamente tiveram parte na propagação de ideais nazistas na Argentina, é preciso compreender as intenções dos próprios deputados que conformaram a comissão investigativa, sendo assim um grande jogo de narrativas políticas.

Criação da CEIAA e a seleção de documentos vinculados à Embaixada Alemã

Ao fim da década de 1930 já se desenvolviam debates na Câmara dos Deputados sobre a possibilidade de criação de uma comissão parlamentar para investigar e denunciar atividades vinculadas a ideologias autoritárias, especialmente o nazismo. Essas discussões foram propostas por deputados dos Partidos Radical e Socialista, ou seja, opositores ao Executivo liderado pela *Concordancia* nos governos de Roberto M. Ortiz e Ramón Castillo. Como é amplamente explorado na tese de Irisarri (2019), os parlamentares envolvidos nesses debates, em especial os radicais, mobilizaram o conceito de antifascismo de forma a criticar a inatividade dos dirigentes argentinos em relação à temática. Dessa forma, a constituição de um órgão investigativo se deu em meio a tais divergências políticas, assim também servindo como um meio de fiscalizar e pressionar os representantes do Executivo.

A criação da CEIAA foi efetivada em junho de 1941, justamente no momento em que o Partido Radical se tornou maioria na Câmara dos Deputados – contavam com 80 deputados ao passo que os representantes da *Concordancia* eram 71 e do Partido Socialista eram 5 (Irisarri, 2019, p. 106). Cabe destacar ainda que a comissão funcionou entre 1941 e 1943, sendo suas atividades encerradas com o golpe militar de 1943 que levou ao fechamento dos órgãos legislativos. Nestes dois anos, compreendendo o auge das tensões da Segunda Guerra Mundial, os parlamentares almejavam evitar o desenvolvimento de atividades por parte de indivíduos que supostamente estariam ao serviço do regime nazista – em menor parte também de outros países do Eixo – e que, por isso, estariam desrespeitando a neutralidade e a soberania nacional argentina.

Suas investigações tiveram ampla repercussão na imprensa argentina e, como mencionado previamente, os próprios deputados também produziram obras denunciando as pretensões imperialistas do nacional-socialismo. Assim, independente de a ameaça ser real ou não, é perceptível que a temática gerou ampla mobilização política e favoreceu a percepção de que o regime nazista efetivamente possuía vínculos estreitos com os dirigentes argentinos. Isso pode ser afirmado, ainda com algumas ressalvas, no período posterior ao golpe de 1943, porém, no período de atuação da comissão, os presidentes Roberto M. Ortiz e Ramón Castillo adotavam uma posição de neutralidade como reflexo dos vínculos do país com a Grã-Bretanha e que se opunha às pretensões hegemônicas dos EUA, e não em razão de uma aproximação com a Alemanha (Rapoport, 1995, p. 15).

Como resultado das investigações, foram produzidos informes apresentados na Câmara dos Deputados que denunciavam as principais atividades do nacional-socialismo na Argentina. A maior parte dos informes cita o envolvimento da Embaixada alemã na Argentina e, por isso, os documentos disponíveis no repositório digital da CEIAA se tornam relevantes para compreender a forma como essas atividades são retratadas, em contraste com as discussões historiográficas exploradas anteriormente, e quais temas são mais recorrentes nas denúncias realizadas pelos parlamentares.

Em termos metodológicos, destaco que esta documentação é composta por uma variedade de tipos documentais, incluindo informes, telegramas, cartas, memorandos, atas de reunião, entre outros. Ao todo, há 42 caixas com 35.862 páginas contendo todo o processo de investigação realizado pelos deputados. Considero que seja uma documentação muito rica e ainda pouco explorada na historiografia, sendo majoritariamente incluída como fonte complementar e, em razão disso, a ideia que originou a construção do presente trabalho foi justamente o impasse metodológico originado das escassas produções que se concentram nesses registros.

Para tanto, busquei combinar abordagens quantitativa e qualitativa possibilitadas pela busca por palavras-chave no repositório digital da CEIAA, em que foram pesquisadas variações de palavras vinculadas ao exercício diplomático alemão para obter resultados mais completos[3]. No total foram encontrados 134 registros e, excluindo alguns documentos que estavam repetidos ou que não se encaixavam na presente análise[4], foram analisados 121 documentos sobre o tema. A fim de evidenciar o perfil da documentação foram estruturados dois quadros, como é possível observar abaixo, que apresentam a origem e a temática verificadas nos documentos.

A origem dos registros auxilia a verificar o processo institucional das investigações realizadas pelos parlamentares, em que há 17 comunicações enviadas pela CEIAA a outras instâncias governamentais, como o *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* e o *Ministerio de Hacienda*. Em grande medida, essas comunicações correspondiam a solicitações de informações ou documentos a outros órgãos do governo a fim de auxiliar nas investigações, o que estará presente na análise quanto à temática dos registros. Em contrapartida, há 55 documentos endereçados à CEIAA, que vieram de outras instâncias governamentais ou instituições, em maior parte respondendo às solicitações anteriores – sendo a origem que predomina nos registros verificados. Há ainda 18 que foram enviados por particulares à comissão, os quais buscavam auxiliar o trabalho realizado

3 Foram buscados pelos termos "Embajada alemana", "Embajada alemán", "Embajador alemán", "Thermann".

4 Os registros não incluídos na análise se referem a cópias, documentos ilegíveis, documentos que estão com sua descrição errada na busca por palavras-chave e imagens de envelope que não continham escritos.

pelos deputados, 14 informes e compilados de informações produzidos pela própria CEIAA e 9 que foram produzidos pela Embaixada alemã com o intuito de esclarecer algumas denúncias ou registros que foram apreendidos pelos deputados. Por fim, os 8 documentos classificados como "outros" se referem a atas de reuniões, recortes de periódicos e registros que não possuíam uma origem definida.

Quadro 1 - Origem dos registros analisados

Origem	Quantidade
Outras instâncias governamentais	55
Particulares	18
Comunicação da CEIAA com outras instâncias governamentais ou instituições	17
Informes/declarações da CEIAA	14
Embaixada alemã na Argentina	9
Outros	8
Total	121

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 - Temática dos registros analisados

Temática	**Quantidade**
Correspondência diplomática	40
Denúncias que mencionam a Embaixada	17
Informações sobre diplomatas	15
Solicitação de informações/documentos	9
Prisões em Misiones	5
Comunicações oficiais de Berlim	4
Movimentação bancária da Embaixada	4
Acordo comercial Argentina-Alemanha	4
Lista de empregados da Embaixada	4
Outros	19
Total	121

Fonte: Elaboração própria.

Já em relação à temática, como é apresentado no quadro acima, 40 registros estavam vinculados à correspondência diplomática da Embaixada alemã, sendo a categoria predominante e um dos eixos explorados na próxima seção. Dentre os documentos enviados por particulares, há 17 acusações de particular contra a Embaixada alemã e dentre eles, 6 envolvem diretamente seus empregados, 10 se relacionam a indivíduos apenas ligados à Embaixada de alguma forma e 1 continha apenas informações gerais para investigar. Os demais tópicos que se destacaram foram: 5 registros sobre um caso envolvendo a prisão de diversos cidadãos alemães em Misiones, 4 comunicações oficiais com informações vindas de Berlim, especialmente trazendo atualizações sobre a guerra, 4 sobre movimentações bancárias da Embaixada, 4 sobre especificações do acordo comercial firmado entre a Argentina e a Alemanha em 1934 e 4 referentes à lista de empregados da Embaixada alemã. Os demais variam grandemente em relação a seu conteúdo e, por isso, não foram aqui especificados.

Apesar de diversos conteúdos e assuntos que poderiam ser melhor explorados, para fins de delimitação serão apresentadas na próxima seção as temáticas e as argumentações mais recorrentes na análise qualitativa dos 121 registros. Sendo assim, o processo de quantificação dos registros encontrados na CEIAA auxiliou para que se tivesse uma dimensão efetiva dos elementos denunciados em relação à atividade diplomática desenvolvida pela Alemanha nesse contexto, bem como possibilitou a compreensão dos principais entraves burocráticos e o processo institucional de investigação realizado pelos deputados argentinos em relação à temática – registros que facilmente poderiam ser ignorados ou menosprezados em uma análise estritamente qualitativa por não apresentarem um conteúdo destacado.

Elementos denunciados e a percepção manifestada sobre os representantes diplomáticos alemães

Ao analisar o conteúdo dos 121 registros selecionados, como destacado previamente, a temática que predominou foi relacionada às correspondências diplomáticas alemãs. Nesse sentido, há diversas solicitações da CEIAA para apreensão de correspondências endereçadas à Embaixada alemã, em grande medida solicitando aos órgãos

responsáveis, como o *Ministerio de Hacienda*, *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* (MREC) e *Ministerio del Interior* e, também, as subdivisões *Dirección General de Correos y Telégrafos* e *Dirección General de Aduanas*, para que tomassem as devidas providências. Com isso, surgem dificuldades em compreender as responsabilidades e as atribuições de cada um dos órgãos mobilizados, em que um juiz federal, por exemplo, afirmou que não poderia solicitar a apreensão de correspondências diplomáticas por ser atribuição da Suprema Corte[5]. Há diversos repasses dentre as autoridades, com expressivos desencontros entre as normativas sobre o tema.

No entanto, para além de compreender as especificidades jurídicas, os registros encontrados auxiliam na análise dos trâmites burocráticos e dos entraves enfrentados pelos deputados na realização das investigações. Nesse sentido, um dos elementos apontados de maneira recorrente é que as representações diplomáticas, independente do país que representavam, teriam direito a enviar e receber correspondências sem que elas passassem por revistas ou fossem apreendidas devido aos direitos vinculados à imunidade diplomática. Assim, todas as correspondências que possuíam o selo de "*Valija diplomática*", passando por aprovação do MREC e do *Ministerio de Hacienda*, não poderiam ser apreendidas pela CEIAA, configurando uma violação aos direitos diplomáticos alemães. Isso estaria estabelecido sobretudo nas normativas da Aduana, a qual contava com um artigo específico sobre tal questão: "Los agentes diplomáticos extrangeros gozarán tambien del privilegio de introducir con libertad de derecho y de tramitación, los artículos destinados al uso y consumo de su persona, casa y familia"[6].

Tendo isso em vista, as solicitações de apreensão de correspondência por parte dos deputados, na maior parte dos casos, envolvia caixas, malas e pacotes que eles afirmavam não ter o caráter de "*Valija diplomática*" e, por isso, poderiam ser apreendidas. Os parlamentares afirmavam que a Embaixada alemã e seus diplomatas não estariam respeitando as normativas argentinas – por exemplo, excedendo o limite de peso das encomendas[7] – e estariam se aproveitando dos direitos concedidos pela

5 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA03C03051.

6 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA04C02048.

7 O limite máximo seria de 20 quilogramas, conforme convênio celebrado entre a Argentina e

imunidade diplomática para realizar propagandas em favor de ideais nazistas e autoritários no país. Em uma das comunicações enviadas ao *Ministerio de Hacienda* é apresentada a seguinte justificativa: "El contenido de los referidos cinco bultos está en evidente violación de la Resolución del Ministerio del Interior, [...] que establece la prohibición para las Embajadas de países beligerantes de efectuar propaganda lesiva de nuestra neutralidad"[8]. Assim, a CEIAA almejava sobretudo manter a posição de neutralidade da Argentina frente à Segunda Guerra Mundial.

Um dos episódios que recebe maior destaque na documentação, referente à encomenda nº 812.050, sistematiza diversos elementos de discordâncias entre as autoridades argentinas percebidos sobre o tema. Nesse caso houve a apreensão de três bolsas em trânsito e a realização de uma inspeção técnica sobre o conteúdo encontrado, o qual correspondia a um aparelho radiotelegráfico, livros, cartazes de filmes e folhetos de propaganda[9]. A comissão teria realizado essa intervenção no aeroporto de Córdoba por intermédio da companhia de aviação e do inspetor de aduanas, fato que gerou fortes críticas por parte dos representantes diplomáticos alemães. Estes afirmavam que tal correspondência possuía o caráter de "*Valija diplomática*", com selo da Embaixada, e não poderia ter sido apreendida, além de apresentar comprovações de que todos os trâmites legais haviam sido efetivados com o governo argentino, ou seja, a CEIAA estaria violando normas do Direito Internacional ao realizar tal apreensão[10].

A fim de esclarecer os fatos, há compilados de informações sobre este caso, em que o MREC, de um lado, buscava evitar atritos nas relações diplomáticas com a Alemanha em função da neutralidade do país, e a CEIAA, de outro lado, repreendia os dirigentes do ministério por acatar os reclames da Embaixada alemã e buscava reafirmar as

a Alemanha em 1926. A fim de justificar a apreensão de correspondências, então, os deputados argumentavam que a Embaixada alemã não estaria respeitando essa normativa ao trazer malas e caixas acima do peso máximo permitido (AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA04C02048).

8 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA16C06034.

9 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA04C02048.

10 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA15C03064.

faculdades delegadas à comissão pela Câmara dos Deputados[11]. A partir disso, o Ministro das Relações Exteriores naquele contexto, Enrique Ruiz Guiñazú, solicitou que as bolsas apreendidas fossem devolvidas à Embaixada alemã "[...] a fin de evitar que la actitud de la H. Comisión sea interpretada como una negativa al derecho legítimo que invoca aquélla para contestar la existencia de una imputación dolosa"[12]. Com isso, surgem dúvidas e questionamentos sobre as limitações das atribuições conferidas à comissão, em que seu primeiro presidente, Raúl Damonte Taborda retornou à comunicação do MREC com a seguinte resposta:

> V.E. comprenderá que en estas condiciones la Comisión que presido no puede sentirse asistida de parte del Ministerio por los resguardos que aconseja el más elemental concepto de solidaridad nacional en el afianzamiento de los propósitos que determinaron a la H.Cámara a confiar a esta Comisión la función que ella cumple[13].

Assim, é possível afirmar que estes elementos corroboram a hipótese defendida por Irisarri (2019), a qual entende que os deputados da CEIAA, por serem em maior parte de partidos opositores aos dirigentes do Executivo, mobilizaram elementos do antifascismo a fim de questionar as políticas interna e externa da *Concordancia*. Desse modo, os parlamentares utilizavam das denúncias contra a propagação de ideologias autoritárias no país também para acusar o governo Executivo de ser ineficiente e conivente com o desenvolvimento de atividades vinculadas ao nacional-socialismo na Argentina, então afirmando que não recebiam apoio de sua parte nas investigações realizadas. A percepção predominante entre os membros da comissão contrasta em grande medida à pesquisa de Sausen (2022), que analisa justamente o processo de nacionalização das comunidades alemãs na Argentina por meio de decretos e normativas advindas dos dirigentes argentinos, como foi o caso do Decreto nº 31.321, de 15 de maio de 1939, que limitou em grande medida as atividades desenvolvidas por associações estrangeiras

11 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA15C03057.

12 *Ibid*.

13 *Ibid*.

na Argentina – elemento que também é analisado na obra de Friedmann (2010).

A partir das acusações realizadas pela CEIAA aos órgãos do Executivo, especialmente o MREC no caso da documentação analisada, torna-se evidente a maneira como a historiografia argentina sustentou por tanto tempo a noção de que seus dirigentes mantiveram a neutralidade na guerra por serem próximos à Alemanha e aos países do Eixo. É um elemento que foi difundido de forma recorrente por autoridades políticas de oposição, que apresentavam críticas consistentes, assim podendo gerar interpretações reducionistas ao se trabalhar com fontes de periódicos, livros escritos naquele contexto e os próprios informes elaborados pela comissão.

Essa inclusive é o cerne da percepção de Carlota Jackisch (1988) aos argumentos levantados pelos deputados em suas acusações. A autora afirma que eles apresentavam afirmações equivocadas sobre os objetivos político-diplomáticos da Alemanha em relação à Argentina, os quais seriam essencialmente restritos ao processo de doutrinação da comunidade alemã no exterior, não possuindo nenhuma pretensão de atentar contra a soberania nacional argentina e que, por isso, o próprio nome da comissão investigadora de atividades "*Antiargentinas*" estaria conferindo o enfoque errado ao problema real (Jackisch, 1988, p. 14). Por isso, é necessário amplo aporte teórico-metodológico ao verificar as denúncias realizadas pela CEIAA e a todo momento contrastar estas informações com as discussões historiográficas.

Destaco ainda que as pressões realizadas ao Executivo pelos parlamentares, a fim de que os dirigentes argentinos implementassem ações mais efetivas em relação ao tema, resultaram na expulsão de diplomatas alemães da Argentina[14], o que certamente conturbou as relações diplomáticas ainda em um momento de neutralidade do país – que era justamente o elemento de preocupação apontado pelo MREC nas comunicações trocadas. O argumento central foi de que os diplomatas alemães estariam se aproveitando da imunidade diplomática para fins políticos, buscando difundir seus ideais e assim interferir na política doméstica do país.

14 O embaixador Edmund von Thermann e o adido naval Dietrich Niebuhr foram afastados de seus cargos na Embaixada alemã na Argentina em 1942 e 1943, respectivamente.

No entanto, como já abordado previamente, independente das pretensões e ações alemãs na Argentina serem reais ou não, o fato é que o receio existente quanto à ingerência do regime nazista no país gerou ampla mobilização política. A conformação da CEIAA foi um dos maiores exemplos disso e, para além da atividade dos deputados, é possível perceber nos registros o engajamento de indivíduos que se preocupavam com a temática e buscavam auxiliar o trabalho realizado pela comissão parlamentar – independente de terem provas sobre as acusações realizadas. Dos 17 registros de denúncias encontrados sobre a Embaixada alemã ou seus diplomatas é perceptível que, em grande parte, as acusações não apresentavam afirmações contundentes e evidências que as comprovassem. Tanto é que apenas seis das denúncias envolviam efetivamente a Embaixada ou seus empregados, enquanto dez registros apenas citavam a conexão de indivíduos com o órgão representativo e o outro registro sequer fazia acusações, apenas solicitava que a informação passada fosse investigada.

A partir disso, percebe-se que, apesar de poucas provas efetivas, os indivíduos ressaltaram em seus relatos o ímpeto de auxiliar o trabalho realizado pela CEIAA. Algumas citações, apresentadas a seguir, exemplificam tal percepção: "Como argentino y como maestro, deseando contribuir a la **patriótica obra que realiza esa Comisión**" (grifo próprio)[15]; "interés para la cruzada en que estamos empeñados los **buenos argentinos**" (grifo próprio)[16]; "Como empleados policiales podemos confidencialmente suministrarles los siguientes pormenores que juzgamos de sumo interés para la **patriótica misión que a esa Honorable Comisión se le ha confiado**"[17] (grifo próprio). Assim, é perceptível o impacto do trabalho realizado pela comissão na sociedade argentina, em que tais indivíduos percebem a necessidade de auxiliar nas investigações.

Inclusive, em um dos relatos também é possível observar um indivíduo que compartilha do entendimento de que o Executivo seria ineficiente e conivente com atividades do nacional-socialismo desenvolvidas no país:

15 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA09C04003.

16 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA02C03063.

17 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA23C05176.

> Muy a mi pesar, debo ocultar mi identidad, porque **desgraciadamente en el medio en que vivimos, sin una decisión definitiva por parte de quienes nos gobiernan**, es logico un temor a represalias en la familias o en nuestro trabajo dode abundan los adeptos y al completo servicio del singular pais 'amigo' de la Argentina.- Pese a todo confío en vosotros y tengo la seguridad de que las fuerzas del mal y de la vergüenza caeran por el propio peso de sus fechorias unas y de sus tolerancias las otras (grifo próprio)[18].

Nessa citação também é apresentado um elemento recorrente nas denúncias, as quais em maior parte não possuem identificação ou, quando assinadas, são ilegíveis. De um lado, este elemento é justificável pelo receio destes indivíduos em sofrer represálias pelas acusações realizadas, porém, em contrapartida, também confere baixa legitimidade aos registros encontrados na CEIAA. A partir disso, tem-se em vista que as cartas de denúncia podem ter sido originadas de qualquer indivíduo e com infinitas possibilidades de intenções políticas ou pessoais ao buscar que as referidas atividades fossem investigadas, assim indo além da impressão simplista de auxiliar no combate ao desenvolvimento de atividades vinculadas ao nazismo na Argentina.

Entretanto, dentre as denúncias há uma que apresenta caráter tangível em relação às discussões historiográficas, a qual se relaciona com o contexto de alinhamento ideológico realizado por um órgão do Partido Nazista, a *Auslandsorganisation der NSDAP* (AO). Essa organização passou a exercer maior influência na atividade das representações diplomáticas após a proibição do partido na Argentina e nos demais países americanos (Rahmeier, 2009, p. 195) e, portanto, estabelecer quais ações estavam vinculadas ao partido e quais representavam a diplomacia alemã se tornou uma tarefa inviável. Com isso, por ações que não necessariamente correspondiam aos interesses do embaixador e dos diplomatas alemães, foi acentuada a percepção das ações da Embaixada alemã enquanto atentatórias à soberania argentina.

A referida acusação foi enviada por um professor alegando que a Embaixada alemã exigia aos docentes de uma instituição cultural que demonstrassem fidelidade ao regime nazista e ao Führer. Nesse sentido, afirma que: "La Institución Cultural Argtº-Germana responde

18 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA23C05357.

ampliamente a directivas impartidas por la representación del Reich en ésta y es económica - e ideológicamente dependiente de los dirigentes del nacional-socialismo del Reich - y de este país"[19]. Desse modo, é uma denúncia que corrobora ao entendimento de diversos autores que convergem em afirmar que a ingerência do regime nazista de fato ocorreu em países da América Latina, mas impactando sobretudo as associações e organizações estabelecidas pela própria comunidade imigrante alemã nestes países – as quais dependiam em grande medida de recursos financeiros do país de origem.

Considerações finais

A partir do que foi exposto, percebe-se que a análise dos registros da CEIAA revela uma complexa interação entre receios e mobilizações políticas que tinham como pano de fundo a atuação do regime nazista na Argentina. A combinação de abordagens qualitativa e quantitativa na análise dos registros da comissão permitiu um entendimento mais profundo das denúncias e das percepções vigentes, refletindo o impacto das tensões internacionais no cenário doméstico argentino. Em suma, demonstrou-se que tais registros não são suficientes para esclarecer as atividades que de fato foram promovidas pelas representações diplomáticas alemãs, mas contribuem para compreender as mobilizações políticas de diferentes setores da sociedade argentina no auge das tensões da Segunda Guerra Mundial.

Assim, a presente pesquisa se concentrou sobretudo nas dificuldades teóricas e metodológicas em se trabalhar com a atuação do regime nazista na Argentina, em que é necessário considerar que as fontes disponíveis, neste caso da CEIAA, sempre estarão condicionadas por uma série de fatores. Apesar de autores de maior expressão sobre o tema, como Jackisch e Newton, afirmarem que o impacto de ações do regime nazista terem sido limitados à comunidade de origem alemã no país, é inviável afirmar que a percepção existente naquele contexto era totalmente infundada ou ilegítima. Até mesmo pelo contexto de instabilidade da guerra, é necessário considerar todas as nuances e compreender estas

19 AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA - AA01C02068.

documentações enquanto parte de um contexto político singular, em que dificilmente deixarão de existir divergências entre os historiadores.

Nesse sentido, mais do que estabelecer se as denúncias realizadas pela CEIAA em relação à Embaixada alemã são verídicas ou não, foi possível demonstrar no presente trabalho que os registros encontrados também são frutos de objetivos políticos e apresentam os interesses dos deputados envolvidos nas investigações. O processo institucional das investigações verificado nos 121 registros auxilia na construção de uma narrativa em torno das ações diplomáticas alemãs que, ao fim, foram utilizadas enquanto pretexto para as críticas realizadas aos órgãos do governo Executivo. Por isso, considero que seja necessário comparar a todo momento os indícios apresentados com a historiografia consolidada, além de outras fontes, a fim de desnaturalizar percepções equivocadas e simplistas deste contexto.

Referências

AR-HCDN-SP-DAPyM - CEIAA:

Honorable Cámara de Diputados de la Nación, Secretaría Parlamentaria, Dirección de Archivo, Publicaciones y Museos, Subdirección de Archivo, Fondo: Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas (1931-1959). Disponível em: https://apym.hcdn.gob.ar/comisiones-especiales/nazis/inventario/. Acesso em: 07/09/2024.

BASTI, Abel. **El Exílio de Hitler en Argentina**. Buenos Aires: Planeta, 2010.

CAVLAK, Iuri. Nazismo na América do Sul: A questão do peronismo. **Boletim do Tempo Presente**, n. 4, p. 1-12, 2013.

CORTÉS, Ricardo. Nacionalsocialismo y negocios: la relación entre la Cámara de Comercio Alemana y el Nazismo en Argentina (1930 – 1945). In: XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia, 2009, San Carlos de Bariloche, Argentina. **Actas** [...] San Carlos de Bariloche: Universidad Nacional del Comahue, 2009, p. 1-23.

DICKMANN, Enrique. **La Infiltración Nazi Fascista En La Argentina**. Buenos Aires: Ediciones Sociales Argentinas, 1939.

ESCUDÉ, Carlos. US Political Destabilisation and Economic Boycott of Argentina during the 1940s. In: DI TELLA, Guido; WATT, D. Cameron (Ed.). **Argentina between the Great Powers, 1939-46**. Londres: The Macmillan Press, 1989, p. 56-76.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FREI, Norbert; HAYES, Peter. The German Foreign Office and the Past. **Bulletin of the German Historical Institute**, Washington, n. 49, p. 55-69, 2011.

FRIEDMAN, Max Paul. **Nazis and good neighbors**: the United States campaign against the Germans of Latin America in World War II. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

FRIEDMANN, Germán. **Alemanes antinazis en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

GOÑI, Uki. **La auténtica Odessa**: La fuga nazi a la Argentina de Perón. Buenos Aires: Paidós, 2002.

IRISARRI, María Jimena. **El antifascismo en los discursos parlamentarios del Partido Radical, Socialista y la Concordancia (1938-1943)**. Tese (Doutorado em História) - Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, 2019.

JACKISCH, Carlota. El Nacionalsocialismo en la Argentina. **Revista Libertas**, n. 8, p. 1-25, 1988.

JACKISCH, Carlota. **El Nazismo y los Refugiados Alemanes en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1997.

LIMA, Bruna. **Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da Fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

LONDOÑO, Luis Fernando Molina. Expolios, deportaciones e internamientos: el destino de los alemanes residentes en Latinoamérica durante la Segunda Guerra Mundial. **Oxímora**, n. 11, p. 4-24, 2017.

MEINERZ, Marcos Eduardo. O Imaginário da Formação do IV Reich na América Latina. **Espaço Plural**, v. 12, n. 25, p. 147-159, 2011.

MITCHELL, Nancy. **The danger of dreams**: German and American imperialism in Latin America. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.

NEWTON, Ronald C. Disorderly Succession: Great Britain, the United States and the 'Nazi Menace' in Argentina, 1938-47. In: DI TELLA, Guido; WATT, D. Cameron (Ed.). **Argentina between the Great Powers, 1939-46**. Londres: The Macmillan Press, 1989, p. 111-134.

NEWTON, Ronald C. **The Nazi Menace in Argentina 1931-1947**. Stanford: Stanford University Press, 1992.

NEWTON, Ronald C. The United States, the German-Argentines, and the Myth of the Fourth Reich, 1943-47. **Hispanic American Historical Review**, v. 64, n. 1, p. 81-103, 1984.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil**: da proximidade ao rompimento (1937-1942). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAPOPORT, Mario. Argentina y la Segunda Guerra Mundial mitos y realidades. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 6, n. 1, p. 5-21, 1995.

REIN, Raanan. From the Blue Book to the CEANA Report and Back: Narratives of Argentina's Complicity with the Third Reich and Nazi Fugitives. In: ERKER, Linda; REIN, Raanan (Ed.). **Nazis and Nazi Sympathizers in Latin America after 1945**. Leiden: Brill, 2024, p. 11-31.

SANTANDER, Silvano. **Nazismo en Argentina**: la conquista del Ejército. Montevidéu: Ediciones Pueblos Unidos, 1945.

SANTANDER, Silvano. **Técnica de una traición**: Juan D. Perón y Eva Duarte, agentes del nazismo en Argentina. Montevidéu: Tricromía, 1953.

SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: a integração dos teuto-brasileiros de Porto Novo (Brasil) e Puerto Rico (Argentina) - 1919 a 1945. Itapiranga: Schreiben, 2022.

SOLARI, Juan Antonio. **América Presa Codiciada - Planes de Dominación Nazi**. Buenos Aires: Editorial La Vanguardia, 1942.

SZABO, Ladislao. **Hitler está vivo**. [S.l.]: Editora Tabano, 1947.

TABORDA, Raúl Damonte. **O caso Perón**: uma conspiração continental. Porto Alegre: Editora Globo, 1954.

ZYLBERMAN, Abraham. Entre nosotros se ocultaron... El flujo de los criminales de guerra nazis a la Argentina y su representación en nuestro cine. In: XVI XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia., 2017, Mar del Plata, Argentina. **Actas** [...], Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017, p. 1-13.

O DIÁRIO DA IMPERATRIZ: REGISTROS POLÍTICOS DE TERESA CRISTINA NO DECORRER DO SEGUNDO REINADO NO BRASIL

Mônica Gabriella Secco[1]

Introdução

Este artigo apresenta a análise dos diários da Imperatriz Teresa Cristina a fim de verificar o seu interesse pelos assuntos políticos do Brasil e examinar quais os aspectos da vida política brasileira podem ser encontrados em suas anotações realizadas no período entre 1852-1879.

Teresa Cristina, princesa da Casa de Bourbon-Duas Sicílias, filha do rei Francisco I e da rainha D. Maria Isabel, nasceu em Nápoles-Itália, a 14 de março de 1822 e deixou sua terra natal em 1843, ao tornar-se consorte de Dom Pedro II.

A narrativa sobre Teresa Cristina é marcada pela suposta decepção que causou à Dom Pedro II ao desembarcar no Rio de Janeiro, sendo comum encontrar na historiografia brasileira referências ao primeiro encontro do casal que mencionam o grande desgosto que D. Pedro II

1 Mestranda em História. Linha de Pesquisa: Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na história, da Universidade Federal do Paraná. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0129088678640548. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1399-9314. E-mail: monicasecco@gmail.com

sentiu ao perceber a diferença entre a jovem retratada no quadro que recebera nas tratativas do noivado e a que se mostrava diante dos seus olhos. Embora Barman (2012, p. 149) aponte que nem a imperatriz e nem Dom Pedro II tenham deixado registros do seu primeiro encontro, o que se sabe são comentários, orais ou escritos, de quem esteve presente.

As particularidades físicas serão apontadas em diversas menções à Teresa Cristina que, se não era bela como o esperado, certamente teria outras qualidades. Horta (2012, p. 230) mostra que "esta marca do defeito físico é inexoravelmente notada ou registrada, como se o público não pudesse perdoá-la por não ser a princesa dos contos de fada que sonhavam para seu menino-imperador".

Sobre a aparência da imperatriz são corriqueiras as descrições como: a princesa era "baixa, gorda, e além de tudo coxa e feia" (Schwarcz,1998, p. 95); mais tarde a mesma autora ameniza destacando que Teresa era "baixa, obesa e um pouco coxa" (Schwarz, 2018, p. 273); troncuda, baixa e manca (Rezutti, 2019, p. 157); "a feia Teresa" (Besouchet, 1993, p. 13); "baixa e atarracada" (Barman, 2012, p. 150); "baixa, gorda, de rosto achatado e pronunciadamente coxa" (Barman, 2005, p. 33); "fisicamente era um desastre [...] as pernas excessivamente arqueadas por debaixo das saias davam a impressão de que ela mancava. Elegância? Nenhuma. Graças? Poucas". (Del Priore, 2006, p. 167); "feinha e, aparentemente, um pouco claudicante (Calmon, 1939, p. 78 apud Avella, 2014, p. 62). Por outro lado, há quem destaque seus traços bondosos "[...] de grandes virtudes domésticas e modelo de todas as virtudes" (Koseritz, 1980 p. 47 e p. 246); "personalidade discreta, pelo caráter firme e bondoso, pela inteligência e todas as outras qualidades que possuía em larga medida" (Guimarães, 2011, p. 4); "a meiguice de coração, e afabilidade de trato, a brandura de caráter" (Fleiuss, 1922, p.377). Com efeito, o reconhecimento de sua bondade e discrição, resultou na alcunha de "mãe dos brasileiros".

Foram quatro os frutos de seu casamento com Dom Pedro II: Afonso, Isabel, Leopoldina e Pedro Afonso, nascidos em 1845,1846,1847 e 1848, respectivamente. Teresa sofreu com a perda prematura dos dois filhos ainda crianças e, mais tarde, da Princesa Leopoldina que faleceu em 1871 na Áustria, aos 23 anos, em decorrência de febre tifoide.

Oriunda de uma região rica em sítios arqueológicos, a imperatriz dedicou-se desde jovem ao estudo da história e da arqueologia, o que contribuiu para a formação da maior coleção de arqueologia clássica[2] da América Latina e inspirou as primeiras pesquisas arqueológicas brasileiras. Além disso, apreciava as artes e a suavidade de sua voz ao cantar óperas e canções é reconhecida, como destaca Horta (2012. p. 226).

Conforme aponta Avella (2014, p. 29), há uma lacuna quanto a pesquisas sobre Teresa Cristina sendo "uma mulher quase totalmente desconhecida na Itália e pouco familiar à historiografia brasileira". A partir do que já foi escrito sobre D. Pedro II e a Princesa Isabel, percebe-se que as menções atribuídas à Teresa Cristina são escassas, bem como à sua filha, Princesa Leopoldina de Bragança. Zerbini (2007, p. 7) corrobora com essa premissa ao declarar que, comparado com o que já se escreveu sobre nossas duas outras imperatrizes – Leopoldina e Amélia, esposas de D. Pedro I - muito pouco se sabe sobre Teresa Cristina, embora ela tivesse vivido por quase meio século em terras brasileiras. A autora pondera que, uma suposta timidez ou o espírito mais reservado de Teresa dessem "a falsa impressão de que não era afeita à atividade intelectual" (Zerbini, 2007, p. 2) e às questões políticas (Barman, 2012, p. 215).

As assertivas supracitadas impulsionaram o estudo do diário de Teresa Cristina a fim de conhecer seus gestos direcionados à esfera política do país no reinado de Dom Pedro II, incluindo os eventos políticos internacionais e sem deixar de perceber como relatava o seu dia a dia, os acontecimentos familiares, seus compromissos e experiências.

Ao adotar os registros da imperatriz como fonte de estudo, adentramos na perspectiva da escrita de si cuja escrita autorreferencial engloba o conjunto de modalidades do que se convencionou chamar de produção de si e passa a ser bem compreendida a partir da ideia de uma "relação que se instituiu entre o indivíduo moderno e seus documentos" (Gomes, 2004, p.10). Nesse aspecto, os diários, correspondências, biografias e autobiografias constituem os gêneros da escrita pessoal em que o ato

2 A coleção Teresa Cristina tinha cerca de 700 peças, entre artefatos em bronze, terracota, vidro e afrescos, produzidos entre os séculos VII a.C. e III d.C. Após o incêndio do Museu Nacional, em 2018, algumas peças foram perdidas e danificadas.

de escrever sobre a própria vida e a vida dos outros ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno originando uma relação entre o indivíduo e seus documentos (Gomes, 2004, p. 8-9). Ou seja, como nos mostra Foucault (1992, p. 150), "escrever é, pois, mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro".

Foisil (2009, p. 322) aponta que a partir do séc. XVII os escritos de pessoas públicas, que ressoavam seus atos gloriosos ou testemunhavam acontecimentos significantes, passaram a ser valorizados e as memórias, como produto dessa escrita individual, continuaram se ampliando no século seguinte juntamente com os diários e os *livres de raison* onde "em ambos, o tempo e a ação se apresentam numa sequência de instantes imediatos cuja unidade máxima é o dia que passou" (Foisil, 2009, p. 323). A autora mostra que o *livre de raison* é um livro de contas muito usado nos comércios para anotações de entrada e saída de mercadorias. Quase sempre é escrito pelo chefe de família e apresenta uma redação restrita em detalhes e com escassez de palavras. Nele, as anotações sobre as pessoas são breves, o suficiente para que as revelem. O registro é caracterizado por uma "sequidão das palavras, pudor das situações, silêncios, ausência de narrativa – tudo é de uma extrema reserva" (Foisil, 2009, p. 356). Em contrapartida, os traços do diário de estilo francês revelam-se na comparação com os diários ingleses, pois o discurso do diário privado na Inglaterra descreve melhor as atividades, é menos discreto e os autores falam mais sobre si mesmos, de seus afetos, são mais francos e realçam a vida íntima tanto quanto os acontecimentos de foro público.

Conforme Cunha (2021, p. 252) os diários pessoais são fontes de escritas ordinárias[3] que possibilitam o encontro do historiador com muitas maneiras de viver e pensar das pessoas em uma determinada época. Foi a partir da década dos anos 1980 que o estudo dessas fontes emergiu no corpo de propostas da História Cultural, que considera esses materiais pessoais construtores de sensibilidades, também conhecidos por "práticas culturais do sensível". Em consonância com esta ideia, os historiadores dessa linha historiográfica consideram os diários pessoais

3 Conforme a autora, referem-se a escritas sem qualidade, realizadas por pessoas comuns e sem a intenção de se realizar uma obra para ser impressa.

documentos importantes para a compreensão da vida cotidiana, dos afetos e emoções, das formas de pensar e de se comunicar com o mundo.

Na perspectiva da História Cultural os diários pessoais são fontes que capturam "sensibilidades do passado, através dos traços objetivos que estas deixaram para o presente" (Pesavento, 2006, p.177 apud Cunha, 2021, p. 253) pois, como toda escrita pessoal, eles são atravessados pelas tensões e dilemas do mundo que se inserem. Apenas mais recentemente a prática da escrita de si foi considerada uma fonte privilegiada, tornada objeto de pesquisa histórica (Gomes, 2004, p. 9-10) no entanto, a utilização e análise desses documentos requerem maiores cuidados teórico- metodológicos. Contudo, além da ordenação de um *corpus* documental, utilizaremos elementos da análise do discurso presente no diário para que o objetivo principal da pesquisa seja alcançado.

Os diários da Imperatriz fazem parte do Arquivo da Casa Imperial do Brasil[4] doado ao governo brasileiro, em 1948, pelo príncipe d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, para que se tornasse repositório público no Museu Imperial, dando cumprimento à vontade expressada por seu pai, o príncipe do Grão Pará, Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança. A documentação[5] foi organizada pelo historiador Alberto Rangel, contratado pelo Conde d'Eu, quando ainda se encontrava no Castelo d'Eu, na França.

As anotações abrangem o período de 1852 a 1887 e formam um conjunto de seis cadernos comuns e nove maços pequenos de folhas soltas. Entre 1852 e 1861 os escritos são fragmentos em italiano e francês, a partir de 1863 até 1879 podemos encontrar anotações mensais em italiano. Entretanto, há um intervalo, sem qualquer registro, entre 1880 e 1886. O ano de 1887 inicia com apontamentos a partir de fevereiro, saltando o mês de março, seguindo em abril e terminando em setembro. Os diários[6] encontram-se no acervo do Arquivo Histórico do Museu Imperial, na cidade de Petrópolis-RJ em cujo museu está exposto um caderno da coleção.

4 Arquivo POB: Pedro de Orléans e Bragança.

5 O inventário foi publicado nos Anais do Biblioteca Nacional, em 1939, sob o título: Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d'Eu.

6 Em 1998 foi realizado um levantamento físico detalhando a quantidade de páginas originais sendo transcritas e digitalizadas.

Segundo Reinado (1840-1889)

Em conformidade com historiadores brasileiros (Malerba, 1999; Holanda, 2004), este período pode ser dividido em três etapas: período da consolidação (1840- 1850): momento em que o Imperador manteve políticos e províncias rebeldes sob controle; o auge (1850-1865): período no qual o poder estava consolidado; e o declínio da monarquia (1865-1889): ocasião em que as contestações contra a monarquia brasileira aumentaram e a economia do país estagnou.

Até 1843, o Imperador esteve sob tutela dos meios palacianos e somente após essa data passou a intervir de fato nos negócios de Estado. A partir de 1850, segundo Fausto (2019, p. 169), o Brasil seguia em busca da modernização capitalista e de medidas que visavam o progresso e direcionassem melhorias na administração do país. Nesse sentido, o tráfico de escravos se extinguiu, promulgou-se as Leis de Terras, a Guarda Nacional foi centralizada e foi aprovado o Código Comercial.

O contexto político e de desenvolvimento no Segundo Reinado, de acordo com Holanda (2004), se deu entre acontecimentos nacionais e internacionais que afetaram o país como a *Questão Christie* (1862-1865) e a *Guerra do Paraguai* (1864-1870), por exemplo. Além disso, o desenvolvimento econômico trouxe alta na exportação do café que resultou na acumulação de capitais, abertura de estradas e ferrovias bem como o desenvolvimento na área educacional e cultural do país.

A partir da década de 1870, com o início dos movimentos republicanos, os atritos do governo imperial com o Exército, a Igreja e os problemas com a escravidão deram sinais da crise do Segundo Reinado. Além destes, havia uma série de razões desencadeadas pelas transformações socioeconômicas e do surgimento de novos grupos sociais (Costa, 1999, p. 463).

Para Malerba (1999, p.144), "a monarquia, de agente de progresso, passou a ser seu entrave" visto que entre as classes dominantes predominava a tendência à reforma, no Exército se criticava a ideia da soberania popular pois acreditavam que a mudança social deveria ocorrer de cima para baixo e, dessa maneira, o povo estava excluído. Entretanto, abolicionistas, militares e republicanos lutavam por seus interesses e uniram-se contra a Coroa. A análise de Fausto (2019, p. 201), em relação ao declínio da monarquia no Brasil, inclui os fatores

humanos como a doença do imperador e a falta de uma perspectiva para um terceiro reinado uma vez que, a herdeira do trono era a Princesa Isabel, e seu marido, Conde D'Eu, "era francês e, no mínimo, uma personalidade muito discutível".

A mulher burguesa na segunda metade do séc. XIX.

Para compreender o contexto social do século XIXI, destacam-se as expectativas de condutas direcionadas às mulheres de classe média e alta, a qual pertencia Teresa. De acordo com Hahner (1978, p. 56) a mulher de classe alta levava a vida menos restrita que nas pequenas cidades, eram corpulentas, viviam cercadas de escravos, frequentavam festas, salões, igreja e teatro, recebiam poucos anos de fina educação, casavam-se cedo e tinham pouco poder de decisão em assuntos domésticos.

O Código Civil de 1804 (renomeado como Código Napoleônico em 1807) institucionalizou pensamento que somente o homem era o verdadeiro indivíduo social e que as mulheres eram apenas "relativas criaturas", a ser definida por seu relacionamento com os homens – pais, maridos ou outras relações masculinas (MacMillan, 2000, p.36). Tal modelo de conduta francês era aceito pelo imperador francês que esperava que a nação o adotasse tanto na vida particular quanto pública, a partir do paradigma das "esferas separadas"[7] onde "o destino do homem era trabalhar e participar dos negócios públicos, o lugar da mulher era organizar a casa e criar os filhos" (MacMillan, 2000, p. 42). Assim, na família cabia ao marido comandar a esposa e os filhos de maneira que ambos cumprissem ordens para que a ideologia das esferas separadas determinasse a vida da mulher, limitasse sua liberdade, confinando-a a uma existência essencialmente doméstica.

É apropriado, portanto, perseguir o tema da domesticidade voltando-se para o exame de sua relevância prática na vida das mulheres burguesas onde o modelo ideal de mulher como esposa e mãe representava não apenas um ideal moral, mas uma importante realidade social onde:

7 A ideologia das esferas foi propagada e difundida na sociedade pós-revolucionária, em resposta à experiência revolucionária. A estabilidade da ordem social agora dependia em grande medida sobre a manutenção das diferenças entre os sexos e a prevenção de qualquer confusão de papéis sexuais.

> a família estava no centro da concepção burguesa da ordem social, e a família modelo era chefiada por seu senhor, *o pater familias*, marido, pai e representante da autoridade patriarcal, sobre quem esposa e filhos dependia. As mulheres, seguiram seu destino 'natural', cumpriram seu papel social sobretudo como esposas e mães. Elas também devem ser senhoras de lazer, distantes do mundo do trabalho, a fim de sublinhar a riqueza e o *status* de seus maridos (MacMillan, 2000, p. 47).

Diante desta ideia, as mulheres pertenciam à família e não à sociedade política. Mesmo sendo excluídas do mundo da política, que era reservado aos homens, as mulheres tinham sua própria missão especial de exercer influência sobre seus maridos e filhos. Ou seja, o papel doméstico não era passivo nem degradante e muito longe do estereótipo da dona de casa escravizada e oprimida. De fato, um bom argumento pode ser feito em apoio à visão de que, progressivamente, o *status* de esposa e mãe adquiriu uma nova importância ao longo do século XIX (MacMillan, 2000, p. 50).

Barman (2005), apresenta a questão de poder e gênero no séc. XIX onde destaca os papeis femininos de filha, noiva, esposa, mãe, governante[8] e a "mulher dona de si", a partir da biografia da princesa Isabel mostrando como o controle e a mentalidade patriarcal mediava a vida das mulheres do séc. XIX. Segundo o autor, a mulher casada de classe média ou alta tinha cinco obrigações: servir o esposo oferecendo apoio, afeição, fidelidade e proteção; governar o lar tornando a vida privada confortável; desempenhar o papel de mediadora entre os componentes da malha familiar; constituir um círculo social a fim de manter o *status* do marido; "parir e criar os filhos do esposo" (Barman, 2005, p. 120-1).

Interessante notar que, no mundo ocidental, o destino da mulher era gerar e criar os filhos, mas, as mesmas qualidades que a tornavam inferior aos homens eram igualmente as que habilitavam a ser mãe. Em todos os níveis da sociedade, os filhos eram um recurso. Nas classes menos abastadas os filhos contribuíam no orçamento familiar, nas classes médias e altas eram instrumento para o aumento do patrimônio familiar e na realeza, assegurava a sucessão no trono (Barman, 2005, p. 168).

8 Trata-se da possibilidade de a Princesa Isabel assumir o trono.

É possível extrair da obra de Barman (2005), trechos que demonstram que Teresa Cristina correspondia às condutas esperadas para uma mulher de sua classe, tais como: "a imperatriz vivia para a família e se sentia realizada fazendo felizes o marido e as filhas" (p. 50); "quando era necessário tomar decisões a imperatriz submetia o problema ao imperador, sempre aconselhando as filhas a consultarem o pai" (p. 54) Sobre os interesses da imperatriz, o autor afirma que Teresa tinha interesses modestos, o seu modo de encarar a vida era passivo, dedicava-se a trabalhos manuais e não tinha nenhum papel na sala de aula das filhas. (p. 66). Indiscutivelmente, uma mulher de seu tempo que compreendia que somente os homens podiam comandar e empreender ações. Teresa Cristina, no papel de mãe, não tinha nenhuma função no que referia ao mundo exterior e ao reino do pensamento abstrato (p. 55).

Na esfera política a ideia central era manter as mulheres excluídas e sempre próximas da ideologia da domesticidade pois era preponderante a ideia de que as mulheres não foram projetadas para a função e que não eram capazes de administrar sozinhas os problemas da vida mesmo que tivessem poder e autoridade de imperatriz (Barman, 2005 p.76).

Estas eram as ideias propagadas sobre o papel das mulheres o qual, ao que parece, Teresa Cristina cumpriu com as regras sociais e de sua função como imperatriz.

Teresa Cristina: a Imperatriz que no silêncio se revela

Os registros de Teresa Cristina começam em 1852, com três anotações em francês – uma em janeiro e duas sem datação - e apenas uma nota no mês de agosto de 1853. Fragmentos do período entre 1854-1859, escritos em italiano e francês, apresentam notícias de chegadas e partidas de pessoas próximas, ministros, funcionários da corte, nobres; passeios, festas nacionais e religiosas, nascimentos e batizados; visitas recebidas ou realizadas. Tais assuntos são recorrentes no diário e apresentam a característica marcante de uma "prosa enxuta, quase totalmente privada de adjetivos" (Avella, 2014, p. 75).

O período corresponde ao tempo em que Teresa Cristina estava entre 30 e 37 anos de idade e é possível perceber notas relacionadas à família imperial, um tipo de "anais do lar", como sugere Perrot (1989, p. 11), em que ela escreve sobre a saúde do imperador e das filhas, início

da educação formal das princesas Isabel e Leopoldina. Diante disso, a autora afirma que:

> os arquivos privados, fornecem outras informações na medida em que as mulheres neles se exprimiam de forma mais abundante, e, até mesmo, foram as produtoras desses arquivos, nos casos em que fizeram as vezes de secretárias da família (Perrot, 1989. p.11)

Chamam atenção os registros sobre eventos artísticos que apreciava junto à família ou com o Imperador; em que ela especifica os títulos das óperas e peças teatrais com nomes de autores, elenco e cantores. As anotações desses eventos revelam, como aponta Avella (2014, p. 75), "mais do que um interesse, uma pura paixão". As anotações sobre os programas artísticos e beneficentes se mesclam com os registros sobre os compromissos oficiais[9], solenidades formais[10], cerimônias religiosas[11] bem como os despachos com os ministros e audiências públicas que aconteciam duas vezes na semana. Registrava também os exames públicos e cerimônias de graduação da Faculdade de Medicina, da Escola Militar e do Colégio D. Pedro II, e visitas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os quais ela frequentava com Dom Pedro II.

A partir de 1863, então com 41 anos, nota-se que Teresa parecia atenta aos acontecimentos políticos internos e externos, quando anuncia que o ano de 1863 não começou bem devido à Questão Christie:

> **Janeiro, 1863** - Este ano não começou muito feliz porque desde o dia anterior começaram as divergências entre nosso governo e o ministro inglês por causa da questão do naufrágio do navio mercante inglês e por causa dos oficiais da fragata que foram levados para os policiais na Tijuca porque estavam bêbados e perturbavam a tranquilidade das famílias que ali estavam.

9 Abertura da Assembleia Geral em maio, aniversário da coroação de D. Pedro II, aniversário da princesa Isabel (29/07), aniversário do casamento Imperial (04/09), dia da Independência do Brasil (07/09), dias dos nomes do Imperador e da Imperatriz (Festas de São Pedro e Santa Teresa) em 15 e 19/10, respectivamente.

10 Comemoração do Ano Novo (1º de janeiro), aniversário do Fico (9/01), aniversário da Imperatriz (14/03), aniversário da proclamação da Constituição (25/03) e o aniversário da ascensão de Dom Pedro II (7/04).

11 Véspera do Ano Novo, Dia de Reis, Candelária, Quarta-Feira de Cinzas, Domingo de Ramos, Quinta-Feira Santa, Sexta-Feira da Paixão e Domingo de Páscoa. **N.A**. Os trechos do diário da Imperatriz Tereza Cristina foram traduzidos diretamente dos originais em italiano.

A Questão Christie foi o ápice das tensões entre Brasil e Inglaterra, por divergências na existência do tráfico de escravos**,** pois a embaixada britânica "não via possibilidade de avanço quanto à questão do tráfico com qualquer governo brasileiro, liberal ou conservador, e o tema estava prejudicando as relações anglo- brasileiras" (Betell, 2012, p.143) e por incidentes ocorridos em solo brasileiro.

Ré (2019, p.6), afirma que as relações entre os países se tornaram bastante tensas no início de 1863, pois, como mostra Grahan (1962, p.117), o Brasil vinha sofrendo represálias inglesas que tinham base em dois casos: o primeiro, o naufrágio do barco inglês *Prince of Wales*, em que os britânicos tiveram sua carga saqueada, sua tripulação talvez tivesse sido morta e as autoridades brasileiras teriam negligenciado a investigação do caso. O segundo foi a prisão de três oficiais britânicos do navio Forte, no Rio de Janeiro, que levou os ingleses considerarem que este ato consistia em insulto à Marinha britânica. Para o autor, estes casos não seriam suficientes para a ruptura entre os dois países e Holanda (2014, p. 171), avalia que o incidente *Christie* apresentava como plano de fundo as questões escravistas, principalmente dos emancipados. No entanto, o conflito tomou grande proporção porque, o então ministro britânico no Rio de Janeiro, William Dougal Christie emitiu autorizações para que os navios nos portos do Império fossem detidos até que o Brasil pagasse as indenizações requeridas por ocasião do naufrágio do *Prince of Wales* e exigia reprimendas administrativas para alguns soldados e desculpas públicas do governo brasileiro pela prisão dos oficiais da Marinha inglesa que foram acusados de promover arruaça no Rio de Janeiro, conforme escreveu a Imperatriz.

A relação entre o Brasil e a Inglaterra, nesta ocasião, pode ser dividida em três momentos distintos: de 5 a 31 de dezembro de 1862, onde Christie agiu agressivamente, culminando com a ordem das represálias; o segundo, limitou-se à primeira semana de 1863, quando Christie conduziu as conciliações e o governo brasileiro acedeu às reclamações pondo fim às represálias; o terceiro período, que se estendeu até julho, foi de protestos e negativas aos pedidos ingleses que findou na ruptura da relação anglo-brasileira (Grahan,1962, p. 389).

Destacando o segundo momento, de acordo com Grahan (1962, p.395), entre 31 de dezembro (1862) e 6 de janeiro (1863), os navios

brasileiros, que se aproximavam ou partiam do porto do Rio, foram interceptados e levados a uma baía vizinha, onde foram mantidos. Pressionado pela Inglaterra, o governo brasileiro aceitou pagar, sob protesto, as indenizações do caso do naufrágio, mas propôs que o caso dos marinheiros fosse resolvido por uma arbitragem internacional e o indicado foi o rei dos belgas. Em relação à retenção dos cinco navios brasileiros em seu próprio território, Carvalho Moreira, então diplomata do Brasil na Inglaterra, avaliou que estas ações podiam ser consideradas atos de guerra e sugeriu que o governo britânico se desculpasse pela forma como agira contra o Brasil. A tensão aumentou devido à recusa da Inglaterra em reparar os atos de violência praticados contra uma nação amiga e o Brasil não teve alternativa senão romper as relações com os britânicos. A essas alturas, Christie, que não imaginava que suas ações fossem tão longe, já havia deixado o Brasil em março de 1863 (Grahan, 1962, p. 397). O ar de desconfiança, de um possível conflito armado entre os dois países, parece ter chegado até a imperatriz que registrou as diversas visitas do Imperador aos fortes do Rio de Janeiro e ao arsenal da marinha, as quais ocorreram até meados de julho, sem deixar claro se ela teria acompanhado o marido.

> **6 de maio (1863)** - O imperador saiu para ver as fortalezas e, depois, esteve na cidade para receber a administração da câmara dos deputados, em demonstração da prioridade que ele e o Governo têm dispensado aos negócios dos ingleses.

No entanto, quanto ao resultado do julgamento[12] do caso do Forte, o rei belga decidiu favoravelmente ao Brasil, como registrou Teresa em julho de 1863:

> **19 de julho (1863)** - [...] chegou o vapor francês, onde veio o conde de Barral e, logo que desembarcou, deu-nos a boa notícia de que o rei da Bélgica já tinha decidido o trato dos oficiais ingleses a nosso favor.

12 Para informações detalhadas é possível consultar o documento: Brasil. Repartição dos Negócios Estrangeiros. Aditamento ao relatório...1863 (Rio de Janeiro, 1864), onde constam as resolutivas do rei Belga. p.7-9.

A sentença belga deu a oportunidade de se restaurar as relações diplomáticas entre os dois países, que ocorreu em 1865, "mais ou menos de acordo com as exigências brasileiras[13] (Grahan, 1962, p. 400).

Em seus cadernos, Teresa anotava as mudanças que ocorriam na Câmara dos Deputados e na formação do Ministério:

> **12 de maio (1863)** - A câmara dos deputados foi dissolvida e o Ministro da Guerra[14] pediu demissão e veio o Melo.
> **31 de março (1864)** - Foi nomeado Ministro da Marinha[15].
> **9 de maio (1865)** - Saraiva disse que não poderia formar o Ministério, veio Nabuco.
> **10 de maio (1865)** - Nabuco também não pode e veio o Marquês de Olinda que formou o Ministério com Nabuco, Saraiva e Ferraz.[16]

Registrava também as trocas de funcionários da corte brasileira, substituições de representantes de Estado decorrentes de morte:

> **26 novembro (1863)** - Jacobina veio com Paulo Barbosa falar com o Imperador e pedir sua demissão como ajudante de mordomo e isto lhe foi concedido.
> **17 de maio (1865)** - [...] notícia do assassinato de Presidente dos Estados Unidos.[17]

No decorrer da segunda metade do séc. XIX, as questões que envolviam delimitação de fronteiras entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, ocasionaram conflitos diplomáticos e bélicos que resultaram na guerra entre Brasil e Paraguai sendo esta a de maior duração ocorrida na América do Sul. Em março de 1865 a imperatriz escreveu sobre os feridos no cerco de Paysandú (Uruguai-UY), a rendição de Montevidéu (UY), referindo-se às ações das forças brasileiras que derrotaram as tropas de Aguirre, então presidente do Uruguai, que disputavam

13 *Ibidem*.

14 Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, Visconde de Santa Teresa (30 março de 1862-12 de maio de 1863).

15 Francisco Carlos de Araújo Brusque (31 de março – 31 de agosto de 1864).

16 Ministro da Justiça: José Tomás Nabuco de Araújo Filho.; Ministro da Guerra: Ângelo Moniz da Silva Ferraz; Ministro da Marinha: José Antônio Saraiva com os demais Ministros ficou conhecido por Gabinete Olinda (1865) cujo programa de governo foi de buscar o melhor fim para a Guerra do Paraguai.

17 Abraham Lincoln morto em 15 de abril de 1865.

contra o Brasil na fronteira entre os dois países. Tais disputas foram consequências de acusações contra os uruguaios de roubarem o gado dos gaúchos e estes sendo apontados de utilizar trabalho escravo e de comercializar sem fiscalização para o Brasil. Em fevereiro de 1865, com o término do mandato interino de Aguirre, Tomás Villalba, assumiu a presidência do Uruguai e procurou a paz. Uma vez que as tropas brasileiras estariam afastadas de Montevidéu, o Marechal Francisco Solano López, Presidente do Paraguai, viu oportunidade para invadir o Brasil (Brasil, [s.d]).

> **03 de março (1865)** - O Imperador foi ver os hospitais e os feridos de Paysandù. Chegou a notícia de que Montevidéu se rendeu. Houve muita festa.

Enquanto transcorreu a Guerra do Paraguai, nota-se o interesse de Teresa nos fatos do conflito pelo que ela registrou sobre combates, invasões, vitórias, derrotas, embarque de tropas, cercos, o desejo do fim da guerra e a vitória. Um olhar mais atento possibilita acompanhar a guerra de acordo com suas anotações[18]:

> **8 de junho (1865)** - [...] o vapor São Francisco entrou hoje pelo rio da Prata. A notícia mais importante foi o ataque e tomada de Corrientes pelas forças brasileiras e argentinas. [...] O imperador estava na sessão do código civil. Veio Borges.

A invasão de Corrientes (Argentina-AR) pelos paraguaios, em maio de 1865, como retaliação à negativa dos argentinos em permitir a passagem das tropas ofensivas pelo seu território, levou à formação do Tratado da Tríplice Aliança, acordo entre Brasil, Argentina e Uruguai em que os aliados estavam unidos militarmente contra o Paraguai. Os aliados deixaram claro que era uma guerra contra Francisco Solano López e não contra o povo paraguaio e que a luta só acabaria com a retirada do ditador do país. Ao invadir a região López esperava contar com a simpatia da população de Corrientes, mas isto não aconteceu e a Argentina, representada por Urquiza, não apoiou a ofensiva paraguaia

18 As datas registradas pela Imperatriz são posteriores aos fatos devido à comunicação da época. As notícias chegavam por via marítima, às vezes por carta ou por pessoas que estavam no território em conflito.

o que possibilitou que a Marinha de Guerra de López fosse destruída na batalha no rio Paraná, próxima à foz do Riachuelo (Doratioto, 2017, p. 260-261).

> **11 de junho (1865)** - Esta manhã o Imperador, às 8 horas e meia, depois da missa, esteve na cidade para o embarque das tropas de voluntários no vapor Oiapoque e Galgo, que conduzirão 1.600 praças para o Rio da Prata.

Os Voluntários da Pátria, como ficaram conhecidas as tropas militares criadas pelo impéio brasileiro, eram formadas por pessoas recrutadas nas províncias, incluindo cativos e africanos que entraram no Brasil ilegalmente após a extinção do tráfico de escravos e que se encontravam sob a guarda do governo imperial (Fausto, 2019 p. 183). Em 10 de julho de 1865, Dom Pedro II, considerado o primeiro Voluntário da Pátria, partiu para o Rio Grande do Sul a fim de que sua presença pudesse controlar o caos político e militar na fronteira. Logo em setembro a campanha dos aliados em Uruguaiana resultou em vitória, como registrou Teresa:

> **30 de setembro (1865)** - chegou a barca prussiana [...] com a notícia que no dia 19 o Paraguai, depois de 3 dias de fome, se rendeu às forças aliadas.
> **2 de outubro (1865)** - veio a notícia da rendição de Uruguaiana.

No decorrer de 1866 e meados de 1867 o conflito tornou-se uma guerra de posições, pois o Exército, antes na defensiva, "levou vantagem sobre a ofensiva em todos os combates travados", como afirma Doratioto (2002, p. 196).

No diário, as anotações da imperatriz continuam com o conteúdo rotineiro já mencionado, acrescentando informações sobre a Guerra das Sete semanas, ocorrida entre a Áustria e a Prússia, um dos conflitos sob o comando de Otto von Bismarck com o propósito de unificação da Alemanha (Perry, 2015 p,413). Sobre este evento Teresa registrou:

> **30 de maio (1866)** - [...] o dia 28 trouxe a notícia de que a Áustria teria declarado guerra à Prússia. Até a pobre Itália estará envolvida nesta guerra. Também chegou a notícia do sul de que não avançamos nada.

Interessante observar nesta nota a preocupação com a terra natal e o uso da primeira pessoa no plural ao se referir à tropa brasileira, noticiando que a Guerra do Paraguai também era da imperatriz. O conflito, no entanto, seguia com as forças aliadas invadindo o Paraguai e foi em Tuiuti que se travou a maior batalha da América do Sul em que os aliados saíram vitoriosos. Porém, essa vitória não foi aproveitada para promover ações rápidas contra o opositor, pois foram impedidas por divergências no comando dos aliados e o desconhecimento do terreno. Em setembro a Esquadra brasileira bombardeou a fortaleza de Curupaiti (PY) (abaixo de Humaitá (PY) resultando em horas de ataque que matou entre 4 a 9 mil brasileiros e argentinos e a baixa de paraguaios não chegou a cem (Doratioto, 2017 p. 208-209). Esta derrota levou o governo imperial a unificar o comando, que antes estava sob responsabilidade de Mitre e Tamandaré, e nomeou o marquês de Caxias para o cargo de comandante e chefe do Exército brasileiro no Paraguai. Atenta, a imperatriz escreveu:

> **10 de outubro (1866)** - Apareceu hoje no Diário Oficial o nome do marquês de Caxias para comandar o exército no sul. Em agosto de 1867, a Esquadra pretendia passar por Humaitá e atacar a Fortaleza de Curupaiti, que fazia parte do complexo defensivo paraguaio para proteger a capital Assunção. No entanto, o caminho era arriscado e, durante a passagem, o fogo paraguaio resultou em um forte bombardeio provocando danos aos navios brasileiros (Cabral, 2022).
> **27 de agosto (1867)** - Esta manhã veio notícia do sul de que o esquadrão passou por Curupaiti e bombardeou Humaitá.

Em janeiro de 1868 há registro do embarque de mais 600 homens e referência ao sucesso da passagem de Humaitá, onde os brasileiros já estavam há seis meses encouraçados.

> **1 de março (1868)** - hoje às 8 da manhã soubemos que a esquadra passou por Humaitá e que o Marquês de Caxias teve uma grande batalha e saiu vitorioso.

Em decorrência disto, Humaitá foi evacuada pelos paraguaios que se instalaram no Chaco (PY) sendo cercados pelos brasileiros onde combateram entre 26 de julho e 5 de agosto, no qual mais de mil homens se renderam.

> **03 de agosto (1868)** - Nossas tropas entraram em Humaitá porque os paraguaios estavam todos em Chaco.

As notícias sobre a guerra no mês de dezembro referem-se ao conjunto de batalhas ocorridas entre os dias 6, 11, 21 a 27, em localidades diferentes, as quais foram sangrentas e difíceis, levando a tropa brasileira a tentar fugir e Caxias a conduzir batalhões e corpos de cavalaria, deixando de lado seu papel de general (Doratioto, 2017, p. 277). Essa sequência de batalhas, que aniquilaram os paraguaios e levaram à rendição dos opositores, ficou conhecida como Dezembrada.

Sobre este evento, Teresa relatou:

> **20 de dezembro (1868)** - Chegou do sul o vapor francês *Annis* e trouxe a notícia de que houve uma grande batalha do nosso exército em uma ponte contra os paraguaios que durou 5 horas. O marquês de Caxias teve um cavalo morto, paraguaios se retiraram aflitos.

É possível que esta anotação se refira à marcha em direção à Angostura (PY), iniciada em 14 de setembro, onde existia um forte com canhões que dificultavam a ação da esquadra brasileira. Angostura era a primeira fortificação do novo complexo de Lòpez ao atravessá-la, os brasileiros foram surpreendidos pelos paraguaios, houve uma grande luta, muitos brasileiros mortos e o que restou da tropa recuou. A ponte foi tomada em novo ataque e os paraguaios se retiraram (Doratioto, 2002, p. 353).

Na descrição deste evento a imperatriz apresenta mais detalhes do ocorrido, se comparar ao seu estilo lacônico de escrita observado na maioria de suas anotações.

> **23 de dezembro (1868)** - Tivemos a notícia da captura de Villeta [...] foi uma batalha sangrenta. Muitas pessoas morreram de um lado e do outro. O lado paraguaio estava no meio, como se verá nos jornais. Veio esta notícia pelo vapor brasileiro. Posteriormente foram muitas alegrias e festas pela cidade com bandas de música dando viva. Esta notícia nos dá esperança de que em breve teremos a boa notícia do fim da guerra.

No começo de 1869 receberam as notícias da Dezembrada, a rendição dos paraguaios e a fuga de López.

> **06 de janeiro (1869)** - O vapor São José trouxe a confirmação da batalha dos dias 21, 22, 23, que já sabíamos e trouxe também a notícia do dia 27.
> **09 de janeiro (1869)** - Esta noite chegou do sul o vapor Bonifácio com notícia da rendição de Angustura e que Lòpez fugiu para Cerro Léon. Dia 31 a Esquadra armada seguiu para Assunção.

No dia primeiro de janeiro a capital paraguaia foi ocupada pelos brasileiros e, em fevereiro, Caxias embarcou para o Rio de Janeiro abatido e cansado bem como as cúpulas do Exército e da Marinha. De acordo com Doratioto (2002), essas retiradas e o cansaço da guerra imobilizaram os militares até meados de 1869.

> **20 de janeiro (1869)** - Esta manhã veio o vapor francês do sul que trouxe a notícia que nossa armada entrou em Assunção dia primeiro [...].
> **16 de fevereiro (1869)** - Chegou o vapor São José que trouxe o Marquês de Caxias, o brigadeiro José de Souza Fonseca da Costa, o chefe de esquadra Manoel Luiz Ferreira da Cunha, Dr. Francisco Bonifácio de Abreu [...]
> **21 de fevereiro (1869)** - Esta noite veio o Marquês e Marquesa de Caxias. Depois de ficar muito tempo com o Imperador, o Marquês veio cumprimentar estando eu com a Marquesa e Dona Josefina. O Imperador, na minha presença, deu-lhe a medalha de honra da campanha e quis que eu a colocasse no peito do Marquês.

Este pedido do imperador pode revelar a consideração que ele teria pela esposa ao dar-lhe o privilégio de firmar esta condecoração ao defensor do Brasil na guerra.

O decorrer de 1869 seguiu sem novidades da guerra para a imperatriz que anotou seu cotidiano e compromissos oficiais, religiosos, de lazer e relatou pouco sobre o período em que ficou doente e acamada em novembro do mesmo ano. Mesmo sem notas, a situação no Paraguai transcorria com seu genro, o conde d'Eu, no comando das forças brasileiras que contava com 26.620 soldados. A imobilidade militar dos brasileiros colaborou para que Lòpez penetrasse pelas cordilheiras onde improvisou um exército de 12 a 14 mil soldados sobreviventes, crianças e velhos (Doratioto, 2017, p. 279). A partir de agosto Solano Lòpez passou a ser perseguido pelos aliados, mas o inimigo principal era a fome. Diante dessa situação, o conde d'Eu planejava pedir licença devido ao pessimismo que lhe abatera pela falta de alimento e desânimo dos Voluntários da Pátria. Em fevereiro de 1870 retiraram-se do Paraguai

os primeiros três batalhões dos Voluntários. Em março a Cavalaria e a Infantaria brasileiras combateram com alguns soldados paraguaios, Lòpez tentou fugir a cavalo, mas foi atingido no ventre por uma lança dada por Franciso Lacerda, em seguida levou um tiro disparado por um soldado brasileiro que acabou matando o ditador.

Teresa relatou sobre o retorno dos voluntários, assinalando o número do batalhão, local de origem e os nomes dos comandantes, com a mesma atenção e diligência que detalhava as óperas e peças teatrais, como mencionado anteriormente.

> **22 de fevereiro (1870)** - Chegaram os três vapores do sul, Vassimon, Galgo, S. José em que vinham os batalhões de Pernambuco [...] o de Minas e o da Bahia [...]. O Imperador foi assistir o desembarque.
> **23 de fevereiro (1870)** - Hoje se efetuou a entrada dos Voluntários da Pátria, mas infelizmente o vapor que levava os voluntários da Bahia e Minas, do cortume à cidade, encalhou, isso atrasou a chegada deles ao arsenal da Marinha, onde chegaram às 6h. Todos começaram a sair às 7h, quando passaram pelo palácio da cidade mal puderam apreciar o espetáculo estando escuro.
> **17 de março (1870)** - Chegou a notícia do fim da guerra pelo vapor *Liverpool*.
> **18 de março (1870)** - Chegou o vapor Werneck à Santa Catarina com o batalhão de voluntários nº 23 comandado pelo major Joao Pinto Homem.
> **20 de março (1870)** - No teatro S. Luiz foi festejado o fim da guerra. Chegaram os voluntários nº 23 do Rio de Janeiro e nº31 de Pernambuco comandado pelo coronel Albuquerque Maranhão.
> **30 de março (1870)** - [...] o imperador foi ver de novo o desembarque dos voluntários do Ceará que chegaram do sul sob o comando do coronel Antonio Tiburcio Ferreira de Sousa.
> **15 de abril (1870)** - Chegou esta manhã o transporte Isabel conduzindo voluntários de Pernambuco e São Paulo. O Imperador foi a bordo.
> **16 de março (1870)** - Chegaram o vapor S. José e Alice com os voluntários da Bahia e ala direita de São Paulo. O Imperador foi a bordo para o desembarque.
> **24 de abril (1870)** - [...] o Imperador foi a bordo do vapor para ver o batalhão de voluntários nº41 da província da Bahia comandado por Joaquim Maurício Ferreira [...].
> **27 de abril (1870)** - Recebemos a notícia que Gastão e Felipe chegaram à Santa Catarina.
> **29 de abril (1870)** - Esta manhã às 6:30 recebemos a notícia que chegou o vapor Galgo onde veio Gastão. Rapidamente saímos de S. Cristóvão e embarcamos na Galeota e andamos ao encontro de Gastão até a fortaleza de S. Cruz.[...]

> **21 de maio (1870)** - Esta manhã chegou do sul (espaço em branco) [...] e a ala direita 37 da província de Sergipe.
> **26 de maio (1870)** - Chegaram esta manhã os Voluntários sob o comando do coronel Antônio Augusto de Barros Vasconcelos. A brigada é composta pelo batalhão 31 (antigo Corpo Provincial da Corte), 36 (do Maranhão e contingente do Pará e do Amazonas) e 37 de Sergipe e Alagoas.
> **27 de maio (1870)** - Veio Ana Neri com os dois filhos licenciar-se para partir para a Bahia.
> **9 de junho (1870)** - Esta manhã chegou o vapor S. José com o primeiro batalhão de Fuzileiros. O Imperador foi ao desembarque deles na armação onde o primeiro batalhão está aquartelado composto por 468 praças e 34 oficiais, sob o comando de João Antônio de Oliveria Valporto.
> **13 de junho (1870)** - Hoje chegou o transporte Isabel com 50º batalhão de voluntários, com 53 oficiais e 578 praças sob o comando do coronel Joaquim Cavalcante de Albuquerque e Bello.
> **10 de julho (1870)** - Festa no Campo de S. Anna pelo fim da guerra.
> **5 de agosto (1870)** - Esta noite houve orações na capela Imperial para os militares que morreram na Guerra do Paraguai. Nós fomos lá.

Quanto ao fim da guerra, até meados de agosto de 1870 aconteceram muitas comemorações, conforme os registros da imperatriz. Mas, segundo Doratioto, (2017, p. 281-2), as consequências do conflito foram diversas e polêmicas, principalmente quanto ao número de baixas e feridos nos combates. Para o Brasil a campanha provocou gastos de 614 mil contos de réis, um valor que equivalia a onze vezes o orçamento do governo para 1864, desviando recursos humanos e financeiros necessários às atividades produtivas para o crescimento do país. O Estado Monárquico brasileiro mostrou o auge do seu poder, como o principal suporte militar, diplomático e financeiro da Tríplice Aliança, angariou contradições políticas e sociais como o desenvolvimento do republicanismo e a crise do sistema escravocrata. O Exército se fortaleceu, originou uma identidade própria desvinculada da Monarquia, a qual derrubou em 1889. A dificuldade em proteger militarmente o Mato Grosso possibilitou o reconhecimento do isolamento geográfico do Oeste brasileiro que despertou o interesse em integrar a região com o Sudeste. O conflito contribuiu para a consolidação do Estado na Argentina e no Uruguai que fortaleceu suas instituições. O Paraguai perdeu os territórios disputados entre Brasil e Argentina e terminou o Estado autoritário.

Embora não seja possível encontrar registros sobre a abolição dos escravos e nem os eventos que antecederam a Proclamação da República, as anotações de Teresa Cristina, até aqui estudadas, não nos levam a concordar com Guimarães (2011, p. 5) pois, segundo a autora, Teresa era afastada de assuntos políticos. A análise, como um todo, contraria o que diz o brasilianista americano Barman (2012, p. 215) de que a Imperatriz passava os dias tricotando, lendo e escrevendo cartas e dedicava muito tempo a compromissos religiosos e à caridade. Desta forma, não se interessava nem por política e não mantinha um círculo de amizades além de seu pequeno grupo de damas de companhia.

Considerações finais

A idealização desta pesquisa surgiu da observação de textos sobre o Segundo Império, sobretudo os dedicados à Dom Pedro II, os quais reservam pouco ou nenhum espaço à Imperatriz e, quando o fazem, apresentam uma mulher inclinada à vida doméstica, à caridade, aos eventos sociais e religiosos. Teresa realmente dedicava-se à todas essas áreas, porém, o que fez questão foi saber como ela se comportava ou se envolvia com assuntos políticos.

A investigação dos registros da Imperatriz revelou seu interesse, atenção e participação nos fatos políticos nacionais ou internacionais como apontado na análise do diário. A falta de comentários, de exposição dos sentimentos e de anotações sobre si mesma mostra uma mulher moderada e objetiva. Sua prudência indica o modelo de atitudes e condutas da maioria das mulheres de sua época e, no caso de Teresa, ciência de seu papel como Imperatriz consorte.

Embora Teresa Cristina seja produto da mentalidade que atribuiu ao homem o protagonismo da vida social e da história, a análise da fonte mostra uma mulher atenta ao universo ao seu redor. Seu espírito observador pode ter sido crucial para conquistar a confiança de Dom Pedro II, passando a intervir em questões de Estado, como revelou Vanni 2000 *apud* Avella (2014, p. 128), incentivando e apoiando políticas de imigração italiana para o Brasil, conseguindo facilidades para que seus conterrâneos, profissionais da saúde, engenheiros, artesãos, trabalhadores e artistas viessem para a corte.

Com um olhar atento foi possível alcançar o objetivo da pesquisa que visou verificar se a imperatriz manifestava interesse pelos acontecimentos políticos. A análise revelou que ela demonstrava conhecimento sobre personalidades e situações políticas, dando-lhes destaque de maneira relevante.

Embora não tenha registros sobre eventos nacionais como a Lei do Ventre Livre, a Abolição dos Escravos, a Questão Religiosa e demais ocorrências que antecederam a Proclamação da República e o exílio da família, o diário da Imperatriz se apresenta como uma fonte promissora, considerando a sua prosa concisa e essencial, que fornece pistas para o pesquisador que pretende se aprofundar em como a imperatriz se manifestava a respeito da arte, música e das viagens realizadas durante o Segundo Império.

Referências

AVELLA, Aniello Angelo. Teresa Cristina Maria de Bourbon, uma imperatriz silenciada. Anais do XX **Encontro Regional de História:** História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010.

BARMAN, Roderick J. **O Imperador cidadão**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil:** gênero e poder no século XIX. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BRASIL. Constituição (1824). **Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824**. Disponível: em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL, Ministério da Defesa. Guerra do Uruguai: 1864-1865. **Exército Brasileiro:** Braço forte mão amiga**.** Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?guerradouruguai. Acesso em: 20 set.2022.

BESOUCHET, Lídia. **Dom Pedro II e o século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

CABRAL, Ricardo. Passagem de Humaitá. **História Militar em debate**, 2022. Disponível em: https://historiamilitaremdebate.com.br/passagem-de-humaita/. Acesso em: 22 set. 2022.

COSTA, Emília Viotti da. A Proclamação da República. In: COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.447-490.

CUNHA, Maria Teresa. Territórios abertos para a História. In: PINSKY, C.B; LUCA, T.R. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto 2021. p. 251-279.

DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral.** A paixão do Imperador. Rio de Janeiro: Objetiva. 2006.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Franciso. Guerra do Paraguai. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras.** São Paulo: Contexto, 2017. p.253-285.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FLEIUSS, Max. A Imperatriz D. Tereza Cristina Maria. 14 de março de 1822-14 de março de 1922. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1922, t.92 p. 347-80. [361].

FOISIL, Madeleine**.** A escritura do foro privado. In: CHARTIER, Roger**. História da vida privada, 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In:_FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de janeiro: Editora FGV, 2004.

GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: "A questão Christie". **Revista de História**, [S. l.], v. 24, n. 49, p. 117-138, 1962. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121593. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121593. Acesso em: 12 set. 2022.

GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: "A questão Christie" (II). **Revista de História**, [S. l.], v. 24, n. 50, p. 379-402, 1962. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121625. Acesso em: 12 set. 2022

GUIMARÃES, Lucia Maria. Teresa Cristina de Bourbon (1822-1889): a face oculta da imperatriz silenciosa**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH - São Paulo, julho 2011.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil Monárquico, v. 5**: reações e transformações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes. A Imperatriz Theresa Christina: um olhar brasileiro. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 173 (457): 225-242, out./dez. 2012. p.225-242.

KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo,1980.

MALERBA, Jurandir**. O Brasil Imperial (1808-1889):** Panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999.

McMILLAN, James F. **France and Women, (1789-1914) :** Gender, Society and Politics. London, 2000.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina**. Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 9 nº 18. p. 09-18. ago.89/set.89.

PERRY, Marvin. O despertar do liberalismo e do nacionalismo: revolução, contrarrevolução e unificação. In: **Civilização ocidental**: uma história concisa. 4ªed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. pp. 393-420.

RÉ, Henrique Antônio. A revogação do Bill Aberdeen e a lei do ventre livre: um acordo antiescravista internacional 1864-1872. **Revista de História**. (São Paulo) [online]. 2019, n. 178. Acesso em: 13 set.2022. a01218. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.142682>. Epub 05 Ago 2019.

REZZUTTI, Paulo. **D. Pedro II: A história não contada**. O último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos. São Paulo: Leya, 2019.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZERBINI, Eugenia. A Imperatriz Invisível. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 2007.

O FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL: NORMAS ELEITORAIS E ACONTECIMENTOS POLÍTICOS NOS CONFLITOS DE 1923 E NA SUCESSÃO DE BORGES DE MEDEIROS

Wagner Feloniuk[1]

Introdução

Este é um estudo da situação política e eleitoral do Rio Grande do Sul dos anos 1910 e 1920, com enfoque específico nas dinâmicas de poder político e na legislação eleitoral nos conflitos de 1923. Naquele ano, a oposição a Borges de Medeiros havia se organizado de maneira inédita em volta de Assis Brasil, incluindo os grandes fazendeiros dos pampas, opositores históricos, novos dissidentes do PRR e aliados mais próximos de Assis Brasil.

Juntos, e com a simpatia do governo federal, eles tiveram força suficiente para disputar a eleição e, ao perderem, discutir o seu resultado, em uma situação que levou a mais de onze meses de resistência armada. Borges, que naquela altura já vivia na conjuntura de se opor à Política dos

1 Doutorado em Direito. Professor Adjunto de Direito no Curso de Relações Internacionais e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: wf@furg.br

Governadores protagonizada por São Paulo e Minas, sofria influência também do mineiro recém-eleito Artur Bernardes.

Neste contexto, as regras eleitorais da Constituição estadual e da Lei Eleitoral de 1913 se mostram importantes para o desfecho, que ocasionaria pouco tempo depois o fim do regime de Borges de Medeiros. Afinal, a disposição de Borges em assinar o Pacto de Pedras Altas em 1923 torna-o inelegível para as eleições seguintes, um dos elementos mais importantes do acordo. Este seria o contexto no qual Getúlio Vargas assumiria o poder estadual.

Este trabalho mostra esse cenário com especial atenção a um elemento: havia uma oposição durante todo o período posterior à pacificação inicial, que após essa longa derrota, permaneceria existindo, sem aderir. Ela levaria décadas para conseguir ter sucesso contra o regime. Mesmo enfraquecidos com sua decadência econômica no final do império, parte dos grandes proprietários rurais que permaneceram oposicionistas era uma fração relevante do poder político e econômico do Rio Grande do Sul e, com o tempo, sua alienação do poder e repressão, sua negativa em aderir ao grupo dominante, teve papel central na criação das condições para o fim do regime de Castilhos e Borges (Félix, 1996, p. 150). Isso se dá velozmente nos anos 1920 e tem como pano de fundo negociações políticas que se definiam especialmente nas proximidades das eleições e na realização dos pleitos.

Para empreender este trabalho, foi preciso escolher quatro momentos diversos no tempo, pois cada um contribuiu com normas jurídicas e contextos para mostrar os acontecimentos. Assim, haverá explicação sobre o início do PRR, para explicar o papel dos produtores dos pampas. Depois, sobre a Constituição do Estado, que moldou os acontecimentos com suas normas sobre as eleições. A seguir, a Lei eleitoral de 1913, o "palco" de organização das eleições de 1922, fundamental para os acontecimentos. Por fim, as eleições de 1922, que por si só geraram uma repercussão importante e são um dos fundamentos centrais para a mudança de poder que viria poucos anos depois.

Buscou-se contribuir à área, principalmente, pela análise eleitoral e pelo uso de fontes primárias pouco conhecidas. A principal delas é o artigo de Sebalt Rüdiger, que publicou uma minuciosa série de reportagens em um dos jornais mais importantes do estado poucas décadas depois

do acontecimento, o Correio do Povo. Igualmente, depoimentos de políticos da época dados na Assembleia Legislativa, textos do saudoso Ministro Paulo Brossard, publicações de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, documentos eleitorais originais e acesso aos textos publicados na Federação formam o conjunto de documentos acessados para esta pesquisa.

1 Transição para a República no Rio Grande do Sul

A história do Rio Grande do Sul foi singular na forma como um grupo político organizado no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) conseguiu dominar a política estadual durante o período de 1890 a 1930. Enquanto em outros estados era comum a existência de pelo menos dois grupos políticos debatendo-se pelo poder ao longo do período, Júlio de Castilhos assume o estado com a força dos republicanos que se organizaram nos últimos anos do império e consegue, nos dez anos seguintes, prevalecer sobre seus adversários, diminuindo substancialmente a resistência ao regime (Noll; Trindade, 2005, p. 15).

Os adversários, no início, eram formados principalmente pelo até então majoritário Partido Liberal, liderado por Gaspar Silveira Martins, que mantiveram o poder por vinte anos no final do Império. Esses oposicionistas, com a queda do império, se organizaram especialmente sob o Partido Republicano Federal, contando com membros do antigo Partido Liberal, mas também com dissidentes do PRR e remanescentes dos imperiais conservadores (Franco, 1962 apud Noll; Trindade, 2005, p. 31).

Gaspar Silveira Martins, nascido em 1835, era um líder político do império. Ele havia sido Ministro da Fazenda, Senador pela Província de São Pedro e, perto do final do império, Presidente da Província. Ainda que contrário à monarquia inicialmente, sua trajetória o levou a ser um integrante do governo central e a ser a mais alta liderança do Partido Liberal no estado. Era representante da classe dominante oligárquica, que fora longamente sustentada por uma estrutura econômica baseada na grande propriedade rural da região do Pampa (centro e sul do Estado), voltada para a carne que servia às charqueadas e ao abastecimento de necessidades do centro do Brasil e Europa (Borba, 1994, p. 59).

Com o final do império, elementos do sistema estabelecido começaram a perder viabilidade. Começaram a ser desfeitas as estruturas políticas e econômicas que sustentaram essa força política dominante no Rio Grande do Sul.

O fim da escravatura era de grande relevância, pois ela absorvia grande parte da produção de charque. No entanto, não era só isso, os grandes proprietários rurais haviam perdido, em nível internacional, as tarifas alfandegárias favoráveis para comercializar sua produção de charque em relação a concorrentes estrangeiros, o que causava profunda insatisfação.

O comércio continuava ineficiente, com o escoamento sendo feito sobretudo pelo Uruguai, que, em troca do uso de suas ferrovias e porto, absorvia uma parte importante dos lucros (Espírito Santo, 1994, p. 70-73). Também havia perdas devido à concorrência vinda dos saladeiros uruguaios, um aspecto central da decadência. No entanto, não eram apenas os saladeiros, concorrentes internos ganhavam espaço em Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rio e outros estados, não raro produzindo os mesmos produtos com mais eficiência, pois a modernização das charqueadas não ocorreu em ritmo suficiente. A pressão, com o tempo, veio até do surgimento de novos produtos industrializados que competiam com o charque, que pouco mais à frente competiria, afinal, com motores capazes de refrigerar carne.

Até o final desse período (1929), o charque continuou sendo o item mais exportado pelo Rio Grande do Sul. No entanto, ao contrário do café no centro do país, essa riqueza, mesmo sob a pressão de melhorar e se adaptar à tecnologia, não irradiou desenvolvimento sobre o restante da economia da região do estado, não promoveu a industrialização na região dos Pampas, e logo fez parte da diminuição do poder político daqueles que a dominavam (Pesavento, 1980, p. 13-17). Grande parte dos detentores dessas propriedades rurais e charqueadas via seus meios de sustentação política serem gravemente afetados.

Júlio de Castilhos e, posteriormente, Borges, consolidaram progressivamente um positivismo não-ortodoxo que não exigia proximidade dos líderes locais com o pensamento positivista. Essa postura teve sucesso em incorporar uma parte significativa de seus

opositores, inclusive no grupo dos grandes proprietários rurais e líderes católicos, como Jacob Kroeff e Luiz Englert.

2 Júlio de Castilhos e a consolidação do PRR

Membros do Partido Liberal operavam com grande força até a queda do imperador. No entanto, esses eram os seus últimos momentos de centralidade na política estadual. Estava em curso o processo de consolidação inicial de Júlio de Castilhos, que se tornou líder político do partido em ascensão no final do império e manteve por anos as condições para fortalecer-se economicamente fora do sistema econômico dos Pampas, com foco na industrialização, desenvolvimento econômico e organização partidária rígida.

O PRR e seu líder adotaram o positivismo, que circulava intensamente desde 1880 no Brasil, inclusive na Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudaram Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Pinheiro Machado e Borges de Medeiros. Era a leitura de Augusto Comte, Darwin, Littré, Spencer, Laffitte. Comte trazia um conjunto de ideias que poderiam ser conservadoras na França, mas eram liberais para os jovens estudantes de São Paulo e Recife, que os viam como um progresso sobre o sistema político de dois partidos imperiais. Era uma ideologia reformista, crítica ao liberalismo que sustentava ideias monárquicas, defensora de métodos científicos, preocupada com temas da educação, urbanização e proteção dos trabalhadores (Franco, 2013, p. 18-23).

Júlio de Castilhos, ao se tornar o líder político do movimento, adotou o pensamento como legitimador de sua política. Tratava-se de um positivismo intelectualmente fundado em Augusto Comte, embora, na prática, uma matriz diversa de autores e outros pensamentos fosse razoavelmente tolerada quando defendida por seus aliados de partido (Feloniuk, 2017). Júlio, em si, foi marcado mais pela sua concentração de poder do que pelo ortodoxismo positivista.

O projeto castilhista propunha um modo de produção capitalista, preocupado com a industrialização, com predominância do comércio sobre a produção e a educação de trabalhadores que sustentassem esse modelo. A produção deveria ser regulada pela demanda e não pela escolha de qual produto vender (uma referência à dependência do charque). A capacidade de importar e exportar a partir do próprio

estado era central aos planos, com a criação de um projeto de viação e melhoria do transporte marítimo, terrestre e fluvial (Senna, 1994, p. 130). Havia especial importância em construir um porto em Rio Grande. Em dar incentivos estatais à industrialização, assim como uma educação preocupada em treinar mão-de-obra com habilitação técnica.

O regime subordinava os trabalhadores, ainda que buscasse garantir-lhes direitos, conforme o pensamento positivista e a ascensão da luta pelos trabalhadores na Europa reconhecida por Júlio (Castilhos, 1891, p. 97-99). Essas características eram novas e diferiam frontalmente das preocupações centrais dos proprietários rurais do período anterior (Espírito Santo, 1994, p. 73-74).

Passados os primeiros anos, continuou a consolidação do PRR enquanto partido. Surgia, no Rio Grande do Sul, um ambiente bastante centralizador de poder político no Executivo, esvaziamento do papel do Legislativo, somado a um modelo econômico voltado ao desenvolvimento, com incentivos constantes do Estado em áreas de seu interesse. A "ordem e progresso" do positivismo no Rio Grande do Sul adquiriu um caráter bastante prático no agir de Júlio de Castilhos, que seria repetido fiel e eficientemente a partir de 1898, com Borges de Medeiros (Noll; Trindade, 2005, p. 26-29). Getúlio Vargas define da seguinte forma as características do regime em 1913:

O ideal castilhista é o que se acha consubstanciado na Constituição de 14 de julho e na prática contínua da moral política que forma o nosso direito consuetudinário – liberdade de ensino, liberdade profissional, função orçamentária das assembleias, necessidade do referendum popular para a eficácia das leis – e, de par com isso, o estímulo contínuo das forças produtoras do Estado, sem se abalançar em arriscadas empresas financeiras (Noll; Trindade, 2005, p. 15).

Fora dos aspectos políticos, ideológicos e econômicos, o regime também era muito baseado na moralidade dos líderes, eficiência administrativa, atuação disciplinada dos membros do partido e na escolha cuidadosa de quadros para os cargos nos municípios. A vida pública e privada marcada pela moralidade estava conectada à ideia positivista de educação cívica da sociedade e era fundamento de legitimidade do regime (Castilhos, 1884, p. 14-15). Junto a isso, havia um constante

reforço do poder da Brigada Militar, garantia armada da paz e defesa do regime.

3 Contexto de redação da Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul de 1891

A Constituição do Rio Grande do Sul foi escrita em 1891, enquanto o processo de consolidação acima ocorria. Para ela, foi eleita uma Constituinte Estadual que mostrava como, no período de transição, a força do PRR não estava bem estabelecida. A diferença de votos chama a atenção. Os candidatos republicanos obtiveram entre 28.994 e 28.669 votos. O federalista mais bem votado teve 18.214 votos, demonstrando como, apesar de serem minoria, a capacidade de ação da oposição permanecia grande (Franco, 1962 apud Noll; Trindade, 2005, p. 31).

Dado o sistema de listas adotado, com tantos votos quanto cadeiras a serem preenchidas, toda a Constituinte foi formada por republicanos - 48 membros. O Congresso Constituinte criou uma comissão formada por Ramiro Barcellos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Júlio de Castilhos para elaborar um projeto de constituição. O projeto acabou sendo feito por Júlio de Castilhos, pois Ramiro Barcellos estava no Rio de Janeiro e Assis Brasil não aceitou participar da elaboração do texto, que começou a ser escrito com as características positivistas, bases do PRR. Assis Brasil afirmaria pouco depois de virar oposição que o texto era uma "extravagante mistura de positivismo e demagogia". Para ele, o objetivo real fora obter meios para vencer a oposição externa e os dissidentes de seu partido (Assis Brasil, 1908, p. 64-66; Axt, 2002, p. 10).

A dissidência entre Castilhos e seu cunhado Assis Brasil começara pouco antes, em 1890, a partir do apoio daquele ao Marechal Deodoro, que, ao final da constituinte nacional, havia se transformado em apoio também à sua eleição (Castilhos, 1890, p. 89-91). A partir disso, os deputados Rocha Osório, Alcides Lima e Assis Brasil passam de aliados à oposição (Axt, 2002, p. 7-8). A separação se tornaria um fato importante, pois Assis Brasil se tornaria, com o passar dos anos, o principal líder de oposição e aquele para quem convergiria o apoio dos dissidentes na década de 1920. Uma oposição unanimemente unida sob sua égide não se formaria, seu grupo mais próximo seriam futuramente os chamados assisistas, mas ele é quem receberia o apoio principal

também do restante da oposição no final do regime (Noll; Trindade, 2005, p. 26-29).

A Constituição foi aprovada pelos republicanos recém-eleitos. Seu caráter era autoritário, com um grande poder concentrado no Presidente do estado, baseado no pensamento positivista. Não houve representação da oposição naquela Constituinte. A adaptação do positivismo ao pensamento de Júlio de Castilhos foi predominante, embora Hélgio Trindade tenha registrado algumas manifestações contra os aspectos autoritários nas discussões do texto. A realidade, no entanto, é que o texto sofreu alterações na discussão na assembleia, sim, mas que aumentaram ainda mais o poder político do presidente, com a nomeação de intendentes por ele (após eleição), o aumento do seu mandato e a possibilidade de reeleição por três quartos dos votos (Noll; Trindade, 2005, p. 32).

Após as discussões e aprovação da Constituição, em 14 de julho, os 48 deputados elegeram o primeiro Presidente do Estado. Unanimemente, Júlio de Castilhos foi eleito em 15 de julho de 1891.

Júlio de Castilhos saiu brevemente do cargo durante o "Governicho", a partir de novembro de 1891, mostrando as dificuldades iniciais de consolidação. A queda ocorreu durante o período de dissolução do Congresso Nacional e a sucessão de Deodoro por Floriano Peixoto, o que foi explorado por seus opositores locais.

Em um curto espaço de tempo, menos de um ano, o estado foi governado por uma sucessão de líderes. Inicialmente, republicanos dissidentes, que não conseguiram fazer o PRR deixar de apoiar Júlio e eram contrários à participação dos liberais do império – ou seja, não tinham apoio de nenhum dos dois lados representativos das forças sociais e econômicas. Uma junta governativa formada pelo General Manuel Luís da Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil iniciaram o governo. Posteriormente, o General Domingos Alves Barreto Leite assume. Mais tarde, por Barros Cassal, e neste momento, em março de 1892, os gasparistas fundaram o Partido Federalista, e uma brevíssima nova Constituição foi outorgada por Cassal, muito semelhante à elaborada por Júlio, mas com um processo legislativo típico da tripartição de poderes. Mais uma vez, o General Barreto Leite assumiu o governo,

e, finalmente, o vice do General, o Visconde de Pelotas – uma virada importante de acontecimentos.

Neste momento final, um governo gasparista estava formado, pois o visconde era um aliado de Silveira Martins e apontado após discussão com o antigo líder imperial. Havia pouco, Martins havia retornado de seu exílio e iniciado movimentos para retomar o poder, o que seria fundamental, pouco à frente, para a eclosão da Revolução Federalista. Em junho de 1892, no entanto, Castilhos reassumiu o poder pela via armada, com o apoio de Floriano Peixoto, o general visando evitar um governo rio-grandense defensor do parlamentarismo de Gaspar Silveira Martins (Axt, 2023; Franco, 2013, p. 135-165).

As tensões estavam em seu auge e logo eclodiu o grande conflito que levaria à pacificação, a Revolução Federalista (1893-1895). Júlio de Castilhos prevaleceu com o apoio do Governo Federal, do centro do país e do Exército. A partir desse momento, houve um aumento significativo da ligação entre o PRR e o Exército nacional. Também estava selada a ligação de Júlio e Floriano aos olhos políticos do centro do país, parte importante da inviabilização permanente de Júlio como nome presidenciável em nível nacional, devido à sua proximidade com o militar tão combatido pelos civis que dominaram os partidos republicanos de Minas e São Paulo (Franco, 2013, p. 135-165).

Além disso, houve uma constante diminuição do poder político dos produtores rurais dos Pampas, que no Império constituíam o núcleo central de poder. Os maragatos foram derrotados em uma sangrenta guerra civil que resultou na morte de entre 10 e 12 mil pessoas em um estado com cerca de um milhão de habitantes. A prática da degola e atos de violência marcaram a história do conflito e do Rio Grande do Sul. Ao seu fim, o PRR era a força dominante.

Cada vez mais, foram estabelecidos os caminhos para consolidar o poder político, militar e eleitoral. Esse "poder eleitoral" incluía práticas de fraude realizadas por ambos os lados (Love, 1971, p. 218-219), mas com mais sucesso por parte da força dominante. Júlio de Castilhos sai do poder em 1898 e defende uma sucessão pelo desembargador Borges de Medeiros.

Até sua morte, aos 43 anos, em 1903, Júlio comandava com Borges o estado, atuando ativamente na tomada de decisões. Por sua vida

pessoal, profundas e impactantes reformas legislativas após a revolução e posição de líder vitorioso na contenda militar, tinha alcançado o patamar não apenas de líder político incontestável, mas aclamado por seus correligionários como herói fundador da ordem política.

Borges de Medeiros, um jovem em relação a outros potenciais candidatos, faria um governo parecido com o de Júlio ao longo de sua longa carreira à frente do estado. Escolhido pelo líder e posto no poder com o apoio do partido, governou com a Constituição elaborada pelo patriarca, como Júlio foi chamado pelos membros do PRR a partir de sua morte.

4 Estrutura política e eleições na Constituição de 1891

4.1 Presidente do estado

A apresentação dos caracteres da Constituição permite compreender seu papel no desenvolvimento final do regime. Ela possuía características ligadas à adaptação do positivismo à política local. Uma adaptação cultural, centralizadora, de pensamento positivista mesclada com as tradições jurídicas existentes e os limites impostos pela Constituição da República. Elementos positivistas, como a liberdade de profissão e a inexigibilidade de diplomas para exercê-las, coexistiam com um sistema profundamente concentrador de poder no Executivo.

O estado do Rio Grande do Sul é declarado, pela Constituição estadual, um componente da União sob regime republicano. É autônomo, limitado apenas pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil (art. 1º). A organização dos "poderes" começa a partir do art. 6º. Eles são divididos pelos órgãos da presidência do Estado, Assembleia dos Representantes e magistratura, que deveriam "funcionar harmonicamente, sem prejuízo da independência que entre si devem guardar, na órbita da sua respectiva competência" (Rio Grande Do Sul, 1891).

O uso do termo poder não ocorre, ao contrário da Constituição Federal, sob o fundamento de que não haveria poderes, mas apenas um poder. A doutrina liberal em relação a isso foi rejeitada sob o prisma de sua fragilidade e tendência ao conflito. Ela foi substituída, como traz Pinto (2019, p. 257-262), pela crença de que o executivo seria o mais bem equipado e, na prática, reduzia a mera formalidade os outros dois poderes, que não teriam autonomia real. Por esse motivo, era preferível

estabelecer, desde o desenho institucional, a existência de um único poder e organizar seus órgãos especializados. Em 1933, em seu livro sobre o Poder Moderador, Borges expressaria opinião semelhante sobre a prática política brasileira na Primeira República: "entre nós, é forçoso concluir que a independência dos poderes políticos não passava de mera ficção constitucional, e que só a vontade do presidente predominava sem contraste" (Borges de Medeiros, 1933, p. 62-63).

A respeito do presidente, desde logo se nota o pensamento positivista concentrando a atuação estatal no "chefe". No título II, entre os artigos 6º e 34, são normatizados os poderes. O art. 20 traz as competências do "chefe supremo do governo e administração". O leque de competências é bastante amplo, mas cabe especial atenção à primeira delas: "1º Promulgar as leis, que, conforme regras adiante estabelecidas, forem de sua competência". A competência era importante porque, dali em diante, iria caber à Assembleia dos Representantes receber e aprovar o orçamento e poucas outras leis. O restante das competências legislativas era do presidente. Esta dinâmica está conectada à ideia positivista em que Comte defende a despolitização do Poder Legislativo, que deveria ser um órgão técnico para a organização orçamentária (Senna, 1994, p. 128).

Para aprovar um projeto de lei nas demais áreas, o Presidente enviaria o projeto e exposição de motivos a todos os intendentes municipais do estado, que deveriam dar ampla publicidade aos cidadãos e, estes, poderiam se manifestar por três meses, cabendo ao presidente modificar ou manter o projeto após analisar os comentários e, após, convertê-lo em lei estadual (sistema criado entre os artigos 31 e 34). A Constituição ressalva que medidas meramente administrativas estavam excepcionadas deste sistema, estas deveriam ser estabelecidas por decreto, sem consulta aos cidadãos (Rio Grande do Sul, 1891). Esta incomum forma de aprovação era defendida pela doutrina positivista, uma garantia de que o povo referendaria diretamente a existência das leis que lhe governariam, ainda que, neste caso, por via de uma proposta de seu líder (Cruz, 1913b, p. 1).

O presidente escolheria livremente seu vice-presidente nos primeiros seis meses de mandato, assim como nomearia (art. 27) os três secretários de estado, o do interior e exterior, o da fazenda e o das obras públicas.

O presidente deveria ser rio-grandense nato, maior de 30 anos e residir no estado (art. 12). Nos aspectos relevantes ao sistema eleitoral, ele teria um mandato de cinco anos e poderia ser reeleito apenas se tivesse o voto de três quartas partes do voto do eleitorado (75%), conforme artigo 9º (Rio Grande do Sul, 1891). O art. 18, §3º, trazia uma interessante regra para o caso de ele ser o mais votado dos candidatos, mas não alcançar esse patamar restritivo – haveria nova eleição, na qual ele não seria candidato:

> Art. 18°. [...] § 30 Na eleição em que fôr votado o presidente do Estado, si nenhum cidadão houver alcançado a maioria absoluta e aquelle não tiver obtido as tres quartas partes dos suffragios, proceder-se-á a nova eleição, na qual não poderá o mesmo ser votado (Rio Grande do Sul, 1891).

Dos artigos 17 a 19 aparecem determinações específicas sobre a eleição do presidente. O voto era por sufrágio direto. O pleito ocorreria sessenta dias antes do período presidencial e seria apurado pela Assembleia dos Representantes. Caso nenhum candidato tivesse maioria dos votos, a assembleia elegeria um dos dois mais votados. Por fim, havia expressa menção ao dever de criação de lei eleitoral que iria regrar o processo de eleição (Rio Grande do Sul, 1891).

4.2 Assembleia dos Representantes

A Assembleia dos Representantes é normatizada entre os artigos 35 e 49. Ela se reuniria por dois meses, a partir de 20 de setembro, e esse tempo era expressamente utilizado para os fins orçamentários. O primeiro mês deveria ser utilizado para votação da "receita e despesa para o ano seguinte". O segundo mês, para o "exame das despesas do ano anterior e à adoção de qualquer medida de competência da assembleia". As sessões eram públicas e, de regra, as decisões seriam tomadas por maioria simples dos votos, com instalação das sessões com a maioria absoluta.

Também cabia ao colegiado a criação de tributos, autorizar empréstimos, outras operações de crédito, estabelecer limites territoriais, local da capital e apurar crimes comuns e de responsabilidade do presidente. Cabia, por fim, uma atribuição que se mostraria importante para a história das eleições de 1922: fazer a apuração das eleições do

presidente (art. 46, 8º), como já era a regra da Constituição federal. Notavelmente, não lhe cabiam exercer outras competências típicas de legislativos no modelo de tripartição de poderes (Rio Grande do Sul, 1891).

Dentre as competências tributárias, o art. 47 traz especificamente uma de importante nota para história dos conflitos vividos pelo Rio Grande do Sul ao longo das próximas décadas, ali se expunha, sem sutilezas, as questões políticas existentes:

> Art. 47º. [...] §10 A exportação de produtos do Estado e a transmissão de propriedade deixarão de ser tributadas, logo que a arrecadação do imposto chamado territorial estiver convenientemente regularisada (Rio Grande do Sul, 1891).

Assim, seria incentivada a industrialização e exportação de bens no estado por meio de imunidade tributária. Por outro lado, haveria um imposto territorial, que seria particularmente criticado pelos antigos liberais, ou seja, aqueles que representavam os interesses das grandes propriedades rurais estaduais, que se concentravam nos Pampas – os adversários políticos que Júlio de Castilhos lutava para superar durante o período de pacificação.

Sobre os aspectos eleitorais, os candidatos deveriam ser alistáveis e residirem no estado por ao menos quatro anos antes das eleições. Seriam eleitos por sufrágio direto dos eleitores, como ocorria desde a Lei Saraiva no Brasil (Feloniuk, 2015, p. 88), o que representava uma diferença em relação ao pensamento positivista comteano, que preconizava eleições indiretas representando as corporações da sociedade (Axt, 2002, p. 12). Os membros seriam 48 (arts. 35, 36 e 38). Os mandatos durariam 4 anos (art. 39) (Rio Grande do Sul, 1891).

4.3 Judiciário

O Judiciário estadual aparecia dos artigos 50 a 61. Havia um Superior Tribunal, na capital, com sete desembargadores escolhidos pelo presidente dentre os juízes de comarca, respeitando a antiguidade. O tribunal, além de apelação, era responsável por julgar os processos propostos contra o Estado com fundamento em disposições da

Constituição, leis e regulamentos (arts. 51 a 53) (Rio Grande do Sul, 1891).

Havia os juízes de comarca, nomeados pelo presidente do Estado após concurso realizado pelo Superior Tribunal. Os juízes eram responsáveis pelas causas cíveis e penais, inclusive aquelas que fossem de competência dos juízes distritais (art. 55) (Rio Grande do Sul, 1891).

Desembargadores e juízes de comarca, apesar de nomeados pelo presidente, tinham a defesa de suas atribuições na Constituição e eram expressamente os únicos do sistema judiciário a serem chamados magistrados. Perderiam o cargo apenas por sentença. Sua remoção, se não fosse a pedido, ocorreria mediante processo, que deveria ser enviado ao Presidente do Estado (art. 56). A distribuição desses cargos nos municípios era feita pelo presidente (Rio Grande do Sul, 1891). Apesar das seguranças formais, o sistema era dominado pelo presidente e o papel de nomeação daqueles aprovados era importante ao regime e Júlio deu grande atenção à organização judiciária após a estabilização política.

Em cada município também havia um júri para causas criminais, com apelação ao Superior Tribunal (art. 58) e, com mandatos de quatro anos, um juiz distrital com competência civil para causas de até quinhentos mil réis (art. 59), nomeado pelo presidente do Estado. O art. 60 prevê, também, a instituição do Ministério Público, composto por um Procurador-Geral do Estado nomeado dentre magistrados do Superior Tribunal e um promotor público em cada comarca (art. 60) (Rio Grande do Sul, 1891).

Durante a elaboração da Constituição, Castilhos havia proposto um judiciário com características um pouco diferentes, com a eliminação da exigência do diploma de bacharel, a abolição do júri e a eleição de juízes distritais por sufrágio popular. Axt (2002, p. 11) relata que essas propostas foram alteradas devido à reação da magistratura a essas partes do projeto, mostrando sua capacidade de moldar parte dos acontecimentos.

4.4 Municípios

O estado do Rio Grande do Sul era dividido em municípios, "independentes em seus interesses peculiares" para regular suas atividades respeitando a Constituição (art. 62). O tema é estabelecido entre os artigos 62 e 70 da Constituição (Rio Grande do Sul, 1891).

O intendente municipal seria chefe da administração municipal, o responsável por dirigir e fiscalizar os serviços municipais, e um conselho seria responsável por manter tais serviços. Intendente e membros do conselho seriam eleitos simultaneamente por eleição direta a cada quatro anos, mas seriam nomeados pelo Presidente do Estado, como o vice-intendente (Rio Grande do Sul, 1891).

O Rio Grande do Sul só teria outra Constituição em 1935. Antes dela, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros dominaram a política estadual com o PRR na maior parte do período.

5 Lei eleitoral de 1913

Superado o "governicho" e sua legislação, e após a pacificação representada pelo fim da Revolução de 1893, a primeira lei eleitoral representativa do castilhismo no Rio Grande do Sul foi promulgada em 12 de janeiro de 1897, a Lei n. 18. Foi o período no qual Júlio promulgou grande quantidade de leis centrais ao momento político do estado e que impactaram o desenvolvimento da sociedade por décadas após sua saída do poder. Elas versaram sobre política, imigração, funções judiciárias, direito penal, funções das polícias, educação, sanitarismo, transmissão de bens imóveis, obras públicas, e foram centrais à concretização do positivismo proposto por ele. Na legislação eleitoral, além de respeitada a Constituição, foi estabelecido o voto à descoberto, marca do momento eleitoral do regime, ainda que criticado mesmo durante sua implantação (Franco, 2013, p. 188-189).

As eleições de 1922, no entanto, seriam feitas utilizando nova lei, de 1913, que, sobretudo, inovava na eleição obrigatória das minorias políticas ao parlamento estadual. Vinte e dois anos depois da Constituição, a Lei n. 153, de 14 de julho de 1913, foi publicada por Borges de Medeiros no jornal A Federação (Rio Grande do Sul, 1913). Em uma defesa na forma de cinco artigos, publicados entre 10 e 24 de junho de 1913, o deputado estadual Alcides Cruz apresenta a norma como inspirada no sistema belga, defendido como capaz de representar minorias e formar um colegiado representativo mesmo com o domínio de um partido (Cruz, 1913a).

Além da lei, foram publicadas as sugestões dos cidadãos, a resposta do governo a elas, em geral negando as sugestões, mas acatando correções

e aperfeiçoamentos gramaticais, diminuição de textos desnecessários e, raramente, melhorias procedimentais no processo eleitoral. Essa seria a legislação importante no período de contestação do regime por seus oposicionistas e os procedimentos no dia da eleição estabelecidos nela eram fundamentais para compreender a política estadual.

5.1 Eleições

A Constituição do Estado foi desenvolvida e concretizada na lei. As eleições para presidente do Estado e representantes seriam por sufrágio direto dos eleitores inscritos no registro eleitoral (art. 78). O número de representantes da Assembleia passaria a ser apenas 32 (art. 82).

Para presidente, as eleições seriam realizadas sessenta dias antes do término do mandato, como determinava a Constituição. Caso tanto o presidente quanto o vice estivessem impossibilitados de assumir, a presidência caberia a um dos secretários de estado, e eleições deveriam ser realizadas no mesmo prazo.

No caso das eleições para a Assembleia, cada eleitor deveria apresentar 32 nomes, que correspondiam ao número de cadeiras a serem preenchidas, sem divisão em circunscrições. Embora essa lista estivesse geralmente relacionada ao partido de preferência do eleitor, os eleitores tinham a liberdade de preenchê-la da maneira que desejassem.

O artigo 95 veta que eleitores tenham seu direito de voto negado por se apresentarem em locais diferentes dos de sua inscrição eleitoral – fato relevante para a prática eleitoral no estado e suas fraudes. O seguinte, art. 96, veta que a mesa eleitoral entre em apreciações sobre a identidade da pessoa do eleitor. O leitor poderia dar seu voto em qualquer mesa eleitoral, devendo apenas apresentar o seu próprio título. Muitas das queixas eram de que essa disposição permitia que votantes, ou quem se passasse por eles, pudessem votar várias vezes em locais diferentes, pela impossibilidade de verificação de quem já havia votado em outro local (Rüdiger, 1971b).

As mesas eleitorais funcionariam em cada distrito, conforme os arts. 87 e 88, presididas pelos juízes designados, tendo junto os seus escrivães secretariando e mais quatro mesários (a serem indicados por eleitores, em grupos de 25 eleitores para cada indicação de mesário). Caso houvesse excesso de indicações, preferência por aqueles indicados pelos grupos

maiores de eleitores. Na falta de indicações, o juiz escolheria eleitores presentes no dia da votação.

Além dos mesários, cada candidato à eleição poderia indicar um eleitor para fiscalizar os trabalhos em cada mesa. Além disso, grupos de mais de 25 eleitores poderiam indicar outros eleitores para o mesmo fim fiscalizatório. Estes teriam direito a assento nas mesas eleitorais e poderiam discutir as questões suscitadas ao longo do processo (arts. 127 a 131). Por fim, pelo art. 132, havia um direito amplo de oferecer protestos ao processo eleitoral; ele era aberto a qualquer eleitor presente e deveria constar nas atas analisadas mais tarde na Assembleia dos Representantes. Essas disposições permitiam que grupos amplos dos partidos se formassem na volta das mesas de votação e ali ficassem durante todo o processo.

A partir do momento da votação, os eleitores deveriam votar exibindo seu título e entregando dois exemplares iguais das listas com os nomes dos candidatos votados. A lista poderia ser escrita ou impressa, e o juiz deveria rubricar uma delas e devolvê-la ao eleitor. Logo depois, leria em voz alta os votos contidos na outra (na frente, portanto, dos grupos formados para fiscalizar), fazendo-os ser apurados (art. 98).

Era expressamente vedado o escrutínio secreto. Ele fora defendido, n'A Federação, como uma interpretação que dava fidelidade e responsabilidade ao eleitor (Penafiel, 1913, p. 1). Essa publicidade, o voto dado em voz alta e perante a mesa eleitoral e demais presentes era outro fator importante na formação do voto no Rio Grande do Sul e, muitas vezes, auxiliava na implantação de um voto de cabresto para o partido que tivesse dominância no local, seja a predominante força do PRR na maioria dos locais, seja da oposição.

Se houvesse falsidade do título, conforme o art. 96, o eleitor fosse falecido ou estivesse ausente, o voto seria recebido em separado. Reclamações no momento do voto também poderiam ser apresentadas por outros eleitores, que poderiam inclusive apresentar documentos para comprovar sua irresignação contra um voto específico. Nesses casos, documentos falsos ou impugnados seriam recolhidos e, ao final dos trabalhos, tudo seria enviado para a Assembleia dos Representantes, que fazia as apurações.

As situações mais graves eram listadas no art. 108: se houvesse violência, a ordem deveria ser restabelecida pelos membros da mesa. Indivíduos armados deveriam ser retirados da mesa, com registro para apuração de responsabilidade penal. No caso de agressões físicas, havia expressa autorização de prisão do agressor. Como será narrado a frente, nas eleições de 1922, como em outras, foram fartos os acontecimentos violentos que a lei não era capaz de impedir (Rüdiger, 1971b; 1971c.

As eleições começariam às 8 horas do dia da eleição, assim que a mesa terminasse de se formar e deveria estar munida da lista de eleitores do local (art. 92). Os votos não deveriam ser interrompidos enquanto houvesse eleitores esperando (art. 111), permitido o revezamento e substituições dos mesários para repouso e alimentação. O art. 102 determina a imediata apuração - que entrava noite adentro e facilmente chegava ao dia seguinte. O presidente da apuração deveria escrever o número de eleitores, os votos em cada candidato e reunir todas as reclamações e dados sobre horários, mesários e ocorrências (art. 104) para a apuração geral na capital.

5.2 Representação das minorias

A mais importante inovação eleitoral da lei de 1913 era regulamentada a partir do artigo 81. No artigo era normatizado: "Todas as opiniões políticas terão direito à representação proporcional às suas forças eleitorais". O artigo 83 trazia os detalhes sobre o modo de apurar essa representação minoritária entre os 32 representantes do legislativo. Os parágrafos 4º e 6º determinam um cálculo que garante a existência de vaga(s) para a minoria - ao menos uma vaga seria sempre delas caso tivessem um único voto.

Essa forma estabelecida garantia que frações minoritárias de votos fossem o suficiente para garantir representação, o que não ocorrera, por exemplo, na formação da assembleia constituinte, em que a existência de listas garantiu representação completa ao PRR. Até aquele momento, o domínio do PRR era completo.

5.3 Apuração geral

A apuração cabia à Assembleia dos Representantes, conforme arts. 115 e seguintes. O tema tomou importância pela forma como acabou

cabendo ao colegiado, definições essenciais para o desfecho das eleições da década de 1920. Representantes da assembleia deveriam se reunir em sessenta dias após as eleições para apurar os votos. Uma junta de três membros composta por autoridades estaduais faria o trabalho (art. 119). Ela deveria fazer a apuração em voz alta (art. 121) - ainda que, em 1923, tenha ocorrido a apuração sem a presença de público ou representantes da oposição, com publicação apenas do parecer final, um dos diversos argumentos da oposição contra a legitimidade de Borges de Medeiros no poder naquele momento (Noll; Trindade, 2005, p. 69).

5.4 Capacidade eleitoral ativa

Os eleitores eram estabelecidos entre os artigos 1º e 6º da lei. Eram cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos, domiciliados no estado e detentores dos direitos civis e políticos. Não havia voto feminino. A cidadania brasileira era a estabelecida pela Constituição Federal, cujas disposições eram copiadas na íntegra:

> Art 69 - São cidadãos brasileiros:
> 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação;
> 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República;
> 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiver em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se;
> 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;
> 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;
> 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados (Brasil, 1891).

Era expressamente proibido o alistamento de eleitores mendigos, analfabetos, praças (exceto os alunos de escolas de ensino superior) e religiosos sujeitos a votos de obediência ou renúncia à liberdade individual (art. 2º, §2º).

A suspensão dos direitos políticos ocorria devido à incapacidade física ou moral ou condenação criminal enquanto durassem os efeitos. A perda definitiva dos direitos políticos ocorria por motivos como naturalização em país estrangeiro, emprego ou pensão em países estrangeiros sem a

licença do Poder Executivo, alegação de crença religiosa para se isentar de ônus impostos aos cidadãos e por aceitar condecorações e títulos nobiliárquicos estrangeiros (art. 2º, §1º).

5.5 Registro eleitoral e título de eleitores

Foi inaugurado um registro eleitoral permanente no Rio Grande do Sul. Ele deveria ficar na sede de cada município. Uma vez inscrito, o cidadão só poderia ser retirado por sentença ou pelos motivos listados: morte, mudança de residência para outro município, falsidade e fraude na inscrição e perda dos direitos de cidadania ou dos direitos políticos (art. 7º a 59).

A respeito dos títulos eleitorais, regrados a partir do artigo 60 da lei, eles eram devidos a todos os que fossem regularmente inscritos nos registros eleitorais municipais e deveriam ser assinados também por magistrados. Caso houvesse demora na sua expedição, o eleitor ou seu advogado poderiam requerer ele para o juiz de instância superior e, depois, ao Superior Tribunal.

5.6 Requisitos para candidatura

Para presidente, as regras são estabelecidas a partir do artigo 70. Ele deveria estar na posse dos direitos civis e políticos, ser rio-grandense nato (nascido no estado ou filho de pais rio-grandenses a serviço do estado ou da União), ter mais de trinta anos e residência no estado. Eram inelegíveis para o cargo os parentes consanguíneos ou afins, nos dois primeiros graus, do presidente ou do substituto no tempo das eleições.

Os candidatos à assembleia deveriam estar no gozo dos direitos civis e políticos. Se fossem rio-grandenses natos, deveriam ter residência no estado há mais de quatro anos. Se não fossem, há mais de seis (artigo 72). Além dessas regras, não eram elegíveis, pelo artigo 75: secretários de estado, magistrados, funcionários de ordem judiciária, funcionários e autoridades da União, concessionários de favores ou prêmios em obras da União ou Estado, administradores de empresas nas situações anteriores.

5.7 *Recall* rio-grandense

O diploma eleitoral, inovando em relação à Constituição da República, cria um sistema de recall no Rio Grande do Sul. Ele é expressamente conectado à experiência da Constituição dos Estados

Unidos e às normas eleitorais de Utah, Oregon, Dakota, Montana, Wyoming, Nevada, Colorado, Oklahoma e Idaho (Cruz, 1913b), mostrando a intensidade da circulação de ideias norte-americanas (Feloniuk, 2019). Ela afirma que a quarta parte (25%) do eleitorado poderia propor a cassação de mandatos dos membros da Assembleia, um percentual muito alto para sistemas assim.

Caso ocorresse, o representante deveria ter a seu favor a metade mais um dos votos totais do eleitorado. Tal proposta poderia ser apresentada a qualquer momento, com a assinatura dos proponentes, e deveria ser enviada pela Assembleia dos Representantes ao governo do estado, para que se procedesse a uma convocação aos eleitores perguntando: "Deve-se ou não considerar cassado o mandato do representado do Estado F.?". A votação deveria ocorrer em até três meses.

6 O cenário político e a aplicação das regras eleitorais

Apresentadas as normas, volta-se ao momento central de seu uso. A respeito da fase final do Governo de Borges de Medeiros, a historiografia discute a existência de um desgaste de longo prazo, no qual seu poder permanecia, mas com gradativa perda de prestígio (Félix, 1996; Sá, 1973). Foi um período de permanência da estrutura governamental e do PRR, com apoio incontestado ao líder por parte de seu partido. No entanto, houve enfraquecimento perante a opinião pública, especialmente entre os jovens que passaram a vida sob seu governo e não o apoiavam, o crescimento de uma oposição proveniente das antigas forças vencidas e dissidências que surgiram ao longo dos anos, incluindo de dentro do próprio partido.

Além disso, disputas envolvendo a sucessão presidencial também o enfraqueceram (Love, 1971, p. 197-213). Para as eleições nacionais de março de 1922, havia sido organizada a Reação Republicana, o primeiro movimento a confrontar os dois maiores estados e uma coligação de estados menores descontentes. O apoio de Borges de Medeiros ao candidato derrotado da Reação, Nilo Peçanha, colocava-o em uma situação de antagonismo com Bernardes, o candidato vencedor das oligarquias de Minas e São Paulo. A oposição rio-grandense havia se posicionado a favor do presidente eleito e mantinha boas relações com

ele desde então (Love, 1971, p. 217). Uma intervenção de Bernardes poderia afetar os rumos da campanha estadual.

Em 1921, haviam se iniciado os trabalhos de uma nova legislatura na Assembleia de Representantes. Três deputados oposicionistas ao PRR estavam no parlamento. A partir deste período, ocorreria a consolidação da oposição, após décadas de pacificação política alcançada por Júlio de Castilhos.

Além das questões eleitorais, havia o restante das críticas feitas a Borges. É possível resumi-las em: centralização de poder; sucessivas reeleições; incompatibilidades entre a Constituição estadual e a federal, sobretudo com a liberdade de o presidente do Estado eleito apontar seu vice após as eleições; inexistência de regras para minorias nas eleições ao parlamento federal; influências sobre a atuação do Poder Judiciário em casos; desrespeito às prerrogativas constitucionais dos magistrados; o júri popular ter sua deliberação em público; intervenção em municípios por meio de intendentes provisórios permanecendo por longos períodos; nomeações de vice-intendentes serem uma prerrogativa do presidente do Estado; anexações de municípios com maiorias oposicionistas a localidades vizinhas disciplinadas ao PRR (Axt, 2002, p. 22; Franco, 1996, p. 6-23).

Cumprindo suas funções predominantemente ligadas ao orçamento, o parlamento não fora o foco de acontecimentos políticos importantes, ainda que a oposição criticasse o governo com os meios que possuía, especialmente em temas orçamentários (Trindade; Noll, 2005, p. 65). Sequer havia um líder para representar a maioria e a minoria no colegiado, tamanha a predominância do PRR, que na maior parte do tempo, ocupava 31 das 32 cadeiras desde a lei nova, salvo a destinada à minoria (Rio Grande Do Sul, 1913).

Em meio a esse cenário local, o contexto era de uma dupla crise fora do Rio Grande do Sul. Ambas afetando o estado.

A crise externa era o momento pós-Primeira Guerra Mundial, com uma grave crise econômica na Europa em recuperação e suas repercussões sobre o Brasil. Os milhões de mortos, mudanças culturais, a Revolução Russa de 1917, o socialismo e o comunismo, o surgimento das ideologias que logo vicejariam no contexto que levaria à Segunda Guerra Mundial, imprimiam um novo momento, profundamente diferente daquele visto

no final do Império. Ideias que não demorariam a chegar ao Brasil, na forma de protestos em prol das cidades, deixadas para trás na proteção ao café, busca de melhores condições de trabalho, novas ideias sobre a organização do sistema econômico e social – inclusive no pensamento dos tenentes, que a partir daquela década atuariam no Brasil.

Os preços do café estavam em queda, e as diversas tentativas de controlar a produção e a exportação sucessivamente falhavam, levando a dívidas e emissão de títulos. Os altos custos das políticas de controle repercutiam também no atraso do desenvolvimento da indústria e na insatisfação de regiões do Brasil não beneficiadas por elas, que muitas vezes se sentiam sustentando-as (Borges De Medeiros, 1933, p. 48-52; Pesavento, 1980, p. 11-13). Isso era especialmente relevante no caso do Rio Grande do Sul. As crises políticas que levariam ao fim da Política dos Governadores não eram visíveis, mas as discussões estavam postas.

Minas Gerais e São Paulo continuavam em condições de dominar a política nacional naquele momento, como haviam provado ao derrotar a coalizão de estados periféricos liderada por Nilo Peçanha. No entanto, a oposição de outros estados, dos militares em crise recente e aguda com Bernardes e dissidências internas estavam crescendo. Nesse cenário, Borges de Medeiros se aproximou dos estados opositores e desempenhou um papel central na candidatura de Nilo contra Bernardes, sugerindo seu nome e apoiando-o. Isso fez com que o Rio Grande do Sul se tornasse o estado com maior peso político na coalizão que incluía Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e dissidentes de Minas. Borges de Medeiros estava insatisfeito com a política nacional de proteção ao café, defendia políticas nacionais de transporte e, conforme Love, estava preocupado com a falta de compromisso de Bernardes com o preço do charque. Ele não aceitou pacificamente a decisão unilateral de Minas Gerais e São Paulo (Love, 1971, p. 204-205).

O eleitorado rio-grandense havia votado em massa no candidato Nilo Peçanha, 96.051 votos (Abreu, 2013). O candidato eleito, Artur Bernardes, obteve apenas 11.632 votos no estado, a maioria vinda dos federalistas e grupos dissidentes.

Com o levante de 5 de julho no Rio de Janeiro e Mato Grosso, uma das primeiras revoltas tenentistas contra a eleição de Artur Bernardes, a tensão local se agravou. Ela foi suavizada em um primeiro momento

quando a imprensa noticiou que, por instruções de Porto Alegre, os representantes do PRR na Câmara Federal iriam diminuir sensivelmente suas posições contra o governo central (Rüdiger, 1971a, p. 01)[2].

Pouco depois, em agosto, os ânimos - e a imprensa - voltaram a se inflamar. Começaram a ser organizadas as chapas para a nova eleição no Rio Grande do Sul, a eleição de 1922. De um lado, Assis Brasil se assumiu como candidato da campanha oposicionista a Borges – a oposição surgida na constituinte, agora, ressurgiu em um novo momento decisivo. Assis Brasil, inclusive, indicou previamente um vice em sua chapa (Rüdiger, 1971a, p. 01), contrariando a Constituição estadual. Sua base argumentava que isso se adequava ao sistema estabelecido na Constituição Federal de 1891, que eles pretendiam seguir e, no que fosse necessário, mudar a estadual. Estavam se delineando os campos de contestação da Constituição e das práticas eleitorais pelo candidato de oposição.

Os opositores também usaram a imprensa para sugerir que Artur Bernardes iria apoiar Assis Brasil e os federalistas na oposição, na tentativa de buscar a intervenção presidencial. Além disso, críticas surgiram em relação às sucessivas reeleições de Borges e ao quão "original" era esse regime republicano. A Gazeta de Notícias, citada por Rüdiger, destacou: "O Rio Grande do Sul chama a atenção de todo o país para a extraordinária originalidade do seu modo de compreender o regime republicano - pela 5ª ou 6ª vez, vai reeleger-se presidente do Estado o Sr. Borges de Medeiros" (Rüdiger, 1971a, p. 01).

Efetivamente, uma comissão formada por deputados republicanos fez uma consulta e, de maneira unânime, o PRR apresenta seu apoio à reeleição, situação que logo se consolida com a posição de Borges, que indica sua intenção de ser candidato.

A seguir, veio a campanha. Os republicanos do PRR e Borges voltaram a receber um apoio amplíssimo da estrutura política, com sinalizações de apoios vindos das prefeituras e discursos de autoridades a seu favor. A Federação publicava muitas dessas manifestações, dando-

2 A partir desta seção, haverá especial atenção a uma série de reportagens do jornalista Sebalt Rüdiger publicada no Correio do Povo em 1971. A série é sobre os acontecimentos de 1922 e 1923. Ela foi fornecida por Miguel Frederico do Espírito Santo, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e possui uma narrativa detalhada e extenso uso de fontes primárias.

lhes grande destaque. O PRR organizava a campanha, e Rüdiger narra que Borges não buscou votos por meio de discursos e não compareceu nem ao maior comício a seu favor, organizado em 15 de novembro. No entanto, a organização e a imprensa criavam um clima de euforia em seu favor (Rüdiger, 1971b).

Assis Brasil e os federalistas, por outro lado, organizaram uma oposição inédita até aquele momento. Criaram uma comissão central em Porto Alegre e tentaram organizá-la em outras cidades. Houve uma manifestação de maior escala organizada em 7 de outubro, na qual a candidatura de Assis Brasil promoveu uma passeata pela Rua dos Andradas com discursos a seu favor. Além disso, ele fez um circuito passando por várias cidades, incluindo Bagé, Uruguaiana, Itaqui, Alegrete, São Gabriel, Pelotas, Cruz Alta, Santa Maria, fazendo campanha para si mesmo, criticando duramente Borges e a falta de democracia, indicando inclusive ser a favor da atuação federal interventiva no estado.

Assis Brasil também falava sobre a lei eleitoral e como ela fora criada pela ditadura, apontando suas falhas que possibilitavam fraudes. Na prática, suas chances de vitória eram pequenas. Rüdiger narra que a organização oposicionista não ocorreu sem dificuldades impostas pelos republicanos, e nas cidades do interior, houve entraves mais evidentes a essas manifestações (Rüdiger, 1971a, p. 01). Também foi notável a mudança do prazo final para inscrição eleitoral naquele ano, que foi antecipada para 25 de outubro, enquanto havia uma campanha para que os apoiadores de Assis Brasil se inscrevessem em seu apoio no dia 05 de novembro (Rüdiger, 1971b, p. 01).

Na véspera do pleito, em 24 de novembro, Assis Brasil retornou a Porto Alegre e publicou um manifesto ao povo rio-grandense. Nesse manifesto, ele fez duras críticas ao sistema eleitoral, denunciando o que chamou de "farsa do dia 25". Assis Brasil apontou o alistamento de pessoas sem direito de voto, o registro fora de prazo, a possibilidade de votar várias vezes em locais diferentes, votos em nome de pessoas falecidas e ameaças recebidas por seus apoiadores para impedir que votassem (Rüdiger, 1971b, p. 01).

7 A realização do pleito de 1922

A eleição de 1922 ocorreu em 25 de novembro. A Federação havia narrado os procedimentos, conforme legislação eleitoral. O eleitor deveria comparecer a partir das 8 horas da manhã e seguir as regras eleitorais determinadas na lei. Não havia uma hora determinada para o final da votação, e, em alguns locais, a votação continuou até a manhã do dia 26. Após o encerramento da votação, os votos começariam a ser apurados imediatamente, em um processo que se estendia por muitas horas. A apuração e divulgação dos resultados de cada local deveriam ocorrer imediatamente.

Na capital, Porto Alegre, havia dez distritos eleitorais, cada um com sua mesa eleitoral. Os opositores apontavam grandes problemas de organização e dificuldades de acesso aos eleitores, pois ao longo do dia, as mesas eleitorais ficavam envoltas a grandes aglomerações. Como exemplo, segundo relatos da imprensa local de Porto Alegre, uma mesa eleitoral foi derrubada na Lomba do Cemitério, o que levou à intervenção da Brigada Militar (Rüdiger, 1971b, p. 01).

As cidades do interior enfrentaram problemas ainda maiores durante as eleições de 1922. Em Passo Fundo, foi relatado que um deputado "assaltou" uma urna. Em São Francisco de Assis, houve relatos de disparos de tiros. Em Caçapava, uma discussão entre duas famílias resultou em mortes. No entanto, o caso mais grave ocorreu em Alegrete. Lá, o voto de um eleitor republicano não foi aceito pela mesa eleitoral, o que levou a muitos tiros disparados contra a mesa. Posteriormente, narrou a imprensa, os federalistas, apoiadores de Assis Brasil, cercaram o prédio e dispararam mais tiros na direção da mesa eleitoral. A violência se generalizou, com tiros sendo disparados de dentro de carros.

Nesse último episódio, o Coronel Vasco Alves, o Major Marcinho Rodrigues e João Pedroso morreram, e cerca de uma dúzia de pessoas ficaram feridas. Posições municipais dos dois partidos se manifestaram sobre o episódio, acusando uns aos outros. Os partidários de Assis Brasil alegaram que os republicanos queriam interromper as votações em um local onde Borges estava perdendo por uma larga margem. Borges precisou se manifestar ao Ministro da Justiça sobre o episódio, afirmando que a paz foi restaurada imediatamente pela Brigada Militar (Rüdiger, 1971c, p. 01).

Coações, cédulas falsas e votos de cabresto eram amplamente denunciados na imprensa das cidades (Rüdiger, 1971b, p. 01). Sobre o tema, por sua autoridade, o Ministro Paulo Brossard pode ser o primeiro a ser citado:

> As fraudes eleitorais, sempre abundantes, nessa eleição disputada, foram exageradas, tanto mais que era a primeira vez no período republicano que surgia um candidato que, reunindo todas as frações da oposição, e sendo uma personalidade solar, com larga penetração em setores neutros, ameaçava a placidez do regime que a ferro e fogo se implantara no Rio Grande (Brossard, 1989, p. 160).

Importa ressaltar, no entanto, que os graves acontecimentos passam longe de serem provenientes apenas dos republicanos do PRR, apesar de sua capacidade superior de ingerência nos acontecimentos eleitorais. Mesmo as narrativas da imprensa da época se voltam também aos aliados de Assis Brasil. Uma troca de palavras feitas décadas depois foi encontrada em depoimento realizado no dia 10 de outubro de 1980, no qual Artur Ferreira Filho, um ex-republicano, dialoga com o então deputado Carlos Santos, e com Orlando da Cunha Carlos, Heitor Galant e Manoel Corrêa Soares. Na passagem, há um diálogo sobre os acontecimentos da época. Ferreira Filho e Galant, este último um federalista que apoiava Assis Brasil no período, afirmam:

> Artur Ferreira Filho: (...) Refere-se, outrossim, às eleições daquele tempo. E, por uma gentileza, que eu agradeço, diz que a fraude era generalizada. Não atribui ao meu Partido Republicano o campeonato da fraude eleitoral, como era então dito. Fico muito grato ao amigo Libertador por esse ato de gentileza para com o seu patrício.
> Heitor Galant: Realmente, a fraude era generalizada (UFRGS, 1980, p. 663).

Tamanha era a expectativa gerada que dois locais de apuração (*placards*) foram instalados em Porto Alegre, à frente do Correio do Povo e da Federação. O primeiro resultado geral a ser publicado foi o do Correio do Povo, com 109.729 votos para Borges e 38.533 para Assis Brasil. Depois, a Federação daria 108.627 votos para Borges. Em poucas cidades, Assis Brasil tinha ficado à frente: Canguçu, Piratini, São Gabriel e São Sepé. Em alguns municípios, ele ainda obtivera uma

votação alta, mas na maioria dos municípios do estado, Borges tinha ficado com a grande maioria dos votos (Rüdiger, 1971c, p. 01).

A lei exigia votação de três quartos dos votos (75%) para que um candidato à reeleição sucedesse a um novo mandato. Isso foi um problema para Borges de Medeiros porque a votação teve alta abstenção e, apesar da votação tão expressiva, ele poderia não ter os 75% necessários, considerando essa larga parte da população que não votara, como queriam os opositores em sua interpretação do texto. O Correio do Povo estimava que, para alcançar a proporção, seriam necessários 111.195 votos. Assim, os correligionários de Assis Brasil demandavam a vitória de seu candidato, pois não bastaria a vitória de Borges; seriam necessários os 75% não alcançados (Rüdiger, 1971c, p. 01).

Os resultados, no entanto, seriam da Assembleia dos Representantes, de maioria do PRR, que faria a revisão dos trabalhos, apuraria os votos e tomaria decisões a respeito dos recursos apresentados. Como havia ocorrido há tão pouco tempo nas eleições presidenciais entre Nilo e Bernardes, o parlamento teria o papel de dar o resultado final e indicar o vencedor, uma função determinante quando as votações eram próximas, como afirma Love (1971, p. 218). Assis Brasil, já em Pedras Altas, pede a Borges para reconhecer que a Assembleia era suspeita para considerar o resultado, o que não ocorre (Rüdiger, 1971c, p. 013).

A Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia começa a trabalhar em 6 de dezembro. Dela fazem parte os republicanos Ariosto Pinto, José Vasconcelos Pinto e Getúlio Vargas. Os apoiadores de Assis Brasil iriam receber cópia do parecer final, mas não poderiam assistir aos trabalhos da comissão. Os federalistas foram muito críticos ao trabalho realizado, alegando que violava a lei eleitoral que previa publicidade aos trabalhos, inclusive com comícios públicos dos poucos deputados de oposição.

Assis Brasil, distante de Porto Alegre, passa a afirmar que a eleição de Borges de Medeiros não seria válida e a defender a intervenção federal (Rüdiger, 1971c, p. 01). Ele também propôs a formação de um colegiado para resolver a questão no qual deputados republicanos e oposicionistas estariam em igual número, mas contaria também com um senador e um deputado federal indicados por Assis Brasil e um representante do

Presidente da República, com direito a voto de desempate (Rüdiger, 1971c, p. 01).

Borges de Medeiros aceitou a mediação federal, mas não nos termos apresentados. Ele concordaria com a ideia de que Bernardes analisasse o caso e decidisse, sozinho, se os 75% necessários haviam sido alcançados após a Assembleia dos Representantes apontar o resultado final. Se Bernardes decidisse que os 75% não haviam sido alcançados, Borges aceitaria deixar o cargo.

Rüdiger menciona que Assis Brasil se viu moralmente forçado a aceitar essa proposta, mas sabia que o presidente não assumiria essa responsabilidade, como de fato não o fez. O apoio de Bernardes aos opositores não tornava fácil uma intervenção direta na política do terceiro estado, onde Borges mantinha um domínio firme e boas relações com os militares, em um momento em que Bernardes estava bastante desgastado com eles. Outras tentativas de intervenção do presidente foram feitas, inclusive substituir o presidente por Wenceslau Braz nas negociações, mas Assis Brasil não aceitou essas alternativas e, ao mesmo tempo, Borges insistia que o desfecho precisava ser baseado no reconhecimento ou não do resultado eleitoral (Rüdiger, 1971d, p. 01).

Em 17 de janeiro de 1923, o parecer da Assembleia foi divulgado. Ele declarou a anulação de votos devido a problemas com assinaturas, portadores de vários títulos de eleitor e votos duplicados, o que afetou os resultados declarados em Porto Alegre e em outras cidades (Trindade; Noll, 2005, p. 68). Esses atos representaram um reconhecimento oficial das fraudes eleitorais da época. Com os resultados iniciais da eleição geral, Borges havia recebido 108.766 votos e Assis Brasil, 38.211. Após a remoção dos votos irregulares, o resultado final reconhecido pela comissão foi de 106.360 votos para Borges e 32.216 para Assis Brasil. Borges também tinha alcançado os 75% necessários, com uma margem de 3.428 votos além do mínimo.

Esse parecer da comissão foi contestado, mas a Assembleia tinha apenas três aliados de Assis Brasil. Em suas declarações, Assis Brasil expressou sua insatisfação com essa apuração, alegando que o índice necessário não foi alcançado e que o total de votantes no estado era de 266.000, e Borges estava longe de alcançar esse número para sua reeleição (Rüdiger, 1971d, p. 01). As atas de apuração apontam uma

abstenção de 45,88%, uma população votante de 267.615 no qual 144.836 haviam votado (Rio Grande do Sul, 1922).

Em 24 de janeiro, o parecer foi aprovado com apenas três votos contrários, dos opositores. No dia seguinte, no final da tarde, Borges de Medeiros compareceu à Assembleia e tomou posse (Rüdiger, 1971d, p. 01).

8 O conflito de 1923

Brossard narra que na tarde em que Borges de Medeiros tomava posse para iniciar seu quinto mandato, o Deputado Artur Caetano iniciou o movimento revolucionário armado em Carazinho e Passo Fundo. Love informa que, para a execução desses planos, a assistência do governo federal e o apoio dos líderes de São Paulo e Minas Gerais foram decisivos, mas não houve uma interferência direta deles na política interna (Love, 1971, p. 219-220). Os seguidores de Assis Brasil, assim como federalistas menos ligados a ele, começaram a se reunir, organizando grupos armados em cidades, incluindo também Vacaria e Cruz Alta. Eles tentaram tomar algumas cidades, incluindo Passo Fundo, que foi defendida com trincheiras e armas. Em muitos locais, as forças de apoio a Borges, juntamente com a Brigada Militar, enfrentaram os federalistas (Rüdiger, 1971e, p. 01).

Iniciando o mês de fevereiro de 1923, havia notícias de novos agrupamentos armados de resistência sendo organizados pelo estado. Por vezes, várias centenas de homens estavam sendo reunidos em fazendas e imediações de cidades, sob a liderança dos insatisfeitos com as eleições e de históricos opositores do regime iniciado por Júlio de Castilhos. Em meados do mês, começa a se destacar Honório Lemes na cidade de Rosário, a quem Brossard apresenta como um homem de "instrução modesta e modesta situação econômica, tropeiro de profissão, o 'Andarilho da Liberdade'", que logo se tornaria um dos mais eminentes chefes do movimento (Brossard, 1989, p. 160).

Na região de Passo Fundo, revolucionários como Menna Barreto e Leonel Rocha lideravam uma força que provavelmente chegava a 4 mil homens, criticando Borges de Medeiros e pedindo a intervenção de Artur Bernardes. Na região de Pelotas e Porto Alegre, o mesmo pedido de intervenção ao Presidente da República era feito, especialmente pelo

deputado Alves Valença. O Presidente da República se manifestou, mas não interveio na situação. Ele enviou um comunicado pedindo uma atuação prudente por parte dos envolvidos.

Na última semana de março, ocorreu um dos episódios mais marcantes. No dia 24, opositores de Rosário e Alegrete formavam um exército de 1.200 homens. Era um grupo formado por líderes de várias cidades próximas que estavam se organizando e realizando incursões menores. As autoridades de Alegrete se dirigiram, antes de um ataque contra si, para Uruguaiana, levando consigo armamento e munição. Assim, a tomada se deu sem qualquer resistência e um início de organização administrativa na cidade foi iniciada, toda a região na volta passou para o controle dos revolucionários. Havia uma guarnição do Exército também, mas ela não atuou em um primeiro momento, apenas acompanhando a movimentação (Rüdiger, 1971f, p. 01).

Em abril, a insurreição parecia se estruturar ainda mais. Houve o ingresso na região das Missões, um contingente de aproximadamente mil homens. Outros focos surgiram. Eventualmente, revolucionários de Santa Maria emitiram uma mensagem a Artur Bernardes de que a cidade abandonaria seu pacifismo. Em meados do mês, outra organização, supostamente com 1.500 homens, parecia estar organizada em São Gabriel (Rüdiger, 1971f, p. 01).

Tendo Alegrete, a oposição se deslocou com um contingente ainda maior de homens, estimado entre 1.500 e 2.000, na tentativa de conquistar Uruguaiana. Eles mantiveram a tática de envolver-se em pequenos conflitos, realizar movimentações constantes e evitar derrotas contra as forças mais numerosas e bem armadas do governo. Neste ponto, o movimento federalista alegava que uruguaios haviam se incorporado ao exército opositor. Os confrontos iniciaram em 3 de abril e duraram os dois dias seguintes sem uma resolução clara.

No entanto, era Flores da Cunha quem administrava Uruguaiana. Ele mostrou grande habilidade militar e comandou um ataque eficaz contra as forças opositoras, o futuro líder político e militar estadual desponta a partir deste momento na sua trajetória política, que seria de grande importância para a história estadual. Armas haviam sido compradas na Argentina, e a cidade estava bem preparada para resistir e até contra-atacar os líderes rebeldes, incluindo Honório Lemes. Houve

mortes, inclusive na Argentina, com relatos de 60 mortos e 80 feridos entre os revolucionários e 1 morto e 4 feridos entre os defensores do governo (Rüdiger, 1971f, p. 01).

A força liderada por Honório Lemes foi perseguida pelas forças do governo após os confrontos em Uruguaiana. A superioridade em recursos e organização de Borges de Medeiros permitiu que suas forças se mobilizassem eficazmente para conter a revolução. Enquanto isso, os revolucionários enfrentavam problemas de suprimentos e uma fragmentação de suas forças, com diversos líderes locais atuando separadamente em várias cidades. As forças do governo, mais bem coordenadas, conseguiram cercar Honório e outros grupos rebeldes que se juntaram a ele nas proximidades. Após confrontos na região de Santa Maria Chico, os grupos rebeldes, agora somando cerca de 3.000 homens, se dispersaram e foram perseguidos pelas forças de Flores da Cunha. Honório conseguiu chegar a São Gabriel, onde chegou com aproximadamente mil homens sem enfrentar resistência imediata, mas logo foi novamente alvo de perseguição (Rüdiger, 1971g, p. 01).

Durante o conflito, estima-se que cerca de 6.000 homens participaram da revolta contra Borges de Medeiros. Em janeiro, antes do início da revolução, a Brigada Militar contava com um contingente de 2.000 homens. No decorrer do conflito, esse número aumentou para 3.500 na Brigada Militar, além de 8.500 homens em corpos provisórios. As forças do governo também estavam melhor armadas, o que levou a situações que entrariam na cultura rio-grandense, como lanceiros tentando combater os governistas com metralhadoras (Love, 1971, p. 220-221).

O Estado do Rio Grande do Sul foi dividido em cinco zonas: Norte, Nordeste, Centro, Sul e Oeste, cada uma com um comandante designado. Essas zonas correspondiam às áreas de atuação do exército libertador dos revolucionários. Para financiar esse aumento significativo de despesas, créditos extraordinários foram utilizados. Apesar do conflito, Borges de Medeiros manteve algum nível de liberdade de imprensa, para Rüdiger, respeitou as garantias constitucionais das regiões não envolvidas (Rüdiger, 1971h, p. 01).

Essas forças opositoras não estavam organizadas e se espalharam por várias cidades do estado, na maior parte das vezes, em situações de

confrontos de menor monta. Nas palavras de Brossard (1989, p. 163), uma guerra de guerrilhas. Não havia um comando central plenamente organizado e a carência de recursos era grande. Posteriormente, os líderes diriam que a finalidade do movimento todo seria criar uma instabilidade suficiente para justificar a intervenção federal. Notícias de imprensa, incursões em cidades, a movimentação, o aparente enfraquecimento de Borges no estado seriam, para esses líderes, o meio para alcançar essa finalidade.

O Presidente da República, no entanto, manteve-se em posição de neutralidade, inclusive em relação ao uso de tropas do exército. Em 2 de maio, o Presidente da República afirmou que o governo de Borges era legítimo em mensagem ao Congresso e que intervenções haviam ocorrido em estados com dualidade de poderes, o que não ocorria no Rio Grande do Sul (Rüdiger, 1971g, p. 01).

9 O Pacto de Pedras Altas

A pacificação ocorreria em dezembro, após negociações nos seis meses anteriores. Artur Bernardes, então, atuou constantemente. Ele estava em contato constante com Assis Brasil e enviou diversas propostas a Borges de Medeiros, por meio de representantes, que iniciaram pedindo sua renúncia e a alteração da Constituição, proibindo reeleições. Borges não aceitou, ainda que, com sua permanência no poder, ele estivesse disposto a aceitar uma anistia geral aos revoltosos. Na metade final do ano, no entanto, Borges parecia disposto a ceder em um ponto: ainda que não aceitasse renunciar, ele aceitaria negociar o fim das reeleições (Rüdiger, 1971h, p. 01).

Borges era o vitorioso no campo militar e no comando da política local, mas estava sofrendo gravemente na imprensa local e nacional. Havia a disposição de Artur Bernardes de influenciar os acontecimentos, nomeando pessoas de sua confiança para tentar negociar a paz e se mantendo próximo de Assis Brasil. Em curto espaço de tempo, o presidente tentou Tavares de Lyra, ministro do Tribunal de Contas e contato próximo do falecido senador Pinheiro Machado; Nabuco de Gouvêa, deputado federal rio-grandense e membro do PRR; e, por fim, o General Fernando de Setembrino de Carvalho, a quem Franco (1996,

p. 10-27) atribui papel determinante nas negociações, ao contrário das tentativas dos dois outros emissários.

Por sua vez, a vontade da oposição, de intervenção federal, ficou particularmente evidente com o episódio do senador borgista Soares dos Santos, que apresentou um projeto de intervenção federal, como queriam os opositores, propondo a atuação presidencial no estado. Soares Santos seria repudiado pelos membros de seu partido no Rio Grande do Sul.

Como resume Love, Bernardes pode ser visto como o principal vitorioso do acontecimento, ainda que não tenha derrubado o PRR. Ele enfraqueceu temporariamente os planos de influência do partido sobre os acontecimentos nacionais e garantiu a sucessão do líder mais longevo da Primeira República, que havia se oposto à sua candidatura pouco tempo antes (Love, 1971, p. 224). Apesar da atuação marcante do presidente no estado, ele não havia sido sequer o principal alvo, com Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro sofrendo alterações profundas em suas políticas internas devido à tentativa de se opor aos dois estados dominantes (Ferreira, 1998).

No PRR, o discurso de transigência parecia estar se desenvolvendo. Em setembro de 1923, quando se resolve fazer um Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense em Porto Alegre, para reafirmar o apoio a Borges e ao modelo político, o tom era conciliatório (Rüdiger, 1971h, p. 01). Assim, Borges de Medeiros assina, em 10 de novembro de 1923, o Protocolo de Porto Alegre, prévio ao Pacto de Pedras Altas, garantindo que aceitava condições em busca da paz imediata e do bem-estar geral. O conteúdo, entre outras disposições, trazia importantes alterações eleitorais, anistia, proibição da reeleição:

> Condições da pacificação geral
> 1ª. Reforma do art. 9º. da Constituição, prohibindo a reeleição do presidente para o periodo presidencial immediato.
> Identica disposição quanto aos intedentes.
> 2ª. Adaptação ás eleições estaduaes e municipaes da legislação eleitoral federal.
> 3ª. Consignar no projeto de reforma judiciaria uma disposição que conceda á justiça ordinária a attribuição de julgar os recursos referentes ás eleições municipaes.
> [...]

> 7ª. As minorias terão garantida a eleição de um representante federal em cada districto, salva a hypothese de uma nova divisão eleitoral.
> 8ª. Para as eleições estaduaes o Estado será dividido em seis districtos, ficando garantida a eleição de um representante das minorias em cada districto.
> 9ª. A representação federal do Estado promoverá a immediata approvação do projecto de amnistia em favor das pessôas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul e o Governo Federal dará todo o seu apoio a esta medida. [...] (Borges de Medeiros; Carvalho; Gouvêa, 1923).

Depois deste protocolo, ainda haveria mais um mês de negociações tensas, no qual Assis Brasil teve o papel de representar a oposição. De importante, foi aceita por Borges a alteração constitucional para que o vice da chapa presidencial fosse eleito, e não indicado. Também não haveria represálias aos líderes oposicionistas derrotados e retirada de alguns agentes públicos do governo, ainda que Borges não tenha aceitado dissolver os corpos provisórios da Brigada Militar. Haveria uma nova data também para as próximas eleições, de janeiro para maio de 1924, como queria a oposição, e da fiscalização por emissários da presidência (Franco, 1996, p. 18-24). Assim se estabeleceu o caminho para a paz. Em 14 de dezembro, no castelo de Pedras Altas, sede da propriedade de Assis Brasil, é assinado o Pacto de Pedras Altas.

Ainda que Borges de Medeiros tenha saído vencedor nas eleições, na luta contra os revolucionários e não tenha precisado ceder ao governo central, ele assina o final de sua trajetória como governador. Ele estava iniciando seu mandato e permaneceria no cargo, gerando insatisfação em seus adversários nos anos seguintes, que temiam a continuidade do governo e da força política do PRR. Outras três revoltas importantes aconteceriam antes do final de seu mandato em 1928, dentre elas a de 1924, na qual o capitão Luís Carlos Prestes se declarou contra Bernardes, em um movimento que inicialmente também foi de oposição a Borges, antes de ir em direção à Argentina, Iguaçu e em uma marcha de dois anos e meio pelo interior do Brasil (Love, 1971, p. 226-230).

Assis Brasil permaneceu exilado no Uruguai de 1924 a 1927, clamando por alterações eleitorais e, a partir dessa altura de sua vida, passando a defender reformas políticas em âmbito nacional. No exílio, em 1925, lançou o Manifesto da Aliança Libertadora, que três anos depois deu origem ao Partido Libertador, criado junto de Raul Pilla

e políticos da nova geração, como Alberto Pasqualini (Feloniuk, 2021, p. 22), um partido voltado a evitar uma candidatura de Borges ou seus aliados, assim como continuar a crítica ao regime. Assis Brasil não saíra da política.

Chegadas as eleições nacionais de 1926, pela última vez, a Política dos Governadores indicou seu candidato. Desta vez, sem qualquer oposição rio-grandense ou de outros estados. Washington Luís, de São Paulo, e o vice Fernando Melo Viana, de Minas Gerais, receberam 98% dos votos em uma eleição particularmente calma.

Borges de Medeiros, ao fim de seu mandato, cumpre o conteúdo do Pacto de Pedras Altas, especialmente o art. 1º, encerrando seu governo e apoiando que um destacado membro da nova geração de políticos rio-grandenses, o Ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, ocupasse seu posto. Ele se manteria na política estadual e nacional ainda por muitos anos, tendo a chance de ser aliado e opositor de Vargas antes de sua morte, aos 97 anos, em 1961.

Considerações finais

Há três elementos relevantes do ponto de vista eleitoral. As leis eleitorais foram feitas permitindo que o poder político de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros se consolidasse, como várias disposições mostram. Além disso, dos dois lados, houve fraudes eleitorais; elas eram sistemáticas, se davam em muitas localidades e não raro acabaram em violência. Por fim, terceiro fato, alguns elementos da legislação eleitoral eram tão centrais para a legitimidade do regime e do pleito de 1923 que era preciso agir respeitando suas disposições, mostrando como a legislação eleitoral continuava tendo importância na estruturação e legitimação do regime político. Isso se nota na importância que tinha a apuração no parlamento, a discussão sobre os 75% dos votos terem sido alcançados ou não.

Esses três elementos são parte dos grandes acontecimentos que se desenvolvem em 1923 e, retomando dissidências que vinham da queda do Império, levaram à saída de Borges de Medeiros do poder no final da década. Uma saída a seus termos, na qual ele termina seu mandato e tem voz ativa na sucessão, mas que também significava o final de uma era na política do Rio Grande do Sul.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. **Revolta de 5 de julho de 1922**. Criado em: 27 maio 2013. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201922.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. **Dictadura, Parlamentarismo, Democracia**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1908.

AXT, Gunter. Constitucionalidade em debate: a polêmica carta estadual de 1891. **Revista Justiça e História**, Porto Alegre, v. 2, n. 03, p. 1-29, 2002. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/static/2017/02/Justica-Historia-v2-n3-artigo-13.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

AXT, Gunter. Memórias da intolerância: antecedentes e causas da Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul. **Crítica & Controle**, Rio Grande do Sul, v. I, n. 2, p. 102-137, ago. 2023.

BORBA, José Vanderlei. A Revolução Federalista, uma reflexão. In: ALVES, Francisco das Nes; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). **Temas da Hsitória do Rio Grande do Sul**: Rio Grande: Editora da Fundação da Universidade do Rio Grande, 1994.

BORGES DE MEDEIROS, Antônio Augusto. **O Poder Moderador na República Presidencial** (Um ante-projeto de Constituição Brasileira). Recife: Diário de Pernambuco, 1933.

BORGES DE MEDEIROS, Antônio Augusto; CARVALHO, Fernando Setembrino de; GOUVÊA, José Thomaz Nabuco de. **Acta da Conferência para a Pacificação Geral do Rio Grande do Sul**, de 1923. Documento original.

BRASIL. **Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 27 nov. 2022.

BROSSARD, Paulo. Joaquim Francisco de Assis Brasil - 1857-1938. **Idéias Políticas de Assis Brasil.** Brasília; Rio de Janeiro: Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989. V.1.

CASTILHOS, Julio. A Crise. In: CASTILHOS, Júlio. **Pensamento político de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003. Texto publicado n'A Federação em 9 de junho de 1891.

CASTILHOS, Julio. Deodoro. In: CASTILHOS, Júlio. **Pensamento político de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003. Texto publicado n'A Federação em 10 de julho de 1890.

CASTILHOS, Julio. Política sem moral. In: CASTILHOS, Júlio. **Pensamento político de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003. Texto publicado n'A Federação em 20 de maio de 1884.

CRUZ, Alcides. A Nova Lei Eleitoral III. **A Federação - Orgam do Partido Republicano**, Porto Alegre, 13 jun. 1913a.

CRUZ, Alcides. A Nova Lei Eleitoral IV. **A Federação - Orgam do Partido Republicano,** Porto Alegre, 24 jun. 1913b.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. Castilhismo, capitalismo e obstrução da barra. In: ALVES, Francisco das Nes; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). **Temas da História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Ed. da Fundação da Universidade do Rio Grande, 1994.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universiade/UFRGS, 1996.

FELONIUK, Wagner. Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, turma de 1928: a controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a mentalidade pós-guerra. In: FELONIUK, Wagner (Org.). **1928, uma polêmica do pós-guerra:** Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini, Estado moderno e novas ideias. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021.

FELONIUK, Wagner. Influências da circulação de ideias norte-americanas sobre o sistema de controle de constitucionalidade da Constituição de 1891. **Revista da Faculdade de Direito** - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 74, p. 435-472, 2019.

FELONIUK, Wagner. O Desenvolvimento Normativo do Direito Eleitoral no Período Imperial Brasileiro. **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 1, p. 73-93, 2015.

FELONIUK, Wagner. O pensamento político de Alcides Cruz: conceitos, separação de poderes, atuação estatal. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (Org.). **Parlamentares Gaúchos**: Alcides Cruz. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, v. 14, p. 137-172, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Reação Republicana. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbetes/reacao-republicana. Acesso em: 15 out. 2023.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A pacificação de 1923**: as negociações de Bagé. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 5. ed. Porto Alegre: Edital, 2013.

LOVE, Joseph L. **O Regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

PENAFIEL, Carlos. A Nova Lei Eleitoral V. **A Federação - Orgam do Partido Republicano**, Porto Alegre, 2 jun. 1913.

PESAVENTO, Santa Jatahy. **RS**: a economia & o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PINTO, Francisco Rogério Madeira. A Constituição castilhista de 1891 e a fundação do constitucionalismo autoritário republicano. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 118, p. 245-292, jan./jun. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **A Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Officinas typographicas d'A Federação, 1891.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 153, de 14 de julho de 1913. **A Federação - Orgam do Partido Republicano**, Porto Alegre, 19 jul. 1913.

RIO GRANDE DO SUL. **Quadro demonstrativo do número de eleitores estaduais em 1922.** Documento original.

RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 01 - I - A Fase Eleitoral. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971a.

RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 02 - I - A Fase Eleitoral. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971b.

RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 03 - I - A Fase Eleitoral. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971c.

RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 04 - I - A Fase Eleitoral. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971d.

RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 05 - II - A Oposição Armada. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971e.

RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 06 - II - A Oposição Armada. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971f.

RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 07 - II - A Oposição Armada. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971g.

RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 08 - III - A Política da Intervenção. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971h.

SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SENNA, Adriana Kivanski de. Borges de Medeiros e o Projeto de Lei Eleitoral do Estado (1913). In: ALVES, Francisco das Nes; TORRES, Luiz Henrique (orgs.) **Temas da História do Rio Grande do Sul**: Rio Grande: Editora da Fundação da Universidade do Rio Grande, 1994.

TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. **Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890 - 1937)**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

UFRGS. **Simpósio sobre a Revolução de 30.** Porto Alegre: ERUS, 1983.

A SEGUNDA FASE DO "ZEITSCHRIFT FÜR DIE ALTERTHUMSWISSENSCHAFT" (1843-1857): ESTUDOS SOBRE A ANTIGUIDADE CLÁSSICA NO PERIODISMO CIENTÍFICO ALEMÃO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Alfredo de J. Flores[1]
Estéfano Elias Risso[2]

1 Introdução

Não há dúvidas de que os periódicos são um importante objeto para o estudo historiográfico, já que desde cedo no século XIX se constituíram como um espaço importante para o diálogo científico e como relevantes instrumentos de pesquisa na área das humanidades ou "ciências do espírito" (Geisteswissenschaften).

1 Doutor em Direito e Filosofia pela *Universitat de València* (Espanha). Professor Titular de Metodologia Jurídica (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Direito (UFRGS). Lattes: http://lattes.cnpq.br/7869360544591698; Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1854-3367; Email: <ajdmf@yahoo.com.br>.

2 Doutorando em Filosofia Medieval na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Lattes: http://lattes.cnpq.br/7528447703742019; Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7308-700X; Email: <estefanompm@gmail.com>.

No presente trabalho se analisará brevemente a segunda fase do periódico germânico "Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft"[3], que se sucedeu de 1843 a 1857, com a finalidade de apontar, em sequência dos estudos já realizados sobre da primeira fase do periódico que ocorreu de 1834 a 1842 (Flores; Risso, 2021; Flores; Risso, 2022), a função dessa revista na consolidação dos Estudos Clássicos nos territórios de língua alemã na primeira metade do século XIX, especialmente no que diz respeito às investigações sobre conceitos jurídicos e políticos da Antiguidade Clássica[4].

Como indica o título da revista, ela foi fundada com o objetivo de trabalhar com a temática dos Estudos da Antiguidade Clássica, área vista então como um verdadeiro ramo científico ("Alterthumswissenschaft" significa literalmente "Ciência da Antiguidade"), embora novo no sentido de consolidação no campo dos saberes. E é justamente no período de sua fundação, a década de trinta do século XIX, que os periódicos começam a surgir como um meio viável de diálogo científico e de divulgação mais ampla de investigações individuais, inclusive do ponto de vista comercial.

A constituição de uma segunda série da revista, no entanto, é um fato contingente e episódico, ligado tanto a elementos no âmbito da história do mercado editorial do período, como à biografia dos pesquisadores que levaram adiante o projeto. As próprias circunstâncias históricas levaram a que se repensasse como se daria a organização do periódico, o que levou a algumas modificações em sua estrutura, embora ainda identifiquemos uma forte ligação com o projeto inicial.

De qualquer modo, a consolidação dos Estudos Clássicos no início do século XIX se deu entorno ao conceito de "Alterthumswissenschaft", que significo uma reunião e atualização de muito modelos de pesquisa praticados desde o renascimento, juntando elementos do que hoje seria

3 O periódico se encontra disponível digitalmente, em todos os volumes de 1834 a 1857, que abarcam as duas fases da revista, por exemplo, na Biblioteca Digital da Phillipps-Universität Marburg.

4 Na história do direito, já é um consenso científico a relevância dos periódicos jurídicos no desenvolvimento do direito a partir do século XX. A consolidação desse entendimento começou com a obra de Paolo Grossi (1983), em Florença, Itália, na década de1980. Sua abordagem metodológica e temática incentivou muitos outros trabalhos nessa linha, como o de Víctor Tau Anzoátegui (1997) na Argentina; o de Mansuino (1994) na Itália, Formiga (2010) no Brasil, e de Liendo Tagle (2020) e Petit (2020) na Espanha, dentre outros.

chamado de arqueologia, filosofia, linguística, filologia[5], história, direito, política etc. Nesse sentido, é sempre oportuno lembrar o que Lloyd-Jones apontava sobre o referido conceito e sua amplitude temática:

> O conceito "Alterthumswissenschaft' que mencionei... combinou diversas disciplinas diferentes. A disciplina histórica deve utilizar não apenas textos historiográficos e outros textos escritos, mas também inscrições e papiros (quando esse se tornarem disponíveis em grande número); esse esforço, entretanto, exige uma união dos estudos literários e linguísticos. A técnica linguística deve ser aplicada não somente aos textos literários, mas a todo tipo de documento; a nova ciência da linguística comparativa é capaz de lançar novas luzes ao estudo do latim, do grego e até sobre a historiografia. A arte e a literatura devem ser estudadas com um novo grau de profundidade; e ambas deveriam ser estudadas não como disciplinas isolados, mas tendo em conta o seu significado histórico e social. Um programa tão vasto, no entanto, exige um alto grau de especialização[6].

É também relevante lembrar que a revista tinha como objetivo proporcionar aos jovens professores e pesquisadores – tais quais os fundadores e primeiros editores da revista – de diferentes cidades ou países europeus, mas especialmente da Alemanha, a possibilidade de compartilhar, com baixos custos e sem grandes barreiras, suas próprias pesquisas

Daí que o periódico pôde se tornar um espaço para que jovens professores pudessem apresentar suas opiniões críticas sobre as publicações realizadas no seu campo de estudos, ou realizar trabalhos interdisciplinares. O modelo de resenhas foi um dos grandes carros chefes da revista, ainda mais quando levado em conta todas as áreas dos

5 Veja-se a clássica "História da Filologia" (*Geschichte der Philologie*) de Wilamowitz-Moellendorff (1ª ed. 1921) para uma boa introdução sobre a evolução histórica da disciplina na Alemanha, assim como sobre o surgimento do conceito de "Alterthumswissenschaft". A tradução para o português dessa obra é de 2023. Veja-se também E. J. Kenney (1974) e Schiera (1987), para uma boa introdução ao debate sobre o conceito de ciência do período (Wissenschaft).

6 "...the concept of Altertumswissenschaft which I have mentioned... had to combine several different disciplines. History must use not only historical and other written texts, but inscriptions and (when these became available in large numbers) papyri; with it must be combined literary and linguistic study. Linguistic study must be applied not only to literary texts, but to every other kind of document; the new science of comparative linguistics was to throw new light upon Greek and Latin, and even upon history. Art as well as literature was to be studied with a new degree of thoroughness; both were to be studied not only for themselves, but for their social and historical significance. Such a vast programme demanded a large measure of specialisation." Lloyd-Jones (1982, p. XI).

saberes incluídas em suas análises, o que evidencia a ideia de inovação ligada à "Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft".

Levando em consideração os dados encontrados na análise preliminar da revista em sua primeira fase, pretende-se, de forma comparativa, verificar as modificações ocorridas no periódico na sua segunda fase, a partir de duas linhas de trabalho: (a) descrever a estrutura programática e de execução do periódico, e seus diversos tipos de textos; (b) escolher entre os textos alguns vinculados a questões conceituais de áreas como Direito e filosofia política (quando refletem as culturas helenística ou romanística), de forma a trazer exemplos da presença dessas temáticas e verificar as modificações realizadas pelos novos editores na proposta do periódico.

A partir desses procedimentos, que se aproximam ao trabalho da história cultural e da história dos periódicos, buscar-se-á explicar o movimento inicial desenvolvido em territórios de língua germânica para a consolidação dos Estudos Clássicos, que teve uma relevância significativa nas décadas posteriores tanto nos estados germânicos como na Europa.

2 O periódico em sua primeira fase (1834-1842)

Com relação a fundação do periódico e a sua primeira fase, pode-se recordar que foi fundada em 1834 por Ludwig Christian Zimmermann (†1838), que foi o diretor até sua morte, e teve sua segunda e última série organizada a partir do trabalho de Theodor Bergk (1843–1852) e Carl Julius Caesar (1843–1857), antigos colaboradores da Revista que viriam a assumir sua direção nas duas décadas seguintes.

O fundador da revista "Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft", Ludwig Christian Zimmerman, era um jovem filólogo no tempo de fundação do periódico, e atuava nas salas de aula dos ginásios das cidades de Darmstadt, ao sul de Frankfurt, e de Giessen, ao norte dessa mesma cidade (Flores; Risso, 2022, p. 5).

A concepção inicial da revista, como já foi dito, tinha como objetivo principal criar um meio contínuo para a divulgação de estudos sobre a Antiguidade Clássica, que oferecesse um espaço acessível para jovens acadêmicos. O material físico escolhido para a publicação foi mais econômico, o que permitiu que a revista tivesse uma periodicidade

elevada, com mais de um número semanal, que ao final de cada ano poderiam ser reunidos em um volume único final.

Durante o período de 1834 até 1841, dada a frequência elevada das edições, a identificação de cada publicação seguia um sistema detalhado, baseado em cinco elementos principais: a) o dia da semana; b) o dia do ano; c) o mês; d) o ano; e) o número da edição. No ano de 1842, após a morte de seu fundador, já indicando as transformações editoriais que estavam por vir, a revista passou a ser publicada em um novo formato, com edições mensais em vez de semanais, além de adotar um padrão ligeiramente distinto para identificar cada exemplar (Flores; Risso, 2022, p. 6).

A estrutura de cada número, em praticamente toda a primeira fase do periódico, exceto em 1842, quando os números mensais foram mais extensos, consistia de quatro fólios, que eram subdivididos em duas colunas cada um, perfazendo um total de oito páginas por edição.

No topo da primeira folha, era impresso o nome da revista. Abaixo do título, ainda no cabeçalho, à esquerda, constava o dia da semana e a data da publicação; no centro, o ano; e à direita, o número da edição. As páginas do primeiro fólio não eram numeradas, enquanto as subsequentes continham a numeração sobre ambas as colunas.

Devido ao espaço limitado da revista, muitos dos textos publicados se prolongavam por várias edições, sendo ao final de cada uma das partes inserida a indicação "continua no próximo número" (Fortsetzung folgt). Curiosamente, autoria dos textos era sempre revelada ao final do artigo, mesmo quando o texto se estendia por várias edições, o que tornava impossível conhecer o autor antes da conclusão do artigo ou resenha, já que as partes "incompletas" não traziam qualquer identificação, a não se que essa fosse revelada em alguma carta ou documento que acompanhasse a entrega dos números semanais, mas estivesse fora da revista (Flores; Risso, 2022, p. 6).

A forma de identificação dos autores variava significativamente. Em alguns casos, apareciam o nome completo e o sobrenome do autor; em outros, apenas as iniciais eram mencionadas. Em certas ocasiões, o nome do autor era acompanhado pela cidade onde o texto havia sido escrito ou pela sua afiliação institucional.

Após a morte de Zimmerman, os sumários adicionados no periódico passaram a incluir, ao lado do nome ou sobrenome do colaborador, a cidade de onde o texto havia sido enviado, mesmo que tal informação não estivesse presente ao final dos artigos correspondentes.

Com vários números semanais, devidamente ordenados, e o uso de folhas mais finas, renunciando a uma encadernação mais cara, o periódico ocupou um espaço importante para a consolidação na Alemanha do novo modelo de método em historiografia da Antiguidade, em consonância com o movimento que se estabelecia na Europa na mesma época, sendo a primeira Revista com uma concepção mais ampla da área em língua alemã.

A estrutura editorial da revista, especialmente em sua primeira fase, revelou uma preocupação tanto com a organização das edições quanto com a diversidade de contribuições. A sistemática identificação dos números, a extensão dos textos por diversas edições e as variadas formas de apresentar os autores demonstram um compromisso em manter a publicação regular e em dar espaço a um amplo espectro de contribuições acadêmicas. Após a morte de Zimmerman, entretanto, diversas modificações ocorreram, apesar a revista continuou a desempenhar um papel central na consolidação dos Estudos Clássicos.

3 A estructura do periódico em sua segunda fase (1843–1857)

Após a morte do fundador da revista em 1838, seus próprios irmãos, Karl e Friedrich Zimmermann, se juntaram ao trabalho e tentaram dar continuidade ao projeto da revista, mas acabaram desistindo em 1841, assim como também fez Maximilian Fuhr em 1842, antigo colaborador que deixou a direção da revista após apenas um ano em que ela esteve sob seus cuidados.

Apesar disso, pode-se apontar que, após nove anos consecutivos de publicação, com diversos números semanais, a "Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft", já estava consolidada no cenário germânico, uma vez que já contava com colaboradores em várias cidades e regiões do que hoje seria a Alemanha[7].

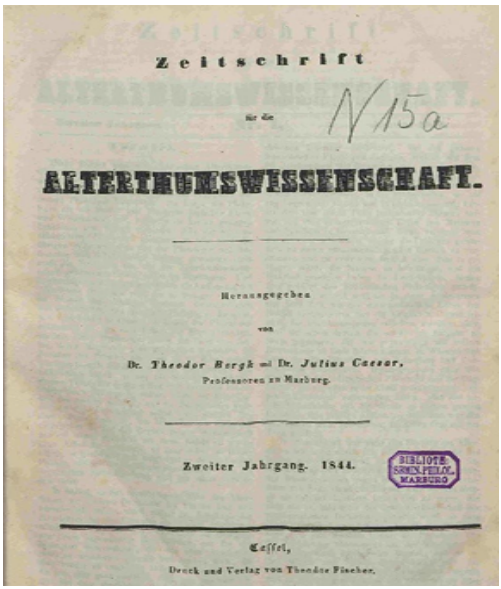
7 A diversa proveniência dos autores fica evidente em diversos elementos para-textuais do periódico.

Dentre esses colaboradores, Theodor Bergk (1843–1852) e Carl Julius Caesar (1843–1857) assumiriam juntos a direção do periódico por uma década, até que, em 1853, Julius Caesar passou a ser o único responsável pela revista até seu encerramento em 1857. Em sua primeira fase, o periódico era publicado normalmente com três ou quatro números semanais. O gênero literário das publicações variava, como já apontado, sendo mais comum eram resenhas de obras, seguidas de artigos ou ensaios, além de algumas resenhas de teses de doutorado.

De 1843 a 1848, sob a direção de Theodor Bergk e Carl Julius Caesar, o periódico passou a ser publicado mensalmente, embora com vários números semanais (sem indicação do dia de publicação). De 1849 a 1857, a publicação passou a ocorrer a cada dois meses (totalizando seis edições anuais), embora também organizada em mais de um número mensal.

Todos os números publicados no período de um ano eram reunidos em um único volume ao final do ano, volume que recebia em seu frontispício a indicação do ano de publicação correspondente, assim como o sobrenome dos editores e o local de publicação do periódico.

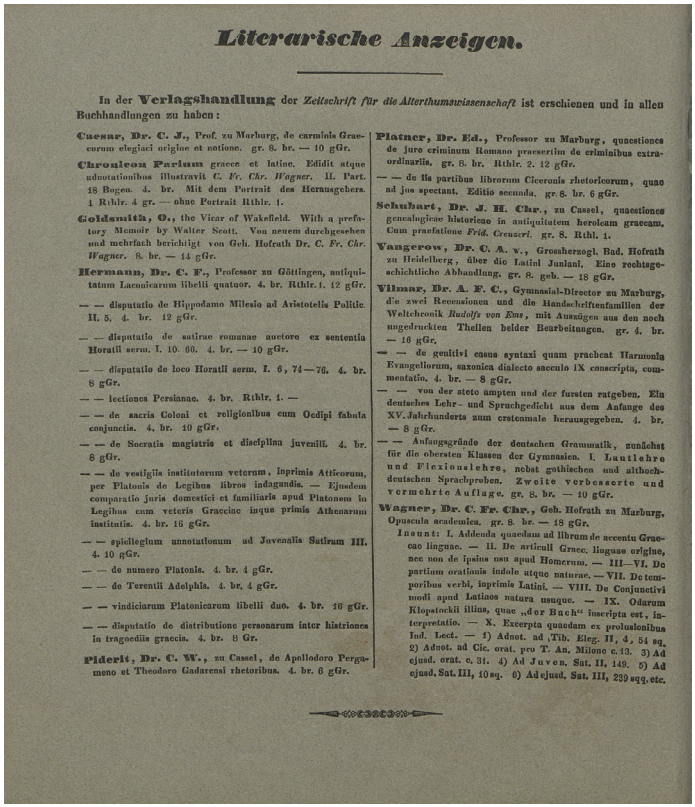
Imagen 1. *Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft* (1844, p. 5)



Fonte: URL: https://doi.org/10.17192/eb2011.0204

De um ponto de vista comercial, a revista procurava construir a sua base econômica através da assinatura de colaboradores e de uma secção de propaganda literária, denominada "Literarische Anzeigen", literalmente uma seção de "anúncios literários", na qual faziam publicidade para publicações que se relacionavam ao tema da Revista, divulgando o local de publicação e os respetivos endereços de contato.

Imagem 2 - *Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft* (1843, f. 595)



Literarische Anzeigen.

In der **Verlagshandlung** der *Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft* ist erschienen und in allen Buchhandlungen zu haben:

Caesar, Dr. C. J., Prof. zu Marburg, de carminis Graecorum elegiaci origine et notione. gr. 8. br. — 10 gGr.

Chronicon Parium graece et latine. Edidit atque adnotationibus illustravit *C. Fr. Chr. Wagner*. II. Part. 18 Bogen. 4. br. Mit dem Portrait des Herausgebers. 1 Rthlr. 4 gr. — ohne Portrait Rthlr. 1.

Goldsmith, O., the Vicar of Wakefield. With a prefatory Memoir by Walter Scott. Von neuem durchgesehen und mehrfach berichtigt von Geh. Hofrath Dr. *C. Fr. Chr. Wagner*. 8. br. — 14 gGr.

Hermann, Dr. C. F., Professor zu Göttingen, antiquitatum Laconicarum libelli quatuor. 4. br. Rthlr. 1. 12 gGr.

— — disputatio de Hippodamo Milesio ad Aristotelis Politic. II. 5. 4. br. 12 gGr.

— — disputatio de satirae romanae auctore ex sententia Horatii serm. I. 10. 66. 4. br. — 10 gGr.

— — disputatio de loco Horatii serm. I. 6, 74—76. 4. br. 8 gGr.

— — lectiones Persianae. 4. br. Rthlr. 1. —

— — de sacris Coloni et religionibus cum Oedipi fabula conjunctis. 4. br. 10 gGr.

— — de Socratis magistris et disciplina juvenili. 4. br. 8 gGr.

— — de vestigiis institutorum veterum, inprimis Atticorum, per Platonis de Legibus libros indagandis. — Ejusdem comparatio juris domestici et familiaris apud Platonem in Legibus cum veteris Graeciae inque primis Athenarum institutis. 4. br. 16 gGr.

— — spicilegium annotationum ad Juvenalis Satiram III. 4. 10 gGr.

— — de numero Platonis. 4. br. 4 gGr.

— — de Terentii Adelphis. 4. br. 4 gGr.

— — vindiciarum Platonicarum libelli duo. 4. br. 16 gGr.

— — disputatio de distributione personarum inter histriones in tragoediis graecis. 4. br. 8 Gr.

Piderit, Dr. C. W., zu Cassel, de Apollodoro Pergameno et Theodoro Gadarensi rhetoribus. 4. br. 6 gGr.

Platner, Dr. Ed., Professor zu Marburg, quaestiones de jure criminum Romano praesertim de criminibus extraordinariis. gr. 8. br. Rthlr. 2. 12 gGr.

— — de iis partibus librorum Ciceronis rhetoricorum, quae ad jus spectant. Editio secunda. gr. 8. br. 6 gGr.

Schubart, Dr. J. H. Chr., zu Cassel, quaestiones genealogicae historicae in antiquitatem heroicam graecam. Cum praefatione *Frid. Creuzeri*. gr. 8. Rthl. 1.

Vangerow, Dr. C. A. v., Grossherzogl. Bad. Hofrath zu Heidelberg, über die Latini Juniani. Eine rechtsgeschichtliche Abhandlung. gr. 8. geh. — 18 gGr.

Vilmar, Dr. A. F. C., Gymnasial-Director zu Marburg, die zwei Recensionen und die Handschriftenfamilien der Weltchronik *Rudolfs von Ems*, mit Auszügen aus den noch ungedruckten Theilen beider Bearbeitungen. gr. 4. br. — 16 gGr.

— — de genitivi casus syntaxi quam praebent Harmonia Evangeliorum, saxonica dialecto saeculo IX conscripta, commentatio. 4. br. — 8 gGr.

— — von der stete ampten und der fursten ratgeben. Ein deutsches Lehr- und Spruchgedicht aus dem Anfange des XV. Jahrhunderts zum erstenmale herausgegeben. 4. br. — 8 gGr.

— — Anfangsgründe der deutschen Grammatik, zunächst für die obersten Klassen der Gymnasien. I. Lautlehre und Flexionslehre, nebst gothischen und althochdeutschen Sprachproben. Zweite verbesserte und vermehrte Auflage. gr. 8. br. — 10 gGr.

Wagner, Dr. C. Fr. Chr., Geh. Hofrath zu Marburg, Opuscula academica. gr. 8. br. — 18 gGr.

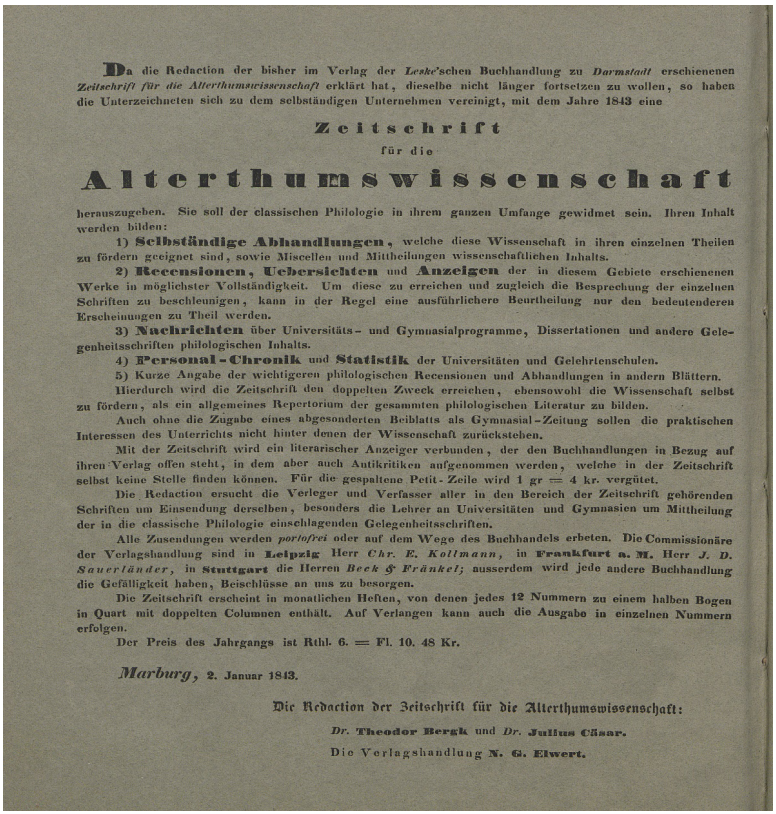
Insunt: I. Addenda quaedam ad librum de accentu Graecae linguae. — II. De articuli Graec. linguae origine, nec non de ipsius usu apud Homerum. — III—VI. De partium orationis indole atque natura. — VII. De temporibus verbi, inprimis Latini. — VIII. De Conjunctivi modi apud Latinos natura usuque. — IX. Odarum Klopstockii illius, quae „der Buch" inscripta est, interpretatio. — X. Excerpta quaedam ex prolusionibus Ind. Lect. — 1) Adnot. ad Tib. Eleg. II, 4, 54 sq. 2) Adnot. ad Cic. orat. pro T. An. Milone c. 13. 3) Ad ejusd. orat. c. 31. 4) Ad Juven. Sat. II, 149. 5) Ad ejusd. Sat. III, 10 sq. 6) Ad ejusd. Sat. III, 239 sqq. etc.

Fonte: URL: https://doi.org/10.17192/eb2011.0203

Além disso, é preciso lembrar que a mudança no periódico não aconteceu de forma abrupta ou sem aviso prévio: os novos editores, em 2 de janeiro de 1843, haviam endereçado uma carta a todos os assinantes e colaboradores da revista anunciando que a assumiriam, já que os antigo

os editores anteriores não conseguiriam mais sequenciar sua edição. No mesmo comunicado anunciaram que estavam transferindo a edição da Revista de Darmstadt para Marburg[8], onde moravam e atuavam como professores.

Imagem 3 - *Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft* (1843, f. 603)



Da die Redaction der bisher im Verlag der *Leske*'schen Buchhandlung zu *Darmstadt* erschienenen *Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft* erklärt hat, dieselbe nicht länger fortsetzen zu wollen, so haben die Unterzeichneten sich zu dem selbständigen Unternehmen vereinigt, mit dem Jahre 1843 eine

Zeitschrift
für die
Alterthumswissenschaft

herauszugeben. Sie soll der classischen Philologie in ihrem ganzen Umfange gewidmet sein. Ihren Inhalt werden bilden:

1) **Selbständige Abhandlungen**, welche diese Wissenschaft in ihren einzelnen Theilen zu fördern geeignet sind, sowie Miscellen und Mittheilungen wissenschaftlichen Inhalts.

2) **Recensionen, Uebersichten** und **Anzeigen** der in diesem Gebiete erschienenen Werke in möglichster Vollständigkeit. Um diese zu erreichen und zugleich die Besprechung der einzelnen Schriften zu beschleunigen, kann in der Regel eine ausführlichere Beurtheilung nur den bedeutenderen Erscheinungen zu Theil werden.

3) **Nachrichten** über Universitäts- und Gymnasialprogramme, Dissertationen und andere Gelegenheitsschriften philologischen Inhalts.

4) **Personal-Chronik** und **Statistik** der Universitäten und Gelehrtenschulen.

5) Kurze Angabe der wichtigeren philologischen Recensionen und Abhandlungen in andern Blättern.

Hierdurch wird die Zeitschrift den doppelten Zweck erreichen, ebensowohl die Wissenschaft selbst zu fördern, als ein allgemeines Repertorium der gesammten philologischen Literatur zu bilden.

Auch ohne die Zugabe eines abgesonderten Beiblatts als Gymnasial-Zeitung sollen die praktischen Interessen des Unterrichts nicht hinter denen der Wissenschaft zurückstehen.

Mit der Zeitschrift wird ein literarischer Anzeiger verbunden, der den Buchhandlungen in Bezug auf ihren Verlag offen steht, in dem aber auch Antikritiken aufgenommen werden, welche in der Zeitschrift selbst keine Stelle finden können. Für die gespaltene Petit-Zeile wird 1 gr = 4 kr. vergütet.

Die Redaction ersucht die Verleger und Verfasser aller in den Bereich der Zeitschrift gehörenden Schriften um Einsendung derselben, besonders die Lehrer an Universitäten und Gymnasien um Mittheilung der in die classische Philologie einschlagenden Gelegenheitsschriften.

Alle Zusendungen werden *portofrei* oder auf dem Wege des Buchhandels erbeten. Die Commissionäre der Verlagshandlung sind in **Leipzig** Herr *Chr. E. Kollmann*, in **Frankfurt a. M.** Herr *J. D. Sauerländer*, in **Stuttgart** die Herren *Beck & Fränkel*; ausserdem wird jede andere Buchhandlung die Gefälligkeit haben, Beischlüsse an uns zu besorgen.

Die Zeitschrift erscheint in monatlichen Heften, von denen jedes 12 Nummern zu einem halben Bogen in Quart mit doppelten Columnen enthält. Auf Verlangen kann auch die Ausgabe in einzelnen Nummern erfolgen.

Der Preis des Jahrgangs ist Rthl. 6. = Fl. 10. 48 Kr.

Marburg, 2. Januar 1843.

Die Redaction der Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft:
Dr. **Theodor Bergk** und *Dr.* **Julius Cäsar.**
Die Verlagshandlung **N. G. Elwert.**

Fonte: URL: https://doi.org/10.17192/eb2011.0203

Esta carta, além de comunicar a mudança de direção da revista, tinha como objetivo apresentar de forma clara e objetiva aos assinantes

8 Mais tarde, durante a segunda fase da revista, devido a questões biográficas como a mudança dos editores para novas cidades, e logísticas, novas cidades e novos editores serão eleitos para a sua publicação e distribuição.

a visão programática dos novos editores, que seria trabalhada e colocada em prática a partir de 1843. Tal declaração, que que será apresentado agora, do ponto de vista formal, pode ser vista de uma maneira mais ampla como um espelho da visão de época sobre a utilidade e função dos periódicos científicos.

3.1 A proposta programática de Theodor Bergk e de Carl Julius Caesar

Na apresentação da proposta programática para a nova fase do periódico, os novos editores assim previram o conteúdo e organização material do periódico: (a) artigos ou ensaios individuais, assim como outros textos de conteúdo científico relacionados à "Alterthumswissenschaft"; (b) resenhas e anúncios de publicações produzidas no campo, da forma mais completa e abrangente possível; (c) notícias sobre dissertações na área, bem como sobre cursos universitários e de ginásios ligados à filologia; (d) crônicas pessoais (miscelâneas) e estatísticas sobre os cursos universitários da área; (e) indicação de artigos e resenhas publicados em outros periódicos ou por outras instituições acadêmicas, além da publicação de um índice literário junto a cada volume.

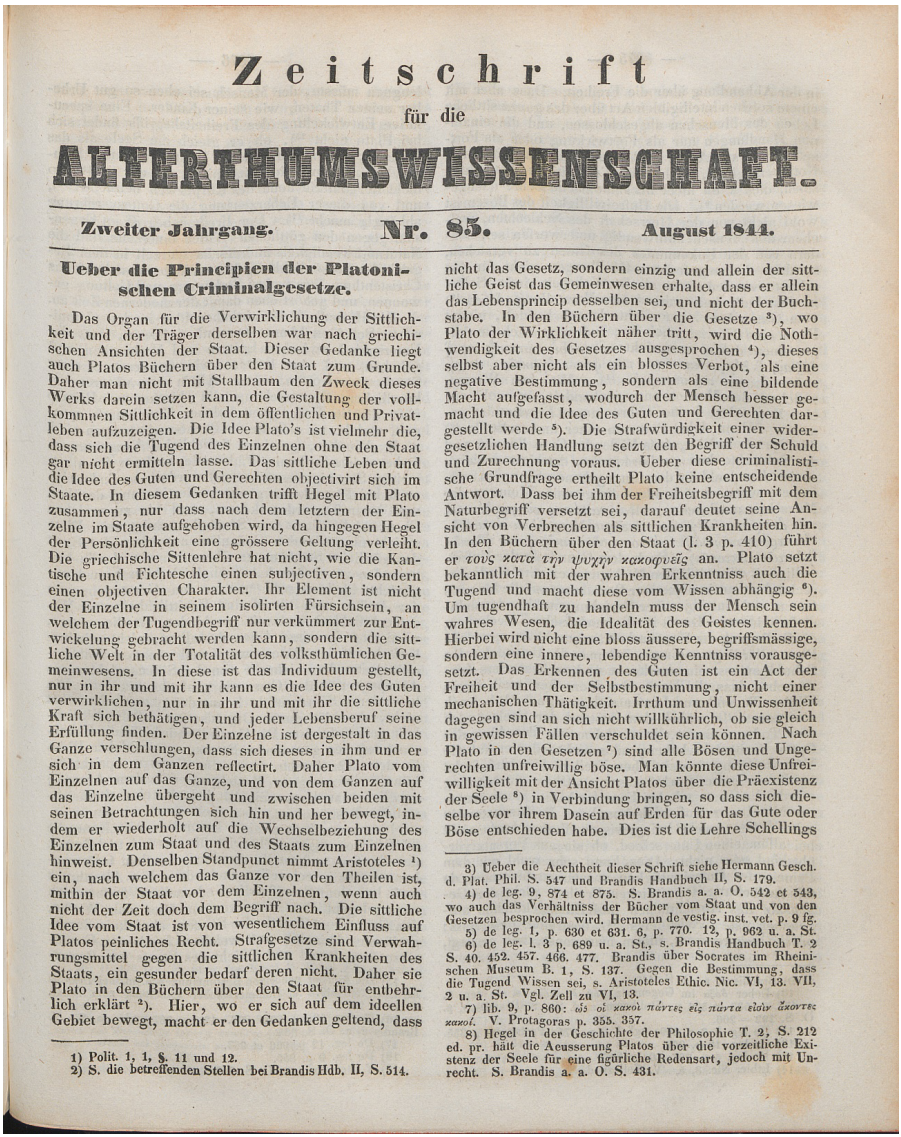
Dessa maneira, na visão dos editores, o periódico teria o duplo propósito de promover a ciência e de formar um repertório geral de toda a literatura filológica, servindo, assim, também como material didático e de facilitação da pesquisa, o que tinha um interesse prático para diversas classes e disciplinas.

Em certo sentido, pode-se afirmar que a estrutura é semelhante à da primeira fase do periódico, mas muito mais organizada, inclusive comercialmente. Na mesma carta, por exemplo, os editores indicam aos leitores comissários representantes do periódico em três cidades: Leipzig, Frankfurt e Stuttgart.

3.1.1 *Artigos e ensaios*

Seguindo de perto a proposta dos editores, o primeiro objetivo da revista foi publicar artigos ou ensaios na área de "Alterthumswissenschaft". Um exemplo de artigo é o publicado por Eduard Platner sobre o direito penal em Platão:

Imagen 4 - *Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft* (1844, p. 673)



Zeitschrift
für die
ALTERTHUMSWISSENSCHAFT.

Zweiter Jahrgang. Nr. 85. August 1844.

Ueber die Principien der Platonischen Criminalgesetze.

Das Organ für die Verwirklichung der Sittlichkeit und der Träger derselben war nach griechischen Ansichten der Staat. Dieser Gedanke liegt auch Platos Büchern über den Staat zum Grunde. Daher man nicht mit Stallbaum den Zweck dieses Werks darein setzen kann, die Gestaltung der vollkommnen Sittlichkeit in dem öffentlichen und Privatleben aufzuzeigen. Die Idee Plato's ist vielmehr die, dass sich die Tugend des Einzelnen ohne den Staat gar nicht ermitteln lasse. Das sittliche Leben und die Idee des Guten und Gerechten objectivirt sich im Staate. In diesem Gedanken trifft Hegel mit Plato zusammen, nur dass nach dem letztern der Einzelne im Staate aufgehoben wird, da hingegen Hegel der Persönlichkeit eine grössere Geltung verleiht. Die griechische Sittenlehre hat nicht, wie die Kantische und Fichtesche einen subjectiven, sondern einen objectiven Charakter. Ihr Element ist nicht der Einzelne in seinem isolirten Fürsichsein, an welchem der Tugendbegriff nur verkümmert zur Entwickelung gebracht werden kann, sondern die sittliche Welt in der Totalität des volksthümlichen Gemeinwesens. In diese ist das Individuum gestellt, nur in ihr und mit ihr kann es die Idee des Guten verwirklichen, nur in ihr und mit ihr die sittliche Kraft sich bethätigen, und jeder Lebensberuf seine Erfüllung finden. Der Einzelne ist dergestalt in das Ganze verschlungen, dass sich dieses in ihm und er sich in dem Ganzen reflectirt. Daher Plato vom Einzelnen auf das Ganze, und von dem Ganzen auf das Einzelne übergeht und zwischen beiden mit seinen Betrachtungen sich hin und her bewegt, indem er wiederholt auf die Wechselbeziehung des Einzelnen zum Staat und des Staats zum Einzelnen hinweist. Denselben Standpunct nimmt Aristoteles [1]) ein, nach welchem das Ganze vor den Theilen ist, mithin der Staat vor dem Einzelnen, wenn auch nicht der Zeit doch dem Begriff nach. Die sittliche Idee vom Staat ist von wesentlichem Einfluss auf Platos peinliches Recht. Strafgesetze sind Verwahrungsmittel gegen die sittlichen Krankheiten des Staats, ein gesunder bedarf deren nicht. Daher sie Plato in den Büchern über den Staat für entbehrlich erklärt [2]). Hier, wo er sich auf dem ideellen Gebiet bewegt, macht er den Gedanken geltend, dass nicht das Gesetz, sondern einzig und allein der sittliche Geist das Gemeinwesen erhalte, dass er allein das Lebensprincip desselben sei, und nicht der Buchstabe. In den Büchern über die Gesetze [3]), wo Plato der Wirklichkeit näher tritt, wird die Nothwendigkeit des Gesetzes ausgesprochen [4]), dieses selbst aber nicht als ein blosses Verbot, als eine negative Bestimmung, sondern als eine bildende Macht aufgefasst, wodurch der Mensch besser gemacht und die Idee des Guten und Gerechten dargestellt werde [5]). Die Strafwürdigkeit einer widergesetzlichen Handlung setzt den Begriff der Schuld und Zurechnung voraus. Ueber diese criminalistische Grundfrage ertheilt Plato keine entscheidende Antwort. Dass bei ihm der Freiheitsbegriff mit dem Naturbegriff versetzt sei, darauf deutet seine Ansicht von Verbrechen als sittlichen Krankheiten hin. In den Büchern über den Staat (l. 3 p. 410) führt er τοὺς κατὰ τὴν ψυχὴν κακοφυεῖς an. Plato setzt bekanntlich mit der wahren Erkenntniss auch die Tugend und macht diese vom Wissen abhängig [6]). Um tugendhaft zu handeln muss der Mensch sein wahres Wesen, die Idealität des Geistes kennen. Hierbei wird nicht eine bloss äussere, begriffsmässige, sondern eine innere, lebendige Kenntniss vorausgesetzt. Das Erkennen des Guten ist ein Act der Freiheit und der Selbstbestimmung, nicht einer mechanischen Thätigkeit. Irrthum und Unwissenheit dagegen sind an sich nicht willkührlich, ob sie gleich in gewissen Fällen verschuldet sein können. Nach Plato in den Gesetzen [7]) sind alle Bösen und Ungerechten unfreiwillig böse. Man könnte diese Unfreiwilligkeit mit der Ansicht Platos über die Präexistenz der Seele [8]) in Verbindung bringen, so dass sich dieselbe vor ihrem Dasein auf Erden für das Gute oder Böse entschieden habe. Dies ist die Lehre Schellings

1) Polit. 1, 1, §. 11 und 12.
2) S. die betreffenden Stellen bei Brandis Hdb. II, S. 514.
3) Ueber die Aechtheit dieser Schrift siehe Hermann Gesch. d. Plat. Phil. S. 547 und Brandis Handbuch II, S. 179.
4) de leg. 9, 874 et 875. S. Brandis a. a. O. 542 et 543, wo auch das Verhältniss der Bücher vom Staat und von den Gesetzen besprochen wird. Hermann de vestig. inst. vet. p. 9 fg.
5) de leg. 1, p. 630 et 631. 6, p. 770. 12, p. 962 u. a. St.
6) de leg. l. 3 p. 689 u. a. St., s. Brandis Handbuch T. 2 S. 40. 452. 457. 466. 477. Brandis über Socrates im Rheinischen Museum B. 1, S. 137. Gegen die Bestimmung, dass die Tugend Wissen sei, s. Aristoteles Ethic. Nic. VI, 13. VII, 2 u. a. St. Vgl. Zell zu VI, 13.
7) lib. 9, p. 860: ὡς οἱ κακοὶ πάντες ἑῖς πάντα εἰσὶν ἄκοντες κακοί. V. Protagoras p. 355. 357.
8) Hegel in der Geschichte der Philosophie T. 2, S. 212 ed. pr. hält die Aeusserung Platos über die vorzeitliche Existenz der Seele für eine figürliche Redensart, jedoch mit Unrecht. S. Brandis a. a. O. S. 431.

Fonte: https://doi.org/10.17192/eb2011.0204

O ponto de vista empregado no artigo parece ser uma releitura hegeliana da filosofia política e jurídica de Platão, com foco na função

do Estado na determinação moral dos indivíduos. De fato, o autor, em seu texto, começa afirmando que é uma ideia platônica que "a virtude do sujeito absolutamente não pode ser determinada sem a presença do Estado (polis)"[9]. É possível perceber, portanto, que há repercussões do pensamento de Hegel também na área dos Estudos Clássicos.

3.1.2 *Resenhas, anúncios de novas publicações e dissertações*

As resenhas cumpriam a função de oferecer um campo fértil para o debate acadêmico-científico, além de servirem como propaganda (seja positiva ou negativa) das obras resenhadas. De certo modo, pode-se dizer que elas formam o gênero literário mais relevante para a estrutura do periódico, já que ocupam o espaço mais significativo dentro de seus volumes.

Dentro do recorte proposto, se pode materialmente elencar duas resenhas de Wilhem Rein (1809–1865) sobre livros de direito romano e história do direito romano[10]:

I. Geschichte des römischen Criminalprocess bis zum Tode Justinians. Von Gustav Geib, ord. Prof. d. Rechte an der Univ. in Zürich. Leipzig, Weidmann'sche Buchh. 1843. (Rein, 1844, p. 609).
II. De legislatione decemvirali. Diss. Inaug. Philol. quam publice defendet auctor *Gabri. Ad. Guil. Haeckermann.* Gryphiae. 1843. (Rein, 1844, p. 609).

A primeira resenha é um comentário sobre um livro que aborda a história dos processos criminais até o Código de Justiniano, enquanto a segunda apresenta observações sobre uma dissertação que reflete a legislação romana "decemvirali", defendida em uma Faculdade de Filologia.

Os anúncios de publicações, localizados ao final dos volumes anuais, possuíam um caráter tanto comercial quanto informativo. Muitos autores

9 "Die Idee Plato's ist vielmehr die, das sich die Tugend des Einzelnen ohne den Staat gar nicht ermitteln lasse." (Platner, 1844, p. 673).

10 As resenhas foram referidas na forma que aparecem referenciadas no periódico, a fim de se dar um exemplo do modelo de citação empregado no período.

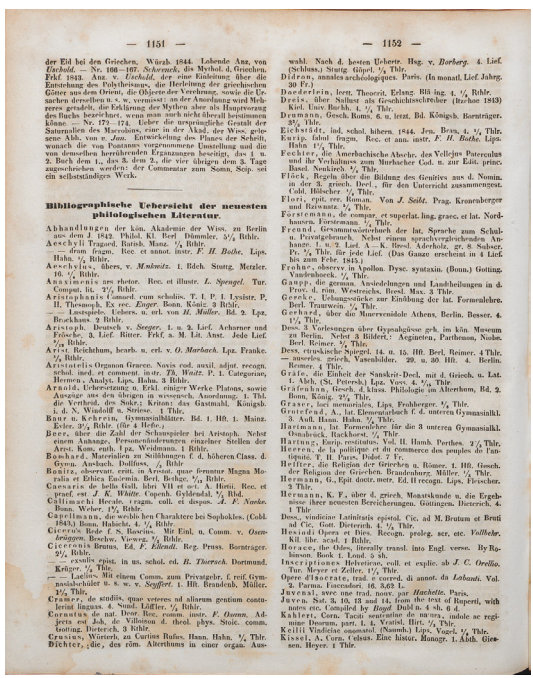
que eram assinantes e publicavam na revista solicitavam que suas obras fossem anunciadas no periódico. Um exemplo disso é o anúncio de duas obras de Eduard Platner, autor do artigo mencionado anteriormente, sobre direito penal romano e sobre a oratória ciceroniana, como pode ser visto na imagem #2 acima.

3.1.3 *Miscelânea e índices literários*

Uma das características mais interessantes do periódico, do ponto de vista científico, é a intenção explícita, manifestada pelos editores, de publicar um índice literário na área de Estudos Clássicos — o que hoje chamamos de "referências bibliográficas" — ao final de cada volume, com a indicação de artigos publicados em outros periódicos e de novos livros dentro desse campo temático.

Um exemplo de índice é o que se segue:

Imagen 5 - *Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft* (1844, p. 1151)



— 1151 —

der Eid bei den Griechen. Würzb. 1844. Lobende Anz. von *Uschold*. — Nr. 166—167. *Scheurach*, die Mythol. d. Griechen. Pfkf. 1843. Anz. v. *Uschold*, der eine Einleitung über die Entstehung des Polytheismus, die Herleitung der griechischen Götter aus dem Orient, die Objecte der Verehrung, sowie die Ursachen derselben u. s. w. vermisst: an der Anordnung wird Mehreres getadelt, die Erklärung der Mythen aber als Hauptzweig des Buchs bezeichnet, wenn man auch nicht überall beistimmen könne. — Nr. 173—174. Ueber die ursprüngliche Gestalt der Saturnalien des Macrobius, eine in der Akad. der Wiss. gelesene Abh. von v. *Jan*. Entwickelung des Planes der Schrift, wünscht die von Pontanus vorgenommene Umstellung und die von demselben hierüberenden Ergänzungen beseitigt, das 1. u. 2. Buch dem 1., das 3. dem 2., die vier übrigen dem 3. Tage zugeschrieben werden: der Commentar zum Somn. Scip. sei ein selbstständiges Werk.

Bibliographische Uebersicht der neuesten philologischen Literatur.

Abhandlungen der kön. Akademie der Wiss. zu Berlin aus dem J. 1843. Philol.-Hist. Kl. Berl. Dümmler. 3⅓ Rthlr.

Aeschyli Tragoed. Rutish. Manz. ⅓ Rthlr.
— drama fragm. Rec. et annot. instr. *F. H. Bothe*. Lips. Hahn. ⅓ Rthlr.

Aeschylus, übers. v. *Minkwitz*. 1. Bdch. Stuttg. Metzler. 16. ⅓ Rthlr.

Anaximenis ars rhetor. Rec. et illustr. *L. Spengel*. Tur. Compar. lit. 2⅓ Rthlr.

Aristophanis Comoed. cum scholiis. T. I. P. I. Lysistr. P. II. Thesmoph. Ex rec. *Enger*. Bonn. Koenz. 3 Rthlr.
— Lustspiele. Uebers. u. erl. von *H. Müller*. Bd. 2. Lpz. Brockhaus. 2 Rthlr.

Aristoph. Deutsch v. *Seeger*. 1. u. 2. Lief. Achamer und Frösche. 3. Lief. Ritter. Frkf. a. M. Lit. Anst. Jede Lief. ⅔ Rthlr.

Arist. Reichthum, bearb. u. erl. v. *O. Marbach*. Lpz. Franke. ⅓ Rthlr.

Aristotelis Organon Graece. Novis cod. auxil. adjut. recogn. schol. med. et comment. instr. *Th. Waitz*. P. 1. Categoriae, Hermen., Analyt. Lips. Hahn. 3 Rthlr.

Arnold, Uebersetzung u. Erkl. einiger Werke Platons, sowie Aussage aus den übrigen in wissenschaftl. Anordnung. 1. Thl. die Vertheid. des Sokrat. Kriton: das Gastmahl. Königsb. d. d. N. Windolff u. Striese. 1 Thlr.

Baur u. Kehrein, Gymnasialblätter. Bd. 1. Hft. 1. Mainz. Kehr. 3⅓ Rthlr. (Hft 4 Hefte.)

Beer, über die Zahl der Schauspieler bei Aristoph. Nebst einem Anhange, Personenunterschriften einzelner Stellen der Arist. Kom. enth. 1 pz. Weidmann. 1 Rthlr.

Bernhard., Materialien zu Schilderungen f. d. höheren Class. d. Gymn. Aschersl. Dollfuss. ⅓ Rthlr.

Bonitz, observat. crit. in Aristot. quae feruntur Magna Moralia et Ethica Eudemia. Berl. Bethge. ½ Rthlr.

Caesaris de bello Gall. libri VII et *ort. A. Hirti*. Rec. et praef. est *J. K. Whitte*. Copenh. Gyldendal. ⅔ Rthd.

Callimachi Hecale, reagm. coll. et disput. *A. F. Naeke*. Bonn. Weber. 1⅔ Rthlr.

Capellmann, die weibl. hen Charaktere bei Sophokles. (Cobl. 1843.) Bonn, Habicht. 4. ⅓ Rthlr.

Cicero's Rede f. S. Roscius. Mit Einl. u. Comm. v. *Osenbrüggen*. Beschw. Verweg. ⅔ Rthlr.

Ciceronis Brutus, Ed. *F. Ellendt*. Reg. Pruss. Borntraeger. 2⅔ Rthlr.
— exsulis epist. in us. schol. ed. *B. Thorsch*. Dortmund. Krüger. ⅓ Thlr.
— Laelius. Mit einem Comm. zum Privatgebr. f. preuß. Gymnasialschüler u. s. w. v. *Seyffert*. 1. Hft. Brandenb. Müller. 1⅓ Thlr.

Cramer, de studiis, quae veteres ad aliarum gentium cognoscendas linguas. 4. Stud. Lüdtke. ⅓ Rthlr.

Curtius de nat. Deor. Rec. comm. instr. *F. Osann*. Adjecta est Joh. de Villeiton d. theol. phys. Stoic. comm. Gotting. Dieterich. 3 Rthlr.

Cursus, Wörterb. zu Curtius Buches. Hann. Hahn. ⅓ Thlr.

Dichter, die, des röm. Alterthums in einer organ. Auswahl. Nach d. besten Uebersetz. Hrg. v. *Borberg*. 4. Lief. (Schluss.) Stuttg. Göpel. ⅓ Thlr.

Didron, annales archéologiques. Paris. (In monatl. Lief. Jahrg. 30 Fr.)

Doederlein, lectt. Theocrit. Erlang. Bläsing. 4. ⅓ Rthlr.

Dreis, über Sallust als Geschichtsschreiber (Itzehoe 1843) Kiel. Univ. Buchh. 4. ⅓ Thlr.

Drumann, Gesch. Roms. 6. u. letzt. Bd. Königsb. Borntträger. 3⅓ Thlr.

Eichstädt, ind. schol. hibern. 1844. Jen. Bran. 4. ⅓ Thlr.

Eurip. fabul fragm. Rec. et ann. instr. *F. H. Bothe*. Lips. Hahn 1⅓ Thlr.

Fechter, die Amerbachische Abschr. des Vellejus Paterculus und ihr Verhältniss zum Murbacher Cod. u. zur Edit. princ. Basel. Neukirch. ⅔ Thlr.

Flick, Regeln über die Bildung des Genitives aus d. Nomin. in der 3. griech. Decl., für den Unterricht zusammengest. Cobl. Hölscher ⅓ Thlr.

Flori, epit. rer. Roman. Von *J. Scidt*. Prag. Kronenberger und Ratzensatz. ⅓ Thlr.

Forstemann, de compar. et superlat. ling. graec. et lat. Nordhausen. Forstemann. ⅓ Thlr.

Freund, Grammatisch-etymologisches der lat. Sprache zum Schul- u. Privatgebrauch. Nebst einem sprachvergleichenden Anhange. 1. u. 2. Lief. A.—K. Brsl. Aderholz. gr. 8. Subscr. Pr. ⅔ Thlr. für jede Lief. (Das Ganze erscheint in 4 Lief. bis zum Febr. 1845.)

Frohne, observv. in Apollon. Dysc. syntaxin. (Bonn.) Gotting. Vandenhoeck. ⅓ Thlr.

Gaupp, die germanischen Ansiedelungen und Landtheilungen in d. Prov. d. röm. Westreichs. Brsl. Max. 3 Thlr.

Gerecke, Uebungsstücke zur Einübung der lat. Formenlehre. Berl. Trautwein. ⅓ Thlr.

Gerhard, über die Mauervenidole Athens. Berlin. Besser. 4. 1⅓ Thlr.

Dess. 3 Vorlesungen über Gypsabgüsse geb. im kön. Museum zu Berlin. Nebst 3 Bildert.: Aegineten, Parthenon, Niobe. Berl. Reimer. ⅔ Thlr.

Dess. etruskische Spiegel. 14. u. 15. Hft. Berl. Reimer. 4 Thlr.
— apuolen. griech. Vasenbilder. 29. u. 30. Hft. 4. Berlin. Reimer. 4 Thlr.

Gräfe, die Einheit der Sanskrit-Decl. mit d. Griech. u. Lat. 1. Abth. (St. Petersb.) Lpz. Voss. 4. ⅔ Thlr.

Grafenhan, Gesch. d. klass. Philologie im Alterthum. Bd. 2. Bonn, König. 2⅔ Thlr.

Graser, loci memorabiles. Lips. Frohberger. ⅓ Thlr.

Gruttfend, A., lat. Elementarbuch f. d. unteren Gymnasialkl. 3. Aufl. Hann. Hahn. ⅔ Thlr.

Hartmann, lat. Formenlehre für die 3 unteren Gymnasialkl. Osnabrück. Rackhorst. ⅔ Thlr.

Hartung, Eurip. restitutus. Vol. II. Hamb. Perthes. 2⅓ Thlr.

Heeren, de la politique et du commerce des peuples de l'antiquité. T. II. Paris. Didot. 7 Fr.

Heffter, die Religion der Griechen u. Römer. 1. Hft. Gesch. der Religion der Griechen. Brandenburg. Müller. ⅓ Thlr.

Hermann, G., Epit doctr. metr. Ed. II recogn. Lips. Fleischer. 3 Thlr.

Hermann, K. F., über d. griech. Monatskunde u. die Ergebnisse ihrer neuesten Berichterungen. Göttingen. Dieterich. 4. 1 Thlr.

Dess., vindiciae Latinitatis epistol. Cic. ad M. Brutum et Brut ad Cic. Gott. Dieterich. 4. ⅓ Thlr.

Hesiodi Opera et Dies. Recogn. prolegg. scr. etc. *Vollheber*. Kll. libr. acad. 1 Rthlr.

Horace, the Odes, literally transl. into Engl. verse. By Robinson. Book 1. Loud. 5 sh.

Inscriptiones Helvet. coll. et explic. ab *J. C. Orellio*. Tur. Meyer et Zeller. 1⅔ Thlr.

Opere d'Isocrate, trad. e corred. di annot. da *Lobanti*. Vol. 2. Parma. Faccoboni. 16. 3,69 L.

Juvenal, avec une trad. nouv. par *Achaintre*. Paris.

Juven. Sat. 3, 10, 13 and 14, from the text of Ruperti, with notes etc. Compiled by *Hagdt*. Dubl 8. 4 sh. 6 d.

Kahlert, Corn. Taciti sententiae de ingenio, indole ac regimine Druorum, part. 1. 4. Vratisl. Hirt. ⅔ Thlr.

Keilii Vindiciae censurae (Naumb.) Lips. Vogel. ⅓ Thlr.

Kissel, A. Corn. Celsus. Eine histor. Monogr. 1. Abth. Giessen. Heyer. 1 Thlr.

— 1152 —

Fonte: URL: https://doi.org/10.17192/eb2011.0204

Esse processo ocorria frequentemente nas seções de miscelâneas ou crônicas pessoais ao final de cada número da revista, de forma mais sistemática e organizada, periodicamente reunindo informações já publicadas e novas pesquisas.

Conclusão

Conforme comentado, este estudo sobre a revista ainda é preliminar, e busca propor estimular novos estudos na área. Este levantamento visou apresentar os elementos fundamentais sobre o papel das revistas científicas nas Humanidades durante o período, além de servir como exemplo para as estratégias de debate no campo dos Estudos Clássicos na Alemanha nas décadas de 1840 e 1850.

A revista, como demonstrado pelos exemplos trazidos, abrangia em seu escopo temático também estudos sobre conceitos jurídicos e políticos, embora com menor frequência do que em sua primeira fase. Notou-se uma escassez desses temas na segunda fase, o que pode ser explicado, nas palavras do próprio Theodor Bergk, no prefácio da Revista de 1844, pela crescente especialização da Ciência da Antiguidade e da "Philologie".

Isso resultou em uma maior independência da área em relação à ciência do direito, que foi especialmente influenciada por dois nomes que contribuíram para esse cenário nos estudos de filologia e da "Alterthumswissenschaft": Johann Matthias Gesner e Friedrich August Wolf (Bergk, 1844, p. 01-16).

Ainda assim, textos com enfoques histórico-filosóficos ou jurídicos continuaram a serem publicados no periódico durante a sua segunda fase. Contudo, duas tendências se tornaram evidentes: (a) uma retomada ao platonismo, com vários artigos comentando seus diálogos; e (b) um interesse no Império Romano, seus costumes e suas leis.

Em conclusão, a "Alterthumswissenschaft" pretendia reconstruir, por meio de seus estudos, como era a vida e o pensamento na Antiguidade. O ponto de vista predominante na análise das fontes era, primordialmente, linguístico, uma vez que a linguagem era concebida como a primeira forma de manifestação do espírito ("Geist") humano.

Bibliografia

BERGK, T.; CAESAR, C. J. (1843). Die Redaction der Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft. **Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft**, Marburg, Bd. 1, S. 2. Disponível em: < https://dfg-viewer.de/show?tx_dlf%5Bdouble%5D=0&tx_dlf%5Bid%5D=https%3A%2F%2Farchiv.ub.uni-marburg.de%2Feb%2F2011%2F0203%2Fmets-3608.xml&tx_Bpage%5D=603&cHash=ebee870ae4cb939982ba3f1de010b16b>.

BERGK, T. (1844). Vorwort. Marburg, **Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft**, 1-2, 01-16. Disponível em: <https://archiv.ub.uni-marburg.de/ubfind/Record/urn:nbn:de:hebis:04-eb2011-0204>.

FLORES, A. J.; RISSO, E. E. Panorama del debate sobre los Estudios clásicos en los periódicos científicos de Alemania a mediados del siglo XIX: Conceptos jurídicos y políticos de la Antigüedad Clásica en la 'Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft' (1834–1857). **Cuaderno de resúmenes** – Primeras Jornadas Internacionales de Derecho Griego Antiguo y Tardo-antiguo (18 y 19 de noviembre de 2021 – Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires/Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de La Pampa/Universidad Pedagógica Nacional). Buenos Aires: Universidad Pedagógica Nacional, 2021.

FLORES, A. J.; RISSO, E. E. Panorama do debate sobre os Estudos clássicos nos periódicos científicos da Alemanha em meados do séc. XIX: Conceitos jurídicos e políticos da Antiguidade Clássica na 'Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft' (1834–1857). In: **Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS** – História agora: ensinar, pesquisar, protagonizar (02 a 29 de julho de 2022). Organização: Rosane Marcia Neumann, Marluce Dias Fagundes, Marcelo Vianna. – Porto Alegre: ANPUH-RS, 2022.

FORMIGA, Armando Soares de Castro. **Periodismo Jurídico no Brasil do Século XIX**: História do Direito em Jornais e Revistas. Curitiba: Juruá, 2010.

GROSSI, P. (ed.). (1983). **La "cultura" delle riviste giuridiche italiane**. Milano: Giuffrè. Disponível em: <http://www.centropgm.unifi.it/biblioteca/013/index.htm>.

KENNEY, E. J. (1974). **The classical text. Aspects of editing in the age of the printed book**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

LIENDO TAGLE, F. (2020). **Prensa jurídica española**. Avance de un repertorio (1834-1936). Madrid: Dykinson.

LLOYD-JONES, H. (1982). "Introduction by Hugh Lloyd-Jones". In: Wilamowitz-Moellendorff, Ulrich von. **History of classical scholarship**. Edited with Introduction and Notes by Hugh Lloyd-Jones. Wiltshire: Redwood Burn Limited.

MANSUINO, C. (ed.) (1994). **Periodici giuridici italiani (1850-1900)**. Milano: Giuffrè Editore.

PETIT, C. (2020). **Derecho por entregas: estudios sobre prensa y revistas en la España liberal**. Madrid: Dykinson.

PLATNER, E. (1844). Ueber die Principien der Platonischen Criminalgesetze. **Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft**, 85-86, 673-686.

REIN, W. (1844). Geschichte des römischen Criminalprocess bis zum Tode Justinians. Von de Gustav Geib, ord. Prof. d. Rechte an der Univ. in Zürich. Leipzig, Weidmann'sche Buchh. **Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft**, 77, 609-616.

REIN, W. (1844). De legislatione decemvirali. Diss, Inaug. Philol. quam publice defendet auctor *Gabri. Ad. Guil. Haeckermann*. Gryphiae. **Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft**, 77, 609-616.

SCHIERA, P. (1987). **Il laboratorio borghese:** scienza e politica nella Germania dell'Ottocento. Bologna: Il Mulino.

TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.) (1997). **La revista jurídica en la cultura contemporánea**. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina.

WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U. **Geschichte der Philologie**. Wiesbaden: Springer Fachmedien GmbH, 1921, reimpr. 1998.

WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U. **História da Filologia**. Aroçaiaba da Serra: Mnema, 2023.

Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft (1834–1857). Disponível em: <https://archiv.ub.uni-marburg.de/ubfind/Record/urn:nbn:de:hebis:04-eb2011-0283>.

Ditaduras de segurança nacional no Cone-Sul

DE DESTERRADOS À FORÇA ATIVA PARA A RESISTÊNCIA NO BRASIL: O GRUPO BRIZOLA EM SUA FASE INSURRECIONAL (1964-1967)

Darlise Gonçalves de Gonçalves[1]

Introdução

É importante pensarmos outras experiências de resistência para além daquelas vivenciadas em grandes centros urbanos por indivíduos que pegaram em armas contra a ditadura. Sendo assim, se tratando das resistências experenciadas ao Sul do Brasil o estado do Rio Grande do Sul, devido às suas características socioespaciais, brindou a esse contexto uma particularidade: ser um espaço de deslocamentos de uma resistência transnacional. Assim, por nossas fronteiras (Uruguai e Argentina) passaram rumo ao exílio ou a rearticulação de suas lutas inúmeros militantes e perseguidos políticos.

No entanto, mesmo que na literatura pertinente ao período em questão os pesquisadores mencionem essas Travessias[2] pelas fronteiras

1 Mestra e Doutoranda em História pela UFPel. Professora substituta de história do IFSul-CAVG. Lattes http://lattes.cnpq.br/5224824348865427. Orcid https://orcid.org/0000-0003-0223-8082. Contato: darlisehistoriadora@yahoo.com. Financiamento: CAPES.

2 Em nossos estudos adotamos a grafia do termo Travessia com sua inicial em maiúscula por se tratar de um conceito que está para além do simples ato de transpor fronteiras geográficas ou políticas dada à complexidade do planejamento que demandava essa atividade, visando então diferenciá-lo do termo travessia que se refere à ação de atravessar algo ou alguém de um ponto a outro. Desta forma, propomos evidenciar a complexidade da teia de relações que se forjam

do estado, estas são comumente apresentadas como uma ação, uma rota de fuga ou o destino para o exílio, esvaziando-as de sua dimensão política e humana (Gonçalves, 2022). Tal definição está muito associada à chave interpretativa brasileira sobre os exílios políticos do século passado (Ribeiro, 2016, p. 938). Logo, focando principalmente na experiência exilar, as redes apresentadas em nossa historiografia são majoritariamente as transnacionais de militância, acolhida e denúncia à ditadura, existindo ainda poucas investigações dedicadas àquelas redes que se responsabilizaram pela acolhida e translado no país de origem do militante, bem como, aos investimentos da "gente comum" residente nesses espaços no trânsito de pombos-correios por essas fronteiras.

Sendo assim, a presente comunicação analisa os investimentos e as conexões estabelecidas pelo grupo Brizola em sua fase insurrecional (1964-1967), focalizando as relações dispostas por alguns de seus membros com indivíduos situados na fronteira sul do estado. Logo, nesse estudo adotamos a perspectiva de que esses exilados não eram apenas vítimas passivas do sistema, que aguardavam pacientemente as ordens vindas dos companheiros no Brasil, mas sim agentes protagonistas dessa luta desenvolvida em um trabalho conjunto com aqueles que em solo brasileiro se encontravam. Tal viés interpretativo, nos permite compreender o exílio como um fenômeno plural e, principalmente, como um espaço de ação que subverteu sua lógica primeira – ser uma ferramenta de controle e silenciamento de vozes dissonantes.

A Pátria está ao lado: solidariedades e incertezas durante os tempos de exílio (Uruguai, primeiros anos...)

Uma vez fechadas as possibilidades de resistência ou sobrevivência diante da truculência do regime ditatorial que se desenhava, muitos brasileiros foram empurrados rumo ao exílio. E nesse primeiro momento o principal destino escolhido foi o país vizinho, Uruguai. De acordo Enrique Serra Padrós (2014), alguns aspectos fizeram com que o Uruguai (e principalmente sua capital) fosse escolhido enquanto local

durante a atividade de passada que é motivada por questões políticas. Para uma compreensão mais aprofundada ler: GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteiriça Jaguarão (1964-1975). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

de morada e rearticulação das lutas políticas por essa primeira leva de exilados.

Em linhas gerais, segundo o autor, durante o século XX, até aos anos finais da década 1960, o Uruguai era considerado um "país de tradição democrática consolidada, plena, não reduzida a meros aspectos formais" (Padrós, 2014, p.95). Devido a isso, Padrós declara que "os perseguidos políticos brasileiros, ao chegar a Montevidéu, se deparavam com uma vivência de liberdade que lhes permitia desenvolver níveis de atuação, ação e contatos" (2014, p.97), uma vez que a sociedade uruguaia os recebera muito bem "corroborando a corriqueira tradição oriental de acolhida a quem se sentia ameaçado no seu país de origem" (p.97). E, no que diz respeito aos gaúchos, o laço de proximidade entre os países e aspectos da cultura partilhados também contribuíram para essa escolha.

Essa aparente liberdade, em muito proporcionada pelo clima democrático em que vivia o país vizinho, é frequentemente levantada nas memórias de muitos dos exilados políticos que lá se fixaram ou que por lá passaram:

> Propício mesmo para a conspiração era aquele clima de Montevideo: liberdade absoluta, partidos de todos os matizes e todos legalizados [...] muitos livros e revistas contando da utopia de da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da Avenida 18 de Julio ou da rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta (Tavares, 1999, p.175).

O deputado Neiva Moreira, em entrevista a um dos biógrafos de Leonel Brizola, destacou que essa aparente segurança que Montevideo brindava à comunidade de exilados acabou por se converter em um dos problemas para os planos de conspiração contra a ditadura:

> [...] Foi uma alegria ver aquela brasileirada na Praça da Independência, muitos de lenços vermelhos no pescoço, fazendo conspiração em via pública. Eram 200 ou 300 que acorriam ali todo dia para conspirar e saber informações do Brasil. Só havia um probleminha: ninguém guardava segredo do que se tramava contra os militares no Brasil. Ora, isso era terrível para qualquer plano insurrecional (Leite Filho, 2020, p 308).

Denise Rollemberg destaca que a questão política é um elemento decisivo na diferenciação entre o exílio e os demais tipos de migração.

Para a autora, "o exilado tem um projeto sócio-político para a sociedade. E é a derrota desse projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado" (Rollemberg, 1999, p.45). E é em prol desse projeto político que parte significativa dos exilados brasileiros no Uruguai acabam subvertendo a lógica punitiva do exílio, e reconfigurando sua luta almejando a implementação da ordem social que defendem.

Nesse sentido, estamos adotando então a perspectiva de que esses exilados não eram apenas vítimas passivas do sistema, que aguardavam pacientemente as ordens vindas dos companheiros no Brasil[3], mas sim agentes protagonistas dessa luta que era desenvolvida em um trabalho conjunto com aqueles que ainda em solo brasileiro se encontravam. Amplia-se assim a noção de fronteiras geográficas contida em uma leitura clássica do termo exílio, apresentando-o enquanto um espaço de articulações transnacionais.

Em linhas gerais, a comunidade de exilados brasileiros no Uruguai se dividia em dois grupos principais, de acordo com suas orientações ideológicas. Um pró Jango que defendia o não enfrentamento armado contra a ditadura, mas sim a derrubada dessa por via legal, ou seja, a partir de alianças políticas. E o grupo pró Brizola que acreditava ser o caminho para a retomada da legalidade ações mais enérgicas e diretas, incluindo a via armada. Ou seja, basicamente as linhas defendidas pelos cunhados divergiam substancialmente:

> Jango acredita na negociação política, refazendo contatos com seus velhos correligionários no Brasil. [...] Com ele ficaram companheiros do governo, velhos militantes do PCB, que em seguida lá aportaram. [...] Com Brizola, além dos companheiros do Sul, ficaram também os que não acredita na negociação, achavam que não seria para o nosso tempo (Silva, 1987, p.151).
>
> Jango ajudava a subsistência de boa parte dos exilados, e a isso se resumia sua atividade política. Em contrapartida, Brizola reunira em torno

3 Para Rollemberg era usual à geração de 1964 a ideia de um retorno imediato, logo para esses o exílio seria um curto período de tempo com a finalidade de preservação de sua integridade física. Essa geração resistia a ideia de partir, vislumbrava formas de atuar na legalidade defendendo um projeto de nação que era anterior a abril de 1964. Nesse período desenvolveu-se o "mito da *terra*, ou seja, uma determinação difundida entre os militantes segundo a qual, no exterior e, portanto, *fora da prática*, não se devia opinar muito menos decidir sobre os rumos da luta. Ao contrário, cabia-lhes esperar as orientações vindas da *terra*, de quem estava na *prática*, [...] o exílio era desvalorizado como tempo e lugar de luta" (Rollemberg, 1999. p.140).

> de si um pequeno estado-maior e comprara uma granja onde dezenas de brasileiros plantavam tomates e se preparavam psicologicamente para, mais tarde, receber instruções de combate (Tavares, 1999, p.176).

No que se refere ao grupo reunido ao redor de Brizola, muitos foram os intentos de rearticulação dessa comunidade após o Golpe. Ainda nos primeiros meses de exílio se formou o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), composto principalmente por oficiais subalternos nacionalistas. Entretanto, nem tudo é tão simples quando parece, pois devido a expressiva comunidade de brasileiros que se formou em Montevideo, devemos pontuar que mesmo dentro do que se convencionou chamar de Grupo Brizola haviam significativas divergências:

> Os exilados não se entendiam em torno de uma plataforma comum. Estavam divididos em três campos diferentes: 1) os que defendiam a luta guerrilheira, ou o foquismo, tese esposada pelos intelectuais e estudantes, e parte dos políticos; 2) os que pleiteavam a insurreição popular-militar, caso de Brizola e seus seguidores mais próximos; e 3) os que preferiam a saída pela negociação, caso de João Goulart e seus adeptos (Leite Filho, 2020, p.303).

No entanto, mesmo divergindo enquanto a linha de ação a ser adotada, os defensores das duas primeiras plataformas acabaram por se unirem em torno de um projeto comum liderado por Brizola para reverter à situação brasileira. De acordo com a pesquisadora Maria Claudia Moraes Leite, desde a chegada no exílio estes indivíduos estavam voltados para o "planejamento de ações contra a ditadura militar, na forma de guerrilha ou insurreição" (2015, p.76), entretanto o MRN na prática "foi muito mais um projeto político que uma organização efetivamente estruturada" (p.77). Sua vida foi curta, porém significativa dentro do cenário das resistências a ditadura no período.

Para dar forma aos seus planos de insurreição (Operação Pintassilgo, Guerrilha de Três Passos[4] e Caparaó) passaram a transitar pelas

4 Os biógrafos e militantes vinculados diretamente ao Brizola são categóricos em afirmar que o ex-governador não possuiu envolvimento direto com a Guerrilha de Três Passos, entretanto como seus principais articuladores pertenciam ao grupo militar vinculado ao MNR consideramos aqui o referido movimento insurrecional como pertencente a essa fase de resistência armada do Grupo Brizola.

fronteiras do país, principalmente via Rio Grande do Sul, os chamados pombos-correios do Brizola, indivíduos responsáveis por fazer conexão entre Brizola e seu grupo com os simpatizantes e membros do MNR no Brasil. Segundo Leite, "esses emissários tinham um papel fundamental na estruturação do movimento que se pretendia armar no Brasil e a circulação pela fronteira entre os dois países era de conhecimento tanto dos órgãos de inteligência brasileiros quanto do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai" (2015, p. 77-78).

Jaguarão na rota dos passageiros da liberdade: Travessias, solidariedades e resistências no Sul do Brasil

Conforme observado, na documentação repressiva da época e a partir da oralidade de alguns dos atingidos e envolvidos, a cooperação entre Brasil e Uruguai se tratando dos micro-espaços fronteiriços foi algo presente desde os primeiros anos da ditadura. Essa "ajuda" entre indivíduos residentes de ambos os lados da fronteira se dava tanto à direita, quanto, à esquerda, vindo a se refinar ao longo dos anos. Nesse sentido, no que diz respeito às atividades da repressão, a distância dos grandes centros de poder estatais gerava nessas localidades uma espécie de autonomia informal dos grupos repressivos de ambos os países atuantes na fronteira, o que de acordo com Fernández:

> levava frequentemente a acertos conjuntos entre as unidades militares e policiais de ambos os lados da fronteira, sem que isso necessariamente colidisse com a política de segurança nacional, muito antes pelo contrário. Além das relações profissionais e corporativas entre essas entidades, certamente também mediavam relações de tipo pessoal, como camaradagem entre colegas de armas, amizade e até mesmo possíveis laços de família. Isso facilitava a sua ação em conjunto tornando mais expeditiva a busca e a captura de supostos "subversivos" em operações que não raramente extrapolavam o limite de lei (Fernandez, 2013, p.112).

Todavia, cada caso deve ser analisado em suas particularidades, pois esses laços extremamente pessoalizados que surgem na fronteira também podem ir contra os interesses da máquina repressiva. Uma vez que, nessa conjuntura, o Rio Grande do Sul passou a ser pensado como rota de Travessia para a resistência e nesse contexto a partir de suas

fronteiras foram executadas (muitas vezes com auxílio de redes locais) articulações para a retirada e reinserção de militantes políticos do Brasil.

Um dos municípios gaúchos onde essa dinâmica se apresentou foi a pequena Jaguarão, que por estar situada na fronteira entre Brasil e Uruguai, ou seja, em uma zona sensível à segurança nacional a partir das diretrizes presentes na Doutrina de Segurança Nacional[5], passou a ser considerada a partir de 1968 (Lei 5.449/68) área de interesse a segurança nacional. Quanto as suas características mais gerais, está distante 349 km da capital, Porto Alegre; possuía pouco mais de treze mil habitantes; sua economia era basicamente voltada para a agropecuária; podendo, também, ser considerada uma cidade extremamente militarizada[6] para seu padrão populacional, com uma fronteira de "fácil" acesso ao país vizinho através da Ponte Internacional Barão de Mauá.

Já sua vizinha Rio Branco faz parte do departamento uruguaio de Cerro Largo, fica distante 76 km da capital departamental Melo e na época contava com aproximadamente oito mil habitantes, com uma dinâmica sócio cultural bastante semelhante à de Jaguarão. Características estas que são fundamentais para que possamos compreender como que algumas redes de mobilidade puderam atuar sem serem descobertas em um espaço tão pequeno populacionalmente e de hábitos interioranos.

Para entendermos a importância de localidades como essa dentro da dinâmica de ação do MNR, é fundamental a compreensão do conceito de Travessia. Esse pequeno recorte dentro da dinâmica organizacional de algumas das redes de solidariedade estabelecidas durante o período ditatorial, é um dos objetivos centrais do esquema de fronteira de algumas organizações. Entretanto, dado ao cenário repressivo da época e as particularidades do espaço fronteiriço, estão sendo tratados aqui dois pesos distintos, coordenados pela dinâmica própria do viver nessas zonas.

---

5 A DSN foi concebida durante o período da Guerra Fria pelos Estados Unidos da América e difundida pelo mundo visando a contenção da ameaça comunista, sendo que, em sua concepção teórica, o conceito de comunismo era extremamente flexível, aplicável a todo e qualquer movimento que ferisse os interesses norte-americanos. O órgão responsável por sua assimilação e adaptação para o Brasil foi a Escola Superior de Guerra (ESG), que nesse período formou militares de alta patente e, também, civis.

6 Possuindo além do quartel do 13° Regimento de Cavalaria, uma unidade da Brigada Militar e postos de controle de fronteira.

Isso porque, no que diz respeito à fluidez desses espaços, cabe realizarmos a seguinte ponderação: tal característica não pode ser pensada da mesma maneira durante as duas décadas de regime, como uma realidade estanque, ou uma categoria analítica engessada. Pois, sendo a fronteira uma zona sensível a segurança nacional, a dialética entre repressão e oposição atua significativamente sobre esta região, de forma que, em alguns momentos ela estivesse mais propicia as Travessias rumo ao exílio do que em outros, quando estas fronteiras "se fechavam" e a fiscalização se tornava mais ostensiva. E nesses momentos, quando esses espaços viravam verdadeiras "ratoeiras", era fundamental uma estreita articulação daqueles que por elas necessitavam passar com as redes de mobilidade locais.

Essas redes de mobilidade locais, ao executarem suas atividades, dialogam e se conectam a resistência política desenvolvida em outros espaços. Dentre aquelas que tomamos conhecimento durante essa pesquisa, podemos apontar enquanto característica comum de sua composição o envolvimento de, em média, três a quatro pessoas, sendo que uma delas era um indivíduo socialmente influente a nível local, fator este que acreditamos ser fundamental para compreender como essas redes tiveram vida útil por um longo período cronológico em uma espacialidade tão pequena, dotada de hábitos sociais interioranos. Cabe também apontar que esses grupos locais estavam unidos por um acontecimento fundador, logo possuem uma gênesis, uma existência e consequentemente um crepúsculo.

O "seu Brizola" precisa de gente de confiança na Fronteira

Em extenso relatório a respeito das atividades políticas do ex-governador no exílio, o CIEx (Centro de Informações do Exterior) apontou que "em Rivera, Santana do Livramento, Jaguarão e Chuy, Brizola mantem elementos de ligação com o Brasil que operam, ao que se sabe, um serviço bem organizado de "correio" entre os dois países"[7]. Sabemos que é primordial termos certa cautela ao tomarmos enquanto fontes os documentos produzidos pela repressão, pois eles

7 CIEX, RELATÓRIO 687, 1966/67, s.p. Arquivo Nacional/ FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores - BR DFANBSB Z4/ Ministério da Marina, Dossiê: br_dfanbsb_z4_sna_cfr_0008_d0001de0001, 1970, pp. 93.

trazem impressos em si a visão que os órgão de segurança denotavam a determinadas situações. Sendo assim, as informações podem estar "super valoradas" e não corresponderem a materialidade dos fatos. Entretanto, ao observarmos as redes de mobilidade vinculadas ao Grupo Brizola e estabelecermos um comparativo com as demais redes atuantes no referido espaço, de fato podemos perceber que, em certa medida, os agentes da ditadura estavam corretos em afirmar que havia um serviço bem estruturado de correio entre os dois países, pois os investimentos humanos do Grupo Brizola nessa atividade eram significativos. Sendo assim, nas próximas linhas apresentaremos uma breve síntese de algumas dessas conexões estabelecidas por esse grupo com a referida fronteira, bem como os modos como eram executadas algumas das passagens pelo lugar.

Um desses "elementos" mencionados no relatório do CIEx foi o jornalista Flavio Tavares, que relata em seu livro de memórias ter viajado algumas vezes a Montevideo atendendo aos chamados de Brizola. Uma dessas viagens foi realizada ainda nos primeiros anos de regime, sendo utilizada enquanto rota a fronteira Jaguarão/Rio Branco. Segundo o jornalista, a Travessia no local era realizada da seguinte maneira:

> Em avião, ia de Brasília a Porto Alegre e de lá em ônibus a Jaguarão, na fronteira com o Uruguai, e ali cruzava a ponte sobre o rio, a pé, como a gente do lugar: só com a roupa do corpo, sem nada nas mãos. No vilarejo uruguaio tomava o "carro-motor", um trem pequeno, desconfortável, mas rápido na percepção de tempo daquelas bandas, que em cinco horas me deixava em Montevideo. Ninguém pedia documentos (Tavares, 1999, p.177).

Dois pontos merecem destaque especial nessa passagem: primeiramente, a Travessia ocorreu, mesmo sem contar com o apoio das redes de mobilidade, de acordo com a lógica do local, ou seja, uma viagem realizada a pé, como qualquer residente na fronteira que vai ver um familiar ou aproveitar as vantagens cambiais do país vizinho. O segundo ponto tem a ver com o fato de ser uma forma de Travessia que ocorreu nos primeiros anos após o golpe, atividade que vai se tornando mais difícil conforme os controles repressivos foram sendo reforçados ao longo dos anos. Por outro lado, deve-se notar que o Jornalista tinha a seu favor o fato ser gaúcho de Porto Alegre, logo tendo sotaque semelhante

e não despertaria tantas suspeitas ao falar, o que não aconteceria com pessoas vindas de outros Estados do Brasil, por exemplo.

De acordo com as fontes consultadas, no primeiro momento do pós-golpe ainda não havia uma fiscalização ostensiva no lugar, esta foi sendo organizada conforme os meses foram passando e, mesmo assim, quando havia a necessidade de um maior controle os "conhecidos" nem sempre eram parados na barreira montada na aduana, tudo dependida de quem eram os responsáveis pela fiscalização do dia, assim como, da ocorrência ou não de alguma operação especial de controle do tráfego na fronteira. Nesses momentos: "o quartel fechou a ponte [...] tinha arame de espinho, tinha um corredor que o cara vinha para passar e [apresentar] documento, [...] e não escapava ninguém, ali encima da ponte não escapava ninguém" (Mendes, 2020).

De toda forma, tendo esses elementos em vista, quem por essa fronteira desejasse passar nem sempre poderia contar com a sorte que teve Tavares: "atravessamos a ponte a pé e chegamos ao lado uruguaio sem que ninguém se inteirasse de que o nosso destino era Montevideo" (1999, p.183). E em muitos casos fora fundamental o suporte das redes de mobilidade locais, justamente por serem formadas por conhecedores do espaço. Por esse motivo que ao passar pela região em meados de abril de 1964 o Tenente Vermelho, José Wilson da Silva, um dos braços direitos de Brizola no exílio tratou de deixar pelo caminho alguns entendimentos para a viabilidade do esquema. Em seu livro de memórias o militar relata o relativo "afrouxamento" da fiscalização e a relevância das redes locais para a Travessia na região, bem como, aponta para a importância estratégica da cidade de Pelotas enquanto segunda fronteira:

> Em Pelotas, estudamos as opções: Chuí, Livramento ou Jaguarão. A melhor solução foi a última, apesar dos muitos postos de controle das forças de segurança, que já estavam relaxando, até mesmo porque muitos de seus integrantes não tinham grande convicção do que faziam. Fui conduzido às proximidades da fronteira pelo meu cunhado e amigo Giazone, conhecedor da região (Silva, 1987, p.130).

Uma vez em território uruguaio, Silva ficou hospedado no Hotel da família do Cônsul, onde segundo ele já havia outros brasileiros. Esse episódio aconteceu no final de abril de 1964. Nesse curto período em

que esteve na região, o militante aproveitou para fazer contatos em Pelotas e Rio Branco, com o intuito de possibilitar intercâmbios entre a comunidade de exilados em Montevidéu e as forças de apoio no Brasil. O cruzamento de fontes nos permite inferir que o contato de Silva em Rio Branco foi o Cônsul uruguaio[8], figura vigiada de perto pelos órgãos de informação da ditadura.

Essa rede vai ser fundamental para a organização dos sargentos envolvidos com a Guerrilha do Caparaó, conforme narrou a imprensa paranaense o Sargento Amadeu da Luz Ferreira. Segundo seu relato, os sargentos que estavam envolvidos nos preparativos para o levante estiveram em contato com Brizola durante todo o tempo, primeiramente em Montevidéu, e, também, após seu confinamento em Atlântida,

> [...] Para chegar ao Uruguai, Brizola tinha um esquema de fronteira que utilizava o cônsul uruguaio em Jaguarão (RGS). Conta Amadeu Felipe que nesse consulado o viajante que, ao invés de pedir visto de entrada no Uruguai apresentasse uma senha, era imediatamente conduzido a uma porta secreta a uma garagem totalmente fechada. Dali, no porta-malas acolchoado do carro americano do cônsul, o clandestino entrava no Uruguai, sem revista na ponte. No outro lado o carro entrava em outra garagem fechada de um hotel do esquema e o viajante ficava em um apartamento, já como hóspede. O ex-sargento Amadeu Felipe viajou assim diversas vezes[9].

Embora houvesse alguns momentos de relativa calma à medida que as forças de segurança relaxavam os controles, essas Travessias estavam longe de serem simples, e ao longo dos anos seguintes elas se tornaram cada vez mais perigosas e arriscadas, e as redes locais necessitavam ir aperfeiçoando seus métodos. Na pesquisa realizada por Ruschel (2011), um de seus entrevistados relatou essas dificuldades de realizar a Travessia, ele conta o episódio no qual teve que atravessar no porta-malas do carro do Cônsul, que se valia de sua imunidade diplomática para auxiliar os passageiros da liberdade:

8 Sobre a atuação da diplomacia local na rede vinculada a Brizola sugerimos a leitura de: Darlise Gonçalves de Gonçalves. "Apesar de cônsul, incitou a resistência": um estudo de caso da diplomacia consular das cidades de Jaguarão / Rio Branco atuante na rede de apoio à Leonel Brizola. **Escritas do Tempo**, v. 4, n.12, 2022, pp. 152-170.

9 Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento da polícia federal. BRDFANBSBZD. pp.5.

> Esse contato é, e era muito difícil fazer porque, chegava a um ponto de eu ir até Jaguarão, em Jaguarão o Brizola tinha um esquema com o Cônsul do Uruguai em Jaguarão, e eu entrava na mala do carro do cônsul que atravessava a ponte, isso eu me lembro [...] era muito amigo do Brizola, que tinha todos os esquemas, né? (Vargas, 2011).

Outro membro do estado-maior de Brizola responsável pelo estabelecimento de conexões entre os dois países foi João Carlos Guaragna, em seu livro de memórias podemos encontrar alguns outros indícios dos elos que compõem esse esquema:

> Extremamente tensos, atravessamos a fronteira pela Ponte Mauá [...]. Éramos orientados por companheiros bastante conhecedores do trajeto que deveríamos percorrer e que lá se encontravam colocados pelo "esquema" unicamente para essa finalidade. Sem incidentes seguimos via Melo, [...] (Guaragna, 1992, p. 86).

Embora não tenhamos apurado a real identidade dos companheiros colocados na região para viabilizar as Travessias, podemos inferir que estão relacionados ao esquema ligado ao cônsul, a partir dos "entendimentos" anteriores deixados pelo Capitão Wilson na região. Entretanto, durante os primeiros anos de ditadura, podemos observar a atuação de duas redes de mobilidade na referida fronteira. Essas redes compõem o que chamamos de primeira geração e seu ponto de conexão é a estreita ligação de alguns de seus membros com o antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Dessa forma, esses grupos serviram principalmente, enquanto esquema de apoio para a retirada e trânsito de figuras ligadas ao PTB, bem como aos pombos-correios do ex-governador do estado, Leonel Brizola, suas atividades vão do pós-golpe até aproximadamente 1967.

A primeira rede a compor essa geração é formada por três militantes estudantis e um comerciário local filiado ao PTB, esse grupo atuou por dois anos (1964-1966). Segundo um de seus envolvidos, as Travessias eram realizadas de barco pelo Rio Jaguarão, adotando uma postura semelhante àquela da gente do lugar que vai pescar por fins laborais ou por lazer,

> as pessoas vinham por Pelotas pegavam um ônibus até Jaguarão chegavam aqui à noite e nós alugávamos um barco de um senhor, seu

> Anselmo Amorin, era bem na ponta lá do rio sabe? Bem na ponta ali quem vai pro Uruguai [...].
> Aí nós passávamos, a gente conhecia muito o rio [Rio Jaguarão], principalmente eu, me criei nesse rio. Então nós tínhamos uma loja ai em Jaguarão, inclusive eu trabalhava [nela], chamada Mobiliar Jaguarense, que o proprietário era um cidadão de Camaquã que também foi cassado, foi preso e tudo... Através dessa loja nós fazíamos pra passar o pessoal, exilados que estavam fugindo lá de cima, entendesse? Por que não dava pra passar pela ponte, a ponte estava [falha na ligação] qualquer pessoa que passasse caminhando tinham que se identificar [e] quem passasse de carro eles viam que era de Jaguarão, família dali e tal, entendesse? Passava né, mas sem documento ninguém passava [...] (Ricardo, 2018).

Alguns elementos presentes na fala do colaborador são de extrema importância para a compreensão dessa atividade e merecem ser pormenorizados, o primeiro deles se refere ao amplo conhecimento do lugar, bem como, ao fato desses indivíduos se valerem de aspectos próprios do seu cotidiano para realizarem essas Travessias sem levantarem suspeitas. Em outro ponto de sua entrevista, o Sr. Claudio Maria Ricardo relata que era algo natural para sua turma de amigos a locação desse barco para fins recreativos e, nesse sentido, a locação do mesmo por motivos políticos não levantaria grandes suspeitas para quem observasse de fora, pois aparentaria uma atividade cotidiana. Entretanto, também vale destacar que o senhor Amorin não possuía nenhum envolvimento direto com a resistência e fazia vistas grossas para o que os jovens estavam fazendo, conforme relata nosso colaborador "Seu Anselmo era simpatizante nosso, depois era um homem atrasado, amigo, mas não sabia essas histórias... Ele achava que estava ajudando o seu Getúlio [Getúlio Vargas] e tal [...]" (Ricardo, 2018). A pouca clareza do que de fato estava ocorrendo, o espírito de solidariedade e os laços de relações pessoalizados que motivam essas colaborações pontuais de terceiros são aspectos recorrentes nas narrativas dos envolvidos nessas redes de mobilidade.

Cabe destacar ainda da primeira fala do senhor Claudio, a pontualidade do olhar repressor por vezes condicionado pelas relações pessoalizadas tecidas nesse micro espaço fronteiriço. Esse aspecto também é levantado nos relatos de um ex-soldado ouvido informalmente para essa pesquisa. Ao mesmo tempo, podemos perceber com base no mapeamento da imprensa local, que os comandos militares, policiais e aduaneiros

eram continuamente substituídos na região. O que nos faz supor que fosse uma medida tomada com intuito de evitar o estabelecimento laços pessoalizados desses agentes com pessoas da região, nos levando também a crer que a repressão teve que se adaptar a essa dinâmica de relações tipicamente interioranas presente nessa fronteira. Por fim, um último ponto que merece destaque na fala do colaborador é a localização da cidade de Pelotas como uma segunda fronteira, ou seja, um ponto estratégico para pausa e/ou revisão da rota de Travessia.

O segundo grupo que vai atuar durante a primeira geração, se articula ao redor da figura do cônsul uruguaio em Jaguarão. Amigo pessoal de Brizola, o mesmo vai dispor de sua imunidade diplomática e dos recursos materiais de sua família para a realização dessas Travessias. Essa rede era composta por ele e mais dois funcionários, seu motorista particular e o recepcionista do hotel da sua família. Essa rede foi a que em termos cronológicos[10] atuou por mais tempo durante essa primeira geração, entretanto não sem despertar as suspeitas da repressão.

Com a partida do Cônsul em meados da década de 1960, essa passagem continuou a ser feita por seu motorista, que sendo um dos taxistas da praça central de Jaguarão, tornou-se o contato direto de Brizola na fronteira, mantendo o restante do esquema ativo até meados de 1967, pouco tempo após nosso colaborador José Menses se envolver em um estranho incidente com a polícia uruguaia. O episódio é narrado nas páginas do periódico jaguarense A Folha nos seguintes termos:

> Notícias Policiais
> Pessoa Ferida
> Domingo, 31 de julho do corrente ano, deu entrada no Hospital Carlos Barbosa [Jaguarão] E*Z* de C*B*[11], a qual apresentava um ferimento a bala no rosto.
> O delegado Lacyr Dias de Oliveira iniciou investigação a respeito do fato, tendo logo no início descoberto que tinha sido trazida do Uruguai, em automóvel, por J*F*G*, motorista de praça.

10 Nesse sentido, há dois momentos que são importantes: a "queda" do esquema do cônsul uruguaio em 1965, após sucessivas denúncias da Embaixada do Brasil em Montevidéu, ele acabou sendo transferido para a representação diplomática de seu país em Concepción del Uruguay na província argentina de Entre Rios e a descoberta e desmantelamento da Guerrilha do Caparaó em 1967.

11 Em respeito ao nosso colaborador optamos por suprimir da transcrição da fonte o nome completo dos indivíduos.

> Na manhã de segunda-feira J* foi detido quando se encontrava na estação rodoviária. O carro estava abandonado sendo que o vidro traseiro estava completamente quebrado.
> Foi instaurado inquérito, apurou-se que o fato ocorreu na cidade de Rio Branco, Cochilla, e que os tiros foram disparados por policiais uruguaios (A Folha, 4 de agosto de 1966).

O episódio é narrado enquanto um crime comum, entretanto se sabe que essa era uma estratégia utilizada pela imprensa para driblar a censura, cabendo ao historiador a sensibilidade de perceber as entrelinhas desta fonte. A partir do ocorrido, percebe-se, ao acompanhar a imprensa local, que a polícia uruguaia passou a olhar mais de perto o fluxo de brasileiros em Rio Branco e em janeiro do ano seguinte começam a ocorrer algumas detenções do outro lado da fronteira. Uma destas ligada diretamente ao esquema de Travessia montado pelo cônsul uruguaio, que embora já não estivesse na região seu hotel ainda servia de refúgio para aqueles que necessitassem realizar a passagem.

O ano de 1967 é, sem dúvidas, um marco na linha de atuação do grupo Brizola, pois com a descoberta do foco guerrilheiro do Caparaó se esgotavam as possibilidades de resistência armada diante da truculência e da violência desferida pelos órgãos de repressão e espionagem da ditadura. Nesse período "até os mais remotamente ligados à atividade clandestina eram vigiados" (Guaragna, 1992, p. 93). Sendo assim, parte do grupo[12] passou a adotar a via da política formal participando mais ativamente das atividades do MDB[13].

A "pacata" Jaguarão não estava alheia ao o que ocorria no ano de 1967. Em circular enviada a imprensa o comando do 13° Regimento de Cavalaria notifica a população local que para o trânsito na ponte seriam exigidos os seguintes documentos:

12 Os indivíduos que ainda acreditavam que a ditadura seria derrubada através das armas passaram a integrar outros agrupamentos de oposição armada. Foi o caso de Vera Maria Idiart, a Dedé da ALN. Vera esteve envolvida no período conspiratório do Grupo Brizola, estabelecendo contato entre os companheiros do Brasil e do Uruguai e estava envolvida na fase conspiratória do Grupo Brizola. Também, foi uma das militantes enviadas para a Serra do Mar em SC no ano de 1965. Posteriormente, ingressou na ALN e esteva envolvida com o esquema de fronteira dos Freis Dominicanos, desmantelado pela repressão gaúcha em 1969.

13 Partido de oposição consentida durante o período de bipartidarismo instituído pela ditadura militar.

> Para brasileiros: documentos hábeis: passaporte ou carteira de identidade fornecida pela polícia civil.
> Documentos aceitáveis: título eleitoral, carteira profissional ou carteira de motorista.
> Para estrangeiros: passaporte com visto, carteira de identidade ou carteira modelo 19 (A Folha, 25 de março de 1977).

Contudo, haviam horários de maior circulação dos habitantes locais sobre a Ponte, devemos destacar que essa fronteira nos anos 1960 possuía uma forte praça comercial em relação à uruguaia e, naquela época, devido à variação cambial era realizado o chamado "comércio formiguinha" sobre a ponte, gerando um grande fluxo de transeuntes próximo aos horários de chegada e partida do *ferrocarril* uruguaio. Outro horário de significativa movimentação estava diretamente ligado ao começo e término da matiné no Cine Rio Branco, "toda Jaguarão em peso ia para a matinê no Uruguai, então quando a matinê começava as duas horas [da tarde], perto das duas horas era aquela multidão indo pra lá, assim como quando saiam [...]" (Entrevista 3, 2017, p. 313). De acordo com nosso colaborador José Francisco Gomes Mendes (2020), em algumas vezes foi nesses momentos que ele realizava a Travessia dos passageiros da liberdade em seu carro de praça. E assim como ele, muitos outros nos anos que se seguiram vieram a valerem-se dessa lógica da vida cotidiana para buscar do outro lado do rio um "respiro", um alento, um novo caminho para a luta, um solo de "liberdade".

Considerações finais

Vimos nesse estudo que após o Golpe de 1964 o Uruguai se converteu no principal destino da primeira geração de exilados brasileiros. Destarte, essa massa de indivíduos, muitos dos quais possuíam histórico de militância política pregressa, passaram a articularem-se em torno de dois projetos de resistência principais: um capitaneado pelo Grupo João Goulart e outro pelo Grupo Leonel Brizola.

O primeiro defendia uma linha de ação mais pacifista, apoiada na esperança de que logo a ditadura se demonstraria uma saída política inviável e assim uma oposição com força suficiente para fazer frente surgiria no país. Ao lado dessa novos acordos políticos poderiam ser traçados e a democracia regressaria ao Brasil. Por outro lado, o grupo

vinculado a Brizola, embora também acreditasse em um exílio breve, defendia uma saída mais enérgica para a questão, pautada no foquismo ou no levante popular.

Para esse fim, logo da chegada ao exílio esse segundo grupo se articulou sobre a sigla: Movimento Nacional Revolucionário. O MNR, em seus três primeiros anos, esteve diretamente vinculado a Brizola e foi um dos principais responsáveis por algumas tentativas de derrubada da ditadura pela via armada no período.

Para dar vazão aos planos que surgiam no exílio esses militantes teceram articulações com companheiros residentes no Brasil e em outros países - como Cuba, Bolívia, Argélia e Argentina – bem como, o Uruguai[14]. Formando assim uma ampla rede de solidariedade composta por diferentes elos situados em diferentes espaços geográficos empreendendo esforços humanos e materiais para a resistência. Essa dinâmica de ação dotou o exilio de um carater transnacional. Assim, as fronteiras geográficas contidas nessa prática punitiva foram alargadas e sua lógica primeira, o afastamento da vida política, foi subvertida em articulações e lutas.

Referências:

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento da polícia federal. BRDFANBSBZD. pp.5.

CIEX, RELATÓRIO 687, 1966/67, s.p. Arquivo Nacional/ FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores - BR DFANBSB Z4/ Ministério da Marina, Dossiê: br_dfanbsb_z4_sna_cfr_0008_d0001de0001, 1970.

Entrevista 3. In: SELBACH, Jeferson Francisco; BRUN, Rosimary Fritsch (org). **Ruralização e Viver em Fronteira**: Jaguarão/RS. Porto Alegre: Editora Animal, 2017.

FERNANDEZ, Jorge Cristian. O exílio argentino no sul do Brasil e a conexão binacional repressiva entre Argentina e Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **Cone Sul em**

14 Neiva Moreira estava exilado na Bolívia, lá exercia funções executivas no governo daquele país. Ele deixa o cargo e alguns entendimentos ao ser convocado por Brizola para residir no Uruguai e integrar o seu estado-maior. Também havia conexões do líder petebista com residentes na Argélia (Leite Filho, 2020) e a literatura voltada para a ação do Grupo Brizola é unanime em afirmar que havia apoio financeiro e didático de Cuba aos intentos de resistência desenvolvidos por esse grupo e outros. Por fim, embora esse texto tenha se centrado nas conexões existentes entre residentes na fronteira entre Brasil e Uruguai, muitos pombos-correios possuíam também contatos com indivíduos nas fronteiras com a Argentina.

tempos de Ditadura reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evanraf- UFRGS, 2013.

GUARAGNA, João Carlos. **Brizola a Revoado do Exílio histórias de um pombo-correio.** Porto Alegre: Editora Rigel, 1992.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos**: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteiriça Jaguarão (1964-1975). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: A Folha/ Pasta 1966. Ed. 4 de agosto de 1966.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: A Folha/ Pasta 1967. Ed. 25 de março.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas**. El Caudillo Leonel Brizola**. Editora Aquariana, 2020.

LEITE, Maria Claudia Moraes. A **trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

MENDES, José Francisco Gomes. **Acolhei aos perseguidos**: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteiriça Jaguarão (1964-1975). Jaguarão, dezembro de 2020. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

PADRÓS, Enrique Serra. O Uruguai como alvo da ditadura brasileira de segurança nacional. **Revista Maracanan**. V. 11, 2014, pp. 91-110.

RIBEIRO, Maria Claudia Bandan. Militância e exílio político: as trincheiras subterrâneas de luta. **I Colóquio Internacional Movimentos Trânsitos e Memórias**. Niterói, 4 a 6 de outubro. 2016.

RICARDO, Claudio Maria. **Travessia**- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 21/09/ 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

ROLLEMBERG, Desnise. **Exílio entre raízes e radares**. São Paulo: Record, 1999.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

TAVARES, Flávio. **Memórias Do Esquecimento**. São Paulo: Editora Globo, 1999.

VARGAS, Índio. Entrevista feita por Davi Arenhart Ruschel. In: Anexos. RUSCHEL, Davi Arenhart. **Entre risos e prantos**: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura

no Rio Grande do Sul, Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, 2011.

A DITADURA E O MEIO *QUEER* NO ROMANCE *O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL*, DE HELONEIDA STUDART

Leandro Rodrigues Vieira[1]

A noção da literatura como arquivo

A fim de desencadear o presente trabalho, primeiramente é necessário tomar sentido sobre a noção da literatura como arquivo. Na obra *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, de Eurídice Figueiredo (2017), é abordada a relevância da literatura em conseguir representar o período ditatorial vivido no Brasil, seguindo o conceito do filósofo Jacques Derrida (2001).

A literatura se torna um arquivo porque "[...] é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação [...]" (Figueiredo, 2017, p. 43). Dessa forma, se abarca uma noção de que aquilo que for trazido através da ficção consegue carregar certa reflexão ao indivíduo que a consome ao provocar sua identificação com o momento trabalhado na obra. Muito dessa ideia discorre pela noção de que os arquivos que em boa medida permanecem ocultos à população, no seu sentido

1 Mestrando em História da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) – Instituto de Letras e Artes (ILA) - Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Endereço Lattes: http://lattes.cnpq.br/0803688636986210. Endereço eletrônico: leandrorodriguesvieira25@hotmail.com /leandrorodriguesvieira25@gmail.com

mais estrito, são uma leitura áspera para pessoas de fora do meio dos historiadores, sendo então no ambiente literário que se consegue atingir e conversar com um público maior de forma mais fluída, resgatando assim a memória da repressão (Figueiredo, 2017).

Obviamente, a literatura nunca será espelho da ditadura, isto é, mesmo que consiga representar tal momento, será um recorte sendo do passado, pois a arte e a língua não conseguem refletir o mundo extralinguístico tal como ele é ou foi. Logo, a realidade nunca é mostrada como é, havendo sempre nesta representação artística/linguística um enviesamento de seu(s) autor(es). Assim sendo, Eurídice Figueiredo aborda em sua obra que

> numerosos críticos e pensadores têm salientado tanto a necessidade quanto as possibilidades da ficção em recriar, através da imaginação e da liberdade composicional, não aquilo que realmente aconteceu, o que é impossível, [...] mas algo que possa evocar o que pensaram, sentiram ou sofreram os personagens (Figueiredo, 2017, p. 43).

Em mesma situação, é preciso objetivar que "o arquivo não se confunde com a memória, pelo contrário, ele existe no lugar da memória" (Figueiredo, 2017, p. 27), em razão de que há a problemática da pulsão arquiviolítica, ou seja, é a queima de arquivos oficiais relacionados a um determinado período, tendo-se como exemplo disto a queima de arquivos relativos ao período da escravidão por Rui Barbosa, bem como de boa parte da documentação sobre a ditadura, que os militares recusam-se a abrir ao público, segundo Eurídice Figueiredo (2017). Para mais, há o esquecimento em foco de preocupação também, porque a memória não consegue guardar tudo. Portanto, a literatura, como uma arte, sempre será feita para o exterior por conta do mesmo, isto é, sempre trará reflexão sobre o mundo histórico representado em si, tomando-se assim como um arquivo, pois "não há um arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade" (Derrida, 2001, p. 22).

O meio *queer* no contexto da ditadura militar

A repressão ditatorial afetava todas as esferas que fugiam do *status quo*, incluindo o meio LGBTQIA+, tendo o intuito da manutenção

desse padrão, daquilo que deve de ser seguido e aquilo que deve por ser tratado como abominável, ficando às margens da sociedade. Dessa maneira, para Renan Quinalha,

> o clima de medo generalizado em consequência da presença ostensiva das forças de segurança, junto com o conservadorismo moral alçado à política oficial, aumentava o custo social para que homossexuais pudessem assumir publicamente suas sexualidades dissidentes (Quinalha, 2021, p. 13).

Consequentemente, ao se falar do meio *queer*, é preciso trazer como a opressão era de um modo geral, o que é possível ver este meio sendo representado como algo negativo em algumas obras daquele período, utilizando-se algumas vezes do termo "pederasta" para atribuir a homossexualidade a algum personagem naquela ficção. Tal termo carrega consigo o significado de homens adultos que se relacionam com garotos mais jovens, retomando a questão trazida de Quinalha (2021) sobre essa moralidade sexual na atmosfera de repressão vivida, muito porque a palavra era usada de modo pejorativo a se referenciar aos homens deste meio, ou que de certo modo viessem a aparentarem estar neste meio.

Para além, a ditadura tinha como objetivo reforçar o estigma contra este grupo, de modo a tentar "dessexualizar" os ambientes públicos, oprimindo a existência daqueles corpos que fugiam das normativas, deixando-se para o âmbito mais privado sua única real existência, não importando se possuíam família ou carteira de trabalho, sendo presos como "vadios" e sem direito de defesa (Quinalha, 2021). A ditadura afetava principalmente as pessoas mais pobres por justamente defender a manutenção do *status quo*, do capitalismo, e isto incluía as pessoas LGBTQIA+ daquele período que estavam nesta classe social, tendo sido a parte do meio *queer* que mais sofreu com esta "resposta moral" para a classe dominante, de modo a serem o lado mais estigmatizado e que mais sofreu com os abusos de poder com motivação de manter aquilo que era visto como o padrão social que deveria existir (Quinalha, 2021).

Portanto, quando isto se ocasiona, se tem a forte deslocação das sexualidades dissidentes para as margens da sociedade em consequência dessa invisibilidade para quem reivindicava seus direitos, suas existências.

Mesmo quando estes corpos não ocupavam o meio público, eram um dos focos para os abusos de poder, sendo esta violência bastante agravada "[...] quando vinham à luz e ocupavam o espaço público, reivindicando uma existência e um lugar político na sociedade" (Quinalha, 2017, p. 33). Esta invisibilidade era campo fértil para a violência policial e militar para com as pessoas LGBTQIA+, havendo até mesmo, segundo Quinalha (2021), estímulos e falta de limites para tal injustiçada baseada na intolerância potencializada pela ditadura em nosso país, de forma que houve uma abastança de discursos com o intuito de normatizar a questão da sexualidade na população brasileira através de uma retórica ao redor da tradição, da moral e dos bons costumes. Seguindo a noção de Renan Quinalha, "assentou-se, naquele período de formação da identidade homossexual, uma representação negativa graças à ação repressora do Estado" (Quinalha, 2021, p. 33).

Se faz preciso compreender que a ditadura no Brasil veio como um potencializador das problemáticas que a nação brasileira já vinha passando antes do golpe de 1964. Assim, "em um país que sempre se caracterizou por um elevado grau de violência estrutural contra segmentos excluídos e marginalizados, como os homossexuais, a intensificação de estruturas de exclusão agravou significativamente a situação desses segmentos" (Quinalha, 2021, p. 34). Com isso, dentro do romance de Heloneida Studart aqui analisado, é possível ver o tratamento e as expectativas relacionadas ao *queer* pelas pessoas de fora do meio daquela época, referindo-se sempre como algo ruim, escuro ou infeliz pelos personagens na trama ao trazer tal assunto, muito porque o esperado desta parte do Século XX é esta acentuação do preconceito e do medo das pessoas por quem ocupa as minorias sociais. Logo, devido a ditadura militar, que se faz presente no romance, mesmo que de forma mais intertextual, é previsto que a relação que os personagens terão sobre o tema LGBTQIA+ seja bastante voltado ao preconceito, a uma visão negativa inflada pela repressão ditatorial.

Evidentemente, as violações de direitos humanos se davam a qualquer via perseguida pelos ditadores, desde quem lutava pelos seus direitos, em protestos ou até mesmo em luta armada, quanto das minorias sociais. O foco a ser seguido aqui é em como a literatura pode ser um arquivo para demonstrar este momento vivido pela população

LGBTQIA+, falando de como essa "luta contra a subversidade" pela ditadura servia para estigmatizar a sociedade em prol da manutenção do padrão estabelecido dentro do capitalismo do que seria correto e positivo, deixando tudo aquilo que é negativo, ou que ameace a queda deste padrão, nas margens para que desapareça, para que não exista. É uma violência não só estrutural, como também física e psicológica que ocorria com os corpos de sexualidades dissidentes durante período histórico.

A autora de *O pardal é um pássaro azul*

Heloneida Studart foi uma cearense nascida em 1932 e veio a falecer no ano de 2007 devido a uma parada cardíaca. Em vida, ela foi jornalista, escritora, teatróloga e política, sendo deputada estadual do Rio de Janeiro por seis vezes pelos partidos MDB, PSDB e PT. A autora faz parte das pessoas que foram perseguidas e presas durante a ditadura, tendo o seu aprisionamento ocorrido em 1969 por doze dias.

Studart se postulava como feminista, em especial como frente durante a segunda onda feminista no Brasil, tendo isto refletido em suas obras literárias, como o romance *O pardal é um pássaro azul* analisado aqui. Suas produções possuem esta característica por terem em foco a voz feminina, o pensar e o existir da mulher no centro de sua arte. Na política, apoiou a inclusão dos cento e vinte dias de licença-maternidade na constituição de 1988, dentre outros apoios pelos direitos das mulheres.

Suas obras estavam praticamente perdidas no tempo até o surgimento da produção *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* de Eurídice Figueiredo (2017), em que ela é citada através do seu romance *O estandarte da agonia* (1981) por representar a história de Zuzu Angel nesta criação ficcional. Após isto, alguns estudos vieram na intenção de se ler e pesquisar mais sobre a autora e sua literatura, principalmente devido as denúncias sobre a ditadura que ocorrem na sua arte e, como já citado, a reflexão sobre a existência da mulher naquele período ditatorial. Ao todo, Studart teve dezesseis livros entre produções infantis, ensaios, romances e reportagens, com seus romances retratando e trazendo reflexões sobre a realidade da ditadura, sempre com cuidado em incluir e se discutir as questões das mulheres dentro dos seus enredos.

O romance de Heloneida Studart

O romance *O pardal é um pássaro azul*, de Heloneida Studart, é o primeiro livro da *Trilogia da Tortura* e foi inicialmente publicado em 1970 pela editora Civilização Brasileira. Tal obra permaneceu praticamente desconhecida da crítica até o final dos anos 2010, tendo vindo a público através do trabalho de Eurídice Figueiredo (2017) sobre a literatura como arquivo. Sua história é contada através de uma narradora em primeira pessoa, a protagonista da obra, de nome Marina.

Na trama, o personagem João, primo e grande amor de Marina, e o único homem restante da família deles, é preso por pichar pelas ruas da cidade que o pardal é um pássaro azul e, em mesma situação, a protagonista precisa lidar com sua própria família, os Carvalhais Medeiros, estando com um refugiado paraguaio chamado Pablo, que é um possível romance de seu primo. Com isso, se tem também a presença da matriarca da família, vó Menina, que cerceia a liberdade de todas as mulheres da família, sendo uma representação da opressão vivida na época que, ao mesmo tempo, também sofre com esta opressão, como pode ser visto no "Capítulo II". Neste é narrado que para receber a homenagem de seu falecido marido tendo uma rua recebido seu nome, apenas um homem o poderia fazê-lo ao público. Abaixo consta o recorte da citação[2]:

> Quem ia saudar o homenageado era o deputado Alaor Chaves, da bancada do partido do Governo; dr. Nogueirinha, médico da nossa família, se encarregaria do agradecimento, pois o clã dos Carvalhais Medeiros estava reduzido a um punhado de mulheres. Tio Lucas morrera a dois anos; João se achava preso há mais de um ano na cadeia velha da cidade, por pichar em todos os muros que o pardal é um pássaro azul.
> Dalva ou eu, poderíamos nos encarregar do discurso de agradecimento, mas em nossa família mulher não falava em público: "Mulher não tem querer — dizia vó Menina. Nem negro, nem pobre" (Studart, 1981, p. 8-9).

Tal momento sumariza bem a situação de denúncia que a autora parece trazer, com a citação de vó Menina correspondendo a esta repressão do que deve ser moralmente aceito e seguido, e do que precisa

2 Este e todos os outros recortes usados no presente trabalho seguem estritamente a terceira edição publicada em 1981.

ser calado, excluído e marginalizado. Junto disso, se vê a repressão às mulheres, tópico que é sempre trabalhado dentro dos romances de Studart. Outro momento mostra o uso da família Carvalhais Medeiros como uma analogia tanto a ditadura quanto as questões enfrentadas pelas mulheres neste período de repressão, como pode ser visto no recorte abaixo, em que Marina não possui o real direito de fazer um curso de ensino superior, pois, se o fizer, estará indo contra as normas do *status quo* e, consequentemente, não será mais uma moça considerada "correta" pela matriarca da família, não sendo mais aquela que se sujeita aos padrões sociais impostos. Isto mostra a limitação social do acesso à educação que era posta para as moças no período ditatorial. No mais, o recorte mostra a difícil relação da protagonista com sua mãe, que está sempre preocupada em agradar vó Menina, em manter os padrões:

> Quando eu quis ingressar na Faculdade para fazer o curso de Biblioteconomia, mamãe me suplicou, com lágrimas nos olhos: — Minha filha, não vá estudar, roçando perna com homem... Afaste de mim esse cálice. Mãe Menina nos deserdaria.
> E eu mandei cancelar minha matrícula, na esperança de que ela me desse uma migalha de afeto. Mas não deu nada. Um dia, indo visitar o minizoo da cidade, vi uma oncinha recém-nascida rejeitada pela mãe. O tratador a alimentava com uma mamadeira ridícula. Compreendi que até entre os animais existem essas desgraças — e me resignei (Studart ,1981, p. 16).

O romance também trabalha com a tortura na prisão que João sofre ao longo do enredo, nunca se comprometendo a objetivar que há uma ditadura, sendo algo mais cósmico, como uma força da natureza, vindo da destruição dos indígenas no Paraguai, se conectando com o refugiado Pablo e com a necessidade de João reivindicar seus direitos e espalhar na cidade a cor da ave ser azul. A coloração do pardal é uma metáfora para a liberdade, em especial a de Marina e João, referenciando esse sonho e a luta contra a repressão, uma tomada de consciência da realidade em que vivem. A imagem do pássaro também pode se remeter a uma ideia de anseio pelo voo que nunca se pode ter por culpa de todas as amarras da ditadura na vida das personagens, particularmente pela simbologia da repressão que a família Carvalhais Medeiros carrega na vida de Marina e João, sempre reforçando os padrões impostos pela ditadura, de modo que vó Menina toma um papel importante de apoiadora da opressão

existente, compactuando assim com todas as problemáticas causadas as minorias e cerceando a família de fugir desse padrão social estabelecido.

A questão *queer* na obra de Studart

Como já relatado, o romance é contado através do ponto de vista da personagem Marina, não a fazendo uma narradora completamente confiável, isto é, é um personagem sem o conhecimento do todo, só tendo o que lhe ocorre e suas experiências como base de sua narração, apenas supõe aquilo que não consegue visualizar/viver.

Tendo noção disso, a questão das sexualidades dissidentes na obra participa em uma noção de incerteza da narradora perante os fatos, tanto que é difícil estagnar os dois personagens masculinos João e Pablo em uma esfera na comunidade LGBTQIA+, ou em nenhuma, pois ambos se relacionam também com personagens femininas na obra, fazendo-se assim necessário aqui o termo *queer* para melhor enquadrar a situação.

À vista disso, possui-se na trama momentos como quando João é confrontado por Marina, na prisão, de quem seria Pablo e ele não lhe responde sobre, deixando-a sem objetividades a partir desta situação, assim como o leitor também é tragado nesta incerteza. No recorte abaixo é possível visualizar esse momento no "Capítulo V", em que João não responde ao que sua prima aborda, trocando de assunto assim que possível quando a protagonista fala sobre o forasteiro ser "encantado". No mais, é necessário o adendo de que o termo "Calunguinha" é usado por João para se referir de maneira amigável à Marina e que Gegê é o guarda carcereiro da prisão:

> — João, chegou uma pessoa lá no sobrado.
> Ficou me olhando em silêncio. Estava na defensiva.
> — É um rapaz alto claro, lindo. Tem um pedaço de madeira no pescoço como essas medalhas de identificação de guerra...
> João empalideceu, olhou para as pontas dos sapatos. Ele possuía o longo hábito da dissimulação, mas tive imediatamente a certeza de que conhecia o forasteiro.
> — É mudo, João.
> — Pode ser que não seja mudo. Às vezes as pessoas perdem a voz de horror, de sofrimento. Viu, Calunguinha?
> — Vó Menina resolveu oferecer hospedagem a ele. Eu encorajei porque me pareceu que o homem te procurava... Ele trazia nosso endereço, João. Subiu as escadas e ficou vistoriando os cantos.

> Calei-me, respirando fundo. O ciúme voltava (as outras mulheres têm ciúmes das mulheres, mas eu tenho ciúmes dos homens). Fiquei olhando para a mancha de açúcar que se espalhava na boca de João e me lembrando do tempo em que desejava sugar-lhe aquela doçura fortuita. Agora já não desejava mais nada. Meu amor estava cada vez mais afastado das suas fontes naturais de desejo e alegria.
> — João, as empregadas dizem que ele é encantado.
> — São abusões, Calunguinha. Elas também pensavam que o anão do circo Oriente era um encantado.
> — Ele tinha um boné de xadrezinho, se lembra? Nós gostávamos mais do anão do que do índio que atirava facas.
> — Não, era você que gostava... Eu preferia os motociclistas do globo da morte.
> Gegê veio me dizer que o tempo acabara. Os outros visitantes tinham se retirado com seus silenciosos pés descalços, com suas silenciosas sandálias japonesas (Studart, 1981, p. 35-36).

Assim, o tempo se encerra sem que Marina consiga alguma resposta sobre o rapaz e isso se segue nas outras visitas que ela faz a ele. Toda essa dúvida de Marina sobre João, e sobre si mesma, que há neste recorte ocorre a partir de uma fala da mãe dela, chamada Luciana, sendo trazida como uma memória sua ao leitor no "Capítulo II", onde este personagem feminino está fazendo o uso da palavra "pederasta" para se referir a João. A palavra machuca a confiança de Marina como um todo, pois ela nutre uma paixão por seu próprio primo e, a partir disso, passa a acreditar que seu único amor não a iria querer por não ser um garoto, tomando vários momentos de desafeto com seu corpo ao longo do romance. A mãe é trazida na trama como um certo antagonismo para com a protagonista, podendo significar aqueles que apoiavam à repressão da época, pois Luciana dá o seu máximo para seguir as regras de vó Menina em prol de sua filha ficar com a herança da família, e de usufruir desta herança em consequência, assim como sempre reforça os limites da família para as filhas Marina e Dalva.

Por conseguinte, fica incerto ao leitor se o personagem masculino João é ou não homossexual, porque Luciana poderia estar falando tanto a verdade quanto contando uma mentira para Marina, muito embora os dois caminhos levem ao mesmo ponto: magoar a própria filha. Abaixo consta a situação descrita no recorte:

> Naquele momento, seus grandes olhos azuis procuravam em minha testa, entre as sobrancelhas, o lugar para me ferir.
> — Tenho notado essa sua amizade exagerada com seu primo. As conversinhas, os passeios, os livros trocados... Se fosse um outro, eu proibia. Mas com ele, pode. É... enfim, é um desses rapazes que não gostam de mulheres.
> Viu-me empalidecer e a crueldade lhe subiu à cabeça. Precisou ir até o fim dizer tudo.
> — É um pederasta.
> O golpe me atingiu abaixo do umbigo; foi como se meus instintos se rompessem. A palavra grudou-se à cambraia finada da minha camisola igual a um inseto repugnante: um pederasta. Sem dizer nada, voltei para minha cama. Tirei a roupa e me deitei. Nua, debaixo do lençol, o vocábulo ainda estava pegado à minha pele — viscoso, negro. Deitada de costas, retendo a respiração, fiquei esperando que o amor morresse. Tinha a sensação de uma espantosa queda. A Queda. As aulas de catecismo do colégio falavam desse inacreditável desabamento através de espaços infinitos até um lugar de treva, onde somos como carvões apagados e onde nunca chega uma única gota de amor (Studart, 1981, p. 13).

A situação se repete no "Capítulo VI", com a mãe querendo reafirmar a sua filha de que seu primo não a amaria como desejava, utilizando-se de preconceito para abordar que João não seja heterossexual. Isto retoma a discussão que Quinalha (2021) faz sobre a repressão social que viviam as pessoas do meio *queer* no Brasil durante a ditadura, sendo esta uma representação de como o preconceito retumbava na falta de respeito com a identidade e com os corpos daquelas pessoas. Luciana quer tanto atacar a filha neste diálogo quanto estabelecer sua discriminação quando fala "Ele não parece, parece?", se referindo que o personagem masculino seja uma pessoa de sexualidade dissidente.

Pela descrição de Marina sobre o que seria um "pederasta" neste recorte também retoma essa problemática sobre a imagem de que se tinha sobre os corpos que fugiam do padrão sexual e de gênero da época justamente pela marginalização da qual sofriam, como é descrito pela protagonista como "esses tipos furtivos", carregando a função de uso desta produção literária como um arquivo da ditadura a respeito da existência de pessoas LGBTQIA+ neste período ditatorial. Contudo, ainda é preciso reafirmar que não há certezas dentro dos diálogos desta obra de Studart. A única materialidade é a visão da personagem principal sobre algo que sua mãe parece ter certeza, mesmo nunca trazendo comprovantes para o debate:

> Olhava para mim, ansiada. Tinha esperança de que eu, se fosse a herdeira, a retirasse, enfim, da menoridade.
> — Minha filha, veja a sua responsabilidade. Você tem que andar pisando em ovos. A primeira coisa que tem de fazer é parar com essas idas à cadeia. Mãe Menina pode descobrir, ficar desgostosa.
> Não respondi. Comecei a tossir. Mamãe desconfiou que o meu silêncio era recusa em ouvi-la e corou, irritada.
> — Pra que essas visitas idiotas? Ou será que você não acreditou no que lhe disse sobre seu primo?
> — Não tenho motivo nenhum para não acreditar — respondi.
> — Você ainda duvida. Ele não parece, parece?
> Não, não parecia. No escuro da memória, passei de leve os dedos no perfil de João, nas suas pálpebras, em sua boca firme e curva.
> Ele não tinha nada em comum com esses tipos furtivos, que nos escuros dos cinemas e na confusão dos mafuás abordam os rapazinhos. A vida de um homem não pode permanecer em compartimentos estanques, e um dia sua atividade sexual acabaria por lhe marcar o rosto, os olhos, os gestos. Dentro de dez anos, qualquer um poderia classificá-lo. Mas, por enquanto, tinha o seu sorriso de menino, meio arrogante e meio tímido e o seu olhar reto e altivo. Para mim, não era nem bastardo, nem preso, nem pederasta mas apenas o homem que eu amava.
> — Eu posso lhe dar as provas — disse mamãe.
> Mas então olhei para ela e não teve coragem de continuar.
> — Como você é dura! — suspirou. Mãe Menina tem razão. — É igual a ela, feita da mesma pedra. (Studart, 1981, p. 40)

Sendo assim, quando se analisa a literatura como arquivo, é plausível retomar esta situação do uso de "pederasta" dentro do romance. O termo era usado pejorativamente para se referir a homossexualidade, significando homens que ficam com garotos mais novos. O termo retoma a esta marginalização que ocorria com pessoas de sexualidades dissidentes durante a ditadura pelos militares e pela polícia. Segundo Benjamin Cowan,

> enquanto o regime militar se endurecia nos anos 1960, as polícias estatais continuavam a aderir a um esquema no qual sexo entre homens pertencia a um submundo obviamente estigmatizado e degenerado, povoado por "pederastas", alcoólatras, prostitutas, deficientes mentais e vários desviantes e inconformados (Cowan, 2014, p. 32).

Portanto, para as esferas ditatoriais, pessoas consideradas com "desvio sexuais, psicológicos ou de gênero não só constituíam uma constelação própria, mas também punham em risco a segurança nacional" (Cowan,

2014, p. 32). Dessa maneira, se nota como a noção de João vir a ser, de fato, uma pessoa *queer* afeta negativamente a paixão de Marina e sua visão sob si, demonstrando muito como se pensava sobre o meio LGBTQIA+ durante a ditadura através deste medo e aversão causado pela repressão em prol da manutenção dos padrões da época, como já citado, colocando assim as pessoas de sexualidades dissidentes às margens da sociedade. Para tanto, a homossexualidade fora acentuada no final da década de 1960 como prática imoral e maquinação do comunismo através das publicações militares, enlaçando pessoas fora da heteronormatividade como um "declínio moral" que deveria ser enojado (Cowan, 2014).

No romance, os personagens retratam a situação de preconceito com pessoas de sexualidades dissidentes para o leitor, reforçando essa ideia do que vai em contraversão ao que é colocado como "moral" pela ditadura. Durante este período da história, havia uma problemática muito grande quanto ao acesso dos jovens com materiais que pudessem vir a serem considerados "subversivos", ocorrendo uma fiscalização até mesmo com termos e trejeitos menores presente na arte, como a palavra "delicado" ou uma narrativa humorística de um homem ser chamado de boneca (Cowan, 2014). Todo esse medo em sociedade gerado pela opressão através da mídia criava uma potência do preconceito que ainda vemos em pedaços imbricados nos dias de hoje, este impulsionamento nunca foi, de fato, resolvido, tendo-se ainda presente em muitos dos discursos conservadores no país. Tal intuito na ditadura ocorria de forma que "[...] os agentes de informações e segurança viam com muita preocupação qualquer exposição da juventude (especialmente a juventude estudantil, um setor que maiormente excluía jovens das classes mais baixas) aos homossexuais" (Cowan, 2014, p. 39).

Com toda a situação de repressão sexual que se vivia naquela época pela ditadura, é possível que a autora coloque em João e Pablo o ponto da dúvida de sua relação ao passo que o momento trazia consigo a censura na existência destes corpos, seguindo uma ideia gerada pelos opressores de que ao não se discutir questões *queer*, ou que dessem a entender como *queer*, pudesse se evitar a existência de pessoas de sexualidades dissidentes em sociedade, o que é irreal, pois hoje se entende que a sexualidade do indivíduo indefere do externo. O que se gera com a censura em cima dessas questões de corpo e sexo não é uma inibição ou inexistência da

dissidência, mas sim que aquele indivíduo passará a não se entender e a reprimir sua própria existência, é uma forma de violência social e moral contra os corpos fora da heteronormatividade. Portanto, quando João se nega a dar um parecer para Marina, percebe-se a incitação dessa violência, já que sua existência pode estar envolta do preconceito, deixando a protagonista, e o leitor, sem um fundamento sólido sobre o personagem e sua relação com Pablo, ficando somente a visão dela sobre a situação como bússola perante o enredo.

No recorte seguinte do "Capítulo VIII", em outra visita de Marina, se vê como João ainda protege Pablo, podendo ser tanto para evitar o máximo de envolvimento da protagonista com a resistência à ditadura, como também pode ser uma forma de não querer abordar à ela sua relação com Pablo, em mesma situação que percebemos como a possibilidade de João ser *queer* afeta Marina, em que ela acaba tomando essa situação exposta por sua mãe como verdade. Ademais, vemos como a autora expõe sua crítica à repressão utilizando de analogia uma caranguejeira solta na prisão como uma forma de tortura, em especial ao primo da protagonista:

> Comecei a tremer e demorei no corredor. João esperava junto da grade. Já devia ter feito as suas cem flexões diárias, mas emagrecera e lhe notei as olheiras. De certo não dormia, vigiando a aranha. O passo dos aracnídeos é inaudível, mas certamente ele ficava encolhido num canto da cela, tentando escutar-lhe o roçar dos palpos sobre o tijolo.
> — Você tornou a se atrasar hoje, Calunguinha.
> Notei sua ansiedade pelo modo com que pegou primeiro nos cigarros que eu trazia, antes de abrir a caixa de alfenins.
> — Ah, os doces não estavam prontos. Se você reparar, não estão nada bem feitos. Açucena anda perturbada porque Violeta está doente.
> — Você está pálida, Calunguinha.
> — Ando pior da asma... João, por que toda essa prepotência de repente? É por causa desse rapaz chamado Pablo?
> Ele baixou um pouco a cabeça. Já que eu sabia que o homem se chamava Pablo, podia saber também que era paraguaio e estava sendo perseguido em todos os cantos do *pesadelo unânime*.
> — Devem ter sido informados de que Pablo chegou a esta cidade. Eles são muito profissionais, nós somos muito amadores. Quando perseguem, não brincam de perseguir. Quando querem matar...
> Referia-se à caranguejeira. Se ele fosse diferente — se não fosse diferente — eu teria me atirado aos seus braços, chorando. Mas só mordi o beiço e baixei os olhos, que talvez tivessem se marejado de lágrimas.

> — João, amanhã vou a Jaçanã. Daqui a pouco Miguel consegue abrir o processo, você será solto. E aí a gente vai pra Jaçanã, pescar siris, como antigamente...
> Antes, eu esperava que ele me dissesse como os outros homens dizem às mulheres felizes: "Deita aí". Mas agora, que sabia da verdade, nada mais queria dele a não ser levá-lo para a pescaria na lagoa de Jaçanã — um dos divertimentos da nossa adolescência (Studart, 1981, p. 48-49).

Durante o "Capítulo X", Marina confronta Pablo sobre sua origem devido a sua raiva em não conseguir que o carcereiro aceitasse sua oferenda para matar a caranguejeira. Depois de ouvir como o forasteiro chegara a sua casa e das perseguições que sofreu, a protagonista reclama e expõe em um monólogo como imagina que João tenha relações com outros homens, do seu ciúme e do quão mal isso a faz, assim como a participação dele na resistência dos pardais azuis. Tal momento realça a ação de sua mãe, que tinha intenção de fazer mal à sua filha ao relatar que João não teria como ser heterossexual, tendo alcançado o seu vil objetivo, de mesma forma que também realça o uso da família Carvalhais Medeiros como analogia sobre a repressão em que se vivia. Como já dito, não há solidez na questão *queer* de João e Pablo, colocando em desconfiança a narração de Marina, pois a mesma não consegue se agregar do todo a sua volta, não consegue compreender totalmente os fatos que a rodeia. No recorte abaixo desse mesmo momento, vemos esta pontuação feita:

> Ele começou a tremer, mas não tive pena.
> — Não sei o que é que você tem com meu primo... — disse eu— Deve ser essa história dos pardais azuis. Se for outra, não quero saber. Já houve um tempo em que esse caso me fazia o efeito de um gole de veneno. Eu vomitava quase todos os dias. Quando fechava os olhos, via o que mulher nenhuma vê: o homem que eu amo nos braços de outro homem. Via umas mãos cabeludas tocando aqueles mamilos dele, que se parecem com pequenas nódoas de iodo. Eu nem podia chorar porque era como se chorasse ácido. As pálpebras ficavam imediatamente feridas... Aí, eu pensava: "não tem organismo que fique com seu veneno, vou acabar por expelir isso, vai sair de algum modo"... Queria lançar o meu amor fora como se fosse uma coisa deteriorada. Mas não pude. Ele pode até ser o homem mais machucado e desonrado da terra que ainda é o mesmo João — meu carneirinho de açúcar. Cuidado para não acontecer nada com ele, por sua causa. Se acontecer, você não sai vivo deste sobrado. Só sai de pé junto. Tenho visto que anda virando a cabeça das mulheres... Estrompe quem quiser, faça e aconteça. Mas cuidado para não piorar

> ainda mais a vida de João. Eu ainda tenho esperanças de tirá-lo daquela cadeia. Hoje, não desejo mais nada nem dele nem de homem nenhum. Virei uma boneca de cortiça, sem aberturas... Quando ele me chama de Calunguinha, nem sabe como fala a verdade. Mas tenho esperança de levá-lo a Jaçanã, à pesca de siri. É tudo o que eu mais quero na minha vida e você pode pensar — que miséria! Não me importo. Se João for liquidado por sua causa, você vai se arrepender da hora que nasceu. Não duvide, criatura. Se vê bem que não conhece os Carvalhais Medeiros. Vó Menina tem cabras assoldadados em todas as fazendas. Você pensa que alguma coisa mudou? Se mudou, me diga o que é que os Carvalhais Medeiros não podem... Dê só um exemplo pequenininho... Eles mandam e demandam, matam e esfolam. E eu vou herdar todo o poder da família. Se você desgraçar João, mando lhe tirar o couro na ponta do quicé. Devagarinho (Studart, 1981, p. 63-64).

A representação de João e de Pablo como realmente personagens *queer* se segue como dúbia a partir do momento em que há dificuldade em confiar na narradora presente na obra, em razão de ser em primeira pessoa, de estar sempre com seu olhar enviesado, trazendo tudo numa semiótica e nunca o todo. Para Inês Araújo,

> um falante, motivado pela situação, conceitua certa faceta da realidade através de significações (traços que compõem o significado), que expressam apropriadamente este ou aquele significado pertencente ao sistema da língua, a fim de que falante e ouvinte se compreendam (Araújo, 2004, p.40).

Desta forma, ao se estabelecer os traços que compõe o significado, o indivíduo já está enviesando sua fala, porque já estará fazendo escolhas, diretas e indiretas, sobre o que abordar e o que não abordar na comunicação ali estabelecida. Com isso, nenhuma comunicação dentro da língua conseguirá transpor o mundo extralinguístico, tudo então dependendo de nossas experiências, posicionamentos e relações sociais para fazer o seu efeito, por mais restrito e linear que o falante tente ser. Portanto, quando possui-se o olhar direto de um personagem específico, ou quando não há dificuldade em confiar em um narrador em terceira pessoa (mesmo que este seja onisciente), se está trabalhando com semiótica e suas problemáticas, em razão de que a sua visão, e suas ações, no caso do narrador-personagem que participa da trama, nunca tomarão tudo que se pode ao redor daquele enredo, sempre tendo partes

que esse narrador não irá participar ou conseguir (ou querer) explicar ao seu leitor.

Por consequência, o fato de os personagens masculinos não negarem sua relação, tampouco afirmarem, deixa o leitor incerto sobre o assunto, afinal, Luciana poderia estar mentindo ou usando de uma verdade, ambas com o intuito ignóbil em mente de entristecer sua filha. Ademais, o não explícito pode ser um recurso narrativo de Studart para trabalhar personagens de sexualidades dissidentes em sua obra, com a representação *queer* ser desta forma devido à repressão na época, em que a autora poderia por estar trabalhando com o subtexto, assim como o faz na crítica presente sobre a ditadura, entrando nesse quesito todo o aparato opressor criado e reforçado pelo exército e pela polícia na época para deixar estes corpos dissidentes na posição de invisibilidade.

Houve neste período ditatorial um aumento significativo no mercado editorial, devido a mais pessoas tendo acesso à educação e a urbanização,

> assim, a censura a livros e revistas, parte expressiva da imprensa escrita, foi bastante incisiva. O monitoramento era constante e com frequência resultava na proibição de circulação, na apreensão e até na incineração do material atingido pela repressão. [...] Alguns nem sequer chegaram a ser publicados e comercializados. Outros foram impedidos de circular depois de impressos. Uns, ainda, já estavam editados e postos à venda, mas foram perseguidos e apreendidos para impedir que as ideias subversivas ou imorais chegassem ao público (Quinalha, 2021, p. 229).

Destarte, a representação de personagens que são abertamente LGBTQIA+ em pleno período ditatorial se torna irreal para o momento de publicação do romance e das reedições que o mesmo teve em 1978 e 1981 (segundo e terceira edições, respectivamente), traçando-se assim outro ponto de ambiguidade sobre o tema da sexualidade dos personagens, porque a autora poderia ter deixado em aberto para não sofrer nenhuma repressão ou algum alerta sobre sua produção que já vinha a criticar a ditadura, assim como Studart poderia estar pensadamente explicitando o preconceito potencializado ao meio *queer*, como já falado. Em todo caso, a concretude sobre este ponto dos personagens João e Pablo é avulsa, foge das mãos do leitor e, com o falecimento da autora em 2007, não existe uma forma de fazer um resgate tangível sobre a sexualidade deles quanto do todo da obra que é enviesada pela visão de Marina, ficando

ao leitor somente o intertexto para conseguir assimilar as situações, sem, de fato, ter uma definição sólida sobre estes dois personagens.

Conclusão

O romance de Heloneida Studart traz a crítica sobre a ditadura dentro de sua trama, trabalhando em como a repressão afetava as minorias sociais, em especial as mulheres, de mesmo modo que se possui essa representação de dois personagens masculinos que são colocados numa posição de incerteza sobre sua existência como pessoas *queer* ou não. Por não se ter nenhuma concretude na obra além dos pensamentos e ações da protagonista, e das falas dos outros personagens, a representação das sexualidades dissidentes dentro do enredo se dá pelos preconceitos da época ali postos e pelas dúvidas de Marina ao longo da história.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do Signo ao Discurso**: introdução à Filosofia da Linguagem. São Paulo (SP): Parábola, 2004.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan Honório (Ed.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos, SP: Editora Universitária da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCar), 2014.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costume**s: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT – coleção arquivos da repressão no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 8 de setembro de 2021.

STUDART, Heloneida. **O estandarte da agonia**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

STUDART, Heloneida. **O pardal é um pássaro azul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3° ed., 1981.

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E A CRIAÇÃO DO CLUBE FARROUPILHA EM SANTA MARIA – RS: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE AINDA EM ABERTO

Marcelo Noriega Pires[1]

Introdução

Em junho de 2013 o Brasil presenciou uma série de manifestações de grande escala que influíram de maneira muito sensível na sociedade brasileira como um todo, onde agentes políticos como as *Think Tanks* ganharam uma relevância política até então nunca por eles experimentada. Passados, mais precisamente, dez anos da ocorrência das Jornadas de Junho, talvez hoje tenhamos condições de alcançar uma compreensão maior dos fatos e das suas consequências para a política brasileira.

Primeiramente é necessário que delimitemos alguns pontos sobre o que foram as chamadas "Jornadas de Junho de 2013". De acordo com Rousseff (2023, p. 07):

1 Doutorando em História pelo PPGH da Universidade Federal de Santa Maria – RS (UFSM). Professor da Rede Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: noriega.sm@gmail.com. ID Lattes: http://lattes.cnpq.br/6509269616507220. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8002-4218

> Na condição de presidenta da República, coube-me a missão de compreender aqueles fatos e agir com rapidez. Estava claro que se tratava de uma duríssima disputa, entre os dois grandes blocos que se confrontam pelo destino de nosso país. Estarrecidos pela eclosão das manifestações, de origem fortemente espontânea e localizada, esses dois campos passaram a atuar para influir sobre a voz das ruas e atraí-la para o fortalecimento de seus projetos. (Roussef, 2023, p. 07).

O relato da então mandatária da nação é de extrema validade para se compreender como que o governo federal lidou com uma situação até então considerada inesperada. Manifestações que se iniciaram no referido mês questionavam o aumento das tarifas de ônibus urbano em diversas capitais estaduais, de acordo com Altman (2023, p. 86) essas manifestações no período de 6 até 13 de junho de 2013 praticamente estavam restritas a cidade de São Paulo e se concentravam sob a bandeira contra o aumento de vinte centavos na tarifa de ônibus urbano, coordenadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Neste sentido, como que manifestações que se originaram de uma pauta específica ganharam tanta força a ponto de se constituírem como um grande desafio ao governo federal liderado pelo Partido dos Trabalhadores?

Para se tentar responder a esta pergunta é necessário, primeiramente, definir-se quais são os dois grandes blocos aos quais Dilma Rousseff se refere. Para tal, é preciso recorrer ao "arsenal marxista" para definir conceitos fundamentais a esta tão importante definição. Um conceito que merece destaque é o conceito de luta de classes que, de acordo com Marx e Engels (2010, p. 41): "a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes". Temos, desde os primórdios daquilo que definimos como civilização, a luta de classes, seja nas mais diferentes formas de antagonismo entre explorados e exploradores.

No capitalismo, a luta de classes se configura na dicotomia entre capital e trabalho, personificada respectivamente nas duas classes sociais surgidas desde então: burguesia e proletariado. Evidentemente que o capitalismo passou por transformações ao longo dos séculos e a luta de classes não seja tão evidente como aparentava ser na sociedade do século XIX analisada por Marx e Engels, o que de maneira alguma invalida as suas percepções, mas nos coloca desafios inerentes ao nosso tempo.

De acordo com Losurdo (2015, p. 63-64), através da teoria da luta de classes, têm-se os seguintes pontos: uma teoria geral do conflito social, a

colocação do conflito social no terreno da história e a consideração das multiplicidades das formas com os quais o conflito social se manifesta. Temos, portanto, uma contribuição que nos ajuda a compreender a validade e atualidade das contribuições de Marx e Engels no que diz respeito ao conceito de luta de classes tão importante para se compreender o nosso objeto de estudo.

Partimos, então, do pressuposto que tivemos em junho de 2013 em que dois grupos estavam claramente disputando os rumos da sociedade brasileira, certamente nos falta agora definir mais precisamente como estariam configurados mais exatamente estes grupos. Considera-se as questões da multiplicidade das formas com que a luta de classes se materializa e também da própria configuração dos governos federais liderados pelo Partidos dos Trabalhadores em uma coalização que primava pela conciliação de classes envolvendo, inclusive, desde trabalhadores organizados, ou não, em movimentos sociais até setores da burguesia brasileira[2] que viam o governo como apoiador e até indutor de seus negócios.

Podemos dizer que os dois blocos seriam, basicamente, de um lado, os apoiadores do governo federal liderado pelo PT e, do outro lado, uma gama bastante diversificada de grupos desde religiosos, militares e defensores do liberalismo que tomaram a frente das Jornadas de Junho de 2013 as transformando em grandes manifestações de protesto contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff. Vale destacar que mesmo com as Jornadas de Junho de 2013Dilma ainda conseguiu vencer as eleições de 2014.

Como mencionado anteriormente, temos o fortalecimento das chamadas *Think Tanks* que, de acordo com Rocha (2021), estas organizações, sejam elas nomeadas de institutos, clubes ou mesmo movimentos, estão presentes no Brasil desde o início da década de 1990. Entretanto, a sua relevância aumentou sensivelmente, tendo as Jornadas de Junho de 2013 assumindo um papel decisivo neste fortalecimento, o que justifica o fato de se constituírem como objeto de estudo deste trabalho.

2 Boito Jr. (2018) define que os governos federais liderados pelo PT formaram uma Frente Política Neodesenvolvimentista formada pelo por classes e frações de classes que por vezes teriam interesses antagônicos na própria luta de classes e por isso exerceram diferentes formas de influência e se envolveram, ou não, em diferentes níveis na defesa do Governo Dilma Rousseff.

Estudaremos a atuação de uma *Think Tank* específica, o Clube Farroupilha (CF) atuante na cidade de Santa Maria/RS consolidando a luta de classes o Governo Federal liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Para tal, iniciaremos do histórico, da atuação, das ligações do CF com outras organizações do mesmo tipo e da sua atuação política no município.

O Clube Farroupilha (CF)

Inicialmente é preciso definir mais precisamente do que se trata o Clube Farroupilha e nada mais relevante do que buscar em seu sítio como que a organização se auto define. Portanto, temos:

> Fundado em 2013 por estudantes universitários de Santa Maria/RS, o Clube Farroupilha é uma associação sem fins lucrativos que atua em defesa da liberdade. Desde 2014 realizamos eventos que visam promover uma sociedade mais livre, conectando estudantes e disseminando ideais de liberdade no coração do Rio Grande do Sul. Atuamos na formação de jovens lideranças, realizando capacitações e treinamentos para nossos membros, e os aproximando do mercado de trabalho. (Clube Farroupilha. s/d)

Temos um ponto extremamente relevante na questão de o CF ter sido fundado exatamente no mesmo ano das Jornadas de Junho de 2013 que, nos faz relacionar os acontecimentos nacionais com um possível fortalecimento das condições materiais que possibilitaram uma maior inserção de organizações declaradamente liberais na política brasileira. Em 08 de novembro de 2013 houve a primeira atividade do CF aberta ao público santa-mariense, uma palestra realizada no auditório do Prédio da Antiga Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que contou com a palestra dos professores Domingos Branda e Anderson Denardin. De acordo com o site do CF:

> Se houve algum pessimismo quanto ao cenário atual da macroeconomia brasileira, o otimismo que se arraigou a partir do surgimento do Clube, sem dúvidas, prevaleceu sobre o evento. O fechamento foi feito com perguntas da audiência à mesa, discutindo pontos mais específicos ligados à situação atual, principalmente no que se relaciona a formação de cartéis como resultado da atividade estatal reguladora, o mito da soma zero, e a razão da péssima qualidade do transporte público municipal. (Clube Farroupilha. s/d)

Esta passagem é bastante rica ao nos mostrar alguns pontos fundamentais sobre o pensamento do referido Clube. Fica evidente uma certa visão onde seus membros os consideram como única opção viável para a sociedade brasileira ao mesmo tempo em que o estado é visto como o causador dos males que afligem esta mesma sociedade. Vale levar em consideração que o CF, segundo sua própria página eletrônica, surgiu da insatisfação de estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que desejavam enfrentar a hegemonia marxista na academia local.[3] Destaque também para Panteão de Alumni que conta com um membro que atualmente é CEO do Instituto Mises Brasil, outro membro que foi Deputado Estadual no Rio Grande do Sul pelo Partido Novo (agremiação política declaradamente engajada na defesa do liberalismo de acordo com as concepções de Ludwig Von Mises), ex-dirigentes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSM e membros ligados atualmente à grandes empresas multinacionais. Sendo assim, é necessário aprofundar na questão das bases teóricas desta organização.

Bases teóricas do Clube Farroupilha

Ao analisar o site do CF, a presença constante de um autor fica bastante evidente. O autor em questão é Ludwig Von Mises, defensor do liberalismo e um ferrenho crítico da obra de Karl Marx. Mises faz parte da chamada "escola austríaca de economia" e ganhou importante relevância internacional na década de 1940 ao emigrar para os Estados Unidos a convite da Fundação Rockfeller, onde viveu até seu falecimento em 1973. Seu nome ganhou certa notoriedade popular com a proliferação do lema: "Menos Marx, mais Mises" durante as Jornadas de Junho de 2013. Como temos por objetivo fazer uma análise marxista destes acontecimentos optamos por confrontar as concepções teóricas de Ludwig Von Mises, um autor defensor do liberalismo, com as de Domenico Losurdo, um autor marxista que desenvolveu uma contra história do liberalismo.

Em se tratando da obra de Mises, a questão que acreditamos ser primordial diz respeito ao tipo de sociedade expressa nas suas produções

3 CLUBE FARROUPILHA. *Protagonizamos Mundo Mais Livre e Próspero*. Disponível em:www.clubefarroupilha.com.br. Acesso em: 01 nov. 2022.

intelectuais. De acordo com o autor "a partir da distinção entre empregado e empregador, traça-se, no plano da teoria econômica, uma distinção que não existe na vida real. Nesta concepção empregador e empregado são, em última análise, uma só e a mesma pessoa" (Mises 2017, p.70). Afirmação esta que fortalece o discurso do empreendedorismo individual, do trabalhador não mais como um produtor de mais-valor, sendo o lucro produto de trabalho não pago e sim como parte da engrenagem que nega a própria existência da contradição entre capital e trabalho.

Percebemos assim uma rejeição explícita do conceito e mesmo da existência de luta de classes. Ludwig von Mises vai além na sua elaboração e afirma na sequência que foi Karl Marx que criou o termo Capitalismo. Afirmação esta que demonstra o pouco apego à pesquisa científica por parte do referido autor já que o termo já aparece em documentos do século XIII[4] das cidades navegadoras de Gênova e Veneza, sendo também utilizado por Adam Smith, na sua obra *"A Riqueza das Nações"*, de 1776 e por Pierre-Joseph Proudhon em sua obra: "*O que é propriedade?* ", publicada inicialmente ainda na primeira metade do século XIX.[5]

Críticas à Marx são uma constante na obra de Mises. Por mais que estas críticas tenham caráter acadêmico bastante questionável por negarem aspectos básicos de qualquer análise acadêmica como a historicidade do termo capitalismo e portanto desenvolver um "falseamento" argumentativo, temos de levar em conta que as obras de Mises são extremamente acessíveis do ponto de vista dos termos empregados pelo autor e por se constituírem em narrativas lineares e por vezes simplistas que facilitam sua leitura mesmo por pessoas com pouco contato com termos acadêmicos.

4 Sobre o papel das cidades italianas na formação do termo capitalismo, recomenda-se a leitura de: BARBOSA, Glaudionor Gomes. Origem do capitalismo: uma comparação entre as abordagens de Max Weber e Werner Sombrat. *Revista Sociais e Humanas.* Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais Humanas, v.22, n°1, 2009.

5 Por serem duas obras de grande circulação nos meios acadêmicos se torna pouco crível que Ludwig von Mises não tenha condições de acesso a estas obras, o que nos leva a crer se tratar de uma tentativa deliberada de desconstrução do pensamento de Karl Marx o atribuindo a criação do próprio termo que de acordo com Mises (2017) seria de algo que ele, Marx, considerava como a mais grave calamidade que jamais se abatera sobre a humanidade. Esta afirmação desconsidera toda a construção do pensamento marxiano que analisa, não somente, no Livro I do Capital a transição do Feudalismo para o Capitalismo atribuindo inclusive um caráter revolucionário para a burguesia naquele contexto.

Ao mesmo tempo em que Mises ataca Marx, ele também se coloca enquanto um defensor do liberalismo de maneira a afirmar que somente com o exercício completo e irrestrito do liberalismo teremos o exercício pleno das benesses do capitalismo. Por isso temos uma defesa da não intervenção do estado na economia, defendendo, assim, políticas classificadas como de defesa do estado mínimo[6].

Voltando mais precisamente para a concepção teórica de Mises (2017, p. 200) temos a seguinte afirmação: o liberalismo "é uma ideologia, uma doutrina de relação mútua entre os membros da sociedade e, ao mesmo tempo, aplicação desta doutrina à conduta dos homens em uma sociedade real". Podemos perceber claramente que se trata de um discurso não só justificador da sociedade capitalista bem como também uma propaganda de uma realidade tida como dada e sem possibilidade de alteração. Já Domenico Losurdo (2015, p. 137) ao ressaltar a validade da luta de classes, tratada como um entrave para se atingir as benesses capitalistas, afirma que o capitalismo se constitui em diferente, múltiplas e contraditórias "relações de coerção". Esta passagem nos mostra a importância de pensarmos na questão das maneiras de coerção capitalista, durante a realização desta pesquisa tentaremos compreender até que ponto a obra de Mises enquanto um propagandista do liberalismo e, consequentemente, do capitalismo também tenta exercer um tipo de coerção ao apresentar o capitalismo como o ápice das relações produtivas da humanidade. Também buscaremos compreender as concepções de Losurdo no sentido da sua produção crítica ao liberalismo e ao modo de produção capitalista.

A partir do estudo do lema ou chamado: "Menos Marx e mais Mises", se pretende estudar o discurso presente nesses movimentos para se compreender seu projeto político, e também os demais projetos políticos e as disputas inerentes às diferentes concepções de sociedade. Um importante ponto de partida é o estudo das obras do próprio Ludwig Von Mises, disponíveis principalmente no *site* do Instituto Mises Brasil,

6 Um exercício bastante válido para este pré-projeto é o estudo da declaração de "Valores e princípios do MBL", onde os preceitos de estado mínimo, tais como: não intervenção na economia, redução da carga tributária, "livre negociação" entre patrão e empregado, ataques ao serviço público e tantas outras estão claramente expressados e que demonstram uma influência bastante clara da obra de Ludwig von Mises. Movimento Brasil Livre (MBL). *Valores e princípios*. Disponível em: www.mbl.org.br/valores-principios. Acesso em: 09 de julho de 2023.

muitas delas disponíveis para *download* gratuito, o que demonstra uma considerável política de divulgação destas ideias.

Uma análise mais detalhada nas referidas obras nos mostra uma intenção bem clara de se tentar de toda a maneira desconstruir o marxismo. De acordo com Mises (2010), o marxismo teria se tornado a principal filosofia de nossa época através do auxílio prestimoso de Augusto Comte, pois, segundo o autor, um socialista semelhante a Marx. Além disso, figuras como Otto Von Bismarck[7] também seriam socialistas. Talvez aqui tenhamos o embrião do discurso de que o "marxismo cultural"[8] domina o mundo e que figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro seriam "guerreiros mais avançados" na luta contrária a esta articulação internacional. Já Domenico Losurdo é "chamado" para o debate por representar uma série de contribuições ao marxismo que acreditamos estarem de acordo com a realidade brasileira. Para comprovar esta afirmação é importante analisar, mesmo que brevemente, a sua obra. De acordo com Domenico Losurdo (2018, p. 193), "Em conclusão, séculos de desenvolvimento do sistema capitalista mundial, longamente hegemonizado por países de consolidada tradição liberal, não contribuíram para consolidar a emancipação política".

As duas visões antagônicas sobre o liberalismo são de importante valia para compreendermos os dois blocos que estavam disputando os rumos das Jornadas de Junho de 2013. Em Santa Maria tivemos o surgimento de uma organização declaradamente liberal que passou a atuar de maneira bastante sensível na disputa da sociedade, inclusive no ponto de vista das disputas eleitorais. Do ponto de vista eleitoral a presença do CF não se restringe ao Partido Novo tendo inclusive parlamentares eleitos pelo Partido Progressista (PP), além de articulação com movimentos de mesmo tipo de abrangência nacional. Avencemos então na busca por uma melhor caracterização da organização santa-mariense.

7 Logo Bismarck o principal agente externo que liderou o combate à Comuna de Paris (1871). Recomendamos a leitura de: MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

8 Recomenda-se a leitura de: SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o "marxismo cultural". *Revista da Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Boletim de Conjuntura (BOCA).* Ano II, V.3.Universidade Federal de Roraima. Boa Vista: 2020. pp.77-82.

Seria o Clube Farroupilha uma *Think Tanks*?

O primeiro ponto para se tentar responder a esta pergunta é buscar uma definição sobre o que seriam esses "tanques de informação/pensamento". A tradução literal que utilizamos já demonstra uma posição clara e evidente na batalha das ideias. O que nos ajuda a partir para uma definição sobre a função social de organizações que surgiram no Brasil nas últimas décadas e que vem ganhando importância na sociedade brasileira principalmente após as Jornadas de Junho de 2013, vide o exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL) criado inicialmente como uma espécie de trocadilho do Movimento Passe Livre (MPL) e que atualmente chega a apresentar pré-candidatura[9] à prefeitura de São Paulo mesmo não sendo formalmente um partido político.

O Clube Farroupilha também tem a sua presença tanto na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria como também até 2022 possuía um Deputado Estadual ligado à organização. O que demonstra que mesmo com o discurso de defesa do liberalismo as *Think Tanks* não deixam de disputar os rumos da institucionalidade o que de certa forma não causa estranheza se levarmos em conta os pioneiros IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) (Oliveira; Ipês E Ibad, 2008) que financiaram diversas campanhas políticas durante a década de 1960 e também tiveram papel de destaque no Golpe Civil-Militar de 1964.

Tendo em vista esta relação a institucionalidade tanto das *Think Tanks* pioneiras no Brasil quanto de uma das mais destacadas como MBL, é possível notar uma certa semelhança entre estas e o Clube Farroupilha no sentido de atuar na disputa pelo controle do estado, o que caracteriza o tipo de atuação de *advocacy* destas organizações de acordo com Rocha (2021). De acordo com o Instituto Millenium[10], considerado por Pastore (2012) como um herdeiro do IPES e do IBAD, podemos definir o conceito de *Think Tank* da seguinte forma:

9 Portal G1. *União Brasil sofre pressão por chapa própria após MBL escolher Kim Kataguiri como pré-candidato à Prefeitura de SP*. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/07/uniao-brasil-sofre-pressao-por-chapa-propria-apos-mbl-escolher-kim-kataguiri-como-pre-candidato-a-prefeitura-de-sp.ghtml. Acesso em: 09 de julho de 2023.

10 INSTITUTO MILLENIUM. *O que significa um think tank no Brasil de hoje*. Disponível em: https://institutomillenium.org.br/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/. Acesso em: 11 de julho de 2023.

> O conceito de *think tank* faz referência a uma instituição dedicada a produzir e difundir conhecimentos e estratégias sobre assuntos vitais – sejam eles políticos, econômicos ou científicos. Assuntos sobre os quais, nas suas instâncias habituais de elaboração (estados, associações de classe, empresas ou universidades), os cidadãos não encontram facilmente insumos para pensar a realidade de forma inovadora. Os *think tanks*, portanto, não fazem o menor sentido em sociedades tradicionais, onde os problemas e as soluções são sempre os mesmos por definição. Nas sociedades modernas e cada vez mais complexa, porém, há a necessidade de espaços que reúnam pessoas de destaque, com autonomia suficiente para se atreverem a contestar criativamente as tendências dominantes, especialmente quando elas se tornam anacrônicas. (Instituto Millenium. s/d)

Esta definição é bem clara ao mostrar o posicionamento de enfrentamento destas organizações em relação a um considerado *establishment,* que autores como Mises que definem a sociedade atual como vivendo, de acordo com Rocha (2021), em uma "hegemonia cultural esquerdista". Quando falamos em Ludwig Von Mises estamos falando em um dos referenciais mais caros ao Clube Farroupilha, presente no *blog* da referida instituição em diferentes textos que debatem história, economia e cultura.

Outro ponto que deve ser levado em conta é a aparente influência das think tanks no próprio Governo Federal. Uma pesquisa na página oficial da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) nos mostra que o debate sobre inovação no setor público já conta com sensível influência dos "tanques de pensamento", vide o seguinte trecho[11]:

> Think tanks são instituições que desempenham um papel de advocacy para políticas públicas, além de terem a capacidade de explicar, mobilizar e articular os atores. Atuam em diversas áreas, como segurança internacional, globalização, governança, economia internacional, questões ambientais, informação e sociedade, redução de desigualdades e saúde. Produzem pesquisas, análises e recomendações que contribuem para um ambiente de conhecimento, permitindo, inclusive, que os formadores de políticas públicas tenham ferramentas para tomar decisões mais embasadas, além de ter um papel importante na disseminação de

11 ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). *Afinal, o que é um think tank e qual é a sua importância para políticas públicas no Brasil?* Disponível em: https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/afinal-o-que-e-um-think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia-para-politicas-publicas-no-brasil. Acesso em: 11 de julho de 2023.

> conhecimento à sociedade. (Escola Nacional de Administração Pública. s/d)

Fica evidente a tentativa de influência das *think tanks* em se colocar para realizar funções que deveriam estar à cargo do Estado. O discurso de uma sociedade mais complexa e com desafios que não podem serem resolvidos pelo estado "desatualizado em engessado" é uma realidade nas *think thanks* e o Clube Farroupilha não seria diferente[12]:

> Logo, o fato dessa população se satisfazer com migalhas acarreta a formação de uma vultosa bola de neve, tendo em vista que desencadeia uma série de comodismos: o Estado dá o peixe, mas não ensina a pescar. Isso significa que, ao sustentar a narrativa do bem-comum, criam-se políticas públicas em forma de assistencialismo, as quais são causa de inépcia aos cidadãos, assolando a capacidade de desenvolverem quaisquer predisposições e aptidões para a tomada de iniciativas para que atinjam o desenvolvimento econômico e enquanto seres humanos. (Clube Farroupilha. s/d)

Neste trecho temos uma importante contribuição para se compreender a relação entre as organizações aqui estudadas e a sua visão de que o estado não deve investir recursos em políticas de redistribuição de renda, pois estaria criando uma dependência do cidadão em relação ao estado e impedindo o seu próprio desenvolvimento e busca por autonomia.

Percebemos que a relação do liberalismo em sua vertente mais radical, o neoliberalismo, com o estado é de extrema importância para se compreender as concepções ideológicas do Clube Farroupilha. O que torna de extrema importância que compreendamos que o próprio surgimento desta organização faz parte de um processo muito mais amplo de atual ofensiva neoliberal que tem como característica fundamental o papel do estado como guardião do direito privado, provando assim a tese de Cláudio Katz (2016) que divide os pensadores neoliberais em ortodoxos e convencionais. Os primeiros tidos como mais autênticos e defensores do papel de não intervenção do estado na economia e os últimos como defensores do papel do estado quando necessário para

12 CLUBE FARROUPILHA. *O Estado como organização social detentora do monopólio da coerção.* Disponível em: https://www.clubefarroupilha.com.br/o-estado-como-organizacao-social-detentora-do-monopolio-da-coercao/. Acesso em: 11 de julho de 2023.

defender interesses da iniciativa privada, como a implementação do viés empresarial na gestão pública. O segundo tipo é sem dúvida o que representa a atuação das *think tanks*.

Já Pierre Dardot e Christian Laval (2016) ao analisarem as contribuições de Friedrich Hayek para o ideário neoliberal realçam sua relação com um papel autoritário que permita que as suas concepções sejam colocadas em prática, sendo extremamente válida a opção pelo estado forte no sentido de garantir os interesses dos capitalistas em detrimento da democracia. Alerta que nos diz muito sobre as possibilidades e potencialidades do desenvolvimento de pesquisa mais detalhada sobre organizações como o Clube Farroupilha.

Outro ponto que caracteriza a atuação das *think tanks* é uma ampla e constante presença nos meios virtuais, que possibilitam o acesso gratuito aos seus materiais de divulgação e propaganda.

O Instituto Mises Brasil, site recomendado pelo CF, disponibiliza de maneira completamente livre de custos obras de seus autores referência, o que certamente contribui muito para a sua disseminação de ideias. O debate sobre o valor da informação é de extrema importância para se compreender a questão do papel das *think tanks* na disputa da sociedade, sendo necessário se compreender como as mesmas atuam no ponto de vista virtual. De acordo com Rocha (2021, p. 94) temos a presença de comunidades de discussão com expressivo número de membros desde a popularização do Orkut que ocorreu por volta do ano de 2006. Sendo assim, temos a seguinte contribuição da autora em questão:

> Em pouco tempo os frequentadores das tais comunidades passaram a perceber que todos defendiam uma versão do capitalismo de livre mercado muito mais radical do que o neoliberalismo. Nas palavras do carioca Bernardo Santoro, outro ativo frequentador dos debates no Orkut: "A gente foi discutindo e alguém virou e rapidamente viu que todo mundo ali era muito radical, todo mundo ali era mais libertário do que liberal propriamente dito". Foi justamente esta radicalidade que motivou os debatedores a eleger como seu principal símbolo o economista austríaco Ludwig Von Mises, tido como o defensor mais radical do capitalismo de livre mercado. No Brasil, a referência ao legado do economista costuma vir acompanhada da defesa de ideias sintetizadas em motes como "imposto é roubo", "não existe almoço grátis", "privatiza tudo!", e "menos Marx, mais Mises". (Rocha, 2021, p.101).

Como este trecho aborda a atuação dos grupos ultraliberais ainda nos anos de 2006 e 2007, quando estes não tinham visibilidade política para além de seus grupos em redes sociais ainda não é possível notar a grande incongruência que se coloca ao se definirem como libertários, principalmente no que diz respeito a serem anti-estado, e hoje termos representantes das *think tanks* tanto em cargos eletivos bem como também pretendendo gerir o estado. Sobre a questão desta contradição contida no discurso destas organizações de maneira geral, temos a contribuição de Messemberg (2019, p. 208-209):

> Interessante examinar, no discurso desses agentes sociais, a convivência de elementos claramente contraditórios aos princípios neoliberais que defendem. São ferozes partidários do Estado mínimo, porém, pressionam de todas as formas o Estado a criar situações de concorrência e a incentivar modelos de comportamento que direcionem a conduta dos indivíduos no sentido de transformá-los em consumidores e empreendedores. Propagandeiam a defesa do livre mercado numa economia global, mas recorrem constantemente ao discurso de salvação da pátria. Pregam a livre iniciativa, embora não reconheçam direitos individuais básicos. Enfim, há de admitir, como apontam Dardot; Laval (2016), que o neoliberalismo, na sua forma atual, apresenta-se como uma "razão do mundo" de natureza antidemocrática. Seu antidemocratismo denuncia-se, quando se constata que ele é reconhecido na contemporaneidade como a única verdade e alternativa possível para o desenvolvimento das nações.

A autora vai mais além ao abordar a relação do neoliberalismo com a democracia utilizando da contribuição de Dardot; Laval (2016) que analisam o crescente uso da linguagem empresarial no cotidiano, o que acaba por minar qualquer tipo de solidariedade e cidadania expandida já que tanto o "sucesso' quanto o "fracasso" são frutos do esforço individual.

Temos agora condições de responder à pergunta deste trecho se o CF seria ou não uma *think tank* acreditamos que sim, tanto no seu *modus operandi* bem como também nas suas contradições em relação ao estado. O CF surgiu após as Jornadas de Junho de 2013 na esteira de outros movimentos e organizações com atuação e penetração social fortalecida pelos movimentos em questão. Por isso, o seu estudo nos serve não só para compreender elementos relativos à política local, mas também em relação à política nacional e as formas de agir da direita que emergiu após aquele junho que teima em não terminar.

Conclusão

Para concluir é importante que voltemos à citação inicial da ex-presidenta Dilma Rousseff que relacionou a existência de dois blocos antagônicos que disputam os rumos do Brasil do Brasil e que tentaram influir nas manifestações denominadas de Jornadas de Junho de 2013, mesmo sem se utilizar do termo Dilma explicita aquilo que a teoria marxista denomina de luta de classes. Neste sentido temos uma situação bastante interessante do ponto de vista do estudo acadêmico. Apesar de o então Governo Federal não ter conseguido influir nas manifestações como pretendia e as prometidas reformas estruturais não terem avançado, Dilma parece ter resgatado o prestígio necessário para conseguir se reeleger, o que ocorreu também graças ao apoio dos movimentos sociais e também das pessoas atendidas pelos projetos de redistribuição de renda iniciados por seu antecessor. Todavia, seu segundo governo contou com ferrenha oposição tanto que tivemos o Golpe de 2016 que a retirou da Presidência da República[13].

Abordando mais precisamente o CF temos a sua consolidação em Santa Maria exatamente neste período, desde a sua fundação em 2013 até o Golpe de 2016 esta organização ganhou influência e foi muito profícua na produção e divulgação de materiais que expressam a sua visão de mundo e o colocam claramente de um lado da luta de classes, o que justificaria a pesquisa mais aprofundada sobre a sua aparente consolidação, que pretendemos comprovar ou não através de estudos subsequentes, na política santa-mariense. Temos de concreto que o Clube Farroupilha passou a desenvolver séries de atividades, palestras e cursos de formação a partir de 2014 com a defesa clara do impeachment de Dilma Rousseff, inclusive lamentando a ausência de uma maior punição para a ex-Presidenta, como fica evidente neste trecho publicado no *blog* da referida organização:

> Dilma Roussef foi salva pelo impeachment. Não tenho dúvidas que se o mandato da presidente tivesse se completado ela sairia reconhecida como a pior presidente da história do Brasil. No entanto, a narrativa

13 Pretendemos no decorrer dos próximos trabalhos desenvolver reflexão sobre este período relacionando com o papel das *think tanks* e mais precisamente do Clube Farroupilha em Santa Maria -RS.

> do golpe, aparentemente, a transformou de incompetente em uma injustiçada heroína e defensora do estado democrático de direito.
> O suposto golpe fez com que muitos tenham esquecido o que Dilma Roussef fez em pouco mais de 5 anos de governo. Podemos dizer, sem exageros, que nunca um presidente herdou um país tão arrumado como Dilma Roussef. Da República, para cá, ninguém tinha pego um país crescendo à 7,6%, com a inflação relativamente controlada, o endividamento público em uma trajetória controlável, a taxa de câmbio valorizada, as exportações em alta e o país em uma trajetória de quase pleno emprego. Ou seja, bastava a presidente fazer as reformas necessárias e deixar o país livre que o desenvolvimento tenderia a se perpetuar.

O mesmo texto coloca que a missão do então novo Presidente Michel Temer seria o de seguir o receituário liberal de presença mínima do estado na economia e de acordo com o texto citado seria o caminho para recuperar o país. Não se pode negar que o CF enquanto uma *think tank* teve posicionamento bem definido na questão do Golpe de 2016, defendido por seus apoiadores como impeachment[14]. Sendo assim temos uma grande possibilidade de estudo para se compreender como que se deu toda esta materialização da luta de classes em Santa Maria. Referências a Karl Marx também são uma constante no blog do CF, para reforçar o argumento que os coloca em uma posição clara na luta de classes citamos o seguinte trecho:

> O que Marx convenientemente ignorou é que essa não realização de valor pela mercadoria (leia-se falta de demanda pela mercadoria) não ocorre somente após a superexploração da mais valia e, sim o tempo todo, o que destroça qualquer argumento de que a mais valia (se é que existe) é injusta. Isso nos mostra que a verdade teórica está ao contrário do que Marx afirmava. É a mais valia que incentivou (e incentiva) os empresários a continuarem se expondo a incerteza e os riscos de produzir. É a mais valia que empregou pessoas mesmo em períodos em que a população aumentou sete vezes num período de 50 anos (como ocorrido no Reino Unido).
> Logo, não fosse a mais valia teríamos indigentes passando fome e morrendo nas ruas como no século XIX. A mais valia propiciou sua

14 Nos estudos posteriores relacionaremos de maneira mais concreta a diferenciação entre impeachment e golpe demonstrando que houve no caso da retirada de Dilma Rousseff da Presidência um Golpe, pois não foi constatado crime pela literatura jurídica. Para um debate mais conceitual recomendamos a leitura de. Crítica marxista do fascismo: encruzilhadas do capitalismo do direito, de Camila Alves Hessel Reimberg (2024).

> inserção em um insalubre mercado de trabalho que nas condições da época apresentava-se como a melhor opção.

Temos neste trecho uma notada influência da obra de Ludwig Von Mises que além de negar a luta de classes coloca que empresários, leia-se capitalistas, e trabalhadores são igualmente afetados pela economia. O interessante é que o autor inicialmente em seu texto chega a duvidar da própria existência da mais valia para depois agradecer pela suposta superação da indigência, da fome e morte causada pela miséria. Argumento que pode ser facilmente desmontado se analisarmos dados sobre a proliferação da miséria no mundo em contraste com o crescimento do número de bilionários no mundo. Em outras palavras, o capitalismo não tem por interesse uma distribuição mais igualitária de renda e sim uma concentração de renda cada vez maior na mão de poucos indivíduos, além da formação de "exércitos de reserva" de trabalhadores não só dispostos a trabalhar recebendo baixos salários, mas também servindo de ameaça para aqueles que estão ocupados no mercado de trabalho, sejam aqueles em relação de trabalho precarizado ou mesmo aqueles ainda amparados pelo que ainda restou de conquista social na legislação trabalhista.

Enfim, muitos pontos ainda podem e devem ser explorados em relação a tão amplo e importante tema de pesquisa principalmente no que diz respeito às consequências das Jornadas de Junho de 2013, tanto no nível nacional quanto no nível local e também como que setores da ultraliberais se utilizaram desta conjuntura para criar uma *think tank* na região central do Rio Grande do Sul.

Referências bibliográficas

ALTMAN, Breno. Ruas em transe: a insurgência das camadas médias contra o petismo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caramez. **Junho de 2013***:* a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

BARBOSA, Glaudionor Gomes. Origem do capitalismo: uma comparação entre as abordagens de Max Weber e Werner Sombrat. **Revista Sociais e Humanas.** Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais Humanas, v.22, n°1, 2009.

BOITO Jr., Armando. **Reforma e crise política no Brasil***:* os conflitos de classes nos governos do PT.

CLUBE FARROUPILHA. **Quem somos**. Disponível em: https://www.clubefarroupilha.com.br/quem-somos/. Acesso em: 09 de julho de 2023.

CLUBE FARROUPILHA. **Obrigado Santa Maria!** Disponível em: https://www.clubefarroupilha.com.br/obrigado-santa-maria-2/. Acesso em: 09 de julho de 2023.

CLUBE FARROUPILHA. **Protagonizamos Mundo Mais Livre e Próspero**. Disponível em:www.clubefarroupilha.com.br. Acesso em: 09 de julho de 2023.

CLUBE FARROUPILHA. **O Estado como organização social detentora do monopólio da coerção.** Disponível em: https://www.clubefarroupilha.com.br/o-estado-como-organizacao-social-detentora-do-monopolio-da-coercao/. Acesso em: 11 de julho de 2023.

CLUBE FARROUPILHA. **Em defesa da mais valia**. Disponível em: https://www.clubefarroupilha.com.br/em-defesa-da-mais-valia/. Acesso em: 11 de julho de 2023.

CLUBE FARROUPILHA. **O impeachment salvou a figura de Dilma Roussef, mas não salvou o país da crise.** E agora? O que o governo Temer tem que fazer? Disponível em: https://www.clubefarroupilha.com.br/o-impeachment-salvou-a-figura-de-dilma/. Acesso em 11 de julho de 2023.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Afinal, o que é um think tank e qual é a sua importância para políticas públicas no Brasil?** Disponível em: https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/afinal-o-que-e-um-think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia-para-politicas-publicas-no-brasil. Acesso em: 11 de julho de 2023.

INSTITUTO MILLENIUM. **O que significa um think tank no Brasil de hoje**. Disponível em: https://institutomillenium.org.br/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/. Acesso em: 11 de julho de 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo***:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2018.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes***:* uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental***:* como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MESSENBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: ROCHA, Camila; SOLANO, Esther (orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MISES, Ludwig von. **As seis lições**: reflexões sobre política econômica para hoje e amanhã. São Paulo: Editora LVM, 2017.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

Movimento Brasil Livre (MBL). **Valores e princípios**. Disponível em: www.mbl.org.br/valores-principios. Acesso em: 09 de julho de 2023.

OLIVEIRA, Carlos Fellippe de. IPÊS E IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. **Revista de História Comparada**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, n° 2. 2008.

REIMBERG, Camila Alves Hessel. **Crítica marxista do fascismo**: encruzilhadas do capitalismo do direito. São Paulo: LavraPalavra, 2024.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? **Revista Aurora**. Universidade Estadual Paulista. V 5, n°2, p. 57-80, jan/jun. 2012.

Portal G1. **União Brasil sofre pressão por chapa própria após MBL escolher Kim Kataguiri como pré-candidato à Prefeitura de SP**. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/07/uniao-brasil-sofre-pressao-por-chapa-propria-apos-mbl-escolher-kim-kataguiri-como-pre-candidato-a-prefeitura-de-sp.ghtml. Acesso em: 09 de julho de 2023.

PROUDHON, Pierre Joseph. **O que é propriedade?** Disponível em: https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2014/05/O-que-e-a-Propriedade-Livro-de-Pierre-Joseph-Proudhon.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2023.

ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. In. ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caramez. **Junho de 2013**: a rebelião fantasma São Paulo: Boitempo, 2023.

SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o "marxismo cultural". **Revista da Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Boletim de Conjuntura (BOCA).** Ano II, V.3.Universidade Federal de Roraima. Boa Vista: 2020. pp.77-82.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

O presente livro Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es. Sociedade, economia e política: temas, abordagens e fontes divide-se em três temáticas abrangentes. A primeira aborda as histórias indígenas na América, do século XVI ao século XXI, nos aspectos da cultura, trabalho, legislação, terras e política. A segunda discute o Brasil escravista na perspectiva da História Social, seguida dos movimentos emancipacionistas e o pós-abolição, com ênfase no Rio Grande do Sul. A terceira concentra-se nas discussões no campo da História Política, trazendo questões teóricas, personalidades, fatos históricos, bem como um estudo sobre as ditaduras militares no Cone Sul. O leque de temas, abordagens e fontes históricas analisadas pelos/as autores/as dão uma dimensão do potencial da área de História no campo da pesquisa, ensino e extensão, produzindo conhecimento em diálogo com os temas socioculturais emergentes.

ANPUH-RS 45 anos

PPGH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FURG

FAPERGS Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

casaletras

casaletras.com

ISBN: 978-65-5220-020-4